

nº 11

Revista Semestral
jan. – jun. 2024



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





Revista Fim do Mundo, nº 11, jan. — jun. 2024

Dossiê temático:

A marcha do capital: tensões na Nova Ordem Mundial



Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 11, jan/jun 2024. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2024.

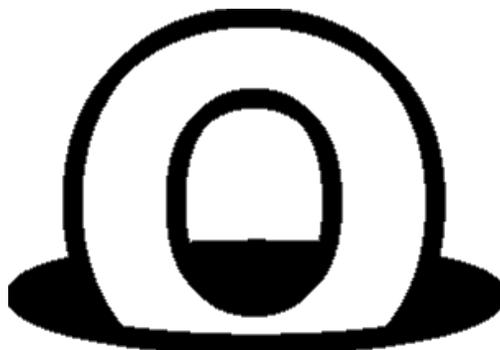
410 p.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.

FIM DO MUNDO

Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações têm periodicidade semestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorado UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Andrey Ivanovich Kolganov | Universidade de Moscou - Lomonossov — Rússia
Adilson Marques Gennari | UNESP
Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC
Jesús García Brigos | Universidad de la Habana
Liudmila Alekceevna Bulavka-Buzgalina | Universidade de Moscou - Lomonossov — Rússia
Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Ricardo Antunes | UNICAMP

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | *In Memoriam*
Aline Marcondes Miglioli | UNICAMP
Ana Carolina Aguerri Borges | UFRPE
André Moisés Gaio | UFJF
Andrés Ruggeri | UBA - Argentina
Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP
Carlos Maciel Sanchez | México
Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Daniel Lopes Faggiano | Instituto Maira - IBEC
Diego Barrios | UDELAR - Uruguay
Douglas Rodrigues | Doutorado UNESP - IBEC
Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC
Fábio Campos | UNICAMP - IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorado UFABC - IBEC
Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Ivan Lucon Jacob | Doutorado UNICAMP - IBEC
Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*

Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*
Lalo Minto | UNICAMP — IBEC
Layza Rocha Soares | Doutora UFF
Liev C. Maciel Sanchez | UNP-ESE-ECH- Rússia
Lucien Sève | *In Memoriam*
Manuela Lowenthal Ferreira | Doutorado UNIFESP
Marcelo Micke Doti | FATEC-SP
Márcio Farias | CELACC ECA-USP
Márcio H. M. Baroni | IBEC
Marcos del Roio | UNESP
Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Marieta A. Barros Magaldi | IBEC
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Natalia G. Yakovleva | Universidade de Moscou - Lomonossov - Rússia
Neusa Maria Dal Ri | UNESP
Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP
Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC
Sergio Bacchi | IBEC - Chile
Sinclair Mallet Guy Guerra | *In Memoriam*
Zuleica M. Vicente | Doutorado UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão:

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

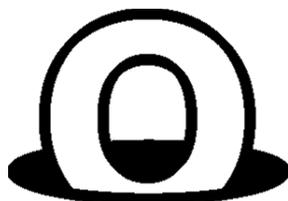
Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC
Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Katia Bacchi | artista plástica

SUMÁRIO



- 10** **Artista Convidada:** Katia Bacchi
- 17** **Editorial:** A marcha do capital - tensões na Nova Ordem Mundial
- Debate do Fim do Mundo**
- 24** O Brasil e o BRICS Plus na nova fase da (des) globalização multipolar
 Adilson Gennari | Aline Miglioli | Paulo Alves de Lima Filho
- Artigos**
- 49** Alguns elementos da economia política da guerra na história da ordem
 capitalista mundial — o caso do Brasil
 Paulo Alves de Lima Filho
- 94** A Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão do capitalismo
 ocidental
 Caio Bugiato | Jordana de Castro Santos Almeida
- 120** Elementos do fascismo brasileiro: limites e possibilidades da educação para a
 democracia e emancipação
 Sueli Soares dos Santos Batista | Emerson Freire
- 144** Em um momento contrarrevolucionário, o que vem a seguir?
 Antonio Mota Filho
- 160** A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro no contexto da
 ditadura empresarial-militar e a crise da difusão da crítica marxista
 Theo Martins Lubliner | Henrique Tahan Novaes
- 190** Worker's control experiences and discussion in Turkey
 Deniz Gürler
- 212** Neoliberalismo e a *uberização* do trabalho: desafios para os trabalhadores
 brasileiros na economia digital
 Larissa Fernandes Camargo | Renata B. de Melo | Ivan Lucon Jacob
- Texto para Discussão**
- 240** Sobre a transição comunista na URSS: uma crítica da teoria da revolução
 socialista. Lenin e o significado histórico da sua proposta de capitalismo de
 estado
 Paulo Alves de Lima Filho

Ensaaios Críticos

- 259** O movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira
Gabriel Oliveira de Carvalho Senra
- 269** Sobre a guerra
Jean Sève | trad. Paulo Alves de Lima Filho
- 274** A guerra do Chile: desventuras da Unidade Popular e dilemas da revolução na América Latina
Plínio de Arruda Sampaio Junior
- 289** Rumo a que nova ordem mundial? O fim da dominação americana e suas consequências
Jaques Sapir | trad. Paulo Alves de Lima Filho & Aline Miglioli
- 319** Totalidade e pragmatismo teórico: ciência, guerra e educação
Marcelo Micke Doti
- 344** Israel: exportador de fake news, automação da morte e supremacia branca
Gabriel Rocha Gaspar

Resenhas

- 363** “Entre a utopia e o cansaço: pensar Cuba na atualidade” de Aline Miglioli, Fabio Luis Barbosa dos Santos e Vanessa Oliveira (Org.)
Robert Luciano Assolari Euzebio
- 369** Milei sonha com os anos 20, mas de um século atrás
Julio C. Gambina | trad. Aline Miglioli

Entrevistas

- 373** Maria Lygia Quartim de Moraes | Entrevistadores: IBEC
- 396** Modesto Emilio Guerrero - Eleições na Venezuela: Sem Chávez, mas com a ameaça dos EUA | por Carlos Tautz | trad. Paulo Alves de Lima Filho

Memorial

- 403** Maria da Conceição Tavares, a espada democrática contra o dragão do modelo econômico brasileiro | por Adilson Gennari & Fábio Antonio de Campos

Artista Convidada: Katia Bacchi¹

Autocuradoria

A edição número 11 da **Revista Fim do Mundo** conta com a colaboração da artista plástica Katia Bacchi, cujas obras escolhidas revelam a nossos leitores o espírito do tempo que se vê encarando o fim do mundo. A curadoria fica por ela mesma².

10

Katia Bacchi é o meu nome, Artista Plástica formada na Faculdade de Belas Artes De São Paulo, de origem confusa, já que nasci na Bulgária no fim do ano de 1967, onde meu pai, brasileiro, Sergio Bacchi, se encontrava estudando Engenharia Eletrônica após ter sido preso no golpe de estado do Brasil em 1964. Conseguiu fugir da prisão graças aos companheiros que o ajudaram e se refugiou na Bulgária, onde lhe deram uma bolsa de estudos para Engenharia Eletrônica.

Minha mãe, Aida Eidelstein, nascida no Chile, mas também de origem confusa, pois era filha de um russo da região da Ucrânia, judeu, refugiado ainda de criança de colo na Argentina durante a 1ª guerra mundial, José Eidelstein. Adquiriu a nacionalidade argentina junto a toda a sua família, e ao crescer e ganhar mais consciência, entrou a militar nas filas do partido comunista argentino. De pronto tornou-se um líder comunista na sua região, mas com a nova expansão do fascismo pelo mundo, promovido pela Europa na sua necessidade de capitalizar e dominar o mundo através de ideias ultranacionalistas, com tentáculos que alcançaram a América Latina inclusive, foi preso e condenado à morte. Após múltiplas manifestações de apoio solidário, inclusive de companheiros comunistas da América Latina e Europa, sua condenação foi comutada a exílio perpétuo (nunca mais pôde voltar à Argentina) e foi o Chile, governado por Arturo Alessandri Palma quem o acolheu e lhe deu nova nacionalidade.

A minha avó materna, Nélide Lescano, nascida no Paraguai, vinda ao Chile após ter casado com meu avô e ter nascido sua filha maior no Paraguay, Clara Eidelstein. Nélide morreu nas masmorras chilenas, pouco depois do parto de sua segunda filha, Aida, minha mãe, devido aos maus cuidados e inclusive torturas que recebeu, presa por ordem de Aguirre

¹ Contato: katiabacchi@gmail.com | instagram: @katiaeidelstein.

² Nota dos editores.



Cerda, traidor que chegou à presidência do Chile com o apoio do partido comunista e, que logo depois de eleito mandou perseguir e prender todos os militantes comunistas e quaisquer que fossem suspeitos de ser seus aliados. Minha avó Nélide foi uma das líderes do Movimento Pro-Emancipação das Mulheres do Chile (MEMCH), criado em 1935, em prol do voto feminino, tendo em conta que aqui as mulheres só puderam votar em eleições abertas e diretas a presidente no ano de 1952 e de forma bastante enviesada, já que aquelas mulheres que foram consideradas de ideias esquerdista-marxistas não tiveram direito à cidadania e, portanto, não puderam votar. Quer dizer, todas aquelas que tanto lutaram pelo seu voto, foram deixadas sem esse direito.

No início do ano de 1972 a minha família chega ao Chile, onde finalmente governa um presidente socialista. Um presidente eleito por primeira vez com paridade de votos masculinos e femininos, com grandes promessas de melhorias sociais e a realização de grandes mudanças econômicas que beneficiaram a população mais desfavorecida do país com a nacionalização das minas de cobre, majoritariamente nas mãos dos Estados Unidos, e a repartição mais equitativa das terras, uma reforma agrária que o presidente Salvador Allende não conseguiu levar a bom termo antes de sua morte premeditada e executada através de um sangrento Golpe de Estado em setembro de 1973.

Tivemos que sair rapidamente do país, pois meu pai estava sendo procurado pelos regimes golpistas tanto do Chile como do Brasil, vivo ou morto.

Na eminente necessidade de fugirmos do país, o único estado que nos acolhe em todo o continente da América foi Cuba, já que minha mãe não queria abandonar o continente americano novamente. Chegamos a nos estabelecer lá por quase dois anos. Logo do nascimento da minha única irmã, Paula Bacchi, voltamos à Bulgária, já que meu avô de origem ucraniano estava refugiado lá e se encontrava em estado grave de saúde, em vista de ter sofrido um infarto depois do Golpe de Estado do Chile, promovido pela oligarquia do país, organizada pelo Partido Democrata Cristão chileno, pelos Estados Unidos e as Forças Armadas do Chile encabeçadas por Augusto Pinochet.

Em 1978 minha família novamente abandona a Bulgária. Agora meus pais irão como cooperantes estrangeiros contratados pelo recém-estabelecido governo nacional da República Popular de Moçambique para



ajudar no estabelecimento do país, já que acabava de conquistar sua independência de Portugal, em abril de 1975. Finalmente eu consigo me estabelecer por lá seis longos anos, visto que aos meus curtos 10 anos de remexida vida não tinha podido me estabelecer em nenhum lugar por mais de 2 ou 3 anos em cada lugar. Esse país tem uma grande influência no meu caráter, na minha formação e na minha pintura também.



Os Irmãos

Acrílico sobre tela
Santiago, 2002

Belas Artes de São Paulo, já que todos na minha família diziam que desde muito pequena era boa para os desenhos e as artes em geral. Comecei minha trajetória de pintora, com a influência de todas as vivências da infância, de Moçambique e as memórias da família. Um dos pintores que mais influência tiveram sobre mim foi Candido Portinari, pintor brasileiro de

Em finais de outubro de 1983 cheguei ao Brasil, onde finalmente tomei identidade com minhas origens, tanto familiares como emocionais. Conheci a minha família paterna e adquiri uma nacionalidade própria, já que até então era uma refugiada apátrida, pois a Bulgária não me reconhecia como tal, visto que minha mãe não era búlgara, e o Chile tinha me declarado *non-grata* quando me refugiaram em Cuba, negando-me a nacionalidade. O Brasil tampouco me reconhecia, pois meu pai também virou refugiado apátrida depois de ter fugido da prisão em 1965.

Estudei Artes Plásticas, com menção em Pintura, na Faculdade de



origem italiano, fundador do Partido Comunista no Brasil. Seus retratos do povo nordestino, dos colhedores de café, do povo oprimido e saqueado até a morte tem uma profunda influência nas minhas obras. Além dele, influi a cultura de Moçambique, com suas pinturas de cores vivas, alegres e sempre brilhantes, por mais triste que seja a situação. Fui muito criticada nos inícios da minha carreira, já que as obras abstratas estavam em plena voga e o figurativo devia ir sumindo aos poucos na confusa imagem do abstracionismo que a nada levava, na minha opinião, senão ao imaginário de cada qual, com o típico individualismo da sociedade capitalista, onde não importa o que o pintor quis expressar, importa o que você é capaz de imaginar ao ver essas linhas ou manchas sem sentido transcendental e essas cores tão bem combinadas ou não, como num quadro meramente decorativo e inexpressivo.

Contra ventos e marés, dediquei-me a retratar as realidades vividas por mim, tanto na atualidade como no meu passado de forma figurativa. Sempre intento impregnar as minhas obras com uma forte crítica social e uma notável necessidade de despertar a consciência humana sobre os acontecimentos históricos e a realidade distópica da atual sociedade, cheia de guerras, sofrimento humano e opressão, com povos completamente submetidos, sem direito à imaginação, à dignidade ou à tranquilidade mental. Mas a beleza humana sempre está presente nas minhas obras, assim como as cores primárias e secundárias puras, os rostos grandes e expressivos.



A Fome

*Acrílico sobre tela
São Paulo, 1996*



Atualmente moro no Chile, onde realizei algumas exposições individuais e várias grupais, sempre dedicadas à temática da realidade social e às necessidades humanas, tendo no início grandes dificuldades para prosseguir, pois aqui tudo chega “depois, atrasado”. Se, quando saí do Brasil, em 1999 a arte figurativa voltava lentamente a retomar sua posição e importância comunicativa, aqui a arte abstrata estava em plena voga, o que dificultou meu progresso novamente.

O Chile, um país escondido e isolado detrás de uma enorme Cordilheira dos Andes, por quase 4.300 quilômetros de comprimento, e pelo outro lado por um Oceano Pacífico que de pacífico pouco tem; ao norte pelo deserto mais árido do mundo, Atacama e ao sul pelo gelado polo da Antártida, foi o lugar perfeito para todo tipo de experimentos sociais. Assim como conseguiu se converter no primeiro país do mundo em conseguir um governo autenticamente socialista, eleito pelas vias democráticas, encabeçado por Salvador Allende, também conseguiu ser o primeiro país onde se implantou o neoliberalismo no mundo após o golpe de estado de 1973. Aqui tudo demorava mais em chegar, a informação vinha a cavalo, atravessando a cordilheira ou o deserto mais árido de mundo, ou por barco, atravessando o oceano, porque pelo sul nada entra. Dessa forma, toda e qualquer novidade do mundo demorava mais em chegar a esta sociedade perdida do que em qualquer outra no mundo.

Felizmente (ou nem tão feliz), com a chegada dos aviões e das novas tecnologias da comunicação isso praticamente acabou. Mas, sempre persiste uma certa reação contra tudo o que é novo, o que é diferente ou mais avançado, principalmente depois do triunfo do neoliberalismo nestas latitudes, que impôs um individualismo sem precedentes.

Aqui chegaram grandes grupos das SS nazistas e se esconderam por décadas, protegidos inicialmente pelas barreiras naturais que isolam o país, a pouca população em certas localidades ao sul do país e posteriormente pelo regime ditatorial de Pinochet. Criaram um de seus maiores refúgios, chamado “Colonia Dignidad”, onde se realizaram das piores torturas e experimentos humanos da modernidade conhecidos até hoje.

Foi nessas condições, onde controlar os meios da comunicação moderna foi o primordial para manter todo um povo sob controle, que em 2018 por segunda vez na história do Chile Sebastián Pinhera, um ultraliberal, um dos maiores magnatas da história do país, filho de um membro da CIA



designado para o Chile, ladrão de colarinho branco do banco estadual de Talca, protegido pelo regime de Pinochet e a CIA, se elege como presidente.

Em outubro de 2019, depois de um aumento de tão só algumas moedas na passagem do metrô, os estudantes provocam um rebentão social. A panela que continha o experimento social do neoliberalismo já estava com a máxima pressão dentro e esse pequeno aumento foi suficiente para fazê-la arrebentar.

A criança escolar, cansada de se criar sozinha na rua enquanto seus pais trabalham o dia inteiro para chegar em casa com algumas migalhas de pão atacaram com tudo. Só que no mesmo instante em que os estudantes saem a protestar e são reprimidos, o resto da sociedade começa a se unir a eles para tentar protegê-los e protestarem juntos. O cansaço do povo tinha atingido o limite. Agora o protesto é pela repressão do governo, pela falta de condições económicas e humanas de vida, pela falta de dignidade para o povo.



Menino Segurando a Cabeça

*Acrílico sobre tela
São Paulo, 1996*

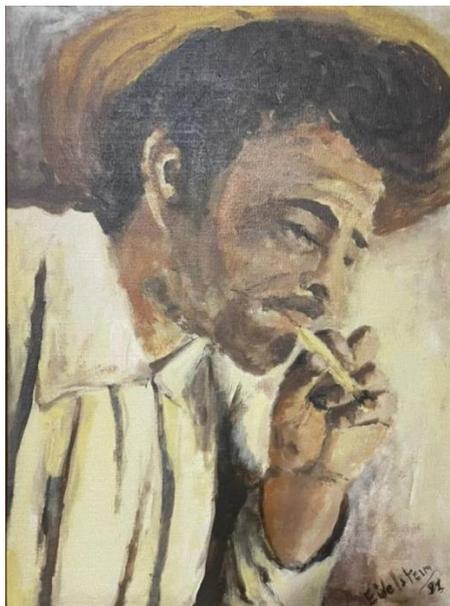
Essas manifestações foram transversais na sociedade, e a repressão não tardou em se apresentar na pior forma possível. Foi tão brutal que morreram dezenas de pessoas, centenas de outras perderam um olho ou os dois e milhares se tornaram presos políticos, condenados com testemunhas falsas, montagens nos seus celulares ou simplesmente sem juízo algum.



Foram espancados/as, torturados/as e quebrantados/as. Os protestos femininos não se fizeram esperar e o país quase entra numa guerra civil.

Como é natural, não pude deixar de representar esse momento em alguns dos meus trabalhos, feitos em formato de histórias em quadrinhos, algo que nunca tinha feito antes, mas que é de grande impacto nos meios de comunicação massiva e muito simpático de se fazer.

Só que, como falei antes, o Chile é um laboratório do neoliberalismo. Não tardaram em experimentar uma nova fórmula de controle de massas. Essa fórmula agora foi a promessa de uma Nova Constituição (aqui ainda se aplica a Constituição de Pinochet, elaborada em plena ditadura). Essa falsa promessa foi chamada "*Pacto por la Paz*", sendo encabeçada pelo atual presidente do Chile, Gabriel Boric, que nesse então era Deputado da República. Esse pacto foi premeditadamente montado para não dar em nada. A única coisa que conseguimos foi que novamente enganassem o povo, colocando um novo presidente que supostamente estava com o povo, mas que no fundo sabiam que não trocaria nem uma vírgula de tudo o que já estava cozinhado. Assinou o TTP11, contra a vontade do povo, entregou a



Cigarro de Palha

Acrílico sobre tela
São Paulo, 1995

exploração do Lítio do Chile ao genro de Pinochet, dono da empresa Soquimich, enlameada em escândalos internacionais por pedofílias e coisas piores, agora de cara lavada e com o nome de SQM, numa concessão a 40 anos. Sequer se permitiu qualquer julgamento Piñera pela chacina cometida na Revolta de Outubro de 2019.

Mas como para mim nem tudo é Chile, minha pintura transcende muito além. Representei várias vezes a Fome, a Guerra, a Tristeza, a Desesperança ou simplesmente o Cansaço. O cansaço que estamos sentindo quando estamos chegando ao Fim do Mundo.

Santiago, Abril de 2024.



Editorial nº 11: A marcha do capital: tensões na Nova Ordem Mundial

Chegamos à edição n. 11 da **Revista Fim do Mundo** em um momento histórico presente alarmante. Nunca estivemos tão próximos dos eventos perturbadores representados pela crise dos mísseis de 1962. Os atores principais permanecem os mesmos: de um lado, os Estados Unidos e toda a OTAN; de outro, não mais a União Soviética comunista, mas sua sucessora, a Rússia capitalista, em um conflito que se desenrola no território ucraniano.

A humanidade observa, atônita, os desdobramentos das ameaças de alguns países da OTAN de enviarem armas capazes de atingir alvos no território russo. Putin, com sua habitual e aparente tranquilidade, já alertou várias vezes o Ocidente de que suas armas nucleares estão de prontidão e que, por acordo global, só seriam utilizadas se a integridade territorial de um país portador fosse ameaçada. Este é o cenário de um filme de terror prestes a acontecer, dado que alguns líderes, como Emmanuel Macron, da França, e seu colega da Alemanha, o *Chanceler* Olaf Scholz, fizeram discursos infelizes defendendo o uso de suas forças armadas no território ucraniano e o uso das armas da OTAN para atacar alvos no território russo, ainda que limitados a localidades próximas às fronteiras.

Este cenário torna-se ainda mais assustador ao verificarmos que esses eventos de guerras pontuais e as guerras contínuas protagonizadas principalmente pelos Estados Unidos e por Israel fazem parte da atual crise estrutural do capital. Não basta à humanidade vivenciar os efeitos mais perversos da crise estrutural, como a brutal crise climática que se manifesta globalmente, decorrente do modo de produção, distribuição e consumo da sociedade capitalista, e da destruição permanente de postos de trabalho assalariado, tensionando a categoria "exército industrial de reserva", uma vez que apenas os estratos mais profundos desse exército se ampliam, tais como o pauperismo, o desemprego crônico e o lumpemproletariado. As grandes potências imperiais, que se alimentam dos recursos naturais e da força de trabalho do mundo todo e que moldaram o mundo para seu próprio enriquecimento em detrimento do chamado "sul global", ao que parece até agora não abrirão mão de seus privilégios e de seu poder global, preferindo, a própria destruição da humanidade e da Terra.



Certas dimensões estéticas e ideológicas do mundo capitalista passam a refletir a crise contemporânea - inclusive o cinema norte americano, que é a maior fábrica da manutenção da ilusão liberal do mundo. Curiosamente, algumas de suas produções passaram a revelar mistérios jamais criticados da própria sociedade. Neste caso, referimo-nos ao filme "O Mundo Depois de Nós"¹, cujo elenco exíguo é composto apenas por duas famílias normativas: uma família de pessoas negras e membros da classe alta, e uma família branca da classe média. O roteiro é embalado por um mistério que só se revela nas cenas finais: os Estados Unidos estão sendo atacados por ninguém sabe exatamente quem. Em um diálogo de caráter sombrio entre a mulher hóspede e o homem proprietário da casa, a mulher diz: "Muitas teorias da conspiração acreditam que estamos dominados por alguns grandes magnatas e corporações que estão no controle das nossas vidas". O homem então responde: "O problema é pior e mais assustador do que todos acreditam: a verdade é que ninguém está no controle".

Esta é uma ideia bastante discutida por István Mészáros em sua monumental obra "Para Além do Capital"; ou seja, o capital é incontrollável. Estamos todos à deriva numa sociedade global onde, para que a acumulação de capital permaneça e a mais-valia flua para as grandes corporações e para o capital financeiro, o mundo precisa estar em permanente caos e guerra. Um sinal claro disso é que a "ajuda financeira" de aproximadamente 60 bilhões de dólares aprovada pelo Congresso estadunidense para a Ucrânia não passa de um ilusionismo contábil, já que desse montante, 50 bilhões ficam nos Estados Unidos na forma de investimentos e gastos com as corporações do complexo industrial militar dos próprios Estados Unidos. Uma parte significativa desse montante irá parar nas mãos do maior conglomerado financeiro global, a Black Rock, que detém ações de algumas corporações produtoras de armas, nos Estados Unidos e na Europa.

É neste contexto de caos, medo e guerra que esta décima primeira edição da Revista Fim do Mundo se debruça e busca manter aceso o debate sobre essas contradições, apresentando o dossiê temático "A *marcha do capital: tensões na Nova Ordem Mundial*". A edição é enriquecida com a contribuição artística de Katia Bacchi, nossa **Artista Convidada**, que nos apresenta quatro pinturas imersas no universo da crítica social e em sua

¹ O MUNDO DEPOIS DE NÓS. Título original: *Leave the World Behind*. Direção: Sam Esmail. Produção: Higher Ground Productions. EUA, 2023.



autocuradoria nos lembra quanto e como as vidas se entrelaçam com a guerra: no vai e vem de seus exílios, a artista conheceu diversas guerras, territórios cindidos e, mais recentemente, seu novo inimigo: o neoliberalismo.

O **Debate do Fim do Mundo** abre os caminhos desta edição com o texto “O Brasil e o BRICS Plus na nova fase da (des)globalização multipolar”, em que os coordenadores deste dossiê, Adilson Gennari, Aline Miglioli e Paulo Alves de Lima Filho, debatem a existência de uma nova ordem mundial, ou pelo menos de uma ameaça à nova ordem mundial, a partir da organização dos países do “sul global” através dos BRICS+, e concluem que se trata de mais um rearranjo das burguesias locais para sobreviver sob a nova ordem.

A seção de **Artigos** é aberta com a contribuição do professor Paulo Alves de Lima Filho “Alguns elementos da economia política da guerra na história da ordem capitalista mundial – o caso do Brasil”, em que o autor faz um resgate da categoria do Complexo Industrial-Militar, apresentando excertos de sua tese de doutoramento, para debater a importância da guerra para a formação do capitalismo brasileiro e mundial, comparando-o com os casos russo e paraguaio para extrair uma conclusão geral sobre o papel da guerra nas industrializações de origem em revoluções burguesas conservadoras.

Em “A Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão do capitalismo ocidental”, Caio Bugiato e Jordana Almeida retomam a importante história da OTAN no último século, seu constante fortalecimento – a despeito do argumento comumente usado de que a organização tenha renascido a partir da invasão russa na Ucrânia – e principalmente destrincham seu papel articulador entre as diversas potências que a compõem: a eliminação de obstáculos à acumulação do capitalismo ocidental.

No artigo redigido por Emerson Freire e Sueli Batista, “Elementos do fascismo brasileiro: limites e possibilidades da educação para a democracia e a emancipação”, são expostos ao leitor os efeitos do fascismo brasileiro na educação do país, revelando um aspecto da guerra interna de classes. Neste texto, os elementos do cotidiano brasileiro recente, como *fakenews* e discursos de ódio, são contrapostos à necessidade de permanente elaboração do passado como tarefa democrática.



Ainda sobre a temática da ascensão de governos fascistas, mas com uma abordagem internacional, Antonio Mota Filho discute a contrarrevolução e a ascensão da ultradireita na Europa, “Em um momento contrarrevolucionário, o que vem a seguir?”. Sob a perspectiva de Rosa Luxemburgo, o autor aborda o importante – e muitas vezes incômodo – debate sobre a democracia em momentos de acentuação do movimento contrarrevolucionário.

Ainda na temática do neoliberalismo e movimento contrarrevolucionário, Theo Lubliner e Henrique Tahan Novaes em “A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro no contexto da ditadura empresarial-militar e a crise da difusão da crítica marxista” abordam o processo de idealização do pensamento econômico brasileiro desde a ditadura militar-empresarial do Brasil e sua influência sobre a Economia Política Brasileira, a qual foi fundamentada na ideologia do desenvolvimento difundida após a Segunda Guerra Mundial e em ideologias neoliberais e ultraliberais a partir dos anos 1990.

Passando agora para uma perspectiva de resistência frente ao processo destrutivo em andamento, o trabalho “Workers control experience and discussions in Turkey” de Deniz Gürler, nos apresenta as primeiras experiências de empresas controladas por trabalhadores na Turquia entre os anos de 1960 e 1970, principalmente a partir de cooperativas ou de fábricas ocupadas. Neste período, a Turquia havia atravessado sua primeira ditadura militar e havia um cenário de radicalização e organização da classe trabalhadora. Novamente após os anos 2000, como resposta ao movimento neoliberal, novas fábricas foram ocupadas e novas cooperativas organizadas. O autor reflete sobre estas novas experiências, seus traços de solidariedade e a capacidade de representar uma luta contra o capital.

Por fim, Larissa Camargo, Renata de Melo e Ivan Jacob também dialogam com a experiência dos trabalhadores a partir de uma das principais pautas do mundo do trabalho atual: a *uberização*. Em “Neoliberalismo e a uberização do trabalho: Desafios para os Trabalhadores Brasileiros na Economia Digital”, definem este vínculo de trabalho e seu impacto nos diversos setores econômicos.

Na seção de **Textos para Discussão**, temos o ensaio de Paulo Alves de Lima Filho intitulado “Sobre a transição comunista na URSS: uma crítica da teoria da revolução socialista. Lenin e o significado histórico da sua



proposta de capitalismo de estado”, refletindo sobre a árdua e necessária tarefa de compreender, debater e teorizar sobre a transição comunista.

Em **Ensaio Crítico**, o texto de Gabriel Senra, “O movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira”, reflete sobre o movimento pendular da burguesia brasileira com a classe trabalhadora. Em uma retrospectiva deste movimento, o autor levanta a hipótese de novos movimentos de aproximação, que possibilitariam novos ciclos “desenvolvimentistas”. Em “Sobre a Guerra”, Jean Sève nos leva a questionar a guerra no capitalismo enquanto uma exasperação histórica da luta de classes. Neste cenário, o autor vislumbra e nos instiga a prestar a máxima atenção sobre o caminho à catástrofe que estamos trilhando, uma terminal luta de classes que cederia espaço para o mundo além da sociedade de classes.

Em “A Guerra do Chile: desventuras da Unidade Popular e dilemas da revolução na América Latina”, de Plínio de Arruda Sampaio Junior, o autor nos remete ao Chile do governo de Allende e da Unidade Popular e nos convida a pensar a revolução chilena como um capítulo da revolução latino-americana, e esta, por sua vez, como um ato da revolução internacional. A partir da curta história da revolução chilena e de sua derrota, o texto reflete sobre o mito da transição pacífica para o socialismo, por dentro das instituições do Estado burguês. Em “Rumo a que nova ordem mundial? O fim da dominação americana e suas consequências”, Jacques Sapir aborda detalhadamente o termo “Nova Ordem Mundial”, definindo-o historicamente e conceitualmente, para, por fim, debater as origens da fragmentação desta ordem desde a crise de 2008 até o momento atual com a pandemia de COVID-19.

O ensaio de Marcelo Micke Doti “Totalidade e pragmatismo teórico: ciência, guerra e educação”, o autor reflete sobre a educação no atual estágio do desenvolvimento do capital. Para ele, a educação é uma relação social e, como tal, submetida às mesmas lógicas das determinações da sociedade. Sendo assim, argumenta que o ritmo acelerado, imposto pela acumulação de capital e o imediatismo típico deste sistema, fazem com que os processos educativos se percam como totalidade e, ao invés de redes, formam-se paredes, e a educação para a guerra torna-se o paradigma de todo o processo formativo.

Encerra esta seção uma profunda crítica ao massacre vigente na Faixa de Gaza, em que Gabriel Rocha Gaspar discute como a manipulação dos



meios de comunicação tem dissimulado as informações a respeito do genocídio do povo palestino que se está transmitindo *on-line*, em “Israel: exportador de fake news, automação da morte e supremacia branca”.

Na seção de **Resenhas**, o livro “Entre a utopia e o cansaço: pensar Cuba na atualidade”, de Aline Miglioli, Vanessa de Oliveira e Fábio Luís Barbosa dos Santos (Editora Elefante, 2024), é apresentado por Robert Euzébio, que reflete sobre os atuais impasses e dificuldades da transição comunista na ilha cubana no momento atual. Julio C. Gambina nos traz uma apreciação da obra escrita pelo presidente argentino Javier Milei, “Capitalismo, socialismo y la trampa neoclásica: De la teoría económica a la acción política” (Editora Planeta, 2024), demonstrando quão fracos e capciosos são os argumentos que sustentam as teses ultradireitistas do autor e sua agenda política.

Na seção de **Entrevista**, tivemos o prazer de conversar com a *Prof^a. Dr^a. Maria Lygia Quartim de Moraes*, da UNICAMP, que, a partir de sua trajetória enquanto mulher, exilada, professora, pesquisadora e militante, nos contou sobre o movimento feminista, seu olhar para as novas tendências do movimento feminista liberal, as diferenças entre o movimento no Brasil e nos Estados Unidos e suas perspectivas para a luta de classes no Brasil. Contamos também com a tradução da entrevista de *Modesto Emílio Guerreiro* a Carlos Tautz, em que este dialoga sobre as possibilidades do governo venezuelano frente ao novo cenário global, as eleições que se aproximam e o novo status da relação com os Estados Unidos.

Encerramos a edição com um **Memorial** em homenagem à Professora Maria da Conceição Tavares, cuja morte, ocorrida enquanto nos esforçávamos em fechar este número da RFM, significou a perda de uma das mais argutas vozes críticas do pensamento social brasileiro – como nos apresentam Adilson Gennari e Fabio Campos em “Maria da Conceição Tavares, a espada democrática contra o dragão do modelo econômico brasileiro”.

Boa Leitura!

Junho de 2024.

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson Marques Gennari
Aline Marcondes Miglioli | Zuleica Mizael Vicente
e os Editores

Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



Debate do Fim do Mundo



O Brasil e o BRICS Plus na nova fase da (des) globalização multipolar

Adilson Marque Gennari¹
Aline Marcondes Miglioli²
Paulo Alves de Lima Filho³

24

Resumo

Este artigo analisa a transformação geopolítica e econômica impulsionada pelo BRICS e sua expansão para o BRICS+. O BRICS, formado por economias emergentes e influenciado pelo relatório do Goldman Sachs, criou o New Development Bank (NDB) e o Arranjo de Contingente de Reservas (CRA) como alternativas ao Banco Mundial e ao FMI. A cooperação entre Rússia e China se intensificou após as sanções ocidentais e a guerra na Ucrânia. O artigo também discute a desigualdade social dentro do BRICS+ e os limites do bloco em enfrentar a Nova Ordem Mundial e o imperialismo. Conclui-se que o BRICS+ ainda opera dentro dos limites do capitalismo global, oferecendo poucas soluções substanciais para os desafios da exploração laboral e ambiental.

Palavras-chaves: BRICS; transformação geopolítica; Nova Ordem Mundial.

¹ Economista, doutor em Ciências Sociais –IFCH-UNICAMP. Professor aposentado do Departamento de Economia da UNESP Araraquara. | gennariadilson@gmail.com

² Professora do Instituto de Economia da UNICAMP | alinemmiglioli@gmail.com

³ Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



Resumen

Este artículo analiza la transformación geopolítica y económica impulsada por el BRICS y su expansión hacia BRICS+. El BRICS, formado por economías emergentes e influenciado por el informe de Goldman Sachs, creó el Nuevo Banco de Desarrollo (NDB) y el Acuerdo de Reservas Contingentes (CRA) como alternativas al Banco Mundial y al FMI. La cooperación entre Rusia y China se intensificó tras las sanciones occidentales y la guerra en Ucrania. El artículo también discute la desigualdad social dentro de BRICS+ y los límites del bloque para enfrentar el Nuevo Orden Mundial y el imperialismo. Se concluye que BRICS+ aún opera dentro de los límites del capitalismo global, ofreciendo pocas soluciones sustanciales a los desafíos de la explotación laboral y ambiental.

Palabras clave: BRICS; transformación geopolítica; Nuevo Orden Mundial.

Abstract

This article analyzes the geopolitical and economic transformation driven by the BRICS and its expansion into BRICS+. The BRICS, composed of emerging economies and influenced by the Goldman Sachs report, established the New Development Bank (NDB) and the Contingent Reserve Arrangement (CRA) as alternatives to the World Bank and IMF. Cooperation between Russia and China intensified following Western sanctions and the war in Ukraine. The article also discusses social inequality within BRICS+ and the bloc's limitations in confronting the New World Order and imperialism. It concludes that BRICS+ still operates within the confines of global capitalism, offering few substantial solutions to the challenges of labor and environmental exploitation.

Keywords: BRICS; geopolitical transformation; New World Order.

Introdução

Em agosto de 2023, durante a realização da 15ª Cúpula do BRICS na África do Sul, o bloco composto pelas economias emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul anunciou decisões estratégicas que prometem reconfigurar o equilíbrio econômico e político entre seus membros e, por extensão, no cenário global. Notavelmente, a inclusão de cinco novos países e a introdução de uma moeda única para transações intrabloco destacam-se como iniciativas destinadas a consolidar e ampliar a influência do BRICS. A adoção dessa moeda única, em particular, não apenas favorece a posição estratégica da China—uma nação que tem expandido seus investimentos no Sul Global—mas também desafia a hegemonia do dólar americano e, por consequência, a supremacia econômica dos Estados Unidos e sua postura imperialista em relações internacionais.



As alterações promovidas nessa cúpula refletem as tensões e os realinhamentos observados nos últimos quatro anos, marcados por disputas acirradas entre grandes potências, como China, Rússia e Estados Unidos. Este cenário tem elevado a China a um papel de proeminência como novo ator global, alterando a dinâmica de poder tradicionalmente dominada pelos países ocidentais. Assim, é plausível considerar como hipótese de trabalho que o cerne da atual reestruturação geopolítica global reside nas transformações e contradições engendradas pela crise de hegemonia dos Estados Unidos, contrastadas pela ascensão da Eurásia e dos países do bloco expandido, agora denominado BRICS+. Este contexto é moldado pela crise estrutural do capital, que impõe desafios e oportunidades únicas para as nações emergentes.

Neste artigo, propomos uma análise crítica de diversos aspectos deste processo de transformação geopolítica. A discussão será centrada na importância renovada dos países do BRICS+, explorando tanto os elementos econômicos fundamentais quanto às problemáticas sociais inerentes a estas nações emergentes. Este exame visa contribuir para a compreensão das novas dinâmicas de poder e suas implicações para a ordem mundial contemporânea. Para isso o artigo será dividido em mais quatro sessões para além desta introdução: na seção dois discutiremos a relação entre o BRICS+ e a nova geopolítica global, na terceira seção traremos luz ao debate sobre as questões sociais no BRICS, na quarta seção debatemos os limites para enfrentamento da Nova Ordem Mundial pelo BRICS+ para por fim, travarmos uma discussão final nas conclusões.

O BRICS+ e a nova geopolítica global.

O BRICS, acrônimo para o agrupamento de 5 países, a saber, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, teve suas origens no ano de 2006 (tendo a África do Sul ingressado no grupo em 2014). O arranjo inicial do bloco, composto por Brasil, Rússia, Índia e China formou-se a partir do convite do ministro de Relações Exteriores da Rússia para que o Brasil passasse a integrar as reuniões já em curso entre os outros três países, as quais já aconteciam pela proximidade e estratégica relação entre eles na Eurásia. O acrônimo foi primeiramente utilizado pelo economista Jim O'Neill no relatório da Goldman & Sachs n. 66 de 2001, que tinha por objetivo discutir a economia global e as relações entre o G7 e os principais países



emergentes, daí a ênfase nos países BRICS. No relatório, O’Neill já advertia que o PIB PP dos países BRICS já representava 23% do PIB global. Nos dias que correm, após duas décadas do relatório da Goldman & Sachs, o PIB do BRICS já ultrapassa os 40% do PIB global, o que representa um crescimento extraordinário, principalmente se se observar os indicadores do principal país do grupo, a China. Segundo o Banco Mundial, o PIB – PPP do BRICS de 2020 soma um total brutal de cerca de US\$ 40 trilhões.

Em 2014 a organização política e geopolítica do bloco alcançou novo patamar organizativo com a criação do *New Development Bank* (NDB) ou Banco do BRICS, que passou a funcionar em 2016 com um capital de U\$ 100 bilhões, sendo que cada participante ficou responsável por 20% do capital inicial. Outros países como Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e na América do Sul o Uruguai, começaram a participar do banco. Todos os países do BRICS possuem projetos em diversas áreas, principalmente no campo do desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e meio ambiente, aprovados e em avaliação desde o início de sus atividades. O NDB propõe-se como uma verdadeira alternativa aos financiamentos do Banco Mundial, sendo que o Brasil tem atualmente mais projetos protocolados no NDB do que no BM.

Além da formalização do Banco do BRICS, no ano de 2014 também foi firmado um Tratado Internacional pelos países membros, que visam estabelecer um Arranjo de Contingente de Reservas - *Contingent Reserve Arrangement* (CRA) – que tem como objetivo complementar a rede de proteção financeira mundial, apresentando aos países membros uma alternativa às instituições multilaterais tradicionais, como o FMI e Banco Mundial, apesar de incluir condicionalidades e vínculos aos empréstimos, tal como as outras instituições (Ribeiro; Maringoni, 2019)

Na visão do CEO do Novo Banco de Desenvolvimento, Sr. Marcos Troyjo, o futuro abre novas e surpreendentes perspectivas para o Brasil em suas relações com o BRICS, já que é possível prever um novo ciclo de crescimento da demanda por commodities e o Brasil poderá aproveitar esta brecha de exportações para investir em ciência e tecnologia e endogenizar alguns setores fundamentais da ponta tecnológica atual.

O surgimento do agrupamento do BRICS no final da década de 2000 pode ser contextualizado no panorama geopolítico subsequente à recuperação da crise da bolha da internet. Durante este período, os países da periferia capitalista começaram a experimentar uma recuperação econômica



significativa, refletida em suas balanças de pagamento. Apesar das distintas formas de integração na economia global, essas nações apresentavam elevadas taxas de crescimento econômico e um considerável potencial de expansão. Paralelamente, a geopolítica internacional era marcada por uma concentração dos esforços dos Estados Unidos no Oriente Médio, focados na guerra contra o terrorismo e depois em sua própria recuperação econômica frente a crise de 2008, fez com que a formação do BRICS não fosse percebida como uma ameaça imediata ao domínio imperial americano. Importante ressaltar que, embora inicialmente o grupo do BRICS não apresentasse objetivos militares ou de defesa explícitos, ao longo do tempo, foi-se observando uma evolução em suas funções e um gradual aumento de sua influência geopolítica.

Em meio a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Rússia recebeu diversos pacotes de sanções por parte dos EUA e da União Europeia, o que fez com que o Governo de Wladimir Putin reagisse com um conjunto de medidas para enfrentar as severas sanções. Uma das ações dos russos foi buscar estabelecer novas formas de financiar e de arcar com os pagamentos e recebimentos do comércio exterior, principalmente porque os chamados países ocidentais excluíram a Rússia do sistema Swift de pagamentos. A Rússia por sua vez buscou alternativas no sentido de utilizar o rublo no seu comércio com a União Europeia, na medida em que decidiu que os pagamentos de suas exportações de petróleo e gás seria feito diretamente e em qualquer moeda no Sberbank, ligado às grandes companhias russas. Mas uma coisa chamou-nos a atenção por evolver diretamente o Brasil.

No que diz respeito à guerra entre Rússia e a OTAN, o agrupamento frente ao BRICS tem aparecido como uma alternativa de comercialização e alinhamento geopolítico entre os países do bloco. Nem mesmo a Índia, cujo histórico de disputa territorial com a China impede qualquer tipo de alinhamento de mais longo prazo com o país, tem se mostrado comprometido com o bloco. Chama atenção que no dia 3 de março de 2022, o então vice-ministro das relações exteriores da Rússia declarou que após a chamada "operação militar especial" na Ucrânia, os países do BRICS serão o centro da nova ordem mundial que estava nascendo.

Frente ao embargo de guerra à Rússia pela OTAN e a guerra comercial protagonizada pelos Estados Unidos contra a China, nos últimos cinco anos foi possível observar uma aproximação entre os governos russos e chineses, através de uma série de cooperações financeiras e comerciais. A



China tornou-se o principal parceiro comercial da Rússia frente às sanções impostas pela OTAN e tem sido a principal compradora do gás e petróleo russo, além da compra de tecnologia de guerra russa, principal elemento da indústria russa contemporânea. Ao mesmo tempo, faz parte da estratégia chinesa a exportação de produtos manufaturados e de alta tecnologia para seu parceiro russo, inclusive produtos bélicos (Figura 1).

Figura 1. Comércio exterior da Rússia com a China em bilhões de dólares.



Fonte: BBC, 2023.

Esta forte declaração pode ser conjugada a diversas análises que colocam a questão do surgimento de um novo mundo não mais unipolar sob controle dos EUA e da OTAN, mas de uma nova globalização ou (des)globalização, onde o polo da Eurásia teria um papel preponderante ao lado da velha ordem criada no pós-segunda guerra mundial. Principalmente se considerarmos os dados recentes da economia do BRICS, com destaque para o extraordinário crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico da China e do espetacular desenvolvimento no campo militar da Rússia. Esta é uma questão que estará no centro dos debates doravante. No momento podemos inferir que o Brasil, como um membro pleno do BRICS e do G20 terá que se defrontar com esse novo desafio de uma nova ordem nas



relações internacionais. O que se coloca para o campo da esquerda progressista do Brasil, do BRICS e da América Latina é se em tal nova ordem global, a democracia, a autodeterminação dos povos e o próprio destino dos movimentos sociais e da classe trabalhadora pode estar entrando em uma nova fase, que necessariamente deverá contar com uma maior ênfase nas relações Sul-Sul e entre o Brasil e o BRICS. O que já sabemos é que a velha ordem não tem nada mais a oferecer senão as surradas receitas neoliberais e do FMI. A decadência das organizações de Bretton Woods é notória. Há que se debruçar sobre os novos desafios colocados para as nações de origem colonial, como o Brasil, no sentido de se perguntar qual os possíveis impactos deste novo desenho internacional tanto na nova divisão internacional do trabalho, quanto nos históricos índices de pobreza e desigualdade social que nos assolam estruturalmente há séculos.

No dia 24 de agosto de 2023, no encerramento da cúpula dos líderes do BRICS realizada na África do Sul, decidiu-se por convidar a Argentina, os Emirados Árabes Unidos, o Irã, a Arábia Saudita e a Etiópia para compor o BRICS estendido. Assim, em 1º de janeiro de 2024 o BRICS se transformou em BRICS Plus com a adesão da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, passando agora a ser composto por dez países. Infelizmente, a Argentina de Milei se recusa a participar.

Desde 2009, o BRICS realiza cúpulas anuais para discutir uma extensa pauta econômica, política, social e estratégica. O BRICS+ ganha cada vez maior relevo na geopolítica internacional e seu peso já se equipara ao famoso G7, ou grupo dos países mais ricos do mundo. É cada vez mais presente a ideia de que o BRICS+ se coloca como um contraponto geopolítico ao poder do império norte-americano. Principalmente se tomarmos a aliança estratégica interna ao BRICS+ representado pela China, Rússia e Irã, em relação a todos os conflitos e guerras no oeste da Ásia e também a guerra travada pela Rússia contra a OTAN em território da Ucrânia.

Apesar da força e poderio de seus membros, o BRICS+ não se constituiu e nem pretende se constituir como uma aliança militar. Seus objetivos estão mais relacionados a fazer discussões aprofundadas sobre as realidades econômicas, políticas e sociais de seus membros. Uma questão cara a alguns membros do BRICS+, especialmente a Rússia, a China e agora os Emirados Árabes, é sem dúvida o encaminhamento da proposta de desdolarização das relações econômicas, principalmente a Rússia, após os episódios de sanções



impostas pelos Estados Unidos, após a operação militar especial russa na Ucrânia. Não há dúvida de que o BRICS+ se constitui como o mais importante veículo de articulação do chamado Sul global, contra o velho predomínio do chamado Norte global, especialmente o imperialismo americano e o poder colonial da Europa.

BRICS+ e a desigualdade social.

Toda a sociedade moderna e sua necessária atividade econômica está baseada na produção de mercadorias (e serviços) na busca do excedente econômico para remunerar os detentores de capital. Está ideia simples e óbvia leva ao inevitável: a desigualdade social é uma realidade inerente à própria sociedade moderna. Alguns autores chamaram de “nova pobreza”, outros, como Amartya Sen (2000), buscam novas formas de medida da pobreza e da desigualdade social, já que esta seria uma espécie de problema que a sociedade moderna teria que lidar permanentemente. Dada a própria estrutura da sociedade, dividida entre detentores de propriedades e despossuídos, a saída para combater a pobreza e a desigualdade social se transformam num pesadelo de Sísifo. Entretanto, na ausência de um processo que revolucione toda a estrutura e coloque fim em tal processo, as políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade social, que nasceram no final do século XIX na Europa, tornar-se-ão presentes em praticamente todos os países de todas as partes do globo e, de algum modo, definirão o grau de sofrimento da população despossuída. São políticas sociais de saúde, educação pública, transportes, moradia, etc. E são políticas sociais de transferência de renda e renda mínima de cidadania. Todas com o objetivo de combater as “naturais” contradições da sociedade moderna e, portanto, criar um ambiente que possibilite, ao menos, a sobrevivência de grandes contingentes populacionais. No Brasil, por exemplo, praticamente metade da população carece de políticas sociais para a manutenção da própria segurança alimentar.

As contradições sociais se exacerbam na atual fase de crise estrutural na medida em que as grandes potências, principalmente EUA, Europa, China e Rússia, insistem num padrão destrutivo de acumulação ampliada, ao privilegiar a indústria do complexo industrial militar como verdadeira âncora para sustentar o famigerado crescimento de suas economias e agora, com a guerra na Ucrânia, a Rússia vem dobrando sua capacidade de produção de



armas, já tendo mais potencial bélico do que toda a OTAN. Consequentemente, mantém-se um padrão destrutivo em relação à natureza ao entender a natureza como recurso inesgotável a serviço do capital. O capital avança sobre a natureza e aos recursos indispensáveis à vida humana, como a água, através de investimentos diretos nos países do sul global e com seus *lobbies* para privatizar as companhias de água e saneamento, como é atualmente o caso da SABESP em São Paulo. Já não sabemos mais se as grandes corporações são enquadradas em atividade econômica ou crime ambiental, ou ambas, dado o potencial de destruição em curso.

Desocupação em massa e catástrofes ambientais são os corolários das duas tendências da crise estrutural do capital. E obviamente a população pobre gerada neste caldeirão demoníaco é a mais atingida pela falta de alimentos (nem estamos falando dos alimentos saudáveis) e com as enchentes e deslizamentos. Assim, pobreza econômica e crise ambiental andam de mãos juntas como problemas insolúveis dentro dos marcos da acumulação ampliada e destrutiva global. Eis o grande problema da contemporaneidade do século XXI.

Não obstante tudo isso, e sem uma alternativa humana para a crise, o grande capital, representado pelas grandes potências (G7), partem para o alargamento das fronteiras da OTAN, gerando uma crise geopolítica representada na guerra no terreno da Ucrânia e da Palestina. Os desdobramentos desta crise definirão as novas configurações geopolíticas de um mundo multipolar, mas não há nada no horizonte que aponte para uma nova forma de sociabilidade não destrutiva.

Se tomarmos os dados do índice de desenvolvimento humano, verificamos que temos três países com IDH muito alto, a saber, a Rússia, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. E do lado oposto, com suas populações em maior vulnerabilidade, temos a Etiópia com o IDH abaixo de 500. O Brasil, apesar de todas as suas mazelas, principalmente relacionadas a sua extrema concentração de renda, e a sua pobreza de aproximadamente 32 por cento da população, figura com um alto IDH próximo de 800.

Se considerarmos os dados do Index Mundi (2022) para a população abaixo da linha da pobreza (geralmente caracterizado por aquelas pessoas que vivem com menos de 2,15 dólares americanos por dia), vemos o Brasil em uma situação confortável, vis-à-vis aos demais países do BRICS+, com um percentual de 4,2 por cento da população em estado de miséria, algo apenas comparável com a miséria da China que é a menor dos países



considerados, com “apenas” 3,3 por cento. Este dado da China é extraordinário e pode ser creditado aos desdobramentos do após revolução comunista, já que antes da revolução a China era uma sociedade rural submetida ao saque permanente do imperialismo britânico, ou o chamado “século da humilhação”. O dado se torna alarmante se tomarmos total de pessoas miseráveis em termos absolutos, dado o tamanho da população chinesa em torno de 1 bilhão e quatrocentos milhões de pessoas. Entretanto, é preciso considerar que os países realmente afetados pela miséria são Etiópia e Egito, com quase 30 por cento de suas populações na miséria. O efeito do imperialismo e colonialismo ainda se fazem sentir de forma devastadora. No caso do Brasil, se considerarmos os dados da população em estado de pobreza, chegamos a aproximadamente 32 por cento da população em 2022, segundo dados do índice nacional de pobreza do IBGE (GOMES, 2023).

Tabela 1. BRICS PLUS Gross Domestic Product 2022 – PPP (millions of international dollars)

PAIS	PIB – 2022	População (mi)	IDH 2022	Miséria (PALP)	Coefficiente de Gini 2022
Brasil	1.920,095,78	205	0,76	4,2	52
Rússia	2.240,422,43	142,9	0,821	13,3	36
Índia	3.416,645,83	1.441,70	0,644	21,9	32,8
China	17.963,171,48	1.410,00	0,788	3,3	37,1
África do Sul	405.270,85	62,4	0,717	16,6	63
Irã	413.493,21	87,4	0,78	18,7	34,8
Arábia Saudita	1.108,571,52	33,4	0,875	nd	nd
Emirados Árabes	507.063,97	9,7	0,937	19,5	26
Etiópia	126.783,47	107,3	0,492	29,6	35
Egito	476.747,72	107,7	0,728	27,8	31,9

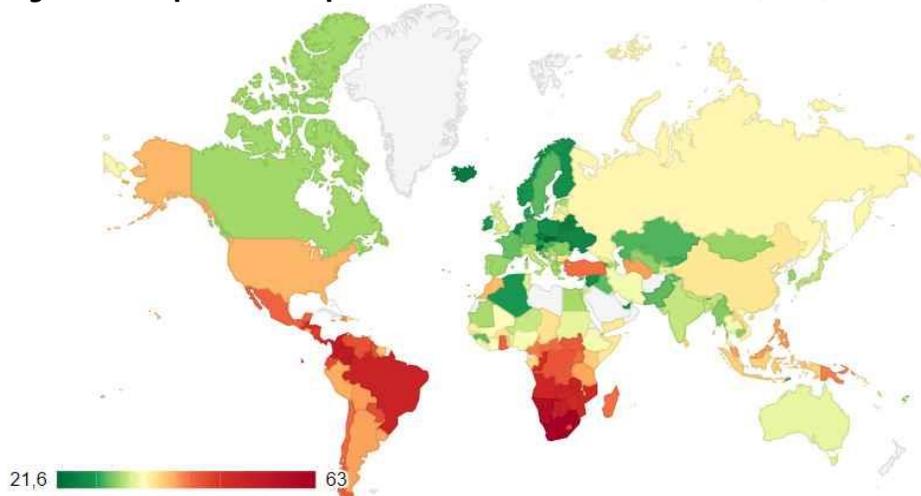
Fonte: Banco Mundial, 2024; PNUD, 2014; Index Mundi, 2022.

No que tange à concentração de renda, a ilustração abaixo deixa uma mensagem amarga: o Brasil e a África do Sul se destacam no cenário global por estarem entre os países mais desiguais do mundo. Os países em vermelho são os mais desiguais representados pelo Brasil, alguns países da Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



América Central e todo o sul do continente africano. O chamado desenvolvimento econômico e o crescimento econômico nestas regiões do mundo, estão aí para atestar a falácia da ideia difundida a exaustão pelos economistas liberais, de que o crescimento econômico e o próprio desenvolvimento capitalista trariam o bem-estar e a melhoria das condições de vida para toda a população. Ao contrário, nesses países, o desenvolvimento capitalista sempre vem acompanhado com a nefasta ideia da teoria do bolo, onde a renda deveria crescer para depois ser distribuída, entretanto, nota-se que, após mais de um século de desenvolvimento capitalista moderno no Brasil, a riqueza esteve e continua a estar sempre mais concentrada nas mãos de uma parcela ínfima da população, que se confrontado com os longos cinco séculos de nossa existência, primeiro como colônia e império escravocratas, depois como república, e veremos que as tais mãos são a mesmas, as mãos das elites brancas proprietárias de terras e do capital.

Figura 2 - Mapa Mundi representando o coeficiente de Gini (2023)



Fonte: Country Economy, 2023.

Contradições do imperialismo e o significado do avanço do BRICS+.

À medida que aumenta o poderio econômico e conseqüente expansão das trocas mundiais em favor de um grupo de países, ao ponto de restringir a preeminência das potências capitalistas dominantes, é natural



que um número crescente de países decida aderir a este grupo rebelde que crescerá à medida que se mantenha o crescimento econômico deste. Esse processo ainda mais se acentua, caso esse aglomerado implique em condições econômicas e políticas mais favoráveis, mais livres e desimpedidas, contra a estreita tutela e controle do imperialismo dominante, fora do temor permanente de ver-se bloqueado por sanções e vetos, mais ou menos violentos, recorrentemente seguidos por intervenções bélicas destinadas ao enquadramento dos países indisciplinados⁴.

Imaginam os teóricos dos BRICS a possibilidade de superação, ainda que temporária, da forma imperialista intervencionista dominante e teremos o processo atual de constituição e expansão dos BRICS. Este ainda não é mais que um conglomerado político voluntário de países desejosos de uma vida econômica e política mais autodeterminada e a mais pacífica possível, não passando de um clube de países aspirantes ao livre desenvolvimento. Em certa medida, este seria o esperado caso a proposta original de Bretton Woods houvesse vingado⁵. Suponhamos que se suspenda a economia

⁴ “Según Sergey Glazyev, miembro de la Academia Rusa de Ciencias Ministro de Integración y Macroeconomía de la Unión Económica de Eurasia, asistimos a un periodo de cambio de patrones tecnológicos y mundiales que siempre va acompañado de crisis económicas estructurales y guerras, respectivamente. El cambio de patrones tecnológicos comienza con un aumento de los precios de la energía, tras el cual las economías de los países desarrollados se sumergen en una depresión prolongada de la cual se sale por una “tormenta de innovaciones”. Durante ese período las tensiones político-militares se intensifican y la carrera armamentista impulsa a la economía a entrar en una nueva y larga ola de crecimiento basada en un nuevo orden tecnológico. Glazyev sostiene que hoy ese periodo se está cerrando con el salto de China e India al liderazgo del desarrollo técnico y económico mundial, con base en un nuevo orden tecnológico cuyo núcleo es un complejo de tecnologías nano, bioingeniería, información, digitales, aditivas y gníticas...En definitiva, en el marco de la actual fase de “acumulación militarizada” – como la llama William I. Robinson- que a raíz del suministro masivo de armas a Ucrania dispararon las acciones de megacorporaciones militares y de seguridad estadounidenses como Raytheon, General Dynamics, Lockheed Martin, Northrop Grumman y Boeing, la manobra del estado profundo (deep state) que controla a Joe Biden pudo ser garantizar que Europa contribuya más a la OTAN, compre más material bélico al complejo militar-industrial y se encierre más e l dependència comercial y monetária impuesta por EU (Fázio, 2022).

⁵ A proposta original de Bretton Woods implicava um regime democrático de acesso ao financiamento e um regime financeiro não vinculado à predominância de uma específica moeda nacional.



política de guerra como *modus vivendi* do imperialismo em nome da autodeterminação dos povos. Essa parece ser a mensagem dos ideólogos do BRICS assim como a prática das suas potências dominantes. Não apesar da guerra da Ucrânia, mas exatamente por causa dela⁶.

É assim que o BRICS+ não passa de ser o resultado de uma deliberação de burguesias nacionais desejosas de garantir o mais livre desenvolvimento (antes de tudo econômico) de seus países, através de relações externas democráticas ou as mais democráticas possíveis sob a continuidade da relação capital. É uma organização de governos - o que delimita o seu grau democrático possível -, uma projeção de suas políticas nacionais. Nesta situação de declínio da ordem mundial capitalista vigente após a II Guerra Mundial, não é de admirar a rápida expansão do número de países postulantes a membros desse clube, assim como a efetiva expansão dos países nele aceitos. Também indica o grau de segurança dessas burguesias em seu monopólio do poder, dada a debilidade da luta de classes após a autodestruição da URSS.

O nascimento e expansão do BRICS+ aponta para a possibilidade histórica de uma nova era de surto desenvolvimentista do capitalismo, de superação da ditadura do capital financeiro sobre o capital e, conseqüentemente, sobre as nações, a impor seu *diktat* mundial, tal como ainda hoje ocorre. Uma nova era não mais sob o império das guerras neocoloniais, tal como ocorre sob o imperialismo hoje declinante⁷. Entretanto, tal suposto processo é simultâneo ao aguçamento inaudito das contradições socioeconômicas do capitalismo mundial, era de plena aproximação da situação de colapso ambiental (MARQUES, 2023) e de uma guerra atômica (CNN Brasil, 2023), época de crise estrutural do capital, da real possibilidade de pleno desenvolvimento das forças produtivas, simultânea à ampla inconsciência sobre a necessidade de transformação de uma sociedade mundial ecologicamente insustentável. Uma época, portanto, paradoxalmente contraditória, de máxima possibilidade emancipatória e de

⁶ “À medida que a guerra na Ucrânia se intensifica, começou uma nova competição sobre quem liderará o mundo. O BRICS+ é a primeira salva e nova batalha pelo poder global, mas certamente não será a última” (Prakash, 2022).

⁷ Isso se depreende dos fundamentos da teoria da transformação socioeconômica proposta por Glazyev. Ver também **ESCOBAR**, Pepe. Problemas BRICS, soluciones BRI.El viejo topo, 19/08/2023, Disponível em: <https://elviejotopo.com/topoexpress/problemas-brics-soluciones-bri/>



mínima real possibilidade de emancipação, tão próxima e tão distante de uma revolução política que operasse a transição do capitalismo a uma sociedade comunista, que realizasse a transição à extinção das mercadorias e ao controle das maiorias sobre a reprodução social e econômica. Época onde a necessidade da revolução é tão objetivamente presente e necessária quanto subjetivamente distante. Época característica do movimento simultâneo desse imbróglcio conservador-revolucionário, época de transição. Porém, na ausência de força e movimento emancipatório mundial organizado, operante e consciente, época potencialmente passível de operar um profundo retrocesso histórico antidemocrático e obscurantista. Esta é, poderíamos dizer tranquilamente, a tendência maior, embora seja um fato que o grau de insuportabilidade histórica desta civilização faça ininterruptamente suceder revoluções políticas aspirantes a uma sociedade não capitalista no ex-mundo colonial ibérico.

Entretanto, a concomitância da guerra com projeções nucleares, a catástrofe em trânsito ininterrupto ao colapso ambiental, a transformação da mentira em religião vital para a expansão da auto alienação de massas (DA EMPOLI, 2023; MELO, 2020), o fluxo migratório massivo incessante em direção à Europa, a revolução microeletrônica gerando o quarto órgão da máquina e seu conseqüente potencial de multiplicação infinita as forças produtivas⁸, as múltiplas dimensões da crise socioeconômica, a marcha célere da ultradireita com cada vez mais fortes tinturas fascistas e o colapso da soberania política da Europa em prol da dominação norte-americana, colocam o continente europeu no centro de um conglomerado de contradições cuja gravidade só tende a aumentar.

Por sua vez, a ruptura política do pacto histórico de convivência democrática civilizada entre democratas e republicanos nos EUA⁹ subverte a

⁸ O quarto órgão da máquina é uma descoberta do teórico Sérgio Bacchi (2008), ao analisar a produção econômica capitalista pensada por Marx no capítulo do Capital (vol. I, cap.13) Maquinaria e grande indústria. O quarto órgão (os três órgãos, característicos da primeira fase da Revolução Industrial são: a geração de energia – o gerador - a sua transmissão - a correia transmissora e a função operativa – a máquina-ferramenta, o mecanismo transformador da matéria prima) é o órgão de controle das máquinas, gerado pela introdução da microeletrônica nos processos produtivos, processo característico desta segunda fase. Completar-se-ia, pois, a própria Revolução Industrial, já liberta das limitações tecnológicas de sua primeira fase.

⁹ Sobre a caminhada da direita e ultradireita nos EUA, vide Micklethwait (2007).



dinâmica mundial das relações entre as forças democráticas e não democráticas no interior e entre as nações capitalistas do planeta, aguçando a caminhada fascista pelo mundo (MATTEI, 2022), faz incrementar ao nível do intolerável todas as dimensões da crise estrutural do capital. Se a necessidade de uma nova civilização se impõe como urgência urgentíssima, cresce *pari passu* a sua impossibilidade subjetiva¹⁰, não nos esqueçamos, porém, dos efeitos dinâmicos regressivos incomensuráveis dessa ruptura, assim como de sua centralidade político-econômica universal.

Esse é o resumo do contexto histórico do qual o BRICS+ faz parte. Ele não aspira, pelo menos nestes momentos, a formalizar seu estatuto mundial e impor regras à comunidade internacional, à semelhança daquelas oriundas do pós-II Guerra Mundial. Como afirma um especialista, ele não passa de um clube de governos, tal qual é hoje o G7, embora se abra para facilitar e incrementar e financiar infraestrutura e outras obras de alto significado socioeconômico, assim como alcançar uma desdolarização do intercâmbio

¹⁰ “ O que é relevante neste caminho filosófico (de Marx, assim como de Spinoza e Hegel, que postula. obs. PALF)“a ação livre que pressupõe a inteligência do necessário e a capacidade de se conformar a ele é, pelo contrário, por esta mesma razão, a mais previsível que existe.”) é constantemente confirmada pela vida – portanto é de uma lógica fortíssima que hoje, face aos insuportáveis efeitos ecológicos e antropológicos da ditadura exercida pelas finanças mundializadas, faz surgir o anseio por uma civilização diferente em todos os lugares. Contudo, admitiremos a insuficiência de uma concepção de liberdade que postule uma consciência clara do que é necessário, mas que conduza à resignação ao que se diz (querer)comandar. Como materialista evolucionário, Marx vê de uma forma muito mais ampla: ação livre certamente pressupõe uma inteligência precisa do que é necessário, mas concomitante à atenção muito aberta à detecção contingente e ativa do possível, coisas acessíveis de forma muito desigual dependendo dos atores e das circunstâncias históricas, de modo que a aleatoriedade se introduz em massa na transição das lógicas submetidas às opções escolhidas. Demasiado sumário é o otimismo do Manifesto Comunista segundo o qual “o capitalismo produz os seus próprios coveiros – vemos hoje como também se os torna passivos ou os desvia para os piores becos sem saída. Não podemos, portanto, acreditar que a evidência das infâmias do capital possa, de algum modo, ser suficiente para tornar irresistíveis as escolhas do pós capitalismo – a injustiça patente da exploração do trabalho não impediu isso de forma alguma durante séculos. (...) O capitalismo apoia alegremente a sua desumanidade, mas já está tropeçando e tropeçará cada vez mais seriamente contra a crescente exigência de humanidade” (SÉVE, 2019, p. 234;235).



comercial entre seus parceiros¹¹. Não é um fórum declaradamente emancipacionista, embora pregue a autodeterminação dos povos, basta dizer que seus bancos centrais estão na mão de suas respectivas burguesias financeiras e seus funcionários adeptos da ordem dos conglomerados multinacionais¹². Toussaint nota este paradoxo, enquanto se propaga os desejos soberanistas do BRICS, suas respectivas burguesias administram o capital de acordo com os preceitos neoliberais, mantendo, com exceção da China, seus bancos centrais sob os ditames do capital financeiro (TOUSSAINT, 2024). Uwe, por sua vez, expressa os temores da EU pela perda dos controles imperialistas tradicionais e pela entrada em um mundo multipolar¹³.

¹¹ “O impulso da desdolarização tem vindo a aumentar, com a Rússia, a China e o Brasil a utilizarem cada vez mais moedas que não o dólar em transações transfronteiriças. A invasão russa da Ucrânia e as subsequentes sanções ocidentais motivaram ainda mais estes esforços. As nações do BRICS têm também explorado as possibilidades de uma criptomoeda BRICS e o alinhamento estratégico das moedas digitais do Banco Central para interoperabilidade monetária e integração econômica.” (KAVANAGH, 2023).

¹² **“A presidência russa do BRICS poderia propor uma reformulação interna do NBD este ano?”**

“Estamos fazendo o nosso melhor. Não tenho a certeza se o Ministério das Finanças compreende a gravidade disto. O presidente entende. Eu pessoalmente promovi essa ideia para ele. Mas o presidente do Banco Central e os ministros ainda pensam no velho paradigma do FMI.” (...) “do jeito que está, existe um abismo de fato entre os BRICS e o NDB.” (...) **Sobre a questão das moedas nacionais:** “Quando eu era Ministro do Comércio Exterior, há 30 anos, tentei transformar todo o nosso comércio de commodities em rublos. Argumentei com Yeltsin e outros: “temos de negociar em rublos, não em dólares”. Isso tornaria automaticamente o rublo uma moeda de reserva. Quando a Europa mudou para o euro, tive uma reunião com o Sr. Prodi e combinamos: “usaremos o euro como moeda e vocês usarão o rublo”. Depois Prodi veio ter comigo, depois de consultas, e disse: ‘Falei com o Sr. Kudrin [ex-Ministro das Finanças russo, 2000-2011], ele não me pediu para fazer do rublo uma moeda de reserva’. Isso foi sabotagem. Foi uma estupidez. Na verdade, os problemas são profundos – e continuam a persistir: O problema foram os nossos reguladores, educados pelo FMI, e o segundo problema foi a corrupção.” (ESCOBAR, 2024).

¹³ “El mundo multipolar de Vladímir Putin y Xi Jinping formula reclamos neoimperialistas sobre esferas de interés autodefinidas. No está sujeto a ninguna norma y es exactamente lo opuesto a un mundo multilateral en el que todos actúan según las mismas reglas. Esta noción de multipolaridad destruye el orden basado en
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



Considerações finais

A chamada “nova pobreza” ou pobreza moderna, fenômeno que acomete todos os cantos do planeta desde, pelo menos, o século XVI, é na verdade o resultado dos processos de expropriação e depois de permanente e crescente aumento das taxas de exploração, concomitante ao aumento do exército industrial de reserva, ou seja, é um fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

40

O que temos de novo, na atual fase de crise estrutural do capital é uma crise estrutural nas relações sociais, provocada pelo fenômeno no qual as forças racionalizadoras são maiores do que as forças geradoras de empregos. Nesta fase de crise estrutural, a pobreza e a miséria são fenômenos que atingem todos os países, e por certo os países chamados desenvolvidos como os Estados Unidos, onde a pobreza já atinge 15 por cento de sua população trabalhadora (Index Mundi, 2022).

Os países do BRICS+ figuram em sua maioria como países de IDH alto, muito alto e médio, o que confere aos países, o que não significa que a população trabalhadora desses países viva em condições dignas de existência. As contradições do capital criam um extraordinário exército industrial de reserva com um elemento novo ditado pelas novas tecnologias da quarta revolução industrial. O fenômeno da desocupação em massa pode ser verificado em todas as partes do mundo. No Brasil ele aparece claramente na assim chamada parcela dos nem-nem, os jovens de 18 a 24 anos que nem estudam e nem trabalham. Nesta categoria está a assustadora cifra de 36 por cento dos jovens brasileiros, um país considerado de alto

reglas y reemplaza la fuerza de la ley por la ley del más fuerte. A cada líder autocrático se le garantiza libertad de acción en su propio país. (...) Un mundo multipolar puede garantizar estabilidad solo si las principales potencias colaboran. Cuando la multipolaridad no se integra al multilateralismo, el resultado es fragmentación y guerra.

Occidente, y la Unión Europea en particular, deberían ver este proceso como un tardío llamado de atención. Si la UE desea seguir siendo un actor global, debe tener claro que la multipolaridad llegó para quedarse y que el panorama estratégico probablemente se volverá aún más complicado. Para avanzar en un entorno así, será necesario que la UE vaya más allá del marco transatlántico centrado en Occidente y que se comprometa verdaderamente con los países en desarrollo.” (APTENHÖGEL, 2024)



IDH. Neste assustador quesito, o Brasil figura em segundo lugar do mundo, ficando atrás apenas da África do Sul, outro importante país do BRICS+ (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Os Estados Unidos da América do Norte são um dos mais extraordinários países do mundo. Com poucos séculos de existência na sociedade moderna (1600) e possuindo um dos mais interessantes povos do mundo, tem como uma de suas características mais marcantes a sua indiscutível e brutal vocação para a guerra. Senão vejamos: tendo sua origem como um vasto território desconhecido e colonizado, principalmente pelos ingleses, foi marcado logo no início pela guerra, literalmente sem fronteiras, entre os colonos e os povos indígenas. Foi um verdadeiro massacre dos povos autóctones que varreu a "América", literalmente de leste a oeste, criando as mais interessantes e igualmente brutais histórias do assim chamado "velho oeste" até chegar ao Pacífico. Foi, talvez o primeiro massacre sangrento protagonizado por aquele jovem povo da América do Norte. Este povo guerreiro ainda com sangue indígena pingando de suas mãos partiu para mais uma guerra, desta vez contra o colonizador inglês, na chamada guerra de independência no final do século XVIII, com as famosas revoltas do chá, ou chá de Boston. Povo vitorioso e dando continuidade à sua saga, dividiu-se em praticamente três camadas: o norte, que começou a experimentar as novidades do que se poderia chamar de industrialização; uma estreita faixa no centro, com a produção de alguns elementos agrícolas; e o grande sul, com uma economia e sociedade parecida com a colônia brasileira, já que caracterizada pela monocultura e pelo trabalho escravo. Não tardou para que os conflitos se acirrassem com tamanha disparidade de tipos de sociedades e de desenvolvimento entre as partes. Quando Abraham Lincoln, presidente ligado aos interesses do norte chegou ao poder, não tardou para os jovens senhores da guerra organizarem mais uma luta sangrenta entre os "norte-americanos" do Norte contra os "norte-americanos" do sul, a chamada guerra de secessão. Afora os conflitos com os mexicanos que aumentaria bastante o país, retirando partes significativas do território do derrotado. A vitória do Norte, em 1864, determinaria um caminho de desenvolvimento capitalista moderno, industrial e "liberal", sendo que no limiar do século XX, os Estados Unidos já possuíam uma indústria siderúrgica comparável à da velha Inglaterra. O século XX será dominado por guerras, sempre com a presença marcante dos "americanos". Sua influência e poder será determinante, principalmente depois da segunda



grande guerra, onde emergiu como a grande potência nuclear vencedora e como único país a ter a coragem de lançar bombas atômicas sobre seu o inimigo, traumatizando o Japão e o mundo até hoje. Os senhores da guerra agora como senhores absolutos do poder de reorganizar o mundo do pós guerra, jamais descansaram suas armas, já que logo se instalou a chamada “guerra fria” com os países comunistas. Aspecto muito interessante deste altíssimo vôo sobre a história global, foi sem dúvida a passagem do bastão do imperialismo capitalista da Inglaterra de Winston Churchill para os Estados Unidos em 1946 que vale até o presente momento, ou seja, já dura quase um século. Apesar de todo o processo imperialista desencadeado, tudo indica que a atual fase de crise estrutural do capital coincida com a crise do imperialismo estadunidense e a emergência de um mundo multipolar, com destaque para os países do BRICS+, principalmente China e Rússia. É possível afirmar que, se houver futuro, o mundo será outro após as guerras da Ucrânia e da Palestina. Sendo assim, destacamos como elementos fundamentais das contradições do atual processo histórico, a crise estrutural do capital, a crise do império americano e a ascensão da Eurásia e do BRICS+ como elementos centrais da nova geopolítica, desta vez inaugurando um mundo multipolar.

É importante notar que, a despeito dos países do BRICS terem se unido pela confluência das suas taxas de crescimento, a discrepância entre a situação social de cada um dos países passou ao largo das primeiras cúpulas do bloco. Foi somente no quarto encontro do grupo em 2011, que se declara o compromisso do bloco com relação ao desenvolvimento sustentável e no quinto encontro do grupo, em 2012, que a primeira pauta social foi debatida e incluída nos documentos do grupo. Trata-se do tema da juventude e dos problemas demográficos encontrados nestes países.

A despeito das menções nos relatórios oficiais, que chegam a ser centrais no encontro em Fortaleza de 2016, que tem como propósito “enfrentar os desafios para a humanidade, colocados pela necessidade de alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação”, o grupo não avança na elaboração de políticas específicas e conjuntas para mitigação de desigualdades entre os países. Nos documentos oficiais, o tratamento aos temas sociais parece sempre atrelado à ideia de desenvolvimento e as disparidades entre os países não parecem ser obstáculos e tampouco exercer qualquer ponderação sobre as possibilidades de atuação conjunta do bloco.



Mais recentemente, a formação do BRICS+ adiciona novos desafios à equalização destes temas dentro do bloco. O novo bloco, de maneira quase hegemônica, está pautado e fundado na degradação ambiental e uso de recursos energéticos escassos e poluentes e não oferece ao sul global uma alternativa contra hegemônica à crise ambiental do capital. Pelo contrário, reforça o tão antigo padrão de inserção do sul global na divisão internacional de trabalho, que - a despeito das intenções de não dolarização - ainda envia aos países centrais os seus recursos naturais e energéticos.

O certo é que o BRICS+ é um sistema de governos que, embora acene com uma nova era de desenvolvimento autônomo dos países nele associados, se mantém nos marcos do *diktat* do capital financeiro sob a forma de capitalismo da miséria proletária, o que nos fala sobre uma longa e complexa transição para a consecução de uma nova ordem mundial mais democrática e menos guerreira, assoberbada pela presença da guerra - antes de tudo a da Ucrânia - que flerta com o Armagedon nuclear e insuflada pelo guerreirismo irracional do bloco imperialista ocidental sob a bandeira da OTAN e com a evidência do recrudescimento da ameaça do colapso ambiental mundial. Tantas dimensões simultâneas e conflitantes torna difícil projetarmos um futuro próximo mais benfazejo e emancipador.

Conforme discutido ao longo deste artigo, o BRICS emergiu de uma reunião que, embora não tivesse um propósito claramente definido, foi caracterizada pela coincidência de os países membros pertencerem ao grupo de economias emergentes, ou seja, de renda média dentro da periferia do capital. O grupo, que curiosamente nasce de dentro das entranhas do capitalismo, através do relatório produzido pelo Goldman Sachs, acaba ganhando alguma notoriedade nas décadas passadas por apresentar-se como uma via alternativa para a mediação de interesses geopolíticos e promoção de investimento. No entanto, ressaltamos neste texto a incapacidade do bloco, na ausência de um horizonte de atuação anti-sistêmico, de fazer frente e enfrentar o imperialismo e a Nova Ordem Mundial. Representa um novo agente dentro da Ordem Existente, sem oferecer alternativas que não recaiam na exploração do trabalho e nem do meio ambiente.

Em resumo, a análise apresentada demonstra que, apesar da retórica e das promessas iniciais, o BRICS não conseguiu se consolidar como uma força transformadora capaz de desafiar as estruturas dominantes do capitalismo global. A falta de uma agenda anti-sistêmica clara e a



continuação das práticas de exploração indicam que o bloco funciona mais como uma reformulação dentro do sistema atual do que como um catalisador para uma mudança significativa. Portanto, o BRICS permanece, até o momento, como um componente da ordem econômica global existente, sem oferecer soluções substanciais para os desafios da exploração laboral e ambiental.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o 2º país com maior proporção de jovens 'nem-nem', e dado preocupa. 24/07/2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2023/07/24/brasil-e-o-2-pais-com-maior-proporcao-de-jovens-nem-nem-e-dado-preocupa.htm> - Acesso 17/05/2024
- APTENHÖLGEL, Uwe. BRICS: de la ambición desarrollista al desafío geopolítico. Nueva Sociedad, nº 310, marzo-abril 2024. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/310-BRICS/> - Acesso em 28/06/2024.
- BACCHI, Sérgio. **La crisis final del capitalismo. El hombre y la máquina**, Santiago (Chile), Ernesto Carmona Editor, 2008.
- BANCO MUNDIAL. **Data**. 2024. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?view=chart>. Acesso em 05-mai-2024.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Nações Unidas, 2012.
- CEPALSTAT. Dados disponíveis em www.cepal.org. Acesso em 21 set 2018.
- CHESNAIS, F. "A globalização e o curso do capitalismo de fim de século". **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- CNN Brasil. Putin diz que a Rússia está pronta para a guerra nuclear e alera EUA sobre interferência. 13/03/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-diz-que-russia-esta-pronta-para-guerra-nuclear-e-alerta-eua-sobre-interferencia/#:~:text=O%20presidente%20russo%20Vladimir%20Putin,uma%20escalada%20significativa%20do%20conflito> – Acesso em 28/06/2024.



- COUNTRY ECONOMY. Índice de Gini 2023. 2023. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini>. Acesso em 09 de maio de 2024.
- DA EMPOLI, Giuliano **Os engenheiros do caos: como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições São Paulo**, Vestigio, 2020;
- ESCOBAR, Pepe. **Eurasia v. NATOstan**. Chronicles of liquid war. Livro 4/4. 2024.
- _____, Rocky Road to Dedollarization: Entrevista com Sergei Glazyev, 04/03/2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/geopolitica/entrevista-com-sergei-glazyev-por-pepe-escobar/> - Acesso em 28 de junho de 2024.
- FAZIO, Carlos. Hacia una geoeconomia bipolar?. El viejo topo. 5/7/2022. Disponível em [https:// elviejotopo.com/topoexpress/hacia-una-geoeconomia-bipolar/](https://elviejotopo.com/topoexpress/hacia-una-geoeconomia-bipolar/). – Acesso em 28 de junho de 2024.
- GENNARI, Adilson M. “Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara na dialética brasileira”. **Revista Fim do Mundo**, n. 1, jan-abr 2020. Marília – SP: UNESP. 2020.
- IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Edição Especial n. 13. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em jan. 2014.
- GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. Agência IBGE Notícias. 6 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021> - Acesso em 28/06/2024
- IPEA. **Toward a Long-Term Strategy for BRICS**. Think Tank, s.d.
- INDEX MUNDI. População abaixo da linha da pobreza, 2022. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/Acesso em 26-abr-2022>
- IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, 2008.
- KAVANAGH, Billy. BRICS Summit 2023: The Quest for a New World Order. **Impakter: Business of Sustainability**. 17/07/2023. Disponível em: <https://impakter.com/brics-summit-2023-the-quest-for-a-new-world-order/> - Acesso em 28/06/2024
- LENIN. V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegado Publicações, 2011.



- LUKÁCS, G. **El Asalto a La Razon**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Tercera edición. Barcelona-México, D.F. Ediciones Grijalbo S. A, 1972.
- MARQUES, Luiz. Guerra e colapso socioambiental. O futuro será pior; sem paz, ele será terminal. A terra é redonda, 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/guerra-e-colapso-socioambiental/> - Acesso em 28/06/2024
- MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3º edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo: CHED, 1980.
- MASON, Paul. **Pós-capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MATTEI, Clara. **The capital order. How economists invented austerity and paved the way to fascism**. The University of Chicago Press, 2022.
- MELLO, Patrícia C. **A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital**, São Paulo, Cia das Letras, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MICKLETHWAIT (2007), John. WOOLDRIDGE, Adrian. **Una nación conservadora. El poder de la derecha en Estados Unidos**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2007.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p.23-47, jul, 2006a.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO**, p.274, 2006b.
- O'NEILL, Jim. "Building Better Global Economics", **BRICs, Global Economic Paper n. 66**, nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em 06-abr-2022.
- PAINE, Thomas. **Agrarian Justice**. Inglaterra: Disponível em: http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p_agrarian-justice.pdf. 1795
- PNUD. Relatório de desenvolvimento Humano, 2014
- PRAKASH, Abishur. How an Expanded BRICS Could Lead the World. Brics Portal. 4/06/2022. Disponível em <https://infobrics.org/post/36073> - Acesso de 28/06/2024.



- SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cotez, 2002.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SÈVE, Lucien **Penser avec Marx aujourd’hui.” Le communisme”**. Paris, La Dispute, 2019.
- SINGER, Paul. “cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: contexto, 2008.
- SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. “Destrução ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista”. **Revista Fim do Mundo**. n. 2 mai-ago . Marília – SP: UNESP, 2020.
- TOUSSAINT, Eric. Are the BRICS and Their New Development Bank Offering Alternatives to the World Bank, the IMF and the Policies Promoted by the Traditional Imperialist Powers? Counter Punch. 24/04/2024. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2024/04/24/are-the-brics-and-their-new-development-bank-offering-alternatives-to-the-world-bank-the-imf-and-the-policies-promoted-by-the-traditional-imperialist-powers/> - Acesso em 28/06/2024.
- XING, Li. **The international political economy of BRICS**, Routledge, London and New York, 2019.

São Paulo, Campinas, Recife, 27 de jun. 2024



Artigos



Alguns elementos da economia política da guerra na história da ordem capitalista mundial — o caso do Brasil (extratos de tese de doutorado)¹

Paulo Alves de Lima Filho²

Resumo

A trajetória do complexo bélico na história do Ocidente moderno, em especial na aventura colonial portuguesa e sua transformação no Brasil como perseguição do objetivo de gerar uma potência nacional. O complexo bélico na evolução dos capitalismo nascidos de revoluções burguesas conservadoras na Europa e Américas. Evolução do complexo bélico até a fase imperialista, como complexo industrial-militar. O projeto brasileiro de forjar um complexo industrial-militar na segunda metade do século XX. Projeções do capitalismo brasileiro em busca de potência bélica.

Palavras-chave: complexo industrial-militar; potência bélica nacional; colonização portuguesa.

Resumen

La trayectoria del complejo bélico en la historia del Occidente moderno, especialmente en la aventura colonial portuguesa y su transformación en Brasil como búsqueda del objetivo de generar una potencia nacional. El complejo bélico en la evolución de los capitalismo nascidos de las revoluciones burguesas conservadoras en Europa y América. Evolución del complejo bélico hasta la fase imperialista, como complejo industrial militar. El proyecto brasileño de forjar un complejo militar-industrial en la segunda mitad del siglo XX. Proyecciones del capitalismo brasileño en busca del poder militar.

Palabras clave: complejo militar-industrial; poder nacional de armas; Colonización portuguesa.

Abstract

The trajectory of the war complex in the history of the modern West, especially in the Portuguese colonial adventure and its transformation in Brazil as a search for the objective of generating a national power. The war complex in the evolution of capitalism born from conservative bourgeois revolutions in Europe and America. Evolution of the war complex to the imperialist phase, as a military-industrial complex. The Brazilian project to forge a military-industrial complex in the second half of the 20th century. Projections of Brazilian capitalism in search of military power.

Keywords: military-industrial complex; national military strength; Portuguese colonization.

¹ LIMA FILHO, Paulo Alves. **A economia política do complexo industrial-militar** - o caso do Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

² Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



Não há no mundo grande realização que não comece pelo sonho. O sonho é a própria realização em estado potencial. É a nebulosa difusa e confusa donde saem os mundos.

(Monteiro Lobato, O escândalo do petróleo e ferro)

50

Introdução

Trinta e um anos após a defesa de minha tese, em 1993, ousou dar à luz alguns extratos de capítulos que me pareceram interessantes para tratarmos do tema da guerra na ordem mundial capitalista, tema deste número 11 de nossa revista Fim do Mundo, desde o espaço das revoluções burguesas conservadoras, em especial a do Brasil, passando rapidamente por outras (Paraguai, Rússia, etc.). Espero que essas linhas tenham se mantido à altura de virem à luz sem ofender o estado atual das pesquisas sobre o tema. Como sabemos, sempre é arriscado mexermos no baú dos antigos guardados, quanto mais quando eles pertencem a outro século. Peço indulgência aos leitores deste 2024 para com minhas pretéritas e mal traçadas ousadias teóricas.

EXTRATO I

Bases para a compreensão da economia política do militarismo nos capitalismos tardios e mais-que-tardios

[42-56]

1. A nobreza acende a tocha - fundamentos da Economia Política do Brasil Potência

E porque era pública voz e fama que se êl ia pera Ingraterra, veendo Rui Pereira tanto poboo a redor dele, braadando todos que o queriam por senhor, disse ua tal razom contra o Meestre:
- Queres que vos diga, Senhor? Vós dizem que vos iis pera Ingraterra; mas a mim parece que boom Londres é este.

(Fernão Lopes, Crônica de D.João I, 1ª parte, cap. 22)



1.1. A nobreza acende a tocha - o destino anunciado do Brasil-potência

Por mais óbvio que possa parecer e mais estranho que à primeira vista se nos ocorra, é necessário tentarmos apreender o processo da industrialização brasileira e nele, do papel dos militares até os dias atuais, sob a óptica de uma história que se mundializa. Nada e muito menos este rincão da terra ficou impune. O Novo Mundo é cria do bojudo ventre do capital mercantil em processo de ininterrupta expansão e por ele passam todas as relações sociais e conquistas do pensamento humano. E se não nos colocamos firmemente no solo dessa história, corremos o sério risco de nos perdermos nos liames de singularidades inexplicáveis.

E a história do Brasil, vista desse modo se nos apresenta como marcada pelo signo de um destino anunciado.

Esse destino é o de vir a tornar-se uma potência. De tal forma que o Marquês de Alorna, D. Pedro, em 30 de maio de 1801, dirigindo-se ao Príncipe Regente, viu-se plenamente habilitado a dizer-lhe que

... A balança da Europa está tão mudada que os cálculos de há dez anos saem todos errados na era presente. Em todo o caso, o que é preciso é que V.A.R. continue a reinar, e que não suceda à sua Coroa o que sucedeu à de Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entra no projecto das grandes Potências que suceda a todas as coroas de segunda ordem da Europa. V.A.R. tem um grande Império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema e mude de projecto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ser imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as Colônias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as Potências da Europa. Portanto, é preciso que V.A.R. mande armar com toda a pressa os seus navios de guerra, e todos os de transporte, que se acharem na Praça de Lisboa - que meta neles a Princesa, os seus Filhos, e os seus Tesoiros, e que ponha tudo isto pronto a partir sobre a Barra de Lisboa...³.

À inexorável decadência de Portugal, se antepunha a miragem de uma potência alternativa, revivificadora da matriz condenada. Projeto que não se inicia no século dezenove, já que "Abandonar a Europa para fundar

³ NORTON, Luis, A corte de Portugal no Brasil, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1968, p. 13.



no Brasil um Império, fôra, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção" .

Numa linha que vai desde Martin Afonso de Souza, passando por Filipe II de Espanha, Pe. Antonio Vieira, temos D. Luis da Cunha, que, em 1738, diz a D. José:

Que é Portugal? Uma ourela de terra, que divide em três partes, de que a primeira não é, ainda que o poderia ser, bem cultivada, que a segunda pertence às Ordens Eclesiásticas, compreendendo as monásticas, e que a terceira produz um pouco de grão que todavia não basta para a subsistência, sem que lhe venha de fora". Daí que "para poder conservar Portugal necessita (o príncipe) totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil"⁴.

O conselho que daí naturalmente brota é o que afirma ser

mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que carece⁵,

e, finalizando:

Acabarei pois esta minha visão, dizendo a Vossa Majestade que sem embargo de não ser já tempo de falar nela, pode vir algum (de que Deus nos livre) em que não seja mal lembrada⁶.

Considerações de idêntico teor, ao mesmo tempo expressando a relação de mútua dependência entre Portugal e Brasil, constatamos nas Instruções de Martinho de Mello e Castro a Luis de Vasconcellos e Souza acerca do governo do Brasil, em 1779, onde se dizia que havia de se atentar para a "conservação das tropas na América, particularmente no Rio de Janeiro", já que "é demonstrativamente certo que, sem Brasil, Portugal é uma insignificante potência, e que o Brasil sem forças, é um preciosíssimo tesouro

⁴ NOVAES, Fernando, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808, São Paulo, Hucitec, p. 199.

⁵ NOVAES, op.cit., p. 199.

⁶ NORTON, op.cit., p. 15.



abandonado a quem o quiser ocupar"⁷. Cinco décadas mais tarde, em 1830, é José Bonifácio que, nas observações de Pontois, nos diz que

tous ces traités de commerce & d'amitié conclus avec les Puissances de l'Europe étaient de pures sottises, qu'il n'aurait jamais laissé faire, s'il eut été ici. Le Brésil, est, ajoutait-il, une Puissance transatlantique, qui ne doit rien avoir à démêler avec l'Europe, & qui n'a aucun besoin des Etrangers: ceux-ci, au contraire, ont grand besoin du Brésil; qu'ils y viennent donc tous commercer, rien de mieux; mais sur le pied de la plus parfaite égalité, sans autre protection que celle du droit des gens, & à la condition de ne pas se mêler, le moins du monde, des affaires de l'Empire: autrement il faut leur fermer les Ports, & leur interdire l'entrée au Pays⁸

Convém notar que tal filão ideológico, remontando ao século XVI, é paralelo, mas não derivado, de uma visão da América grandiosa - "La América Latina será grande, fuerte y gloriosa..."⁹-, ainda que miserável - "Pero no hay males que sean eternos, y un día abrirán los ojos esos pobres pueblos a quienes se les niega toda libertad de moverse y se les priva de todos los hombres capaces e inteligentes, que podrán llevar a cabo la obra de *realizar en pocos años el porvenir grandioso a que están llamados por la naturaleza aquellos países, que hoy permanecen estacionarios, empobrecidos, devastados*"¹⁰.

Assim sendo, quando à imagem de um Brasil no final do século XIX, visto como um país que se "erguia na América como o representante mais alto da Civilização latina"¹¹, seguem-se as visões da futura potência nacional em Cincinato Braga e nas correntes ideológicas dos anos 20 e 30¹² e, dando

⁷ NOVAES, op.cit., p. 139.

⁸ RANGEL, Alberto, No rolar do tempo (opiniões e testemunhos respigados no arquivo de Orsay-Paris), Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, p. 28.

⁹ RODO, Jose Enrique, La America Nuestra, La Habana, Casa de Las Americas, 1977, p. 123.

¹⁰ SARMIENTO, Domingo F., Facundo-civilización y barbarie, Madrid, Alianza Editorial, 1970, p. 209 (grifo nosso).

¹¹ QUEIRÓS, Eça, Notas contemporâneas, Porto, Lello, 1923, 4ª ed., p. 477, (1898).

¹² CAPELATO, Maria Helena, Os arautos do liberalismo, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 69; cap. I.



um salto na história, chegados a 1970, deparamo-nos com a seguinte assertiva,

Superada nossa debilidade econômica, aí sim, teremos um poder nacional suficientemente forte para realizar o nosso destino de grandeza. Teremos alcançado as projeções de potência¹³,

inquestionavelmente estamos diante do leito de um caudaloso rio ideológico, estendido através dos séculos, a amalgamar as esperanças e ações das classes dominantes metropolitanas e suas metástases americanas.

54

1.1.1. O Brasil-potência: o pensamento econômico português e brasileiro

Eça de Queiroz, em 1898, falando sobre Eduardo Prado, comenta as impressões que causara sobre o brasileiro o advento da República:

E quando soube desarraigada bruscamente, n'uma madrugada de Novembro (e pela ferramenta menos limpa e destra para desarreigar instituições, uma espada), todos os seus fortes sentimentos de patriota, de legista, de intelectual, mesmo de artista, se rebelaram, escandalizados. Com o desaparecimento do Império ele temia o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, da sua disciplina social, da sua segurança legal, da sua harmonia econômica, da sua autoridade entre as Nações, de toda aquela Ordem formosa que o erguia na América como o representante mais alto da Civilização latina.

E a este desaparecimento desastroso, ainda acrescia, para indignar e aterrá-lo, o advento do Jacobinismo:

previa, assim, que a "tal seita"... "ia pertencer a sua Pátria, que cinquenta anos d'ordem, de trabalho, de cultura, de paz, tinham elevado no Mundo.

Incapaz de se dar conta, embalado que estava na placidez ilusória da hegemonia escravocrata, das turbulências inadiáveis que campeavam nos arraiais da ordem, mergulha no pesadelo da destruição daquela "formosura"

¹³ MATOS, Gal. Meira, Doutrina Política de Potência, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1970, p. 14-15. ¹⁵ QUEIROZ, Eça de., op.cit., p. 477; 478 (respectivamente).



sóbria e culta, do presente mundialmente respeitado e daquele futuro grandioso. Neste sentido, ele era secundado por toda uma longa estirpe de pensadores, antes de tudo por aqueles ligados à economia política, tanto no ramo português quanto no brasileiro.

José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, fundador da economia política pátria, em vários de seus livros "contrapôs a economia política às idéias de 'convulsões políticas', indicando sempre a superioridade da ciência econômica para que a nação alcançasse o 'bem comum'. Finalmente, no seu *Leituras*, recorreu a um argumento, atribuído a William Fairplay e apresentado no prefácio da 'undécima edição do Riqueza das Nações', que sintetiza bem suas ideias sobre o assunto: "a economia política não tem conexão com o jacobinismo"¹⁴. Como afirma Penalves:

A uma aguda percepção da realidade, o pensamento da economia política portuguesa e brasileira contrapunha uma proposta de evolução econômica centrada na vida da "reforma do estado e das instituições"¹⁵,

constituindo-se numa verdadeira ideologia contrarrevolucionária.

A aguda percepção do atraso português, fazia com que muitos de seus pensadores e estadistas tivessem muita clareza sobre o definimento do papel de Portugal no concerto das potências europeias, e era imediatamente responsável pela elaboração da 'teoria' do Brasil como futura potência alternativa àquela decadência. No entanto, essa alternatividade se dava nos marcos da conservação do sistema colonial, ou, então, como se deu, impossibilitado o sistema de manter-se devido aos constrangimentos imperialistas de uma Inglaterra, França ou Espanha, transmigra-se a monarquia, mantendo intacto o alicerce daquele sistema, o trabalho escravo; muito embora o atraso português já exigisse a eliminação do atraso nas "artes", i.e., das fábricas. Como observa Novaes,

Os doutrinadores mercantilistas portugueses do século XVII, e, entre eles sobretudo Duarte Ribeiro de Macedo, com a insistência de reformadores ousados, clamaram contra o atraso que a ausência de manufaturas manifestava¹⁶.

¹⁴ ROCHA, Antonio Penalves, O nascimento da Economia Política no Brasil, tese de doutorado, USP, p. 315.

¹⁵ ROCHA, A. Penalves, op.cit., p. 318.

¹⁶ NOVAES, Fernando, op.cit., p. 129-130. ¹⁹ Idem, p. 131.



A recuperação do equilíbrio da balança comercial exigia a "introdução" das "artes", ao lado do fomento à vinda de artifices estrangeiros para as manufaturas:

De Gomes Solis a Ribeiro de Macedo se forma a escola do pensamento mercantilista português: o ponto de partida de suas indagações era sempre o atraso de Portugal ou mesmo da Ibéria em relação aos centros mais dinâmicos da economia européia¹⁷,

e, prosseguindo,

de qualquer modo, fosse uma política empiricamente conduzida, ou um esforço planejado de recuperação como nos parece mais correto, o fato é que o fomento industrialista é sobremaneira tardio em Portugal na Época Moderna. Destarte, a metrópole do Brasil atingia o último quartel do século XVIII com uma enorme defasagem em relação aos países na vanguarda do desenvolvimento econômico. Assim é, que, ainda nesta última, tumultuosa, e sob tantos aspectos brilhante, etapa do Antigo Regime, o pensamento econômico português, apesar de informado já por outras linhas de idéias e bafejado pelo otimismo tão característico da Ilustração, mantém muito vivo no centro de suas reflexões o problema herdado dos mercantilistas: o atraso, a decadência¹⁸.

A aguçada percepção do atraso, no entanto, não faz surgirem um verdadeiro industrialismo e um necessário protecionismo, nem muito menos, portanto, uma economia política à altura da superação dos problemas constatados, ou seja, à altura de recuperar a antiga situação de potência de primeira ordem. O decaimento de Portugal é inexorável e o Brasil é a alternativa de potência mais à mão.

1.1.2. A impotência teórico-prática do mercantilismo português

O reformismo pombalino, situado nas brechas de profundas transformações na divisão internacional do trabalho, enquadra-se nos constrangimentos da expansão comercial e territorial do capital manufatureiro às vésperas da revolução industrial. Mais particularmente

¹⁷ Idem, p. 131.

¹⁸ Ibidem, p. 133.



após o tratado de Methwen (1703) e durante a longa e infrutuosa manobra de contenção dos ímpetus napoleônicos. Assim,

a partir dessa época reforça-se a dependência em relação à Inglaterra e passa a dar-se um exocentrismo da economia portuguesa¹⁹.

De pleno acordo com o figurino reformista propugnado pela economia política portuguesa, já se situava também o reformador que precede a Pombal, o Conde da Ericeira (1686). Ele,

simboliza uma política que tem por expoentes a proteção do mercado nacional dos produtos estrangeiros, com certos obstáculos às importações inglesas, a vinda da Itália, Inglaterra e França, de artífices textéis e a incentivação da cultura das amoreiras como prelúdio do arranque da indústria têxtil da seda²⁰.

Esses dois momentos de reformas induzidas, contam com um acervo de medidas práticas caracterizador das políticas protecionistas dali e d'além mar:

estabelecimento de unidades estatais, a concepção de subsídios e isenções ao setor privado e a promulgação de uma legislação condicionadora... Este 'condicionamento industrial' radica evidentemente na inexistência de unidades privadas dinâmicas, na falta de uma acumulação industrial, mas também reflete a extensão às atividades industriais das formas de propriedade feudal, através do regime de concessões²¹.

Essas concessões matam as possibilidades de expansão do capital manufatureiro.

A essência antirrevolucionária da economia política do mercantilismo português e brasileiro, faz com que as reformas empreendidas no sentido de recuperar o estatuto prévio de potência por parte de Portugal, ou aquelas de ascensão ao status de potência de segunda ordem, permaneçam nos horizontes da miséria, perdidas em suas próprias contradições. O Conde de

¹⁹ FERREIRA, Antonio Fonseca, A acumulação capitalista em Portugal - das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX, Porto, Afrontamento, 1977, p. 129.

²⁰ FERREIRA, Antonio Fonseca, op.cit., p. 97.

²¹ Idem, p. 97-98.



Ericeira se suicida e Pombal embarca com a família real para o Brasil, sem que a decadência portuguesa se estanque. Como fomentar a expansão do capital manufatureiro e privilegiar a acumulação do capital mercantil? Como expandir o capital industrial e privilegiar o trabalho escravo? De que vale reformar o estado, dotando-o de instrumentos adequados para a consecução de suas tarefas produtivas no rumo do fomento das manufaturas, se não se tocar nas relações sociais determinantes do atraso?

1.1.3. Particularidade teórico-prática da Economia política brasileira

Ao se deslocarem do foco da análise os processos revolucionários, acomodando-se, assim, à realidade da subordinação do capital ao estado monárquico, as terapêuticas da economia política luso-brasileira se processavam nos marcos de insanáveis contradições. Se havia alguma dose de realismo no projeto de "introdução" da indústria têxtil da seda em Portugal em finais do século XVII, já a "introdução" da indústria têxtil em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, como transposição mecânica do mercantilismo português, aqui sob a batuta teórica de Cairu, apresenta escandalosa contradição²². Essa economia política, portanto, expressa o movimento real dessas sociedades, condenadas a serem caudatárias da expansão ininterrupta do capital nas potências centrais. Expressa, conseqüentemente, uma das formas ideológicas da razão de estado, uma das mais poderosas formas de expressão dos interesses materiais das classes dominantes. Como observa Rocha, a respeito do pensamento de Cairu,

a teoria social, elaborada pelas mãos de José da Silva Lisboa, apresentava uma alternativa às 'convulsões políticas' e, com isso, se projetou no plano das representações políticas, sugerindo a reforma como modelo para a prosperidade, quer fossem reformas econômicas (o livre-comércio), políticas (o estado liberal) ou sociais (a mitigação da escravidão).

Tais reformas bastavam para o atendimento dos interesses imediatos da grande lavoura escravista; tudo que ultrapassasse

²² MELLO, Maria Regina Ciparrone. A industrialização do algodão em São Paulo, São Paulo, Perspectivas, 1983, p. 79; o trabalho de Cairu se intitula Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas, Rio de Janeiro, Imprensa Regia, 1810.



ao atendimento de tais interesses, tornava-se uma aventura política com riscos enormes²³.

Sem, contudo ser revolucionário, é necessário notar, nas correntes da mesma matriz ideológica, o surgimento do "reformismo mais adequado". Este sempre corre ao lado das contradições e as espelha de maneira mais radical, exatamente porque expressa os interesses de forças não predominantes. Ao lado da hegemonia do livrecambismo escravocrata de Cairu, surge, assim, um reformismo mais consequentemente industrialista de um Maciel da Costa²⁴. Reformismo não-revolucionário a expressar os interesses de um capital mais ávido em transformar-se em industrial, cômico dos limites inexpugnáveis impostos ao capital pela utilização do trabalho escravo²⁵. Reformismos mais ou menos "adequados" que, no entanto, não abandonam a ideologia do "Brasil potência".

1.1.4. O pensamento econômico brasileiro e a questão do Brasil-potência

Entrementes, entre o livrecambismo de Cairu, ou o mais consequente industrialismo de Maciel da Costa, e a peroração do Gal. Meira Matos em 1970, permeia todo um ciclo histórico caracterizado pela crescente impraticabilidade da manutenção do trabalho escravo e pela premência da expansão do capital, processando-se através da exploração da força de trabalho. Esta última, quando se generaliza, cria naturalmente a possibilidade para a expansão do capital industrial. Destarte, da perplexidade de Eduardo Prado com o desmoronamento do aparentemente sólido edifício da monarquia até a revolução de 1930, lavram o solo histórico vários estratos sociais e classes. No entanto, na ausência do 'povo', tal como ocorreu na Europa das revoluções burguesas, a crise do capital cafeeiro agroexportador - cujo desenlace se acelera com a crise do capitalismo mundial dos anos 20 - se encerra com a vitória, pela força das armas, das forças burguesas representantes do pensamento econômico mais "adequado".

É evidente que essa adequação se forja em diálogo com a história do capitalismo mundial, como aliás não deixou de ser, em nenhum momento, o processo da evolução do pensamento econômico metropolitano, do Império

²³ ROCHA, Antonio Penalvez, *op.cit.*, p. 319.

²⁴ Idem, p. 308.

²⁵ Ibidem, p. 301.



brasileiro, ou da República. Nenhuma das correntes alinhadas com o projeto secular do Brasil potência, foi propriamente 'autóctone', sejam os agraristas sob a influência de Henry George e dos fisiocratas; sejam os antiagraristas seguidores dos utilitaristas - Hume e Bentham, e os antiliberais, sob vária influência - desde List, passando pelos clássicos, ou até mesmo seguindo as pegadas do New Deal²⁶. Evidentemente, cada uma dessas filiações teóricas expressa, antes de mais nada, interesses materiais imediatos mais ou menos indisfarçáveis.

Ora, o exclusivismo livre-cambista dos exportadores de café, inimigos do aumento do poderio do estado regulamentador, taxador e do protecionismo - que pressupunha a 'dispersão' dos fundos públicos no rumo dos industriais -, e amigos incondicionais dos capitais forâneos - pois ligados ao complexo mundial da agroexportação - se encontrava evidentemente, sob inspiração fisiocrática ou georgista²⁷. Por sua vez, os liberais antiagraristas eram capazes de apreender a ascensão inevitável e necessária do capital industrial, num mundo já dominado pelo capital monopolista e caminhando celeremente para a hegemonia americana. Os antiagraristas, obviamente, são igualmente ferrenhos partidários dos capitais externos - num mundo capitalista onde o Brasil só pode desenvolver-se em situação de "interdependência" -, e admitem a intervenção estatal no auxílio ao capital industrial, desde que esta não desloque radicalmente o eixo tradicional do poder, nas mãos das antigas elites. Estes liberais antiagraristas são de filiação utilitarista²⁸. Os antiliberais, antes de mais nada representados pelos industriais, estavam imediata e diretamente interessados na conquista de posição dominante no concerto dos capitais. Obviamente adeptos da mais ampla regulamentação estatal da economia - necessária para o estabelecimento de condições as mais adequadas para a expansão do capital industrial -, do protecionismo - grande fabricante de indústrias -, e igualmente da mais ampla contribuição dos capitais estrangeiros²⁹. No entanto,

havia entre os representantes das diferentes facções várias divergências quanto aos assuntos de caráter econômico, mas

²⁶ CAPELATO, Maria Helena, op.cit., p. 55-56, 59, 62-63.

²⁷ CAPELATO, M.H., op.cit., p. 48.

²⁸ CAPELATO, op.cit., p. 49.

²⁹ Idem, p. 53, 58, 63; SIMONSEN, Roberto, A evolução industrial do Brasil, São Paulo, Revista dos Tribunais, FIESP, 1939, p. 70.



um mesmo objetivo os unia: o fim do atraso e a conquista do progresso. Esse alvo deixou evidente a ambição dos setores dominantes: ainda que por caminhos diversos, queriam ver o país alçado a uma posição de hegemonia, ou seja, vislumbravam o Brasil como potência de primeira grandeza³⁰.

1.1.5. A lenta ascensão do capital industrial

Como podemos supor, no Brasil, a superação mais adequada dos impasses socioeconômicos, assim como ideológicos, não poderia ser simples. Confluem assim para o final da década de 20 uma plethora de contradições inconciliáveis. As bases políticas e econômicas do poder da oligarquia do café haviam ruído, insuportáveis para as burguesias periféricas. Estas se encontravam irremediavelmente afastadas do poder por meio de uma democracia representativa que de fato patenteava o poder territorial dos fazendeiros de café, cujo declínio era solidário com a crise mundial do capitalismo e com o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho sob a crescente hegemonia americana e alemã. Em tal situação o caudal do revolucionarismo da baixa oficialidade, tendo os tenentes à cabeça, podia arrastar (e acabaria arrastando) o proletariado urbano à sua luta, dando assim, uma nova conotação às plataformas do reformismo burguês. E mais, trazia essa conjuntura em seu bojo a possibilidade da revivescência de separatismos latentes. Tornou-se, assim, evidente a necessidade da tomada e da manutenção do poder pela força das armas³¹.

Civis e militares novamente encenam mais um episódio do lento e tortuoso processo de ascensão e hegemonia das forças políticas do capital industrial, daquelas forças que direta e indiretamente estavam voltadas para a consecução de novos patamares de progresso burguês. (42-56)

³⁰ CAPELATO, Maria Helena, *op.cit.*, p. 66.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 237-251.



EXTRATO II
OS MILITARES EMPALMAM A TOCHA
[56-93]

2. Rumo a uma economia política da soberania nacional

Como os tanks, os aviões de bombardeio sobre as cidades encolhidas de pavor, os gases asfixiantes e as terríveis minas, o seu estilo e a sua personalidade nasceram das clarinadas caóticas da guerra.

Porque eu continuarei a chamar guerra a toda esta época embaralhada de inéditos valores e clangorosas ofensivas que nos legou o outro lado do Atlântico com as primeiras bombardas heroicas da tremenda conflagração europeia.

(Oswald de Andrade, *Memórias sentimentais de João Miramar*)

2.1. Elementos para uma economia política da soberania nacional - o papel do Exército e da guerra

Não confundo, como você imagina, o problema econômico com o militar. Mas também não os dissocio illogicamente. A mim me parece que *os imperialismos sustentam exércitos gigantescos e invencíveis esquadras para garantirem, antes de tudo, a intangibilidade de seus interesses econômicos.* Nessas condições, quando nós, *que somos frágeis sob qualquer ponto de vista,* quisermos apossar-nos daquilo que legalmente, incontroversamente, lhes pertence, nada lhes impedirá, moral, legal, materialmente, que venham indenizar-se, do calote sofrido, a coice de armas. *Esse desagravo é natural e viabilíssimo.* E que lhes poderemos opor, então? Na verdade, nem força moral, nem recurso legal, nem resistência material. (...) A natureza não evolui por saltos. (...) É tempo, portanto, de emendar-nos dessa perigosa ilusão de correr fitando estrelas, quando o terreno que temos sob os pés está cheio de tropeços. *Em tal situação, é prudente andar devagarzinho, apalpando as escabrosidades do caminho.*



(Da carta de Juarez Távora a Luis Carlos Prestes, encerrando a polêmica por eles mantida, em meados de 1930³²; grifo nosso).

A Guerra do Paraguai forjou o instrumento capaz de derrotar a monarquia e ver-se no centro de uma república incapaz de garantir uma suave transição para formas políticas mais adequadas à livre expansão de outros capitais que não somente aqueles diretamente ligados à agroexportação. As contradições sociais latentes passaram a ter no Exército uma tal reverberação, em que, aliadas à força e ao caráter da corporação, adquiriram a capacidade de mobilizar e organizar esforços para a sua resolução³³. Em particular, a baixa oficialidade, sob a vanguarda dos tenentes, se constituía numa espécie de "partido político renovador", e aliados aos civis, se constituíram no aríete revolucionário dos anos vinte³⁴.

No entanto, a particularidade da inserção do Exército na vida política do país e sua condição de corporação estatal dependente, para sua realização plena enquanto "senhores da guerra", de pré-condições industriais, fazem, muito precocemente, dentro das fileiras militares, surgir expoentes do pensamento revolucionário e nacionalista. É o caso de Serzedelo Correia, que já em 1903 condenava a predominância de uma economia política que 'apertou os laços de colônia que a (nação) prendem ao estrangeiro'³⁵. Esta corrente de pensamento é representada posteriormente por Alberto Torres, expressamente citado por Juarez em sua réplica ao manifesto de Luis Carlos Prestes³⁶.

Assim, o revolucionarismo dos tenentes sulca um solo histórico fartamente abonado pelo sentido de urgência das transformações. A longa queda do Olimpo aristocrático escravocrata desemboca na revolução de 1930; o processo de expansão do capital necessita abrir caminho por sobre a crise do café; o capital industrial nascente, em expansão, necessita afiançar-se; a história mundial é uma ampla fonte de inspiração para reformadores e revolucionários. Por sua vez a linha de continuidade, quanto à consciência dos problemas coloniais e republicanos, não está rota.

³² TAVORA, Juarez, Uma vida e muitas lutas, memórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, 3ª ed., p. 360, 359.

³³ FAORO, Raimundo, Os donos do poder, Porto Alegre-Rio de Janeiro, Globo, 1985, 6ª ed., vol. 2, p. 678679; SODRÉ, N. W., op.cit., p. 232.

³⁴ SODRÉ, N. W., op.cit., p. 212-213.

³⁵ TAVORA, Juarez, op.cit., p. 196-197.

³⁶ Idem, op.cit., p. 353.



A questão do atraso e da superação deste através do fomento da indústria, contra o privilegiamento da monocultura, enfim, a conquista de uma nova posição na divisão internacional do trabalho, ao lado das potências centrais, permanecerá acesa durante todo o trajeto republicano até os nossos dias. A permanência dos militares (evidentemente ao lado dos "civis") no centro dessa questão se deve, antes de mais nada, ao fato de que estes têm e "tinham, pela posse das armas, alguma possibilidade de luta"³⁷, ao passo que o 'povo', antes de mais nada os seus setores proletários, pouca ou nenhuma capacidade ou possibilidade de intervenção apresentavam³⁸, seja porque a aceitação da inevitabilidade da luta de classes estava fora dos limites da política tradicional das classes dominantes liberais, seja devido ao baixo nível de maturidade política e organização sindical e partidária dos assalariados³⁹.

2.2. Guerra e industrialização (1): projeções nacionais da guerra do Paraguai

A realização da urgência histórica através da industrialização acelerada é contemporânea do Império e República. De meados do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, havia-se observado a industrialização de duas potências europeias, da principal potência asiática - o Japão, e dos Estados Unidos. Estas potências haviam deflagrado inúmeras guerras parciais, haviam expandido imperialisticamente os seus territórios econômicos e haviam-se engalfinhado em uma guerra mundial. Tudo isso com a ajuda essencial de novas forças bélicas. A exemplaridade dessa evolução não havia ficado despercebida por parte de nossas elites econômicas e políticas. Tanto que, em carta endereçada ao Secretário da Justiça e Interior do Estado de São Paulo, J. Cardoso de Almeida, o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, em 22 de abril de 1905,

³⁷ SODRÉ, N. W., *História da burguesia brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 293.

³⁸ *Idem*, p. 294.

³⁹ VIANNA, Luis Werneck, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1976, vide cap. 3; ANTUNES, Ricardo, *Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil*, São Paulo, Cortez, 1982, vide cap. III; SANTOS, W. G., *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978, vide 'A praxis liberal no Brasil'.



respondendo ao pedido de Cardoso de Almeida sobre a vinda de uma missão francesa para a reorganização da Força Pública do Estado, afirma:

Exmo. amigo e Sr.Dr. Cardoso de Almeida. Peço a V.Ex. muitas desculpas das duas cartas com que me honrou, manifestando o desejo do Sr. Presidente de S.Paulo de que eu procure obter um oficial do exército francês para servir de instrutor da força militar de polícia de S. Paulo. Quando aqui estive o Dr. Godoi, eu lhe disse que me parecia melhor pedir esse instrutor ao exército alemão, que é o primeiro da Europa. Há nêle oficiais que falam corretamente o francês e o italiano. Peço a V. Ex. que consulte o Sr.Dr. Tibiriçá e me responda. Pelo telégrafo tratarei do assunto quer o instrutor tenha de vir da França, quer da Alemanha⁴⁰.

Tais processos de apreensão da contemporaneidade dos sucessos mundiais, se dão, além do mais, devido ao fato de que boa parte dos filhos das oligarquias brasileiras, antes de mais nada dos fazendeiros de café, completam seus estudos na Europa, o que, aliás, é norma desde a Colônia. As escolas prussianas e francesas eram normalmente aquelas pelas quais passavam os rebentos brasileiros. Em 1905, por exemplo, Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo, e nascido em Paris, em 1855, estuda, em São Paulo, no colégio alemão de Barth. Após a guerra do Paraguai, segue com a mãe para Paris. Termina seu curso secundário na Suíça e estuda agronomia e filosofia na Alemanha, respectivamente em Stuttgart e Zurich. Por sua vez, o intermediário nas tratativas sobre a vinda da missão militar, da Legação do Brasil em Paris, Gabriel de Piza, estudara medicina na Universidade de Pensilvânia e fizera cursos de aperfeiçoamento em Londres e Berlim⁴³.

Muito antes disso, entretanto, já despontara a necessidade de colocar-nos a passo com os avanços bélicos das potências europeias. A guerra do Paraguai, fora, para o Brasil, o que fora a guerra da Criméia para a Rússia imperial. Após ela, observa Sodré:

tornava-se cada vez mais difícil o aparelhamento das forças armadas, pelo desenvolvimento das técnicas, com a indústria pesada, e pelo fato de que o Brasil permanecia sem condições

⁴⁰ BARRETO DO AMARAL, Antonio, 'A missão francesa de instrução da força pública de São Paulo (19061914)', in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, nº CLXXII, 1968, p. 56. ⁴³ BARRETO DO AMARAL, Antonio, op.cit., p. 55, 57-58.



para ingressar na etapa da industrialização. Começa, sub-repticiamente, a repontar, na consciência dos militares de terra e do mar, porque as relações objetivas são, nisso, de clareza meridiana, a necessidade de impulsionar a indústria, de abandonar o estágio agrário-exportador, a ligação entre indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre país desenvolvido industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes. Estas, a pouco e pouco, e a guerra contra Lopez fôra prova concludente, tornavam-se organizações complexas, compatíveis apenas com países em que a produção tivesse atingido o grau de complexidade necessário à manutenção delas. Surge a iniciativa de mandar oficiais à Europa, estudar os novos armamentos.

Assim,

foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político", [de tal forma que] "o Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país, - não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional⁴¹.

O Exército e os setores mais lúcidos das classes dominantes descobriram, com a guerra do Paraguai que a realização do Brasil potência - cujo legado ideológico carregavam desde o berço -, passava simultaneamente pela indústria de bens de capital, condição indispensável para a realização da potência bélica. Ou seja, como momentos mutuamente determinados, apareciam a potência industrial e a potência bélica, em que esta última se apresentava como condição "sine qua non". Dessa forma, o movimento próprio, natural, do Exército, no rumo da satisfação de suas necessidades existenciais, desembocava na constatação de suas limitações materiais, limitações essas que eram as do próprio país. Portanto, superar as limitações no caminho da transformação do Exército em força bélica moderna, significava inexoravelmente transformar as relações sociais e políticas brasileiras, desvinculando-as de tais prementes objetivos.

⁴¹ SODRÉ, N. W., História Militar..., op.cit., p. 142, 138, 141, respectivamente.



Com a guerra de 14, e com a entrada nela do Brasil, em 17, observamos mais uma oportunidade em que as limitações materiais do Exército mostraram-se mais do que evidentes:

No que dizia respeito ao aparelhamento material, a situação era precaríssima. E surgiam, agora, iniciativas, cujas finalidades eram transparentes, de introduzir indústrias inteiras de armas e munições, como se houvesse aqui uma siderurgia altamente desenvolvida, que as suprisse do necessário, como se a demanda interna de canhões fosse inexaurível. Os estabelecimentos industriais existentes estavam reduzidos a situação deprimente, "aí há de tudo, menos trabalho", observaria Calógeras⁴².

E mesmo depois da II guerra mundial, tal situação não estava ainda radicalmente sanada⁴³, ou seja, apesar de urgente, necessária e de certo modo evidente, a consciência de que a construção das 'indústrias de base' ainda não havia se tornado uma realidade irreversível, plena⁴⁷.

2.3. Guerra e industrialização (2): a Guerra da Criméia e a industrialização da Rússia

No panorama europeu, os "exercícios de banditismo" do segundo Napoleão, "le petit", Napoleão III, num determinado momento de ruptura temporária do "mecanismo de diplomacia da 'Questão do Leste'", redundaram na Guerra da Criméia (1854-1856), "o acontecimento mais próximo a uma guerra geral europeia entre 1815 e 1914"⁴⁴. Nas palavras de Volk:

Começou a Guerra da Criméia (de 1853 a 1856). Rússia, atrasada nos aspectos técnico e econômico, recebeu os golpes das duas potências mais poderosas daqueles tempos, que contavam com uma indústria muito desenvolvida. O exército russo estava apetrechado com armas de cano liso, ao passo que os exércitos aliados possuíam fuzis de cano estriado. Aos navios a vapor dos aliados se opunham os vetustos veleiros

⁴² SODRÉ, N. W., História Militar..., op.cit., p. 195.

⁴³ TRONCA, Italo, Agentes da industrialização na República - a prática política dos militares (1930-1945), São Paulo, USP, Mimeo, 1976, p. 152. ⁴⁷ Idem, p. 153.

⁴⁴ HOBBSAWN, Eric, A era do capital - 1848-1875, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 94.



russos. Devido à ausência de linhas férreas no Sul, o exército russo sentia grande carência de pólvora e víveres. No verão de 1854, a frota aliada atacou as cidades situadas às margens dos mares Báltico, Branco e do Oceano Pacífico. As guarnições russas rechaçaram o inimigo em todos os frentes. Mas os aliados decidiram assestar o golpe principal na Criméia.

Um exército aliado de sessenta mil homens, que desembarcou perto de Eupatoria em setembro de 1854, sitiou Sebastopol, base principal da frota russa. A marcha das operações mostrou a inépcia dos generais de Nicolau I, acostumados aos desfiles, mas incapazes para o combate. As derrotas sofridas na Criméia exerceram, pelo visto, certa influência no tzar, até então deslumbrado pela aparência de seu poderio. Ao morrer Nicolau I, em fevereiro de 1855, correram rumores de que ele havia-se envenenado⁴⁵.

De fato,

a situação transformou-se numa carnificina internacional importante e notoriamente incompetente, entre a Rússia, de um lado, e a Inglaterra, França e Turquia, de outro, e na qual estima-se que mais de 600 mil pessoas tenham perecido, sendo que 500 mil delas por doença: 22% das tropas inglesas, 30% das francesas e cerca da metade das russas. (...) Os resultados diplomáticos de tal guerra foram temporários ou insignificantes (...). Os resultados políticos de longo alcance foram mais sérios. Na Rússia, a rígida crosta da autocracia czarista de Nicolau I (1825-55), já sob pressão crescente, rachou. Uma era de crise, reformas e mudanças começara ali, culminando na emancipação dos servos⁴⁶.

Para termos uma ideia da dimensão das contradições socioeconômicas, basta assinalar que o conde Kanrin, Ministro da Fazenda de Nicolau I, se manifestava "abertamente contra o fomento industrial do país". Ele afirmava que:

A produção fabril engendra na classe inferior a imoralidade da rebelião, a exigência de maiores salários". "As vias férreas são o autêntico mal do século. Induzem o desejo de realizar

⁴⁵ HISTÓRIA DE LA URSS, Moscou, Progresso, 1977, cap. VIII (Volk), p. 230-231.

⁴⁶ HOBBSBAWN, Eric, op.cit., p. 94-95.



frequentes viagens sem a menor necessidade e aumentam, deste modo, a inconstância do espírito de nossa época⁴⁷.

Como vemos, algo perfeitamente dizível na boca de nossos mais empedernidos escravocratas. E aqui podemos notar um dos aspectos da defasagem histórica entre a industrialização russa e a brasileira. Se a questão servil, na Rússia, passa a ser resolvida - muito embora pela "via prussiana", como observou Lenin⁴⁸ - a partir de 1861 (de tal forma que Flerovsky-Bervi, em 1855, espanta-se com o número de proletários no campo, aparentemente surgidos não se sabe de onde - "O proletariado se aproximou de nós como um ladrão"⁴⁹ - e já estamos próximos dos trinta milhões de 'almas'), entre nós, Juarez Távora, na carta em que encerra a polêmica com Luis Carlos Prestes, condena em alto e bom som, aquilo que ele denomina de "extremismo da lei de 13 de maio"⁵⁰. De fato, afirma, Juarez,

um verdadeiro estadista não se teria contentado, em 88, como os retrógrados, com a lei do ventre livre e a da emancipação dos sexagenários. Mas teria também divergido do radicalismo humanitário dos abolicionistas. Pugnaria pelo meio-térmo de uma solução mais equitativa e sábia, que estabelecesse, por exemplo, a alforria da mulher, garantido-lhe a constituição integral do lar; a abolição dos castigos corporais e outros direitos dos senhores sobre os escravos, que tornavam infame o regime servil; a remuneração parcial do trabalho do escravo varão, capaz de o ir preparando economicamente para a futura liberdade; um prazo razoável de cinco, dez ou quinze anos, para a extinção total do trabalho servil. Isso teria evitado, da mesma forma, a hediondez da vida das senzalas; teria melhor preparado o negro para os encargos de futuro cidadão; teria evitado a desorganização econômica que liquidou, de chôfre,

⁴⁷ HISTÓRIA DE LA URSS, op.cit., p. 211.

⁴⁸ LENIN, V. I., Obras Escogidas, Argentina, Ed. Cartago, 1974, p. 281-282.

⁴⁹ BERVI-FLEROVSKY, V. V. Obras escolhidas, t. 2., 'Tridsat millionov proletariiev', p. 344; Moscou, Ed. Literatura Sócio-Econômica, 1959. (tradução do original russo, PALF).

⁵⁰ TAVORA, Juarez, Memórias, op.cit., p. 359.



muitos 'senhores' e perturbou consideravelmente a própria economia nacional⁵¹.

Daí a recomendação principal quanto ao ritmo e caráter das transformações socioeconômicas, no sentido de que "é prudente andar devagarzinho, apalpando as escabrosidades do caminho", já que "a natureza não evolui por saltos"⁵². No que somos tentados a responder com uma observação de Monteiro Lobato, lá por volta de 26, que se bem não é resposta direta ao 'hiper-prussiano' líder revolucionário, cabe-lhe como uma luva:

É assim que a humanidade caminha napoleonicamente, leninescamente, aos sacões. A prudência, tão preconizada pelo artritismo dos marqueses de Maricá, é a virtude que apenas conserva, como o vinagre conserva o pepino, mas não cria coisa alguma⁵³.

De acordo com Juarez, nosso futuro homem livre, futuro cidadão, que então, após o prazo de cinco a quinze anos (e por que não vinte ou vinte e cinco?), no qual seu trabalho a soldo 'parcial' haveria salvado o Brasil de maiores crises econômicas, seria liberto sem qualquer possibilidade de vir a tornar-se sequer um pequeno proprietário, ou seja, haveria permanecido tudo como sempre fôra, menos a falência repentina dos senhores.

2.3.1. Finais do séc. XIX - o retorno da guerra como instrumento de política nacional e suas consequências

De maneira geral, a guerra da Criméia vem consolidar a

recuperação da guerra como instrumento normal de política governamental, já que não mais se acreditava que a guerra devia ser evitada com medo da conseqüente revolução, e já que estava também convencido (corretamente) de que os mecanismos de poder eram capazes de mantê-las nos limites desejados. A rivalidade econômica não levava além de atritos locais numa era de expansão, onde parecia haver lugar para todos. Mais ainda, nesta era clássica de liberalismo econômico, a competição comercial estava mais próxima de independência

⁵¹ TAVORA, Juarez, Memórias, op.cit., p. 359.

⁵² TAVORA, Juarez, op.cit., p. 359.

⁵³ LOBATO, Monteiro, Na antevéspera, São Paulo, Brasiliense, 1946, O. C., p. 67.



frente a qualquer apoio governamental do que nunca, antes ou depois⁵⁴.

Tal 'resgate' da guerra como natural prolongamento da política de estado, fica claro naquilo que disse Horsman no parlamento inglês:

Sabemos que a França apoiará o Imperador até que a nossa vacilação permita prosperidade à sua política externa, mas tenho motivos para pensar que o abandonará mal lhe oponhamos uma resoluta oposição¹. Tudo dependia de localizar a guerra, ou seja, de a realizar com a alta aprovação da Europa. A própria França tinha que se preparar a pouco e pouco para a guerra, mediante uma série de hipócritas tratados de paz e um repetido fracasso.

E segue:

apenas por intervenção da Rússia foi possível a guerra⁵⁵.

Inaugurada assim a forma política 'natural' dos imperialismos, podemos vislumbrar o grau de entrelaçamento entre uma "política de guerra", o fortalecimento da indústria e os efeitos das crises cíclicas sobre a "segurança nacional" das potências. Assim, se

a guerra da Criméia, com sua incompetência característica, falhou em usar adequadamente a tecnologia já existente, (...) as guerras da década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados e o telégrafo disponível para rápidas comunicações. Também nesta época, foram desenvolvidos os barcos de guerra e suas derivações, a artilharia pesada, as armas de guerra de produção em massa, incluindo a metralhadora Gatling (1861), assim como os modernos explosivos passaram a ser usados - a dinamite foi inventada em 1866 - trazendo consequências significativas para o desenvolvimento das economias industriais. Portanto, todos estavam mais preparados e próximos dos massacres das guerras modernas do que em qualquer época anterior⁶⁰.

⁵⁴ HOBBSAWN, Eric, op.cit., p. 96.

⁵⁵ MARX, Karl, Sr. Vogt, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 195-196. ⁶⁰ HOBBSAWN, Eric, op.cit., p. 97.



Cabe notar que, dado o caráter da tecnologia empregada até a primeira grande depressão (1873-1896), os processos de equiparação tecnológica se davam com muita rapidez. A conquista de uma certa homogeneidade tecnológica era, assim, uma questão facilmente superável. Observamos, portanto, naqueles países que se industrializam (antes de mais nada na primeira onda de industrialização pré-depressão de 1873-96), a reprodução do sistema produtivo inglês - sem que para isso essas industrializações tenham necessidade de lançar mão do protecionismo -, irá caracterizar o período propriamente imperialista. A "complementaridade restrita" estabelecida entre a economia inglesa e a das potências industriais nascentes era dona de uma dinâmica superadora da complementaridade e instauradora da concorrência entre essas mesmas economias. O momento seguinte, é óbvio, ao desaparecimento da complementaridade, passará a exigir restrições tarifárias e ampliação da escala dos estabelecimentos industriais, como forma de garantir baixos custos (taxas de lucros crescentes, ou no mínimo estáveis) para a manutenção das exportações e sua expansão. Nesse momento, as escalas de produção, os sistemas financeiros adequados à manutenção de uma alta concentração do capital (e centralização), a penetração maciça da ciência como força produtiva direta do capital, farão com que as industrializações processadas após a grande depressão, e adentrando o século vinte, sejam cada vez mais marcadas por limitações fantásticas⁵⁶.

2.3.2. Marx e Engels sobre a industrialização russa

A catástrofe da guerra da Criméia e a urgência da necessidade da industrialização, particularmente do bloco de setores dinâmicos da produção de bens de capital, empurrarão decisivamente a Rússia no sentido da aceleração do tempo histórico. A guerra teve força para arrancar a Rússia da letargia secular - assim como para fazer o mesmo com outros países, devido a outras guerras, ou o simples "resgate" da guerra como "política por outros meios" -, para acertar o passo rumo à sua transformação em potência de primeira linha. No caso da Rússia, com longa história de pretensões e ação imperialista, tratava-se de mantê-la como potência, só que agora como potência industrial, ou melhor, industrial-militar. No entanto, esses estímulos

⁵⁶ OLIVEIRA, Carlos A. Barbosa de, O processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado, Campinas, Tese, mimeo, s/d., p. 167-176.



não se espalharam uniformemente pelos países europeus. Como observa Hobsbawm,

a pura catástrofe pode, às vezes, vir em socorro do capitalismo, como ocorreu na Alemanha: duas guerras destruíram tal quantidade de fábricas antigas que a instalação de fábricas novas e modernas era simplesmente um imperativo. A ameaça de catástrofe econômica pode gerar também um incentivo fortíssimo para se gastar na modernização recursos que de outra forma não seriam aplicados. E, com efeito, durante a Grande Depressão (principalmente nas décadas de 1880 e 1890) a ameaça óbvia que pairava sobre a indústria britânica, bem como o estado sombrio em que ela se encontrava, fizeram com que se falasse muito em modernização, e provocaram muita pressão por parte de determinadas indústrias para modernização de outras, das quais seus lucros dependiam, e conduziram mesmo a alguma modernização real". (...) "A mudança técnica na parte de engenharia acelerou-se consideravelmente, ainda que em parte *não por pressão de concorrência econômica, e sim militar - ou seja, forçada pela indústria de armamentos, em rápido processo de expansão e modernização, e principalmente pela Marinha*⁵⁷.

No entanto, o processo de cartelização ou trustificação da economia britânica ficou muito aquém daquele que vinha se processando nos EUA e Alemanha, e por fim estagnou:

A Grande Depressão não foi infelizmente, bastante grande para assustar a indústria britânica e obriga-la a mudanças realmente fundamentais⁵⁸.

A Inglaterra recua, de acordo com a linha do menor esforço, a mais barata, para seu império colonial formal ou informal, fugindo da indústria e centrando-se nas atividades financeiras, capazes de manter a taxa média de lucros⁵⁹.

⁵⁷ HOSBSBAWN, Eric, Da Revolução Industrial ao imperialismo, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983, p. 176 (grifo nosso).

⁵⁸ Idem, p. 176-177.

⁵⁹ Ibidem, p. 177.



Entretanto, a industrialização russa não esmorece. A alavanca de sua organização é o estado, atuando este através de subsídios, protecionismo, empresas estatais, financiamentos, assim como atração de volume considerável de capitais estrangeiros, ao lado da manutenção de salários reais muito baixos e da ampla utilização de trabalho servil e semi-servil, tanto na agricultura quanto na indústria⁶⁰.

Com respeito à industrialização da Rússia no pós guerra da Criméia, considero bastante elucidativa a correspondência de Engels e Marx com Danielson entre 1868 e 1895, em que os temas particulares desse processo servem para a análise de industrializações de capitalismo mais que tardios, ocorridos já em pleno século vinte: como é o caso do Brasil e particularmente, com respeito à questão relacionada à potência industrial-militar deste, momento central deste trabalho.

Tratando do tema envolvendo desenvolvimento econômico e guerra moderna, e, conseqüentemente, do surgimento de uma forma particular de economia política - a economia política de guerra, com respeito à Rússia, diz Engels:

Mas eu sustento que a produção industrial significa hoje em dia grande indústria, vapor, eletricidade, máquinas têxteis e teares mecânicos, e finalmente, máquinas que produzem máquinas. A partir do dia que a Rússia importou as estradas de ferro, a introdução desses meios modernos de produção foi inevitável. Vocês **têm** que poder fabricar suas próprias locomotivas, vagões, caminhos, e isto só pode ser feito de forma barata se são capazes de *construir* no país essas coisas que desejam consertar. A partir do momento que *a guerra se transformou em um ramo da grande indústria* (barcos, couraçados, artilharia de canhões estriados, de tiro rápido e de repetição, rifles de repetição, balas recobertas de aço, pólvora sem fumaça, etc.), *a grande indústria, sem a qual todas essas coisas não podem ser feitas, tornou-se uma necessidade política*. Não se pode ter todas essas coisas sem uma manufatura metalúrgica altamente desenvolvida. E esta manufatura não pode existir sem um correspondente desenvolvimento de

⁶⁰ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 251-252.



todos os demais ramos da manufatura, particularmente o têxtil⁶¹.

Sobre as medidas de governo no sentido de enfrentar o atraso, prossegue Engels:

Concordo com você ao fixar-se por volta de 1861 o começo da nova era industrial de seu país. O que caracterizou a guerra foi a desesperada luta de uma nação com primitivas formas de produção contra nações de produção moderna. Os russos compreenderam isso perfeitamente. Daí sua transição às formas modernas, transição irrevogável devido ao decreto de emancipação de 1861. Uma vez admitida esta necessidade do trânsito dos primitivos métodos de produção que prevaleciam em 1854, aos modernos, que agora estão começando a prevalecer, é secundária a questão de se o processo de estufa para favorecer a revolução industrial por meio de tarifas protecionistas ou proibitivas foi vantajoso ou mesmo necessário, ou se não foi. Esta atmosfera de ativação da indústria faz com que o processo seja agudo, pois de outra maneira poderia haver conservado uma forma mais crônica. *Comprime em vinte anos seu desenvolvimento que de outro modo haveria consumido sessenta ou mais.* Mas isso não afeta a natureza do próprio processo, o qual, como você diz, data de 1861. O certo é que se a Rússia realmente necessitasse e estivesse determinada a ter uma grande indústria própria, não poderia tê-la se não fosse com **certo** grau de protecionismo, coisa que você admite. Logo, desde este ponto de vista, também o problema do protecionismo é só de grau, e não de princípio; *o princípio era inevitável*⁶².

Sobre o significado da opção econômica russa frente à indústria doméstica, de acordo com Engels:

E quanto a este aspecto da questão - a destruição da indústria doméstica e dos ramos da agricultura que a servem - o verdadeiro problema de vocês me parece que é esse: que os

⁶¹ MARX, Karl; DANIELSON, N. F., ENGELS, F., Correspondência - 1868-1895, Mexico, Siglo Veintiuno edit., 1981, p. 228 (22/9/1892) (grifo nosso).

⁶² MARX, K., DANIELSON, N. F., ENGELS, F., op.cit., p. 290 (grifo nosso). ⁶⁸ Idem, p. 290 (grifo nosso).



russos tiveram que decidir se *sua própria grande indústria* haveria de destruir sua manufatura doméstica, ou se esse processo haveria de levá-lo a cabo *a importação de mercadorias inglesas*. Com protecionismo, a realizavam os russos: sem protecionismo, os ingleses. Isso me parece completamente evidente⁶⁸.

Os problemas da grande indústria em países sem comércio externo significativo, apresentando processos externos e internos contraditórios; sobre os mercados, sua expansão e a guerra, diz Engels:

Devido a que a produção capitalista é uma fase cheia de contradições internas que se desenvolve e se tornam evidentes à proporção de seu desenvolvimento. Esta tendência a destruir seu próprio mercado ao mesmo tempo que o criam é uma delas. Outra é a *bezvikhodnoie polojenie* (situação insolúvel) a que conduz e que em países **sem** mercado externo como Rússia se desenvolve antes que em países mais ou menos capazes de competir no mercado mundial. Esta situação sem aparente saída, encontra sua saída, no caso dos últimos países, na abertura violenta de novos mercados. Mas mesmo assim nos deparamos com um *cul de sac*. Atente para a Inglaterra. O último novo mercado que ao abrir-se ao comércio inglês poderia ter uma ressurreição passageira da prosperidade, é a China. Por isso o capital inglês insiste em construir estradas de ferro chinesas. Mas o caminho de ferro chinês significa a destruição de toda a base da pequena agricultura chinesa e da indústria doméstica. E como nem sequer haverá o contrapeso de uma *grande indústria* chinesa, centenas de milhões de seres humanos serão colocados na impossibilidade de viver. A consequência será uma imigração em massa tal como o mundo jamais viu. Uma inundação da América, Ásia e Europa pelo odiado chinês, uma concorrência de mão de obra com o operário americano, australiano e europeu sobre a base do nível de vida chinês, que é o mais baixo de todos. E se até então o sistema de produção não mudou na Europa, terá que mudar nesse momento⁶³.

⁶³ MARX, DANIELSON, ENGELS, op.cit., p. 291.



De acordo com Engels, esse processo de desenvolvimento da grande indústria trará resultados inesperados para as classes dominantes russas:

A produção capitalista prepara a sua própria ruína, e você pode estar seguro de que também fará o mesmo na Rússia. Pode produzir, e se dura bastante certamente o fará, uma revolução agrária radical. Me refiro a uma revolução que arruinará tanto os *pomieschiki* (fazendeiros) como os *mujiks* (camponeses), substituindo-os por uma nova classe de proprietários de terras que se recrutará entre os *Kulaks* (camponeses ricos) das aldeias, ou os especuladores burgueses das cidades. Seja como for, estou seguro de que os conservadores que produziram o capitalismo na Rússia se assombrarão terrivelmente um dia pelas consequências de seus próprios atos⁶⁴.

Isso porque, no que respeita ao curso da história e do papel das classes dominantes, ainda que defendidas por um estado burocrático-militar, tal como era a monarquia militarista russa,

Por mais autocráticos que sejam, *en dernier lieu*, todos os governos somente são executores das necessidades econômicas de sua própria situação nacional. Poderão executar essa tarefa de diferentes maneiras - bem, mal, ou regular -; *poderão acelerar ou deter o desenvolvimento econômico e suas consequências políticas e jurídicas, mas à la longue têm que segui-lo*. Se os meios com os quais se levou a cabo a revolução industrial em Rússia foram ou não os mais adequados, esta é outra questão, e nos levaria demasiado longe discutí-la. *Para meu objetivo basta a comprovação de que esta revolução industrial era inevitável*⁶⁵.

E concluindo:

Uma nação de 100 milhões de habitantes, *que desempenha um importante papel na história mundial*, não pode, nas atuais condições econômicas e industriais, eternizar-se no grau de desenvolvimento em que se encontrava a Rússia até a guerra da Criméia⁷².

⁶⁴ MARX, DANIELSON, ENGELS, op.cit., p. 291.

⁶⁵ Idem, p. 276-277 (18/6/1892) (grifo nosso). ⁷² Ibidem, p. 276 (18/6/1892) (grifo nosso).



2.3.3. A particularidade da industrialização russa

Assim, de acordo com Engels, a manutenção da soberania política na Europa capitalista do final do século exigia a conquista da soberania econômica, desde o momento em que a grande indústria se transformou em instrumento determinante das guerras. A industrialização rompe o padrão tradicional das relações econômicas e militares tradicionais. A Rússia enquanto potência econômica exportadora de cereais, produzidos com trabalho semiescravo, num mundo não industrial, era uma verdadeira potência bélica⁶⁶. Impossível, entretanto, manter esse status com a base da produção material plenamente industrial das demais potências europeias. O fracasso da guerra da Criméia calara fundo na consciência de uma nobreza zelosa do poderio grão-russo⁶⁷. O período de reformas que se abre está diretamente determinado pelas conclusões derivadas do fracasso militar da guerra.

Por sua vez, em resposta às observações de Engels, corroborando-as, a montagem da indústria pesada russa está imediatamente voltada para a construção do complexo industrial militar. Complexo esse montado sob a tutela direta do estado, já que a autocracia desejava manter a burguesia longe das decisões estratégicas, não permitindo que esta influenciasse os rumos da ação estatal. Essa situação foi transformada durante a guerra de 1914, já que o complexo estatal não foi capaz de desincumbir-se à altura⁶⁸. Observamos um acentuado incremento na produção do ferro e aço, do petróleo, da pólvora, da indústria têxtil, assim como a rápida expansão das vias férreas, na produção do carvão e de todos os ramos industriais subsidiários do núcleo pesado⁶⁹.

Evidentemente, foi necessário lançar mão do protecionismo, do concurso maciço dos capitais estrangeiros (antes de mais nada da Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica) e da superexploração da classe trabalhadora. O afluxo de capitais estrangeiros se dirigia, fundamentalmente, para a indústria pesada⁷⁰. Aliás, a teoria do protecionismo, na Rússia, datava do século XVIII,

⁶⁶ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 179.

⁶⁷ KENNEDY, Paul, Ascensão e queda das grandes potencias, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 174, 197198.

⁶⁸ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 346-347, 352.

⁶⁹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, op.cit., 180-183, 187.

⁷⁰ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 251, 252.



muito antes de List, portanto. Nikolai Mordvinov (1754-1845), grande fazendeiro, marechal e homem de estado russo, havia desenvolvido a teoria do protecionismo, muito embora defendesse a situação de escravidão dos camponeses. Ele não só propôs o protecionismo, contra as opiniões de Storch - que defendia o caráter agrário da Rússia, e a desnecessidade e impossibilidade do país sair da situação de "dependência dos povos estrangeiros"-, como também a necessidade de desenvolver a extração de carvão, ampliar a metalurgia e a pesquisa de jazidas minerais, assim como a extração do ouro. Ao mesmo tempo, e relacionando com a expansão desses ramos da indústria, defendeu a construção do setor de máquinas que produziam máquinas, em bases estatais, subsidiado e vendido aos fabricantes com juros de 3%. Essas, para ele, eram medidas para liquidar o atraso russo, garantindo, dessa forma a

autonomia e independência econômica e política da Rússia⁷¹.

Me parece interessante, a política de atração do capital estrangeiro para financiar a "indústria estatal de guerra". Witte, com suas opiniões e ações, enquanto, ministro das finanças (1892-1903), justificava seu especial empenho em atrair grandes volumes de capital forâneo sob a forma de créditos para as empresas privadas, na abertura de filiais de empresas estrangeiras no país, assim como na associação de capitais estrangeiros com os nacionais, devido a que, além desses capitais enriquecerem material e tecnicamente a economia do país, eles se "dissolveriam" nela. De fato, o DI russo se nos apresenta como um amplo complexo industrial multinacional orientado estrategicamente à construção de um complexo bélico poderoso⁷². Isso inaugura, entre os finais do século XIX e início do XX, um processo que caracterizará o capitalismo nas décadas posteriores à II Guerra Mundial (e, particularmente, as industrializações na periferia colonial e ex-colonial).

Poderíamos, portanto, falar no caráter particular da economia política da industrialização russa, que é a de industrializar o país no prazo o mais exíguo possível, com o objetivo declarado de montar um complexo industrial militar com o fito de ela continuar a ser uma potência européia imperialista.

⁷¹ ISTORIA RUSSKOI EKONOMITCHESKOI MYSLI, Moscou, Izd. Sotsialno-Ekonomitcheskoi Literaturi, 1958,

T. 1, parte II, p. 65-66. (tradução do russo, PALF)

⁷² HISTORIA DA LA URSS, op.cit., p. 291-292.



Dessa forma, garante a sua autonomia e independência econômica e política através da internacionalização de seu mercado interno e, particularmente, da multinacionalização de seu DI e do estímulo à monopolização da economia e da fusão cada vez mais acentuada do capital monopolista com o estado. Ao mesmo tempo, se mantém um governo autocrático, militarista, altamente repressor, garantidor da superexploração dos trabalhadores e dos interesses dos grandes capitalistas e fazendeiros.

Como podemos notar, a industrialização russa é possuidora de uma "modernidade" muito semelhante àquela que caracterizará a brasileira. Ao que tudo indica, entretanto, a crença de Witte na dissolução dos capitais multinacionais não foi muito acertada. A política exterior do império, à medida que o financiamento externo aumentava, com o conseqüente aumento de sua dívida externa, ia-se norteando pelos interesses dos mais poderosos credores, até que a primeira guerra, ao desorganizar a economia russa (e antes de mais nada o complexo industrial militar), pôs de manifesto a política de chantagem dos credores, quando estes passaram a exigir pagamento em metálico das importações estratégicas feitas pela Rússia, as quais invariavelmente se atrasavam em muitos meses (mesmo depois de pagas)⁷³.

Um outro momento, que caracterizará as industrializações pós-grande depressão, será a altíssima concentração da produção industrial em poucas grandes empresas, de tecnologia a mais moderna⁸¹.

2.3.4. O papel da urgência histórica e da guerra nas industrializações tardias

A marcha forçada da industrialização, a tremenda compressão do tempo histórico através da onipresença do estado, a extrema tensão de todas as contradições sociais latentes, impossíveis de serem todas uniformemente resolvidas em uma complexa sociedade de classes - onde interesses díspares e poderosos se digladiam -, caracterizarão as industrializações dos capitalismo tardios alemão, russo, italiano, etc. As industrializações da fase imperialista, por sua vez, sofrerão as mesmas limitações, só que em grau ainda maior e com limitações também muito mais sérias, antes de mais nada devido ao fato da vigência de explícita

⁷³ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 292, 353-354; MAURO, Frederic, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 301. ⁸¹ OLIVEIRA, C. A. Barros de, op.cit., p. 188-189; HOBBSAWN, Eric, A era dos impérios, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 406-407.



agressividade por parte das potências em suas "zonas de influência", assim como ao atraso relativo das economias das ex-periferias coloniais. Isto não quer dizer que a contemporaneidade apresente lapsos marcantes na cultura e na economia política.

No Brasil, Serzedelo Correa apresenta, sem dúvida, um ideário muito adequado às exigências do que foi posto em prática na industrialização russa. Porém, antes que nos detenhamos com mais vagar nas concepções de Serzedelo, convém fixar um ponto de crucial importância para o próprio desenvolvimento da teoria explicativa do surgimento da "guerra como ramo da grande indústria" e sua evolução até o complexo militar industrial.

O sentido da **urgência**, apreendido pelo pior dos caminhos - o fracasso militar -, onde está denunciada a muito possível perda da autonomia e da independência política e econômica, isto pela simples observação dos processos de industrialização e adentramento nele por motivos que incluem também a antevisão da perda da autonomia - como é, em grande medida, o caso do Japão -, ao exigir a aceleração do processo da industrialização, vinculando-o, assim, direta e imediatamente ao "complexo da autonomia", torna-se igualmente criador do "complexo da agressão" potencial e efetiva.

Ora, não estando o processo de rápida expansão do DI alheio às oscilações cíclicas (ainda mais que em grande medida atrelado ao afluxo de capitais externos), chegamos à constatação de que essas crises, ao enfraquecerem a economia do país, colocam-no em situação de vulnerabilidade perante os vizinhos ou potências imperialistas, ou seja, as crises cíclicas atentam contra a soberania nacional. Daí que a *garantia de uma demanda estável* passe, então, a ser objeto de preocupação teórica e, em seguida, de ação estatal planejada, ou, no mínimo, articulada. Assim, cria-se uma situação objetivamente perversa, já que imbricam-se processos que conduzem inexoravelmente a situações potencialmente prenunciadoras de entreveros bélicos e mesmo de guerras mundiais, tal como tivemos a oportunidade de observar ao longo do século XX. Por um lado, a industrialização sob a égide do capital empurra, naturalmente, a produção para a conquista de mercados externos. Por outro, as oscilações cíclicas reduzem o ritmo da expansão dos mercados externos e posteriormente conduzem a redução destes.

Tal enfraquecimento econômico temporário apreende-se, também, como enfraquecimento militar e, por sua vez, também no que respeita à



diminuição dos mercados internos, surge a tentação de ampliar politicamente a demanda através de uma guerra, o que redundaria em estímulo à permanente expansão das potencialidades de seu desencadeamento. Observemos os prolegômenos desse processo em uma observação de Engels sobre as relações entre as altas taxas de lucros internos na economia russa - sob o protecionismo - e sobre a guerra:

Os enormes lucros auferidos pela jovem burguesia russa e o fato de que eles dependem de uma boa colheita, como você explica admiravelmente, esclarecem muitas coisas, que de outra maneira seriam incompreensíveis. Como poderia eu, caso contrário, compreender a afirmação publicada esta manhã na correspondência de Odessa de um jornal londrino, segundo a qual as classes comerciais russas parecem estar possuídas pela ideia de que uma guerra seria a única panaceia verdadeira para a depressão sempre crescente que padece atualmente o conjunto das indústrias russas? Como poderia entender este fato se não é pela completa dependência de uma indústria, criada pelos direitos alfandegários, com respeito ao mercado interno e à colheita dos distritos agrícolas, da qual, por sua vez, depende o poder aquisitivo de seus únicos clientes? *E quando este mercado torna-se insuficiente, não é mais natural para as pessoas ingênuas estendê-lo mediante uma guerra?*⁷⁴.

A guerra torna-se, assim, não somente *força produtiva direta*, ao acelerar enormemente o ritmo da produção industrial e da introdução da ciência nos processos produtivos, como, igualmente, *instrumento de política anticíclica*; não somente *meio político de conquista econômica*, como também de *segurança interna* (contra a classe trabalhadora): ela evolui como um complexo de múltiplas determinações socioeconômicas. *Ela coloca a questão crucial para as industrializações tardias, ou seja, a de desenvolver o mais rapidamente o setor produtor de bens de capital, como forma de garantia da soberania e da ação imperialista externa.* Processo que contará com o apoio decidido do estado que, na maioria das vezes, tomará para si a construção dos complexos da guerra.

⁷⁴ MARX, DANIELSON, ENGELS, *op.cit.*, p. 252 (carta de 29-31/10/1891) (grifo nosso).



2.4. Guerra e industrialização (3): a Guerra do Paraguai e a industrialização paraguaia

2.4.1. Limitação da economia política brasileira: Serzedelo Correa e as industrializações tardias

No Brasil, temos em Serzedelo Correa um pensador contemporâneo das industrializações dos capitalismo tardios, um nacionalista, abolicionista e republicano, cuja defesa do desenvolvimento das forças produtivas nacionais apresenta uma abrangência dificilmente encontrada em outros pensadores seus contemporâneos. Não era exclusivista com relação à indústria, pregando a necessidade da proteção à produção industrial e agrícola nacional. Via o desenvolvimento industrial como meio necessário para a conquista da autonomia econômica do país. Sua visão de conjunto dos problemas do desenvolvimento poderia valer-lhe a caracterização de pioneiro do "desenvolvimentismo": não só postulava o "desenvolvimento das forças produtivas nacionais", como indicava as formas possíveis para que tal objetivo pudesse ser alcançado. Propunha, além de "proteção razoável" através de tarifas alfandegárias, medidas de caráter fiscal, monetário, uma nova função dos financiamentos bancários, desenvolvimento dos transportes e do comércio internacional, abolição dos impostos interestaduais, preferência, por parte do governo, por comprar a fabricantes nacionais. Ao mesmo tempo, preconizava a "nacionalização" crescente das funções de intermediação e comercial, assim como uma limitação na expatriação dos capitais realizados nessas atividades, em grande medida na mão de estrangeiros. De acordo com ele, enquanto tais medidas não fossem tomadas e o país não se firmasse enquanto potência industrial, o caráter colonial de nossa economia não estaria superado.

No entanto, dois momentos frágeis nas concepções de Serzedelo devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, a sua negativa em transformar suas propostas em sistema de economia política, optando por um pragmatismo conducente à análise "caso a caso" dos setores ou mercadorias a serem protegidos. Em segundo lugar, a sua não visão da emancipação econômica através do desenvolvimento das indústrias básicas. É de se notar, outrossim, em Serzedelo, uma característica peculiar ao nacionalismo até a



segunda década deste século, que é a de não abominar o capital estrangeiro, mas sim de contar com seus préstimos para o "desenvolvimento das forças produtivas nos países novos"⁷⁵. Nacionalismo esse que depois será alterado, antes de mais nada, devido à reação antiindustrialista, desenvolvida na base do ruralismo nacionalista.

Muito embora possamos observar em Serzedelo Correa uma posição nacionalista e protecionista clara quanto às jazidas minerais, sendo óbvia a necessidade de explorá-las

(...) tendo em atenção o enriquecimento do país, e não do modo por que temos deixado que se faça, não ficando para a nação, nos lucros dessas colossais riquezas, senão as migalhas do imposto. (...) As minas, constituindo uma fortuna extraordinária, sendo riquezas que causas geológicas produziram, e que a ação do homem não pode renovar ou criar, devem ser exploradas com cuidado e por isso, em todos os países, constituem um patrimônio da nação. Não é possível deixar assunto dessa importância à ganância, à incúria ou às ambições do interesse individual, e daí a necessidade de uma lei geral que, a bem da exploração, regule o assunto. A exploração de uma mina é questão delicada e que deve ser feita com inteligência porque, uma vez mal dirigida, acarretará prejuízos e a impossibilidade de outros trabalhos. Minas haverá que se encontrem em terrenos de mais de um proprietário do solo, e a sua exploração não pode estar à mercê da vontade daquele indivíduo, contra o interesse de outros e, especialmente, contra o interesse do país⁷⁶.

Esta posição não chega, entretanto, à postulação da necessidade da montagem de um DI, como estava implícita na posição de um Witte, ou mesmo de Mordvinov, na Rússia.

Sua posição relativamente ao capital estrangeiro, que não aquele voltado para o comércio e a intermediação em geral, muito se aproxima do padrão desenvolvimentista dos capitalismo tardios, no sentido da "diluição" de Witte e do postulado por Azevedo Amaral⁷⁷.

⁷⁵ LUZ, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Alfa Omega, 1978, p. 82, 92. ⁸⁴ LUZ, N. V., *op.cit.*, p. 92.

⁷⁶ SODRÉ, N. Werneck, *História da burguesia brasileira*, *op.cit.*, p. 217.

⁷⁷ CAPELATO, M. Helena, *op.cit.*, p. 53.



2.4.2. Vanguardas nacionalistas militares - particularidade de seu pensamento econômico

A questão das indústrias "básicas", que se arrasta desde os últimos gabinetes do Império, só se põe com o nível de urgência necessário à sua resolução definitiva após a revolução de 1930 e diante da catástrofe da guerra e das possibilidades de alteração dos pólos de hegemonia mundial como resultado daquela. Isso evidentemente não quer dizer que não houvesse consciência nacional sobre a questão e muito menos que os militares nacionalistas não soubessem disso (*Serzedelo Correa é um general do exército*).

O que ocorre, portanto, não é uma ausência de "modernidade" no pensamento econômico brasileiro. A economia protecionista, de estímulo estatal determinante, largamente utilizadora de prêmios, subsídios e tarifas aduaneiras, capaz de compreender o complexo de relações existentes entre industrialização, criação de um DI imediatamente ligado à montagem do "complexo da guerra", impregna a economia política das vanguardas nacionalistas. E é evidente que os militares têm um ângulo privilegiado de análise dessa questão, já sentida com crueza pelo menos desde a guerra do Paraguai. As exigências da guerra moderna pressupunham o complexo industrial militar. Era impensável, desde a metade do século XIX, pelo menos, conceber-se um exército moderno sem contar com a indústria da guerra, a qual, por sua vez, exigia todo um feixe de setores complementares no DI: metalurgia (aço e ferro em primeiro lugar), eletricidade, carvão mineral, petróleo, etc.⁷⁸. O que ocorre com a industrialização brasileira não é a ausência de individualidades aptas a captarem as tendências do desenvolvimento do mundo moderno. São determinações de vária ordem que conduzem a industrialização nacional a uma

marcha anônima, irregular e profundamente viciosa⁷⁹.

2.4.3. Reversão industrial das potências agrárias e agroexportadoras (Brasil, Cuba, Rússia)

⁷⁸ SCHNEIDER, Fernand, *História das doutrinas militares*, Amadora, Bertrand, 1975, caps. V ao VIII; KENNEDY, Paul, *op.cit.*, p. 195-198.

⁷⁹ LUZ, N. Vilela, *op.cit.*, p. 85 (palavras de Joaquim Murtinho).



No Brasil, vergar o complexo agroexportador e colocá-lo *conscientemente* a serviço da industrialização e do desenvolvimento das forças produtivas em geral, exigiu o controle direto do estado por parte daquelas elites burguesas marginais ao núcleo agroexportador. O "Brasil potência-agroexportadora" só poderia curvar-se ante a força das armas, ante a potência dos excluídos daquele bloco dominante. Da mesma forma, isso ocorria à potência agroexportadora que era Cuba. Somente a conquista do poder propiciaria a maior aceleração possível do ritmo da industrialização. Nem no Brasil nem em Cuba observamos uma transição pacífica ao poder declaradamente industrializante, capaz de "reconverter" o complexo agroexportador.

O complexo dos interesses agroexportadores, internacional e multinacional, posto em linha direta de continuidade com o recentíssimo passado colonial, tenderá a determinar o ritmo e a profundidade das industrializações. Estas se dão, porém, em situação subalterna. Estão, pois, em situação *inversa* à ordem das determinações essenciais. Daí que essas industrializações, sob a égide dos complexos agroexportadores, tenham que ser "reconvertidas".

No caso cubano, tal foi o grau de especialização e imbricação de sua economia com a dos E.U.A. que, ainda nos anos setenta deste século, observamos o seguinte:

Nos vinte anos transcorridos, não obstante os avanços extraordinários de nossa Revolução, não alcançamos o ritmo médio de crescimento necessário que nos permita sair do subdesenvolvimento, nem conseguimos superar a deformação estrutural que herdamos do capitalismo...⁸⁰.

No Brasil, igualmente, a potência do complexo agroexportador exigirá poderes ditatoriais ao novo poder burguês que afastará o monopólio socioeconômico do café das rédeas do estado. E, em tempos de terror ao comunismo "internacional", a revolução de 30 esbarrará com seus limites. Estes determinarão seus ritmos, a forma de seu desempenho e selarão o seu final. A revolução de 30 terá que caminhar pelo duplo fio que a dessangrará:

⁸⁰ PEREZ, Humberto, Gramna, 18/10/1978, in GARCIA, Jose L. Rodrigues, Dos ensayos sobre la economia cubana, La Habana, Ciencias Sociales, 1984, p. 129. Em 1958, p. ex., Cuba destinava 67% de suas exportações aos E.U.A. e importava dos E.U.A. 70% de suas importações (GARCIA, J. L. R., op.cit., p. 55).



contra o complexo agroexportador, contra o "povo" e em duelo com os interesses do capital monopolista internacional, antes de mais nada o americano. Uma luta em três frentes.

A rapidez relativa com que a Rússia imperial desperta do fracasso da guerra da Criméia e se alça à modernidade capitalista, embora tardia e mais frágil que sua congênere alemã, em parte, é óbvio, está determinada pelo seu mais alto patamar de partida respectivamente às suas co-irmãs "hipertardias" brasileira ou cubana. A Rússia é uma potência agroexportadora a nível europeu. Concomitantemente, é uma potência militar com sérias pretensões e ações imperialistas.

No entanto, o que a permitirá responder com um grau suficiente de rapidez e coordenação aos imperativos de construção de um DI atrelado a um complexo militar industrial de sérias dimensões, será tanto o caráter do poder autocrático quanto o complexo de relações internacionais nas quais está inserida e pelas quais também se encontra, em certa medida, determinada.

O tzarismo se apresenta como uma autocracia militarista de estilo prussiano (desde Pedro, o modelo prussiano é imperante). Isso conforma um poder estatal onde monarquia e nobreza encontram seus destinos soldados num absolutismo imperial dominando um exército nacional de combate (e não proforma como nossa Guarda Nacional) que tem sua oficialidade - recrutada por longos períodos e treinada à altura - extraída da própria nobreza. O corpo de oficiais do exército nacional russo-imperial é a expressão da *nobreza armada*.

Isso garante ao imperador uma autonomia impar perante todas as classes. O poder é um bloco compacto, armado, militar. O estado é um estado militarizado⁸¹. Do ponto de vista econômico, tal autonomia lhe permite a utilização diferenciada da renda nacional em prol da industrialização. A nobreza palaciana, mais próxima do tzar e sua família, direta e imediatamente relacionada com a política interna e externa do governo, é capaz de compreender a catástrofe da guerra da Criméia e posteriormente, da guerra contra o Japão⁸². Pode utilizar a quase que total ausência de direitos políticos das demais classes para os fins da *industrialização forçada* do país sem afetar os privilégios da nobreza a não

⁸¹ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 262-263.

⁸² ANDERSON, Perry, Linhagens do estado absolutista, Porto, Afrontamento, 1984, p. 417.



ser no que era real e inexoravelmente necessário, como por exemplo, o processo de emancipação dos servos, iniciado em 1861. Pode, assim, abrir-se a uma "industrialização conservadora" - prussiana tanto no campo quanto na cidade: preservando ao máximo os interesses dos fazendeiros e capitalistas manufatureiros e fabricantes. Atraindo, cooptando para as funções de governo as lideranças reformistas de ambas as classes⁸³. Porém, concomitantemente, buscando não ceder terreno político à burguesia enquanto classe. Equilíbrio esse rôto em 1905 e 1917.

O imperialismo russo seria o coveiro da própria hegemonia política das classes dominantes. As guerras e a marcha forçada da industrialização exacerbam de tal modo as contradições latentes que a maré do ódio, desespero, frustrações e humilhações seculares rompem as frágeis bordas do cálice czarista e burguês, espalhando-se nos novos rumos da revolução operária e camponesa.

Mas para que aquela fosse vitoriosa, dela foi exigido arrancar o bloco czarista-militarista pela raiz, já que este lhe ofereceu mortal resistência - um indicador seguro da solidez dos laços que uniam a nobreza ao czarismo.

A monarquia brasileira, por seu turno, não é autocrático-militarista. É uma monarquia burguesa escravocrata em um país cuja expansão territorial estava "praticamente" completa (o que não quer dizer que houvesse abandonado projetos expansionistas, ou a isso não mais houvesse se dedicado)⁸⁴. Ela é quase que uma refém dos fazendeiros. A corroborar tal afirmação, temos a ficada de D. Pedro I que se dá sob chantagem explícita. Ele escreve ao pai em 15 de dezembro de 1821:

Meu pai e meu senhor:- Hoje soube que por ora não fazem representações, sem que venham as procurações de Minas, São Paulo e outras, e que a representação é deste modo segundo oiço: "Ou vai, nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do congresso; e demais tanto os ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza"⁸⁵.

⁸³ HISTORIA DE LA URSS, op.cit., p. 243-244, 291.

⁸⁴ BANDEIRA, Moniz, O expansionismo brasileiro, Rio de Janeiro, Philobliblion, 1985; MELLO, L. I. de Almeida, A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata militar na América Latina, São Paulo, ANPOCS, 1982, etc.

⁸⁵ NORTON, Luiz, op.cit., p. 201 (Carta de 15/12/1821).



Esgota-se, incapaz em sua origem de ser "prussiana"⁸⁶. É simplesmente afastada por um golpe de estado levado a efeito pelos militares. Cai, ou melhor, é retirada, como uma obturação de ouro, gasta e frouxa, no dente podre do país. Substituída por nova obturação, agora de cimento, feita sobre o nervo exposto. Como dirá Aristides Lobo:

Estamos em presença de um esboço rude, incompleto, completamente amorfo. Não é tudo, mas é muito⁸⁷.

Abre-se a possibilidade de acelerar o tempo histórico, vergar o complexo agroexportador, através da reforma do estado e das instituições; de republicanizar o corpo social estreito nos marcos monárquicos, sem contudo ter base social para caminhar com a rapidez dos capitalismo tardios europeus. Pois, de fato, não tem um bloco de poder tão coeso a ponto de encetar uma caminhada célere. A república vai avançando aos trancos e barrancos, incapaz de impor-se aos exclusivismos do capital agroexportador, mesmo lançando mão de uma forte dosagem de centralização, e, tendo como seu pivô o exército, tal como previa Tavares Bastos⁸⁸.

2.4.4. Guerra do Paraguai: agroexportação escravocrata versus industrialização autônoma

A monarquia tinha plena consciência da potência agroexportadora que tinha em mãos. Em carta a seu pai, D. João VI, d. Pedro I dizia, a propósito das razões da independência:

Os estados independentes (digo os que nada carecem, como o Brasil) nunca são os que se unem aos necessitados e dependentes. Portugal é hoje em dia um Estado de quarta ordem e necessitado, por consequência dependente. O Brasil é de primeira e independente até aqui, que a união é sempre procurada pelos necessitados e dependentes. A união destes dois hemisférios, para poder durar, deve ser de Portugal com o Brasil, e não deste com aquele que é necessitado. Uma vez que o Brasil está persuadido desta verdade eterna, a separação do

⁸⁶ BASTOS, Tavares, Trechos escolhidos, Rio de Janeiro, Agir, 1957, p. 95-97.

⁸⁷ CARONE, Edgar. A primeira república - 1889-1930, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 289.

⁸⁸ BASTOS, Tavares, Cartas do Solitário, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1975, p. 26.



Brasil é inevitável, se Portugal não buscar todos os meios de se conciliar com ele de todas as formas⁸⁹.

Potência agroexportadora de "primeira", zelosa de sua independência (no sentido de nada carecer). Capaz de ir até as últimas consequências em defesa de sua soberania, sendo esta concebida como manutenção de sua condição de potência. Potência agroexportadora escravista. É este o sentido do envolvimento do Império na questão do Prata e particularmente da Guerra do Paraguai, assim como da livre navegação do Amazonas.

A questão do Uruguai, extensão natural do complexo agroexportador escravista do Rio Grande do Sul, ou seja, a política de impedir o surgimento de fortes estados unificados ao sul, assim como a implantação de núcleos expressivos de populações compostas de imigrantes oriundos das potências centrais e, por conseguinte, de polos comerciais e industriais capazes de enfraquecer a posição estratégica do país, convertendo-o em potência menor; tudo isso, conforma a questão do Prata e do Paraguai enquanto polo dinâmico de uma expansão agroexportadora com a qual a economia do Império não podia competir⁹⁰.

Se, relativamente ao Uruguai, tratava-se de garantir sua situação de apêndice "natural" do complexo escravista agroexportador, o caráter da guerra contra o Paraguai era distinto. Não que as elites escravocratas não desejassem igualmente garantir a expansão econômico-territorial de Mato Grosso - que era a expansão, antes de mais nada, dos ervatais, os quais, por sua vez, se constituem na principal fonte e divisas do Paraguai⁹¹. Ocorre que a potência escravocrata agroexportadora do Império brasileiro se enfrentava, no caso do Paraguai, com uma potência agroexportadora em processo de franca e deliberada industrialização, concebida esta como única garantia da soberania nacional, ou seja, centrada na construção do núcleo industrial pesado e em sua destinação bélica⁹².

Esta particularidade da guerra entre as duas potências confere ao conflito um grau insuspeitado de modernidade. Talvez haja sido esse o

⁸⁹ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 201-202 (Carta de 19/06/1822).

⁹⁰ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 22-225.

⁹¹ *Idem*, p. 223.

⁹² BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 170, 161-162.¹⁰²



motivo pelo qual Maillifer haja dito ser o Brasil a "Rússia dos trópicos" e Quesada caracterizado o Paraguai como "Prússia em miniatura"⁹³.

Tanto Lopez, pai, quanto o filho, Solano, têm plena consciência de estarem construindo uma potência, que inevitavelmente, um belo dia, teria de se enfrentar com o gigante brasileiro⁹⁴. O Paraguai centra seu desenvolvimento industrial na possibilidade de expansão de suas exportações de mate, assim como os Estados Unidos vinha-o fazendo com o algodão⁹⁵. Por sua vez, a vida econômica do Rio Grande e Mato Grosso em boa medida dependiam do mate exportado. As elites regionais exigiam, assim, a guerra, como o meio mais fácil de resolver o imbróglio do Prata. O mesmo pensavam o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, em 1853, assim como o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, em 1854. Tendo em vista que o Paraguai não aceitava a expansão territorial do Brasil à custa de seu território, o mesmo Duarte da Ponte Ribeiro reiterava a necessidade da guerra em 1855, devendo o governo imperial somente "aproveitar alguma oportunidade que o próprio Lopez der e que possa coonestar nosso emprego de força contra ele para alcançar o que pretendemos"⁹⁶.

Assim, o império escravocrata agroexportador punha-se a esmagar a potência industrializante. E industrializante de uma forma muito especial, já que não optara pela construção de um parque de indústrias básicas multinacionalizado, como seria a opção russa. A construção do DI paraguaio se financiava somente com a agroexportação, antes de mais nada do mate, tabaco, madeiras e já havia planos de plantar-se o algodão⁹⁷. Por sua vez, era o estado o principal empresário e comerciante, ao mesmo tempo exercendo o monopólio sobre as mercadorias da agroexportação, como possuindo vastas propriedades territoriais - cuja origem estava nas antigas propriedades jesuítas e no confisco das terras dos proprietários paraguaios -, campos de atuação através dos quais

⁹³ Idem, p. 180 e 170 (respectivamente).

⁹⁴ Idem, *ibidem*, *op.cit.*, p. 248-249.

⁹⁵ FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, p. 127.

⁹⁶ BANDEIRA, Moniz, *op.cit.*, p. 195-196.

⁹⁷ Idem, p. 163.



Francia quebrou a classe dominante tradicional, sobretudo o segmento espanhol, e atacou a Igreja, [que] robusteceram enormemente o poder econômico do Estado Paraguai⁹⁸.

Estas terras ou eram arrendadas a camponeses ou eram exploradas diretamente pelo estado, "com o emprego de escravos e o trabalho forçado de detentos". Premido pelo caráter até então autárquico de sua economia e pelas relações de produção ainda não plenamente capitalistas, após a morte de Francia inicia-se um surto de industrialização autofinanciada, centrada na importação de técnicos e tecnologia estrangeira onde a firma britânica Blyth & Co desempenhou um papel central⁹⁹. Rompe-se a autarquia tanto através da expansão das exportações para a bacia do Prata quanto para a Europa e Estados Unidos. Maillifer chamaria a atenção para esse sistema "um pouco japonês", o qual, no seu entender, se abriria inexoravelmente às mercadorias e civilização europeias¹⁰⁰. Tavares Bastos, por sua vez, bradava contra o patriotismo "conformado" agroexportador e antiindustrialista, que era o seu próprio e, reconhecendo, portanto, a luta do Paraguai como sendo por sua soberania, exercício de um determinado tipo de patriotismo, ao qual ele não se filiava¹⁰¹. Um patriotismo de potência industrial independente.

O patriotismo paraguaio necessitava construir um DI imediatamente atrelado à indústria bélica, ou seja, industrializar-se através da construção de um complexo industrial militar, retirando do complexo agroexportador os necessários montantes em investimentos. É exatamente por compreender o caráter de uma industrialização nas ex-colônias, que, já em 1862, Tavares Bastos perora contra ela. Toda a linha de sua argumentação, centrada em uma economia política "*sui generis*", expressava exatamente o caráter transitivo da formação social por ele defendida. Uma miscelânea de fisiocratismo com livremercantilismo, com forte tintura positivista e, suprema ousadia, tentando se apoiar em List para contestar a necessidade de protecionismo no caso do Brasil, pois aqui, se Deus quisesse, reinaria eternamente

⁹⁸ BANDEIRA, Moniz, op.cit., p. 159.

⁹⁹ BANDEIRA, Moniz, op.cit., p. 161.

¹⁰⁰ Idem, p. 262.

¹⁰¹ BASTOS, A. C. Tavares, op.cit., p. 169, 254 (toda a Carta XVIII).



a política simples, a política dos tempos patriarcais, a política evangélica¹⁰².

Ousadia pois, de Tavares Bastos, se apoiar em List, já que este tinha clareza quanto à necessidade da industrialização com caráter bélico para a manutenção da soberania onde todos esses processos determinariam a construção de uma potência industrial:

A guerra, ou a possibilidade mesma da guerra, torna o estabelecimento de uma capacidade industrial uma exigência indispensável para uma nação de primeira categoria¹⁰³.

E fora exatamente isso o que fizeram, tanto os Estados Unidos como o Paraguai, contra os quais direta e indiretamente lutava o Império, ainda atrelado às disposições da política externa do período da independência¹¹³.

Recebido em 10 mai. 2024 | aceite em 29 jun.2024.

¹⁰² BASTOS, A. C. Tavares, op.cit., p. 169.

¹⁰³ KENNEDY, Paul, op.cit., p. 512 (palavras de List). ¹¹³ NORTON, Luiz, op.cit., p. 159-160.



A Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão do capitalismo ocidental

94

Caio Bugiato¹

Jordana de Castro Santos Almeida²

Resumo

A eclosão da guerra na Ucrânia e o apoio ocidental ao Estado ucraniano trouxeram à baila o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na política internacional, assunto debatido na imprensa e nos meios de comunicação, nas universidades, nos Estados e nas organizações internacionais. Em avaliações apressadas, o argumento que surge é que a guerra, particularmente o governo russo de Vladimir Putin, fez a OTAN renascer, pois ela não tinha mais razão de existir diante da derrota e da dissolução da URSS. Assim, neste artigo nosso objetivo é demonstrar que OTAN sempre teve razão de existir para cumprir a função que lhe foi designada pelas potências ocidentais: eliminar política e militarmente os obstáculos à expansão do capitalismo ocidental. Pois se configura como uma organização internacional político-militar vinculada às potências capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, com seus sócios menores europeus, portanto uma organização que contém na sua dinâmica um caráter expansionista. Logo, nosso objeto é a OTAN em seu tratado fundador, organização institucional, conceitos estratégicos, reuniões de cúpula, expansão geopolítica, parcerias e operações militares.

Palavras-chave: OTAN. Capitalismo. Expansão.

¹ Docente de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | bugiato@gmail.com

² Discente de Relações Internacionais Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | jordana.csa@hotmail.com



Resumen

El estallido de la guerra en Ucrania y el apoyo occidental al Estado ucraniano han sacado a relucir el papel de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en la política internacional, un tema debatido en la prensa y los medios de comunicación, en las universidades, en los Estados y en las organizaciones internacionales. En apreciaciones apresuradas, se argumenta que la guerra, y en particular el gobierno ruso de Vladimir Putin, ha dado un nuevo impulso a la OTAN, que ya no tenía razón de ser ante la derrota y disolución de la URSS. Nuestro objetivo en este artículo es, por tanto, demostrar que la OTAN siempre ha tenido una razón de ser para cumplir la función que le asignaron las potencias occidentales: eliminar política y militarmente los obstáculos a la expansión del capitalismo occidental. Por ser una organización política y militar internacional vinculada a las potencias capitalistas lideradas por Estados Unidos, con sus socios europeos más pequeños, es una organización cuya dinámica es expansionista. Nuestro tema es, por lo tanto, la OTAN en lo que respecta a su tratado fundacional, su organización institucional, sus conceptos estratégicos, sus cumbres, su expansión geopolítica, sus asociaciones y sus operaciones militares.

Palabras clave: OTAN. Capitalismo. Expansión.

Abstract

The outbreak of war in Ukraine and Western support for the Ukrainian state have brought up the role of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) in international politics, a subject debated in the press and media, in universities, in states, and in international organizations. In hasty assessments, the argument that emerges is that the war, particularly the Russian administration of Vladimir Putin, has given NATO a new reason of life, since it no longer had any reason to exist in the face of the defeat and dissolution of the USSR. Our aim in this article is therefore to demonstrate that NATO has always had a reason to exist in order to fulfill the function assigned to it by the Western powers: to eliminate politically and militarily obstacles to the expansion of Western capitalism. Because it is an international political and military organization linked to the capitalist powers led by the United States, with its smaller European partners, it is an organization whose dynamic is expansionist. So, our object is NATO in its founding treaty, institutional organization, strategic concepts, summit meetings, geopolitical expansion, partnerships, and military operations.

Keywords: NATO. Capitalism. Expansion.

Introdução

O capitalismo é um modo de produção expansivo fundamentado na acumulação de capital, cujos processos extrapolam fronteiras e derrubam obstáculos em busca de valorização. Intelectuais de diferentes referenciais teóricos reconhecem esse fenômeno, como Harvey (2013), Huntington (2010) e Brzezinski (1997), da perspectiva da (geo)economia política, da cultura



política e da geopolítica, respectivamente. No âmbito do pensamento crítico das Ciências Sociais, Gowan destaca, como ele mesmo diz, “cinco aspectos da dinâmica social do capitalismo internacional que tiveram uma forte influência nos conflitos internacionais dentro das relações internacionais capitalistas” (Gowan, 2013, p. 35). Primeiro, o impulso veementemente expansionista do modo de acumulação capitalista. Segundo, a tendência dos principais centros capitalistas a gerar ordens mundiais constituídas por esferas hegemônicas, nas quais são incapazes de estabelecer normas jurídicas que regulem as relações entre eles. Terceiro, a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo internacional, o que significa a divisão mundial entre centros ricos e poderosos e periferias fracas e pobres. Quarto, e contradizendo parcialmente essa tendência anterior, a propensão ao surgimento de novos centros de crescimento no capitalismo internacional. E, quinto, as tendências do capitalismo internacional para choques, crises e transformações, nas quais as potencialidades da guerra são exacerbadas pela intensificação das interações do sistema interestatal. Nessa mesma linha de análise e especificamente sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Wargan (2023) relaciona a criação e as atividades desta à expansão do capitalismo dos Estados Unidos da América (EUA) após a Segunda Guerra Mundial para reconstruir a Europa à sua imagem e semelhança e atacar a enfraquecida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para Wagan, a OTAN é a face militar da expansão do capitalismo estadunidense e parte de um projeto de hegemonia mundial, seja no período do capitalismo fordista até os anos de 1970, seja no ulterior e atual capitalismo neoliberal. “Dessa forma, a missão expansionista da OTAN é inseparável do cancerígeno avanço do modelo neoliberal de globalização, que recrudescer nos Estados-membros da OTAN como uma condição de permanente exploração” (Wargan, 2023, s/p.).

O objeto de análise deste artigo é a OTAN em seu tratado fundador, organização institucional, conceitos estratégicos, reuniões de cúpula, expansão geopolítica, parcerias e operações militares. Nossa hipótese é que a OTAN é uma organização internacional político-militar vinculada ao capitalismo ocidental liderado pelos Estados Unidos, com seus sócios menores europeus, portanto uma organização que contém na sua dinâmica um caráter expansionista. A eclosão da guerra na Ucrânia e o apoio ocidental ao Estado ucraniano trouxeram à baila o papel da Organização na política internacional, assunto debatido na imprensa e nos meios de comunicação,



nas universidades, nos Estados e nas organizações internacionais. Em avaliações apressadas, o argumento que surge³ é que a guerra, particularmente o governo russo de Vladimir Putin, fez a OTAN renascer, pois ela não tinha mais razão de existir diante da derrota e da dissolução da URSS. Assim, nosso objetivo é demonstrar que OTAN sempre teve razão de existir para cumprir a função que lhe foi designada pelas potências ocidentais: eliminar política e militarmente os obstáculos à expansão do capitalismo ocidental.

O texto a seguir está dividido em três seções mais as considerações finais. Na primeira seção avaliamos o tratado fundador da OTAN, o *Tratado de Washington* de 1949, bem como sua organização institucional. Na segunda, avaliamos seus conceitos estratégicos, suas reuniões de cúpula e sua expansão geopolítica para a Europa Oriental. Na terceira, suas parcerias para além da região do Atlântico Norte e suas principais operações militares: na Iugoslávia nos anos de 1990, no Afeganistão entre 2001 e 2021 e na Líbia em 2011. Todas as referências sobre a Organização são de documentos não sigilosos disponibilizados em sua página institucional na internet (www.nato.int).

Porém, antes de tratar do nosso objeto, vamos fazer uma observação teórica importante para o desenvolvimento da nossa argumentação. Segundo a teoria liberal das Relações Internacionais, a referência aqui é um dos seus grandes expoentes Michael Doyle (1983a, 1983b e 2005), as relações internacionais potencialmente conflituosas podem ser convertidas em um sistema de Estados pacífico, por meio da promoção em âmbito mundial do livre mercado, da democracia liberal, do respeito ao Estado de direito e aos direitos humanos e da construção de organizações internacionais colaborativas. Os Estados que têm esses elementos superam suas propensões aos conflitos e criam uma ordem internacional liberal de cooperação e paz. Por outro lado, os Estados que não têm esses elementos, o que os tornaria autocráticos e agressivos, estão propensos aos conflitos e a atacar os Estados liberais. Logo, a solução para essa tensão é promover os elementos liberais nos Estados não liberais, levá-los a eles de modo que a ordem internacional seja de cooperação e paz. Na nossa avaliação crítica da teoria liberal, os elementos liberais anunciados por ela são constitutivos da economia, da sociedade, do Estado e das relações internacionais capitalistas, indicando que o capitalismo é um não-problema para ela. Quando esse

³Sobre tal argumentação, ver Ferraro, 2022a, 2022b, 2022c e 2023.



Liberalismo considera tais elementos superiores e sua promoção benéfica para formar um estado de harmonia universal entre os povos, vemos nisso a própria expansão desse modo de produção, em muitos casos com o uso da força militar, que beneficia uma minoria e pouco ou nada tem que ver com direitos humanos.

1. O tratado fundador e a organização institucional.

98

Ao abordar o tratado fundador e a organização institucional da OTAN, julgamos necessário contextualizar seu surgimento. Os trabalhos de Leo Panitch e Sam Gindin (2004, 2005 e 2012) demonstram que a Europa em ruínas após Segunda Guerra Mundial foi reconstruída com um projeto hegemônico do capitalismo estadunidense, de proporções mundiais. As intervenções econômicas, políticas e ideológicas dos Estados Unidos fizeram dos Estados centro-ocidentais do Velho Continente sócios menores de uma empreitada conduzida pela potência capitalista norte-americana. Os pesados investimentos estadunidenses reconstruíram e colocaram a Europa em determinadas condições, mediante as quais se tornaram potências de segundo escalão, hegemônicas pela potência maior, e formaram uma comunidade de poderosos Estados e economias capitalistas na região do Atlântico Norte. Em termos políticos, é possível resumir tal projeto para os europeus em cinco pontos. Primeiro, evitar que um projeto de poder dominasse a Europa e possivelmente se opusesse ou rivalizasse com o projeto de Washington. Segundo, assegurar estabilidade econômica, política, militar e territorial com um amplo processo de cooperação entre os Estados nacionais (dividir para governar, mas sem guerra). Terceiro, estabelecer integração e coordenação entre as forças armadas dos países, de modo que houvesse certo controle sobre elas. Quarto, afastar qualquer possibilidade de partidos socialistas e comunistas governarem os Estados. Quinto, combater a suposta ameaça de expansão da União Soviética. A história do século XX e a atualidade do século XXI mostram que o projeto foi bem sucedido, ao ponto dos autores citados falarem em canadização da Europa (Panitch e Gindin, 2004). E com um olhar mais aprofundado podemos ver que a reconstrução da Europa teve como força motriz a expansão do capitalismo estadunidense, em direção à hegemonia mundial.

Passemos à criação da OTAN. Após a Segunda Guerra Mundial os governos de Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França e Reino Unido assinaram



em Bruxelas em 17 de março de 1948 o Tratado de Colaboração Econômica, Social e Cultural e de Defesa Coletiva, em uma tentativa de cooperação mútua para reorganizar seus Estados nacionais. A União Ocidental, criada pelo Tratado de Bruxelas, previa assistência militar mútua em caso de ataque a um dos membros. Entretanto, a Organização foi interceptada pelo governo dos Estados Unidos, que, na conjuntura de reconstrução europeia patrocinada por Washington, iniciou negociações para projetar uma nova associação mais ampla que envolvesse os países do Atlântico Norte. Assim, em uma cerimônia no dia 4 de abril de 1949 em Washington D.C. foi assinado por doze países o Tratado do Atlântico Norte, também conhecido como *Tratado de Washington*, que criou a Organização do Tratado do Atlântico Norte. O Tratado entrou em vigor em 24 de abril do mesmo ano, com a ratificação dos Estados signatários: Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca e Islândia.

A OTAN está fundamentada em um acordo de defesa coletiva: um ataque a um ou mais de seus membros é considerado um ataque a todos. Como afirma o artigo 5º do Tratado:

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.).



É importante notar que de acordo com a segunda parte do artigo a OTAN pode tomar providências fora do âmbito do Conselho de Segurança da ONU e que as medidas tomadas por este não necessariamente submetem as providências daquela, as quais podem se manter para, como visto, restaurar e manter paz e segurança. Outro ponto importante do Tratado é o artigo precedente, número 4, que relativiza o ataque aos membros, de modo que o auxílio militar mútuo não seja uma condição imperiosa: “As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.).

Mais alguns pontos do Tratado merecem destaque. Apesar de estabelecer a possibilidade de revisão após dez anos de vigência e de denúncia após vinte anos, o texto não prevê sua extinção. Pelo contrário, a Organização está aberta a adesões, para Estados que cumpram critérios de localização geográfica (região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer), capacidade de defesa coletiva e identificação ideológica. Todos os Estados-membros devem aprovar a adesão por unanimidade. Ademais, ressaltamos que o texto apresenta uma concentração de controle nos governos dos EUA, quando versa sobre ratificação, adesão, denúncia e entrada em vigor, pois esses procedimentos passam primeiramente por Washington, que então informa os demais membros.

Figura 1. Principais órgãos da organização institucional atual da OTAN



Elaboração própria. Fonte: Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024a.



O Tratado menciona simplesmente a criação de um Conselho, no qual todos os membros estão representados, pode se reunir rapidamente para analisar assuntos de interesse da Organização e pode criar órgãos auxiliares. Esse dispositivo permitiu um alto desenvolvimento institucional, cuja adaptação acontece de acordo com a conjuntura.

Cada membro da OTAN tem uma delegação em sua sede, atualmente em Bruxelas. A delegação tem um status semelhante ao de uma embaixada. Ela é chefiada por um "embaixador", também chamado de representante permanente, que age de acordo com as orientações de seu Estado e presta contas às autoridades nacionais.

As delegações variam de tamanho e são compostas principalmente por funcionários públicos dos ministérios das relações exteriores e da defesa. Os principais órgãos civis da OTAN são o Conselho do Atlântico Norte e o Secretariado-geral. O Conselho do Atlântico Norte, criado pelo Tratado de 1949, é o principal órgão de tomada de decisões políticas da OTAN, autoridade máxima na rede de comitês e onde são aprovados dos documentos estratégicos. Cada país membro tem um assento, reúne-se pelo menos uma vez por semana ou sempre que houver necessidade e é presidido pelo Secretário-Geral. As discussões Conselho se baseiam em relatórios e recomendações preparados por comitês subordinados e as decisões são tomadas por unanimidade. O Secretário-Geral é o principal funcionário da Organização, responsável por conduzir o processo de tomada de decisões e garantir que sejam implementadas. Ele preside a maioria dos comitês e também é o principal porta-voz da OTAN. É o chefe da equipe de funcionários (*International Staff*) que lhe assessora e fornece apoio administrativo às delegações nacionais na sede. O Secretário-Geral é uma figura política sênior de um Estado-membro, indicado no Conselho para um mandato de quatro anos. A seleção é realizada por meio de consultas diplomáticas informais, que apresentam candidatos. No final do mandato o titular pode ser convidado a permanecer no cargo. O principal órgão militar é o Comitê Militar, responsável por converter as decisões políticas em operações militares. É a autoridade militar máxima e tão antiga quanto o Conselho, pois ambos foram formados meses após a criação da OTAN. É composto pelos ministros da defesa dos membros e seu órgão executivo é o Estado-Maior Internacional. É a principal fonte de aconselhamento militar para o Conselho, além de orientar os dois Comandos subordinados, o Comando Aliado de Operações e o Comando Aliado de Transformação. O



primeiro é encarregado do planejamento e da execução de todas as operações. Ele consiste em um pequeno número de quartéis-generais estabelecidos permanentemente, cada um com uma função específica. O segundo analisa o contexto militar futuro e realiza planejamento de defesa e de desenvolvimento de capacidades militares, com o intuito de obter vantagem de combate. Vale ressaltar que a OTAN não tem forças militares próprias. Quando o Conselho lança uma operação, os membros contribuem voluntariamente com forças militares, que retornam a seus países após a conclusão.

Ainda, destacamos que o texto apresenta uma cláusula implícita, que aparece no seu preâmbulo. Uma espécie de cláusula ideológica por meio da qual a Organização pretende defender (e em outros documentos pesquisados aparece que ela pretende promover) a *"liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito"* (*Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.*). *A partir da crítica à teoria liberal das Relações Internacionais, esses princípios ganham os seguintes significados. Primeiro, são princípios abstratos que não especificam conteúdos – qual tipo de democracia?; quais direitos individuais?; qual caráter desse direito? – ficam ao sabor das interpretações. Segundo, são princípios identificados com o Liberalismo, que normaliza o capitalismo como estado natural da vida humana, em que a democracia liberal e a economia de mercado são instituições superiores, a liberdade está voltada para os indivíduos das classes dominantes e o direito é aquele inigualitário que favorece suas atividades. Terceiro, de acordo com os liberais harmonia e paz nas relações internacionais seriam alcançadas quando todos os Estados tivessem tais princípios, o que formaria um sistema cooperativo e estável. Para que esse sistema não fosse ameaçado por Estados que não seguissem esses princípios, seria necessário levá-los a eles, se for o caso através de guerras justas. Em outras palavras, a expansão do capitalismo significaria harmonia e paz nas relações internacionais. Consideramos importante retomar essa crítica, pois tal cláusula ideológica aparece em vários documentos da OTAN, assim como na prática de suas atividades.*

Por fim, em uma análise mais geral do documento, o *Tratado de Washington* indica apenas um possível ataque armado ou fatores que afetem a paz e a segurança dos Estados, sem identificar um inimigo em particular. Contudo, além do contexto visto anteriormente, outros aspectos revelam



quem era o inimigo a ser combatido e a direção político-ideológica da OTAN em seus primórdios. Em 1946 nos EUA o ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill, que havia perdido a eleição de 1945 para os trabalhistas, proferiu o discurso sobre a cortina de ferro que dividiu a Europa. Para ele enquanto a Europa Ocidental estava no caminho do mundo livre, a Europa Oriental estava sob as ameaças agressivas dos soviéticos. Churchill se tornou novamente primeiro-ministro em 1951. A doutrina de política externa do governo Truman⁴ (1945-1953), fundador principal da OTAN, também consistia em dividir o mundo em dois sistemas: os governos livres e democráticos e os totalitários e comunistas; e estes deveriam ser combatidos com auxílio vindo do exterior, dos EUA. Essa foi a diretriz das políticas externas e de segurança de Washington por décadas, que não só abrangeu a criação da OTAN, mas igualmente o Plano Marshall, as intervenções na Coreia e no Vietnã e outras medidas. E em 1949 primeiro Secretário-Geral da OTAN, Lord Ismay, afirmou que o objetivo da organização era "manter os soviéticos fora, os americanos dentro e os alemães por baixo" (*Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024b, s/p.*). Recordamos que, de acordo com Hobsbawm (1998), a URSS após a guerra estava significativamente debilitada para ter qualquer condição de expansão. Contudo, dada sua vitória sobre Berlim, a libertação da Europa ocidental do nazismo e a pujança demonstrada em anos anteriores, era um grande obstáculo para o projeto hegemônico dos EUA. O autor ainda adverte que qualquer que fosse o sistema político da Rússia - czarista, capitalista, socialista - a Guerra Fria seria inevitável porque

⁴ Tal doutrina teve com base a estratégia da contenção formulada por George Kennan (1947 e 1951), um diplomata estadunidense na URSS. Em seus telegramas a Washington (um deles foi publicado como artigo em revista acadêmica, *The sources of soviet conduct*) e em suas publicações nos EUA, Kennan supunha que a URSS seria inimiga do Ocidente e que a "ideologia comunista" seria um sistema de pensamento antagônico ao "mundo livre". Uma política externa de longo prazo, firme e vigilante deveria combater o expansionismo das ideias soviéticas e corresponder às manobras da política da URSS, caso contrário muitos países seriam seduzidos e rendidos pelo comunismo. Para Kennan o perigo seria muito mais ideológico do que militar. O papel dos EUA seria oferecer ajuda financeira a eles, de modo que se tornassem mercado consumidor em potencial ou ponto geográfico estratégico para a prosperidade do capitalismo estadunidense. Kennan esteve na coordenação do Plano Marshall, contudo criticou a criação da Otan, porque na sua visão a URSS não pretendia realizar ataques militares. A ameaça seria a revolução socialista, a mobilização de grupos sociais internos que almejavam implantar ditaduras nacionais no interior dos países, sobretudo europeus, inspirados pelos soviéticos.



se tratava mais dos EUA do que da URSS⁵. Acrescentamos, tratava-se de expansão do capitalismo coordenado pelos norte-americanos.

2. Conceitos estratégicos, reuniões de cúpula e expansão geopolítica.

A OTAN define de tempos em tempos o que ela chama de conceito estratégico, um conjunto de documentos (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022a) que reafirmam a natureza e o propósito da Organização e indicam seus inimigos, suas tarefas e suas adaptações diante da conjuntura atual. Durante a Guerra Fria a OTAN criou quatro conceitos estratégicos, o primeiro entre 1949-1950, o segundo entre 1952-1955, o terceiro em 1967 e o quarto entre 1968-1969, nos contextos do próprio nascimento da Organização, da guerra na Coreia, das crises no Canal de Suez e na Hungria e da saída de França do Estado-Maior Internacional⁶, respectivamente. Os principais pontos desses conceitos são destacados a seguir

Primeiro ponto, os documentos estratégicos da época da fundação já reafirmaram os princípios do *Tratado de Washington* – e assim seguem durante o período – e enfatizaram a cláusula ideológica: proteger a

⁵ Como demonstra a pesquisa de Brites (2012), a política externa na URSS até a Segunda Guerra foi defensiva, pois o Estado tinha como objetivo a industrialização acelerada e integrada e a criação de condições materiais de defesa, em caso de invasão do território e guerras. Após 1945, A URSS implementou uma política externa reativa, diante das pressões ocidentais durante a Guerra Fria, e nesse contexto procurou estabelecer aliados e parcerias principalmente no chamado Terceiro Mundo. Sobre o início da Guerra Fria, Deuterão (1969, p. 15-16) acrescenta: “era esse colosso (o russo) sangrante, quase aniquilado, que se supunha criar uma grande ameaça militar para a Europa. Essa nação que perdera 20 milhões de homens apenas em mortos – imaginem quantos dos 31 milhões de homens que ficaram vivos eram os aleijados e inválidos e feridos da guerra mundial, e quantos os velhos – essa nação com um deficit tão tremendo e tão enorme em sua população, essa nação da qual toda uma geração estava perdida, supunha-se que essa nação ameaçasse a Europa com uma invasão! No entanto, qualquer perito em estatística de população poderia ter contado o número de anos que a Rússia levaria para preencher essas lacunas em sua força humana de trabalho”.

⁶ Em 1966 a França se retirou do órgão executivo do Comitê Militar, só retornando em 2009. O episódio pode ser interpretado como legado do nacionalismo do ex-presidente francês Charle de Gaulle, que governou o país entre 1944 e 1946 e 1959 e 1969. O Gaullismo se opunha, em certa medida, à política externa do EUA e a intromissão estrangeira em assuntos nacionais.



liberdade, com base nos princípios da democracia, da liberdade individual e do Estado de Direito; promover estabilidade e bem-estar na região do Atlântico Norte; e promover esforços para defesa coletiva e para a preservação da paz e da segurança. Segundo ponto, todos os conceitos durante a Guerra Fria indicaram a expansão soviética como a grande ameaça para a região. O segundo conceito estratégico, por exemplo, enfatizou a tarefa da OTAN de "assegurar a defesa da área da OTAN e destruir a vontade e a capacidade da União Soviética e de seus satélites de fazer guerra" (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1952. p. 10). Terceiro ponto, a partir do segundo conceito estratégico apareceu uma diretriz, mas que já estava em discussão anteriormente, que é necessidade de alargamento da Organização. Nesse sentido, Grécia e Turquia em 1952 e Alemanha Ocidental em 1955 se tornaram membros. Quarto ponto, também a partir do segundo conceito estratégico os documentos enfatizaram a necessidade de maior uso de armas nucleares e estabeleceram a integração da política nuclear na estratégia da OTAN, por iniciativa dos EUA⁷.

O terceiro conceito estratégico (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a) foi o ápice do desenvolvimento de diretrizes, no contexto das crises no Canal de Suez e na Hungria em 1956 (o quarto conceito reafirma os demais). Ele estabeleceu o que a OTAN chama de doutrina da retaliação massiva, isto é, o uso de armas nucleares contra os inimigos, o que também reduziria os gastos com defesa. Ela trouxe consigo um grau de flexibilidade ou o conceito de guerra limitada, pois o recurso a armas convencionais foi previsto para lidar com formas menores de agressão, sem necessariamente recorrer a armas nucleares. Mas essa flexibilidade não se aplicava a URSS; os documentos não previam em relação a ela o conceito de guerra limitada: "Se os soviéticos estivessem envolvidos em uma ação local hostil e tentassem ampliar o escopo de tal incidente ou prolongá-lo, a situação exigiria a utilização de todas as armas e forças à disposição da OTAN, já que em nenhum caso existe um conceito de guerra limitada com os soviéticos" (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a, p. 11). Igualmente os documentos versavam sobre os efeitos das atividades políticas e econômicas soviéticas fora da área da OTAN: "Embora o planejamento de defesa da

⁷ A OTAN criou então o Grupo de Planejamento que tem o mesmo status que o Conselho do Atlântico Norte na organização institucional e trata de questões políticas específicas associadas às armas nucleares (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022b).



OTAN seja limitado à defesa da área do Tratado, é necessário levar em conta os perigos que podem surgir para a OTAN devido a acontecimentos fora dessa área” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a, p. 12).

A derrota e a dissolução URSS no início dos anos de 1990 forçaram a OTAN a rever seus conceitos estratégicos. O novo período foi marcado por parcerias e adesões de Estados que foram membros ou da zona de influência da URSS e novas ameaças – estatais e não estatais, o que levou a Organização a reformular concepções em quatro momentos: 1991, 1999, 2010 e 2022, no contexto da derrota da URSS, da derrota da Iugoslávia, da ascensão do terrorismo como ameaça global (ainda que tardiamente) e da guerra na Ucrânia, respectivamente. Embora novas ameaças tenham sido mencionadas – com ênfase no terrorismo –, como proliferação de mísseis balísticos e armas nucleares, ataques cibernéticos e problemas ambientais fundamentais, os três primeiros conceitos estratégicos trouxeram em seus documentos a questão da expansão da OTAN, como no documento/conceito de 1999, artigo 39:

A Aliança permanece aberta a novos membros ao abrigo do Artigo 10 do Tratado de Washington. Espera estender novos convites nos próximos anos às nações dispostas e capazes de assumir as responsabilidades e obrigações da adesão, e à medida que a OTAN determina que a inclusão destas nações serviria os interesses políticos e estratégicos globais da Aliança, reforçaria a sua eficácia e coesão e reforçar a segurança e a estabilidade europeias em geral. Para este efeito, a OTAN estabeleceu um programa de atividades para ajudar os países aspirantes nos seus preparativos para uma possível futura adesão, no contexto do seu relacionamento mais amplo com eles. Nenhum país democrático europeu cuja admissão cumpra os objetivos do Tratado será excluído da consideração (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1999, s/p.).

Em suma, os conceitos estratégicos da Guerra Fria podem ser sintetizados em expansão dos valores liberais, expansão da OTAN, combate à ameaça soviética e uso de armas nucleares. Após a Guerra Fria o que muda significativamente é a ameaça e a preocupação com armas nucleares perde a centralidade na URSS, mas o projeto expansionista se mantém. O conceito estratégico de 2022, diante da guerra na Ucrânia, retoma os anteriores, menciona as novas ameaças, porém afirma nominalmente Rússia e China



como inimigos. Para a OTAN “as ambições declaradas e as políticas coercivas da República Popular da China desafiam os nossos interesses, segurança e valores” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022, p. 14), assim como “A Federação Russa é a ameaça mais significativa e direta à segurança dos aliados e à paz e estabilidade na área euro-atlântica” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022, p. 13).

A OTAN realiza periodicamente reuniões de cúpula⁸ em que participam chefes de Estado e de governo, diferentemente das reuniões normais do Conselho do Atlântico Norte. Contudo, a cúpula é a reunião do Conselho em seu nível superior, pois conta justamente com a presença dos líderes dos países-membros. São sempre realizadas em um país-membro da OTAN e são presididas pelo Secretário-Geral. Foram 33 cúpulas realizadas até hoje: Paris 1957, Bruxelas 1974 e 1975, Londres 1977, Washington 1978, Bonn 1982, Bruxelas 1985, 1988, maio de 1989 e dezembro de 1989, Londres 1990, Roma 1991, Bruxelas 1994, Paris 1997, Madrid 1997, Washington 1999, Roma 2002, Praga 2002, Istambul 2004, Bruxelas 2005, Riga 2006, Bucareste 2008, Estrasburgo e Kehl 2009, Lisboa 2010, Chicago 2012, Newport 2014, Varsóvia 2016, Bruxelas 2019 e 2021, cúpula virtual em 2022, Bruxelas 2022, Madrid 2022 e Vilnius 2023. Elas marcam a entrada de novos países membros, ajustes de estratégias ou a adoção de novas políticas, posicionamentos e cursos de ação. Estas reuniões não são necessariamente anuais, mas se realizam com maior ou menor frequência de acordo com o contexto internacional e seus efeitos nos interesses da organização. Em geral a linha política das cúpulas segue os conceitos estratégicos apresentados.

A primeira cúpula, realizada em Paris em 1957, aconteceu oito anos após a fundação da Organização. Esta primeira reunião buscava reafirmar a necessidade da cooperação econômica entre os países-membros, que no momento correspondiam a 15 membros, seus 12 fundadores mais Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental. Já nessa ocasião a OTAN discutia uso militar da energia nuclear e o desarmamento de outros Estados concomitantes à busca por estabelecer estoques de ogivas nucleares e mísseis balísticos para si. O documento oficial (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957b) que resultou desta primeira cúpula atribuiu à política expansionista da URSS a principal motivação de sua existência e salientou que suas atividades, enquanto organização, desmotivariam a violência do inimigo, pois seguiam

⁸As descrições das reuniões e as declarações finais de cada cúpula se encontram na página da Organização: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50115.htm
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



política de um ataque a um significa um ataque a todos. O documento também destacou a necessidade da expansão dos valores liberais como forma de alcançar a paz, em discurso alinhado à teoria liberal das Relações Internacionais, como vimos. Para além das fronteiras dos membros ou de seu principal adversário, já havia interesse em áreas como a África e o Oriente Médio por parte da Organização, que anunciava uma postura que se efetivaria posteriormente, com veemência, a política de portas abertas da OTAN, o que significa expandir sua presença direta ou indiretamente para além do Atlântico Norte. O outro lado dessa política é expansão a Organização com a adesão de novos Estados europeus. Essa primeira cúpula em Paris foi importante, porque ela já demonstrava em seu documento oficial final as diretrizes mencionadas: expansão dos valores liberais, expansão da OTAN, combate à ameaça soviética e uso de armas nucleares. As outras cúpulas durante a Guerra Fria reafirmaram o que foi estabelecido em 1957. Ressaltamos que na cúpula de Bonn em 1982 foi oficialmente anunciada a adesão da Espanha.

As cúpulas de Bruxelas, maio e dezembro de 1989, de Londres em 1990 e de Roma 1991 (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024c) foram marcadas pela queda do muro de Berlim e pela derrota da URSS. A partir deste marco, foi necessário que a Organização revisse o papel que desempenhava até então, diante do novo contexto internacional que já não incluía claramente um inimigo comum dos membros, mas em seu lugar novas ameaças. Nesse sentido a cúpula de Londres buscou definir como se reformulariam estas relações com os países do Leste europeu, até então parte da zona de influência, quando não do próprio território soviético. No ano seguinte, em Roma, foi lançado o novo conceito estratégico da OTAN (o conceito de 1991), que buscava reajustar a OTAN à nova conjuntura das relações internacionais, além da *Declaração de Paz e Cooperação de Roma* (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1991). Estes documentos salientavam, além da manutenção da capacidade militar e da própria instituição, que a partir de então reforçariam diálogo, cooperação e parceria, elementos para uma nova expansão – mais uma vez alicerçada em ideais liberais:

Temos incentivado consistentemente o desenvolvimento da democracia na União Soviética e em outros países da Europa Central e Oriental. Portanto, aplaudimos o compromisso desses países com a reforma política e econômica após a rejeição do



regime comunista totalitário por seus povos. [...] Apoiaremos todas as medidas tomadas pelos países da Europa Central e Oriental em direção à reforma e daremos assistência prática para ajudá-los a ter sucesso nessa difícil transição. Isso se baseia em nossa convicção de que nossa própria segurança está inseparavelmente ligada à de todos os outros países da Europa. A Aliança pode ajudar a promover um senso de segurança e confiança nesses países, fortalecendo assim sua capacidade de cumprir seus compromissos com a CSCE e tornar a mudança democrática irrevogável. [...] Nosso extenso programa de visitas de alto nível, trocas de opiniões sobre segurança e outras questões relacionadas, contatos militares intensificados e trocas de conhecimentos em diversos campos demonstrou seu valor e contribuiu muito para a construção de um novo relacionamento entre a OTAN e esses países. Esse é um processo dinâmico: o crescimento das instituições democráticas em toda a Europa Central e Oriental e o incentivo às experiências de cooperação, bem como o desejo desses países de estreitar os laços, exigem agora que nossas relações sejam ampliadas, intensificadas e elevadas a um nível qualitativamente novo (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1991, s/p.).

Essa expansão manifestada na *Declaração de Roma*, além de colocar em pauta nas cúpulas dos anos 90 a intervenção militar na Iugoslávia, chegou à Rússia. Na cúpula de Paris em 1997 foi assinado o *Ato Fundador sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a Rússia e a OTAN* (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997a), documento que estabeleceu o Conselho Conjunto Permanente entre as duas partes e afirmou que ambas já não se configuravam como inimigas⁹. Em Madrid no mesmo ano foi anunciada que a política de portas abertas da OTAN mirava novos membros entre os países que faziam parte da URSS (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997b.). Além disso, foi assinada nesta cúpula a

⁹ O governo russo de Boris Yeltsin (1991-1999) adotou uma política externa pró-ocidental de cooperação com os Estados Unidos, o que permitiu o Ocidente a enfraquecer o Estado sistematicamente. Na economia o governo Yeltsin introduziu a chamada “terapia de choque” para estabelecer rapidamente uma plena economia capitalista, com a adoção de políticas neoliberais (Mazat e Serrano, 2012). Ver também Segrillo, 2024.



Carta sobre uma Parceria Distinta entre a OTAN e a Ucrânia que considerava “independência, integridade territorial e soberania ucraniana são fatores chave para a estabilidade na Europa” e saudavam a abertura do Gabinete de Informação da OTAN em Kiev (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997c, s/p.). Em 1999, como resultado da política de portas abertas já citada, uma nova leva de países aderiu à Organização: Chéquia, Hungria e Polônia. Cinco anos depois na cúpula de 2004, sete novos membros foram anunciados: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

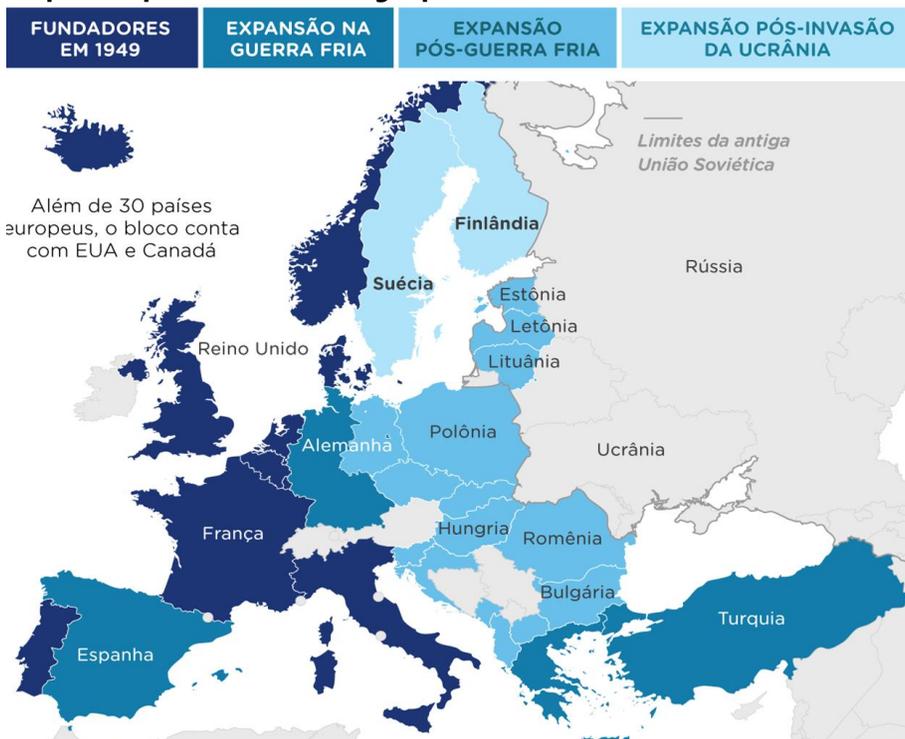
A expansão da OTAN e a intervenção militar na Iugoslávia culminaram na adesão de países dos Balcãs: Albânia e Croácia em 2009, Montenegro em 2014 e Macedônia do Norte em 2020. A nova visão da OTAN após a Guerra Fria sobre quais seriam as ameaças contemporâneas, a formalização do fim das hostilidades com a Rússia e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA direcionaram as atividades de Organização para o combate ao terrorismo, especialmente para o Afeganistão, palco de nova intervenção militar.

A despeito da continuidade, como planejamento estratégico e como operação militar, de uma guerra ao terror no país do Oriente Médio, em 2014 as atenções se voltaram para Rússia, já sob o governo de Vladimir Putin, que anexou a Crimeia (território ucraniano) nesse ano. O problema russo passou a ganhar mais, ou a mesma, importância do que o terrorismo e em 2022 a cúpula extraordinária virtual, convocada por conta da invasão russa ao território ucraniano, foi unânime em sua condenação da Rússia e apoio à Ucrânia (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022c). Inclusive a OTAN passou a recalcular planos de longo prazo para focar suas atenções o que foi considerado o maior ataque à segurança europeia em décadas. Estes novos fatos já foram considerados no conceito estratégico de 2022.

A guerra na Ucrânia impulsionou uma nova expansão da OTAN: Finlândia em 2023 e Suécia em 2024. O mapa abaixo mostra a expansão histórica e geopolítica da Organização.



Mapa 1. Expansão histórica e geopolítica da OTAN



Elaboração: Hemerly e Zanlorenssi (2024). Fonte: Organização do Tratado do Atlântico Norte (2024a).

Na cúpula de 2023 em Vilnius a Rússia voltou a se tornar inimigo central da OTAN, agora ao lado do terrorismo. Em relação à Ucrânia, foi acordada uma ajuda plurianual e confirmada a intenção da Organização de adicionar o país à sua lista de membros. Esta adesão, contudo, não teve data prevista por considerar o princípio de defesa mútua contida no artigo cinco do Tratado de Washington que rege a OTAN, que, nesse contexto, significaria uma guerra generalizada dos países membros contra a Rússia, algo catastrófico não só para as partes envolvidas. Ainda em Vilnius, foram levantadas preocupações com a China, tanto pelo seu avanço econômico e pelo seu desenvolvimento militar, quanto pelos indícios de apoio à Rússia, ainda que não diretamente (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2023).



3. OTAN global e intervenções militares.

Entendemos que a OTAN não promove apenas sua expansão por meio de adesões formais de novos Estados-membros à instituição, mas igualmente procura ter presença e operar, direta ou indiretamente, em regiões fora do Atlântico Norte, formando uma espécie de OTAN global. A seguir relatamos as principais iniciativas nesse sentido, o que a Organização denomina parcerias.

112

Sua pretensão global é longeva. Durante a Guerra Fria, em 1954 foi criada a *The Southeast Asia Treaty Organization* (SEATO), uma organização planejada para ser uma versão asiática da OTAN. Era composta por oito membros: Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha, Estados Unidos; e três observadores: Vietnã, Laos e Camboja. As forças armadas de cada um de seus membros seriam coordenadas para defender os países signatários diante da URSS e da China. Em 1955 foi criada a *Central Treaty Organization* (CENTO) por iniciativa dos EUA. Seus membros eram Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. Formava-se uma ofensiva contra Moscou e Pequim com a OTAN no Ocidente, a SEATO na Ásia e a CENTO no Oriente Médio. Contudo, a SEATO acabou em 1977, com derrota dos EUA no Vietnã, e a CENTO foi dissolvida em 1979, com Revolução Iraniana.

Na década de 1990 a OTAN repaginou sua pretensão global com iniciativas para fazer gravitar aliados em sua órbita, que estão vigentes até hoje (Bertazzo, 2010). São lançados programas como a Parceria Para a Paz (PPP) em 1994, voltada para países da região do Atlântico Norte ainda não membros. O programa visa principalmente os países da antiga URSS. Conta com Armênia, Azerbaidjão, Belarus, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Áustria, Irlanda, Malta, Suécia e Suíça. Todas as adesões de novos membros a partir de 1994 foram feitas no âmbito da PPP¹⁰. O Diálogo do Mediterrâneo, também lançado em 1994, reúne a OTAN

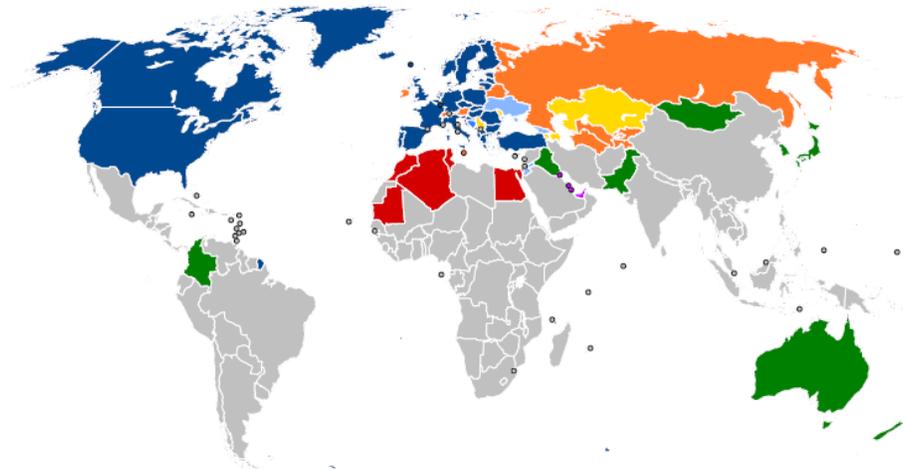
¹⁰ Cruz recorda que o governo Clinton nessa época era uma grande entusiasta (e operador) da expansão da OTAN. “quando Bill Clinton se reuniu com os chefes de Estado da Europa Central, em Praga, no dia 12 de janeiro de 1994, a decisão já estava tomada. Na coletiva de imprensa que se seguiu ao encontro, o presidente dos Estados Unidos abordou nestes termos o tema de interesse central para todos ali. ‘Deixe-me ser absolutamente claro: a segurança de seus estados é importante para a



e sete países do Mediterrâneo e em seu documento fundacional consta que seu objetivo é promover segurança e a estabilidade regionais e explicar as políticas e metas da OTAN. Seus membros são Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia e sua dinâmica tem estado ligada mais à segurança de Israel diante das instabilidades criadas com a implantação do seu Estado na região. Na mesma linha da OTAN global, em 2004 é lançada a Iniciativa para Cooperação de Istambul, complementando os programas anteriores. Voltada para o Oriente Médio, é composta por Barein, Catar, Kuwait, e Emirados Árabes Unidos.

O mapa abaixo mostra em colorido os países com os quais a OTAN mantém algum tipo de relação¹¹ para expandir a Organização ou aumentar sua presença além do Atlântico Norte.

Mapa 2. A OTAN global



Elaboração: Wikipédia Commons. *Fonte:* Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024a.

A OTAN não realizou operações militares durante Guerra Fria (Rocha e Vinco, 2013). Sua primeira operação robusta foi fora dos seus países membros, em 1992 na Bósnia e Herzegovina. E teve continuação com a

segurança dos Estados Unidos. Embora a Parceria não seja uma adesão à OTAN, ela também não é uma sala de espera permanente. Ela muda todo o diálogo da OTAN, de modo que agora a questão não é mais se a OTAN aceitará novos membros, mas quando e como” (Cruz, 2023, p.1).

¹¹ Rússia e Belarus estão suspensas da Parceria para Paz.



intervenção em Sovo em 1999. Ambas operações foram no contexto da dissolução da antiga Iugoslávia. O território que constituía a Iugoslávia estava marcado por disputas geopolíticas e lutas de independência desde o fim URSS.

O Kosovo era palco de um conflito entre as forças sérvias e albanesas, que reivindicavam a autonomia da região. A OTAN interveio a favor dos albaneses, não pela independência, mas sim para instalar um governo pró-EUA e limitar a zona de influência da Rússia. Em 2001 a Guerra ao Terror declarada pelos EUA resultou na invasão e ocupação do Afeganistão. A justificativa de combate ao terrorismo foi transformada na prática em intervenção em uma região rica em recursos energéticos e uma localização geopolítica importante que permite acessar a Rússia e a China.

Notamos que países-membros da OTAN usaram o Afeganistão de trampolim para derrubar Sadam Hussein no Iraque e pressionar o Irã. Em 2011 a OTAN bombardeou e interveio militarmente na Líbia em meio às rebeliões conhecidas como Primavera Árabe. Muammar Kadafi, presidente da Líbia por 42 anos, que mantinha boas relações com a URSS, foi derrubado. Além da participação militar da OTAN, países ocidentais financiaram os grupos rebeldes contra o governo avesso ao Ocidente. Recordamos do papel geopolítico do país no Mediterrâneo, com grandes reservas de petróleo e gás e localização estratégica na passagem de refugiados que vêm da África subsaariana.

Considerações finais

Mais do que uma aliança militar, que teria um caráter menos coeso e mais momentâneo, a OTAN foi criada e é atualmente uma organização internacional político-militar, com uma institucionalidade robusta, com objetivos definidos e vinculada ao capitalismo ocidental, o que lhe confere longevidade. Dessa forma, demonstramos o caráter expansionista da Organização: seu tratado fundador prevê a expansão de valores liberais; seus conceitos estratégicos e suas reuniões de cúpula reiteram em seus documentos resolutivos a necessidade de expansão, o que é transformada em medida concreta com a expansão geopolítica para o Leste Europeu; suas parcerias se estendem para dezenas de países, muitos não situados na região do Atlântico Norte; e a intervenção militar na Iugoslávia derrotou o



país, de modo que sua dissolução gerou novos Estados incorporados pela OTAN.

Portanto, Putin não fez a OTAN renascer; ela tem em sua natureza (path dependence) o caráter expansionista, em seus vários aspectos apontados nas seções anteriores, que chegou às fronteiras da Rússia. A OTAN não tolera não alinhamentos. Não tolerou o socialismo iugoslavo, não tolerou a autonomia e/ou nacionalismo afegão e líbio e não tolera a inserção internacional russa desvinculada do Ocidente, muito menos a projeção de poder chinesa. A guerra na Ucrânia é mais um capítulo dessa expansão, mas agora a OTAN encontrou um adversário capaz de medir forças e até catalisar a destruição dessa ordem mundial hegemônica pelos EUA.

Referências

- BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no Pós-Guerra Fria: Implicações para a Segurança Internacional e para a ONU. **Contexto Internacional**, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010.
- BRITES, Alessandra. **A política externa soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917-1985)**. Dissertação (mestrado em Estudos Estratégicos). Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 91 p. Porto Alegre, 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. New York: Basic, 1997.
- CRUZ, Sebastião. Escolhas fatídicas 2: a expansão da OTAN. **Observatório Político dos Estados Unidos**. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/06/29/escolhas-fatidicas-2-expansao-da-otan-iv/>. Acesso em: junho de 2024.
- DEUTCHER, Isaac. Mitos da Guerra Fria. in: HOROWITZ, David. (org.). **Revolução e Repressão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- DOYLE, Michael. Three Pillars of the Liberal Peace. **The American Political Science Review**, vol. 99, no. 3, August, 2005.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 1. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 3, Summer, 1983a.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 2. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 4, Autumn, 1983b.
- FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Revista Conjuntura Austral**, v.13, n.64, out./dez., 2022b



- FERRARO, Vicente. The contradictions in Vladimir Putin's "just war" against ukraine: the myths of NATO's containment, minority protection and denazification. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5486>. Acesso em junho de 2024.
- FERRARO, Vicente. 'Vladimínions' acadêmicos condenam imperialismo americano, mas veem Putin como messias. **Folha de São Paulo**, 2022c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/vladimínions-academicos-condenam-imperialismo-americano-mas-veem-putin-como-messias.shtml>. Acesso em: junho de 2024.
- FERRARO, Vicente. O que está por trás da crise entre a Rússia, Ucrânia e Otan? **Poder 360**, 2022a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/o-que-esta-por-tras-da-criseentre-a-russia-ucrania-e-otan/>. Acesso em junho de 2024.
- GOWAN, Peter. War in the context for a new world order. **Journal of Global Faultlines**. Vol. 1, N. 1, September, 2013.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2013.
- HEMERLY, Giovanna e ZANLORENSSI, Gabriel. Suécia entra na Otan. *Veja o tamanho do bloco na Europa*. **Nexo Jornal**. 26 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: junho de 2024.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2010.
- KENNAN, George. **American Diplomacy: 1900-1950**. Chicago: The University of Chicago Press, 1951.
- KENNAN, George. The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs**, July 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>. Acesso em: junho de 2024.
- MAZAT, Numa e FRANKLIN, Serrano. A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: ALVES, Gustavo. **O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.



- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Ato de fundação sobre relações mútuas, cooperação e segurança entre a OTAN e a Federação Russa assinado em Paris, França.** Paris: OTAN, 27 de maio de 1997a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25468.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Carta sobre uma parceria distinta entre a OTAN e a Ucrânia.** Madrid: OTAN, 09 de julho de 1997c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Comunicado da cúpula de Vilnius.** Vilnius: OTAN, 11 de julho de 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_217320.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Comunicado final.** Paris: OTAN, 1957b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17551.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Conceito estratégico (2022).** Madrid: OTAN, 22 de junho de 2022. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf. Acesso em: junho de 2022.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Cúpulas da OTAN.** 4 de abril de 2024c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50115.htm#previous. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração de Madrid.** Madrid: OTAN, 08 de julho de 1997b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25460.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração de paz e cooperação.** Roma: OTAN, 1991. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23846.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da OTAN sobre o ataque da Rússia à Ucrânia.** 25 de fevereiro de 2022. Disponível em:



- https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_192489.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Documentos estratégicos da OTAN desde 1949**. 18 de julho de 2022a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Líderes da OTAN**. 2024b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_137930.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O conceito estratégico da aliança** (1999). Washington D.C.: OTAN, 1999. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27433.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O Grupo de Planejamento Nuclear**. 09 de maio de 2022b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50069.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O que é a OTAN?** 2024a. Disponível em <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O Tratado do Atlântico Norte**. Washington D.C.: OTAN, 4 de abril de 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Relatório do Comitê Militar para o Conselho do Atlântico Norte sobre o conceito estratégico geral para a defesa da área da Organização do Tratado do Atlântico Norte**. Paris: OTAN, 1957a. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a570523a.pdf>. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Relatório do Grupo Permanente sobre orientação estratégica**. Paris: OTAN, 9 de dezembro de 1952. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a521209a.pdf>. Acesso em: junho de 2024.



- PANITCH Leo e GINDIN, Sam. As finanças e o império estadunidense. **Socialist Register**: o império reloaded. 2005.
- PANITCH, Leo and GINDIN, Sam. **The making of global capitalism**. London/New York: Verso, 2012.
- PANITCH, Leo y GINDIN, Sam. Capitalismo global e imperio norteamericano. **Socialist Register**: el nuevo desafio imperial, 2004.
- ROCHA, André e VINCO, Jefferson. O estado de guerra global: sobre o papel da OTAN em conflitos internacionais. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, 2013.
- SEGRILLO, Angelo. A expansão da Otan e a Rússia: desvelando uma “unlove story” do pós-Guerra Fria à luz de fontes primárias. **Tempo**, vol. 30, n. 1, 2024.
- WARGAN, Pawel. Nato and the long war on third world. **Monthly Review**. Vol. 74, N. 8, January, 2023. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2023/01/01/nato-and-the-long-war-on-the-third-world/>. Acesso em: junho de 2024.

Recebido em 26 jun. 2024 | aceite em 30 jun. 2024.



Elementos do fascismo brasileiro: limites e possibilidades da educação para a democracia e emancipação

Sueli Soares dos Santos Batista¹

Emerson Freire²

120

Resumo

O presente estudo procura problematizar os elementos do fascismo considerando a conjuntura político-social brasileira e seus efeitos sobre a educação. A partir de revisão bibliográfica, parte-se da dramaturgia política atual para se discutir, por um lado, a necessidade da permanente elaboração do passado como tarefa democrática inadiável do presente em contraposição, por outro lado, à constante elaboração autoritária do presente por meio da produção de subjetividades via fakes news e outros dispositivos. Questiona-se, neste cenário, os limites e as possibilidades de ainda se educar para a democracia, para a emancipação, em contextos crescentemente neofacistas associados a políticas do neoliberalismo autoritário. Constata-se que a noção de adaptação, entre outros elementos do fascismo, se torna espécie de imperativo político e um fim derradeiro da cultura e da educação, fomentando o processo de tendências de ultradireita que se apresenta globalmente e com força nos últimos anos.

¹ Professora e pesquisadora colaboradora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Realizou pós-doutorado na ECA-USP (2023) e na Faculdade de Educação da UNICAMP (2012). Possui mestrado (1997) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP (2002). É graduada em História pela USP (1992) e Filosofia pela UNICAMP (2007). Coordena o Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (NETS). Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional (Unicamp), do Grupo Teoria Crítica e Formação Ético-Política (UFSCAR) e do Grupo de Pesquisa Concepções e Políticas de EPT (CEETEPS) | suelissbatista@uol.com.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e em Filosofia pela Université de Paris 1 - Panthéon Sorbonne - França, com mestrado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP em 2002. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no Departamento de Sociologia da UNICAMP entre 2014 e 2016. Ganhador do *Prêmio Rumos Pesquisa* do Instituto Itaú Cultural em seleção nacional. Professor e pesquisador no Mestrado em Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e na Fatec Jundiaí, onde coordena o Núcleo de Estudos de Tecnologia e Sociedade (NETS). | freire.emerson@uol.com.br



Palavras-Chave: Educação e democracia; Elementos do fascismo; Cultura e emancipação.

Resumen

El presente estudio busca problematizar los elementos del fascismo considerando la situación político-social brasileña y sus efectos en la educación. A partir de una revisión bibliográfica, partimos de la dramaturgia política actual para discutir, por un lado, la necesidad de la elaboración permanente del pasado como tarea democrática urgente del presente frente, por el otro, a las constantes presiones autoritarias. elaboración del presente a través de la producción de subjetividades a través de *fake news* y otros dispositivos. En este escenario, se cuestionan los límites y posibilidades de seguir educándonos para la democracia, para la emancipación, en contextos cada vez más neofascistas asociados a políticas autoritarias del neoliberalismo. Parece que la noción de adaptación, entre otros elementos del fascismo, se convierte en una especie de imperativo político y un fin último de la cultura y la educación, fomentando el proceso de tendencias de ultraderecha que ha surgido globalmente y con fuerza en los últimos años.

Palabras clave: Educación y democracia; Elementos del fascismo; Cultura y emancipación.

Abstract

This study seeks to problematize the elements of fascism considering the Brazilian political-social situation and its effects on education. Based on a bibliographical review, we start from the current political dramaturgy to discuss, on the one hand, the need for the permanent elaboration of the past as an urgent democratic task of the present as opposed, on the other hand, to the constant authoritarian elaboration of the present through production of subjectivities via fake news and other devices. In this scenario, the limits, and possibilities of still educating ourselves for democracy, for emancipation, in increasingly neo-fascist contexts associated with authoritarian neoliberalism policies are questioned. It appears that the notion of adaptation, among other elements of fascism, becomes a kind of political imperative and an end of culture and education, fostering the process of ultra-right tendencies that has emerged globally and with strength in recent years.

Keywords: Education and democracy; Elements of fascism; Culture and emancipation.

Introdução

“Sem anistia” foi o brado retumbante ouvido em Brasília na Praça dos Três Poderes quando, em 01 de janeiro de 2023, sob forte comoção, a multidão ali presente assim se manifestou interrompendo o discurso do então novo presidente da República. Iniciando o seu terceiro mandato, Luis Inácio Lula da Silva discursava depois de ter subido a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de pessoas comuns representando os diversos segmentos da sociedade brasileira. O presidente recém-empossado



discursava listando os vários problemas identificados por uma equipe de políticos e técnicos que realizaram um trabalho de transição entre o governo anterior e aquele que ali se iniciava.

As pessoas que subiram a rampa com o presidente da República representaram segmentos da sociedade brasileira historicamente esquecidos nas políticas públicas e no processo de democratização do país. Esse foi um gesto dentro do que Georges Balandier designa como “dramaturgia política” à medida em que o poder não se estabelece pelo uso da força brutal de um lado ou simplesmente pela iluminação exclusiva da razão de outro. Se a violência política ou a justificação racional pura e simples não garantem legitimidade e durabilidade ao poder, faz-se necessário, afirmará Balandier (1982), a produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. A tradição e o passado coletivo são fontes inestimáveis para essa dramaturgia política, inclusive da dramaturgia política democrática. Balandier destaca que:

Logo, o passado coletivo elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (1982, p. 7).

O brado “Sem anistia” da multidão e os outros elementos do quadro cerimonial dessa posse mostram que as imagens se referem à tentativa de fazer frente ao esquecimento, sendo exigidas reparações. Procura-se, então, legitimar um poder a partir do rompimento de uma herança de esquecimento, apagamentos e silenciamentos. Trata-se menos de uma herança a ser resgatada, autorizada e atualizada e mais de uma história ainda a ser construída.

É emblemático que o Brasil tenha saído de um ano, o de 2022, muito significativo em termos de efemérides. 2022 foi o ano do bicentenário da Proclamação da Independência, do Centenário da Semana de Arte Moderna e, também, do nascimento do antropólogo e pensador brasileiro, Darcy Ribeiro, cuja última obra escrita se intitulou “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”.

“Sem anistia” parece-nos um apelo não só quanto aos crimes cometidos pelo governo que antecedeu o terceiro mandato de Lula. Soa



como uma espécie de basta a um processo de independência que ainda não se concretizou, a um processo de modernização excludente e conservador e à insistência pelas elites brasileiras de nunca aceitar a constituição de um povo e sim de mantê-lo como público. Em 2022 também completou 100 anos a célebre frase do escritor Lima Barreto publicada na Revista Careta em 03 de junho de 1922: “o Brasil não tem povo, tem público”.

Com essas observações pretende-se situar que o fascismo brasileiro nasce e se nutre do esquecimento, da fuga às reparações e da negação de que exista algo que se possa chamar de povo brasileiro porque constituído na diversidade, submetido à estratificação e ao silenciamento. Compreender o fascismo brasileiro é tarefa hercúlea porque a ideia de identidade nacional brasileira também foi construída com os mitos da democracia racial e da cordialidade. Essas foram formas de criar uma herança, progressivamente desacreditadas, ao resgatarem do passado lembranças encobridoras, como considerou Freud, e lembrar de algo para produzir esquecimentos, como considerou Paul Ricoeur.

Ainda impactados por essa dramaturgia política do dia 01 de janeiro de 2023, passados apenas sete dias, a mesma Praça dos Três Poderes foi ocupada por um grupo representando a extrema direita no Brasil. A multidão escoltada pelas forças policiais e militares invadiu os prédios dos chamados três poderes da República. Foram ataques às instituições republicanas em nome da reinstauração da ditadura militar que se considerou eliminada em meio a processos de anistia na segunda metade da década de 1980.

A dramaturgia política da ocupação da Praça dos Três Poderes seguida da invasão e depredação do patrimônio público, republicano e histórico-cultural faz parte do que Balandier (1982) considera como a ambivalência entre a ordem e a desordem que precisamos interpretar como algo além da mera oposição:

A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o anverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a "lei" com a violência apaziguada pela operação simbólica (p. 41).



O movimento pendular da instauração de uma nova ordem democrática, seguida da desordem promovida por representantes da extrema direita, continua alimentando essa dramaturgia política. Identificando essas invasões como tentativa de golpe de Estado, terrorismo e fascismo, diversos segmentos da sociedade civil e o novo governo realizam uma operação simbólica utilizando essa desordem para reforçar a necessidade de se estabelecer definitivamente a normalidade democrática.

Sabemos que estamos tratando aqui não apenas de uma dramaturgia política que exige um esforço semiótico. O avanço de movimentos de extrema direita expondo as fragilidades das democracias é uma experiência comum no mundo globalizado, internacionalizado e financeirizado, marcado pelo neoliberalismo autoritário enquanto uma nova racionalidade.

Para Dardot e Laval, (2016), "o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida" (2016, p.17). Esse desimpedimento de referências arcaizantes pode ser compreendido como o que Max Weber entendeu enquanto a superação dos entraves ao capitalismo colocados por meio do tradicionalismo. Pode ser entendido também como a derrocada dos princípios do Estado de Bem-estar Social frente à acumulação flexível sendo os direitos sociais submetidos à lógica mercantil da prestação de serviços. Isso a ponto de Dardot e Laval (2017) considerarem que o debate centrado na oposição entre Estado e mercado, e entre o público e privado estar esvaziada de seu sentido tradicional, exigindo-se novas análises críticas que acompanhem a construção de novas ações e lógicas alternativas assentadas no comum.

Mas, o desimpedimento de referências arcaizantes pode ser também compreendido como o empenho em escala global de desautorizar o regime democrático enquanto impeditivo do crescimento econômico. O neoliberalismo se torna assim um desmonte da própria ideia de liberalismo e de democracia, colocando na ordem do dia a necessidade de compreendermos os elementos constituintes do fascismo. Esses elementos que antes dormitavam nos regimes democráticos, atualmente despertam com toda força colocando-os em risco. É urgente levar a sério o fato de que a democracia para fazer frente ao fascismo precisa ir além da dramaturgia política para avaliar e conter de forma dinâmica e constante esses elementos.

Se os elementos do antissemitismo são parte da dialética do esclarecimento como puderam considerar Horkheimer e Adorno, os



elementos do fascismo são parte da democracia. Disso decorre que a crítica ao neoliberalismo autoritário pode ser a continuidade da crítica ao fascismo. A nova razão do capitalismo contemporâneo que gradativamente supera os obstáculos às inovações para o neoliberalismo enquanto construção histórica e norma geral de vida passa necessariamente pelo controle e esvaziamento da educação enquanto experiência formativa emancipatória. Há, também, uma historicidade esvaziada de referenciais históricos que evoquem a democracia. O neoliberalismo autoritário sobrevive do esquecimento e enfrentar a reivindicação do retorno de ditaduras, como ocorre no Brasil, não se faz apenas com informações históricas.

Como é possível reconhecer e analisar os elementos do fascismo nos movimentos contemporâneos de extrema direita localizando os limites e as possibilidades de uma educação emancipatória como enfrentamento a esses elementos? Ou seja, é possível educar para a democracia em contextos neofascistas?

Nos limites desse estudo, tomamos a expressão "Sem anistia" como um brado que ecoa para o passado buscando transfigurá-lo. Significa, assim, um esforço de contraposição à disposição em negar ou minimizar a barbárie no tempo e no espaço. O eufemismo é uma das formas pelas quais essa negação e minimização aparecem. Nesse sentido, o eufemismo é também uma forma de esquecimento dos horrores do passado, das promessas de um futuro melhor que ali também poderiam existir e que não foram cumpridas. Quando nos perguntamos sobre se é possível educar para a democracia em contextos neofascistas estamos apelando a uma educação para a emancipação. A ênfase na adaptação como o fim último da cultura e da educação é um fermento para o ressurgimento das tendências fascistas.

1. A elaboração permanente do passado como tarefa democrática do presente

Tendo vivido os horrores do fascismo e dedicado sua vida e obra filosófica para que esses horrores não se repetissem, T. W. Adorno, no final dos anos 1950 e 1960 realizou conferências que foram gravadas, transcritas e publicadas.

Em 1967, Theodor Adorno proferiu uma conferência para a União dos Estudantes Socialistas da Áustria. Essa palestra foi traduzida e publicada em português com título "Aspectos do novo radicalismo de direita" em 2020.



Adorno, naquele momento, tinha como preocupação central da sua fala a expressividade eleitoral que começava a ter o Partido Neonazista fundado na Alemanha em 1964.

Na época, a Europa vivia um estado de bem-estar social, algo diferente daquele vigente nas últimas décadas ou nas primeiras décadas do Século XXI em que o fascismo fortaleceu sua influência política nas instituições democráticas. De todo modo, a análise de Adorno nos leva a pensar nas determinantes históricas que permanecem fazendo multiplicar na democracia as sementes do fascismo. No posfácio à edição alemã, o professor Völker vai comentar como ainda impressiona a validade de uma análise que em algumas passagens pode ser lida como um comentário aos desenvolvimentos atuais.

Para analisar esse fenômeno, o filósofo alemão resgata uma outra conferência intitulada "O que significa elaborar o passado", de 1959, trazendo parte daquelas discussões sobre o fascismo na compreensão do crescimento da extrema-direita na Alemanha. No posfácio à edição alemã da palestra de 1967, o professor Völker Weiss considera que o discurso de Viena feito por Adorno pode ser mesmo lido como uma continuação da conferência "O que significa elaborar o passado" de 1959.

Na verdade, há poucos anos entre um momento e outro e o enfrentamentos dos elementos do fascismo na democracia, assim como ocorre hoje, não tinham o devido tratamento. Embora a criminalização da apologia e das referências diretas ou indiretas ao nazismo contenham a sua aceitação massiva, o que preocupava Adorno era a correção por dentro da democracia. A sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia foi considerada por ele como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia. **Atualmente vivemos essa dupla ameaça, o que exige a modos de uma teoria crítica da sociedade uma crítica imanente.** Adorno evocava em 1959 um esforço teórico-prático a partir da análise de uma psicologia social e da psicanálise, mas, sobretudo, das condições objetivas, ainda que ambivalentes, que efetivam o recaída na barbárie.

O desenvolvimento capitalista cria impedimentos para a elaboração do passado. Isso Adorno associa ao desenvolvimento técnico e industrial, ao modo de vida burguês e às condições laborais e de formação para o trabalho. A esses elementos de racionalização estão associados aos elementos que compõem o fascismo, ambos promotores do esquecimento,



da reificação e da educação para fins meramente adaptativos. Afirma, na sua palestra de 1959, que:

[...] a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício (1995, p. 4).

A racionalização progressiva inerente ao desenvolvimento tecnocientífico no modo especificamente capitalista tem assim a memória, o tempo e o seu uso não totalmente regulamentado como um obstáculo ao curso do mundo, verdadeiras referências arcaizantes. Não se pode perder tempo, seja com elaborações do passado, seja com a velocidade imposta por esse desenvolvimento tecnocientífico. “Quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem” (p.4) é uma constatação que demonstra que não é permitido perder tempo com o que não tenha resultados imediatamente adaptativos.

O problema é que a eliminação da memória e da experiência formativa a partir da dimensão artística, educacional e inventiva enquanto restos irracionais contrários à racionalização progressiva da produção gera o mal-estar individual e coletivo perante uma sociedade que só permite e garante a *adaptação* em um horizonte que vai da mera sobrevivência à ruína completa. A adaptabilidade, não por acaso um termo vindo da biologia, passa a ser um dispositivo de eliminação da memória e da experiência formativa consonante à lógica do neoliberalismo autoritário.

A entrada do léxico da área da biologia na economia, sociologia, filosofia, administração, entre outras áreas, não é novidade. Desde as discussões sobre o darwinismo social, há uma preocupação constante de como esse tipo de abordagem desemboca em ideologias políticas extremistas por meios dos mais diversos dispositivos e discursos, inclusive em práticas econômicas, nas escolas e no chamado mundo corporativo.

Com o neoliberalismo autoritário, entendido como uma espécie de *ethos* social sempre presente nas relações sociais, promovendo valores que se associam facilmente aos lemas da extrema-direita, a noção de adaptabilidade para a sobrevivência do mais apto ganha contornos mais



profundos. A adaptação se torna um imperativo político, como dirá Barbara Stiegler em seu livro *Il faut s'adapter: sur un nouvel impératif politique*.

Foucault (2004) trouxe fortemente a dimensão biopolítica no neoliberalismo, demonstrando as diferenças entre este e o liberalismo clássico. Depois de passar pelo estudo dos ordo-liberais alemães e dos neoliberais franceses, Foucault apontou uma diferença crucial no caso do neoliberalismo americano, qual seja, a incorporação da teoria do capital humano como aquela que permitiria sustentar de maneira mais substancial a dimensão do que ele chamava de “elementos adquiridos” na biopolítica, o que requeria “investimentos educacionais”, complementares aos “elementos inatos”, ou genéticos. Ainda assim, Foucault não explorou mais incisivamente a vertente evolucionista do neoliberalismo, principalmente a do pensamento de Friedrich Hayek que se valia muito do diálogo com o darwinismo. Mais ainda, como lembra Barbara Stiegler, nem muito com o pensamento de Walter Lippmann, diplomata, jornalista e ensaísta político norte-americano, de notória influência na política dos Estados Unidos por um longo período, que vai desde a Primeira Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã (Stiegler, 2020).

O livro da filósofa francesa tratará justamente dessa interconexão entre o neoliberalismo e o darwinismo, centrando a argumentação na concepção de adaptabilidade a partir, principalmente, do que ficou conhecido como “debate Lippmann-Dewey”, ou seja, um debate entre as ideias de Walter Lippmann e o filósofo pragmatista John Dewey em torno do tema da democracia e do liberalismo.

Não interessa aqui percorrer todo esse debate, mas assinalar apenas o que Barbara Stiegler observa sobre a discussão quanto ao tema do suposto retardo evolutivo da espécie-humana, da dificuldade em se adaptar, dado que a adaptação seria uma forma de evoluir e sobreviver aos novos ambientes. Repensar a ação política passaria, então, por compreendê-la dentro dos horizontes evolutivos, de retardo ou (re)adaptação ao ambiente. Trata-se, portanto, de uma regulação da sociedade, ou para usar os termos de Foucault, de como se constrói a governamentalidade.

Se por um lado, Walter Lippmann, e os neoliberais após ele, defenderá que essa regulação se dê por meio de especialistas, intelectuais e por via da área do direito, Dewey, por sua vez, só reconheceria uma experimentação verdadeira desde que fosse “conduzida pela inteligência coletiva do público, ela própria inseparável da dimensão emocional de qualquer experiência.”



(Stiegler, 2019, p. 11). Sendo assim, embora ambos estejam no âmbito da teoria darwinista:

Enquanto para Lippmann, e depois para os neoliberais americanos, atribuir este papel à suposta inteligência do público nega a realidade dos processos evolutivos, em relação aos quais a afetividade das massas e a inteligência humana aparecem como rígidas, atrasadas e inadaptadas, para os pragmatistas, pelo contrário, é esta interpretação conjunta da afetividade e da inteligência coletiva como um órgão funcional de controle que está mais próxima da lógica de Darwin (Stiegler, 2019, p. 11).

Em termos políticos, há uma aposta de Lippmann na política representativa feita por cima, ou seja, encabeçada por especialistas, intelectuais e juristas, oposta a outra pensada a partir de baixo, promovida por uma democracia participativa que promoveria a constante implicação coletiva na experimentação coletiva, como propunha Dewey. Nesse sentido, como aponta Stiegler (2019), o pensamento de Dewey sobre o devir da democracia à luz de uma revolução darwiniana, seria uma das primeiras críticas filosóficas ao neoliberalismo.

Todo esse debate se estenderá e afetará politicamente dois setores centrais da sociedade: a educação e a saúde. Atentaremos-nos aqui somente à educação.

Stiegler lembra que em Dewey a “adaptação” ou a “adaptabilidade”, quando ligada à educação, ganha o sentido de “plasticidade” e não de “maleabilidade”, não de uma docilidade, de uma atitude passiva diante das circunstâncias. Desse modo, Dewey acreditava estar mais próximo da teoria darwiniana, em contraponto às abordagens spencerianas e behavioristas. A democracia para Dewey está próxima a ideia originária liberal, “na qual o governo dos vivos se experimenta e se reajusta coletivamente” (Stiegler, 2019, p. 252). Trata-se, portanto, com todas as possíveis ambiguidades, ainda de uma visão de cunho liberal, não neoliberal. Ao contrário, uma vez que o conjunto de indivíduos e populações, na visão de Lippmann, não são capazes de transformar coletivamente suas realidades, seu entorno, seu meio ambiente, sem o trabalho do especialista, a ideia de “adaptabilidade” ganha um contorno de ajuste à realidade, de adaptação servil. Como conclui Stiegler:

Se esta nova forma de biopolítica pretende constituir um poderoso contrapeso a qualquer forma de controle disciplinar e a toda requisição de força de trabalho pelas exigências do



capitalismo mundializado, a biopolítica neoliberal anunciada por Lippmann pressagia, por sua vez, um fortalecimento sem precedentes nas disciplinas, o que mina a tensão entre essas duas tecnologias de poder que Foucault ainda teorizava no final da década de 1970. (Stiegler, 2019, p. 252 – tradução livre nossa).

Essa ideia de “reformatar” a humanidade por meio de uma adaptação e competição constantes parece ainda prevalecer e, mais ainda, ter se tornado realmente um imperativo de sobrevivência política.

De certa forma, esse imperativo é propagado incessantemente pelo discurso (neo)fascista que se alia ao ultraliberalismo autoritário. A adaptação surge não com um possível sentido positivo, como propunha Dewey para a educação, mas como violência. Uma série de dispositivos tecnológicos, como diria Foucault, são utilizados para reforçar essa violência adaptativa na formação, tais como pedagogias que privilegiam competências comportamentais, que funcionam como adestramentos socioemocionais que visam os efeitos colaterais de tal violência, os acidentes psíquicos como depressão, crise de pânico, *burnout*, entre outros, que atrapalham a competitividade e a produtividade.

É neste sentido que a crítica aos elementos do fascismo se transforma em uma crítica aos elementos constituintes do neoliberalismo autoritário, aos seus dispositivos de violência e biopolítica que inibem a necessária elaboração permanente do passado como ação democrática do presente, já que o ritmo acelerado exigido pela adaptação também promove o apagamento da memória e da experiência formativa.

Para Adorno, é uma lei objetiva da racionalidade instrumental e desse desenvolvimento tecnocientífico a associação entre a alienação da memória e a adaptação ao existente:

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar [...] (p.9).

A semiformação, ou seja, aquela que promove apenas a adaptação faz parte dos elementos do fascismo. A defesa e a promoção da identificação



total com o existente, com o que é dado, com o poder enquanto tal são inimigas da democracia ainda que prometam, sob os auspícios do desenvolvimento econômico e tecnocientífico, a democratização da cultura e da educação. Abdicar da emancipação significa entregar a cultura, a educação e a democracia ao fascismo. E isso não simplesmente porque não se ensinou o bastante sobre a importância dos ideais democráticos. Adorno expõe uma ferida que é o questionamento sobre o que representa a democracia para a maioria das pessoas. A democracia chega a ser desejada por quem não a sente como parte da sua própria existência? Assim, é necessário compreender os movimentos fascistas como as feridas e cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não fez justiça ao seu próprio conceito.

Quando constatamos a ação da extrema direita no Brasil e buscamos as raízes desse processo na sua história e na negação dessa história, conseguimos compreender por que em países com trajetórias similares, o fascismo aparece de maneira contundente.

A chamada normalidade democrática nunca fez muito sentido para a maioria dos brasileiros. Buscando compreender a indiferença e mesmo o ódio à democracia, Adorno reflete que:

[...] a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral (p.5)

Seria possível a normalidade democrática num país em que a democracia se apresenta em aspectos formais distanciados da experiência vivida? Em que a normalidade é justamente estar alijado dos processos políticos ocupando o papel de público, em que não existem mecanismos de formação política que permitam compreender o que é a política para além de escolhas ocasionais de partidos, de candidatos e de sistemas dos quais nada se sabe ou que se pensa saber a partir de redes sociais consideradas



neutras? A falta de noções mínimas quanto a conceitos e ações relacionados aos posicionamentos políticos como de esquerda e de direita, as confusões entre liberdade individual e participação social revelam não só desinformação, mas a incapacidade histórica de um povo em experienciar o que lhe foi sempre negado: a democracia e a cidadania.

2. A elaboração autoritária do presente por meio da produção de subjetividades

132

Estamos nos apropriando das reflexões de Adorno em 1959, que continuam na conferência de 1967, em um esforço não simplesmente de resenhar essas reflexões, mas de perceber que aquelas preocupações em um contexto de Estado de Bem-estar Social e pleno emprego só muito parcial e precariamente vividos no Brasil antes e depois desse período, têm validade para buscarmos compreender o nosso radicalismo de direita e as implicações educacionais disso.

Durante a conferência de 1967 intitulada "Aspectos do novo radicalismo de direita", Theodor Adorno identifica um sentimento de catástrofe social e um desejo inconsciente do fim do mundo nos movimentos radicalistas de direita. Reconhece neles uma verdadeira escatologia à direita. Se a teoria do capital humano pode ser considerada uma utopia da direita, o seu radicalismo aparece como escatologia. De todo modo, não se trata de um outro mundo possível, mas da destruição do que já existe.

Na apresentação à edição brasileira intitulada "Depois da meia-noite no século: Adorno e as análises do fascismo", o professor Felipe Catalano resgata as observações de Adorno presentes nessa conferência e que se relacionam há uma espécie de Evangelho da desgraça que ao mesmo tempo que responsabiliza o indivíduo pelo seu fracasso o alivia da responsabilidade de lutar contra seus problemas. É uma forma de conformismo travestido de protagonismo e responsabilização dos indivíduos. Entendemos que a ênfase contemporânea nas competências socioemocionais dos estudantes revela essa impotência, fragilidade e conformismo. Como afirmou Adorno, ainda em 1959, se tudo que se refere às condições objetivas depende unicamente das pessoas, essas condições objetivas permanecem intocadas, promovendo o desejo de destruição do existente.



Mas, mesmo abordando a psicologia social orientada analiticamente, Adorno não busca uma explicação psicologizada do fenômeno da ascensão da extrema-direita. Há sobretudo da experiência de um sofrimento social acumulado que se traduz em uma energia política ambígua e destrutiva frente a um processo de desintegração social jogando amplos setores da população mundial a uma situação de quase anomia.

O autor da apresentação à publicação em português da conferência de Adorno proferida em 1967, resgata a leitura do livro de Christopher Lasch em meados dos anos 1980 chamado "O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis". A partir das leituras de Lasch à luz do texto de Adorno, o autor da apresentação aponta para uma ética da sobrevivência em que fazer estoque e se armar faz parte de uma mesma lógica na preparação para o apocalipse.

O radicalismo de direita aparece como uma forma de gerir o sofrimento psíquico como consideram Safatle e Dunker quanto ao neoliberalismo. Os fatores socioemocionais são importantes para compreender esse processo em que as subjetividades são celebradas como autônomas frente às condições objetivas quando, na verdade, são produzidas e reproduzidas para sobreviverem a essas condições objetivas.

Assim, Adorno faz a análise desse processo buscando ressaltar e compreender as condições objetivas que tornam os pressupostos sociais do fascismo ainda vigentes. O filósofo afirma que "os preços dos movimentos fascistas apesar de seu colapso ainda perduram socialmente mesmo se não perduram de forma imediatamente política". (p. 45)

Digamos que dessa fala de Adorno até os dias de hoje a presença do fascismo nos movimentos ainda, que ditos pacíficos e nas instituições ainda que mantidas pelos regimes democráticos é uma realidade assustadora.

Adorno começa a sua análise primeiramente apontando para a dominante concentração do capital. Há uma contradição estrutural entre participação democrática e a tendência a concentração de Capital. Para ele

[..] essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com a sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu status social e possivelmente fortalecer fortalecê-los" (p. 46)



Vejamos que essa consciência de classe subjetiva não só de camadas que eram completamente burguesas, mas que, no caso brasileiro, historicamente se compreendem como classes médias diferenciadas de uma população trabalhadora em condições precárias de sobrevivência produz uma percepção da superacumulação de capital alheia ao seu processo progressivo de exclusão. Adorno considera que esses grupos continuam a tender ao ódio ao socialismo ou aquilo que eles chamam de socialismo. Isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas aqueles que se opuseram criticamente ao sistema do qual outrora eles possuíam mais status, ao menos, segundo sua consciência de classe subjetiva.

Esse movimento não se dá apenas nos segmentos urbanos. Adorno também faz sua análise considerando o conservadorismo ou o radicalismo de direita dos segmentos agrários e de tantos outros segmentos sociais. Afirma que, além da pequena burguesia, certamente desempenham um papel enorme os setores agrários que se encontram em uma crise permanente, comumente atenuada por subsídios estatais.

Impossibilitados de manter seu patamar de consumo e prejudicados quanto à permanência em determinados estratos sociais mais elevados economicamente, esses grupos se voltam contra os que consideram seus verdadeiros algozes: os que defendem os direitos sociais e/ou os que conquistam por meio de políticas afirmativas. A ampliação desses direitos para setor mais amplos da população é vista com anátema.

Na época que Adorno proferiu a conferência, a Alemanha estava num período de pleno emprego. Mesmo assim, esses grupos sociais aburguesados já sentiam a ameaça do desemprego tecnológico antevendo-se como potencialmente supérfluos ao processo de produção. Esses grupos, afirma Adorno, já se sentiam como desempregados potenciais.

O impacto do processo da globalização e os fluxos migratórios associados ao radicalismo de direita trouxe à tona o que nunca fôra totalmente esquecido: o nacionalismo. Adorno analisa um novo nacionalismo que não pode ser negligenciado mesmo porque torna-se uma resposta ao agrupamento dos países em blocos gigantescos e ao próprio processo de globalização em que o estado nação desempenha um papel subordinado. Adorno afirma que é equivocado tirar disso a conclusão simplista de que o nacionalismo já não teria um papel decisivo devido ao seu caráter ultrapassado. "Pelo contrário", considera Adorno,



[...] com frequência ocorre que convicções e ideologias, justamente quando elas não são mais de fato substanciais devido à situação objetiva, assume então seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo (p. 48).

Não é possível caracterizar os movimentos de extrema-direita como resíduo de incorrigíveis ou idiotas, mas também não é possível negar que fazem parte do que Adorno designa por sistemas delirantes que são sustentados por uma racionalidade técnica. Neste sentido, retoma os estudos de *A Personalidade Autoritária* em que foi identificada na escala fascista o tipo manipulador.

O tipo manipulador refere-se à caracterização de indivíduos fascistas simultaneamente frios e tecnológicos. O tipo manipulador se insere num contexto de meios racionais para fins irracionais que vai da assimilação irrestrita à propaganda fascista à participação no extermínio dos indesejáveis.

A propaganda fascista faz tudo se tornar equivalente e intercambiável convertendo-se na substância do movimento. Os líderes fascistas são antes de tudo, afirma Adorno, propagandistas.

Se para os movimentos da direita radical a propaganda é o próprio sentido da política é necessário pensar como aquilo que é objetivamente falso é operado com meios propagandísticos produzindo verdades flexíveis ou quase verdades muito difíceis de serem contidas em seu processo de produção, difusão e dissuasão de milhares de pessoas. A dramaturgia política entra na produção e disseminação em massa de conteúdos que retroalimentam sistemas delirantes.

Podemos associar de alguma forma essa reflexão de Adorno à questão da propaganda de caráter fascista e buscarmos assim elementos para discutirmos sobre as chamadas *fake news*. O que Adorno quer dizer é que além da luta política e dos meios puramente políticos, o radicalismo de direita deve ser enfrentado no seu próprio terreno. Afirma ele que não se trata de colocar mentira contra mentira, mas de se opor a todo esse processo com a força decisiva da Razão, com uma verdade realmente não ideológica.

Esta não é uma tarefa fácil quando se enfrenta o populismo de direita no século XXI. Esse mesmo populismo que evoca a verdadeira democracia e a liberdade e acusam os outros de antidemocráticos.

A categoria da Liberdade se torna moeda de troca na governamentalidade neoliberal. Isso nos obriga a uma crítica de caráter



genealógico para que se possa compreender os diferentes sentidos do que se convencionou chamar de liberdade, de autonomia, de emancipação e democracia, termos usados pela extrema-direita com sentidos diversos. Não é ocioso lembrar que o conservadorismo democrático tem sido considerado no Brasil como associado à esquerda. No caso brasileiro o simples apelo à Constituição de 1988 e à agenda governamental próxima ao desenvolvimentismo é avaliado, de maneira descolada de todo o conhecimento sobre o assunto, como comunismo.

3. Educação, cultura e emancipação para (re) construir o Brasil

Seria urgente fortalecer nas universidades uma sociologia vinculada à pesquisa histórica de nossa própria época.

(Adorno, 1959, A elaboração do passado)

Como resposta à popularização política ocorrida no Brasil fortemente sustentada por fakenews, a partir dos estudos sobre o pensamento de Adorno, o Prof. Wolfgang Leo Maar publicou um ensaio intitulado "Só existe um lado". Esse ensaio foi publicado no site *A Terra é Redonda*, um espaço para a intervenção pública de intelectuais, acadêmicos e ativistas de movimentos sociais.

Não haveria, assim, propriamente uma polarização entre duas possibilidades extremas: a extrema direita e uma esquerda supostamente radical. No Brasil essa tese foi defendida sendo buscada uma chamada terceira via que naufragou antes mesmo que o processo eleitoral amadurecesse. Maar (2022) afirma que:

Há uma sociedade que é real, efetiva e fatural, contraposta a uma narrativa ideológica protofascista e autoritária, antidemocrática, excludente, sustentada numa falsa experiência da realidade que é doutrinada pelas redes (p. 1).

Em oposição a essa narrativa ideológica, Maar (2022) evoca a verdade "objetiva, disponível e visível" pelos mais de 700 mil mortos em decorrência da pandemia de Covid 19. Contra as falsidades fáticas, à luz de Adorno, Maar nos convida a enfrentar a questão da experiência efetiva e verdadeira da realidade que se dá na experiência da morte "que não é uma opinião formada num discurso narrativo" (p.1).



A força decisiva da razão em contraponto à propaganda fascista no caso brasileiro passa pela rememoração da escravidão como lastro de uma sociedade desigual, machista, racista e excludente. Considerará Maar (2022) que “num país com séculos de escravagismo, a questão social se sobrepõe como prioridade à experiência política” (p. 1).

Fazem parte dos elementos do fascismo brasileiro em termos históricos os holocaustos e os genocídios do passado que, por terem sido silenciados e minimizados, sustentam a continuidade da estratificação social e a morte de segmentos da sociedade brasileira que explicitam todos os dias a verdade não ideológica de uma sociedade que resiste em não admitir que a injustiça e a violência não estão dissociadas do seu processo de desenvolvimento, modernização e frágil democratização.

Maar defende em sua argumentação a existência e sobrevivência da ciência e da universidade. A ciência enquanto prática e a universidade como espaço institucional de uma verdade não ideológica. Apesar da narrativa falsa e falaciosa das *fake news* a Terra não se tornou plana, constata Maar.

A potencialidade formativa da ciência e da universidade precisa ser analisada. É inegável que foram elementos fortemente abalados na escalada fascista brasileira. Isso nos leva a pensar no avesso das instituições brasileiras em meio às tantas contradições, especialmente as universidades

Se a ciência e a universidade podem ser apresentadas como prática e espaço de uma verdade não ideológica e se essa prática e espaço historicamente deram à universidade o lugar da “[...] produção de conhecimento validado por mecanismos institucionais de verdade”, também não é possível negar que, como afirma Laval (2023) que o neoliberalismo põe em curso um novo regime de verdade que se impõe sobre a universidade. Isso implica numa “desvalorização gradativa da universidade como lugar do conhecimento racional”. Para o neoliberalismo, a universidade é uma das referências arcaizantes impeditivas no capitalismo contemporâneo, necessitando de inovações quanto às formas e difusão do conhecimento, enfatizando-se a dimensão gerencial e formação profissionalizante. Assim:

[...] um novo modelo de universidade começou a se estruturar. Quer a chamemos de universidade “empreendedora”, “gerencial” ou “neoliberal”; quer falemos de “capitalismo acadêmico” ou “universidade capitalista”, ou ainda de “mercado de educação superior globalizado”, todos esses



conceitos designam uma mudança que põe em questão não apenas os modos de organização ou “governança” da educação superior, mas sua definição, seus objetivos, suas funções sociais, culturais e políticas. O *ethos* profissional dos professores pesquisadores, a relação com os estudos e o conhecimento dos alunos e a própria concepção de conhecimento são afetados por ele (p. 1).

Educar para a emancipação não se torna, portanto, um aditivo para a universidade. Significa garantir a sua sobrevivência e a resistência a regimes de verdade que possam se contrapor ao regime de verdade neoliberal. São racionalidades em confronto que se traduz em escala global na reação persecutória da extrema direita quanto ao papel das universidades. Laval (2023) propõe que:

uma verdadeira internacional de professores e pesquisadores se constituísse em torno da ideia de que o conhecimento, mais do que nunca necessário para enfrentar os enormes desafios coletivos do século XXI, é um bem comum mundial que supõe não grandes e belos discursos, mas uma instituição que o faça existir como tal (p. 20).

Maar, a luz da conferência de Adorno de 1967, analisando o contexto político brasileiro recente também apontará a ciência e a universidade como redutos do conhecimento racional e da verdade não ideológica.

Essas reflexões nos remetem ao papel da universidade no Brasil que, como constatou Anísio Teixeira, sempre foi resistente a ela verificando-se em sua história uma escassez de esforços para a implantação de um sistema de educação superior no país (TEIXEIRA, 1989). No mesmo ano da conferência de Adorno sobre o novo radicalismo de direita em 1967, Anísio Teixeira publicou o texto intitulado *Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana*. Nele afirma que a universidade acabou sendo a parte mais sensível da sociedade latino-americana enfrentando o problema da autonomia universitária como elemento de sua contribuição ao desenvolvimento regional em grande parte submetidas às condições adversas:

Com efeito, a sociedade latino-americana continua a ser fundamentalmente uma sociedade baseada na "autoridade" e não no consenso e coesão de sua população. Daí, os hábitos de governo centralizado, a extraordinária amplitude da área de



decisão incorporada a textos de lei, o caráter uniforme, rígido e inflexível de sua burocracia, a natureza despótica e policial do exercício da autoridade em muitos setores. Em tal sociedade, qualquer exercício de autonomia é sempre algo de precário e, com maior razão, o exercício da autonomia universitária, salvo quando esta é concebida como um "privilégio" outorgado por lei (p. 55).

Há que se pensar portanto, nos limites das institucionalidades latino-americanas nas quais o novo regime de verdade imposto pelo neoliberalismo talvez tenha se instaurado muito antes de um novo radicalismo de direita. São instituições forjadas, inclusive as universidades, sob um conservadorismo que não enfrentou as tais referências arcaizantes de um Estado de Bem-estar Social.

Ao lado de um esforço em escala global em termos de constituir uma universidade regida de acordo com o *princípio do comum* como propõem Dardot e Laval é necessário em termos regionais e locais compreender as intempéries para que as institucionalidades voltadas para a ciência e educação se constituíssem numa perspectiva desenvolvimentista.

O negacionismo, a perseguição às universidades, a pedagogia das competências e o gerencialismo na educação, entre outros aspectos no contexto brasileiro são parte da nova racionalidade neoliberal que impõe um novo regime de verdade, mas também se referem às contradições seculares das nossas instituições que sobrevivem em um bloqueio estrutural e institucional permanente à democracia.

Mascaro (2020) nos apresenta a crueza desse processo em que há uma continuidade e recrudescimento do que aqui designamos como elementos do fascismo e do radicalismo de direita no Brasil, que se traduz nas contradições de suas instituições e governamentalidades. Para Mascaro (2020):

Não se trata de uma questão de convencimento, incremento orçamentário, profissionalização na administração ou na preparação de quadros. [...] A reiteração dos mesmos elementos e das mesmas posições reacionárias, conservadoras e golpistas vem se dando num tempo histórico secular – uma longa e constante subordinação estrutural ao interesses dos Estados Unidos, oposição sempiterna ao comunismo, antagonismo aos governos Vargas, Juscelino e Jango,



tentativas constantes de golpe militar, [...] transição controlada à democracia, [...], apoio ao neoliberalismo, antagonismo aos governos Lula e Dilma, golpe institucional realizado com sucesso em 2016, desmonte das antigas garantias sociais e dos resquícios de nacionalismo e desenvolvimentismo. (p.50)

O que tem ocorrido no Brasil mais próximo da construção de tempos e espaços de democratização se deu pelo esforço contraditório do desenvolvimentismo. Buscando compreender as amarras do nosso passado colonial e escravista, Celso Furtado pergunta "Que Somos?". Como um dos mais importantes intérpretes do Brasil e grande teórico vinculado ao pensamento cepalino, Celso Furtado (1984) conclui que a resposta essa questão passa pelo entendimento do que é a potencialidade transformadora da cultura brasileira por meio de uma adequada política cultural capaz de ir além do acesso a bens culturais e se comprometendo com a liberação das forças criativas da sociedade.

As inúmeras experiências dos estudantes na área cultural ainda são pouco conhecidas, valorizadas e potencializadas como elementos importantes para a formulação e a implementação de políticas públicas de educação e cultura. Não é incomum a dissociação entre as perspectivas que enfatizam, cada uma a sua maneira, as relações entre juventude e trabalho ou juventude e educação ou juventude e cultura.

Pensar sobre a formação e a inserção dos estudantes é muito mais do que um processo adaptativo. Digamos que é antes de mais uma exigência para a emancipação. Quando Rancière, a partir da experiência de Jacotot, discute sobre os objetivos e limites da educação que se encontram entre o embrutecimento e a emancipação não se trata de uma reflexão pedagógica. É uma reflexão ético-estético-política. Formar visando a emancipação significa reconhecer que os jovens não precisam se resignar às desgraças das quais são herdeiros, mas que podem negar essa herança e terem o direito de uma educação contra a barbárie (Rancière, 2007).

Educar contra a barbárie é educar para a emancipação. O jovem radical, para utilizar a terminologia de Otávio Ianni, é aquele que usufruiu do direito de ser educado contra a barbárie. Vamos na direção do que Florestan Fernandes apresenta como o objetivo da educação escolarizada, que seria romper com o 'fazer a cabeça do estudante' para a direita ou para a esquerda, para as ideologias do trabalho, para os fascismos constantemente renovados ou para a empregabilidade. Afirmará Florestan Fernandes que é



objetivo da educação “inventar e reinventar a civilização sem barbárie”. (Florestan Fernandes).

Para que Auschwitz não se repita, asseverou Adorno em “Educação após Auschwitz” naquele mesmo momento em que Otávio Ianni mostrava os direcionamentos e ajustes da juventude para movimentos radicais, de esquerda ou de direita. O jovem como um ser da cultura pode se constituir como agente transformador se é admitido por ele e com ele que a cultura em seu duplo caráter (adaptativo e emancipatório) precisa não só ser ensinada para este ou aquele determinado fim, mas ser criticada em seus limites e possibilidades, vivida e produzida individual e coletivamente. Isso resulta numa reflexão e num refazer permanentes da cultura e da educação.

Não é simples fazer a articulação entre cultura e educação porque nem sempre, como considerou Mário de Andrade, são vistas dentro de uma totalidade em que não é possível educar sem cultura, nem possível conhecer e produzir cultura sem que se tenha claro o que se pretende. Educar contra a barbárie não é tarefa apenas de escolas, assim como a escolarização não está dissociada da experiência cultural.

A arte e a cultura, de uma forma geral, estão tanto para a contraposição, quanto para a modelação do existente, como alertou Marcuse (2006) em *Sobre o caráter afirmativo da cultura*. A cultura em seu caráter afirmativo, da qual a arte também faz parte, seria aquele mecanismo de dominação que procura separar o mundo subjetivo e espiritual das condições objetivas, do mundo da materialidade, das relações de produção. Esse caráter afirmativo defende ideologicamente a superioridade de valores universais como os da alma, da interioridade, das necessidades estéticas descoladas da história, do cotidiano, da produção material para sobrevivência.

A formação cultural e a experiência estética relacionada a ela devem se colocar na educação não formal e formal como oportunidade de emancipação ao problematizar as relações entre cultura e trabalho, cultura e consumo, cultura e desigualdade social, entre outras relações complexas. O pressuposto norteador da nossa análise, a partir dessas abordagens, constrói-se no sentido de, a partir da experiência/percepção estética, desenvolver não só a compreensão de si, do outro e do mundo, mas a capacidade de problematizar essas dimensões.

O progressivo crescimento do alcance da indústria cultural e da semiformação também foi apontado por Adorno (1985). Não é só a



formação cultural que está em jogo, mas todo o processo formativo que se dá por via da escolarização e da profissionalização dos jovens. Reformas educacionais são acionadas para dar respostas a esse esvaziamento da ciência, da tecnologia e da cultura como forças transformadoras da sociedade. A tecnociência se instalava como força produtiva. Dentro de uma linha de pensamento que não perde de vista o duplo caráter da cultura e da educação, adaptativo e emancipatório, é importante que se perceba as transformações do mundo do trabalho, da produção e do consumo cultural buscando e potencializando novos enunciados e novas práticas de experimentação e criação de outros mundos possíveis.

Referências

- ADORNO, W. T. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo, Ed. Unesp, 2020.
- ADORNO, W. T. Educação após Auschwitz. **Educação e emancipação** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- ADORNO, W. T. O que significa elaborar o passado. **Educação e emancipação** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France. 1978-1979**. Paris, Gallimard-Seuil, 2004.
- FURTADO, Celso. Que somos? In: **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional, 1984.
- LAVAL, Christian. **Da universidade neoliberal à universidade como comum**. Trad. Waldemar Sguissardi. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/da-universidadeneoliberal-a-universidade-como-comum/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- MAAR, Wolfgang Leo. **Só existe um lado**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/so-existe-um-lado/>. Acesso em: 19 jan. 2023



MASCARO, Alysson L. Teses sobre desenvolvimento e capitalismo. In: Bercovici, Gilberto et al.(orgs). **Utopias para reconstruir o Brasil**. São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, 2020.

RANCIÉRE, Jacques. **O mestre ignorante**. 2ª. Ed. Belo Horizonte, 2007.

STIEGLER, Barbara. **“Il faut s’adapter” : sur un nouvel impératif politique**. Paris: Gallimard, 2020.

TEIXEIRA, ANÍSIO. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

TEIXEIRA, Anísio. Aspectos da reconstrução da Universidade Americana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.47, n.105, jan./mar. 1967. p.55-67.

143

Recebido em 09 abr. 2024 | aceite em 06 jun. 2024



Em um momento contrarrevolucionário, o que vem a seguir?

144

Antonio V. B. Mota Filho ¹

Resumo

A ascensão mundial da extrema-direita tem chamado atenção para a “crise da democracia”. Para além de aspectos conjunturais recentes, é possível rastrear a crítica aos aspectos sociais da democracia até as origens do neoliberalismo, compreendido como um movimento político contrarrevolucionário. A questão da democracia passou ao centro da atuação dos movimentos de esquerda, o que exige uma reflexão sobre o conteúdo político da democracia burguesa e sobre as formas de atuação em um momento contrarrevolucionário. O presente trabalho aborda as formulações de Rosa Luxemburgo sobre a importância da democracia e sobre a atuação do movimento socialista em períodos de refluxo político no contexto da sua militância no Império Russo. Ao recuperar de forma crítica as ideias da revolucionária polonesa, busca-se contribuir com a formulação de possíveis respostas aos desafios políticos contemporâneos.

Palavra-chave: Democracia; Socialismo; Contrarrevolução; Neoliberalismo.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) e, atualmente, em período pós-doutoral no Instituto de Estudos Brasileiros (USP) e no laboratório Mondes américains (École des hautes études en sciences sociales - Paris). | vogaciano@gmail.com



Resumen

El ascenso global de la extrema derecha ha llamado la atención sobre la “crisis de la democracia”. Además de los aspectos coyunturales recientes, es posible rastrear la crítica de los aspectos sociales de la democracia hasta los orígenes del neoliberalismo, entendido como un movimiento político contrarrevolucionario. La cuestión de la democracia ha pasado al centro de las acciones de los movimientos de izquierda, lo que exige una reflexión sobre el contenido político de la democracia burguesa y sobre las formas de acción en un momento contrarrevolucionario. El presente trabajo aborda las formulaciones de Rosa Luxemburgo sobre la importancia de la democracia y el papel del movimiento socialista en períodos de reflujo político en el contexto de su activismo en el Imperio ruso. Al recuperar críticamente las ideas de la revolucionaria polaca, buscamos contribuir a la formulación de posibles respuestas a los desafíos políticos contemporáneos.

Palavras-chave: Democracia; Socialismo; Contrarrevolución Neoliberalismo.

Abstract

The worldwide rise of the far right has drawn attention to the ‘crisis of democracy’. Beyond recent conjunctural aspects, it is possible to trace the criticism of the social aspects of democracy back to the origins of neoliberalism, understood as a counter-revolutionary political movement. The question of democracy has moved to the centre of the work of left-wing movements, which requires reflection on the political content of bourgeois democracy and the ways of acting in a counter-revolutionary moment. This paper deals with Rosa Luxemburg’s formulations on the importance of democracy and on the actions of the socialist movement in periods of political reflux through her work on the Russian Empire. By critically recovering the ideas of the Polish revolutionary, it seeks to contribute to the formulation of possible responses to contemporary political challenges.

Keywords: Democracy; Socialism; Counterrevolution; Neoliberalism.

Introdução

Desde os anos 1970, a economia capitalista tem passado por profundas transformações, as quais têm gerado repercussões sobre os sistemas políticos. Ainda que sua retórica esteja vinculada sobretudo a questões econômicas, o neoliberalismo nasce e se desenvolve em oposição às transformações políticas que abriam espaço para reformas econômicas. No caso do centro do capitalismo, o alvo principal era o Estado de bem estar social. Na periferia, o alvo eram os movimentos de libertação nacional e os diferentes experimentos socialistas, como o governo Allende (Slobodian, 2018).

Trata-se, portanto, de um movimento político de caráter contrarrevolucionário que tem funcionado como substrato comum para atores conservadores. O governo de Jair Bolsonaro ilustra essa constatação.



Parte da sociedade acreditava que a extrema direita estava definitivamente vencida desde o fim da ditadura em 1985 e, sobretudo, após a aprovação da Constituição de 1988. O golpe de 2016 e as eleições de 2018, contudo, expuseram a fragilidade da democracia brasileira.

A questão da democracia se transformou em um elemento central, sobretudo para os setores de esquerda. Ainda que a defesa da democracia seja fundamental, sem uma definição precisa do seu conteúdo, corre-se o risco de permanecer em um âmbito particularmente superficial: vista de forma abstrata, a democracia é facilmente entendida como a manutenção da ordem estabelecida na transição e na Constituição de 1988. Trata-se de uma perspectiva duplamente problemática pois, por um lado, não questiona os pilares da transição pactada pela ditadura, em que não houve uma justiça de transição, e, por outro, mantém-se presa a uma idealização da Constituição de 1988, sem levar em consideração as várias contrarreformas que ocorreram desde então. Sobre a justificativa de preservar “as instituições”, corre-se o risco de cristalizar uma visão burguesa de democracia, em que os direitos sociais têm sido restringidos em nome da austeridade e da governança pró-mercado, e em que o fantasma do golpe de estado de 1964 e o papel intervencionista das Forças Armadas na política cotidiana seguem sem ter o tratamento político necessário.

Historicamente, o movimento socialista tem refletido sobre o conteúdo da democracia e sobre a atuação em períodos de refluxo das forças revolucionárias. A situação contemporânea se inscreve, portanto, em uma longa história da luta revolucionária, marcada por avanços e por recuos. A recuperação crítica de algumas das ideias desenvolvidas anteriormente pode indicar elementos de uma resposta coerente aos desafios contemporâneos. O objetivo deste artigo é recuperar parte da reflexão sobre a democracia desenvolvida pela socialista polonesa Rosa Luxemburgo. Importante revolucionária do período da Segunda Internacional, ela é mais conhecida pela sua militância no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Contudo, durante toda sua atuação política, Luxemburgo desenvolveu uma fecunda reflexão sobre a situação do Reino da Polônia, região ocupada pelo Império Russo. Logo, nos seus textos poloneses é possível perceber uma preocupação permanente sobre o czarismo e a importância da luta democrática no contexto de um regime político reacionário.

Além dessa breve introdução, o artigo foi dividido em três seções: “Rosa Luxemburgo e a questão da democracia no Império Russo”, em que se



retoma reflexão da autora sobre os desafios políticos que o czarismo representava para o movimento socialista; “Do impasse político à ação: a importância do texto ‘Lições das três Dumas’”, em que se analisa o diagnóstico de Luxemburgo sobre a situação política do Império após a derrota da Revolução de 1905; e uma breve conclusão.

1. Rosa Luxemburgo e a questão da democracia no Império Russo

A obra que marca a estreia de Rosa Luxemburgo no movimento socialista alemão, a brochura *Reforma ou Revolução?*, escrita entre 1898 e 1899 no âmbito da polêmica com o revisionismo, ilustra algumas de suas ideias sobre a questão da democracia (LUXEMBURGO, 2011). Segundo a autora, não há que escolher entre um ou outro formato da luta política: ambos são necessários para a classe trabalhadora. Luxemburgo insiste, contudo, que os dois tipos de ação são qualitativamente distintos: a revolução não é um conjunto de reformas condensadas, assim como a reforma não é uma revolução feita a longo prazo em pequenas mudanças parciais. A revolução significa a tomada de poder pela classe trabalhadora e a reforma é o âmbito imediato de ação política, que permite o aprofundamento da consciência de classe e a compreensão das possibilidades da democracia burguesa, como a possibilidade do direito de associação, e de seus limites, como a consagração da propriedade privada como *pièce de résistance* do modo de produção.

Menos conhecida, contudo, é sua reflexão sobre a questão da democracia em sua militância do Império Russo. Luxemburgo nasceu em 1871 na cidade de Zamosć, no chamado Reino da Polônia, parte da Polônia ocupada pelo Império Russo desde o Congresso de Viena de 1815. Em 1874, os Luxemburgo se instalaram em Varsóvia com a esperança de um futuro melhor para seus filhos. Na capital, tiveram acesso a uma boa educação, sobretudo Rosa, que pode realizar seus estudos secundários no único liceu da cidade que aceitava mulheres (MILLS, 2020, p. 15). Data também dessa época o seu interesse pelo marxismo, quando ela se aproxima dos militantes do partido Proletariado - mais precisamente, do Segundo Proletariado, uma vez que a primeira organização com esse nome foi duramente reprimida pela polícia czarista e acabou se dissolvendo (ABRAHAM, 1989, p. 21).

Em 1889, o governo russo voltou a perseguir o Proletariado e frente aos rumores de que poderia ser presa, Luxemburgo fugiu da Polônia e se



instalou na Suíça, primeiramente em Genebra e depois em Zurique, onde fez seu doutorado (FRÖLICH, 2019, p. 53), uma vez que a Universidade de Zurique havia permitido o ingresso de mulheres em seus cursos. Muitos emigrantes políticos se estabeleceram na Suíça, tornando esse país uma importante colônia socialista para russos e poloneses.

Na Suíça, junto com outros militantes socialistas poloneses, Luxemburgo criou, em 1893, a Social-Democracia do Reino da Polônia ("Sojaldemokracja Królestwa Polskiego" - SDKP)², partido do qual foi dirigente. Naquele mesmo ano, participou do terceiro Congresso Socialista Internacional, instância máxima da Segunda Internacional, realizado em Zurique. Seu mandato de delegada acabou não sendo validado pela direção do Congresso, mas, antes de ser retirada da reunião, Luxemburgo apresentou um detalhado relatório sobre a situação política e econômica da Polônia, no qual afirma que "a luta por um regime democrático, é a escola que o proletariado deve necessariamente viver plenamente até que esteja em condições de derrubar a sociedade atual" (LUXEMBURG, 1982, p. 7). Aprofundando sua reflexão e vinculando-a diretamente ao contexto do Império Russo, Luxemburgo afirma que

cada acontecimento demonstra de forma clara e evidente que o absolutismo é uma barreira que torna impossível toda melhoria da condição atual da classe trabalhadora, que ele se interpõe sempre no caminho das aspirações socialistas, que todos os esforços do proletariado devem ser empenhados em *arrancar violentamente do czarismo uma constituição democrática* (LUXEMBURG, 1982, p. 9 - tradução e grifo nossos).

A necessidade de "arrancar violentamente" uma constituição democrática indica dois elementos da análise de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a possibilidade de algum tipo de pactuação com o czarismo é descartada *a priori*, já que esse tipo de arranjo comprometeria a autonomia da ação da classe trabalhadora. Em segundo lugar, Luxemburgo evidencia que o contexto do Império Russo não é o mesmo dos países da Europa ocidental, nos quais as revoluções liberais dirigidas pela burguesia

² A partir de 1899, com a fusão com a Social-Democracia da Lituânia, o partido de Luxemburgo passa a chamar-se Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia (SDKPiL).



conseguiram estabelecer direitos civis e políticos. Aliada ao czarismo, a burguesia do Império tinha um caráter reacionário. Frente ao bastião do reacionarismo, a conquista de direitos e de garantias democráticas seria uma consequência da luta da classe trabalhadora.

A questão da democracia no contexto russo voltou ao centro da atenção de Luxemburgo no período da Revolução de 1905, ano marcado pela ascensão política das massas no Império. No começo de janeiro, dois estivadores foram demitidos do estaleiro naval de São Petersburgo, gerando reação imediata dos demais trabalhadores dos estaleiros da cidade, que iniciaram uma greve. Em pouco tempo, a paralisação se espalhou por toda a cidade. Então, os trabalhadores formularam uma petição endereçada ao Czar Nicolau II, com dezoito exigências de reforma do sistema político russo. No dia 22 de janeiro, cerca de duzentos mil trabalhadores grevistas, liderados pelo padre ortodoxo Georgy Gapon, líder da “Assembleia de Trabalhadores Russos de Fábricas e Moinhos de São Petersburgo” - organização cujo funcionamento era acompanhado de perto pelas autoridades policiais russas - se dirigem ao Palácio de Inverno com a esperança de entregarem ao czar a petição política. Ao se aproximarem do Palácio, o exército russo dispersou brutalmente a manifestação, deixando centenas de pessoas mortas e feridas. O “domingo sangrento”, como ficou conhecido o episódio, teve como efeito direto aumentar o apoio ao movimento grevista.

Seguiu-se um vasto e espontâneo movimento de greve, tornando os trabalhadores industriais russos uma poderosa força revolucionária. Um dia após o massacre de São Petersburgo, cerca de 160.000 trabalhadores na Rússia se abstiveram de trabalhar em protesto, dos quais 45.000 eram apenas da região de Moscou. Durante o mês de janeiro, 410.000 trabalhadores entraram em greve sem precedentes em todo o Império, o que provocou uma completa desordem. (ZIMMERMAN, 2004, p. 194-195 - tradução nossa).

Após meses de intensa mobilização política, que rapidamente se espalhou por todo o Império, o czar Nicolau II publicou o manifesto sobre a melhoria da ordem estatal, mais conhecido como “Manifesto de Outubro”. Expressando preocupação com o crescimento das manifestações em todo o Império e temendo pela sua integridade e unidade, o Manifesto garantia direitos civis e liberdades essenciais como “verdadeira inviolabilidade da



pessoa, liberdade de consciência, de expressão, de reunião e de associação”³. Além disso, ampliava o direito de voto na eleição do parlamento russo, a Duma, para todas as classes.

As consequências do Manifesto foram ambíguas. Por um lado, a abertura política, ainda que parcial, permitiu melhorar a organização das atividades políticas e sindicais. Como afirma Frankel (1981, p. 156 - tradução nossa): “Provavelmente o aspecto mais emocionante da vida política no período pós-Outubro foi a liberdade de expressão agora permitida em um grau muito maior do que antes”. Reuniões políticas eram organizadas diariamente, novos jornais publicados e os sindicatos ganhavam novos membros. Por outro lado, a publicação trouxe mudanças na situação política do Império. Com as concessões do Manifesto, Nicolau II conseguiu recuperar um pouco do apoio social perdido ao longo das manifestações, uma vez que atendia parte das demandas exigidas pelos opositores.

Em dezembro de 1905, o governo divulgou os detalhes do funcionamento da eleição legislativa marcada para março de 1906. A regulação das eleições era amplamente desfavorável às classes mais pobres. Apenas os trabalhadores de fábricas com mais de cinquenta funcionários poderiam participar do sufrágio, limitando o direito de voto de milhões de operários e, além disso, a eleição era indireta. O eleitorado foi dividido em quatro grandes grupos, os quais escolhiam “eleitores de primeira classe”, que, por sua vez, elegiam os deputados. A relação entre o número de votantes comuns e o de eleitores de primeira classe variava de acordo com a categoria. Na fundiária, a proporção era de 1:2000; na chamada categoria “urbana” (das classes urbanas propriamente ditas) era de 1:4000; na camponesa, 1:30.000; e na operária, 1:90.000 (BLOBAUM, 1992, p. 211). Era evidente que a legislação eleitoral visava controlar o resultado das eleições legislativas, garantindo à Duma, que era restrita, um perfil conservador alinhado ao czarismo. Nicolau II, considerado o “poder autocrático supremo”, foi declarado sagrado e inviolável, o único que podia propor mudanças nas Leis Fundamentais, detendo, portanto, poderes executivos completos (LEVIN, 1966, p. 14).

Com maior legitimidade social, o governo também pode aumentar a repressão, que em pouco tempo ganhou proporções de uma

³ O texto do manifesto está disponível em: <https://www.marxists.org/history/ussr/events/1905/october-manifesto.htm>. Acesso em: 18/05/2024.



contrarrevolução. Luxemburgo acompanhou de perto a Revolução de 1905, tanto em sua fase ascendente quanto em seu declínio. No fim de dezembro de 1905, foi à Polônia, onde acabou presa em março de 1906. Após a atuação da social-democracia alemã para liberá-la, foi para a Finlândia, de onde pode retornar à Alemanha. Nesse período, Luxemburgo escreveu a brochura “Greve de massas, partido e sindicatos”, e que tinha por objetivo convencer a militância do SPD, em particular os sindicalistas, da relevância política da tática da greve de massas. Outra referência do período, ainda que menos conhecido, é o conjunto de textos “Em um momento revolucionário, o que vem a seguir?”, escrito em polonês e publicado na revista da SDKPiL entre 1905 e 1906.⁴

À medida que a contrarrevolução avançava, contudo, a reflexão de Luxemburgo passou a se concentrar sobre um outro aspecto: como explicar a retirada das massas que, entre 1905 e 1906, haviam feito tremer os fundamentos do Império Russo? Essa questão aparece desenvolvida no artigo “Lições das três dumas”, publicado em 1908, o qual analisaremos na próxima seção.

2. Do impasse político à ação: a importância do texto “Lições das três Dumas”

Após a consolidação da contrarrevolução, Rosa Luxemburgo passou a refletir sobre os motivos pelos quais a Revolução iniciada em 1905 não tinha chegado a seus objetivos de finalmente derrotar o czarismo e implantar uma república democrática. “A lição das três Dumas”, texto publicado na revista teórica do SDKPiL, “Przegląd Socjaldemokratyczny”, em maio de 1908, aponta para o drama da social-democracia do Império após a derrota.

E, bem, nos encontramos novamente naquele típico ciclo vicioso no qual a atividade socialista estava presa nos longos

⁴ Em 1905 e 1906, Luxemburg publicou três artigos relacionados em polonês com o mesmo título: “Z doby rewolucyjnej. Co dalej?” (Em uma hora revolucionária, o que vem depois?). O primeiro foi publicado na edição de abril de 1905 do Czerwony Sztandar, nº 25, pp. 1-4. O segundo foi escrito como um suplemento da edição de maio de 1905 do Czerwony Sztandar, nº 26, na forma de um panfleto publicado em Cracóvia. O terceiro foi escrito enquanto ela estava na prisão, entre março e abril de 1906, e foi publicado como um panfleto em no Czerwony Sztandar em junho de 1906 (HUDIS, REIN, 2022).



anos antes da revolução: As fileiras revolucionárias respondem à repressão do absolutismo com um silêncio fraco. Mas como se pode quebrar essa fraqueza e chamar a resistência, quando se tornou impossível para as fileiras revolucionárias se reunirem, agirem e se dirigirem por falta desses mesmos direitos e liberdades? Assim, a social-democracia está novamente diante de uma esfinge que se eleva até a superfície da sociedade toda vez que a força criativa da revolução se afunda em suas profundezas e se esconde nas fundações: esta esfinge é a imobilidade das massas. [...] Como a classe trabalhadora apenas se retira e fica quieta, a fadiga e a fraqueza parecem ser seu estado "natural", e a tarefa de conduzi-la deste estado pertence à Social-Democracia - uma tarefa insolúvel, como a face de pedra de uma esfinge (LUXEMBURG, 2022, p. 376 - tradução nossa).

Para além das restrições impostas à Duma, as eleições legislativas ocorreram sob a vigência de uma lei marcial. Não era de espantar que a maioria dos partidos socialistas do Império Russo tivessem decidido boicotar as eleições legislativas para a primeira Duma, cujos trabalhos foram abertos no dia 27 de abril de 1906 e durou 73 dias, até 8 de julho, quando foi dissolvida pelo czar Nicolau II em um esforço para manter seu poder. O partido que ganhou a maioria dos assentos na Primeira Duma foi o partido Constitucional Democrático ("Konstitutsionno-demokraticheskaya partiya"), mais conhecido pelas letras K-D ou pelo acrônimo "Kadet", e que defendia um modelo liberal de monarquia constitucional.

A Segunda Duma esteve em sessão de 23 de fevereiro a 3 de junho de 1907 e incluiu representantes de partidos revolucionários como os bolcheviques, mencheviques e socialistas revolucionários que haviam boicotado a Primeira Duma. A dissolução da Segunda Duma, chamada na época de "o golpe de junho de 1907", ocorreu depois que o primeiro-ministro Pyotr Stolypin acusou os social-democratas de planejarem uma insurreição. Depois de alterar as leis eleitorais para conceder mais poderes aos proprietários rurais, o czar permitiu a formação da Terceira Duma, muito mais complacente, em 7 de novembro de 1907; ela foi dissolvida em 9 de junho de 1912.

O czarismo não hesitou em utilizar todos os meios de que dispunha para limitar o pouco espaço que havia cedido no período de ascensão da Revolução de 1905. Nota-se, dessa forma, uma das razões pelas quais as



massas se retiraram temporariamente da ação política. Ao não se sentirem representadas no simulacro de democracia que foi instituído, caracterizada por aspectos meramente formais mas sem dispor da capacidade de garantir avanços sociais ou de controlar as arbitrariedades políticas cometidas pelo czarismo, as massas não retomaram as ruas para defendê-la. Como menciona Rosa Luxemburgo:

O destino da Primeira Duma predeterminou o da segunda, e ainda assim a Segunda Duma não foi uma simples repetição da mesma “comédia”, mas outra fase no caminho do desenvolvimento. Convencido, após a dissolução da Primeira Duma, de que não poderia estabelecer um sistema constitucional e tomar o poder governamental por meios parlamentares, o liberalismo foi forçado a diminuir suas aspirações. [...] O resultado lógico dos experimentos da Primeira e Segunda Dumas, bem como a próxima fase de seu desenvolvimento, tinha de ser (...) a atual [Terceira] Duma. Desta vez, o funcionamento do parlamento não é apenas um meio fútil de dar um golpe revolucionário, nem é um meio de oposição liberal impotente; agora ele serve diretamente como um instrumento da contrarrevolução. Da Primeira à Terceira Duma, o sistema parlamentar passou por um ciclo completo de desenvolvimento (LUXEMBURG, 2022, p. 381-382).

Ao vincular o descenso da revolução a face democrática que foi implementada na Rússia, Rosa Luxemburgo indica que a situação política de estagnação do império não era um dado natural. tratava-se de uma consequência da frustração das massas em relação às mudanças superficiais ocorridas no sistema político Russo. Essa análise a permitia extrair duas consequências relevantes. Em primeiro lugar, as massas poderiam voltar às ruas caso percebessem a possibilidade das transformações políticas reais pelas quais lutaram durante a revolução. Em segundo lugar, se, por um lado, a farsa democrática implementada com o Manifesto de Outubro garantia a manutenção do czarismo no poder, por outro, indicava também a incapacidade dos setores liberais em manter sua autonomia política e cumprir seu projeto político de garantir uma Monarquia Constitucional efetiva. Aliada ao czarismo, a burguesia Liberal do império viu-se obrigada a restringir o escopo da sua ação política a cada momento em que o Czar decidia dissolver a Duma e convocar novas eleições legislativas dentro de



um formato cada vez mais restrito. essa redução das possibilidades políticas da burguesia liberal foi precisamente analisado e percebida por Luxemburgo que afirmava que

a atual fase de estagnação mostra não apenas a fraqueza do proletariado, mas algo mais - perdoe-me a ideia - o colapso e a desintegração do liberalismo burguês! No período entre a Primeira e a Segunda Dumas e entre a Segundo e a Terceiro, ocorreram mudanças graduais nos partidos burgueses para o lado da contrarrevolução [...] No decorrer do último ano, a burguesia russa não apenas não demonstrou desejo de estar à frente de uma "revolução burguesa", como também passou a apoiar o absolutismo (LUXEMBURG, 2022, p. 377).

Analisadas em seu conjunto, as três Dumas podiam ser compreendidas como episódios distintos da crise política do czarismo e do liberalismo, que já não conseguiam se diferenciar. A única classe que poderia portanto desenvolver uma ação política autônoma e levar a cabo a derrubada do czarismo, a implementação de uma república e de uma verdadeira democracia era, portanto, a classe trabalhadora.

O conjunto de tensões sociais e políticas que se acumulavam no império faria com que em algum momento as massas retomassem o palco da atuação política. Luxemburgo compreendia a revolução de 1905 como um momento importante da ação política da classe trabalhadora. O triunfo da contra-revolução e a manutenção do czarismo não significavam o fim da possibilidade de uma revolução socialista, uma vez que ela não se desenvolve de forma linear. De acordo com Luxemburgo:

A base de tais expectativas é a visão da revolução como um golpe estritamente político para o qual se presume que a sociedade esteja internamente pronta e totalmente madura. Toda revolução, no entanto, é uma revolução social, ou seja, a sociedade passa por um período de amadurecimento interno extraordinariamente concentrado: um período de rápida formação de classe, diferenciação e autoconsciência. O curso retilíneo do golpe político se dobra e se cruza ao longo desse processo de maturação de classe, interrompendo periodicamente a atividade revolucionária externa a fim de absorver seus resultados e reunir material para operações de longo prazo (LUXEMBURG, 2022, p. 379).



Além disso, Luxemburgo percebia que o sucesso final de uma revolução socialista é determinado não em um âmbito nacional, mas em escala mundial. Caso a classe trabalhadora tivesse conseguido tomar o poder na Revolução de 1905 mas permanecesse isolada internacionalmente, Luxemburgo percebia que o governo socialista duraria pouco tempo. Mesmo assim, o triunfo, ainda que temporário, da revolução seria fundamental, pois encorajaria a luta da classe trabalhadora em outros países e

porque, uma vez que os trabalhadores tenham o poder, eles poderão não apenas realizar as tarefas da revolução atual diretamente - realizando a liberdade política em todo o Estado russo - mas também estabelecer a jornada de trabalho de oito horas, acabar com as relações agrárias e, em uma palavra, materializar todos os aspectos de seu programa, desferindo os golpes mais fortes que puderem no domínio burguês e, dessa forma, acelerar sua derrubada internacional (LUXEMBURG, 2022, p. 392-393).

Ainda que a contrarrevolução acabasse por se impor, parte das medidas tomadas pelo governo socialista não poderiam ser completamente revertidas, sob a pena de incitar um novo período de ação política revolucionária. Assim, o período seguinte de lutas da classe trabalhadora poderia partir de um patamar material e politicamente superior. O fortalecimento da atuação da classe trabalhadora é, portanto, mais importante para o avanço das conquistas políticas e sociais do que a estabilidade das "instituições democráticas", uma vez que "uma 'constituição' não é uma declaração no papel, mas uma relação material de forças que é mais forte do que a aparência ideológica das coisas" (LUXEMBURG, 2022, p. 385). Logo, para Luxemburgo, o caminho da revolução seria marcado por vitórias e derrotas,

no entanto, por nenhum outro caminho o proletariado internacional inteiro pode marchar para sua vitória final. Devemos propor a revolução socialista não como um salto repentino, concluído em vinte e quatro horas, mas como um período histórico, talvez longo, de turbulenta luta de classes, com intervalos breves e prolongados (LUXEMBURG, 2022, p. 393).



Se a ação política da classe trabalhadora ocupa um lugar central na reflexão de Luxemburgo em “Lições das três Dumas”, não se pode deixar de perceber que, por vezes, a certeza que a autora deposita na revolução socialista aparece amparada em certa interpretação economicista, marca dos seus primeiros textos (LOWY, 2021, p. 16). Luxemburgo afirma que, no caso do Império Russo,

a ação revolucionária e a vitória proletária tornaram-se historicamente inevitáveis, exatamente na mesma medida em que a abolição do absolutismo é uma necessidade histórica, ou seja, como o resultado inevitável e condição do desenvolvimento capitalista da Rússia. Esse mesmo desenvolvimento capitalista que tornou essencial tanto o sistema burguês moderno quanto a atual “revolução burguesa” na Rússia também tornou a vitória revolucionária e a ditadura do proletariado, como demonstraram os acontecimentos dos últimos três anos, instrumentos essenciais dessa revolução (LUXEMBURG, 2022, p. 387).

Se o entusiasmo pelo avanço da Revolução fez a análise de Luxemburgo se distanciar da rigidez inerente ao esquema “base - superestrutura”, a passagem da Primeira à Terceira Dumas trouxe-a de volta ao refúgio da “dialética histórica”, segundo a qual a revolução estaria inscrita no acirramento das contradições da economia capitalista (LOUREIRO, 2019, p. 103). Tudo se passava como se no período revolucionário, marcado pela ação espontânea das massas, que eletriza e chacoalha até a parte mais inerte da classe trabalhadora, a realidade se deslocasse do formato normal de funcionamento. Se no período “normal”, a economia ditava as possibilidades da política, na revolução, a fronteira entre ambas seria superada. Então, na contrarrevolução, uma vez imposta “a ordem”, a economia recuperaria sua primazia.

Conclusão

A reflexão de Luxemburgo sobre o contexto político do Império Russo após a derrota da Revolução de 1905 pode lançar luz sobre os desafios políticos contemporâneos, ainda que, evidentemente, não seja possível extrair uma solução pronta. Há três pontos que, em particular, merecem atenção. Em primeiro lugar, a inação das massas não é um dado



permanente. As tensões crescentes do funcionamento do modo de produção capitalista tendem a gerar revoltas cujo potencial de ruptura não pode ser menosprezado.

A Revolução Russa de 1917 é um exemplo disso. A explosão revolucionária, tão esperada desde o “ensaio geral” de 1905 se apresentara. No dia 23 fevereiro, dia 08 de março pelo calendário gregoriano, as mulheres organizaram uma manifestação no dia Internacional das Mulheres, que acabou mobilizando uma multidão que tomou as ruas de Petrogrado por dias. A Quarta Duma, cujo mandato já havia se encerrado, apelou ao czar para que nomeasse um novo gabinete ministerial e pediu que a legislatura não fosse encerrada até que a crise social fosse debelada, sem obter sucesso em nenhum dos seus pleitos.

Em visita ao quartel general do exército em Mogilev, atual Bielo-Rússia, o czar limitou-se a enviar um telegrama para a polícia da cidade exigindo que a desordem fosse controlada imediatamente. Contudo, em franca decomposição, as forças policiais não conseguiram conter o avanço dos protestos e a guarnição militar deslocada para a capital somou-se a eles. No dia 28 de fevereiro, o comandante militar da capital informou ao czar que a multidão havia tomado controle das estações de trem, suprimentos militares e toda a cidade. A guarnição tinha poucos soldados sob seu comando e os telefones já não funcionavam (FITZPATRICK, 1994, p. 44).

Com o apoio de um comitê da Duma, o alto comando do exército propôs ao czar que abdicasse como forma de debelar a multidão que ocupava Petrogrado. Assim, no dia 02 de março o czar abdicou em favor do seu irmão, que, contudo, não chegou a assumir o trono. Dessa forma, a Rússia deixava de ser uma monarquia e um auto-nomeado “governo provisório” se encarregou de administrar o país até a convocação de uma Assembleia Constituinte, que deveria determinar a futura forma de governo do país (FITZPATRICK, 1994, p. 45).

Há outros exemplos mais recentes que indicam que não existe passividade política permanente. A “primavera árabe”, em 2011, sacudiu vários regimes aparentemente “estáveis”. A partir do fim de 2018, explode no Sudão um segundo ato da “primavera”, disparado pelo aumento do preço do pão, derrubando o ditador al-Bashir, com trinta anos à frente do Estado, após mil mortos. Na Argélia, na sequência, o Hirak (“movimento”) contra mais um mandato para o presidente Boutleflika (que já estava há vinte anos



e que desistirá de sua empreitada) e no Egito novamente em setembro de 2019 (TIBLE, 2021, p. 13).

O segundo ponto relevante que podemos extrair das formulações de Luxemburgo diz respeito aos limites da saída contrarrevolucionária. Ao adotá-la, a classe dominante indica que já não pode oferecer uma alternativa política que se apresente como universal. Trata-se, portanto, de uma constatação de fragilidade da ordem estabelecida que depende cada vez mais da repressão (LUXEMBURG, 2022, p. 378).

O terceiro aspecto diz respeito à ação que eventuais governos socialistas devem adotar. Ainda que temporários e sob a ameaça da contrarrevolução, cabe aos governos socialistas aplicar ao máximo possível um programa de avanços sociais e de fortalecimento político da classe trabalhadora. Assim, Luxemburgo lança um alerta sobre os riscos de uma pactuação com a classe dominante em troca de uma suposta estabilidade das “instituições”, a qual a própria classe dominante não hesita em sabotar.

Não se pode ignorar, contudo, que a situação atual também guarda diferenças relevantes em relação ao período em que Luxemburgo desenvolveu suas reflexões. Os grandes partidos socialistas de massa já não possuem o mesmo tipo de capilaridade de outrora e a utopia de uma revolução socialista que permita a superação do modo de produção capitalista foi duramente desacreditada após a queda do socialismo real. O avanço do individualismo e de diferentes tipos de opressões, como o racismo, o machismo e a xenofobia, têm se combinado na defesa do capitalismo, o qual já não se pode descolar de uma dimensão moral e social reacionária. Esses aspectos, combinados à crise ecológica, reforçam a constatação de que o modo de produção capitalista se combina já há algum tempo com a barbárie, cuja alternativa, como ressaltou Luxemburgo, é o socialismo.

Referências

- ABRAHAM, Richard. **Rosa Luxemburg: A Life for the International**. New York: Berg Publishers, 1989.
- BLOBAUM, Robert. The SDKPiL and the Polish Question (Revisited). In: Morison John (eds). **Eastern Europe and the West**. Selected Papers from the Fourth World Congress for Soviet and East European Studies, Harrogate, 1990. London: Palgrave Macmillan, 1992, p. 207-218.



- FITZPATRICK, Sheila. **The Russian Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1994
- FRANKEL, Jonathan. **Prophecy and Politics**. *Socialism, Nationalism and the Russian Jews, 1862-1917*. London: Cambridge University, 1981.
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HUDIS, Peter; REIN, Sandra (eds.). **The Complete Works of Rosa Luxemburg**, v. IV: Political Writings 2: On Revolution: 1906-1909. London: Verso, 2022.
- LEVIN, Alfred. **The Second Duma**; A study of the social-democratic party and the Russian constitutional experiment. Hamden: Archon Books, 1966.
- LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo, UNESP, 2019.
- LOWY, Michael. **A significação metodológica da palavra de ordem "socialismo ou barbárie"**. In: LOWY, Michael. *Rosa Luxemburg: a fagulha incendiária*. São Paulo, Alameda, 2021, pp. 13-28.
- LUXEMBURG, Rosa. **Gesammelte Werke**. v. 1.1, Berlim: SED, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. v. 1. São Paulo: Unesp, 2011.
- LUXEMBURG, Rosa. **Complete Works**. v. 4. Londres: Verso, 2022.
- MILLS, Dana. **Rosa Luxemburg**. Londres: Reaktion Books, 2020.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- TIBLE, Jean. **Política selvagem**. 2022. Tese (Livre Docência em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- ZIMMERMAN, Joshua. **Poles, Jews, and the Politics of Nationality: The Bund and the Polish Socialist Party in Late Tsarist Russia, 1892–1914**. Madison: Universidade de Wisconsin, 2004.

Recebido em 22 mai. 2024 | aceite em 27 jun. 2024



A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro no contexto da ditadura empresarial-militar e a crise da difusão da crítica marxista

Theo Martins Lubliner¹
Henrique Tahan Novaes²

160

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever o processo de ideologização do pensamento econômico brasileiro iniciado pela ofensiva da ditadura empresarial-militar e que tem se materializado hoje tanto no neoliberalismo stricto sensu como em suas variantes, como o caso do chamado neodesenvolvimentismo, bem como apontar os desafios do marxismo para se consolidar como a superação positiva da Economia Política Brasileira.

Palavras-chave: Ideologia; Pensamento Econômico Brasileiro; Ditadura Militar; Desenvolvimentismo. Marxismo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo describir el proceso de ideologización del pensamiento económico brasileño iniciado con la ofensiva de la dictadura empresarial-militar y que se ha materializado hoy tanto en el neoliberalismo stricto sensu como en sus variantes, como es el caso del llamado neodesarrollismo, así como señalar los desafíos del marxismo para consolidarse como la superación positiva de la Economía Política Brasileña.

Palabras clave: Ideología; Pensamiento Económico Brasileño; Dictadura Militar; Desarrollismo; Marxismo.

Abstract

This article aims to describe the process of ideologization of Brazilian economic thought initiated by the offensive of the business-military dictatorship and which has materialized today both in stricto sensu neoliberalism and in its variants, such as the case of the so-called neodevelopmentalism, as well as pointing out the challenges of marxism to consolidate itself as the positive overcoming of the Brazilian Political Economy.

Keywords: Ideology; Brazilian Economic Thought; Military Dictatorship; Developmentalism; Marxism.

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Doutor em Educação pela UNESP, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) | theolubliner@gmail.com

² Professor e coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP/Marília. | hetanov@gmail.com



Introdução

Karl Marx e Friedrich Engels foram os primeiros autores a se ocuparem do estudo sobre o processo de “decomposição” da Economia Política enquanto ciência burguesa que teria ocorrido pela transição do ciclo histórico da burguesia enquanto uma classe revolucionária – encerrado em 1848 – para uma classe conservadora (NETTO, 2020).

Entre os autores marxistas que se aprofundaram nessa temática – como Rosa Luxemburgo (2019[1908-1918]) e Issac Rubin (2014[1926]) – György Lukács cunhou o conceito “decadência ideológica da burguesia” para representar o desmonte de todo o pensamento burguês, sobretudo o científico que se constituía enquanto a sua principal arma ideológica³. Segundo Lukács (2010[1934]), o processo de decadência ideológica levou os(as) pensadores(as) de origem burguesa aos seguintes desfechos: à simples submissão apologética, no caso da grande maioria; ao fracasso trágico daqueles dotados de grandes qualidades mas incapazes de enfrentar intelectual e moralmente as contradições impostas pelo aguçamento da luta de classes; ao choque de ideólogos honestos com sua própria classe e o que levou ou não a uma adesão consciente à luta proletária; e, em casos mais raros, à ruptura completa intelectual e moralmente, levando a posições radicais e revolucionárias.

No campo da economia a síntese do processo de decadência ideológica da Economia Política foi a teoria neoclássica do final do século XIX e que representou a tentativa de justificação do domínio burguês diante das sucessivas crises e ebulição da luta de classes. Ainda que em meados do século XX tenham ganhado importância as formulações keynesianas para a burocracia do Estado capitalista administrar suas crises, ela representou apenas um sobre fôlego diante do avassalador neoliberalismo que, como

³Nos termos de Lukács, já no início do século XX, “No período de ascensão [da ciência burguesa], as grandes descobertas científicas – de Copérnico a Darwin – foram importantes momentos da transformação revolucionária da consciência das massas. Hoje, ao contrário, as grandes descobertas da ciência moderna nos países capitalistas afirmam-se quase sempre passando pelo filtro da filosofia reacionária. Se elas são popularizadas e penetram na consciência das massas, isto não ocorre sem que sejam deformadas num sentido relativista e idealista. O relativismo, a luta contra a aplicação do princípio de causalidade (substituído pela probabilidade estatística), o “desaparecimento” da matéria: tudo isto é utilizado em larga escala visando difundir um relativismo niilista e um misticismo obscurantista.” (2010[1934], p.120)



pura ideologia, aproximou-se do negacionismo científico – o mais alto grau da vulgaridade – se tornando não só a Economia da miséria mas também a miséria da Economia.

Por outro lado, como contradição desse processo de decadência, assistiu-se ao florescimento do marxismo como a ciência da nova classe revolucionária, o proletariado. Isso porque, enquanto a burguesia abandonava gradativamente sua bandeira revolucionária de liberdade, igualdade e fraternidade, parte dos escritos da Economia Política passaram a ser apropriados pelo proletariado para denunciar o fato de que a exploração passou a ser também exercida pelos burgueses sobre eles dado que a origem da exploração estava na propriedade de todos os meios de produção e não só da terra. Daí em diante ganhou corpo o marxismo não só pelas novas elaborações teóricas mas pela sua capacidade de alterar os rumos da História.

Pode-se dizer que o pensamento econômico brasileiro sofreu processos e desfechos semelhante aos vistos no restante do mundo, porém, de uma forma *sui generis*. Isso porque, como já consolidado na literatura especializada, o capitalismo brasileiro se desenvolveu com características próprias mas sob comando imperialista. O pensamento econômico brasileiro, que não haveria de contrariar a dinâmica geral da luta de classes, foi fundamentado na ideologia do desenvolvimento difundida após a Segunda Guerra Mundial e em ideologias neoliberais e ultraliberais a partir dos anos 1990, conforme veremos nas próximas seções.

A origem do pensamento econômico brasileiro

A Economia Política teria começado a ser difundida no Brasil ainda no período colonial na virada do século XVIII para o XIX (ROCHA, 1993). No entanto, diferente do que ocorria na Europa, as contribuições econômicas para a ampliação da riqueza nacional foram recebidas e reformuladas de dentro do Estado aristocrático e não por uma burguesia ascendente. Ao depositarem nas teses de Adam Smith a chave para o progresso material, os letrados da colônia passaram a difundir as suas ideias como instrumento necessário à qualificação de uma nova estrutura burocrática que se formava com a chegada da família real à colônia em 1808. Assim, enquanto na Europa a Economia Política era a ciência da burguesia que fazia frente à



aristocracia, no Brasil, ela se tornou a “ciência” da monarquia dentro da colônia, onde a burguesia e o trabalho assalariado eram ainda incipientes.

Distorcendo os escritos sobre o entrave causado pela classe rentista e sobre a importância da indústria e do assalariamento para o progresso material no modo de produção capitalista, José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) fora o responsável pela transformação do arcabouço teórico da Economia Política em um simples instrumento técnico para qualificação da burocracia ilustrada do governo. Foi, portanto, de forma mimetizada mas *sui generis*, que as ideias econômicas europeias foram difundidas no Brasil ao longo do Império e da Primeira República.

Seria somente no século seguinte, com o processo de industrialização que se iniciou a partir da década de 1930, que se intensificaria a necessidade de um entendimento mais complexo dos aspectos econômicos propriamente brasileiros, demandado, agora sim, por uma nascente burguesia. Em boa medida (pelo menos no campo intelectual) esse esforço foi influenciado pelas contribuições da Economia Política já que seus autores estavam empenhados em desenhar os caminhos para superação dos problemas da formação nacional, o que passava, necessariamente, pela questão da industrialização. Encabeçado por intelectuais preocupados em entender a história do Brasil, as raízes coloniais e a formação do Brasil-nação, esses debates tiveram figuras notáveis como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., conhecidos como a “geração de 30” e que desempenhou papel fundamental para a desmistificação da retórica liberal (CÂNDIDO apud HOLANDA, 1999).

Como consequência desse processo é que passou a surgir na década de 1940 um pensamento econômico propriamente brasileiro, ou a Economia Política Brasileira – EPB (MANTEGA, 1984), também como desfecho do desenrolar da história do pensamento econômico mundial e, mais especificamente, da ideologia do desenvolvimento (PRADO, 2020), e do turbulento início do século XX.

Com a grande depressão de 1929 o tema da intervenção estatal na economia deixava de ser exclusivo da economia soviética e se tornava obrigatório também às economias de mercado que quisessem participar das novas ondas de industrializações. Em razão disso, ganhava notoriedade pública a gestão econômica como objeto da ciência e a necessidade de formação de profissionais que dominassem o tema da administração pública e da economia. Sua manifestação no Brasil se deu já no primeiro governo



Vargas (1930-1945) que acelerou o processo de industrialização por substituição de importações, estruturando um parque industrial nacional, fortalecendo o mercado interno e possibilitando a ascensão de uma burguesia industrial que demandava um processo de formação e qualificação de profissionais que dessem respostas aos desafios impostos.

O principal intelectual desse processo foi Roberto Simonsen, um defensor do intervencionismo como meio de promover a industrialização sem romper com a ordem agroexportadora antes mesmo das teses keynesianas chegarem ao país. Segundo Mantega (1984), ele foi a grande figura que se opunha a Eugênio Gudín, Otávio Bulhões e Alexandre Kafka que simplesmente reproduziam as ideias neoclássicas importadas da Europa e dos EUA.

Apesar de já existirem na década de 1950 instituições de ensino de economia, o pensamento econômico propriamente brasileiro não havia sido forjado nos círculos acadêmicos, onde só se reproduzia o pensamento liberal neoclássico (BIELSCHOWSKY, 1991). Ele começou a ser gestado nas chamadas “escolas práticas” como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), fundada em 1945, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela ONU, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1952.

Apesar de a palavra “desenvolvimento” ter começado a entrar nos debates públicos e nos discursos políticos após a Segunda Guerra Mundial, substituindo gradualmente a ideia positivista de progresso da década de 1930, seria somente a partir da década de 1950, graças à CEPAL⁴, que este conceito passaria a se hegemonizar no debate econômico brasileiro, se tornando *“o centro de gravidade das disputas políticas e intelectuais [...] se firmando como horizonte utópico, em sintonia com o arcabouço ideológico que vinha se formando nos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria”* (PRADO, 2020, p.116).

⁴A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para promover o “desenvolvimento” dos países latino-americanos em contraposição ao modelo soviético de planificação econômica. Embora ela tenha sido montada com o objetivo de difundir a ideologia do desenvolvimento, sua análise tomou rumos próprios, afastando-se da perspectiva de dominação ideológica dos EUA e *“produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento”* (FIORI em PRADO, 2020, pp.104-5).



A CEPAL teria então iniciado o debate crítico sobre o desenvolvimento nos marcos da Economia Política. Se, durante a primeira década do século XX prevalecia o debate sobre o crescimento econômico nos centros de estudos dos EUA e da Europa, na América Latina a CEPAL introduzia uma análise própria sobre esse território inaugurando o estruturalismo que incorporava os aspectos sociais e políticos ao debate (FURTADO, 1977).

O período da “controvérsia do subdesenvolvimento” deu início a um questionamento da ideia hegemônica do etapismo das teorias do desenvolvimento ao passar a perceber o subdesenvolvimento como *“um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”* (FURTADO, 2009 [1958], p. 161).

O Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/55) que, com o objetivo de estudar a aplicação dos métodos de planejamento estrutural à economia brasileira (BIDERMAN *et al*, 1996), acabou fornecendo as bases para a elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek e do Plano Trienal de Desenvolvimento do governo João Goulart (CARDOSO, 1978). Foi graças às contribuições teóricas e às pesquisas da CEPAL que a teoria do desenvolvimento pela via da industrialização passou a se sobrepor às teorias da “vocalização agrícola” brasileira, ganhando notoriedade ao ser ressignificada pelos interesses da burguesia brasileira. Esta, que se via fragilizada desde a grande depressão da década de 1930, passou a ver possibilidades de acumulação na industrialização por substituição de importações de modo a aproveitar a necessidade e a estratégia de expansão do capital internacional via Investimento Direto Externo.

Esses estudos tiveram grande importância por equacionarem os problemas locais necessários à formulações estratégicas alternativas à ordem liberal que reinava na ideologia do desenvolvimento. Foi graças ao seu corpo de *“estatuto científico”*, conquistado *“através das constatações e projeções que faziam”*, que elas puderam exercer *“influência nas definições ideológicas, na articulação das relações de forças no período e, conseqüentemente, na programação governamental”* (CARDOSO, 1978, p.384).

Apesar do grande avanço no debate sobre a realidade brasileira, o viés reformista da CEPAL não permitia avançar em termos da teoria do valor-trabalho e das contradições entre capital e trabalho ao ponto que Marx já havia chegado. Assim, ficaram presos às indefinições dos clássicos da



economia política e de uma suposta potencialidade do desenvolvimento da América Latina. Ao invés de constatar a evidente exploração preferiam crer na possibilidade de conciliação e colaboração entre as classes sociais, numa suposta “dialética do desenvolvimento”. Nesse quadro teórico, a ideia de exploração ocorria somente quando os trabalhadores eram remunerados abaixo do seu nível de subsistência e não em todo o processo de produção de mais-valor. Assim, o problema consistia na baixa remuneração que ocorria em um ciclo vicioso com a baixa produtividade do trabalho. (MANTEGA, 1984)

Essa idealização sobre o processo de desenvolvimento só era possível porque, assim como os clássicos humanistas, para os cepalinos o Estado era entendido como uma entidade relativamente neutra, com uma racionalidade própria gerida por uma burocracia capaz de sobrepor os interesses nacionais aos interesses de classe. Esse equívoco teve que ser corrigido quando o desenvolvimento capitalista brasileiro demonstrou sua capacidade de se industrializar e crescer com concentração de renda, ainda que com baixos níveis de produtividade e sub-remuneração de trabalhadores.

Assim como a CEPAL, o ISEB, criado em 1955, teve uma relevância fundamental para o pensamento econômico brasileiro, mesmo após o seu fechamento pela ditadura empresarial-militar em 1964, já que forjou e formou uma série de intelectuais e influenciou diretamente o governo JK. Entretanto, ainda que compartilhasse de alguns dos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo com a CEPAL (notadamente aqueles que definem a ideologia do desenvolvimento), o ISEB era muito mais eclético e, em sua formação, contou com um quadro consultivo bastante heterogêneo⁵.

Foi no ISEB que Nelson Werneck Sodré, que representava a “ala mais radical”, apresentou as causas do baixo nível de vida da sociedade brasileira

⁵“No momento de sua formação o ISEB contou em seu quadro consultivo com importantes intelectuais, cujo pensamento era díspar e variado, tais como Anísio Teixeira, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Sérgio Milliet, Miguel Reale, Horácio Lafer, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Heitor Villalobos e San Tiago Dantas. No início, a direção do Instituto ficou a cargo de Roland Corbisier e como responsáveis pelos departamentos específicos se encontravam Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Ewaldo Correia Lima (Economia), Cândido Mendes (História), Hélio Jaguaribe (Ciência Política) e Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), intelectuais estes que, junto com Nelson Werneck Sodré, deram a linha geral do instituto, a ponto de ficarem posteriormente conhecidos como os “isebianos históricos”. (PRADO, 2020, p.124)



como consequência do latifúndio atrasado e do imperialismo. Nesse sentido, a principal tarefa para a construção do Brasil-nação seria a liquidação total do passado colonial para conseguir iniciar uma fase de desenvolvimento capitalista. Daí surgiria a formulação da tese sobre o semi-feudalismo brasileiro que sedimentou a estratégia democrático-nacional (ou modelo democrático-burguês, como chamou Mantega, 1984) que guiaria a luta de socialistas e comunistas no país até pelo menos a década de 1960.

A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro

167

Enquanto as “escolas práticas” constituíam a EPB e eram importantes centros de formação de intelectuais e quadros para os órgãos públicos, as instituições formais de ensino de economia simplesmente reproduziam o pensamento neoclássico. Acontece que, após o golpe empresarial-militar, elas passaram a assumir o papel de únicas difusoras das ciências econômicas no Brasil graças à ignorância dos militares, ao exílio de pensadores críticos e ao prestígio de alguns economistas liberais que ocupavam cada vez mais cargos como gestores públicos, ditando os rumos das políticas econômicas.

Se, por um lado, o debate econômico nas “escolas práticas” encontrava seu ápice na questão desenvolvimentista e na problemática da formação nacional, por outro, no ambiente acadêmico os estudos econômicos circundavam o pensamento liberal e conservador. Desde muito cedo, estudiosos da economia foram enviados a universidades europeias e estadunidenses para formar o novo quadro de professores dos cursos superiores de economia no Brasil. Assim, junto aos seus diplomas eles poderiam trazer também um projeto tecnicista e economicista de ensino para as universidades e para as ciências econômicas, se tornando mais uma janela de entrada da ideologia do desenvolvimento pela ótica liberal, criando o que Furtado (2005[1959]) chamou de “inibição mental” pelo mimetismo teórico praticado por alguns desses intelectuais.

Esse processo se aprofundou após o golpe de 1964. Durante a década de 1960, além das reformas universitária e curriculares implementadas nos cursos de ciências econômicas, grande parte dos docentes dos cursos superiores em economia que haviam feito pós-graduação com bolsas da CAPES e do CNPq nas universidades de Vanderbilt, Yale e Chicago (o berço do neoliberalismo), substituindo os professores críticos que haviam sido exilados.



Nesse sentido, o golpe de 1964 teria significado uma inflexão da constituição do pensamento econômico pelo desmonte da importância das “escolas práticas” e, portanto, do pensamento nacional-desenvolvimentista, marcando a supremacia dos “intelectuais pragmáticos”, adeptos da “estratégia” do desenvolvimento dependente e da influência direta do pensamento estadunidense em detrimento da originalidade da EPB que vinha se consolidando. Esse processo contínuo de incorporação de teorias e práticas metodológicas associado ao imperialismo significou a consolidação do colonialismo cultural no campo das ciências econômicas e, nesse sentido, a primeira fase de sua decadência ideológica.

Entre as grandes figuras que lideraram esse processo de hegemonização estavam Roberto Campos e Otávio Bulhões, além de Mário Henrique Simonsen pela CONSULTEC – um importante “anel burocrático empresarial” no Rio de Janeiro –, e Delfim Netto e os “delfim boys” na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e no Instituto de Pesquisa Econômica que foi fundado em 1964 com recursos financeiros e assessoria da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Fundação Ford. Mais tarde, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID e a Organização dos Estados Americanos (OEA) passaram a receber bolsistas brasileiros que, ao voltarem formados ao Brasil, dirigiam-se a instituições de ensino superior, ministérios e ao BNDE. (LUBLINER, 2017)

As raras exceções ao que vinha ocorrendo com as instituições de ensino superior e que possuíam destaque foram os institutos de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil) e da recém criada Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que incorporaram discípulos das “escolas práticas” que não haviam sido exilados ou se “autoexilado” em seus campus universitários. Porém, essas tampouco ficaram imunes do revisionismo conservador do nacional-desenvolvimentismo, próprio da decadência ideológica do pensamento econômico.

No final da década de 1960, quando o processo de industrialização subdesenvolvida já dava sinais de sobrevida e se mostrava insuficiente para resolver os problemas civilizatórios e a questão do subdesenvolvimento, alguns membros, ex-alunos e discípulos da CEPAL – que Mantega (1984)



chamou de “herdeiros do modelo de substituição de importações”⁶ –, inspirados pelo rápido crescimento da economia brasileira diante da crise do projeto nacional-desenvolvimentista, iniciaram um processo de revisão teórica que marcaria a transição para um “modelo autossustentado de crescimento”. Nesse período, ganhava notoriedade também na EPB a temática da dependência impulsionada por um debate crítico (em especial da crítica marxista) mas que rapidamente seria sobreposto por um revisionismo conservador.

Os livros *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970) de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (FHC), e *Além da Estagnação* (1971) de José Serra e Maria da Conceição Tavares, representaram os marcos iniciais dessa revisão ao retirarem a superação do subdesenvolvimento do centro do debate sobre o desenvolvimento nacional como haviam feitos os teóricos da CEPAL, buscando caminhos, por dentro da ordem, de “como se desenvolver”, dando sobrevida à ideologia do desenvolvimento no espectro à esquerda, ainda que o clima já fosse de que o desenvolvimento havia se revelado um mito⁷.

A “teoria da dependência” de Faletto e Cardoso se apoiava na ideia de que os bloqueios ao desenvolvimento estavam colocados, em primeira instância, pela correlação de forças internas ao país e somente em última instância pelo imperialismo, excluindo a premissa cepalina de incompatibilidade histórica entre dependência e desenvolvimento. Portanto, se eliminada a necessidade de superação dos nexos de dependência, a “nova estratégia de desenvolvimento” pautava-se na ideia de que os países dependentes precisariam se associar ao capital internacional para impulsionar sua industrialização. Essa visão, porém, superestimava o grau de autonomia relativa das economias periféricas e sua capacidade de absorver e controlar, internamente, o ritmo e a intensidade da dinâmica capitalista. De acordo com essa nova perspectiva, não seria mais o capital estrangeiro na

⁶Mantega (1984) coloca como “herdeiros do modelo de substituição de importações”, além de Maria da Conceição Tavares, Paul Singer pelo seu debate sobre os ciclos conjunturais e Luiz Carlos Bresser-Pereira pela sua análise sobre a nova classe média.

⁷Em 1974, Celso Furtado, o principal nome brasileiro de difusão do nacional-desenvolvimentismo, faria um acerto de contas com o processo de industrialização por substituição de importações em seu livro *O mito do desenvolvimento econômico*. Nele, Furtado, ao contrário dos revisionistas, demonstra sua total descrença no desenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente.



forma de investimento direto que deveria se ajustar às determinações e necessidades da sociedade brasileira, mas o contrário. Assim, a tarefa do Estado nacional se resumiria em criar condições para que esse capital internacional optasse por se instalar em território nacional.

Essas teses, porém, não haviam sido escritas somente em resposta à crise do nacional-desenvolvimentismo e da industrialização por substituição de importações mas também às teses sobre a dependência que começavam a ser elaboradas no campo marxista por autores exilados.

Essa teoria de Faletto e Cardoso que contrapunha-se à vertente marxista, acabou se hegemonizando no campo “crítico” não só por soar agradável às classes dominantes e ao capital internacional em consonância com a ideologia do desenvolvimento, mas pela insistente investida por boicotar a possibilidade de se fomentar esse debate crítico em território nacional.

Já o texto *Além da Estagnação* foi o responsável por contestar o diagnóstico sobre uma tendência dos países subdesenvolvidos à estagnação econômica pela existência da concentração da renda e de uma superpopulação excedente. Inspirados pelo “milagre econômico” que havia conseguido conciliar, por poucos anos, crescimento e concentração de renda, os autores concluíam que, de acordo com o novo padrão de acumulação capitalista, era possível haver crescimento econômico sem distribuição do excedente social. Nos termos de Mantega, apesar de terem captado as condições internas que precederam o processo de industrialização, esses autores subestimaram a dinâmica social própria das relações de produção capitalistas e superestimaram as consequências de um “impulso do mercado consumidor” (1984, p.127). Não por acaso, alguns anos após esse texto, Tavares e Serra diriam que a concentração de renda era socialmente perversa mas funcional ao crescimento econômico (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2005), concordando com a velha tese neoclássica, regredindo em relação ao avanço que as teses nacional-desenvolvimentistas haviam significado para a EPB.

Ainda que não intencionalmente em um primeiro momento, esses autores passaram a desvincular o debate sobre a erradicação da pobreza como condição econômica necessária à superação do subdesenvolvimento, considerando-a uma questão simplesmente moral, associada apenas ao anacronismo herdado do período colonial. Supôs-se, assim, que essa superpopulação marginalizada não era condição necessária à perpetuação



do subdesenvolvimento capitalista na periferia mas um simples resíduo histórico. Nesse sentido, esses textos começaram a estabelecer o divórcio entre acumulação e distribuição do excedente social, marcando uma ruptura em relação ao modo de interpretar as contradições entre o desenvolvimento nacional e as heranças do período colonial, contribuindo para a perpetuação da ideologia do desenvolvimento na EPB. Ao reduzir a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista, ou seja, de crescimento, acumulação e “modernização”, e ao confundir desenvolvimento capitalista com desenvolvimento nacional, essa releitura retrocedeu sua análise ao ocultar os problemas estruturais associados ao subdesenvolvimento que já estavam presentes na análise nacional-desenvolvimentista original.

Como desdobramento dessas teses revisionistas conservadoras, enquanto *“no interior da Cepal, a crítica abriu espaço para a cristalização do neo-estruturalismo – o braço latino-americano do neoliberalismo; no Brasil, a tradição cepalina metamorfoseou-se na perspectiva do capitalismo tardio – uma defesa da industrialização capitalista retardatária”* (SAMPAIO JR., 1997, p.39).

A aceitação por parte dos revisionistas da agora “Nova CEPAL” de que a industrialização não seria mais possível nos países periféricos levou a um completo abandono dos planos por realizá-la. A nova “estratégia de desenvolvimento” agarrava-se ao diagnóstico de que a ordem econômica mundial havia aberto nichos de mercados (as famosas “janelas de oportunidades”) onde os países periféricos poderiam obter ganhos de competitividade e, assim, combater o problema da equidade. A ideologia do desenvolvimento cumpria assim o seu papel original e fundamental ao renovar o desenvolvimento como horizonte utópico (cada vez mais distante) promovendo agora sim uma aceitação passiva da ordem, uma vez que a estabilidade (isto é, a inflação controlada) se transformou em condição básica necessária ao crescimento econômico.

Já a sobrevida do desenvolvimento como horizonte alcançável se fez pela perspectiva do capitalismo tardio que teve como tese inaugural o texto *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira* (1975) de João Manuel Cardoso de Mello. Este representou uma mudança na forma de explicar a trajetória da industrialização nas economias de origem colonial ao reconstruir a história



econômica dos países latino-americanos a partir do nascimento e do desenvolvimento de “capitalismos tardios”.

Essa tese formou a base da perspectiva do capitalismo tardio que seria ainda composta por uma série de outros escritos⁸ que renovariam a ideologia do desenvolvimento através da sofisticação da análise da EPB com a incorporação de obras de autores renegados pelo debate hegemônico como Karl Marx, Rudolf Hilferding, Josef Steindl, Joseph Schumpeter, Mikail Kalecki e mesmo John Maynard Keynes (PRADO, 2020). Porém, ao adotarem determinada periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, as teses da perspectiva do capitalismo tardio acabaram concluindo que esse país havia finalizado sua revolução industrial – alcançando os “desafios” impostos pela Segunda Revolução Industrial a partir dos “cinquenta anos em cinco” do Plano de Metas – e autodeterminado seu padrão de acumulação com a implementação da indústria de bens de capital.

Essa perspectiva acabou subestimando tanto a força de destruição criadora da inovação em favor de uma suposta capacidade do Estado em promover o desenvolvimento tecnológico através de políticas econômicas capazes de atrair capital, investimentos e novas tecnologias, como o grau de autonomia dessas economias dependentes para realizá-las. A ênfase nos obstáculos técnicos e financeiros que bloqueavam o acesso à tecnologia, além de abstrair outros fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento, desconsiderava a incerteza estrutural decorrente da crescente mobilidade do capital em uma economia mundial cada vez mais globalizada. Aliada a essa ideia e baseando-se na noção de que o mercado interno havia se tornado

⁸Em definição sobre a perspectiva do capitalismo tardio, Sampaio Jr. escreveu: *“Estamos agrupando na perspectiva do capitalismo tardio um conjunto de autores que têm uma visão comum sobre o processo de industrialização, compartilhando o mesmo conceito de industrialização, a mesma forma de interpretar os fatores internos e externos responsáveis pelo movimento da economia brasileira e a mesma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, periodização que os levou a concluir de que o Brasil havia concluído a revolução industrial e autodeterminado seu padrão de acumulação. [...] Entre os trabalhos seminais da perspectiva do capitalismo tardio, cabe mencionar, CANO, W. - Raízes da concentração industrial em São Paulo, 1977; Idem. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, 1985; AURELIANO, L. No limiar da industrialização, 1981; DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses, 1985; TAVARES, M.C.T. Acumulação de capital e industrialização no Brasil, 1985; TAVARES, M.C.T. - Ciclo e Crise, 1978; LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento (1974-1976): sonhos e fracassos, 1978; BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, 1982 e 1983, 2v”* (SAMPAIO JR., 1997, p.49-50).



espaço estratégico de concorrência capitalista internacional, a crença de que a constituição da indústria de bens de capital seria capaz, por si só, de resolver os problemas sociais brasileiros, acabou esvaziando a ideia de uma Revolução Democrática como condição indispensável para o desenvolvimento capitalista nacional, ocultando os mecanismos que garantiam a perpetuação do capitalismo dependente⁹. Além de marcar uma resignação teórica dos interesses nacionais aos desígnios do capital estrangeiro que já comandava o núcleo estratégico da industrialização nos países periféricos e reduzir o conceito complexo de subdesenvolvimento às ideias simplistas de pobreza e atraso, passou-se a excluir, gradativamente, a necessidade de reformas estruturais profundas que mudassem radicalmente a estrutura social no Brasil.

A perspectiva do capitalismo tardio acabou levando às últimas consequências o movimento de revisão das teses nacional-desenvolvimentistas. O resultado, em um primeiro momento, foi reduzir o debate do desenvolvimento econômico à capacidade do Estado nacional em mobilizar capital para destiná-lo ao setor produtivo industrial. A crença nas virtudes da criação de uma indústria de bens de capital acabou deslocando a preocupação iniciada pela CEPAL de formação nacional para preocupações de cunho macroeconômico de como administrar as oportunidades abertas pelo capitalismo autodeterminado, como se a próxima tarefa histórica do país fosse buscar formas de financiamento para sobrepujar o atraso tecnológico e criar condições para melhorar os padrões de consumo do

⁹Esse aprofundamento do movimento revisionista levou à ideia de que não havia ligação direta entre o problema da marginalidade social e o processo de industrialização levado a cabo até então, entrando em choque direto com a tradição cepalina de integração da superpopulação excedente no mercado de trabalho como pré-requisito para a constituição de um sistema econômico nacional. Assim, o debate a respeito da população excedente deixou de ser importante, uma vez que o investimento e os gastos do governo poderiam cobrir essa demanda por trabalho. “A premissa subjacente é que a industrialização pesada tenderia a absorver gradualmente a superpopulação excedente e que a geração de escassez relativa de trabalho no segmento formal criaria condições para aumentos sistemáticos de salário real” (SAMPAIO JR., 1997, p.51-52). Reduzindo a questão das assimetrias do mercado à problemática da demanda efetiva – categoria estabelecida para tratar de questões de curto prazo caracterizada pela presença de capacidade ociosa em economias abundantes que sobredetermina o multiplicador da renda – ocultou-se uma das principais problemáticas do capitalismo retardatário já explicadas por Furtado: a incapacidade de generalizar os padrões de consumo dos países centrais na periferia.



conjunto da população. Além disso, ignorou-se o debate sobre o imperialismo, abordando a economia e o Estado brasileiros apenas em suas especificidades, sem relacioná-los ao desenvolvimento do sistema interestatal capitalista (PRADO, 2020).

Se, na prática, a perspectiva reformista do capitalismo tardio foi confrontada e derrotada pela dura realidade política durante o Plano Cruzado, como uma superação negativa do nacional-desenvolvimentismo¹⁰ ela contribuiu ainda mais para a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.

A partir da década de 1980, à exceção do esforço dos herdeiros da crítica marxista da Economia Política, dos fiéis defensores do nacional-desenvolvimentismo extemporâneo e daqueles que insistiam em negar que o modelo de industrialização adotado aprofundou a dependência (tecnológica e financeira) e o subdesenvolvimento (aumento da pobreza e da miséria, expropriações das populações camponesas, inchaço de grandes cidades, aumento da violência etc.), o debate sobre o desenvolvimento econômico e da dependência nos meios intelectuais e institucionais foi perdendo força. Como fruto do domínio mundial do pensamento neoclássico e como consequência da decadência ideológica da EBP, hegemonizava-se o ideário neoliberal reducionista sobre maior ou menor participação do Estado na economia a fim apenas de controlar a inflação, fechar o balanço de pagamentos e promover o crescimento econômico. Nesse período, enquanto a temática da dependência foi simplesmente abandonada, já que ela havia se tornado uma “não-questão”, o termo “países subdesenvolvidos” foi sendo gradativamente substituído por “países emergentes” ou por “países em desenvolvimento” já que, ao menos no plano lógico, o desenvolvimento já havia sido alcançado com o processo de industrialização.

¹⁰Se é possível falar em uma superação negativa, pode-se dizer que a superação positiva do nacional-desenvolvimentismo (mas, vale dizer, não da EPB), se deu por Francisco de Oliveira, em *Crítica à Razão Dualista* (1973), e por Celso Furtado no já citado *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Oliveira ao evidenciar a relação dialética e não dualista entre o moderno e o arcaico e Furtado ao reconhecer a impossibilidade de se superar o subdesenvolvimento nos marcos da dependência e que a industrialização não só resolveu os problemas sociais, como os aprofundou. Porém, “marginalizados”, ambos só deram sobrevida aos aderentes às teses nacional-desenvolvimentistas.



Como desdobramento disso, da rápida tragédia social que significaram as políticas neoliberais na década de 1990, e um *boom* de crescimento econômico mundial, surgiu nos anos 2000 a ideia de um neodesenvolvimentismo¹¹. Essa ideia de um “novo desenvolvimentismo” fora cunhada por Bresser-Pereira e utilizada para explicar os governos Lula (2003-2010) na tese de doutorado de Aloísio Mercadante, defendida em 2010 na Unicamp. Nessa perspectiva, supostamente, o PT fazia uma releitura do nacional-desenvolvimentismo da velha CEPAL da década de 1950 mas com uma especificidade: a exportação de comódites exercia, agora, papel essencial para a geração de superávit no balanço de pagamentos para que esses recursos fossem revertidos em gastos sociais e produtivos e, quem sabe, para a industrialização.

Ocorre que, os aspectos “positivos” do desenvolvimentismo só podem ser garantidos em períodos muito específicos e favoráveis ao crescimento econômico como foram, em boa parte, os dois primeiros governos de Lula. Quando isso não foi mais possível (como ocorreu já no final do segundo mandato de Dilma), sobraram apenas os aspectos “positivos” do neoliberalismo, a real substância do modelo, já que esses nunca são alterados, inibindo qualquer política expansionista que permita a distribuição de migalhas ao povo, enquanto o grande capital acumula de forma desmedida independente da conjuntura. Por isso, *“toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal”* (SAMPAIO JR., 2019, p.102) já que não põe em questão o antagonismo de longo prazo entre ambos os aspectos “positivos”.

Por isso, se o nacional-desenvolvimentismo se mostrou uma *tragédia* histórica, o neodesenvolvimentismo tem se mostrado uma *farsa* própria do processo de decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Se, por um lado, o neodesenvolvimentismo possui todas as debilidades do nacional-desenvolvimentismo, por outro, não possui nenhuma de suas virtudes. Sua real função tem sido, simplesmente, estreitar o “horizonte utópico” do desenvolvimento que se transformou em uma ideologia

¹¹Curiosamente, Marini já qualificava no final da década de 1970 as teses de Cardoso e Serra como neodesenvolvimentistas. Ele qualifica alguns dos “economistas progressistas” de neodesenvolvimentistas ao fazer uma crítica sobre a abordagem que vinha se fazendo sobre o desenvolvimento na América Latina a partir da recessão de 1974-1975 em seus textos *Las razones del neodesarrollismo* (1978) e *América Latina ante la crisis mundial* (1981)(PRADO, 2020, p.166)



tecnocrática, sem qualquer capacidade de mobilização das forças sociais por esse projeto (FIORI apud PRADO, 2020, p.170), arrastando assim o seu projeto político da estratégia democrático-popular que havia sido forjada nas lutas das classes trabalhadoras nos anos de 1980¹².

A crítica marxista da Economia Política Brasileira

176

Pode-se dizer que o marxismo, enquanto uma doutrina, começou a penetrar no Brasil somente no início do século XX como desfecho das resoluções da III Internacional Comunista iniciada em março de 1919 e pela fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (atual PCB) em 1922¹³. Abriu-se, assim, um canal direto da doutrina marxista, em especial pelas contribuições de Lenin¹⁴, que colocava especial ênfase na organização (o Partido), na sua estrutura e na perspectiva sobre o processo de formação política e de consciência de classe, o que perpassava pela criação de uma imprensa sólida, pela publicação de jornais e revistas. Assim, o marxismo, distante dos espaços formais e acadêmicos, adentra no Brasil diretamente relacionado à prática e à ação revolucionária.

Na década de 1930, apesar das recorrentes ofensivas da ditadura de Vargas, o PCB passou a publicar o jornal *A Classe Operária*, difundindo o marxismo não só ao operariado mas também entre estudantes, militares, intelectuais e artistas. Nesse bojo que, como forma de combate ao fascismo,

¹²Nos termos de Sofia Manzano, *“Apesar de festejados por amplos setores progressistas da sociedade, principalmente por aqueles autodenominados neodesenvolvimentistas, as perspectivas apontadas por essa nova escola não alcança sequer os postulados dos socialistas fabianos do final do século XIX, quando abandonaram a perspectiva revolucionária para concentrar na reforma do capitalismo. O conteúdo moral, além da baixa eficácia das políticas apresentadas, o arcabouço teórico agora exaltado representa muito mais um poderoso instrumento ideológico de contenção da luta de classes, não em termos da redistribuição do produto, como queriam os antigos reformistas, mas em criação de instrumentos de convencimento de que é possível, e até desejável, a convivência de diferentes padrões de bem-estar, com um forte conteúdo subjetivo.”* (2021, p.25)

¹³O Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista – nome de registro, era chamado de Partido Comunista do Brasil e utilizava-se a sigla PCB. Em 1961 o seu Comitê Central rebatizou o partido de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB.

¹⁴Muitos textos de Lenin chegaram ao país antes mesmo dos do próprio Marx.



fundou-se a Aliança Nacional Libertadora que reuniu comunistas a outros democratas e simpatizantes socialistas. Nesse período ampliaram-se ainda mais as publicações, como boletins sindicais e estudantis, revistas culturais, além de inúmeros jornais diários.

Com a hegemonização do stalinismo após a Segunda Guerra Mundial, as publicações limitavam-se a traduções de textos estrangeiros, em sua maioria soviéticos, distanciando-se das discussões teóricas sobre os problemas brasileiros. Além disso, boa parte dos principais quadros do PCB ia se formar na Escola de Formação Política para Quadros da URSS, conhecida como Escola Superior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Apesar da grande eficiência e do impacto de difusão do marxismo e multiplicação de militantes no país durante as décadas após o surgimento do PCB (de 1945 a 1947 saltou de menos de 7 mil filiados a mais de 200 mil), até a pelo menos a década de 1960 a formação política do PCB ficava subordinada a apenas uma linha de ação (IASI, 2004, p.7).

Até esse período era feita uma leitura "etapista" sobre as teses de Lenin e Manabendra Nat Roy na III Internacional para os países coloniais e atrasados sobre a necessidade de aliança entre o nascente proletariado e a burguesia industrial para o desenvolvimento das forças produtivas e de implementação de liberdades democráticas básicas. Entretanto, mesmo em seu livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* de 1905, onde Lenin propôs a revolução democrático-burguesa para a Rússia czarista, ainda que apontasse uma estratégia de promover liberdades democráticas viáveis numa sociedade burguesa como o sufrágio universal e a organização sindical e partidária, ele nunca defendeu que esse processo devesse promover os interesses econômicos da burguesia e, muito menos, que ele fosse conduzido por esta classe. Além disso, as teses de Lenin reconheciam a diversidade colonial e recomendavam a autodeterminação das nações e que cada partido comunista deveria elaborar sua estratégia revolucionária a partir de suas peculiaridades, desaconselhando qualquer leitura mecanicista e economicista. (MANTEGA, 1984)

Além da estrutura social e das relações de produção no Brasil serem muito diferentes da russa, o processo de condução da industrialização nesse país estava sendo feito pela ditadura do proletariado e não por uma burguesia industrial e nacionalista. Foi por esse entendimento economicista



que seria facilitada uma posterior adequação à ideologia do desenvolvimento por parte dos comunistas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da ditadura de Vargas em 1945, e pelo avanço das liberdades democráticas no mundo capitalista e do socialismo no cenário internacional, ganhavam maior força na década de 1950 as ideias social-democratas da possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo.

Soma-se a isso o relatório de Nikita Khrushchov no XX Congresso do PCUS, exigindo algum tipo de retratação dos partidos comunistas sobre os crimes cometidos no período anterior. No Brasil foi publicada a Declaração de Maio em 1958 em que o PCB faz uma autocrítica a respeito do dogmático e do sectarismo stalinistas. Nesse documento, em uma clara adesão às ideias social-democratas, agora com o partido na legalidade, reafirmou-se a necessidade de se promover o desenvolvimento capitalista local baseado na industrialização e no fortalecimento da burguesia nacional, além de incluí-la, em papel de destaque, na frente revolucionária; declarou-se apoio à ala nacionalista do governo JK, que estaria levando esse processo a cabo; e a substituição da estratégia revolucionária da luta armada – que vinha ganhando peso nos debates internos – pela via da legalidade democrática e constitucional. (MANTEGA, 1984)

A publicação dessa Declaração demonstrou uma adequação passiva às teses nacional-desenvolvimentistas a partir da década de 1950, quando se consolida a estratégia democrático-nacional¹⁵. Já sob influência das teses isebianas, essa estratégia consistia em lutar contra o latifúndio (a suposta faceta semi-feudal no país) e o imperialismo estadunidense que eram os entraves ao desenvolvimento capitalista e à consolidação da nação, uma vez que barravam a ascensão de uma burguesia industrial vista como necessária ao desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, seria uma etapa necessária à construção do socialismo. Nessa leitura, os interesses da burguesia e do proletariado se misturavam pela existência de inimigos em comum, ficando as divergências entre essas classes em segundo plano, concluindo-se sobre uma necessidade de aliança tática. Na prática, portanto, essa estratégia se assemelhava à da CEPAL em que a prioridade seria

¹⁵Segundo Mantega (1984, p.195), a Instrução 113 da SUMOC de janeiro de 1955, provocou uma certa confusão sobre o caráter nacionalista da burguesia pois esta, incomodada com a facilidade de importação de equipamentos apenas por empresas estrangeiras, teria protestado.



viabilizar a qualquer custo a industrialização, ainda que na essência os objetivos fossem diferentes. Apesar de o horizonte ser o socialismo (o que o diferenciava da CEPAL e do ISEB), a revolução no Brasil não possuía ainda um caráter socialista e sim nacionalista e democrático, antifeudal e anti-imperialista, já que seria necessário “alcançar o desenvolvimento capitalista”, uma vez que esse seria ainda “incompleto” com relações de produção arcaicas e tipicamente feudais. Não percebiam, porém, que todas as conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias eram fruto da mobilização e da luta das classes trabalhadoras, todas elas ocorrendo à revelia da burguesia industrial, isto é, graças a pouca força dela no Parlamento e não o contrário.

A análise que havia gestado a estratégia democrático-nacional e a própria estratégia passaram a ser questionadas, promovendo os primeiros rachas no PCB. Já na década de 1950 começaram a surgir publicações independentes coordenadas por comunistas e que eram críticas às teses ainda vigentes no partido. Dentre essas iniciativas encontram-se as editoras Civilização Brasileira – que passou a traduzir e publicar textos clássicos de autores marxistas –, Brasiliense, Paz e Terra, e Zahar, que passaram a publicar textos com debates sobre problemas nacionais.

Além disso, durante a segunda metade da década de 1960, apesar da censura no país, adentravam importantes contribuições no campo marxista sobre diferentes temas e que haviam sido ignoradas, ocultadas ou boicotadas pela hegemonia stalinista, como de Trótski (e da IV Internacional), Luxemburgo, Gramsci, Lukács etc., e que passaram a arejar o pensamento crítico no Brasil¹⁶.

Ao longo da década de 1960, pela influência das revoluções chinesa e cubana e, sobretudo, pelo golpe empresarial-militar de 1964, as dissidências se ampliaram, principalmente pelos militantes que optaram pela luta armada já que o PCB não havia revisado sua estratégia, apostando em mobilizações de massa e em uma greve geral para barrar o regime autoritário. Em contraposição à postura social-democrata da estratégia democrático-nacional foram criadas outras organizações comunistas, sendo que alguns grupos reclamavam a fidelidade à concepção revolucionária original da III Internacional e contra a “desestalinização”, enquanto outras passaram a reivindicar as teses de Trótski da IV Internacional que, apesar de terem sido

¹⁶Cumpriu papel fundamental para essas traduções e publicações, sobretudo da sobras de Lukács e Gramsci, Carlos Nelson Coutinho e a Editora Civilização Brasileira.



escritas no final da década de 1930, passaram a adentrar o país mais fortemente somente na década de 1960 por coadunarem com o fracasso da estratégia democrático-nacional, visto o caráter conservador da burguesia brasileira e a sua aproximação de um regime fascista em sua associação com os militares. A tese central da IV Internacional para os países atrasados era de que não haveria qualquer possibilidade de acordo entre proletariado e burguesia para ganhos de liberdades democráticas, sendo necessário um programa para uma transição socialista de forma direta¹⁷. Além disso, a exploração colonial era o que permitia a existência do liberalismo burguês e democrático nos países ricos que podiam, assim, afrouxar a exploração de seus trabalhadores.

Também na década de 1960, em paralelo ao revisionismo das teses nacional-desenvolvimentistas, começaram a se desenvolver teses no sentido de uma superação positiva dessas que haviam contribuído para a estruturação da EPB. Apesar de Mantega (1984) enquadrar essas teses na própria EBP, mas como um “novo sistema analítico” chamado por ele de “modelo do subdesenvolvimento capitalista”¹⁸, elas representam uma inflexão ao começarem a romper com a ideia do desenvolvimento como horizonte utópico.

Nesse período, além de efervescência política, contou-se com uma renovação teórico-interpretativa que deu novo fôlego ao debate promovido no interior da EPB. As teses da IV Internacional sobre o capitalismo atraso e a superexploração do trabalho nas colônias e a ideia de desenvolvimento desigual e combinado, assim como as teorizações sobre as revoluções chinesa e cubana, passaram a influenciar fortemente as análises sobre o capitalismo brasileiro engessadas pela interpretação mecanicista da III Internacional que havia minguado após seu último congresso em 1935. Carecia-se de novas interpretações diante do notório fracasso da estratégia democrático-nacional.

¹⁷Trótski apoiava-se no exemplo chinês em que, após um acordo entre trabalhadores e burgueses para combater a invasão japonesa, a burguesia passou a perseguir e assassinar os comunistas.

¹⁸Segundo Mantega (1984), o Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista se assentava nas teorias do desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, da superexploração do trabalho e do subimperialismo de Ruy Mauro Marini, além das teses de Caio Prado Jr. sobre o capitalismo colonial.



Caio Prado Jr. foi o primeiro autor a contestar de forma contundente as teses isebianas do semi-feudalismo e que dominava o debate no campo da esquerda. Já no final da década de 1950 ele figurava entre os principais autores que vinham rompendo com as análises predominantes no PCB, sendo um dos fundadores da Revista Brasileira em 1955.

Esse autor ocupou-se em mostrar que o Brasil havia se constituído, desde o período colonial, pelas relações de produção capitalistas, ainda que com formas contratuais que pudessem se assemelhar àquelas associadas ao feudalismo. Sua tese foi fundamental para se entender que o subdesenvolvimento se dava pelo próprio desenvolvimento capitalista e não por falta de capitalismo. Portanto, não caberia combater o semi-feudalismo para promover o desenvolvimento capitalista e sim lutar por uma Revolução Brasileira de caráter nacionalista que enfrentasse o capitalismo de vestígios coloniais.

Sua reflexão sobre a problemática do desenvolvimento nacional se colocava como alternativa tanto às teses do PCB (inspiradas na III Internacional), que defendiam a ideia de uma revolução antifeudal e anti-imperialista como única forma de sua superação, quanto às teorias clássicas da ideologia do desenvolvimento do pós-guerra que advogavam sobre a aceleração do crescimento econômico como meio eficaz para a autodeterminação. Para ele, ambas abordagens utilizavam como parâmetro as economias centrais e o seu desenvolvimento quando na verdade a dinâmica nos países subdesenvolvidos do tipo colonial era outra. (SAMPAIO JR. 1997)

Em *A Revolução Brasileira* (1966), em consonância com os seus textos anteriores *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), ele defende que, se o que distinguia uma sociedade capitalista de uma feudal eram as relações de produção e se o mais-valor é a forma específica de exploração no capitalismo, o Brasil consistia em um país capitalista, ainda que de caráter colonial, já que era justamente essa relação de produção predominante. Mais ainda, Prado Jr. se opunha à ideia de que havia se formado uma burguesia nacionalista no Brasil avessa aos interesses imperialistas e do próprio latifúndio. Essa havia, na verdade, se associado ao imperialismo e provocado maior dependência com a entrada de capital estrangeiro para a promoção da industrialização já no estágio monopolista do capitalismo que passou a ditar as regras e moldar o mercado interno.



Ao não confundir a ideia de desenvolvimento capitalista com o nacional como faziam os nacional-desenvolvimentistas mas entendendo sua relação, Prado Jr. representou um avanço no que se refere ao enfrentamento da ideologia do desenvolvimento. Entretanto, contrapunha-se à ideia da necessidade de uma revolução socialista para superar o subdesenvolvimento. Ele acreditava ainda na necessidade de uma revolução nacional capaz de romper as amarras do Brasil-colônia, prendendo-se à ideia de autodeterminação do desenvolvimento nacional.

As primeiras formulações mais sistematizadas de contestação direta da ideologia do desenvolvimento se deram por intelectuais e dirigentes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop) que vinham desde 1961 buscando contestar as posições *"etapistas e dogmáticas que predominavam no PCB"* (LUCE, 2018, p.10), como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, considerados os fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Segundo Mathias Luce (2018, p.9), a TMD representou *"a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lenin"* capaz de explicar processos e tendências específicos do capitalismo dependente a partir de categorias originais. Foi ela, portanto, que fez a simples crítica de políticas econômicas na qual estavam acometidas as teses da EPB avançar para o campo da crítica marxista da economia política.

Apesar de as teses da TMD serem, por vezes, interpretadas como a expressão da abordagem do desenvolvimento desigual e combinado e da ideia de Revolução Permanente de Trotski (como fez Mantega, 1984), as bases das suas teses são a própria teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo de Lenin sobre a diferenciação das formações econômico-sociais e o desenvolvimento desigual, ainda que seja possível encontrar pontos de aproximação com as teses da IV Internacional. Seus autores estavam, na verdade, entre aqueles que reivindicavam uma leitura não dogmática e não economicista que havia sido feita até então pela esquerda hegemônica pelo PCB, contestando o etapismo necessário à Revolução Socialista que envolvia um protagonismo da burguesia (LUCE, 2018, p.11). Ocorre que o viés fascista da ditadura empresarial-militar reforçou a tese sobre a necessidade do socialismo já que um estado de "estabilidade liberal" se mostrava insustentável não só no centro mas também na periferia do capitalismo.



A chave para essas interpretações estariam no fato de que a leitura sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista não era mecânica e economicista – confundindo-o com progresso e bem-estar global que lhe dá um sentido essencialmente positivo – e sim dialética ao incorporarem, além do movimento próprio da contradição, as diferentes mediações econômicas e também políticas e sociais. Não por acaso, enquanto seus opositores haviam sido levados a estratégias reformistas, a TMD apontava para uma estratégia revolucionária, o que não deve ser confundida com a sobreposição de etapas do desenvolvimento histórico, mas sobre o caráter qualitativo das mudanças para além do quantitativo.

Essas teses, no entanto, sofreram recorrentes boicotes e ataques. Além do terror de Estado durante a ditadura empresarial-militar que causou o exílio de seus formuladores foi também combatida pelo dogmatismo teórico e marginalizada pelo neoliberalismo acadêmico. Nesse sentido, além do exílio político, as suas teses teriam sido acometidas a uma espécie de “*exílio teórico em seu país de origem*” (LUCE, 2018, p.11), arquitetada pelos autores que ficaram conhecidos pela sua “teoria da dependência” e pelo já mencionado processo de revisionismo do nacional-desenvolvimentismo. Esses, em especial, não exitaram em atacar a TMD e, em especial, a obra de Marini, distorcendo argumentos e criando falsas teses para poder atacá-la, a exemplo do texto *As Desventuras da dialética da dependência* (1977) publicado pelo Centro Brasileiros de Análise e Planejamento (Cebrap) e largamente difundido no meio acadêmico. A réplica de Marini *Las razones del neodesarrollismo: o porqué me ufano de mí burguesía* (1978), porém, não teve nenhuma circulação no Brasil graças à censura dos membros do Cebrap.

Durante a ditadura empresarial-militar, como a maior parte dos militantes comunistas e socialistas foi assassinada ou ficou na clandestinidade ou no exílio, coube sobretudo à fração progressista da Igreja Católica realizar trabalhos de formação política mas sob um viés menos objetivo e explícito, necessário à sua existência no contexto de dura repressão e de um comando conservador da própria Igreja.

Ao mesmo tempo em que havia se formado um certo consenso de que o trabalho de formação política era condição essencial ao processo revolucionário (IASI, 2004), as organizações socialistas e comunistas estavam impossibilitadas de fazê-lo de forma legal. Foi nesse contexto que passou a se estruturar a Educação Popular (EP), uma prática que, a partir das contribuições de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, se consolidaria



nas Comunidades Eclesiais de Base na década de 1970. A EP, sem dúvida, apresentava uma influência da perspectiva libertária e, portanto, carregava uma espécie de resgate da herança anarco-sindicalista que havia inaugurado a formação de base no país.

A EP passou então a ser elemento central das organizações progressistas a partir do final dos anos de 1970 e sobretudo ao longo dos anos de 1980 na decadência da ditadura empresarial-militar e no retorno e ressurgimento de organizações de esquerda como centrais sindicais, partidos e movimentos sociais.

Dessas experiências (que ocorriam não só no Brasil mas em boa parte da América Latina) é que seria formulada por Oscar Jara a Concepção Metodológica Dialética (CMD) em que o processo educativo deveria partir da prática concreta, elevar-se a abstrações teóricas para então retornar à prática e transformá-la, isto é, a práxis sintetizada na fórmula P–T–P (prática–teoria–prática). Essa concepção influenciaria as práticas formativas das três principais organizações da classe trabalhadora surgidas nos anos de 1980: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Por isso essa perspectiva conseguiu atingir uma grande dimensão e criar uma geração de militantes formados nas bases do chamado programa democrático-popular¹⁹. (IASI, 2004)

¹⁹ O “programa democrático-popular” consistia em uma estratégia pela construção do socialismo mas de forma gradual, dadas as condições materiais e concretas em que se encontrava a classe trabalhadora no processo de transição democrática. O diagnóstico que fundamentava essa estratégia pressupunha que o Brasil não teria feito uma transição completa ao capitalismo e nem constituído uma nação, e que a força autocrática das classes dominantes, a imaturidade política das classes trabalhadoras e seu enfraquecimento pelo processo de desindustrialização impediam mudanças radicais. Por esse motivo, seriam necessárias: “1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças, através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social ‘de baixo para cima’, por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população, articulados por uma orientação socialista (um programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista); e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extrainstitucional se materializasse na condução das políticas de governo” (BRITO, 2019, p.248).



A formação política no PT foi organizada sobretudo na construção do Instituto Cajamar (INCA) sob coordenação de Paulo Freire, como resolução da Secretaria Nacional de Formação desse partido que formalizou uma série de programas com cursos e seminários para formação de militantes e que resultaria na 1ª Plenária Nacional de Formação Política em 1986. O INCA, porém, encerrou suas atividades em 1994 não por acaso. A diminuição dos cursos e atividades de formação política e da importância que havia sido dada à EP foram minguando pela própria estratégia democrático-popular quando o PT mudou seu foco da multiplicação de militantes para a ampliação de eleitores. (GASPARIN, 2017)

Essa estratégia, porém, desarmou as classes trabalhadoras ao contribuir para sua desorganização e despolitização. A formação política nunca havia sido o centro da estratégia do PT. O próprio chefe de gabinete dos governos Lula e Dilma e dirigente fundador do PT Gilberto Carvalho admitiu que esse partido abandonou a formação política de sua militância e negligenciou a politização da sociedade (GASPARIN, 2017, p.56). Até a eleição de 1989 o PT possuía organizações de base e núcleos de militantes o que permitia uma amplificação dos debates e, conseqüentemente, uma politização do conjunto da sociedade. Porém, o sentimento de possibilidade da vitória ante a diferença de apenas 3% entre Lula e Collor no segundo turno das eleições fez com que a tática mudasse. O PT finalmente chegou à presidência da república em 2003 com uma pauta reduzidíssima, com apoio regressivo da população (apesar da popularidade de Lula) ao longo dos mandatos e que acabou permitindo um golpe parlamentar em 2016.

A CUT seguiu mais ou menos os mesmos passos do PT. Quando essa central iniciou sua discussão para criar uma escola sindical já haviam passado cerca de três mil pessoas pelas atividades do INCA. Até meados dos anos de 1980, quando em sua criação organizava-se a oposição sindical, a formação política sindical possuía uma perspectiva classista e anticapitalista para formar quadros teórico-políticos. Após esse período, além do fechamento de escolas sindicais, passou-se a substituir essa perspectiva por capacitações de cunho instrumental e corporativista para formação da burocracia sindical e a oferecer cursos profissionalizantes descontextualizados da luta sindical apenas para criar “mão de obra qualificada”. (TUMOLO, 2013)

No contexto de redemocratização reascendeu o debate sobre o potencial da educação formal para a hegemonia do proletariado que havia sido reservada à educação não formal e à formação política no período



anterior. Até o final dos anos de 1980 foram fartos os trabalhos acadêmicos que buscavam articular diferentes projetos de educação a uma estratégia revolucionária, com destaque às contribuições da pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani e outras perspectivas de influência gramsciana. Entretanto, ao longo dos anos de 1990 essa perspectiva foi se perdendo em razão da forte ofensiva do ideário neoliberal e da adequação à ordem das principais organizações das classes trabalhadoras que substituíram a luta revolucionária pelos limites impostos pela democracia burguesa. (TUMOLO, 2005; SILVA & TUMOLO, 2010)

Pode-se dizer que a estratégia democrático-nacional, ao longo da década de 1980, foi se transformando em democrático-popular pelo PT da mesma forma como o nacional-desenvolvimentismo foi se transformado desde a década de 1960 até se apresentar como o neodesenvolvimentismo nos anos 2000. Tudo isso ocorreu nos marcos da ideologia do desenvolvimento. Com o diagnóstico de que o capitalismo brasileiro já era maduro e completo, seriam necessários apenas saltos tecnológicos que permitissem ao país acompanhar os avanços das novas revoluções tecnológicas, além de pequenas e graduais reformas democratizantes por meio do jogo democrático-burguês como forma de acumular forças para transformações estruturais futuras. Esse diagnóstico e essa estratégia só sofreriam uma inflexão no PCB (que havia representado a grande força da esquerda até a ditadura empresarial-militar), por exemplo, em 2005 após o rompimento com o governo petista e o aprofundamento de seu processo de reconstrução revolucionária e aproximação à crítica da EPB. Contudo, tanto a EDP como o neodesenvolvimentismo, ainda são dominantes na esquerda brasileira.

Considerações Finais

Pode-se dizer que a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro se deu por duas vias principais: pela hegemonização do pensamento neoclássico nas instituições de ensino e pesquisa, o que minou as possibilidades de elaboração criativa e crítica da EPB; e por um revisionismo de “superação negativa” das teses nacional-desenvolvimentistas.

Esse processo, porém, não ocorreu no campo aberto das disputas teóricas mas pela ofensiva repressora e violenta “bem sucedida” da ditadura



empresarial-militar que minou e boicotou o pensamento crítico, em especial o marxista, com perseguição, exílio, prisão, tortura e assassinato.

Ocorre que, ao final do período ditatorial, a resposta do pensamento marxista ainda não tem estado à altura do desafio histórico posto pela luta de classes tanto no que se refere às formulações teóricas como em sua difusão para o conjunto das classes trabalhadoras. O pensamento dito “crítico” e que é hegemônico no campo “progressista”, na realidade, está recheado do ideologismo burguês que já não corresponde mais ao período de sua decadência, mas em puro negacionismo.

Por sua vez, a crise do socialismo real deixou o mundo sem utopias. Na Europa, correntes pós-modernas passam a dominar a agenda política e social. Michael Foucault e Pierre Bourdieu, por exemplo, passaram a ser os intelectuais mais citados e estudados, dentro e fora das universidades, enquanto o marxismo foi sendo progressivamente deixado de lado ou ocupando uma posição cada vez mais marginal na intelectualidade e na política partidária. Contudo, as recorrentes e crescentes crises provocadas pela acumulação do capital não permitem que o marxismo seja totalmente esquecido. Por isso há esforços também para um “renascimento” do marxismo no ocidente²⁰.

O marxismo latino-americano sobreviveu a todas estas intempéries e certamente conseguirá se renovar nas próximas décadas. A destruição da razão, o novo irracionalismo econômico, a crise estrutural do capital, mergulhado em crimes ambientais, desemprego e subemprego estruturais, só tem aprofundado as crises geradas pelo avanço do capital. As soluções capitalistas para os graves problemas gerados pela ofensiva do capital tem empurrado as contradições do sistema para frente mas sem conseguir atenuar estes problemas. Ao contrário, tendem a aprofundá-los.

No Brasil, marxistas como José Paulo Netto, Virgínia Fontes, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Ricardo Antunes, Mauro Iasi, dentre inúmeros outros, têm contribuído decisivamente para a renovação do marxismo brasileiro para, quem sabe, superar o neoirracionalismo na região.

Referências

²⁰A exemplo do livro *O renascimento de Marx* organizado por Marcello Musto e que divulga uma série de textos com diferentes temas históricos e contemporâneos a partir de uma leitura do próprio Marx e de escritos inéditos.



- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**, Editora 34, São Paulo – SP, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Ideologia y desarrollo**: Brasil, 1930-1964. Revista de la CEPAL, n° 45, 1991. pp.155-178.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil**: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Escritório da CEPAL no Brasil, Brasília, Julho de 2005. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas”, Santiago de Chile, Julho de 2005.
- BRITO, Casius. Os Governos Lula como Realização da Estratégia Democrático-Popular. Em: IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansua; SOUZA, Víctor Neves (org.). **A Estratégia Democrático Popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2aed., 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 32ª ed., 2005 [1959].
- FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova economia política**. 2a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 1977.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, [1958] 2009.
- GASPARIN, Geraldo José. **A formação política como necessidade da classe trabalhadora**: a experiência do MST. Dissertação de Mestrado. Unesp, Guararema, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 26a ed., 9 a reimpressão, 1999.
- LESSA, C; EARP, F. S. Mais Além do II PND: o Instituto Economia da UFRJ. Em SZMRECSÁNYI, T.; e COELHO, F. S. (orgs.), **Ensaio de história econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUBLINER, Theo Martins. **A Esquerda da Ordem**: da defesa da industrialização à inserção subalterna da ordem global – estudo sobre o currículo do Instituto de Economia da Unicamp. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IE, 2017.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. O que é economia política? [1908-1918] Em: Novaes, H. T.; Macedo, R. F.; Castro, F. (org.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019, pp.51-116.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação sindical**: entre o conformismo e a crítica. Coleção Educação Popular no 6. São Paulo: Loyola. 1985.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.



- MANZANO, Sofia Padua. **Desigualdade e Ideologia**: a nova missa em latim. Tese de Doutorado, USP, 2021.
- NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PRADO, Fernando Correa. **A Ideologia do Desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. **Revista de Economia Política**, vol. 13, no4 (52), out-dez/1993.
- ROCHA, Mário Antônio da. Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP. Em: **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro: Ipea/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p.247-290, 2011.
- RUBIN, Isaac Illich. **História do Pensamento Econômico**. [1926] Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. LUBLINER, Theo Martins. Prefácio. Em LUBLINER, T. M.; ESPOSITO, M.; PEREIRA, L. R. (org). **A Marcha do Curupira**: o aprofundamento da reversão neocolonial no governos Lula e Dilma. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Doutorado. Unicamp, 1997.
- SILVA, Cyntia de Oliveira; TUMOLO, Paulo Sérgio. Formação Política e Projeto Histórico de Classe - a trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p.118-131; ago, 2010.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. 2aed. Florianópolis: Em Debate, 2013.

Recebido em 17 mai. 2024 | aceite em 06 jun. 2024



Workers' control experiences and discussions in Turkey

Deniz Gürler ¹

190

Abstract

The first examples of workers' control and workers' self-management in Turkey were seen in the 1960s and 1970s, and discussions on this issue intensified in the same years. Workers' control and workers' self-management in Turkey can be followed through two different models: First, workers' control and self-management experiences through factory occupation, and second, new generation cooperatives and communes that can be evaluated within the scope of social and solidarity economy. In this study, first the concept of workers' control and self-management will be explained, and then the experiences and discussions on workers' control and self-management in Turkey will be examined.

Keywords: Workers' control; social and solidarity economy; working class struggles in Turkey.

¹ Postdoctoral researcher (Argentina). He completed his doctorate in Social Policy/Kocaeli University (Kocaeli/Turkey) with his thesis titled "Factory Occupation Movements and Occupied Factories Movement in the Context of the Struggle for Workers' Control from the 20th to the 21st Century". The study was awarded the Prof. Dr. Cahit Talas Social Policy Award (2021) and published as a book ("İşçi Denetimi Mücadelesi, İşgal, Direniş, Üretim!", Publisher: İletişim/2023). He translated the work titled "Putin's Labor Dilemma, Russian Politics Between Stability and Stagnation" (Stephen Crowley) into Turkish (Publisher: Notabene/2023). He is among the translators of the work titled "Ours To Master and To Own" (Immanuel Ness&Dario Azzellini) (Publisher: Notabene/2021). He is the co-compiler/co-editor of the compilation "Karşı-İşgal: İşgal Hareketleri ve Özyönetimler Üzerine Bir Derleme" ("Counter-Occupation: A Compilation on Occupation Movements and Self-Managements", Publisher: Siyah-Beyaz). He has articles on empresas recuperadas and social&solidarity economy. He works on labor movements, social&solidarity economy, empresas recuperadas. | ddenizgurler@gmail.com



Resumen

Los primeros ejemplos de control de los trabajadores y autogestión de los trabajadores en Turquía se vieron en las décadas de 1960 y 1970, y las discusiones sobre este tema se intensificaron en los mismos años. El control de los trabajadores y la autogestión de los trabajadores en Turquía se pueden seguir a través de dos modelos diferentes: Primero, experiencias de control y autogestión de los trabajadores a través de la ocupación de fábricas, y segundo, cooperativas y comunas de nueva generación que pueden evaluarse dentro del ámbito de la economía social y solidaria. En este estudio, primero se explicará el concepto de control y autogestión de los trabajadores, y luego se examinarán las experiencias y discusiones sobre el control y autogestión de los trabajadores en Turquía.

Palabras clave: Control obrero; economía social y solidaria; Luchas de la clase obrera en Turquía.

Resumo

Os primeiros exemplos de controle dos trabalhadores e autogestão dos trabalhadores na Turquia foram vistos nas décadas de 1960 e 1970, e as discussões sobre este tema se intensificaram nos mesmos anos. O controle dos trabalhadores e a autogestão dos trabalhadores na Turquia podem ser seguidos através de dois modelos diferentes: Primeiro, experiências de controle e autogestão dos trabalhadores através da ocupação de fábricas, e segundo, cooperativas e comunas de nova geração que podem ser avaliadas no âmbito da economia social e solidária. Neste estudo, primeiramente o conceito de controle e autogestão dos trabalhadores será explicado, e em seguida serão examinadas as experiências e discussões sobre o controle e autogestão dos trabalhadores na Turquia.

Palavras-chave: Controle dos trabalhadores; economia social e solidária; lutas da classe trabalhadora na Turquia.

Introduction

The history of militant workers' actions in Turkey goes back to the last periods of the Ottoman Empire. In the Ottoman Empire, since the second half of the 19th century, there have been many strikes and non-strike militant worker actions. Especially during the few months following the 1908 Revolution, there was a massive wave of strikes in almost all sectors. Although the Turkey labor movement sometimes rose relatively, it remained weak both quantitatively and qualitatively until the 1960s. The real rise of the Turkey labor movement took place in the 1960s and 1970s.

While the number of strikes and non-strike worker actions increased in the 1960s and 1970s, the labor movement also became politicized and militant. The first workers' control and workers' self-management experiences in Turkey emerged during this period. Especially between 1968-



71, there was a huge wave of factory occupations in Turkey. Additionally, discussions on workers' control and self-management intensified in this period, due to influence of the both examples of workers' control in practice and the Yugoslav self-management model.

The 1980 military coup crushed the militant working class movement and banned left-wing political parties. In 1983, in the first free elections held under the control of the military regime, a political party with a neoliberal program came to power. The labor movement, which was suppressed and weakened in the eighties, started to rise again in the late 1980s and 1990s. The 1990s were politically chaotic years for Turkey, which witnessed different social movements and struggles such as the Kurdish movement, the political Islamic movement and the reorganized revolutionary left movement. In the same period, there was a significant increase in the actions of public employees and workers. The crisis of capital and the state deepened further with the great earthquake of 1999 and the economic crisis of 2001.

The 2002 elections and the coming to power of the AKP² led by Recep Tayyip Erdoğan were the beginning of a new era. In the 2000s, significant segments of capital and the state united around the neoliberal and conservative AKP. In this process, while privatizations and the neoliberal program were accelerated, the labor movement was tried to be taken under control by de facto banning many important strikes on the grounds of "threat to national security". Despite these conditions, throughout the 2000s, many important strikes were organized and the Gezi Resistance broke out. During and after the Gezi Resistance, the largest popular movement in Turkey's history, many squares were occupied by citizens, many *squats*³ were experienced, some factories were occupied by workers, and an experience of workers' self-management emerged from these factory occupations. Today in Turkey, the first and only example of transformation into workers' self-management through factory occupation is the Kazova textile factory experience. Additionally, in Turkey, there are also new generation cooperatives and communes that adopt a model based on self-management. These cooperatives and communes, which can be evaluated within the framework of social and solidarity economy, operate according to democratic and egalitarian principles.

² AKP: Adalet ve Kalkınma Partisi (Justice and Development Party).

³ *Squat* refers to occupied buildings and residences.



A. Concepts of workers' control and workers' self-management

The terms workers' participation, workers' control and workers' self-management refer to workers' initiative over the production process. Workers' participation and workers' control means that management is shared between the employer and the workers. The answer to the question of which side has the initiative depends on the struggle. In participation in management and similar models, strategic decisions of the business are generally made by top managers, and workers' influence on these decisions is relatively weak. Workers' control, on the other hand, emphasizes the power of workers, unlike participation in management. In participation in management or workers' control, the ownership of the business belongs to the employer (public or private) and workers are involved in management in certain ways and levels (Cangızbay, 2003; Azzellini, 2017, 2019). However, workers' self-management is different. In workers' self-management, both ownership and management of the enterprise belong to the workers. All decisions regarding business/production are made and implemented by workers (not by an external force such as the boss or the state). In this respect, it differs not only from participation in management and similar models, but also from the "socialist" regimes of the past and the system called self-management in Yugoslavia (Siriani, 1990; Arvon, 1991; Brinton, 1990; Ruggeri, 2018).

Workers' control and workers' self-management can be seen as an alternative to capitalist ownership and labor relations at the enterprise scale or at the macro scale. Capitalist property and labor relations are based on private ownership of the means of production, production of exchange value rather than use value, hierarchical relations and alienation. However, an economic unit based on self-management operates according to democratic and egalitarian principles and prioritizes labor and society, not capital and profit. Then, it can be said that workers' control is only the first step in the transformation of capitalist relations, and workers' self-management is the concrete experiments of relations beyond capitalist relations. In this sense, workers' self-management experiences are practically a critique of capitalism and a search for a new production/society relationship (Cangızbay, 2003; Ness&Azzellini, 2011; Ruggeri, 2018; Azzellini, 2017, 2019).

It is possible to find many examples of workers' control and workers' self-management throughout history and today. For example, the Paris



Commune of 1871 is modern capitalism's first experience of workers' self-management. The councils and committees that emerged in Russia, Britain, Germany, Italy and other countries in the first quarter of the 20th century are also very important experiences (Carr, 1989, 1998; Spriano, 1975; Bookchin, 2018; Ruggeri, 2018). During the civil war in Spain between 1936 and 1939, production based on self-management reached an enormous size, especially in Catalonia (Bookchin, 2014; Casanova, 2015). Yugoslavia and Algeria after World War II, France and Italy in 1968 and 1969, Portugal after the 1974 Carnation Revolution, and Iran in 1979 are among the examples where self-self-management experiences and/or discussions came to the fore (Bayat, 1987; Colin, 2017). For example, in Britain in the 1970s, hundreds of factories were occupied by workers and taken under workers' control, and on the other hand, the Institute for Workers' Control (IWC) was established. Again, for example, in the same years, the LIP watch factory experience turned into a symbol of workers' self-management not only in France but throughout the World (SMA, 1988; Ness&Azzellini, 2011; Danos&Gibelin, 2013; Reid, 2018).

Today, important examples of workers' control and workers' self-management are found in Latin America, especially Brazil, Argentina, Uruguay and Venezuela. In these countries, in the 1990s and 2000s, many enterprises at risk of bankruptcy were taken over by their workers and transformed into workers' self-management (Henriques&Thiollent, 2013; Azzellini, 2017; Novaes, 2024). The 2001 Argentine economic crisis was a turning point. During the 2001 crisis, many factories that went bankrupt in Argentina were taken over by their workers. Interestingly, even though the 2001 crisis ended, similar examples continued to be seen in some other factories in the following years. In Argentina, these factories/businesses are called "empresas recuperadas". The term "empresas recuperadas" refers to factories/enterprises that have been taken over by their workers and continue production because they have gone into bankruptcy and/or have been abandoned by the employer (Ruggeri, 2014, 2017, 2020; Ruggeri&Novaes&Faria, 2014; Ruggeri&Vieta, 2015). These factories/enterprises are converted into a workers' cooperative and operate according to democratic and egalitarian principles. Latin America stands out in terms of producers' self-management, with social movements such as "landless" (MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) and "bossless" (ERTs, Empresas Recuperadas por sus Trabajadores/as) and



economic units considered within the scope of social and solidarity economy (Yeğin, 2006, 2015; Klein&Lewis, 2007; Şahin&Gökten, 2013; Novaes, 2024). Today, initiatives called "worker democracy", "worker economy", "social and solidarity economy" attract attention and develop in other countries. These experiences and discussions can be seen as a reflection of the search for alternatives to the neoliberal model and capitalist relations (Azzellini, 2016; Vieta, 2020; Şahin, 2021; Ruggeri, 2022; Yi, 2023).

B. Workers' control experiences and discussions in Turkey

The first workers' control and self-management experiences in Turkey were seen in the 1960s and 1970s.⁴ The 1960s and 1970s were a period when the labor movement rose, became politicized and militant. This period opened with the 1960 military coup and closed with the 1980 military coup.

The history of workers' actions in Turkey goes back to the last periods of the Ottoman Empire. In the Ottoman Empire, since the second half of the 19th century, there have been many strikes and non-strike militant worker actions. The first unions, workers' organizations and socialist movements began to be established in the last quarter of the 19th century.⁵ While there

⁴ In fact, the first experience of self-management in Turkey was the 1923 typesetters' strike. The reason for the strike was the length of the working day and working conditions. The typesetters published their own newspapers during this strike, which started on September 6, 1923, and ended on September 20, 1923: "Haber" (News) and "Adil" (Fair). Moreover, in the newspapers they published during the typesetters' strike, they mentioned that they had another self-management experience in the previous years. It is estimated that the typesetters' previous experience with self-management occurred in 1900 or 1901. When their demands regarding wages and working conditions were not met, the typesetters went on strike, seized the printing house, and published their own newspaper: "Saadet" (Narin, 2014).

⁵ The first important working class organizations/socialist parties were: Revolutionary Hunchakian Party (1887), Ottoman Labor Association (1894), The Federation of Socialist Workers (1909), Ottoman Socialist Party (1910), Communist Party of Turkey (1920). The first working class organizations and socialist parties were composed of Turks, Armenians, Greeks, Jews and other communities, in line with the multinational structure of the Ottoman Empire. For example, the first socialist party in the Ottoman Empire was founded by Armenians (Akin, 2024).



were occasional rises in the labor movement, its level of organization and struggle generally remained low in Turkey until the 1960s.⁶

Table 1. Important periods of Turkey history and economic policies

Important periods in Turkey history	Economic policies
Ottoman Empire period (until the Proclamation of the Republic in 1923)	Liberal
Single Party period (or CHP⁷ period, 1923-1950)	Liberal (1920s) and statist (1930s)
Multi-party period (or DP⁸ period, 1950-1960)	Liberal
Between two coups (1960-1980)	Import substitution
Neoliberal period (after 1980)	Neoliberal
AKP⁹ period (after 2002)	Neoliberal

The main reasons for the weakness of the labor movement were weak industrialization, a large rural population, and state oppression. However, especially in the 1930s, the process of proletarianization accelerated with the industries established by the state. After World War II, the process of proletarianization continued increasingly as a result of industrialization and mechanization in agriculture, and mass migrations from rural areas to urban centers began (Yıldırım, 2010, 2015; Şen&Doğan, 2010). While capitalistization, urbanization and proletarianization continued, Turkey's first democratic elections were held in 1950 and the single-party regime ended.¹⁰

⁶ The labor movement remained weak from the last century of the Ottoman Empire until the 1960s of the Republic of Turkey. However, short-term increases are observed in some years: during the few months following the 1908 Revolution; between 1919 and 1922, the period of nation-state foundation; and in 1946, when the ban on unions/organizations was lifted.

⁷ CHP: Cumhuriyet Halk Partisi (Republican People's Party). CHP is the founding party of the Republic of Turkey and was founded by Turkey's founding leader Mustafa Kemal Atatürk.

⁸ DP: Demokrat Parti (Democratic Party). DP is the first political party to come to power through free elections after the declaration of the republic in Turkey.

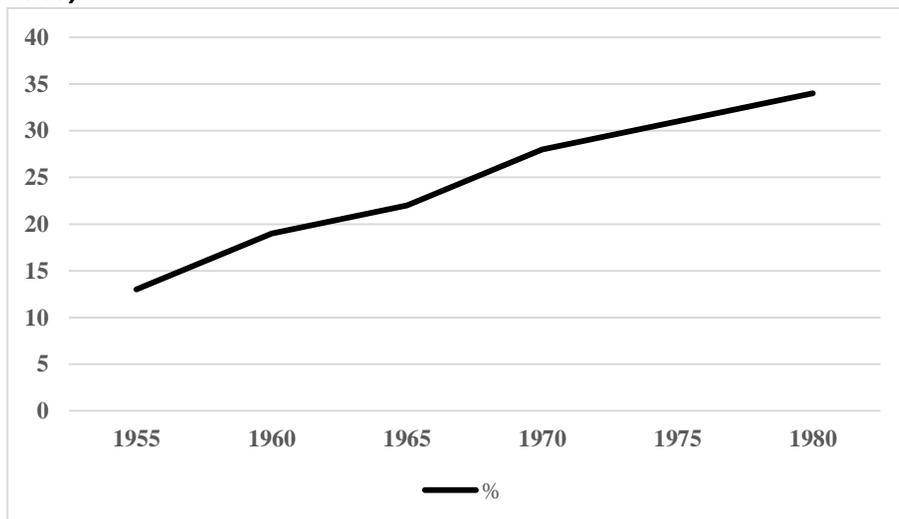
⁹ AKP: Adalet ve Kalkınma Partisi (Justice and Development Party).

¹⁰ In fact, the first free election was held in 1946, but it was "rigged".



Trade unions began to be established¹¹ and the acceptance of the right to strike began to be discussed.¹² In the 1950s, the number of labor disputes increased and the struggle for the right to strike rose. All these developments paved the way for the strengthening of the labor movement (Koçak, 2008; Çelik, 2010; Koçak, 2015, 2016; Çavdar, 2016; Makal&Çelik&Koçak, 2016).

Graph 1. The share of wage and salary workers in employment (1955-1980)



Source: Çelik, 2019.

Between Two Military Coups: 1960-1980

After the 1960 military coup, the labor movement became stronger than ever before.¹³ At the same time, the labor movement became militant

¹¹ The first trade union confederation was established in 1952: The Confederation of Turkish Trade Unions (Türkiye İşçi Sendikaları Konfederasyonu, Türk-İş.).

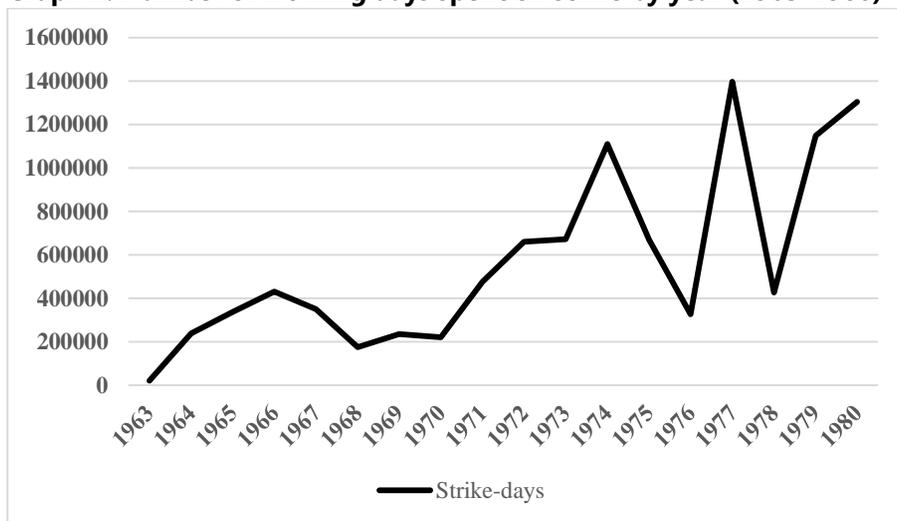
¹² The 1909 Strike Law made it mandatory for labor disputes to be resolved by compromise before a strike and prohibited unionization. In other words, even if the strike was legal on paper, it was made impossible in practice. The 1936 Labor Law banned strikes and the 1938 Associations Law banned unionization. The ban on unionization was lifted in 1946. Strikes remained banned until the 1961 Constitution, which was prepared after the 1960 military coup.

¹³ In the 1961 Constitution adopted after the 1960 military coup, fundamental rights and freedoms were comprehensively included and the right to union and strike was



and politicized. In 1961, The Turkish Workers' Party (TİP, Türkiye İşçi Partisi) was founded by a group of trade unionists. In 1967, a new and militant union confederation, the Confederation of Revolutionary Trade Unions (DİSK, Devrimci İşçi Sendikaları Konfederasyonu), was established (Çelik, 2018, 2020).¹⁴ During the same period, the number of unionized workers increased (from 300,000 in 1960 to 1 million in 1980) and the number of both strikes and non-strike actions. For example, while in the 1960s the number of strikers averaged 10,000 per year and working days spent on strike averaged 240,000 per year, in the 1970s the former exceeded 25,000 and the latter reached 911,000. Towards the eighties (before the 1980 military coup), the same figures were 33,000 and 1 million, respectively (Güzel, 1996; Koç, 2010; Çelik, 2019; Turgay, 2023).

Graph 2: Number of working days spent on strike by year (1963-1980)



Source: Çelik, 2019.

In the sixties and seventies, the working class often turned to non-strike actions. For example, the workers' uprising of 15 and 16 June 1970 was the largest worker protest in the history of Turkey and was carried out

recognized. The 1982 Constitution, adopted after the 1980 military coup, restricted fundamental rights and freedoms, including the right to union and strike (Çelik, 2019; Turgay, 2023).

¹⁴ The Confederation of Turkish Trade Unions' (Türk-İş) approach was "non-partisan policy".



against a law passed to neutralize the new and militant trade union confederation DİSK. In the same years, factory occupation action entered the action repertoire of the working class (Aydın, 2012, 2015).¹⁵ Especially between 1968 and 1971, there was a large wave of factory occupations. For three years, workers occupied many factories, sometimes simultaneously and sometimes consecutively.¹⁶

The reason for the factory occupation wave, which included many factories between 1968 and 1971, was the employer's violation of the principle of freedom of union. Workers wanted to organize under the umbrella of the new and militant union DİSK, but the employer was trying to prevent it. Workers were responding by occupying factories. Even though the cause of some conflicts in the factory seemed to be related to wages and working conditions, the real reason was the violation of the principle of freedom of union by the employer. It can be said that the 1968-1971 factory occupation wave was a movement in defense of DİSK by workers. While the state, employers and the Türk-İş confederation management which adopted the "non-party policy" approach, did not want to let DİSK through the factory gates, the workers resisted and defended their union. In other words,

¹⁵ In fact, the first factory occupation action in Turkey took place in a fabric factory in Izmir in September 1934. According to the news in the newspapers of the period, the police intervened against more than a hundred workers occupying the factory, on the grounds of violation of the Strike Law, and the workers were removed from the factory. The reason for the factory occupation action is the employer's announcement that they will switch to a performance-based wage system. Workers went on strike and occupied the factory on the grounds that their wages would decrease as a result of the change in the wage system (Gürler, 2023). Another factory occupation that occurred before the 1960s took place in a cement factory in 1948. The reason for the factory occupation is that the employer changed the shift system and the workers did not accept it (Toydemir, 1951).

¹⁶ Actually, it can be said that the period between 1960 and 1980, when the labor movement was at its highest, started with the occupation of a cable factory (Kavel) by workers in 1963 and ended with the occupation of an agricultural production factory (Tariş) by workers in 1980. The first strike and occupation (Kavel) took place during the days when strikes were prohibited in Turkey, and the strike law was enacted after this resistance. The second resistance (Tariş) was a rebellion against the organization of fascism within the enterprise and evolved into the armed resistance of the workers and urban uprising. While the Kavel strike paved the way for workers' struggle in the sixties, the Tariş resistance was the last militant worker action before the 1980 military coup.



DİSK was officially established in 1967, but actually in factories between 1968 and 1971 (Aygül, 2015).

Factory occupations were a grassroots movement. In other words, neither a labor union nor a left-wing party leader had called for action. The occupations were organized by workers and supported by those living in the neighborhoods around the factory. Türk-İş, on the other hand, declared that it had "no tolerance" for these and similar actions and put an end to some of the actions.

200

The workers' aim was generally not to take over the factories. In other words, there was no intervention in property and labor relations. However, during this period, some factories were taken under control by workers because their demands were not met. For example, the experience of workers' self-management at the Alpagut Lignite Enterprise (ALE) in Çorum province was one of them. ALE was meeting the coal needs of Çorum and surrounding provinces. The workers were working in very bad conditions and the boss had not paid their wages for months. Workers held many actions and strikes and demanded the nationalization of the mine. When their demands were not accepted, they took over the management of the mine. The workers formed a Workers' General Assembly attended by all employees, and the General Assembly elected a Workers' Council to manage production and enterprise. The ALE workers' self-management experience lasted 34 days between June 13, 1969 and July 16, 1969 and ended with the intervention of the gendarmerie. Some unionists and workers were fired. Thereupon, the workers did not go down to the mines to protest the dismissals. With the end of the occupation, a collective agreement was signed between the union and the employer. Dismissed workers were rehired. After a while, the enterprise was nationalized upon the request of the workers (Narin, 2014).

Another worker self-management experience was the Günterm boiler factory in Istanbul. On April 29, 1970, Günterm workers occupied the factory and continued production because they could not receive their accumulated wages and the boss ran away. The self-management experience of Günterm workers ended with martial law declared after the workers' uprising on 15 and 16 June 1970 (Narin, 2014; Yaraşır, 2022).

The Yeni Çeltek coal mine experience in Amasya province is different from the first two experiences. The struggle of Yeni Çeltek workers continued from 1976 until the 1980 military coup, and this struggle included the organization of a new and militant union (Yeraltı Maden-İş), workers' self-



management, and councils/committees established jointly by workers and local people. Yeraltı Maden-iş was organized in the form of councils/committees and had power over the employer on many issues, from collective bargaining to the recruitment of new employees. After the councils/committees reached significant power in Yeni Çeltek, the employer launched a counter-attack. After a strike that started in 1980 as a result of a disagreement in the collective agreement, the employer closed the mine. Thereupon, workers started production without a boss on April 26. Production was carried out and managed by workers, and the coal was sold through a network of committees. However, local authorities intervened in this experience of the workers, and the workers ended the factory occupation on May 29 and turned their protests into a strike. The Yeni Çeltek strike lasted until the military coup of September 12, 1980 (Narin, 2014; Bütün, 2015; Gümüş, 2023).

During these years, there was also a major wave of land occupation. Between 1967 and 1971, a total of 146 land occupations were carried out by poor and landless peasants in different parts of Turkey. As a result of mechanization and capitalistization in agriculture, which has been going on since the 1950s, landowners began to usurp public lands used by villagers, and the peasants responded by occupying the land. In Turkey, where land reform has never been carried out, a newspaper at that time made the headline "Peasants are secretly carrying out land reform." However, unfortunately, this struggle of the peasants could not result in the creation of common lands and a collective production model for various reasons (Firat, 2017, 2021).

After 1980: Neoliberal Period

Although the military coup of September 12, 1980 crushed the labor movement, the labor movement was revived in the late eighties and nineties. The labor movement, which rose with the 1989 Spring Protests/Demonstrations, reached its peak with worker and civil servant strikes and demonstrations in the nineties. After the AKP came to power in the general election in 2002, neoliberal policies intensified and the postponement of strikes on the grounds of "threat to national security" became a routine. Although the number of strikes has decreased, there have



been significant strikes, occupations and examples of workers' democracy in the 2000s.¹⁷

During the neoliberal period, the struggle for workers' control/self-management in Turkey can be followed through three different models. The first of these is the councils and committees established by workers in actions such as strikes and factory occupations. There were many strikes and factory occupations in Turkey during the 1990s and 2000s, and the most important reasons for these were privatizations and demands regarding wages and working conditions.¹⁸ In these strikes and occupations, councils/committees were established to organize the action, convey the demands and meet the needs of the workers. Historically and today, councils/committees are concrete experiences where workers' democracy comes to life.

The second model that can be evaluated within the framework of workers' control/self-management is cooperatives that operate according to democratic and egalitarian principles and aim to develop solidarity relations. Starting from the first cooperatives established in the last period of the Ottoman Empire, cooperatives in Turkey generally have a hierarchical and bureaucratic structure. However, in recent years, it has been observed that a new style of cooperatives has developed, which includes criticism of traditional cooperatives, operates according to democratic principles and aims to develop solidarity relations (Aykaç, 2018; Öngel&Yıldırım, 2019; Işıl&Değirmenci, 2020; Şahin, 2021; Şahankaya et al., 2023; Köne et. al, 2024). The increasing number of production/consumption cooperatives, ecological villages, communes, barter markets, urban gardens, solidarity networks and similar activities can be evaluated in this context.

The 2008 crisis increased interest in cooperatives in Turkey as well as in the world. Due to the emergence of the inadequacy of markets and traditional businesses in meeting economic and social needs, initiatives and activities within the scope of social and solidarity economy have begun to gain importance (Yi, 2023). Moreover, the Gezi Resistance, which broke out in the last days of May 2013, gave concreteness to the idea of self-

¹⁷ On labor during the AKP period, see. Şahin&Erol, 2021.

¹⁸ The SEKA strike/occupation in 1998 and 2004, the 2006 Novamed women's strike, the 2009 TEKEL resistance, the 2012 Topkapı Şişecam occupation, the 2014 Greif strike/occupation, the 2014 Yatağan resistance, the 2015 Bursa 'Metal Storm', and the 2018 Flormar resistance are the prominent struggles of this period.



management. During and after the Gezi Resistance, public spaces such as parks, squares and streets were occupied by the public, and practices based on self-management were organized in these areas (forums, collective kitchens, urban gardens, squats, alternative media, factory occupations) (Göztepe, 2013; Kaygısız, 2014; Gürler&Gürler, 2016). These experiences paved the way for building solidarity networks during the pandemic days.¹⁹

The third model that can be evaluated within the framework of workers' control/self-management is the workers' struggle for self-management based on direct action. Today, the first and only example of workers' self-management experience through factory occupation in Turkey is the Özgür Kazova Textile Cooperative. The wage struggle in the Kazova factory turned into a struggle for self-management. Kazova workers were inspired by the *empresas recuperadas* experiences in Latin America and encouraged by the Gezi Resistance and started production with the motto "production without bosses" (Acar, 2019; Dinler, 2018).

The events that led to the establishment of the Özgür Kazova Cooperative developed as follows: Kazova textile factory established in 1947. The factory has been in financial trouble since 2010 and started to make losses in 2013. The employer announced to 94 workers that the company is experiencing temporary financial problems and asked them to work unpaid for a while. Workers continued to work for another four months until January 31, 2013, when the employer imposes a week of compulsory unpaid leave. When the workers return to work, they found that the factory has been evacuated. The employer took the machines, 100 thousand sweaters and 40 tons of raw materials and left the workers unemployed with four months' unpaid wages. As of February 2013, 11 out of 94 workers (7 men, 4 women) started protest marches in Istanbul city center. At first, their demands consisted of payment of wages and severance pay. In April 2013, they set up a tent in front of the factory to prevent the employer from taking the last remaining machines. While the struggle of Kazova workers continues, the Gezi Resistance, the most massive action in Turkey's history, broke out in May 2013. Workers occupied the factory on June 28, 2013, under the influence of the Gezi Resistance. They restarted production using the remaining machines and unfinished products. They sold their products in the

¹⁹ Some websites for experiences and discussions of the cooperative movement, social and solidarity economy and self-management in Turkey: <https://sosyalekonomi.org/>, <https://birartibir.org/>, <https://iscidenetimi.net/>.
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



forums formed during the Gezi Resistance and through various solidarity relationships. During this process, many events were organized to show solidarity with Kazova workers. The income thus obtained was reinvested into production and workers continued production. In October 2013, after a ten-month struggle, the court ruled that the remaining machines from the employer should be given to the workers as compensation. Meanwhile, there was a split -actually ideologically based- among the Kazova workers, and the group associated with the Revolutionary Workers' Movement calls itself Diren Kazova (Resist Kazova), while the other group calls itself Özgür Kazova (Free Kazova). Özgür Kazova Cooperative officially started its activities in November 2014 with the slogan "production without a boss" and adopted the slogan 'occupy, resist, produce', just like similar experiences in other countries of the world.

The biggest supporters of Kazova workers in the process of becoming a cooperative were the groups that participated in the Gezi Resistance. The income generated by selling the produced products in forums created by social solidarity networks has significantly supported the self-management initiatives of Kazova workers. However, as the support and interest of social support networks decreased, sales began to decline. When the workers could not cover the production costs, they paid off the debts by selling the machines and ended production (Kaya et al., 2017).

Conclusion

Workers' control and self-management experiences in Turkey were first observed in the 1960s and 1970s. In the period between the two military coups, the labor movement rose both quantitatively and qualitatively. During these years when the working class was organized, radicalized and politicized, a wave of major factory occupations and several experiences of workers' self-management emerged. Although these experiences lasted a few months, they left a mark on memories and inspired today's experiences and discussions. Influenced by both practical self-management experiences and the model called self-management in Yugoslavia, discussions on self-management intensified in the sixties and seventies, both within and outside academia. However, as the labor movement weakened in general with the 1980 military coup, workers' self-management experiences faded.



During the neoliberal era in the 1990s and 2000s, there were many strikes and factory occupations, particularly against privatizations and related to demands regarding wages and working conditions. While in some cases (as in the 2014 Istanbul Greif and 2015 Bursa 'metal storm' strikes and occupations) workers took control of the factory through councils and committees, some actions (as in the 2009 TEKEL resistance) spread throughout Turkey. The councils and committees organized during these strikes and factory occupations were important examples of workers' democracy. During the 2013 Gezi Resistance, the largest public movement in Turkey's history, self-management practices were organized across the country, such as forums, assemblies, collective kitchens, squats, urban gardens, barter markets, and factory occupations. Around the same time, Kazova textile factory workers created the first workers' self-management experience of the neoliberal era in Turkey. Following examples in Latin America and Argentina, Kazova workers occupied the factory and transformed a capitalist enterprise into a workers' cooperative. With all these experiences, the idea and practices of self-management began to flourish again.

Especially after the 2008 crisis, interest in social and solidarity economy and cooperatives increased in Turkey, as in the world. Starting from the first cooperatives established in the last period of the Ottoman Empire, cooperatives in Turkey generally have a hierarchical and bureaucratic structure. However, in recent years, a new generation of cooperatives and communes organized according to democratic and egalitarian principles have been established. These cooperatives are an alternative not only to capitalist businesses and relationships, but also to traditional cooperatives. The increasing number of new generation cooperatives has also triggered discussions on alternatives to the neoliberal economic model and capitalist relations, and vice versa. For now, they are few in number and have a very small share in the economy. Additionally, it is clear that there is a need for regulations and institutions that will ensure the development of the social and solidarity economy in Turkey. Despite all, the search for an economy that prioritizes people, society and the planet rather than capital and profit continues to develop.

References



- Acar, E. (2019). *Çalışma Hayatında Özyönetim Deneyimleri: Kazova Örneği* (Self-Management Experiences in Working Life: The Case of Kazova). İstanbul: SAV.
- Akın, K. (2024). *Armenian Revolutionary Paramaz*. Pasadena: MassisPublishing.
- Arvon, H. (1991). *Özyönetim (Self-Management)* (tr. Fikret Başkaya), İstanbul: İletişim.
- Aydın, Z. (2012). *Geleceğe Yazılmış Mektup 1968 Derby İşgali* (A Letter to the Future 1968 Derby Occupation). İstanbul: Sosyal Tarih.
- Aydın, Z. (2015). *Grevden İşgale Singer Eylemleri (1964-1967-1969)* (Singer Actions from Strike to Occupation (1964-1967-1969)). İstanbul: Sosyal Tarih.
- Aygül, S. (2015). *Türkiye’de Sendika-Siyaset İlişkisi, DİSK (1967-1975)* (Union-Politics Relationship in Turkey, DİSK (1967-1975)). İstanbul: İletişim.
- Aykaç, A. (2018). *Dayanışma Ekonomileri, Üretime ve Bölüşüme Yeni Yaklaşımlar* (Solidarity Economies, New Approaches on Production and Distribution). İstanbul: Metis.
- Azzellini, D. (2016). “Güncel Tarih: İşçi Konseyleri, Kooperatifler, İşgaller, O Yeşil Ağacın Söyledikleri” (“Current History: Workers’ Councils, Cooperatives, Occupations, What That Green Tree Tells”). *Express*, 21/144, p. 42-48.
- Azzellini, D. (2017). *Communes and Workers’ Control in Venezuela. Building 21st Century Socialism from Below*. Leiden: Brill.
- Azzellini, D. (2017). *Emeğin Alternatif Tarihi İşçi Denetimi ve İşçi Demokrasisi* (An Alternative Labour History: Worker Control and Workplace Democracy) (tr. Yahya Deniz), İstanbul: Amara.
- Azzellini, D. (2019). “Emek Gücünü Müşterekler Olarak Organize Etmek” (“Organizing Labor Power as the Commons”) (tr. Sezer Karagöz). *Praksis*, 49/1, p. 83-101.
- Bütün, O. (2015). *Yedi Kat Yerin Altından Uğultular Geliyor: Yeni Çeltek’ten Soma’ya Maden İşçileri* (Humming Coming from Seven Floors Under the Ground: Mine Workers from Yeni Çeltek to Soma), Ankara: Dipnot.
- Colin B. (2017). *Devrim Provaları: Fransa 1968, Şili 1972, Portekiz 1974, İran 1979, Polonya 1980-81* (Revolutionary Rehearsals: France, 1968, Chile, 1972-73, Portugal, 1974-75, Iran, 1979 and Poland, 1980-81) (tr. Umut Haskan ve İrem Yılmaz). İstanbul: Yordam, p. 228-296.
- Bayat, A. (1987). *Workers and Revolution in Iran: A Third World Experience of Workers’ Control*. London: Zed Books.



- Bookchin, M. (2014). Spartakistlerden İspanya İç Savaşına, Devrimci Halk Hareketleri Tarihi (From Spartacists to the Spanish Civil War, History of Revolutionary People's Movements) (tr. Akın Sarı), Ankara: Dipnot.
- Bookchin, M. (2018). 1905'ten 1917'ye Rus Devrimleri, Devrimci Halk Hareketleri Tarihi (Russian Revolutions from 1905 to 1917, History of Revolutionary People's Movements) (tr. Akın Sarı), Ankara: Dipnot.
- Brinton, M. (1990). Bolşevikler ve İşçi Denetimi, 1917'den 1921'e Devlet ve Karşı Devrim (Bolsheviks and Workers' Control, State and Counter-Revolution from 1917 to 1921) (tr. Necmi Erdoğan). İstanbul: Ayrıntı.
- Cangızbay, K. (2003). Sosyalizm ve Özyönetim, Reel Sosyalizmden Sosyalist Realiteye (Socialism and Self-Management, From Real Socialism to Socialist Reality), Ankara: Ütopya.
- Carr, E. H. (1989). Sovyet Rusya Tarihi, Bolşevik Devrimi 1, 1917-1923 (History of Soviet Russia, Bolshevik Revolution 1, 1917-1923) (tr. Orhan Suda). İstanbul: Metis.
- Carr, E. H. (1998). Sovyet Rusya Tarihi, Bolşevik Devrimi 2, 1917-1923 (History of Soviet Russia, Bolshevik Revolution 2, 1917-1923) (tr. Orhan Suda). İstanbul: Metis.
- Casanova, J. (2015). İspanya İç Savaşının Kısa Tarihi (A Short History of the Spanish Civil War) (tr. Uygur Kocabaşoğlu), İstanbul: İletişim.
- Çavdar, T. (2019). Türkiye'nin Demokrasi Tarihi, 1950'den Günümüze (Turkey's History of Democracy, from 1950 to the Present), Ankara: İmge.
- Çelik, A. (2010). Vesayetden Siyasete Türkiye'de Sendikacılık (1946-1967) (From Guardianship to Politics Trade Unionism in Turkey (1946-1967)), İstanbul: İletişim.
- Çelik, A. (2018). "DİSK'in Kuruluş ve Varoluş Yılları (1966-1970)" ("The Foundation and Years of Existence of DİSK (1966-1970)"). Çalışma ve Toplum, 57/2, p. 617-664.
- Çelik, A. (2019). "Türkiye'de Çalışma İlişkilerinde Kurumsallaşma: 1960-1980" ("Institutionalization in Labor Relations in Turkey: 1960-1980"), ed. Makal, A. Çalışma İlişkileri Tarihi, Eskişehir: Anadolu University.
- Çelik, A. (2020). DİSK Tarihi, Kuruluş, Direniş, Varoluş (DİSK History, Establishment, Resistance, Existence), Volume 1&2. İstanbul: DİSK-AR.
- Danos, J. & Gibelin, M. (2013). İşçi Sınıfı Araf'ta, Devrimin Kıyısında Fransa Haziran'36 (Working Class in Purgatory, France on the Edge of Revolution June '36) (tr. Ahmet Arslan). İstanbul: h2o.
- Dinler, D. Ş. (2018). "New Workers' Struggles in Turkey since the 2000s: Possibilities and Limits", ed. Azzellini, D. & Kraft, M. G., The Class Strikes



- Back, Self-Organised Workers' Struggles in the Twenty-First Century, Leiden: Brill, p. 217-237.
- Fırat, B.Ö. (2017). "Mülkiyet ve Müşterek: Göllüce'de Toprak Mücadelesi" ("Ownership and the Common: Struggle for Land in Göllüce"). *Toplum ve Bilim* 142/1, p. 79-105.
- Fırat, B. Ö. (2021). "Performing property in Göllüce: land enclosures and commoning struggles in 1960s Turkey". *The Journal of Peasant Studies*, Volume 49/6, p. 1229-1248.
- Gümüş, G. (2023). "Yeni Çeltik Direnişi: Madenden Bölgeye Yayılan İşçi Özyönetimi" ("The Yeni Çeltik Resistance: Workers' Self-Management Spreading from the Mine to the Region"), *Çalışma ve Toplum*, 1/76, p. 455-486.
- Gürler, D. (2023). *İşçi Denetimi Mücadelesi: İşgal, Direniş, Üretim! (Struggle for Workers' Control: Occupation, Resistance, Production!)* İstanbul: İletişim.
- Gürler, D. & Gürler, A. S. (2016). *Karşı-İşgal: İşgal Hareketleri ve Özyönetimler Üzerine Bir Derleme (Counter-Occupation: A Review on Occupation Movements and Self-Managements)*. İstanbul: Siyah-Beyaz.
- Güzel, M. Ş. (1996). *Türkiye'de İşçi Hareketi, 1908-1984 (Labor Movement in Turkey, 1908-1984)*. İstanbul: Kaynak.
- Henriques, F. C. & Thiollent, M. J.-M. (2013). "Empresas recuperadas por trabajadoras no Brasil e na Argentina." *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 15/2, 89, p. 89-105.
- Işıl, Ö. S. & Değirmenci, S. (2020). *Yaşamı Örgütleyen Deneyimler, Kadınlar Dayanışma Ekonomilerini ve Kooperatifleri Tartışıyor (Life Organizing Experiences, Women Discuss Solidarity Economies and Cooperatives)*. İstanbul: Notabene.
- Kaya, M. & Kıdak, E. & Öztepe, N. D. (2017). *Türkiye'de Güncel Özyönetim Deneyimi: Kazova Tekstil Kooperatifi (Actual Self-Management Experience in Turkey: Kazova Textile Cooperative)*, *Yönetim ve Çalışma Dergisi/Journal of Management and Labour*, Volume: 1/2, p. 76-91.
- Kaygısız, İ. (2014). "2013 Yılı İşçi Sınıfı Eylemleri Üzerine Bir Değerlendirme" ("An Evaluation on Working Class Protests in 2013"). *DİSK-AR*: 2, p. 108-121.
- Klein, N. & Lewis, A. (2007). *Sin Patrón: Stories from Argentina's Worker-Run Factories*. Chicago: Haymarket.
- Koç, Y. (2010). *Türkiye İşçi Sınıfı Tarihi, Osmanlı'dan 2010'a (Turkey Working Class History, from the Ottoman Empire to 2010)*. Ankara: Epos.



- Koçak, M. H. (2008). "50'leri İşçi Sınıfı Oluşumunun Kritik Bir Uğrağı Olarak Yeniden Okumak" ("Re-reading the 50s as a Critical Moment of Working Class Formation"), *Çalışma ve Toplum*: 3, p. 69-86.
- Koçak, M. H. (2015). "Salonlardan Meydanlara Doğru: 50'lerden 60'lara İşçi Hareketi Genel Grev Hakkının Peşinde" ("From Halls to Squares: The Labor Movement from the 50s to the 60s Pursues the Right to General Strike"), ed. Çetinkaya, Y.D. & Alkan, M.Ö., *Tanzimat'tan Günümüze Türkiye İşçi Sınıfı Tarihi 1839-2014, Yeni Yaklaşımlar, Yeni Alanlar, Yeni Sorunlar*. İstanbul: Tarih Vakfı Yurt, p. 335-354.
- Köne, A. Ç. et al. (2024). *Dünyada ve Türkiye'de Kooperatifler (Cooperatives in the World and in Turkey)*. Ankara: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.
- Makal, A. & Çelik A. & Koçak, M. H. (2016). *Sınıf Sendika Siyaset, Türkiye Emek Tarihinden Kesitler (Class, Union, Politics, Sections from Turkish Labor History)*. Ankara: İmge.
- Narin, Ö. (2014). "Türkiye İşçi Sınıfı Tarihinde İşçi Özyönetim Deneyimleri ve Kriz Dönemlerinde Özyönetim Olanakları" ("Workers' Self-Management Experiences in the History of the Turkey Working Class and Self-Management Possibilities in Crisis Periods"). *DİSK-AR*: 3, p. 48-61.
- Ness, I. & Azzellini, D. (2011), *Yönetim Bizde Mülkiyet Bizde: Paris Komünü'nden Günümüze İşçi Denetimi (Ours to Master and to Own: Workers Councils from the Commune to the Present)*, İstanbul: Notabene.
- Novaes, H. T. (2024). *Associated Labor and Production in the Age of Barbarism: Education Beyond Capital*, Springer International Publishing AG.
- Öngel, F. S. & Yıldırım, U. D. (2019). *Krize Karşı Kooperatifler, Deneyimler Tartışmalar Alternatifler (Cooperatives Against Crisis, Experiences, Discussions, Alternatives)*. İstanbul: Notabene.
- Göztepe, Ö. (2013). *Gezi Direnişi Üzerine Düşünceler (Thoughts on Gezi Resistance)*. Ankara: Notabene.
- Reid, D. (2018). *Opening the Gates: The Lip Affair, 1968-1981*. London, New York: Verso.
- Ruggeri, A. (2014). *Que son las empresas recuperadas? Buenos Aires: Peña Lillo-Biblioteca Economía de los Trabajadores*.
- Ruggeri, A. (2017). "Las Empresas Recuperadas en Argentina, Ocupar, Resistir, Producir." (ed. Ness, I. & Azzellini, D., *Poder Obrero Control y Autogestión Obrera, desde La Comuna Hasta el Presente*), p. 495-518.



- Ruggeri, A. (2018). *Autogestión y revolución. De las primeras cooperativas a Petrogrado y Barcelona*, Buenos Aires: Callao Cooperativa Cultural.
- Ruggeri, A. (2022), "Workers' Self-Management in Latin America: From the First Cooperatives to the Workers' Recuperated Enterprises", ed. Baisotti, P. A., *Setbacks and Advances in the Modern Latin American Economy*. New York: Routledge, p. 300-323.
- Ruggeri, A. & Novaes, H. T. & Faria, M. S. (2014). *Crisis y autogestión en el siglo XXI*, Buenos Aires: Peña Lillo-Biblioteca Economía de los Trabajadores.
- Ruggeri, A. & Vieta, M. (2015). "Argentina's Worker-Recuperated Enterprises, 2010-2013: A Synthesis of Recent Empirical Findings." *The Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 4/1, p. 75-103.
- Siriani, C. (1990). *İşçi Denetimi ve Sosyalist Demokrasi, Sovyet Deneyimi* (Workers' Control and Socialist Democracy, Soviet Experience) (tr. Kumru Başoğlu). İstanbul: Belge.
- SMA (1988): *Sosyalizm ve Mücadeleler Ansiklopedisi* (Encyclopedia of Socialism and Struggles). İstanbul: İletişim.
- Spriano, P. (1975). *The Occupation of the Factories Italy 1920*. London: Pluto.
- Şahankaya, A. A. & Dedeoğlu, S. & Kurtuluş, G. (2023). "Türkiye'de Kadın Kooperatifleri: Mevcut Durum Analizi, Kadın Güçlenmesi ve İstihdam Yaratma Potansiyeli" ("Women's Cooperatives in Turkey: Current Situation Analysis, Women's Empowerment and Employment Creation Potential"), *Çalışma ve Toplum* 2/77, p.1171-1208.
- Şahin, Ç. E. (2021), "Piyasa İlişkileri ile Toplumcu Bir Alternatif Arasında İşçi Kooperatifleri: Potansiyel ve Handikaplar Üzerine Bir Tartışma" ("Worker Cooperatives Between Market Relations and a Social Alternative: A Discussion on Potential and Handicaps"), ed. Yıldırım, U. D. & Öngel, F. S., *Şirketlerden Kooperatiflere, Rekabetten Dayanıma: Tartışmalar, Deneyimler*, İstanbul: Notabene), p. 89-114.
- Şahin, Ç. E. & Gökten, K. (2013), "Latin Amerikan Özyönetim Pratiklerinden İnsan Odaklı Bir Esnekleşme Beklenebilir Mi?" ("Can a Human-Oriented Flexibility Be Expected from Latin American Self-Management Practices?"), *Çalışma ve Toplum*: 37, p. 119-146.
- Şahin, Ç. E. & Erol, M. E. (2021). *The Condition of the Working Class in Turkey: Labour under Neoliberal Authoritarianism*. London: Pluto.
- Toydemir, S. (1951). "Türkiye'de İş İhtilaflarının Tarihçesi ve Bugünkü Durumu" ("History and Current Situation of Labor Disputes in Turkey"). *Sosyal Siyaset Konferansları*: 4, p. 45-66.



- Turgay, F. (2023). "Yüzüncü Yılında Cumhuriyet'in Grev Rejimlerinin Hukuksal Tasnifi: Grev Özgürlüğü, Grev Yasağı, Grev Hakkı" (Legal Classification of Strike Regimes of the Republic in its Centenary: Freedom to Strike, Prohibition of Strike"), *Emek Araştırma (GEAD)*, Volume: 14/24, p. 363-390.
- Şen, B. & Doğan, A. E. (2010). *Tarih, Sınıflar ve Kent (History, Classes and the City)*. Ankara: Dipnot.
- Vieta, M. (2020). *Workers' Self-Management in Argentina Contesting Neoliberalism by Occupying Companies, Creating Cooperatives, and Recuperating Autogestión*. Leiden: Brill.
- Yaraşır, V. (2022). *Kıvılcımlı, Tarih Tezi ve Marksizm Sınıf Savaşlarının Ritmi ve Ruhu (Kıvılcımlı, History Thesis and Marxism, The Rhythm and Spirit of Class Wars)*. Umut-Sen.
- Yeğın, M. (2006). *Patronsuzlar*. İstanbul: Versus.
- Yeğın, M. (2015). *Topraksızlar*, İstanbul: Öteki.
- Yıldırım, S. (2010). "Kente Yönelen Köylüler: Kırsal Yapının Dönüşümü, Göç ve Gecekondu" ("Peasants Turning to the City: Transformation of Rural Structure, Migration and Slums"), ed. Şen, B. & Doğan A. E., *Tarih, Sınıflar ve Kent*. Ankara: Dipnot, p. 398-464.
- Yıldırım, S. (2015). "Köylüler, İşçiler ve Köylü-İşçiler" ("Peasants, Workers and Peasant-Workers"), ed. Çetinkaya, Y.D. & Alkan, M.Ö., *Tanzimat'tan Günümüze Türkiye İşçi Sınıfı Tarihi 1839-2014, Yeni Yaklaşımlar, Yeni Alanlar, Yeni Sorunlar*. İstanbul: Tarih Vakfı Yurt, p. 271-283.
- Yi, I. (2023), *Encyclopedia of the Social and Solidarity Economy, A Collective Work of the United Nations Inter-Agency Task Force on SSE, (UNTFSSSE)*.

recebido em 12 mai. 2024 | aceite em 16 jun. 2024



Neoliberalismo e a uberização do trabalho: Desafios para os Trabalhadores Brasileiros na Economia Digital

Larissa Fernandes Camargo¹

Renata Bezerra de Melo²

Ivan Lucon Monteiro Jacob³

212

Resumo

Na conjuntura global, a disseminação do paradigma neoliberal no contexto laboral brasileiro, impulsionada pelo progresso tecnológico, intensifica a precarização do trabalho, sendo a uberização um fator determinante nas reconfigurações e nos desafios impostos aos trabalhadores. Este estudo objetivou a compreensão da uberização, delineando seu surgimento e expansão por meio de plataformas digitais, analisando os impactos em distintos setores do mercado de trabalho no Brasil. A pesquisa, caracterizada como uma revisão narrativa qualitativa, abarcou obras nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo, com a utilização de descritores como "Uberização", "flexibilização do trabalho"; "informalização" e "precarização do trabalho". Conclui-se, à luz da literatura, que a uberização, resultante da interseção entre avanço tecnológico e o paradigma neoliberal, potencializa a precarização laboral, conferindo às plataformas digitais um papel central. Esta compreensão é imperativa para abordar os impactos sobre os trabalhadores, exigindo reflexão profunda, formulação de políticas públicas e implementação de estratégias sociais.

Palavras-chave: Uberização; Precarização do Trabalho; Informalização; Flexibilização do trabalho.

¹ Economista pela Universidade Cruzeiro do Sul. | larissafcamargo6@gmail.com

² Economista pela Universidade Cruzeiro do Sul. | melo.reenata@gmail.com

³ Economista. Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Doutorando em Desenvolvimento Econômico (História Econômica) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Cruzeiro do Sul | ivan.jacob@cruzeirodosul.edu.br



Resumo

En el contexto global, la propagación del paradigma neoliberal en el ámbito laboral brasileño, impulsada por el progreso tecnológico, intensifica la precarización del trabajo, siendo la Uberización un factor determinante en las reconfiguraciones y desafíos impuestos a los trabajadores. Este estudio tuvo como objetivo comprender la Uberización, delineando su surgimiento y expansión a través de plataformas digitales, analizando los impactos en distintos sectores del mercado laboral en Brasil. La investigación, caracterizada como una revisión narrativa cualitativa, abarcó obras en las bases de datos de Google Académico y Scielo, utilizando descriptores como "Uberización", "flexibilización del trabajo", "informalización" y "precarización del trabajo". Se concluye, a la luz de la literatura, que la Uberización, resultado de la intersección entre el avance tecnológico y el paradigma neoliberal, potencia la precarización laboral, otorgando a las plataformas digitales un papel central. Esta comprensión es imperativa para abordar los impactos sobre los trabajadores, exigiendo una reflexión profunda, la formulación de políticas públicas y la implementación de estrategias sociales.

Palabras clave: Uberización; Precarización del Trabajo; Informalización; Flexibilización del trabajo.

Abstract

In the global context, the spread of the neoliberal paradigm in the Brazilian labor market, driven by technological progress, intensifies the precariousness of work, with Uberization being a determining factor in the reconfigurations and challenges imposed on workers. This study aimed to understand Uberization, outlining its emergence and expansion through digital platforms, analyzing its impacts on different sectors of the labor market in Brazil. The research, characterized as a qualitative narrative review, encompassed works in the databases of Google Scholar and Scielo, using descriptors such as "Uberization," "work flexibility," "informalization," and "work precarization." In light of the literature, it is concluded that Uberization, resulting from the intersection of technological advancement and the neoliberal paradigm, enhances labor precarity, giving digital platforms a central role. This understanding is imperative for addressing the impacts on workers, requiring deep reflection, the formulation of public policies, and the implementation of social strategies.

Keywords: Uberization; Work Precarization; Informalization; Work flexibility.



Introdução

214

O trabalho é definido, segundo o dicionário Aurélio, como a relação do homem com a produção, visando a um determinado objetivo. O sentido deste conceito se adequa ao contexto e às configurações da sociedade em que se insere a pessoa, apresentando concepções de efeito moral, epistemológico, ontológico e administrativo (FERRAZ; FERNANDES, 2019). Morin (2001) e Antunes (2014) exploram as características do trabalho, assumindo os sentidos que o envolvem e transformam ao longo da evolução do sistema capitalista de produção nas sociedades globais.

A uberização é um fenômeno decorrente da precarização e informalização do trabalho, marcando um processo de transformação social no mundo laboral nas últimas décadas (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). A plataforma digital da empresa Uber foi introduzida no mercado brasileiro de serviços em 2014, oferecendo uma alternativa viável aos táxis em relação às necessidades de mobilidade urbana da população, a Uber consolidou-se por apresentar um melhor custo-benefício. Além disso, outro aspecto marcante de seu pioneirismo foi a promessa da viabilidade do autogerenciamento, baseado em uma lógica empreendedora, presente em suas propagandas.

O entendimento da formalidade no Brasil requer a investigação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um decreto federal criado por Getúlio Vargas no ano de 1949, que prevê deveres, direitos e garantias ao trabalhador. A formalidade, vista a partir da CLT, assegura e expõe a relação direta entre patrão e funcionário, visando o equilíbrio entre as relações trabalhistas. A formalidade no trabalho é essencial para garantir a proteção e segurança do trabalhador, além de assegurar a justa remuneração e a existência de direitos e benefícios trabalhistas. O termo informalidade aparece, portanto, mediante o processo de flexibilização das relações advindas do trabalho e o efeito regressor da precarização sobre os direitos e seguridades do empregado (PEREIRA; CABRAL, 2019).

A uberização do trabalho, sendo um movimento que acompanha tais processos tecnológicos e afrouxamento das leis trabalhistas, traz consigo uma série de problemáticas para a regulação do mercado de trabalho e para a proteção social dos trabalhadores. De acordo com Abílio (2019), a flexibilidade e a autonomia oferecidas pelas plataformas digitais podem se transformar em uma forma de autogerenciamento subordinado, em que os trabalhadores acabam assumindo os riscos e custos da atividade, sem contar



com as garantias trabalhistas e sociais oferecidas pelo trabalho formal. A autora expõe como as plataformas digitais de trabalho, como Uber, iFood e Rappi, já empregam mais de 4 milhões de pessoas no mundo inteiro, sendo a maioria dos trabalhadores dessas plataformas composta por homens jovens, com idade média de 33 anos, sendo que cerca de 56% têm ensino superior completo ou incompleto.

Franco e Ferraz (2019) avaliam a crescente utilização de plataformas digitais de trabalho, relacionando a economia e o social ao discutirem a ampliação da pobreza e da desigualdade social no contexto da digitalização, uma vez que os trabalhadores destas plataformas geralmente recebem remunerações baixas, são expostos a riscos e não possuem garantias trabalhistas. Além disso, os autores reforçam como a uberização está diretamente relacionada à acumulação capitalista, uma vez que as empresas que gerenciam essas plataformas buscam maximizar seus lucros através da exploração do trabalho precarizado.

A precarização do trabalho é uma das características do sistema capitalista, que busca constantemente reduzir os custos de produção para ampliar a eficiência econômica, de acordo com os estudos de Marx (2013). A substituição do trabalho qualificado pelo trabalho não qualificado e a redução dos salários são formas de aumentar a exploração do trabalho e ampliar os lucros dos proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, a precarização e a uberização do trabalho na era das plataformas digitais pode ser compreendida como uma expressão contemporânea da lógica capitalista de valorização do capital em detrimento das condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

A uberização, nestes termos, sendo um fenômeno decorrente da precarização e informalização do trabalho, marca um processo de transformação social no mundo laboral nas últimas décadas. Contudo, faz-se necessário questionar o processo de digitalização do trabalho, que representa uma importante função para ampliação do capital e colabora para a eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros. Empresas de plataforma digital, como a Uber, exercem um papel fundamental para o movimento de informalização do trabalho, que expõe o trabalhador a condições precárias, que implicam em suas relações sociais e lhe põe risco à integridade física.

Diante desse contexto, partiu-se a pergunta norteadora da pesquisa: "Como a uberização, por meio das plataformas digitais, afeta os



trabalhadores brasileiros em diferentes segmentos do mercado de trabalho, considerando aspectos como precarização, autonomia, renda e condições laborais?". A investigação de respostas para tal questionamento buscou proporcionar uma compreensão mais aprofundada das implicações da uberização na realidade laboral brasileira, permitindo a análise de elementos como as mudanças nas formas de contratação, a flexibilização das relações de trabalho, a autonomia dos profissionais e os possíveis efeitos na renda e estabilidade ocupacional. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo central compreender o fenômeno da uberização, caracterizado pelo surgimento e expansão de formas de trabalho mediadas por plataformas digitais, explorando as transformações nas condições de trabalho e nos impactos socioeconômicos para os profissionais envolvidos.

Método

Este estudo adotou um delineamento de pesquisa qualitativa e descritiva, com o intuito de proporcionar uma contextualização aprofundada do objeto de estudo. A opção pela abordagem qualitativa visa viabilizar uma discussão e reflexão mais amplas e coesas sobre os achados presentes na literatura científica, alinhando-se à perspectiva metodológica proposta por Yin (2016). A condução deste estudo baseou-se primordialmente na revisão bibliográfica, adotando o método específico da revisão de literatura narrativa. Essa escolha implica na exploração não sistemática da literatura, visando estruturar um panorama abrangente sobre a questão em análise (ROTHER, 2007).

Para a coleta de dados, adotaram-se critérios que dispensaram a imposição de uma data limite de publicação, considerando a característica histórica de alguns fenômenos analisados e o abarcamento de obras clássicas. Utilizaram-se obras referenciais, documentos secundários e artigos científicos disponibilizados por meio das bibliotecas virtuais do Google Acadêmico e Scielo. Os temas abordados na pesquisa englobam conceitos relativos à "uberização", "flexibilização do trabalho", "informalização" e "precarização do trabalho". A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro a novembro de 2023. Em síntese, a metodologia adotada nesta pesquisa busca atender aos padrões construtivos da pesquisa científica, buscando uma compreensão mais profunda e contextualizada das transformações do trabalho no contexto do sistema capitalista.



Do Governo Collor à Uberização: Transformações no Trabalho Brasileiro no Contexto Neoliberal

A análise das relações resultantes do trabalho exige uma abordagem histórica que considere o processo de produção capitalista, que implica na exploração acentuada da força produtiva da classe trabalhadora, traduzindo-se na narrativa da superexploração (Marx, 2013). Além disso, é crucial compreender o papel desempenhado pelo Estado nessas dinâmicas e sua influência por meio das legislações trabalhistas. Ao fazer isso, será possível compreender o fenômeno da uberização como um movimento contemporâneo que continua a transformar os valores atribuídos ao trabalho.

A uberização do trabalho é caracterizada pela falta de seguridades sociais e pela flexibilização das relações trabalhistas. É importante sublinhar que o processo inaugurado pela Uber em 2014 assume as feições de um fenômeno de alcance global. O que emerge com o desiderato de reformular o panorama do setor de serviços, facilitando os processos que o abrangem, contemporaneamente se configura como um instrumento de hegemonia interclassista. O trabalhador, que anteriormente se mantinha dissociado da atividade laboral e de seu produto, hoje se auto atribui à identidade do agente empreendedor (DIAS, 2020).

A realidade do trabalho uberizado pressupõe a categorização de "colaboradores", substituindo a noção tradicional de empregado. Esses colaboradores se submetem às empresas que operam em plataformas online, onde têm autonomia para escolher seus próprios horários e a quantidade de horas que desejam dedicar ao trabalho. No entanto, é importante ressaltar que esses indivíduos não usufruem dos direitos trabalhistas convencionais nem das garantias sociais, o que se torna particularmente problemático em situações de acidentes, como é o caso potencial dos entregadores motoboys. É nesse contexto que emerge o caráter de precarização e flexibilização do trabalho, presentes na história da classe trabalhadora desde o seu surgimento.

A consolidação ideológica do neoliberalismo, ocorrida gradualmente entre os anos 1970 e 1980, representou uma transformação profunda no sistema capitalista em resposta às crises estruturais globais. Esse redirecionamento, influenciado pelo impacto da crise, desencadeou um



amplo processo de reestruturação no setor produtivo, caracterizado pelo avanço tecnológico e pela transição do paradigma Taylorismo-Fordismo para o modelo japonês, o Toyotismo. Este novo modelo, impulsionado pelos princípios neoliberais de individualidade e liberdade, buscava revitalizar não apenas o ciclo de expansão econômica, mas também restaurar o domínio social do capital, abalado pelas resistências do movimento trabalhista (ANTUNES, 2000).

A crise estrutural desencadeou além do mais uma profunda reestruturação nas formas de relação sociais, resultando em uma nova configuração de trabalho, marcada pela superexploração da força produtiva e pelo predomínio da lógica empresarial sobre as relações sociais (ANTUNES, 2001). Este contexto, permeado pela reconfiguração econômica, delineou um cenário no qual as relações de trabalho foram significativamente impactadas, evidenciando a prevalência de uma lógica que primava pela eficiência produtiva em detrimento dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que se confrontava com as resistências inerentes ao movimento sindical.

A reestruturação do capital no Brasil, sob influência de transformações globais, implementou mudanças na organização da produção em resposta às crises estruturais do sistema capitalista. Apesar da aspiração de recuperar a expansão econômica e restabelecer o domínio social do capital, esse processo enfrentou desafios intrínsecos, incluindo problemáticas relacionadas às condições de trabalho e à resistência sindical. O cenário socioeconômico resultante, como delineado nos estudos de Alves (2009) sobre a precarização do trabalho e redundância salarial no contexto neoliberal brasileiro, destaca a complexidade e interconexão dos fatores que moldaram a evolução do sistema econômico e do mercado de trabalho no país.

A análise desses eventos, ancorada nas contribuições de Antunes (2001), revela não apenas as mudanças estruturais na economia brasileira, mas também o embate ideológico subjacente à transição ideológica no mundo do trabalho. Ao se analisar a transição do modelo tradicional do Taylorismo-Fordismo pelo Toyotismo japonês, torna-se evidente que esse redirecionamento não se restringiu unicamente a ajustes econômicos, mas, de fato, propiciou um ambiente ideal para a eclosão de conflitos ideológicos profundos. O embate entre os ideais neoliberais, que enaltecem a individualidade e a liberdade, e as resistências advindas do movimento trabalhista não apenas delinea uma transformação nas relações laborais,



mas também caracteriza uma contenda que permeia as bases ideológicas fundamentais do próprio sistema de produção.

Ressalta-se, ainda, que as mudanças nas estruturas produtivas não podem ser dissociadas dos desafios ideológicos subjacentes. A ascensão do Toyotismo não representou somente uma evolução técnica na produção, mas também uma redefinição de valores e ideias que permeiam as relações de trabalho. A compreensão desses conflitos ideológicos se revela como elemento crucial para uma análise abrangente dos impactos da uberização, percebida como um fenômeno advindo do contexto neoliberal (SILVA; SILVA, 2020).

Nesse sentido, mais especificamente no cenário brasileiro da década de 1990, o avanço da ideologia neoliberal deu origem a movimentos nos setores mais vulneráveis da economia, contribuindo para fenômenos como empobrecimento, segregação regional, concentração de renda e desigualdade social. As políticas dos governos Collor e FHC foram caracterizadas por desregulamentações e mudanças fundamentais no caráter do trabalho. Apesar de os governos petistas terem buscado uma conciliação entre os interesses burgueses e as demandas da classe trabalhadora, notadamente através de iniciativas como o "Bolsa Família", essas medidas foram enfraquecidas pela crise econômica global. Inicialmente impactando os países desenvolvidos, essa crise acabou atingindo a economia brasileira, evidenciando mais uma vez as fissuras sociais inerentes ao sistema de produção capitalista (ANTUNES, 2016).

O intervalo compreendido entre 2013 e 2016 marcou um período de profunda instabilidade política no Brasil, onde a evidência das deficiências na gestão petista desencadeou protestos, rebeliões e culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. A subsequente ascensão de Michel Temer, em 2016, foi acompanhada por uma série de reformas estruturais, privatizações e flexibilizações das garantias trabalhistas, conforme documentado por Alonso (2017). Esse período, caracterizado por uma inclinação para políticas ultraneoliberais, não apenas redefiniu o panorama econômico do país, mas também deixou um impacto duradouro nas relações políticas e sociais.

O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2018, consolidou e perpetuou essa tendência ultraneoliberal, conforme enfatizado por Freire e Cortes (2020). O novo governo se destacou não apenas por políticas econômicas alinhadas ao neoliberalismo, mas também por uma postura



conservadora fortemente associada à direita política. Essa abordagem política, permeada por ideologias conservadoras, impactou não só a esfera econômica, mas também teve implicações substanciais nas políticas sociais, nas questões trabalhistas e nas configurações políticas e econômicas mais amplas do país.

Um dos aspectos da reestruturação ideológica e produtiva, orientada pela eficiência econômica, foi marcado pelo proeminente avanço tecnológico. O Toyotismo destacou-se pela ênfase na flexibilidade, automação e descentralização das operações produtivas, introduzindo métodos *just-in-time* que visavam a produção sob demanda, minimizando estoques e custos. No entanto, esse avanço tecnológico também acarretou um aumento na pressão sobre os trabalhadores, que passaram a enfrentar maior insegurança no emprego e uma carga de trabalho mais intensa. Esse processo de reestruturação produtiva foi marcado por um confronto com o poder crescente dos movimentos sindicais e trabalhistas. Nesses termos, o capital, alinhado aos princípios neoliberais, buscou enfraquecer a capacidade de resistência dos trabalhadores. A promoção da individualidade e a desregulamentação das relações de trabalho foram elementos-chave dessa estratégia (ANTUNES, 2000).

Transformações Políticas e Trabalho Uberizado: Uma Análise das Políticas de Flexibilização do Trabalho no Brasil (1990-2019)

Retomando o contexto dos anos 1990, destaca-se um período marcado por notáveis transformações políticas impulsionadas pela crescente globalização. Nesse cenário, a presidência de Fernando Collor ganhou grande destaque ao seguir as orientações do Conselho de Washington e implementar uma agenda de política externa de cunho neoliberal. A análise do governo Collor tem suas raízes no esforço de estabelecer a ordem política após o golpe de Estado de 1964. Diante das profundas mudanças ditatoriais, tornou-se essencial criar condições para uma transição política segura (GENNARI, 2002).

Ainda de acordo com Gennari (2002), na segunda metade dos anos oitenta, em meio a essa transição, Collor emergiu como uma alternativa confiável para os defensores do militarismo, que se opunham à ascensão de Lula. Isso ocorreu porque a possível liderança de Lula, associada a movimentos sociais, representava uma ameaça à continuidade dos esforços



das elites e militares para manter um desenvolvimento capitalista subordinado aos pólos hegemônicos globais. A eleição de Collor, nesse sentido, simbolizou a institucionalização dos princípios delineados em 1964, ou seja, a seleção direta de um brasileiro alinhado aos interesses das frações dominantes que orquestraram o golpe de 1964. Isso enfatiza a intrincada interconexão entre os eventos históricos, destacando a persistência de certos interesses mesmo durante momentos de aparente mudança política.

Considerando que Collor enfrentou um processo de impeachment devido à sua notória corrupção e não obteve sucesso como líder do projeto neoliberal, não é possível concluir que o neoliberalismo no Brasil tenha afundado juntamente com ele ou tenha sofrido abalos significativos em sua busca por hegemonia. De fato, após a saída de Collor, o ideário neoliberal ressurgiu na corrida sucessória a Itamar Franco, que assumiu a presidência após o *impeachment* de Collor. Nesse cenário, duas abordagens políticas se apresentaram aos eleitores. A primeira, liderada por Lula, buscava expandir o mercado interno, visando a inclusão da vasta população excluída do país no consumo, promovendo uma democracia abrangente que se estendesse para os domínios social, econômico e cultural, e defendendo a atuação do Estado de forma ativa e controlada nos setores fundamentais e estratégicos da sociedade. Por outro lado, o segundo enfoque, liderado por FHC, seguia a linha do projeto neoliberal, encontrando considerável apoio entre partidos e segmentos conservadores da sociedade. Este projeto sustentava uma abordagem continuista das políticas neoliberais (SANTOS et al., 2018).

Em 2010, Luiz Inácio Lula da Silva efetivamente influenciou a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, marcando um marco histórico ao instaurar a primeira presidência feminina no Brasil. O mandato inicial de Dilma foi notável por sua continuidade em relação às políticas implementadas durante os governos de Lula. Sob a égide da chamada "nova matriz econômica", rejeitando a austeridade, seu governo respondeu às demandas da indústria por meio de uma série de medidas. Dentre as iniciativas adotadas, destacam-se a redução das taxas de juros, a diminuição das tarifas elétricas, a concessão de subsídios e a promoção do protecionismo industrial. Essas medidas visavam não apenas fortalecer o setor industrial, mas também atender às necessidades específicas da economia brasileira na época. O compromisso com uma abordagem mais intervencionista refletia uma busca por equilíbrio e estímulo ao desenvolvimento econômico, abordando desafios e oportunidades específicas enfrentados pelo país. Essa fase da



presidência de Dilma Rousseff, assim, se caracterizou por uma tentativa de conciliar as aspirações da indústria com as demandas mais amplas da economia brasileira, em uma tentativa de consolidar e expandir os avanços alcançados durante os mandatos de seu antecessor (BASTOS, 2017).

A partir da exposição apresentada, conforme disposto por Antunes (2016), verifica-se um processo de consolidação do movimento neoliberal no Brasil. Isso ocorreu tanto por meio de governos estritamente neoliberais, exemplificados pelo período de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), quanto por administrações que adotaram uma abordagem denominada "social-neoliberal", a exemplo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015). Contudo, o impeachment de Dilma em 2016 assinalou o início de uma agenda ultraneoliberal, caracterizada por significativas transformações nas relações sociais de trabalho.

As manifestações ocorridas em junho de 2013 destacaram-se como indicativos claros do iminente fracasso, porém foram negligenciadas pelo governo Dilma. A situação crítica se intensificou durante as eleições de outubro de 2014, quando se observou uma diminuição progressiva do apoio das frações dominantes. A exacerbada crise econômica motivou esses setores, que anteriormente respaldavam e se beneficiavam dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a demandar um ajuste fiscal. Esse ajuste teve duas consequências desafortunadas: contribuiu para a crise terminal do governo Dilma e desencadeou o desalento entre diversos de seus eleitores nas classes populares. Estes últimos testemunharam a implementação de medidas que eram anteriormente recusadas durante a campanha eleitoral. Desde então, os desdobramentos desse cenário são amplamente conhecidos (ANTUNES, 2016).

Em um contexto marcado por intensas discordâncias entre as frações burguesas, o impeachment da presidente Dilma Rousseff ocorreu em 12 de maio de 2016. Ainda conforme as análises de Antunes (2016), torna-se evidente a consolidação de uma alternativa favorável às elites, que, confrontadas com uma divisão aberta, perceberam-se incapazes de atingir seus objetivos por meio do processo eleitoral convencional. Nesse cenário, surgiu uma oportunidade que culminou na concepção e execução de um golpe estratégico, com o Parlamento figurando como o epicentro decisivo dessa conjuntura.

Michel Temer ascendia à presidência em 2016 mediante uma complexa conjuntura política, marcada por uma estratégia de desmonte



social de magnitude inédita. Tal expectativa, demandada pelas elites brasileiras, foi implementada em um cenário de profunda crise econômica, com o propósito de promover a privatização das últimas empresas estatais remanescentes, suprimir quaisquer conquistas trabalhistas e priorizar os interesses de uma restrita parcela privilegiada da sociedade. Nesse contexto, temas que, embora sempre presentes, haviam sido marginalizados desde os anos 1990, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a terceirização, ressurgiram como elementos centrais no debate político-econômico do país. A seleção desses temas como alvos de reformas políticas denota a clara intenção de debilitar a legislação social do trabalho no Brasil. Essa dinâmica política reflete uma orientação governamental que favorece medidas alinhadas predominantemente às demandas da elite, em detrimento dos direitos e do bem-estar da classe trabalhadora (SILVA, 2022).

No fim deste período, com novas eleições realizadas em 2018, assumiu em 2019 o ultradireitista Jair Bolsonaro, que possuía afinidade com Michel Temer e intuito de manter as flexibilizações trabalhistas realizadas no governo anterior. Entretanto, durante o mandato de Bolsonaro é quando o mundo é atingido pela pandemia Coronavírus (COVID-19). O ex-presidente é reconhecido mundialmente por ter realizado uma das piores gestões da crise sanitária. Porém, o trabalho também foi atingido nesse período e o governo não forneceu nenhuma diretriz às empresas de como proceder para garantir segurança e proteção à saúde dos trabalhadores (SILVA, 2022).

Vale mencionar a intensificação do ritmo tecnológico admitido pelo sistema capitalista nas transformações sociais, por meio do qual se deram os fenômenos da substituição tecnológica do trabalho e da uberização, acentuados junto ao advento da pandemia da Covid 19 no país, anunciada em 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A pandemia da Covid-19 acelerou ainda mais essa tendência devido às medidas de distanciamento social e à necessidade de adaptação ao trabalho remoto e às plataformas digitais. Neste contexto, uma parte da classe trabalhadora enfrentou desafios adicionais, continuando a trabalhar em fábricas e aglomerando-se em transporte público mesmo quando suas atividades não eram consideradas essenciais. Outros foram direcionados ao teletrabalho, muitas vezes em condições desfavoráveis e com falta de estrutura adequada em suas residências para desempenhar suas funções laborais (SILVA; VELHO; RAQUEL, 2021).



A influência do neoliberalismo não se restringiu ao passado, mas persiste, manifestando-se nas tendências atuais de uberização e na crescente adoção de princípios da indústria 4.0. O seu legado, que se enraizou nos anos 90, continua a moldar as estruturas financeiras e sociais contemporâneas. A uberização, caracterizada pelo surgimento de plataformas digitais que conectam prestadores de serviços a consumidores de forma descentralizada, reflete a ênfase neoliberal na flexibilidade e na economia de mercado. Da mesma forma, a indústria 4.0, com sua automação avançada e integração tecnológica, é impulsionada pela busca da eficiência econômica, em consonância com os princípios do neoliberalismo (ANTUNES, 2018).

As mudanças no processo de produção estão intrinsecamente associadas ao avanço da tecnologia. As revoluções industriais, como marcos históricos, foram estudadas após o seu acontecimento. A primeira revolução industrial, ocorrida em 1780, ficou marcada pela concepção de mecanicidade através do vapor; a segunda revolução industrial, ocorrida após 100 anos, sublinha a prática da montagem por meio das linhas de produção e da inauguração da Ford; a terceira revolução industrial, ocorrida no final da década de 1960, se caracteriza pela alta densidade tecnológica (PEREIRA, 2018).

Uberização do Trabalho: Impactos, Desafios e Transformações da Era Digital

A partir de 2011, na Alemanha, surge o termo “Indústria 4.0”, como forma de referir-se ao que seria uma quarta revolução industrial. Tal fenômeno trata de estudar *a priori*, ou seja, durante o acontecimento, os diferentes aspectos de produção atribuídos aos novos processos tecnológicos e de comunicação (TIC) (PEREIRA, 2018). De acordo com Antunes (2020), tais mudanças representam a ampliação da automatização e da robotização, de modo a fazer com que a logística empresarial capitalista, por meio do avanço tecnológico acelerado, passe a ser controlada digitalmente em toda a cadeia de valor.

A Indústria 4.0 também engloba um conjunto de tecnologias avançadas conectadas à internet com o objetivo de tornar os sistemas de produção mais adaptáveis e cooperativos. Na aplicação desses conceitos, as máquinas empregam autoaperfeiçoamento, autoajuste e inclusive



inteligência artificial para realizar tarefas complexas visando proporcionar eficiências de custo muito superiores e bens ou serviços de melhor qualidade. Através da disseminação generalizada de sensores no ambiente de produção, observa-se a fusão dos ambientes físico e virtual, resultando na formação dos *Cyber Physical Systems* (CPS). Esses agrupamentos interconectados pela *Internet of Things* (IoT) interagem entre si, utilizando modelos baseados na internet, e assim analisando dados para prever erros e ajustar-se às transformações (SANTOS et al., 2018).

Nesse sentido, Santos et al. (2018) explicam que cada transformação na economia e na indústria introduz novos desafios que demandam abordagens inovadoras nas estruturas organizacionais. Corporações interessadas em seguir em direção à Indústria 4.0 devem averiguar suas condições e ajustar suas estratégias para uma implementação eficaz em ambientes apropriados. A superação desses desafios implica atender a diversos requisitos sociais, tais como abordar questões de segurança e proteção digital, estabelecer padrões nas interfaces de comunicação, reorganizar processos de trabalho e estruturas organizacionais, garantir a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada, integrar pequenas e médias empresas, promover a formação e o desenvolvimento profissional, construir uma base tecnológica sólida e fomentar pesquisas e investimentos.

Por consequência, espera-se que o trabalho morto aumente em detrimento do avanço da digitalização, da qual podemos citar "internet das coisas", "*big data*", "inteligência artificial", "nuvem", etc. Neste sentido, os trabalhos manuais cada vez mais são substituídos por trabalhos tecnológicos. A partir disso, espera-se que, em meio a lógica financeira de apropriação e extração máxima do lucro, não que o trabalho humano seja substituído, mas sim ainda mais precarizado. A uberização do trabalho, a flexibilização e a terceirização se demonstram presentes no decorrer da indústria 4.0, por meio das plataformas digitais, das relações com a rede globalizada e serviços de internet. Os motoristas da Uber, por exemplo, por meio da plataforma digital submetem-se ao trabalho precário, correndo sérios perigos de vida, sendo os próprios a arcarem com os custos de produção do exercício do trabalho de uma empresa que não mantém vínculos. São os mesmos que assumem, portanto, os riscos atribuídos ao próprio funcionamento da empresa, que se apropria do mais valor resultante dessa relação de trabalho não explícita (ANTUNES 2020). No contexto da evolução da indústria rumo à chamada "Indústria 4.0", impõe-se uma análise



que revele a complexidade das transformações nas relações de trabalho. O advento da automação avançada e da digitalização industrial suscita a emergência de novas modalidades de trabalho que se ajustem ao cenário capitalista contemporâneo. Tais transformações não podem ser desvinculadas do arcabouço histórico e sociocultural que permeia o sistema em sua forma de funcionamento, destacando-se a crescente preponderância da lógica neoliberal nas sociedades globais.

Logo, a ascensão de formas de trabalho não convencionais é notória, com ênfase na denominada "*gig economy*" e na manutenção da precarização do emprego. Essas mudanças são indissociáveis do avanço tecnológico, que viabiliza a substituição do trabalho assalariado por modalidades de trabalho autônomo, frequentemente intermediadas por plataformas digitais. Sob os efeitos da retórica da liberdade e flexibilidade, propagada pelo neoliberalismo, observa-se a consolidação de uma nova ordem nas relações de mediação do trabalho, em que se delinea uma reconfiguração substancial das condições laborais e uma redefinição do próprio significado e valor do trabalho na sociedade contemporânea (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020)

Como sugerem os estudos de Abílio et al. (2017), a uberização refere-se a uma nova tendência de exploração da força de trabalho por meio do avanço tecnológico e do afrouxamento das leis trabalhistas com base no cenário de avanço do neoliberalismo pelas economias capitalistas mundiais. Tal fenômeno representa uma evolução na exploração do trabalho que traz mudanças substanciais no status do trabalhador, na estrutura das empresas e nos métodos de controle e gestão do trabalho. Este modo de funcionamento marca um novo estágio das terceirizações, que, ao mesmo tempo em que se complementa com o modelo anterior de redes de subcontratações, redefine a relação entre o trabalhador e a empresa. Na prática, a uberização transforma o trabalhador em um "miniempresário de si", permanentemente disponível para o trabalho, enquanto retira suas garantias mínimas, mantendo-o subordinado ao mesmo tempo. Além disso, esse modelo se apropria de formas anteriormente reguladas do trabalho de maneira administrada e produtiva.

Desta forma, a uberização transfere o ônus da infraestrutura e dos meios de produção para o próprio trabalhador, que agora deve arcar com os custos de seu veículo, celular, seguro, combustível, entre outros. Isso reflete a tendência capitalista de externalizar os custos e socializar os riscos, uma



vez que o trabalhador assume a responsabilidade por todos esses elementos, enquanto a empresa, no caso da Uber, se beneficia sem ter que investir diretamente em ativos físicos. Nessa nova lógica da uberização, o trabalhador é ainda mais responsável pelo enriquecimento do grande empresariado, dessa vez sem os mesmos fazerem nenhum mínimo esforço em relação à infraestrutura de produção no que diz respeito a equipamentos, custos com funcionários, entre outros custos (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Atualmente, a Uber adota uma estratégia específica: embora não imponha uma taxa fixa de utilização do aplicativo, uma porcentagem em valor por cada corrida realizada pelos motoristas é retirada. Segundo a empresa, os utilizadores do serviço pagam um custo fixo que serve para ajudar a cobrir despesas operacionais, de segurança e regulamentação, como exemplificado, o "seguro" (UBER, 2023). Essa abordagem reflete uma forma de exploração do trabalho, caracterizada pela maximização absoluta de lucros, oculta sob a roupagem do "empreendedorismo" para os trabalhadores. Não à toa, a *startup* foi eleita em 2016 a mais valiosa do mundo, sendo avaliada em U\$70 bilhões de acordo com os dados divulgados pela CNN MONEY (2016). Contudo, a uberização do trabalho representa uma forma avançada de exploração capitalista que envolve uma reconfiguração nas relações de trabalho, sendo uma expressão da constante busca do capital pelo aumento da exploração da força de trabalho e da precarização das leis trabalhistas.

Ainda conforme os apontamentos de Franco e Ferraz (2019), entende-se que em um contexto marcado pela diminuição de oportunidades de emprego e pela existência de atividades produtivas que não garantem uma remuneração adequada, a opção de vender a própria força de trabalho por meio de aplicativos não deve ser vista apenas como uma escolha pessoal do trabalhador, mas também como um resultado das condições socioeconômicas que moldam essas alternativas. Dentro do contexto da reestruturação produtiva, conforme destacado por Oliveira (2003), os salários, que são considerados como parte do capital variável, eram anteriormente vistos como um "custo" para os capitalistas. No entanto, quando a compensação do trabalhador passa a depender da efetivação do valor dos produtos-mercadorias, ela deixa de ser um investimento antecipado do capital e se torna estritamente dependente do êxito na realização desse valor. Esse cenário reflete uma transformação nas relações



de trabalho em que a segurança e a estabilidade financeira do trabalhador estão cada vez mais sujeitas às flutuações do mercado.

Portanto, com base nas reflexões de Oliveira (2003), evidencia-se o processo de transformação dos salários de um "custo" de adiantamento do capital para uma compensação inteiramente dependente da realização do valor das mercadorias produzidas. Isso significa que os trabalhadores agora enfrentam um risco substancial, uma vez que sua remuneração não é garantida, mas vinculada ao sucesso do mercado, criando uma pressão adicional sobre os trabalhadores para aumentarem sua produtividade e disponibilidade, levando também à intensificação do trabalho.

Plataformas Digitais: Reflexões sobre a Condição do Trabalhador na Lógica *Just-in-Time*

Com a "uberização" trazendo uma nova faceta do trabalho "sob demanda" para os trabalhadores, surgem grandes empresas de plataformas digitais que buscam intermediar a oferta e procura de serviços e produtos. O crescimento das capacidades produtivas, impulsionado pela busca da acumulação de capital, resulta em fenômenos de alcance global, como o fenômeno mais recente da "uberização" do trabalho. Esse termo refere-se à abordagem inovadora da empresa Uber em relação à sua organização laboral específica. A Uber criou uma plataforma digital acessível por *smartphones*, conectando clientes a prestadores de serviços. Especializada em serviços de transporte urbano, a empresa se destaca por oferecer preços mais acessíveis que os táxis convencionais, direcionamento de rotas via GPS em dispositivos móveis, maior controle sobre os prestadores de serviço e pagamento do transporte feito diretamente pelo cartão de crédito/débito do passageiro (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Com base nas perspectivas contratualistas, defendidas por Leite (2019) e Romar (2018), e nos estudos de Franco e Ferraz (2018), realiza-se uma reflexão sobre a análise da natureza jurídica do direito trabalhista no que concerne às formas de relação empregatícia, destacando-se duas teorias. Na visão contratualista, que enfatiza a importância do contrato, os motoristas da Uber são categorizados como profissionais autônomos. Sob essa perspectiva, o emprego deveria ser caracterizado por um vínculo empregatício clássico, o qual a Uber não proporciona. Por outro lado, na teoria anticontratualista, que sustenta que o vínculo entre empregado e



empregador independe de contrato formal, esses trabalhadores são teoricamente considerados empregados. Ainda sobre o contexto do trabalho subordinado, esses trabalhadores assumem diversos riscos ao oferecerem seus serviços, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários para a execução da atividade e assumindo integral responsabilidade por eles. Considerando que o Direito do Trabalho brasileiro reluta em classificar o motorista como empregado, esse trabalhador, além de ser compelido a investir nos instrumentos de trabalho, encontra-se desprotegido nessa relação de trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo Abílio (2020), a influência da Uber trouxe destaque, mas a uberização não se limita ao setor de transporte ou às plataformas digitais. Essa abordagem começou a ser discutida desde 2007, antes dos termos como *crowdsourcing*, *sharing economy* e *gig economy* serem elaborados. Uma pesquisa realizada com revendedoras de cosméticos para a empresa brasileira Natura - que se tornou uma gigante global com a aquisição da Avon - já levantava questões agora associadas ao trabalho em plataformas. Na época, essas questões foram analisadas sob a perspectiva da informalidade e da exploração do trabalho, especialmente do trabalho feminino.

A atividade das consultoras de cosméticos envolve um grande número de trabalhadoras informais, caracterizando um trabalho que não segue uma forma tradicional. Ao direcionar a atenção para esse setor, podemos também equilibrar a ênfase excessiva nas plataformas digitais e explorar as transformações no mundo do trabalho. Devido à natureza predominantemente feminina desse trabalho, a revenda de cosméticos e o Sistema de Vendas Diretas, em geral, carecem da visibilidade social atribuída à grande massa de motoristas da Uber. Apesar disso, o Sistema de Vendas Diretas opera dentro das regulamentações legais, tanto em nível nacional quanto internacional, estabelecidas pelas empresas que adotam esse método de comercialização e distribuição de produtos. O contingente de trabalhadoras-consultoras, portanto, é legalmente considerado informal. As empresas de cosméticos muitas vezes apresentam o trabalho das revendedoras não apenas como um emprego, mas como um ato de sociabilidade e um meio de promover beleza, e até mesmo responsabilidade ambiental (ABÍLIO, 2014).

No contexto das empresas de aplicativos e sua vasta força de trabalho "uberizada", Abílio (2020) destaca a falta de predefinições sobre a jornada de



trabalho, a exclusividade com uma única empresa/aplicativo e os procedimentos na execução das tarefas. Isso alimenta a celebração do empreendedorismo e a argumentação de que o trabalho em plataformas não implica em vínculos empregatícios. Já o trabalho das revendedoras exibe uma notável adaptabilidade e abrangência. As 25 entrevistas executadas com revendedoras, conforme apresentadas por Abílio (2014), revelaram diversas abordagens em relação à atividade, percepções distintas e uma variedade de formas para obter ganhos e gerenciar os riscos associados às vendas. O perfil socioeconômico das revendedoras varia consideravelmente em termos de faixa etária, rendimentos, raça e cargo. Paralelamente à categoria Uber Black, que distingue motoristas com base no valor de seus carros, influenciando as preferências de consumo, pois o consumidor pagará mais para andar em um carro mais sofisticado, a empresa Natura criou a categoria Crystal. Esta engloba revendedoras da elite e da classe média paulista, que atendem a um público de maior poder aquisitivo, diferenciando-se das revendedoras com menor qualificação e renda. Dessa forma, as revendedoras estabelecem relações distintas com um trabalho que se integra facilmente a outras ocupações e envolve diferentes formas de interação social, caracterizando-se, portanto, como um trabalho amador. Exemplos incluem uma professora que vende nos intervalos escolares, uma diarista que comercializa produtos para sua patroa e vizinhas durante seu trabalho, uma dona de casa que cria uma loja informal no térreo do sobrado onde o marido tem seu escritório e tornando-se uma das revendedoras mais bem-sucedidas em São Paulo, e uma digitadora de 60 anos que abandonou sua profissão há trinta anos para se dedicar inteiramente à venda de cosméticos.

Assim como os motoristas da Uber afirmam trabalhar para pagar as prestações de seus carros, as revendedoras podem entrar no ramo com a intenção de consumir, vendo a remuneração como um desconto nos produtos desejados. Da mesma forma que muitas pessoas se tornam "empresárias informais" ao usar o Airbnb em suas casas, milhões de motoristas tornam-se profissionais ao aderirem à Uber, e jovens sem empregos ou subocupados transformam-se em entregadores de bicicleta ao aderirem a aplicativos como iFood, Rappi, UberEats (atividade que envolve principalmente um uso fatigador de força física). Nos últimos 20 anos, centenas de milhares de mulheres aderiram às vendas de cosméticos. Em todos os casos citados, a inserção significa se envolver em atividades com



riscos e custos, sem oferecer garantias, direitos ou proteções. A versatilidade dessas atividades permite diferentes formas de trabalho, assim como diferentes maneiras de obter uma remuneração real por meio delas (ABÍLIO, 2020).

Com base nos estudos de Martins et al. (2023), percebe-se que, apesar dos exemplos de trabalho uberizado via plataformas digitais serem mencionados para profissões com pouco conhecimento técnico e de certa forma mais manuais, o movimento de uberização, flexibilização e precarização do trabalho não se limitam a eles somente. Para além disso, é possível notar que nos últimos anos houve uma crescente “uberização” em profissões com alto nível de qualificação, principalmente após a pandemia de COVID-19, que alterou profundamente as relações de trabalho devido às condições de distanciamento que foram necessárias em razão da crise sanitária. Pode-se observar hoje profissões que exigem um alto nível de qualificação profissional entrarem também no campo da uberização. São por exemplo: professores, médicos, arquitetos, jornalistas, etc. (ANTUNES, 2020).

No âmbito da saúde, conforme apontam Costa, Sola e Garcia (2020) é perceptível que as plataformas estão posicionadas de maneira a concorrer diretamente com os planos de saúde e hospitais, visando benefícios econômicos. Nesse cenário, os profissionais médicos encontram-se em uma posição de certa forma vulnerável, pois não compartilham com os gestores dessas plataformas a mesma capacidade econômica e expertise necessárias para administrar não apenas sistemas digitais, mas também estruturas aprimoradas, com o objetivo de dominar negócios. Portanto, os médicos passam também a ter assimetria de informação em relação aos fornecedores dessas plataformas. Essa assimetria não apenas impacta a capacidade dos profissionais de saúde de competirem em termos econômicos, mas também ressalta a necessidade de uma análise crítica sobre a distribuição desigual de conhecimento e recursos entre os diversos atores no sistema de saúde. A tendência de “uberização” na medicina evidencia que, para a manifestação desse fenômeno em outras esferas, como a “teleadvocacia” e a “teleengenharia” por exemplo, não há barreiras distintas de natureza econômica ou ética, mas principalmente barreiras jurídicas. Este cenário pressupõe, contudo, que sejam respeitados os preceitos éticos inerentes a essas áreas e aos profissionais nelas atuantes.

Também no âmbito educacional, no contexto da crescente uberização da educação com a emergência de plataformas digitais que conectam



professores e alunos para a oferta de aulas particulares, configura-se um fenômeno contemporâneo complexo que tem suscitado reflexões e análises críticas no campo das ciências sociais e humanas. Rosa (2023) e Antunes (2023) auxiliam na compreensão das dinâmicas envolvidas nesse processo. No âmbito educacional, a uberização introduz uma característica que desafia as formas tradicionais de ensino. A fragmentação do trabalho intelectual em unidades menores, como aulas particulares em plataformas, reflete a ênfase na flexibilidade e na demanda específica do consumidor. Contudo, essa fragmentação suscita preocupações sobre a continuidade e a profundidade do aprendizado, contrastando com abordagens mais tradicionais. Além disso, é imperativo ressaltar que essa fragmentação também expõe os profissionais da educação a inseguranças no âmbito trabalhista.

Ao refletir o trabalho intelectual, percebe-se uma evolução ao longo da história, desde a especialização na Revolução Industrial até a atual uberização, conforme discutido por Rodeski (2023). Analisando o contexto sócio-histórico da evolução do trabalho, observamos que essas mudanças refletem um movimento cíclico. Assim como a Revolução Industrial reconfigurou as relações laborais no século XIX, a uberização está moldando uma nova estrutura de trabalho no século XXI. Tais comparações estimulam o pensamento acerca de que, embora essas mudanças possam trazer eficiência e inovação, também exigem um olhar crítico e ativo sobre os impactos socioeconômicos e a precarização das condições laborais.

Do ponto de vista de Abílio (2020) o desafio dos tempos contemporâneos diante desse novo tipo de organização trabalhista envolve questões teórico-políticas delicadas e componentes complexos. Consiste em assimilar que as plataformas digitais são um novo meio pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando. Nessa perspectiva, o desafio também está em entender uma tendência que vai além das plataformas digitais, relacionada ao cerne da "uberização": a consolidação e gestão de grandes grupos de trabalhadores como mão de obra sob demanda, prontos para serem utilizados conforme a necessidade.

Considerações Finais

Ao encerrar esta análise sob a lente crítica da sociologia histórica, pautada à luz do materialismo histórico, emerge uma compreensão dos impactos e desafios inerentes à chamada "uberização" do trabalho na



economia. A investigação das transformações socioeconômicas atuais revela não apenas mudanças superficiais nas relações de trabalho, mas uma reconfiguração estrutural que amplifica as contradições inerentes ao sistema capitalista.

A ascensão de plataformas digitais de trabalho, como exemplificado pela Uber, é inerentemente permeada por características como formas contemporâneas de alienação. A separação entre o trabalhador e os meios de produção, agora intermediados por algoritmos e plataformas, intensifica a característica supracitada e já não é possível delimitar fronteiras para o que é e o que não é trabalho. Nesse sentido, a precarização dos trabalhadores, muitas vezes submetidos a condições laborais instáveis e desprovidos de benefícios tradicionais, reflete a essência do capitalismo, onde o lucro frequentemente se sobrepõe ao bem-estar dos trabalhadores.

A uberização não confere apenas um fenômeno de mudança na prestação de serviços, mas um processo que contribui para manutenção da concentração de capital em poucas mãos. As plataformas digitais, atuando como intermediárias, acumulam capital sem arcar com os custos de produção e sem necessariamente criar valor tangível. Essa acumulação, característica do capitalismo avançado, perpetua a desigualdade, já que os benefícios econômicos se concentram nas camadas superiores, deixando os trabalhadores da base com uma parcela diminuta. Além disso, a uberização gera enormes impactos econômicos e sociais aos trabalhadores, sendo um deles promover a competição entre si, pois quem avalia o trabalho do prestador é geralmente o consumidor do serviço. Destaca-se ainda, no contexto da uberização, a emergência de um novo conflito de classes na era digital.

Ao refletir a problemática da uberização e projetar alternativas para o futuro, estimula-se que novas pesquisas sejam pautadas na análise crítica não apenas da natureza da uberização, mas dos fundamentos do sistema que a possibilita. Deve-se, em algum nível, considerar o relato de experiência do trabalhador diretamente, levando em consideração as limitações da presente pesquisa. Vale mencionar que novas formas de organização econômica, baseadas em princípios cooperativos e participativos, podem ser pensadas e exploradas como alternativas viáveis, visto que a busca por uma sociedade fundamentada na equidade exige não apenas reformas superficiais, mas uma reestruturação profunda que aborde as raízes estruturais da desigualdade do trabalho.



Em última análise, a investigação da uberização revela não apenas desafios econômicos, mas a importância de se repensar e refletir as bases do sistema que molda a sociedade. O futuro do trabalho e da economia não está selado; é moldável por escolhas conscientes e pela resistência coletiva à alienação e à exploração.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em: [10.22409/contracampo.v39i1.38579](https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38579). Acesso em: 29 nov, 2023.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p.41-51, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; MACHADO, Ricardo. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **IHU On-Line**, v. 503, p. 20-28, 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-relacao-entre-precarizacao-do-trabalho-e-tecnologia>>. Acesso em: 29 nov, 23.
- ABÍLIO, Ludmila. Sem maquiagem: **o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2014.
- ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos estudos**, p. 49, 2017. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Alonso_AM_62_2837619_APoliticaDasRuas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer**. Le Monde, 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível



em: // doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v28n73p137-141. Acesso em: 29 nov, 2023.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**, v. 2, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma. **Análise Social**, v. 58, n. 248, p. 512-532, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023248.04>. Acesso em: 29 nov, 2023.

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. **Boitempo Editorial**, 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, p. e172129, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 29 nov, 2023.

BRASIL. [Constituição]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2023.

CNN. **Billion Dollar Startups - CNN Money**, 2018. Disponível em: <https://money.cnn.com/interactive/technology/billion-dollar-startups/index.html>. Acesso em: 28 nov, 2023.

COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda; GARCIA, Marco Aurélio Fernandes. Telemedicina e uberização da saúde: médicos, operários ou consumidores? **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 3, p. 72-88, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i3.699>. Acesso em: 25 nov, 2023.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. Uberização: reflexos da precarização do trabalho no século XXI. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 4, n. 10, p. 05-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4019905>. Acesso em: 29 nov, 2023.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERNANDES, Paula Cristina de Moura. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p165-184>. Acesso em: 29 nov, 2023.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista**



- Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020. Disponível em: 10.22409/contracampo.v39i1.38901. Acesso em: 29 nov, 2023.
- FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza Da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos Ebape**, v. 17, p. 844-856, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395176936>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- FREIRE, Silene de Moraes; CORTES, Thais Lopes. Políticas de Combate à Pobreza e Avalanche Ultraneoliberal: Aportes para Reflexão. In.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de Matos; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). **Políticas Liberais e Ultraliberalismo**, Minas Gerais: Navegando, 2020.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/12029>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- LEITE. Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 11º. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- MARTINS, Helena et al. A mediação do trabalho por plataformas digitais e seus impactos para a autonomia dos trabalhadores. **Laborare**, v. 6, n. 10, p. 79-102, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-180>, Acesso em: 29 nov, 2023.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **Revista de administração de empresas**, v. 41, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000300002>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. Boitempo Editorial, 2003.
- OMS - WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/europe/emergencies/situations/covid-19>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- PEREIRA, Adriano; DE OLIVEIRA SIMONETTO, Eugênio. Indústria 4.0: conceitos e perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v16i1.4938>. Acesso em: 29 nov, 2023.



- PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1753>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- RODESKI, Jenifer. **Tecnologias de informação e novas configurações do trabalho: um estudo sobre o fenômeno da "uberização" do trabalho no Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Gr do Sul, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265843>. Acesso em: 29 nov, 2023. aducação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande
- ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho Esquemático**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- ROSA, Filipe Campello da. **"A uberização vai chegar em você": condições de trabalho dos profissionais da educação nas plataformas de aula particular no Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais: Licenciatura, Porto Alegre, RS, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/267411>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- SANTOS, Beatrice Paiva et al. Indústria 4.0: desafios e oportunidades. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 4, n. 1, p. 111-124, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.32358/rpd.2018.v4.316>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- SENADO FEDERAL. **Dilma Rousseff perde o mandato e Temer é confirmado presidente**. Notícias. Brasília, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente>. Acesso em: 23 nov, 2023.
- SILVA, Mygre Lopes; SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-180>. Acesso em: 25 out. 2023.



- SILVA, Rafaella de Moura. **As elites como sustentáculo da manutenção no poder: uma análise dos governos Collor e Dilma vs. Lula e Temer**. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/33834>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- SILVA, Michel Goulart da; VELHO, Ricardo Scopel; RAQUEL, Roberta. "Trabalho e educação em tempos de pandemia: relato de experiência". **Extensão Tecnológica**, vol. 15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21166/rext.v8i15.1796>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- UBER. **Quanto ganham os motoristas**. Uber, 2023. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/how-much-drivers-make/>. Acesso em: 29 nov, 2023.
- YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa - e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa? In: **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso, 2016, pp. 4-21.

Recebido em 30 jan. 2024 | aceite em 13 jun. 2024



Texto para Discussão



Sobre a transição comunista na URSS: uma crítica da teoria da revolução socialista. Lenin e o significado histórico da sua proposta de capitalismo de estado

240

Paulo Alves de Lima Filho¹

Resumo

A inédita transição ao comunismo colocada na história pela Revolução Russa de 1917, obrigou seus líderes teóricos a resolverem a tarefa de conceber e levar a contento tal transição. Lenin foi, sem dúvida, quem mais se aproximou a desvendar tal processo, em disputa com a maioria dos teóricos, embora ainda tenha carregado o ônus do equívoco da teoria da revolução socialista, de matriz lassalleana, que nada tem a ver com Marx. A teoria de Lenin sobre o capitalismo de estado bem demonstra a riqueza de seu pensamento, ao revelar a necessária raiz comunista da transição, e os elementos necessários e obrigatórios para uma transição que se mantivesse fiel à tarefa de emancipação dos trabalhadores.

Palavras-chaves: transição comunista; revolução socialista; emancipação dos trabalhadores.

¹ Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



Resumen

La transición sin precedentes al comunismo que marcó la historia de la Revolución Rusa de 1917 obligó a sus líderes teóricos a resolver la tarea de concebir y llevar a cabo con éxito dicha transición. Lenin fue, sin duda, quien más cerca estuvo de desvelar este proceso, en disputa con la mayoría de los teóricos, aunque todavía cargó con el peso de la incompreensión de la teoría de la revolución socialista, de matriz lassalleana, que nada tiene que ver con Marx. La teoría de Lenin sobre el capitalismo de Estado demuestra claramente la riqueza de su pensamiento, al revelar la necesaria raíz comunista de la transición y los elementos necesarios y obligatorios para una transición que permanezca fiel a la tarea de emancipar a los trabajadores.

Palabras clave: transición comunista; revolución socialista; emancipación de los trabajadores.

Abstract

The unprecedented transition to communism placed in history by the Russian Revolution of 1917 forced its theoretical leaders to resolve the task of conceiving and successfully carrying out such a transition. Lenin was, without a doubt, the one who came closest to unveiling this process, in dispute with the majority of theorists, although he still bore the burden of the misunderstanding of the theory of socialist revolution, with a Lassallean matrix, which has nothing to do with Marx. Lenin's theory on state capitalism clearly demonstrates the richness of his thought, by revealing the necessary communist root of the transition, and the necessary and mandatory elements for a transition that would remain faithful to the task of emancipating workers.

Keywords: communist transition; socialist revolution; emancipation of workers.

Os capitalistas beneficiarão da nossa política e criarão um proletariado industrial, que no nosso país, graças à guerra e à ruína e devastação desesperadas, foi desclassificado, isto é, arrancado da sua rotina de classe e deixou de existir como um proletariado. O proletariado é a classe envolvida na produção de bens materiais nas empresas da grande indústria capitalista. Desde que a grande indústria capitalista foi destruída, desde que as fábricas e as siderúrgicas foram destruídas, o proletariado desapareceu. Às vezes ele era listado formalmente, mas não estava vinculado a raízes econômicas (Lenin, 1922)².

²Lenin, OC, t. 44, p. Moscou, 1970 (em russo), "A nova política econômica e as tarefas dos educadores políticos". (Tradução do russo, PALF)



Introdução

242

Coube a Lenin, em sua curta vida, assim como aos marxistas russos de sua geração, enfrentar, resolver ou pelo menos ousar resolver problemas inéditos na história do movimento revolucionário comunista. Problemas derivados da apreensão da evolução particular do capitalismo russo, assim como dos desafios singulares impostos pela sociedade russa e sua revolução. Podemos enumerar alguns deles: antes de tudo a concepção do partido dos marxistas revolucionários, o partido de vanguarda, assim como a definição do caráter da revolução russa, a necessidade da tomada do poder em situação histórica determinada, a Nova Política Econômica – a NEP e, nela, a proposta do capitalismo de estado como saída necessária do assim chamado comunismo de guerra, a necessidade do planejamento econômico, etc.

A história da revolução russa ainda está para ser escrita e só o tempo nos revelará a totalidade de suas dimensões, de sua reprodução social.³ Este trabalho utiliza elementos historiográficos oficiais das Obras Completas de Marx e Engels, assim como de Lenin. Está longe de esgotar a vasta bibliografia, marxista ou não, sobre a história da revolução russa. Entretanto, tem a pretensão de apontar alguns equívocos teóricos fatais, vinculados ao legado histórico desses mestres que a história do marxismo e do movimento comunista fizeram atuar sobre a revolução russa e que implicaram em graves consequências para o destino dessa revolução e do movimento comunista mundial até os dias atuais.

Tratemos da proposta do capitalismo de estado.

Lenin, em sua intervenção no XI Congresso do PCR, realizado entre 27 de março e 2 de abril de 1922, é enfático e explícito ao determinar a necessidade da nova política econômica e, nela, do significado daquilo que denominou como capitalismo de estado. O centro da questão estaria, para ele, no restabelecimento das trocas mercantis, ou seja, das relações econômicas e, conseqüentemente políticas com o campesinato e, nele, com

³ HOBBSAWN, Eric *Podemos escrever a história da revolução Russa?* Sobre a história. São Paulo, Cia das Letras, 2013, p. 332-346.



a massa dos camponeses pobres. Esta questão seria vital para do destino do comunismo e, conseqüentemente, do partido comunista.⁴

Por sua vez, esse vínculo com o campesinato a ser construído exige ação qualificada do estado e, neste, dos comunistas que o dirigem. O núcleo do poder do estado estava constituído por comunistas, núcleo esse que se exige capacitar para administrar e realizar essas trocas. Entretanto, a experiência, até então (1922), demonstrara que isso ainda não ocorria e que havia sérios empecilhos à sua consecução. Tal tarefa, outrossim, era da máxima urgência. Era preciso, para isso, estudar, aprender a tocar os negócios em uma sociedade capitalista. Havia que superar a capacidade dos capitalistas e seus funcionários nesse quesito, caso contrário não mais se sustentaria o poder dos comunistas.⁵

Para Lenin, não havia como prosseguir a economia de guerra (denominada “comunismo de guerra”) e era impossível evitar o transito econômico pelo capitalismo, ou seja, havia que retomar as trocas, aceitar o capital como relação social vital para conduzir o processo econômico, assim como os personagens do capital, os capitalistas, os especialistas, os negociantes em geral. Obviamente, o trânsito direto ao comunismo estava vedado, impossível ir além das mercadorias e do capital, portanto, por decreto.

A sociedade que expressaria essa transição, foi denominada por Lenin de capitalismo de estado, entretanto qualitativamente distinto do seu homônimo capitalista. Se no capitalismo o estado é o capitalista coletivo, na nova sociedade o estado seria o *comunista coletivo*. No caso russo, seu corpo diretivo estaria composto por comunistas.⁶ Daí que era vital capacitar e expandir esse núcleo dirigente, para a garantia da transição comunista. Dizia Lenin:

Sobre a questão do capitalismo de Estado em geral, a nossa imprensa e o nosso partido em geral cometem o erro de cairmos no intelectualismo, no liberalismo, nos tornarmos sábios sobre como compreender o capitalismo de Estado e olharmos para livros antigos. E o que está escrito aí está completamente errado: está escrito sobre o capitalismo de estado que acontece sob o capitalismo, mas não há um único

⁴ LENIN, V.I. OC t.45 p.77-78, Moscou, 1970

⁵ LENIN, V.I. OC t.45 p.78; 80, Moscou, 1970

⁶ LENIN, V.I. OC t.45 p.85 Moscou, 1970



livro que escreva sobre **o capitalismo de estado que acontece sob o comunismo**. Mesmo Marx não pensou em escrever uma única palavra sobre este assunto e morreu sem deixar uma única citação exata ou instruções irrefutáveis. Então agora temos que sair nós mesmos⁷.

Aqui se exigem algumas observações. A primeira, sobre Marx. É bem possível que Lenin, na ocasião, não tivesse conhecimento da correspondência de Marx (afinal, ainda hoje não temos a edição definitiva das obras de Marx e Engels, o que significa que algumas gerações de estudiosos tiveram acesso limitado à obra dos mestres), pois nela há elementos bastante convincentes sobre a preocupação de ambos com o curso desigual das revoluções proletárias do final do século XIX, com sua forte suposição de que estas ocorreriam em países ainda não plenamente maduros do ponto de vista capitalista, nos quais ocorreram revoluções burguesas conservadoras, em especial com o futuro próximo da revolução proletária na Alemanha.⁸ Situação excepcional que exigiria uma teoria

⁷ LENIN, V.I. (tradução do russo e Itálico PALF)

⁸ MARX & ENGELS Obras Completas, t. 28, ED. P. L. Moscou, 1970, Carta de Engels a Wiedemayer, Manchester, 12 de abril e 1853, p.485-493: "Sob tais circunstâncias, mesmo na avaliação mais sóbria, parece-me completamente inconcebível que a situação atual sobrevivesse à primavera de 1854. É muito bom que desta vez a nossa festa atue em condições completamente diferentes. Todas aquelas estupidezes socialistas que em 1848 ainda tinham de ser defendidas contra os democratas puros e os republicanos do Sul da Alemanha, as ideias absurdas de Louis Blanc, etc. opiniões sobre a confusa situação na Alemanha - tudo isto será agora defendido pelos nossos adversários - os Srs. Ruge, Heinzen, Kinkel, etc. **Pré-requisitos para a revolução proletária**, medidas que nos preparam uma cabeça de ponte e nos abrem caminho - como, por exemplo, uma república única e indivisível⁷³³, etc. que, em virtude da sua vocação natural e normal, deveriam tê-los realizado, ou pelo menos exigido, tudo isto é agora reconhecido, estes senhores aprenderam tudo isto. Desta vez poderemos partir diretamente do Manifesto*, especialmente graças também ao julgamento de Colônia, no qual o comunismo alemão (especialmente na pessoa de Röser) passou no exame de admissão. Tudo isto, é claro, refere-se apenas à teoria; na prática, nós, como sempre, seremos obrigados a limitar-nos a exigir, antes de mais, medidas decisivas e uma crueldade absoluta. E é aqui que reside o problema. **Penso que numa bela manhã o nosso partido, devido ao desamparo e à letargia de todos os outros partidos, será forçado a tomar o poder para, em última análise, realizar coisas que não correspondem diretamente aos nossos interesses, mas aos interesses do revolucionário geral. e especificamente pequeno-burguês; neste caso, sob a pressão das massas proletárias, limitados pelas nossas**



particular, a ser criada pelos revolucionários a fim de saberem o que fazer no caso de o poder cair-lhes no colo. Situação que caracterizaria uma *revolução comunista prematura*, que naturalmente evoluiria através de uma *transição comunista*.

É bem possível que Lenin não conheça a carta de Engels a Wiedemayer, de 12 de abril de 1853, editada na edição soviética no tomo 28 das Obras Completas de 1965, mas é evidente que ele está tentando criar uma teoria dessa tão inusitada transição, tal como exortava Engels. Avocar o comunismo e não o socialismo, presente na citação acima, não é, para Lenin, casual, é substantivo. Como se trata de uma transição comandada pelos comunistas e projetada para a emancipação dos trabalhadores, outra não seria tal transição que não uma transição comunista e, conseqüentemente o caráter dessa revolução não seria outro senão *comunista, uma revolução comunista prematura*. Que percorreria um longo caminho através do capital e simultaneamente contra o capital, pois quer aportar no comunismo, formação socioeconômica teoricamente tratada à exaustão nos três volumes do Capital, assim como nos cadernos preparatórios dessa obra, ou seja, formação que corresponde a uma formulação concreta. Entretanto, o mesmo não poderíamos falar do socialismo, essa sim, uma teoria sobre a qual Marx nada disse, muito menos sobre a teoria da revolução socialista, criada pelos próceres da II Internacional, que transitou à III Internacional e que tantos e insolúveis problemas causou (e ainda causa) ao movimento comunista, em

próprias declarações e planos impressos, até certo ponto falsamente interpretados e apresentados no calor da luta partidária, seremos forçados a realizar experiências comunistas e a dar saltos, que nós próprios sabemos muito bem o quão inoportunos são. Ao mesmo tempo, perderemos a cabeça - esperemos que apenas no sentido físico - ocorrerá uma reação e, antes que o mundo seja capaz de fazer uma avaliação histórica de tais acontecimentos, seremos considerados não apenas monstros, o que teríamos não me importo, mas também tolos, o que é muito pior. É difícil imaginar outra perspectiva. *Num país tão atrasado como a Alemanha, que tem um partido avançado e que é arrastado para uma revolução avançada juntamente com um país tão avançado como a França, no primeiro conflito sério, assim que o perigo real ameaçar, será a vez desta parte avançada a agir, o que seria, de qualquer forma, prematuro.* No entanto, tudo isto não é importante, e ***a melhor coisa que pode ser feita é preparar antecipadamente na nossa literatura partidária uma justificação histórica para o nosso partido, caso isso realmente aconteça.***" (490-491) (tradução do russo e itálico, PALF)

*Manifesto Comunista

Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



especial à Revolução Russa e a todas as demais revoluções proletárias ocorridas nos séculos XX e XXI.

Lenin está, pois, formulando a teoria da transição comunista, do *"capitalismo de estado que acontece sob o comunismo"* nas condições particulares da revolução comunista prematura da Rússia. Ela deve, ou melhor, está condenada a transitar através do capitalismo (mas não do capitalismo propriamente dito), pois não há como saltar diretamente ao comunismo e *não há outra formação socioeconômica entre o capitalismo e o comunismo*, muito menos teorizada por Marx.

246

O capitalismo de estado é o capitalismo que poderemos limitar, cujos limites poderemos estabelecer, este capitalismo de estado está ligado ao estado, e o estado são os trabalhadores, esta é a parte avançada dos trabalhadores, esta é a vanguarda, somos nós. *O capitalismo de Estado é o capitalismo que devemos enquadrar num determinado quadro e que ainda não sabemos como enquadrar nesse quadro. Esse é o ponto principal.* E depende de nós como será esse capitalismo de estado. Temos poder político suficiente, absolutamente suficiente; existem também meios económicos suficientes à nossa disposição, mas não há competências suficientes naquela vanguarda da classe trabalhadora, que foi apresentada para *controlar diretamente, e para definir fronteiras, e para demarcar, e para subjugar, e não ser subordinada*. Tudo que você precisa é de habilidade, e nós não a temos⁹.

A transição precisa ser comandada pelos comunistas não porque estes seriam homens de confiança de quem quer que seja, mas porque fiéis ao **comunismo, tal como Marx havia teorizado**, capazes de enquadrar o capitalismo em limites compatíveis com a **emancipação dos trabalhadores**, *"para controlar diretamente, e para definir fronteiras, e para demarcar, e para subjugar, e não ser subordinada"*. Para realizarem tal proeza histórica, os comunistas precisariam capacitar-se para a tarefa, coisa da qual ainda estariam distantes. Estava assim traçado o trajeto da emancipação dos trabalhadores nas condições russas, soviéticas: um estado controlado por uma vanguarda comunista capacitada, capaz de enfrentar e superar os escolhos dessa longa e tortuosa travessia. Evidentemente, outras dimensões

⁹ LENIN, V. I. OC t.45, p. 85-86 Moscou, 1970 (tradução do russo e itálico de PALF)



dessa expansão qualitativa e quantitativa da vanguarda operária deveriam também pautar-se por esse objetivo estratégico. Este, portanto, não poderia circunscrever-se exclusivamente às tarefas econômicas e sociais nacionais, coisa que uma revolução burguesa radical também poderia realizar.

O imprevisto, dentre tantos outros terríveis imprevistos da revolução russa, além da revolucionária, inovadora e ainda imprevista proposta de Lenin, que vislumbra o capitalismo como acompanhante de pedra da revolução comunista sob a batuta de um estado emancipador liderado por um núcleo comunista emancipador de alto nível, garantia das demais dimensões da emancipação e fundamentalmente da **emancipação econômica dos trabalhadores**, estava em que se para a frente, para o futuro, opera a proposta do capitalismo de estado de Lenin, seria também possível efetivar uma transição comandada sob um **comando regressivo**, aos moldes pré-capitalistas e ao estilo do estado absolutista, a meu ver representada pela proposta do camarada Djugachvili, vulgo Stalin. A diferença substantiva entre as suas propostas está em que se a revolução comunista prematura russa, para atingir o comunismo, exige ser comandada pelo *eixo emancipador dentro e fora do estado, ou seja, do estado e da regente classe trabalhadora*, ao passo que a outra revolução possível, embora dizendo-se afiliada a Lenin e Marx, é *negadora do eixo social emancipador* e exige o eixo do comando unipessoal, da violência contra todos, da negação da hegemonia concordada e assim, *ao negar a emancipação dos trabalhadores como eixo, promove a emancipação do estado e assim, inevitavelmente, faz a transição aportar inevitável e impreterivelmente no capitalismo*. Assim ocorreu, de fato, para a perplexidade dos soviéticos, dos comunistas e, porque não, da humanidade.

A proposta de capitalismo de estado de Lenin, exige o reconhecimento do **vínculo vital** com o campesinato, ou seja, a legalidade das relações com essa classe passa pela política de conquistá-la para o projeto comunista. A proposta de Stalin, ao contrário, prescinde da política de conquista da hegemonia política e cultural sobre o campesinato, centrada que está no comando unipessoal, na conquista exclusiva das tarefas nacionais e radicalmente contra a emancipação dos trabalhadores, colocados em situação de subalternidade e anomia. **Simplificadamente, diríamos que Lenin propõe a estratégia comunista para o comunismo e Stalin a estratégia não-comunista, ou mesmo anticomunista que deságua no capitalismo**. A estratégia regressiva exige o mando, a ordem, o poder



centralizador e unipessoal, a submissão de tudo e todos ao chefe supremo, cuja opinião se transforma automaticamente em verdade revelada e inconteste, ou seja, a um mando despótico tal como o dos reis absolutistas, que promovem o capital e condenam seus povos ao diktat feudal, forma de governo e ideologia que nada tem a ver com Marx ou Lenin e, portanto, com o objetivo central do comunismo, a emancipação dos trabalhadores, a emancipação social. Ou seja, o eixo vital que baliza e conduz a sociedade do capital para formas crescentemente emancipadas de uma reprodução social, da qual o capitalismo de estado é seu ponto de partida, ao ser negado pela estratégia de Koba, não deixará outra alternativa à essa sociedade profundamente despolitizada e violentada pela exercício crônico e sistemático da plena subordinação social ao déspota todo-poderoso, que não a alternativa de realização do império do capital, da relação social incontestada pela estratégia antiemancipacionista. Assim foi e será em todas as experiências de construção dessas sociedades sob as determinações teóricas e práticas da teoria do socialismo.

Com razão Lenin afirma ser comunista sua estratégia e não casualmente ali não a denomina como sendo socialista, pois o socialismo não é uma formação social determinada, concreta, teorizada por Marx¹⁰. Formações concretas e historicamente dadas na história são o capitalismo e o feudalismo (ou a comunidade asiática, por exemplo), ao passo que a sociedade transitiva, que se instaura com a ditadura do proletariado, não passa de simplesmente materializar uma sequência de etapas transitivas da especial sociedade capitalista concebida por Lenin, no sentido do comunismo em sua forma prematura até a conquista de uma sociedade plenamente comunista. Assim pensava Marx em sua carta testamento aos líderes do partido alemão unificado (lassaleanos e eisenachianos), que tomou o nome de *Crítica do programa de Gotha*, na qual Lenin se inspirou ao escrever seu *O estado e a revolução*.

Transição comunista e as forças produtivas

Na estratégia comunista, a criação de novas forças produtivas aproxima o momento de alcance do comunismo, pois, então a classe operaria – a mais importante força produtiva que comandaria o processo

¹⁰ Embora igualmente se mantenha dentro do dogma do socialismo, dessa herança teórica da II Internacional.



emancipatório – poderia enfim liquidar os últimos vestígios da sociedade capitalista. Forças produtivas materiais e humanas compõem um único processo, não há preeminência da etapa da produção material sobre o poder operário consubstanciado na emancipação mais avançada. A teoria das duas etapas, com a preeminência das forças produtivas materiais é uma invenção da teoria da revolução socialista, que coloca a emancipação do estado como primazia da etapa socialista, em detrimento da emancipação dos trabalhadores, ou seja, da emancipação econômica destes.¹¹

A transição concebida por Marx, portanto, ocorreria sob a forma de um capitalismo limitado crescentemente social, sob a égide do capital constrangido pelos trabalhadores e estado, um *capitalismo cada vez menos propriamente capitalista*, onde o capital controlaria cada vez menos o espectro da reprodução social e os trabalhadores, inversamente, controlariam cada vez mais a reprodução social e imprimiriam nela as suas necessidades crescentes enquanto trabalhadores emancipados. Por essas razões seria uma transição *comunista*. Para isso, ao longo de seu processo de evolução, a maioria da população da nação se tornaria um coletivo voluntário, consciente, organizado, capaz de planejar e hegemonizar essa evolução de modo a substituir o estado e superar o reino das mercadorias e, conseqüentemente, do capital.¹²

Porém, esta transição tem, necessariamente, dimensão universal. Não existe a possibilidade de uma plena transição comunista a partir de uma só nação, por mais avançado que seja o estágio de seu desenvolvimento e por mais populosa ou economicamente poderosa que esta seja. Esse debate é um dos muitos abandonados e esquecidos e esta questão, também abandonada e esquecida, é de suma importância. O imperialismo tudo faz e fará, enquanto existir, para desviar e sabotar a transição, seja ela comunista ou democrática radical e popular, de emancipação nacional, ou seja, capitalista. Para este, o simples fato das revoluções populares se afastarem da subordinação imperial já representa razão suficiente para elas serem hostilizadas e subvertidas. Tal é a experiência vivida por todas as revoluções autoproclamadas socialistas, incluída a revolução russa.

¹¹ KORIAGUIN, A., F. SCHELIAKIN, R. TONKONOG (red.) Economia política do socialismo, cap. XV, Editora Mysl, Moscou, 1977.

¹² MARX, Karl O capital, Izdatelstvo Politicheskoi Literatury, Moskva, 1969, t I, cap.1, p.88-89, 499-501, etc.



As revoluções comunistas prematuras caminham pelo fio da navalha. A indiferença da massa da população, a situação minoritária da classe operária e nela, de sua vanguarda, a enormidade das tarefas práticas exigidas diuturnamente pela revolução, a condição minoritária dos partidos operários revolucionários, todo esse complexo de relações particulares fazem com que a via revolucionária seja estreita e tormentosa, ao ponto de fazer soçobrar facilmente a revolução comunista prematura, de ela ver-se engolfada pelo tsunami prático, de tal modo fazendo-a transigir com suas tarefas teóricas comunistas.

O tsunami prático é representado pelo estado, que se ordena a partir das exigências das mercadorias, ou seja, do capital e cuja calibragem comunista se faz por via do partido operário revolucionário. Esta calibragem, por sua vez, é exercida por uma fina camada de revolucionários mais capacitados e passível de ser radicalmente alterada, i.e., destruída, pelas reviravoltas na cúpula partidária, de modo a desvirtuar radicalmente o caráter da revolução. Ao invés da revolução resultar na acumulação e expansão da emancipação dos trabalhadores vis a vis o estado, teríamos a expansão da emancipação do estado vis a vis os trabalhadores.

Por sua vez, nesse sentido, a ideologia da teoria da revolução socialista tem uma grande força prática, ao estabelecer, de princípio, uma cesura entre a ação comunista e a socialista, de modo a obscurecer o projeto comunista. Os comunistas passam, então, a ser agentes de um projeto não comunista, que é, em última análise, de fato, um projeto, que afirma a emancipação do estado com relação ao projeto original matricial, de Marx, da emancipação dos trabalhadores.

Resulta dessa confluência de fatores, o paradoxo que se evidencia na exigência de uma vitoriosa revolução dos proletários, única capaz de mobilizar as forças revolucionárias contra o status quo e derrota-lo, para em seguida, após a sua realização, prescindir dessa mesma força motriz, em prol de uma revolução estatal.

A via crucis das revoluções proletárias nos capitalismo nascidos de revoluções burguesas conservadoras, põe-se e repõe-se ao longo do século XX e inícios deste século XXI e elas não passam de instrumentos dos desígnios das mercadorias e, por conseguinte, do capital. Caminhar através da força centrífuga do capital e aportar no comunismo exige a construção sistemática, perene, diuturna, do complexo de relações constitutivas da emancipação dos trabalhadores. Sem esse complexo emancipador, essas



revoluções proletárias rumarão necessária, natural e inexoravelmente, à multiplicação das forças produtivas do capital e para o capital.

A teoria da revolução socialista inventa o socialismo como sendo uma nova formação social intermediária entre o feudalismo e o capitalismo (ou entre o capitalismo e o comunismo) fazendo obscurecer o caráter comunista da revolução, ainda que prematura e, conseqüentemente, as obrigatórias tarefas comunistas. As tarefas socialistas, portanto, nascem desobrigadas da transição comunista e são usadas de tal forma como estando imanentemente vinculadas ao comunismo, de forma que a nova formação social inventada estaria votada a desabrochar em um momento determinado como sociedade comunista, tal como a borboleta que produz o casulo dos fios da seda. Assim, por obra dessa nova teologia, em violação flagrante da dialética materialista, o socialismo produziria automaticamente o comunismo, mesmo desobrigado de gestar o complexo emancipador.

Lenin, ainda que usando o conceito de socialismo, de fato concebe uma transição comunista, com atributos comunistas, métodos comunistas e objetivos comunistas. A formulação do capitalismo de estado seguido da cooperação, soldando os destinos da transição à aliança entre operários e camponeses, garantiria a reconstrução econômica da Rússia simultânea à hipotética vitória da estratégia comunista¹³. Inútil nos perguntarmos se ela

¹³ LENIN, V.I. OC, t. 44, p. Moscou, 1970 (em russo):

“A nova política econômica significa substituir a apropriação por um imposto, significa uma transição para a restauração do capitalismo numa medida significativa. Até que ponto - não sabemos. Concessões a capitalistas estrangeiros (no entanto, muito poucas delas foram concluídas até agora, especialmente em comparação com as propostas que fizemos), arrendamentos a capitalistas privados - esta é a restauração direta do capitalismo e isto está ligado às raízes da nova política econômica. Pois a abolição da apropriação significa para os camponeses o livre comércio dos excedentes agrícolas não obtidos pelo imposto, e o imposto cobra apenas uma pequena parte dos produtos. Os camponeses constituem uma parte gigantesca de toda a população e de toda a economia e, portanto, com base neste comércio livre, o capitalismo não pode deixar de crescer.” (LENIN, V.I., OC t.44, p.160 “A NEP e as tarefas dos trabalhadores da educação política”, (tradução do russo, trad. PALF)

“Por outro lado, se o capitalismo vencer, a produção industrial crescerá e com ela o proletariado crescerá. Os capitalistas beneficiarão da nossa política e criarão um proletariado industrial, que no nosso país, graças à guerra e à ruína e devastação desesperadas, foi desclassificado, isto é, arrancado da sua rotina de classe e deixou de existir como um proletariado. O proletariado é a classe envolvida na produção de



seria vitoriosa, o que importa é a solução teórica proposta por Lenin, pois a história tem seus desígnios próprios, nem sempre adequados à verdade

bens materiais nas empresas da grande indústria capitalista. Desde que a grande indústria capitalista foi destruída, desde que as fábricas e as siderúrgicas foram destruídas, o proletariado desapareceu. Às vezes ele era listado formalmente, mas não estava vinculado a raízes econômicas.

Se o capitalismo for restaurado, então também será restaurada a classe do proletariado, engajada na produção de bens materiais úteis para a sociedade, empregada em grandes fábricas de máquinas, e não na especulação, não na fabricação de isqueiros para venda e outros "trabalhos" que não é muito útil, mas muito inevitável na situação de devastação da nossa indústria." (pág.162)

"Precisamos de fazer muito pouco mais do ponto de vista de um europeu "civilizado" (principalmente alfabetizado) para forçar todos a participar e a participar não passivamente, mas ativamente em operações cooperativas. A rigor, resta "só" uma coisa: tornar a nossa população tão "civilizada" que compreenda todos os benefícios da participação universal na cooperação e estabeleça essa participação. "Só isso. Não precisamos de qualquer outra sabedoria agora para avançarmos para o socialismo. Mas para realizar este "apenas" é necessária toda uma revolução, todo um período de desenvolvimento cultural de toda a massa popular. Portanto, nossa regra deveria ser: o mínimo possível de filosofar e o mínimo de frescuras possível. A NEP, a este respeito, representa um progresso na medida em que se adapta ao nível do camponês mais comum, e não exige dele nada superior. Mas para conseguir a participação de toda a população na cooperação através da NEP, é necessária toda uma era histórica. Podemos encerrar bem esta era em uma ou duas décadas. Mas ainda assim, esta será uma época histórica especial, e sem esta era histórica, sem alfabetização universal, sem um grau suficiente de compreensão, sem um grau suficiente de habituação da população ao uso dos livros, e sem a base material para isso, sem uma certa segurança, por exemplo, contra o fracasso das colheitas, a fome, etc. - sem isso não alcançaremos o nosso objetivo. A questão agora é sermos capazes de combinar esse alcance revolucionário, esse entusiasmo revolucionário que já demonstramos e demonstramos em quantidades suficientes e com certeza.

Queriam o sucesso total, poder combiná-lo (aqui estou quase pronto a dizer) com a capacidade de ser um comerciante inteligente e competente, o que é suficiente para um bom cooperador. Por capacidade de ser um vendedor ambulante, quero dizer a capacidade de ser um vendedor ambulante culto. Que o povo russo ou apenas os camponeses, que pensam: já que ele comercializa, significa que sabe ser comerciante, pensem nisso. Isto é completamente falso. Ele negocia, mas ainda está muito longe de ser um comerciante culto. Ele agora negocia à maneira asiática, mas para poder ser um comerciante, é necessário negociar à maneira europeia. Toda uma época o separa disso." (LENIN, V.I. OC t. 45, p. 373, "Sobre a cooperação," em russo, trad.

PALF)



teórica ou aos acertos práticos das revoluções. Tal ocorreu com a Comuna, assim como com a revolução Russa e, sem exceção, com todas as revoluções proletárias posteriores. Tal abordagem nos permite pensar a história para além de seus desfechos imprevistos, que negam o sentido declarado das revoluções proletárias, e retirar dela os ensinamentos necessários para a construção do futuro. Ainda mais quando o futuro permanece nas trevas da teoria de uma revolução tratada à revelia de seu verdadeiro caráter, numa encruzilhada que conduz ao resultado contrário do prometido, do fruto que sonha oferecer e das águas turvas em que mergulham seus seguidores e ali se afogam. É imperativo desvendar o segredo desse socialismo que se faz passar por comunismo e que é responsável pelo desencanto universal dos proletários e confusão teórica e prática dos revolucionários, que mesmo após o fim da URSS continuam presos aos seus ossos.

Conclusões

A teoria da revolução socialista não é obra de Marx ou Lenin, nasceu no partido social democrático alemão, líder incontestado da II Internacional, obra de Lassalle e corroborada por Kautsky. Este e outros tantos equívocos da maior seriedade são veementemente criticados por Marx em sua carta aos dirigentes alemães, cujo programa afinal seria aprovado em Gotha, no congresso unificador das suas correntes principais do socialismo alemão, os lassalleanos e eisenachianos. A *Crítica ao Programa de Gotha* foi o nome posteriormente dado à essa carta-manifesto, testamento de Marx dirigido às próximas gerações, em 1875. A crítica é veemente, além de amarga e duríssima, ao ponto de Engels ser obrigado a amaciar seu impacto, suprimir certas expressões mais fortes normalmente usadas entre amigos de velhíssima data, mas chocantes para o público desavisado sobre tais hábitos sociais. Sem entrar em detalhes, presentes nas cartas trocadas entre Engels e esses dirigentes em 1891, 16 anos após a redação da Crítica, Engels teve que ameaçar com denúncia pública esses dirigentes amigos (Bebel, Kautsky e outros) devido à recusa destes em publicá-la¹⁴.

¹⁴ MARX & ENGELS, Obras Completas de Marx e Engels, edição soviética de 1965, tomo 39, carta nº 46, 1-2 de maio de 1891, de Engels a August Bebel: "Durante os 13 anos do império da lei contra os socialistas, não havia, entenda-se, nenhuma possibilidade de manifestar-se, dentro do partido, contra o culto a Lassalle.(...) Qual a diferença entre vocês e Putkamer* se, em suas próprias fileiras, vocês introduzem



O fundamental, no que respeita ao tema deste texto, é que a teoria da revolução socialista é ali definitivamente desautorizada por Marx. A transição que se abre após a revolução é ali expressamente denominada **comunista**. Nenhuma menção a uma revolução socialista.¹⁵

Ao desvirtuar radicalmente todas as facetas da reprodução social, e violentar o eixo definidor da garantia de vitória – o campesinato em aliança com o proletariado e seu estado –, a estratégia de Stalin liquida irreversivelmente a revolução comunista e a transforma em forma regressiva de um estado absolutista empenhado em expandir ao máximo o reino exclusivo do capital e das mercadorias, embora formalmente preocupado em manter uma linha de igualdade social.¹⁶

uma lei contra os socialistas? Isso, para mim, não me afeta muito: nenhum partido de nenhum país, me obrigará a calar-me quando eu decidir falar, mas eu gostaria de fazer você pensar se não seria melhor para você ser um pouco menos melindroso e um pouco menos prussiano em suas ações. Vocês, o partido, precisam da *ciência socialista*, e ela não pode existir sem liberdade de desenvolvimento." (p.76-77).

*Puttkamer, Robert Victor (1828-1900), autoridade pública reacionária prussiana, ministro do interior (1881-1888), um dos organizadores da repressão dos socialdemocratas durante a vigência da lei contra os socialistas.

¹⁵ "Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista existe o período de transformação revolucionária da primeira na segunda." Marx, K. Crítica ao Programa de Gotha, OE, t.III, p. 23, Ed.Progreso, Moscú, 1976. (em espanhol)

¹⁶ De fato, muito longe de haver sido realizada. Muito interessante é o grande discurso de Milovan Djilas contra a definição de Kruchev, em 1949, sobre o caráter da liderança da sociedade iugoslava ("...a gangue de assassinos e espíões Tito-Rankovic, que" consumou sua passagem do nacionalismo ao fascismo e se tornou o direto agência do imperialismo, seu instrumento na luta contra o socialismo e a democracia", Kruchev, Nikita A Amizade Estalinista dos Povos, 1949): "Aqui estão os principais desvios do Estalinismo: criação de 'uma desigualdade nas suas relações com outros países socialistas e seus exploração; exaltação antimarxista do papel do líder, muitas vezes levando a falsificações grosseiras da história, e idolatria semelhante à encontrada nas monarquias; burocracias; promoção ideológica do nacionalismo russo, subestimação e rebaixamento do papel, cultura e história de outros povos que visam partilhar zonas de influência com estados monopolizadores da interpretação da ideologia marxista e das táticas a serem utilizadas pelos trabalhadores; 'movimento; introdução de métodos que recorrem à mentira e ao escândalo no movimento dos trabalhadores; abolição da liberdade de discussão, restrição da iniciativa de massa, isto é, das forças produtivas fundamentais e, ao mesmo tempo, de todas as forças produtivas em geral; ...

A resolução do Kominform [condenando Tito] mostra que os elementos burocráticos da URSS estão a tentar encontrar na política externa uma solução para a crise interna,



O objetivo dessa revolução e, afinal, da transição comunista, no entender de Marx, é a emancipação dos trabalhadores e jamais a emancipação do estado. *A emancipação do estado sob o capital só poderia ser, no momento seguinte à ruptura dessa condição, ou seja, ao fim do poder revolucionário sobre ele, a **emancipação do capital**.*

Marx, sabedor das consequências mediatas e imediatas da hipótese da emancipação do estado e demais equívocos teóricos, do alto de sua vida de dedicação absoluta e permanente à decifração do processo histórico sob o capital e das necessidades da luta revolucionária contra esta relação social, proclama ao mundo seu desabafo final, sob a forma de epitáfio, com o qual bem podemos também finalizar este trabalho.

O capítulo IV da carta testamento de Marx, a crítica do programa de Gotha, dirigida aos dirigentes do partido operário alemão expressa essa situação particular das revoluções proletárias nascidas dessas revoluções burguesas específicas. Ela inspira o livro de Lenin *O estado e a revolução*, mas neosla esse problema não está ainda resolvido. Marx termina tal carta usando frase do profeta Ezequiel, *Dixi et salvavi animam meam* (Ez:33:9), (*Disse e salvei a minha alma*). Uma utilização não casual desta proclamação, deste desabafo do maior teórico do judaísmo. O profeta Ezequiel perora contra os judeus que abandonaram a verdade, para ele a fé, e que ao se tornarem incapazes de compreender o seu destino, serão vítimas deste, embora no futuro distante isso venha a ocorrer com o seu retorno à verdade. Uma evidente mensagem às futuras gerações de revolucionários, lutadores por uma sociedade liberta da escravidão aos deuses terrenos e celestiais.

Lenin lutou bravamente para conduzir a revolução russa na tormentosa transição comunista que se abriu com a tomada do poder. Seu ingente esforço sistemático de ir solucionando seus desafios práticos colocando-os em consonância com os objetivos emancipacionistas maiores

ou seja, reprimir temporariamente esta crise através de sucessos no exterior, através da exploração e da exploração. subordinação de outros países socialistas...

Foi assim que as contradições internas entre o centralismo burocrático e os produtores diretos, isto é, o povo, evoluíram inevitavelmente para contradições externas, para um conflito entre o imperialismo burocrático e as aspirações do povo por uma vida em liberdade e igualdade..." Milovan Djilas, *Sobre os novos caminhos do socialismo*, 1950. em Kostas Papaioannou, *Marx e os marxistas*, Paris, Gallimard, 2001. Logo mais, em 1956, o assim chamado Relatório Secreto de Kruchev, revela oficialmente a verdade sobre o estalinismo, em termos muito mais agudos do que aqueles presentes na fala de Djilas.



da revolução social permanece como exemplo maior de ação revolucionária engenhosa, flexível e corajosa, livre de amarras metafísicas e preconceituosas.

A ideia da reconstrução socioeconômica da nação através da adoção do capitalismo de estado vinculado indissolúvelmente à cooperação camponesa, que não seria um capitalismo propriamente dito, pois, dirigido pelo estado governado pelos comunistas e trabalhadores em geral e sob condições políticas e econômicas de limitação substantiva do capital bem evidencia a veracidade do acima afirmado. Assim, a transição comunista seria uma das possibilidades históricas da transição nesses polos de revoluções burguesas conservadoras.

Entretanto, havia outra via transicional, não comunista, capaz de efetivar a emancipação nacional, ou seja, de dotar a nação de um complexo de relações socioeconômicas capazes de garantir a expansão socioeconômica por meio da emancipação estatal subordinada ao capital, embora negando sob todos os aspectos a emancipação comunista, a emancipação dos proletários, operários e camponeses, que visaria superação do estado, da mercadoria e, por conseguinte, do capital. Nenhuma das vias propostas estava prevista nos manuais, ninguém havia teorizado a possibilidade dessas transições qualitativamente distintas.

A história cumpriu os seus desígnios insondáveis do modo que pareceu mais acertado para uma determinada geração de revolucionários.¹⁷ Lenin esteve isolado no que respeita à tomada do poder e na via de solução comunista do complexo de contradições posto no caminho da revolução. Demonstra um evidente dilema desta e de muitas outras revoluções dessa

¹⁷ Esta citação de Engels, analisando a situação russa após a Guerra da Criméia bem pode ilustrar os dilemas da situação revolucionária russa em seu debate sobre as vias e caráter da transição a efetuar-se: "Por mais autocráticos que sejam, *en dernier lieu*, todos os governos somente são executores das necessidades econômicas de sua própria situação nacional. Poderão executar essa tarefa de diferentes maneiras - bem, mal, ou regular -; poderão acelerar ou deter o desenvolvimento econômico e suas conseqüências políticas e jurídicas, mas *à la longue* têm que segui-lo. Se os meios com os quais se levou a cabo a revolução industrial em Rússia foram ou não os mais adequados, esta é outra questão, e nos levaria demasiado longe discutí-la. Para meu objetivo basta a comprovação de que esta revolução industrial era inevitável"¹⁷., **Marx, Karl; Danielson, N. F., Engels, F., Correspondência - 1868-1895**, Mexico, Siglo Veintiuno edit., 1981, p. 276-277 (18/6/1892) (grifo nosso).



ordem, ao evidenciar o peso decisivo de determinadas personalidades no caráter de sua transição a novos patamares emancipatórios, que podem afastar ou incrementar o controle do capital sobre elas. A prematuridade dessas revoluções comunistas as torna naturalmente frágeis diante do embate de seus dirigentes maiores. Elas igualmente jamais poderão cumprir seu caráter comunista ao abraçar a teoria da revolução socialista, fato que obstaculiza o trânsito da humanidade a uma nova sociedade livre do capital.

Mas a história avançou e as novas gerações, do alto da compreensão de suas limitações podem novamente ousar faze-la avançar sem temer recaídas nas armadilhas de seu destino recente. Assim podemos repetir Marx, dizendo novamente,

Dixi et salvavi animam mean.

Referências

- HOBSBAWN, Eric **Podemos escrever a história da revolução Russa?** Sobre a história. São Paulo, Cia das Letras, 2013, p. 332-346.
- LENIN, V. I, **Obras Completas**, t. 44-45, Moscou, 1970 (em russo)
- MARX, K. e F. ENGELS **Obras Completas** t. 38, Editora de literatura política, Moscou, 1969 (em russo)
- MARX, Karl; Danielson, N. F., Engels, F., **Correspondencia - 1868-1895**, Mexico, Siglo Veintiuno edit., 1981
- MARX, K. e F. ENGELS, **OE**, t. III, Ed.Progreso, Moscú, 1976.
- MARX, K. e F. ENGELS **Obras Completas**, t. 44 e 45, Moscou, 1970 (em russo)
- KORIAGUIN, A., F. SCHELIAKIN, R. TONKONOG (red.) **Economia política**. Socialismo, cap. XV, Editora Mysl, Moscou, 1977. (em espanhol)
- MARX, Karl **O capital**, Izdatelstvo Politicheskoi Literatury, Moskva, 1965, T I, cap.1, p.88-89, 499-501, etc. (em russo)
- MARX, K. e Friedrich Engels **Obras Completas**, t. 28, Carta de Engels a Wiedemayer, Manchester, 12 de abril e 1853, p.485-493: IPL, Moscou, 1970

São Paulo, 30-31 de janeiro; 7-8 de maio de 2024



Ensaaios Críticos



O movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra¹

259

Resumo

A grande burguesia industrial brasileira perfez, entre 1996 e 2016, um movimento pendular de aproximação e posterior afastamento com organizações da classe trabalhadora e suas perspectivas políticas. No longo prazo, entretanto, a tendência é que se estreite a possibilidade de novos ciclos “desenvolvimentistas” e que se aprofunde o neoliberalismo no Brasil.

Palavras-chaves: Burguesia industrial brasileira; desenvolvimentismo; neoliberalismo.

Resumen

Entre 1996 y 2016, la burguesía industrial brasileña llevó a cabo un movimiento pendular de acercamiento y posterior separación de las organizaciones de la clase trabajadora y sus perspectivas políticas. A largo plazo, sin embargo, la tendencia es que la posibilidad de nuevos ciclos “desarrollistas” se reduzca y que el neoliberalismo se profundice en Brasil.

Palabras clave: Burguesía industrial brasileña; desarrollismo; neoliberalismo.

Abstract

Between 1996 and 2016, the Brazilian industrial bourgeoisie carried out a pendulum movement of rapprochement and subsequent separation from working class organizations and their political perspectives. In the long term, however, the tendency is for the possibility of new “developmentalist” cycles to narrow and for neoliberalism to deepen in Brazil.

Keywords: Brazilian industrial bourgeoisie; developmentalism; neoliberalism.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. | gabosenra@gmail.com
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



A grande burguesia industrial brasileira realizou, nas duas décadas que separam os anos de 1996 e 2016, um “movimento pendular”, fato que já foi observado por autores como Vaccari (2016), Martuscelli (2017) e Boito Jr. (2018). Para o Brasil, essa expressão é utilizada como metáfora do processo de afastamento e reaproximação desta fração do grande capital das pautas do neoliberalismo ortodoxo, ou seja, de seu programa e das frações que o apoiam. Ela expressa um complexo movimento que se inicia com o esgotamento dos benefícios do Plano Real, se acelera no bojo da melhoria das condições internacionais e do crescimento brasileiro, atinge seu ápice no início do governo Dilma e, após o fracasso de seu esforço desenvolvimentista, se completa com a reunificação do grande capital em torno da defesa das novas reformas neoliberais como a Trabalhista, da Previdência, entre outras. A completude do pêndulo, no fim das contas, se expressaria no apoio quase unânime da grande burguesia industrial brasileira ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e ao governo Temer.

Paulo Skaf é personificação quase perfeita deste movimento. Ele foi eleito presidente da entidade na eleição de 2004 com apoio “semioficial” do Palácio do Planalto, e assumiu a tarefa tanto de expandir a inserção da grande burguesia industrial nos espaços de decisão do aparato de Estado quanto de avançar na organização e atuação política de sua fração de classe. Entre 2006 e 2010 Skaf criticou ativamente as permanências neoliberais da gestão macroeconômica, fincou posição ao lado das centrais sindicais governistas para defender o programa novo-desenvolvimentista, e em 2011 aplaudiu de pé o salto qualitativo do Governo Dilma em direção a uma gestão “pró-indústria”. A partir de 2015, por outro lado, o presidente da FIESP deu uma guinada radical no sentido de sua intervenção política. Foi um dos mentores do ativismo da FIESP em defesa do impeachment de 2016, agitando e financiando as amplas manifestações golpistas e sendo um dos fiadores políticos do governo Temer. Em poucos anos, Skaf transitou de uma figura próxima ao Partido dos Trabalhadores para um bolsonarista notório e neoliberal intransigente.

A dinâmica política por trás de da trajetória política de Skaf e da entidade que ele presidiu, evidentemente, é muito mais complexa que seus interesses subjetivos, oportunistas ou não, e para compreendê-la é necessário recuperar os traços gerais do movimento pendular da grande



burguesia industrial brasileira que perdurou nas duas décadas entre 1996 e 2016.

O Plano Real, ao se basear na abertura comercial e financeira para alcançar a estabilização monetária, ratificou a estruturação do neoliberalismo como o novo padrão de reprodução longo da economia brasileira. Vale lembrar de como se encontravam os grandes grupos nacionais no momento de lançamento do Plano: no governo Collor, a posição que defendia uma abertura comercial e financeira gradual, balizada pelo financiamento estatal e por políticas industriais consistentes, apoiada pelos setores mais avançados do grande capital industrial brasileiro, foi derrotada em favor da abertura rápida e abrangente pautada pelos setores hegemônicos, a saber, as multinacionais e o grande capital bancário brasileiro. Neste contexto, os grandes grupos nacionais entraram num movimento defensivo de reestruturação, reduzindo suas unidades produtivas e concentrando suas atividades nos setores que tinham maiores vantagens para poder sobreviver à força da concorrência externa e à crise. Isso não significa, é claro, que esses grupos foram defenestrados de seu papel enquanto classe dominante: a grande indústria brasileira também foi favorecida nesta primeira etapa de implementação do neoliberalismo, não só pela flexibilização das relações de trabalho, como também, e principalmente, pelas privatizações das empresas públicas, especialmente da siderurgia e química básica. A indústria nacional foi a principal beneficiária das privatizações, que lhes permitiu assumir uma série de ativos em setores intensivos em escala e recursos naturais, auxiliando em sua competitividade em meio à abertura comercial e financeira. Assim, a grande burguesia industrial brasileira também se beneficiou com o neoliberalismo, e apesar de não ser uma fração hegemônica, ocupava posição importante no interior do bloco no poder e apoiou a continuidade das reformas.

O Plano Real permitiu um salto qualitativo no processo de reestruturação do grande capital industrial nacional. De imediato, ele permitiu uma forte expansão do consumo, engendrando depois de anos de crise um ciclo significativo de crescimento para a economia brasileira. Frente a expansão das receitas e ao custo baixo das máquinas e insumos importados, os grandes grupos industriais que sobreviveram ao início dos anos 1990 entraram em uma nova etapa de reestruturação, se modernizando mediante a incorporação de produtos e tecnologia estrangeira e expandindo seu financiamento externo para aproveitar as oportunidades oferecidas



pelos mercados internacionais. Apoiados pela privatização e pela abertura, os grandes grupos industriais puderam entrar em uma etapa “ofensiva” de reestruturação, se fortalecendo nos setores que contavam com maiores vantagens concorrenciais, seja pela escala de produção, seja por serem intensivos em recursos naturais.

A partir de 1996, entretanto, os efeitos do Plano Real sobre o consumo e sobre o investimento privado começaram a se esgotar. Mais do que isso: por todo o final da década de 1990 ficou cada vez mais nítida a contradição existente entre o neoliberalismo ortodoxo e seu modelo de gestão macroeconômica e qualquer possibilidade de crescimento sustentado de longo prazo. A política de câmbio valorizado, as altas taxas de juros e as crises do balanço de pagamentos agiram como obstáculos ao crescimento da demanda agregada e ao investimento industrial. O grande capital industrial foi particularmente atingido pela desvalorização forçada no fim dos anos 1990, que ampliou suas despesas financeiras e elevou sua fragilização após o intenso ciclo de endividamento externo necessário para levar a cabo sua reestruturação. Assim, a burguesia industrial sofria não só com as altas taxas de juros e com a força da concorrência externa em um momento de desaceleração do crescimento, mas requisitava do apoio ativo do Estado para prosseguir com o processo de consolidação no padrão de reprodução neoliberal, obstaculizado pela fragilização das empresas e pela alta dispersão dos ativos privatizados. A demanda pelo apoio ativo do Estado ao processo de consolidação da grande burguesia industrial brasileira dentro do neoliberalismo se expressaria no programa “liberal-desenvolvimentista” que pautaria a atuação da FIESP por todo o período seguinte.

Assim, no final dos anos 1990 a grande burguesia industrial brasileira voltou a se movimentar politicamente e a se distanciar cada vez mais do neoliberalismo ortodoxo de FHC, pautando a mudança do modelo de gestão macroeconômica em direção a menores taxas de juros e maior controle cambial, mas principalmente exigindo a expansão do financiamento público e novas políticas de apoio à indústria. Por mais que o governo FHC buscasse apaziguar as tensões avançando novas privatizações e realizando a reforma do Estado, a instabilidade do crescimento, a recorrência das crises externas e o grau de insatisfação popular acabaram minando o consenso em torno do neoliberalismo ortodoxo alcançado após o Plano Real. Isso concorreu para outro aspecto do mesmo processo de desgaste: a classe trabalhadora, após



anos surrada pela reestruturação produtiva, pela desnacionalização e privatizações, passou por uma mudança significativa no horizonte de lutas de suas organizações sindicais e políticas, fato que se expressa melhor na trajetória do PT e da CUT. De um confronto direto e intransigente com o neoliberalismo, o objetivo passou a ser cada vez mais a busca pela retomada do crescimento e pela introdução de políticas de combate à pobreza *dentro* do neoliberalismo².

Neste contexto, a grande burguesia industrial brasileira se afastou cada vez mais das classes hegemônicas (o capital internacional e a grande burguesia bancária) e se aproximou do movimento popular, consolidando uma frente política em defesa da retomada do crescimento sem romper com as reformas neoliberais. Nessa época, tornaram-se comuns manifestações conjuntas da CUT e da FIESP que criticavam o neoliberalismo ortodoxo de FHC e exigiam o incentivo à produção e ao emprego industrial (Boito Jr., 2018). Em meio ao desgaste do neoliberalismo ortodoxo entre as classes dominantes e o apaziguamento crescente do Partido dos Trabalhadores e da CUT, viabilizou-se politicamente a vitória de Lula na eleição de 2002.

O governo Lula aproveitou a situação internacional favorável para acomodar o interesse de diferentes classes no interior do padrão de reprodução do capital neoliberal. O *boom* das commodities e o ciclo internacional de liquidez permitiram a superação das constrições externas e a melhoria da situação fiscal dentro dos marcos do modelo de gestão macroeconômica, o que possibilitou uma série de políticas de estímulo ao consumo e ao investimento sem romper com o neoliberalismo e inaugurando um novo ciclo de crescimento, "social-liberal". Por outro lado, também foi possível alçar o liberal-desenvolvimentismo como política de Estado, mobilizando uma série de instrumentos para a consolidação setorial dos grandes grupos industriais brasileiros dentro do padrão de reprodução neoliberal e articulando novos espaços institucionais para ampliar sua capacidade de intervenção da grande burguesia industrial no aparato de Estado. Os desembolsos do BNDES, os recursos dos fundos de pensão controlados pela CUT e o BNDESPar, os investimentos da Petrobrás e demais estatais, as PPPs, tudo isso foi direcionado para incentivar a acumulação e crescimento dos grandes grupos industriais brasileiros. Como resultado, por volta de 2010 não só os grandes grupos industriais brasileiros haviam se

² Sobre o impacto do neoliberalismo no movimento sindical e em suas perspectivas políticas, ver Boito Jr. (1999).



consolidado quanto havia alcançado um novo patamar histórico de internacionalização, expandindo sua atuação para alguns países da América Latina e da África.

No fim do governo Lula, o grande capital industrial brasileiro completou seu ciclo de reestruturação e adaptação ao padrão de reprodução neoliberal. Ele conseguiu preservar sua competitividade em meio à abertura comercial e financeira consolidando sua posição nos setores intensivos em escala e recursos naturais como a siderurgia, o papel e celulose, o processamento de carnes e a química básica. O grande capital conseguiu modernizar seus métodos produtivos se inserindo como importador de máquinas e de insumos intermediários produzidos nas cadeias globais de valor, e conseguiu contornar as altas taxas de juros e o câmbio valorizado expandindo seu financiamento nos mercados internacionais. A acumulação industrial, neste contexto, se tornou crescentemente desvinculada da performance estritamente produtiva, e por isso o fortalecimento dos grandes grupos industriais foi acompanhada pela continuidade da especialização regressiva da economia brasileira. No geral, a grande burguesia industrial conseguiu se adaptar apoiada pelo Estado em seus limites neoliberais de atuação e baseou cada vez mais sua acumulação nas reformas e gestão macroeconômica neoliberal. Ou seja, o governo Lula tornou possível o fortalecimento da grande burguesia industrial no interior do padrão de reprodução e do bloco no poder, sem contestar a hegemonia das multinacionais e do grande capital bancário.

No governo Dilma, esse processo de fortalecimento deu um salto qualitativo. Em meio ao esgotamento do ciclo de crescimento social-liberal e à deterioração do cenário externo com a crise da zona do Euro, decidiu-se implementar um novo ciclo de crescimento com base não mais no consumo popular, mas no investimento industrial. A partir de agosto de 2011, foram instituídas uma série de medidas que buscavam flexibilizar o modelo macroeconômico vigente desde os anos 1990 para criar as condições adequadas para a acumulação e investimento dos grandes grupos nacionais. A redução das taxas de juros, a regulação cambial, as desonerações fiscais, o controle dos preços de energia e combustíveis, a expansão das concessões e o bloco de investimentos da Petrobras em torno do pré-sal, todas essas demandas históricas da indústria foram abarcadas pelo “esforço novo-desenvolvimentista” de Dilma. Pela primeira vez desde os anos 1990, buscava-se favorecer a grande burguesia industrial arrancando-se maiores



concessões das frações hegemônicas, em especial da grande burguesia bancária.

O esforço novo-desenvolvimentista, entretanto, foi um fracasso retumbante, especialmente por ter sido incapaz de estimular o investimento industrial. Em meio à reversão do crescimento interno e externo, as medidas instituídas se revelaram absolutamente insuficientes para inaugurar um novo ciclo de crescimento, e isso porque no mais das vezes ainda se enquadravam no interior das reformas e do modelo de gestão neoliberal. O tripé macroeconômico foi flexibilizado, não abandonado, o superávit fiscal mantido, a Petrobrás e as concessões não foram capazes de assegurarem sozinhas o horizonte de demanda necessário para estimular um volume de investimento industrial suficiente para emplacar um novo padrão curto de reprodução do capital. Para o esforço ter sido bem-sucedido naquele contexto, eram necessários volumes muito maiores de investimento público, uma intervenção mais ampla e de longo prazo nas taxas de juros e no mercado cambial, uma transformação mais profunda na institucionalidade e instrumental a disposição do Estado. Era necessária uma disputa mais ampla sobre o sentido da intervenção do Estado, portanto, sobre a direção do bloco no poder. Desta maneira, o esforço-novo desenvolvimentista caiu por terra por não pretender ir além de um fortalecimento ainda dentro da forma neoliberal do Estado burguês, de seu regime macroeconômico, das reformas neoliberais e, portanto, do bloco no poder realmente existente. Buscou-se arrancar maiores concessões das frações hegemônicas, mas não se contestou sua hegemonia em si. Em um momento de reversão cíclica, em que normalmente se limitam as possibilidades materiais para a acomodação de interesses distintos, esse tipo de disputa não-disruptiva revelou-se absolutamente inviável.

Como consequência da falência do esforço novo-desenvolvimentista, a frente política que sustentava o governo Dilma ficou bastante fragilizada, o que abriu espaço para a contraofensiva das multinacionais e do capital bancário. Entre 2013 e 2016, a grande burguesia industrial brasileira se distanciou cada vez mais do governo cujo objetivo primeiro era incentivar a acumulação e investimento industrial. Com a frustração do esforço novo-desenvolvimentista e sob o impacto da profunda recessão que se iniciaria em 2014, a grande burguesia industrial brasileira passou a defender que a retomada do crescimento dependia de uma nova rodada de reformas neoliberais, como a reforma Trabalhista, a reforma da Previdência e a



instituição de um novo regime de regras fiscais. Assim, o grande capital industrial brasileiro se reaproximou das frações hegemônicas pela defesa da retomada do neoliberalismo ortodoxo: os interesses comuns da grande burguesia voltaram a ser prioridade em meio à crise e ao enfraquecimento político e econômico do social-liberalismo. A partir de 2015, todos os governos buscaram satisfazer essas demandas comuns, e tanto o governo Temer (2016-2018) quanto o governo Bolsonaro (2018-2022) foram apoiados pela grande burguesia, inclusive por sua fração industrial, por seu esforço de executar esse novo conjunto de reformas.

Feita essa síntese, o conteúdo político do chamado “movimento pendular” parece ter três pressupostos básicos. Em primeiro lugar, que a fração do grande capital que executa esse movimento ocupa uma posição subordinada no interior do bloco no poder, portando uma relação de unidade contraditória com as demais frações hegemônicas. No caso da grande burguesia industrial brasileira, isso significa que ela cumpre o papel de “burguesia interna” na concepção de Poulantzas. Em segundo lugar, apesar deste papel subordinado, a fração mantém uma posição importante no interior do padrão de reprodução e guarda uma capacidade de organização e intervenção política significativas, ainda que não seja capaz renunciar ao apoio de outras classes e frações para arrancar concessões e medir forças com as frações hegemônicas do grande capital. Consequentemente, também é pressuposta a aproximação ativa de alguns segmentos da classe trabalhadora baseada em perspectivas políticas compartilhadas com essa fração do grande capital. Por fim, o último pressuposto para o movimento pendular é que existam condições objetivas para o tensionamento sem ruptura no interior do bloco no poder, isto é, condições econômicas, externas e fiscais que permitam a acomodação dos interesses divergentes. No sentido inverso, é evidente que em momentos de desaceleração ou recessão se estreita o campo de ação político e se evidencia o caráter subordinado da fração do grande capital no interior do bloco no poder. Daí se torna fácil compreender que essas aproximações e distanciamentos com as frações hegemônicas próprios ao movimento pendular são dinamizados pelas etapas do ciclo econômico, mas que das recessões não se desdobram necessariamente em crises orgânicas, isto é, em crises da dominação burguesa em si, tal como ficou evidente nos eventos posteriores a 2014 no Brasil.



Vale a pena finalizar este ensaio com uma última observação: na reaproximação com as frações hegemônicas, a unificação do grande capital em torno de novas reformas permite o que o neoliberalismo no Brasil alcance um novo patamar de operação. Uma das consequências mais importantes dessa etapa superior do neoliberalismo é que se restringe o terreno para novas “guinadas desenvolvimentistas” - pela operação de regras fiscais mais rígidas, pelo esvaziamento ainda maior do instrumental à disposição do Estado e pela própria adaptação da grande burguesia industrial ao padrão de reprodução neoliberal. Por outro lado, o neoliberalismo ortodoxo tende a estreitar ainda mais o horizonte político das forças populares dispostas a conciliar com os interesses do grande capital industrial brasileiro, o que em si diminui sua capacidade de mobilização e de fazer pressão frente às forças do neoliberalismo ortodoxo. Portanto, a tendência de longo prazo é que a grande burguesia industrial brasileira seja portadora de um “desenvolvimentismo” cada vez mais pálido, que existam cada vez menos instrumentos a disposição do Estado e que o campo popular defensor de uma agenda “pró-indústria” tenha cada vez menor capacidade de mobilização.

Daí não se deriva, entretanto, a ausência de tensões no interior do bloco no poder e a impossibilidade de disputas em favor de novos tipos de “desenvolvimentismo”. A grande burguesia industrial brasileira é uma fração de classe com ampla capacidade de mobilização e de negociação no interior do bloco no poder, e diversos tipos de atritos reapareceram ao longo dos governos Temer e Bolsonaro. A questão é que a possibilidade de que tais atritos desaguem na reemergência de políticas desenvolvimentistas passa a depender cada vez mais de fatores externos (um novo boom das commodities, performances excepcionais da agricultura e indústria extrativa), que permitam uma nova acomodação de interesses no interior de um quadro econômico e estatal cada vez mais restrito.

No fim das contas, o movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira no interior do neoliberalismo tende a se parecer mais com uma espiral, cada vez mais limitada em seu distanciamento às demais frações burguesas. Neste contexto, fica evidente que a implosão do neoliberalismo (fase atual do capitalismo) depende mais da autonomia política e organização de um movimento popular radicalizado do que das tentativas de conciliação com a grande burguesia industrial brasileira.



Referências

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARTUSCELLI, Danilo. Enrico. O pêndulo brasileiro: até quando? **Revista Lúmen**, v. 1, 2017.

VACCARI, Gabriel da Silva. **Empresariado e política no Brasil contemporâneo**: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

Recebido em 10 mai. 2024 | Aceito em 06 jun. 2024.



Sobre a guerra¹

Jean Sève²

Tradução Paulo Alves de Lima Filho³

269

Há cerca de vinte anos, quando se ensinava história numa escola secundária no sul de França, poder-se-ia, certamente de forma muito irracional, pensar e ensinar que as chamadas guerras “clássicas” entre Estados que questionam as suas fronteiras e reivindicam novos territórios com armas nas mãos, estavam fadados a... desaparecer. Os números eram claros. No início da década de 2000, o continente europeu, depois da guerra do Kosovo, e fora a zona da ex-Iugoslávia, já não conhecia a guerra e muitos países consideravam reduzir as suas despesas militares (sem desistir de exportar seus produtos). A Ásia ou todo o continente americano eram áreas onde a guerra parecia ter desaparecido, se deixarmos de lado o confronto indo-paquistanês. Os Estados Unidos da América não seriam mais apenas uma superpotência, mas uma hiperpotência, impondo a todo o planeta uma benéfica “pax americana”, bem conhecida em todo o continente americano, sinônimo de abertura de fronteiras ao livre comércio e, portanto, à produção americana e serviços, mais fundamentalmente às chamadas empresas transnacionais (ETN) e ao seu capital. Estávamos no seio de um neoimperialismo que foi coberto pelo termo oficial “globalização”. Além disso, a África do Sul renunciou às armas atômicas. A globalização econômica, sob o patrocínio da Organização Mundial do Comércio, parecia triunfar universalmente. O número de conflitos interestaduais atingiu o nível mais baixo de todos os tempos.

¹ Este Ensaio inédito foi recebido em francês, por email, pelo Professor Paulo Alves de Lima Filho em suas correspondências com o Professor Jean Sève.

² Fundação Gabriel Péri-Paris - França | jean.seve@orange.fr

³ Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos ‘Patrice Lumumba’ – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



Vinte anos mais tarde, ficou claro que esta ilusão de pacificação geral sob a influência benéfica do comércio mundial foi pura e simplesmente ilusória. Limitando-nos ao essencial, em 2022 assistimos à agressão russa contra a Ucrânia - um conflito que inflama todo o continente europeu, com repercussões económicas globais. Na sequência vimos a tentativa israelita, após o ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023, de acabar com o povo palestino, julgando-o, sem apelo, como corresponsável pelo conflito e abrindo pela enésima vez o caminho para uma conflagração de toda a região. Além disso, é o conflito sino-americano, particularmente em torno de Taiwan, que se aproxima e, há muito tempo, tempo, vem expandindo-se para um confronto global anti-chinês. Assistimos assim, neste contexto, a um renascimento nunca antes visto (pelo menos na Europa) da corrida armamentista e da produção militar. Os países neutros aderiram à NATO e todos os países do globo são obrigados a tomar uma posição sobre este ou aquele conflito. O mínimo que podemos dizer é que o espectro da "guerra justa" reapareceu. Estamos até falando de "guerra nuclear".

Mas, para além destes conflitos, o que devemos ver, e isto é o que é muito mais grave, é a deterioração geral das relações internacionais em sentido *lato*, incluindo todas as formas de "conflitos civis". A tese que aqui defendo é que o "capitalismo final", confrontado com a sua crise terminal, visível desde a "chamada crise *subprime*" que revela o impasse total do capitalismo financeiro globalizado, fonte de empobrecimento geral, gera, de certa forma, tensões de todos os tipos. O capitalismo e, de forma mais geral, as sociedades de classes - universalmente em crise - geram guerras como as nuvens geram tempestades, parafraseando Jaurès. Desenvolverei aqui o que considero que seja fundamentalmente, através do conflito crescente, uma exasperação histórica da luta de classes.

Conflito crescente? Hoje parece legítimo afirmar que entramos, à escala planetária, numa guerra generalizada, à primeira vista, de todos contra todos. Os confrontos estão por toda parte.

À escala global, com o desaparecimento da OMC, a autoproclamada polícia do comércio internacional, estamos assistindo a uma exacerbação das tensões neoimperialistas, baseadas em empresas claramente localizadas, colocando em xeque, na minha opinião, o emprego do termo "transnacional" para referir-se a elas. A maioria são empresas muito nacionais, americanas ou chinesas, europeias ou dos chamados países emergentes. Aqui vemos um confronto entre o Ocidente e a China que se



manifesta, por exemplo, pela rejeição da empresa chinesa Huawei ou mesmo do TikTok. Vemos também a maioria das empresas russas sancionadas após a agressão contra a Ucrânia. A guerra econômica clássica, filha, dizem-nos, da concorrência saudável no mercado, é semelhante à guerra justa. A ascensão de empresas do “Sul Global” constitui outra fonte de preocupação para as posições ocidentais estabelecidas, sem, no entanto, causar ainda tensões políticas claras, para além de um hipotético confronto Norte-“Sul Global”. Entretanto, podemos ver claramente que o progresso espetacular da inteligência artificial (IA) também está causando grandes tensões geopolíticas aqui. Vivemos de facto, permanentemente, num mundo em guerra econômica, e isto pode (ou não pode (?)) a qualquer momento degenerar em tensões fundamentalmente diferentes. A internacionalização dos fluxos migratórios, consequência lógica da abertura das fronteiras às mercadorias e ao capital, gera outros conflitos nas fronteiras e provoca a morte regular de milhares de indivíduos.

Perante esta apropriação do mundo pelo capital, fundamento da globalização, e perante a submissão dos Estados às suas exigências, perante a formidável objetivação de uma alienação capitalista universalizada, os “povos” recuam para a sua identidade, para as suas fronteiras, e estão tentando recuperar o controle de seu território. Ao empurrar o estrangeiro para fora dos muros, ao afirmar o carácter nativo da população, ao reivindicar o “autogoverno” do território nacional, étnico, religioso ou mesmo local, esta busca lógica pela liberdade abre caminho a conflitos intermináveis, explorados, pela extrema-direita. A humanidade contemporânea mata-se, indefinidamente, para se afirmar.

Ao mesmo tempo, outro resultado possível é que estejamos alimentando máfias cada vez mais internacionalizadas, armadas até os dentes, e a ascensão do poder destas organizações chega ao ponto de ameaçar até mesmo os Estados bem estabelecidos. A guerra civil assume aqui a forma de uma luta fratricida entre aparelhos mafiosos onde o fim é apenas o controle de um território e um tráfico particularmente lucrativo. O perigo de um desvio tão evidente exige, de fato, o uso da força armada como último recurso, mas com quais resultados?

Outro aspecto deste conflito reflete-se nas consequências desastrosas e muito tangíveis da destruição do nosso planeta pelo capital (que deve ser alargada a este crime contra a humanidade que é a exploração do homem pelo homem), conduzindo a terríveis catástrofes, fontes de novos conflitos



em torno da gestão ecológica do nosso planeta. A questão do acolhimento dos refugiados climáticos está a abrir-se.

De um modo mais geral, o apagamento das organizações internacionais, a impotência da ONU, a marginalização da OMC, os esforços louváveis, mas limitados da OIT e a impotência da AIEA validam, de fato, um formidável cada um por si. Entramos num mundo onde o equilíbrio de poder em toda a sua brutalidade constitui o único juiz de paz.

Perante esta crise geral da ordem internacional, perante as consequências trágicas desta vitória ideológica, econômica e histórica do capital, que vê o triunfo de um ultra liberalismo presente em todo o lado, de um capitalismo financeiro desprovido de qualquer complexo e, de fato, sem oposição, desfrutando de disputas eleitorais estereis, vencedor do "socialismo real", o povo está submetido ao insuportável. O empobrecimento explosivo desde a década de 1980 da esmagadora maioria da humanidade, sem alternativa visível porque perdeu o seu propósito; a explosão dramática da consciência de classe, gerada, em parte, pela implosão da "classe trabalhadora"; a promoção em toda parte de um individualismo frenético e estreitamente consumista, geram inexoravelmente, novamente à primeira vista, as sementes de uma guerra civil, tão procurada pela reação. Na verdade, o retraimento identitário acima mencionado conduz a tensões "racialistas" quase universais, por vezes interétnicas, por vezes religiosas, por vezes "sexuais" e, claro, sempre profundamente sociais. Tensões amplamente cultivadas como desvios valiosos da luta de classes pela classe dominante ou pela pequena burguesia.

Mas o que revela, em última análise, este conflito exponencial e fundamentalmente suicida? Uma falência cada vez mais óbvia não só do liberalismo em todas as suas variações, mas ainda mais do capitalismo financeirizado e, ainda mais, da sociedade de classes fundamentalmente baseada na apropriação privada do mundo, daquilo que chamamos, com razão, de meios de produção e troca. Esta crise terminal de um mundo baseado no lucro de curto prazo é objetivada, através destes conflitos, por uma crise gravíssima de trabalho forçado, explorado pelo empregador, de uma crise de laços sociais devido a uma perda de consciência de classe, de uma crise de identidade que abre caminho a todos os becos sem saída. Certamente, como disse Alan Greenspan: "a luta de classes existe e fomos nós, o capital, que a vencemos". O movimento internacional dos



trabalhadores fracassou, mas a luta de classes ainda é, de fato, a chave essencial para explicar o mundo contemporâneo. Porque, quem ainda tem consciência disso, o mundo do trabalho, no sentido amplo, ainda está em luta. Ele não abdicou, longe disso. Ele resiste, opõe-se a todos os golpes ruins, não sem sucesso, mas sobretudo, mais ou menos conscientemente, mais ou menos fora de si, já está construindo o mundo de amanhã. No desenrolar deste novo amanhã e de forma dialética, a própria classe de trabalhadores explorados contribui para o surgimento de novas relações que são claramente pós-capitalistas e pós-classistas, alimenta novas formas de sociabilidade objetivadas por relações que eu descreveria como pré-comunistas, opera uma recomposição social e política à escala global, baseada na afirmação das mulheres que lutam contra o patriarcado, na afirmação das minorias étnicas, abrindo caminho ao nascimento não mais de uma classe, mas da raça humana finalmente consciente de si, desconsiderando todos os limites. É, na minha opinião, o novo proletariado, o último portador da revolução. Certamente, esta visão, no meu sentido objetivo, oblitera outra realidade, mais imediata: estamos claramente caminhando para a catástrofe, para uma exacerbação terminal da luta de classes, através de um conflito fundamentalmente antagônico com o capital, tornando os anteriores ainda mais irrisórios. Estamos caminhando para além da sociedade de classes.

Abril de 2024



A Guerra do Chile: desventuras da Unidade Popular e dilemas da revolução na América Latina

Plínio de Arruda Sampaio Júnior¹

274

"Quem luta pode perder, quem não luta, já perdeu".

B. Brecht

O trágico desfecho do governo da Unidade Popular (UP) liderado por Salvador Allende constitui um divisor de águas na história das sociedades latino-americanas. A destruição do movimento socialista mais vigoroso e organizado do continente colocou uma pá de cal na política de reformas que visava a superação das bases econômicas, sociais e culturais que perpetuavam o subdesenvolvimento e a dependência externa na região. A derrota da revolução chilena conjuga-se com transformações de grande envergadura provocadas pela crise estrutural do capital. Encerrava-se o longo ciclo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra e dava-se início ao processo de globalização dos negócios impulsionado pelas grandes corporações transnacionais. A exaustão do fordismo, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a falência do keynesianismo inauguraram um período de ofensiva permanente do capital contra o trabalho e as políticas públicas².

O novo momento histórico comprometeu definitivamente a possibilidade de uma solução positiva, de caráter democrático, republicano e soberano, para o processo de formação dos Estados nacionais latino-americanos que se arrastava desde a independência. Ao instalar o terrorismo de mercado como razão de Estado, a ofensiva neoliberal em escala global – que teve na ditadura militar do general Augusto Pinochet um laboratório macabro – condenou os povos da região às agruras de um processo de

¹ Professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/UNICAMP. | pasampaiojr@gmail.com

² Para uma interpretação estrutural sobre as mudanças no padrão de desenvolvimento capitalista e suas implicações, ver Mészáros, I. *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*, London, 1995.



reversão neocolonial que solapou o projeto de industrialização nacional, reforçou a segregação social e comprometeu irremediavelmente a soberania dos Estados nacionais. A cristalização do poder burguês como uma contrarrevolução permanente consolidou a relação inextrincável entre acumulação de capital e barbárie na América Latina.

Chile é parte de um todo

Posto em perspectiva, com o privilégio de meio século de distância, o mito da "excepcionalidade" da sociedade chilena no contexto latino-americano, difundido tanto pelos que defendiam a revolução com "vinho tinto e empanada" quanto, posteriormente, pelos arautos da contrarrevolução neoliberal, dissipa-se no turbilhão do movimento histórico.

A fé inabalável dos socialistas chilenos na solidez das instituições democráticas revelou-se uma quimera. Na hora decisiva, quando a luta de classes alcançou o ponto de ebulição, as forças armadas, convocadas pela burguesia, seguiram a cartilha de suas congêneres do Cone Sul com requintes de violência e crueldade. Renegando as juras de lealdade ao presidente eleito, rasgaram a Constituição sem pestanejar e impuseram o terrorismo de Estado como meio de ajustar a sociedade chilena aos imperativos do neoliberalismo.

Décadas depois, no início dos anos 1990, o esforço dos dirigentes da "Concertación" de diferenciar o Chile como paraíso do grande capital, fadado a um destino único na ordem global, também se verificou uma pretensão infundada, útil apenas para racionalizar os crimes da ditadura e justificar a continuidade do modelo econômico e político herdado de Pinochet. Com o avanço da globalização, o padrão de acumulação liberal-periférico espalhou-se por todos os rincões, aprofundando a especialização regressiva da América Latina na divisão internacional do trabalho e levando a mercantilização da vida ao paroxismo³.

Ao fim e ao cabo, a particularidade chilena ficou reduzida ao fervor com que parcela significativa da sociedade aderiu, primeiro, ao projeto reformista que colocava a necessidade da revolução democrática e nacional

³ Em reunião do FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos em 1989, as medidas de liberalização da economia latino-americana foram sistematizadas pelo economista John Williamson num receituário que ficou conhecido como "Consenso de Washington".



na ordem do dia e à crença supersticiosa na capacidade de impulsionar o desenvolvimento nacional e o bem-estar social pela ação do Estado, e, em seguida, após a derrota da revolução chilena, assumiu a posição simetricamente oposta de adesão incondicional à contrarrevolução neoliberal e à fé cega nas leis do mercado como panaceia para os problemas econômicos e sociais da população⁴.

Para além das especificidades de cada formação social, a história da incorporação da América Latina ao circuito de acumulação de capital em escala mundial revela que a lei do desenvolvimento desigual e combinado condena – para o bem ou para o mal – os povos da região a um destino comum. As épocas históricas encadeiam-se, sincronizando o movimento de todas as formações sociais latino-americanas com o desenvolvimento do sistema capitalista mundial. As ondas históricas que condicionaram a penetração do capitalismo na região são conhecidas: acumulação primitiva de capital, mercantilismo e colonização; revolução industrial, capitalismo concorrencial, liberalismo e independência nacional; expansão do mercado mundial, capitalismo monopolista, imperialismo e neocolonização; imperialismo total, keynesianismo, internacionalização dos mercados internos e dependência; crise estrutural do capital, neoliberalismo e reversão neocolonial. Desvinculada do todo, a história do Chile perde sentido⁵.

A revolução chilena deve ser vista, portanto, como um capítulo da revolução latino-americana, e esta, por sua vez, como um ato da revolução internacional. Pelo elevado grau de organização e mobilização dos trabalhadores, pela força dos partidos que impulsionavam a Unidade Popular, pela relativa estabilidade das instituições do Estado, pelos contornos bem definidos da luta de classes, com destaque para o modo particularmente agudo e apaixonado de manifestação das diferentes correntes ideológicas, assim como pelo desfecho trágico que sepultou as enormes esperanças suscitadas pela via pacífica para o socialismo, o Chile destaca-se no contexto latino-americano com um caso emblemático das armadilhas e dos desafios da luta dos trabalhadores contra a barbárie

⁴ O transformismo da sociedade chilena é examinado em detalhe no livro de Tomás Moulian, *Chile Actual: Anatomia de un Mito*, Santiago, LOM Ediciones, 1997.

⁵ Para um sintético panorama histórico da formação da economia latinoamericana da colônia até meados do século XX, ver Celso Furtado, *A Economia Latino-Americana*, São Paulo, Ed. Nacional, 1986; e Tulio Halperin Dongui, *História Contemporânea de América Latina*, Madrid, Alianza Editorial, 1997.



capitalista em sociedades de origem colonial presas ao circuito de ferro do capitalismo dependente.

A queda de Allende

A derrota da revolução chilena consumou-se no dia 11 de setembro de 1973, quando, com o palácio de La Moneda em chamas, a população tomou conhecimento da morte do companheiro presidente⁶. A sorte do governo Allende, porém, já havia sido definida anteriormente, quando a "revolução vinda de cima", liderada pela Unidade Popular, estritamente dentro da ordem e da lei, foi atropelada pela "revolução vinda de baixo", impulsionada pela iniciativa auto-organizada de trabalhadores do campo e da cidade, da população pobre das periferias e dos indígenas mapuches do sul do Chile⁷.

As ações de ocupação de latifúndios, terrenos urbanos ociosos e fábricas, começadas espontaneamente no final dos anos 1960, como reação às promessas fraudadas da "revolução com liberdade" de Eduardo Frei, ganharam ímpeto avassalador após a vitória de Allende em 1970. Em meados de 1972, quando o governo da UP já se encontrava em franca defensiva, decidido a arrefecer o processo de reformas, a formação de cordões industriais territoriais organizados por trabalhadores, por fora das estruturas sindicais tradicionais, com o objetivo de acelerar a socialização das fábricas, aprofundou o descompasso entre os dois processos. Os métodos revolucionários do poder popular em plena expansão solapavam as premissas do reformismo radical do governo da UP⁸.

O temor da plutocracia chilena de que o salto de qualidade na organização e mobilização dos trabalhadores pudesse imprimir ritmos e intensidades às transformações sociais que ultrapassassem as fronteiras da institucionalidade burguesa levou a polarização da luta de classes a extrapolar os limites do pacto social que sustentava a democracia das elites

⁶ O livro de Ignacio González Camus, *El día que murió Allende*, Santiago, CESOC, 1988, narra com detalhes os últimos momentos de Allende no fatídico 11 de setembro de 1973.

⁷ As noções de "revolução vinda de cima" e "revolução vinda de baixo" foram desenvolvidas em Peter Winn, *A Revolução Chilena*, São Paulo, Ed. UNESP, 2009.

⁸ Ver Peter Winn, *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*, Santiago, LOM, 2004.



que perdurava – não sem importantes contratempos – por quase quatro décadas⁹. A via chilena para o socialismo enfrentava sua hora da verdade. A disputa política deslocava-se das negociações partidárias e dos salões parlamentares para o confronto direto e aberto nas ruas.

A guerra civil, com suas leis próprias de extermínio do inimigo, instalava-se definitiva e irreversivelmente como a lógica de resolução da crise política que polarizava a sociedade. O choque entre as classes antagônicas passava às vias de fato, sem qualquer anteparo legal que pudesse conter a violência da força bruta no inevitável ajuste de contas entre revolução e contrarrevolução. Premida pela urgência de evitar a autonomização do poder popular, a burguesia unificou-se em torno da necessidade inescapável de lançar mão de um golpe de Estado como único meio de frear o avanço da revolução¹⁰.

A controvérsia sobre as causas da derrota

Ao explicitar a teoria e a prática que orientaram a Unidade Popular, o debate sobre as causas da derrota da via chilena para o socialismo adquire uma importância decisiva para a reorganização da luta dos trabalhadores contra a barbárie capitalista em todas as partes do globo. Sob o impacto político e ideológico do golpe militar, as interpretações polarizaram-se fundamentalmente em torno das razões táticas que orientaram a política da Unidade Popular e as ações do governo Allende.

A ala moderada da UP, liderada por Allende, com o apoio do Partido Comunista, do Partido Radical e do MAPU-Gazmuri, atribuiu a derrocada a um problema de engenharia política. Sem questionar a arquitetura da via pacífica para o socialismo, esses setores imputaram a queda do governo aos equívocos da própria UP. A responsabilidade política foi jogada nas costas dos esquerdistas. A radicalização "excessiva" das reformas teria tensionado o sistema político para além do permitido pela correlação de forças, interna e externa, e provocado desequilíbrios econômicos desnecessários, com consequências desastrosas sobre o cotidiano da população e sobre o grau de vulnerabilidade do país diante das pressões do imperialismo. O

⁹ A especificidade do pacto político que sustentava a democracia chilena é o objeto do livro de Enzo Faletto, Eduardo Ruiz y Hugo Zemelman, *Genesis Histórica del Proceso Político Chileno*, Santiago, Editora Nacional Quimantu, 1972.

¹⁰ Peter Winn, *A Revolução Chilena*, São Paulo, Ed. UNESP, 2009, cap. 6 e 7.



sectarismo de setores da UP teria bloqueado a possibilidade de acordo com o Partido Democrata Cristão. O terrorismo verbal teria fomentado infantilmente o pânico entre as classes médias e a burguesia, acirrando as animosidades políticas. A guerra fratricida entre os partidos da UP teria prejudicado a unidade de ação do governo e sua capacidade de responder aos desafios da conjuntura econômica e política com a agilidade e a flexibilidade exigidas pela situação. Por fim, a incapacidade da UP de subordinar as mobilizações que brotavam espontaneamente de baixo para cima às exigências do processo de negociação parlamentar, muitas com o apoio de setores mais radicalizados da própria UP, teria comprometido a quintessência da estratégia da transição para o socialismo com "vinho tinto e empanada" – a necessidade de adequar o ritmo e a intensidade das reformas ao equilíbrio de forças no parlamento¹¹.

Sem contestar os fundamentos programáticos que embasavam a via chilena para o socialismo, a ala radical da UP, composta pela direção do Partido Socialista, pela Esquerda Cristã e pelo MAPU-Garretón, fez a avaliação oposta. A responsabilidade da derrota foi atribuída aos setores moderados da coalisão. O problema fundamental da UP não teria sido o de ter impulsionado as transformações sociais para além do que as instituições democráticas suportavam, mas o de ter ficado muito aquém do que seria necessário para as exigências de uma situação revolucionária que polarizava a luta de classes entre polos inconciliáveis. Para além de eventuais sectarismos que pudessem ter dificultado as negociações com os partidos de centro, das querelas inevitáveis que envolvem toda disputa política e dos exageros inevitáveis em todo processo de transformação social, o equívoco fatal do governo Allende teria sido sua fé inabalável na solidez das instituições democráticas. Presa a um arraigado cretinismo parlamentar, a UP não teria tido a flexibilidade necessária para abandonar uma tática que se revelava absolutamente inviável nem a ousadia indispensável para improvisar a defesa do governo por meios extrainstitucionais – única alternativa que poderia ter dado alguma possibilidade de vitória às forças populares. A incapacidade de fundir a "revolução vinda de baixo" com "a revolução vinda de cima" e de organizar uma insurreição preventiva que barrasse a ofensiva

¹¹ A interpretação dos "moderados" encontra-se em: Sérgio Bitar, *Transição, Socialismo e Democracia* – Chile com Allende, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Luis Corvalán, *El Gobierno de Salvador Allende*, Santiaio, LOM, 2003; e Juan Garcés, *Allende y la experiencia chilena: las armas de la política*, Barcelona, Ariel, 1976.



golpista teria sido o pecado capital que explicaria o desfecho calamitoso da via chilena para o socialismo. A desconfiança do governo Allende em relação à expansão do "poder popular", pelo temor de que o vendaval revolucionário pudesse atropelar as instituições e constituir-se como poder paralelo, teria fraturado o movimento revolucionário no momento em que a contrarrevolução se unificava. A insistência obsessiva numa solução institucional para a crise política, quando eram gritantes as evidências de que a burguesia e o imperialismo conspiravam abertamente para o golpe de Estado, deixava as forças populares totalmente impotentes para enfrentar a contrarrevolução¹².

Não obstante a virulência da derrota sofrida, os partidos que compuseram a Unidade Popular não questionaram o programa e a interpretação histórica que fundamentavam o caminho pacífico para o socialismo¹³. Entre moderados e radicais prevaleceu o senso comum de que, em linhas gerais, a teoria da revolução chilena era correta. O espírito reinante foi sintetizado de forma lapidar por Sergio Bitar, ex-ministro da Mineração de Allende: "afirmar que o fracasso da experiência vivida no Chile já estava predeterminado, em virtude da impossibilidade de caminhar pela via institucional, tira todo o interesse da análise, além de ser inexato. Não explica, também, nem a vitória eleitoral, nem os três anos de governo. Nossa afirmação inicial é de que o golpe de Estado no Chile não estava predeterminado e, portanto, o desenlace não era inevitável. Mais ainda: no

¹² A interpretação da ala radical da UP é sistematizada em Carlos Altamirano, *dialéctica de una Derrota, México, Siglo XXI, 1977*.

¹³ Entre as organizações políticas que participaram da revolução chilena, apenas o Movimento de Esquerda Revolucionário – o MIR –, que se manteve à margem da Unidade Popular, ressaltou o erro estratégico que significava ignorar o papel inexorável da violência na história. Contudo, ao não questionar o protagonismo da UP junto às massas e não oferecer um programa alternativo, o MIR não conseguiu superar sua posição de ator coadjuvante da revolução chilena. A análise que fundamentava as ações do MIR e sua insistência na necessidade inelutável de construção do duplo poder como condição da vitória da revolução socialista encontra-se sistematizada em Rui Mauro Marini, *El reformismo y la contrarrevolución (Estudios sobre Chile)*, México, Ediciones Era, 1976. Ver também, Mário Maestri, "'Volveremos a la montaña!' – Sobre o foquismo e a luta revolucionária na América Latina", in: *História: Debates e Tendências* – v. 10, n.1, jan./jun. 2010, p. 96-121.



início as condições eram favoráveis para implementar o programa da UP em suas linhas gerais. Ao iniciar-se, o processo era, indubitavelmente, viável"¹⁴.

Mesmo reconhecendo importantes lacunas no programa, como, por exemplo, a leitura equivocada sobre a natureza do Estado chileno e a ausência de uma reflexão concreta sobre o papel da violência na revolução, e admitindo o absoluto despreparo da UP para enfrentar a ofensiva contrarrevolucionária que avassalou os trabalhadores e as organizações de esquerda, Carlos Altamirano reivindicou o acerto da via gradual para o socialismo sem maiores ponderações. Em sua interpretação sobre as razões do fracasso, ele afirma: "Hasta el advenimiento del Gobierno Popular en 1970 el problema de las vías de acceso al poder parecía tener un carácter más bien adjetivo. El desenvolvimiento seguro y constante del movimiento popular en los marcos de una institucionalidad liberal, aparentemente amplia y flexible, tendía a hacer irrelevante y académica una discusión profunda del tema"¹⁵.

Inadequação de meios e fins

O balanço crítico da via chilena para o socialismo permanece, entretanto, incompleto. O mito da transição pacífica para o socialismo, por dentro das instituições do Estado burguês, perdura sem questionamentos pelas principais forças políticas herdeiras da Unidade Popular. O enigma da derrota não foi decifrado. Transformado em prócer da pátria, com direito a estátua em praça pública na frente do palácio onde foi imolado, Salvador Allende foi convertido em herói nacional. Um herói improvável. Seu legalismo a qualquer prova é reivindicado e enaltecido pelo establishment como um exemplo a ser seguido, enquanto sua radicalidade permanece como anátema que não pode sair da penumbra¹⁶.

Ainda que o desfecho trágico da via pacífica para o socialismo tenha sido diretamente condicionado pelas ações e omissões das classes sociais, movimentos sociais, partidos políticos e dirigentes de carne e osso que se digladiavam no terreno concreto da guerra do Chile, com destaque para a

¹⁴ Sergio Bitar, *S. Transição, Socialismo e Democracia, Chile com Allende*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 26.

¹⁵ Carlos Altamirano, *Dialéctica de una derrota*, México, Siglo XXI, 1977, p. 26.

¹⁶ O legado do governo da Unidade Popular e o significado Salvador Allende no Chile contemporâneo são examinados em Tomas Moulán, *El Gobierno de la Unidad Popular – Para Comenzar*, Editorial Palinodia, 2021.



impotência das forças populares diante da ação conspirativa do imperialismo norte-americano e da felonía das forças armadas lideradas pelo General Pinochet, a derrota da revolução chilena não pode ser reduzida aos problemas táticos que condicionaram a ação do governo Allende nem à mera falta de um dispositivo militar para combater o golpe de Estado.

Posta em perspectiva, a tragédia da revolução chilena originou-se muitas décadas antes da chegada de Allende ao poder, quando as organizações políticas e sindicais da esquerda socialista foram enredando o programa, o método, a estratégia e os instrumentos de luta dos trabalhadores inextricavelmente à institucionalidade burguesa, restringindo o horizonte do movimento socialista aos marcos do parlamentarismo e ao senso comum da opinião pública¹⁷. Na ausência de uma interpretação histórica baseada nas contradições que impulsionavam a transição do Chile colonial de ontem para o Chile nação de amanhã, o programa da UP subestimou as dificuldades e superestimou as possibilidades da revolução chilena.

Buscando soluções que não estavam inscritas na realidade, o governo popular ficou muito aquém do exigido pelos desafios históricos. A generosa experiência da revolução chilena liderada por Allende demonstrou da pior maneira possível que a transição harmônica para o socialismo com vinho tinto e empanada era um projeto romântico inalcançável.

Rejeitando de antemão a possibilidade da guerra civil como desdobramento inexorável da polarização da luta de classes, a UP ficou completamente impotente para enfrentar a contrarrevolução. Contra o predicado de que a violência é a parteira da história, na contramão das lições dadas pela trágica experiência da Comuna de Paris, ignorando os exemplos da Revolução Russa, da Revolução Chinesa e da Revolução Cubana, desconsiderando os recorrentes massacres das rebeliões populares na história do Chile e abstraindo as características particularmente violentas do imperialismo de seu tempo, a via chilena para o socialismo imaginava que seria possível uma formação social subdesenvolvida, de origem colonial, passar incólume pela prova de fogo de uma revolução democrática e nacional, de conteúdo fortemente anticapitalista, em plena guerra fria, no quintal dos Estados Unidos, desarticulada de um movimento socialista internacional, com a União Soviética já em avançado estado de entropia.

¹⁷ Julio Faúndez, *Marxism and Democracy in Chile: From 1932 to the Fall of Allende*, Yale University Press, 1988.



O limite da práxis que orientava a via chilena para o socialismo fica evidente na negação do papel estratégico do poder paralelo como único meio de sobrepujar o Estado burguês e garantir a conquista do poder pelas classes subalternas. A fé inabalável na possibilidade de conduzir o processo de transformação social a partir das instituições estabelecidas fica patente na concepção da UP de que o poder popular que se auto-organizava deveria subordinar-se às razões de Estado do governo Allende. Nisso, moderados e radicais coincidiam. A UP não poderia abrir mão do controle absoluto sobre as rédeas do processo de mudança. Os dirigentes não poderiam ser atropelados pelas massas insurrectas. Aos trabalhadores da fábrica Yarur, tomada pelos funcionários em abril de 1971, Allende explicitou sua dificuldade em aceitar o caráter relativamente espontâneo das grandes viradas históricas: "Los procesos (revolucionários) exitosos se hacian con una dirección férrea, no al lote. Las masas no podian sobrepasar a los dirigentes, porque estos tenían la obligación de dirigir y no dejarse dirigir por las masas"¹⁸. A formulação de Carlos Altamirano é essencialmente a mesma: "Pero si el doble poder exhibe plena legitimidad en la Rusia de 1917, es porque el poder estatal, en términos absolutos, era instrumento de la burguesia. (...) No era, por cierto, el caso de Chile. Ver al Gobierno Popular como enemigo, prescindir del hecho de que éste se había constituido la principal palanca de poder de la clase trabajadora y del campesinato, era un error, y un inexcusable subjetivismo"¹⁹. Em completa inversão do sentido de determinação que deveria presidir o método revolucionário, a resolução das massas que se levantavam contra o poder burguês não poderia se sobrepor aos cálculos políticos que condicionam as negociações parlamentares. A reboque dos imperativos da transição para o socialismo com vinho tinto e empanada, o poder popular – um embrião de governo revolucionário – ficava impedido de autonomizar-se e cumprir seu desiderato.

O programa da Unidade Popular pecou não apenas pela inadequação da relação necessária entre meios e fins, mas também pela definição de objetivos que estavam muito além do campo de possibilidades. As principais metas da política econômica, por exemplo, eram inalcançáveis.

¹⁸ A reação de Salvador Allende à exigência de nacionalização da Yarur, maior fábrica têxtil do Chile, aconteceu no dia 28 de abril de 1971. Peter Winn, *A Revolução Chilena*, São Paulo, Ed. UNESP, 2009, p. 103.

¹⁹ Carlos Altamirano, *Dialéctica de una derrota*, México, Siglo XXI, 1977, p. 116.



Desvinculada de uma mudança radical na estrutura produtiva – processo que exige longo prazo de maturação –, sem a imposição de um draconiano sistema de racionamento, a ousada política de aumento salarial não teria como evitar uma acelerada crise de desabastecimento²⁰. Por razões materiais incontornáveis, relacionadas com o baixo desenvolvimento das forças produtivas, o combate à segregação social e à concentração de renda é incompatível com a continuidade do padrão de consumo baseado na cópia dos estilos de vida e padrões de consumo das economias centrais²¹. Uma política consistente de distribuição de renda exigiria, portanto, drástico rebaixamento do nível tradicional de vida das classes médias e altas, fenômeno subestimado no programa da UP, que tinha como um de seus pressupostos a possibilidade de uma transição relativamente harmoniosa do subdesenvolvimento para o desenvolvimento nacional, condição necessária para que se pudesse contar com o apoio de parcela das classes médias – premissa política fundamental da via chilena para o socialismo²².

O projeto de conquista da autonomia econômica pelo aprofundamento da industrialização por substituição de importações, com medidas de nacionalização das riquezas nacionais e estatização dos meios de produção, estava na contramão das tendências da divisão internacional do trabalho. Não tinha a menor possibilidade de se transformar em realidade. Por melhor que fosse o esforço para evitar desequilíbrios macroeconômicos, a súbita elevação na capacidade de consumo da sociedade não poderia deixar de resultar, como de fato não deixou, senão na acelerada

²⁰ Aníbal Pinto, "Notas sobre a distribuição da renda e a estratégia da distribuição", in: *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

²¹ Celso Furtado, *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar*, São Paulo, Editora Nacional, 1981.

²² Como quadro histórico da CEPAL, Pedro Vuskovic, ex-ministro da economia do governo Allende, responsável pelo programa econômico da UP, tinha plena consciência da relação indissociável entre distribuição de renda e padrão de desenvolvimento. No entanto, mesmo reconhecendo que uma política redistributiva implica necessariamente alguma redução no padrão de vida das classes altas, Vuskovic acreditava que seria possível atenuar seus efeitos pelo aprofundamento da industrialização por substituição de importações, estratégia preconizada pelo estruturalismo latino-americano. Sua concepção encontra-se sistematizada em: Pedro Vuskovic Bravo, "A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento", Cuadernos de la Realidad Nacional, nº 5, Santiago, septiembre 1970, in: José Serra (org.), *América Latina – Ensaio de interpretação econômica*, Paz e Terra, 1976.



desorganização do sistema econômico. Enquanto o patrimônio tecnológico e financeiro da humanidade permanecer monopolizado pelas potências imperialistas e pelas grandes corporações transnacionais, o raio de liberdade das economias subdesenvolvidas para impulsionar o desenvolvimento nacional é limitadíssimo. O máximo a que os países do elo fraco do capitalismo podem aspirar é resgatar o controle sobre os fins que orientam a incorporação de progresso técnico e socializar pelo conjunto da população os padrões de vida material e cultural que lhe são acessíveis, tendo em vista o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e as possibilidades de acesso às tecnologias dos centros desenvolvidos – questão que depende em última instância da capacidade de contornar as retaliações do imperialismo²³.

O socialismo, entendido como processo de transição do capitalismo para o comunismo estava muito além do horizonte de possibilidades da sociedade chilena. O salto do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, inspirado na social-democracia europeia, tampouco estava ao alcance das sociedades capitalistas de origem colonial, cujas burguesias vivem da superexploração do trabalho. As bases objetivas e subjetivas que condicionavam a luta de classes deixavam a sociedade chilena diante de duas alternativas efetivas: a solução que supera os dilemas da formação da sociedade chilena contemporânea – a revolução democrática e anti-imperialista controlada por um governo dos trabalhadores com a tarefa de erradicar a segregação social e conquistar a soberania nacional; e a solução reacionária – a contrarrevolução neoliberal baseada na aliança da plutocracia com o imperialismo com a missão de levar ao paroxismo a exploração do trabalho, a pilhagem das riquezas naturais, as taras da modernização dos padrões de consumo e a mercantilização de todas as dimensões da vida.

A contrarrevolução e necessidade da revolução

De nada adiantou o esforço de Allende para evitar os sacrifícios da guerra civil. Como a UP não destruiu o Estado burguês, o Estado burguês destruiu a UP. O custo humanitário do golpe de Estado liderado por Pinochet foi dantesco. A transição pacífica para o socialismo terminou numa carnificina.

²³ Plínio S. de Arruda Sampaio Júnior, *Entre a Nação e a Barbárie: Dilemas do Capitalismo Dependente* em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado, Petrópolis, Vozes, 1998, cap. 5 e 6.



A burguesia tirou as lições da Batalha do Chile e fez tudo que estava a seu alcance para consolidar as bases econômicas, sociais, políticas e ideológicas da contrarrevolução reacionária. Aproveitou os anos de terror de Pinochet para levar a revolução capitalista neoliberal ao paroxismo, massacrar impiedosamente os adversários políticos, destruir as organizações políticas e sociais dos trabalhadores e inculcar a fé no fim da história no imaginário da população²⁴. Na transição do Estado de exceção para o Estado de direito, o regime militar conseguiu institucionalizar o padrão de acumulação liberal-periférico e, com a colaboração das forças de oposição, parcela importante da quais composta por esquadros da UP recém convertidos ao credo neoliberal, logrou imprimir um verniz democrático a um padrão de dominação hermético à participação das classes subalternas. A "democracia controlada" funciona como um circuito político restrito, monopolizado pela plutocracia, totalmente avesso à mobilização do conflito social como forma legítima de conquista de direitos coletivos²⁵. Exploração, dominação e alienação tornaram-se assuntos malditos, que deveriam ser evitados pelos homens de Estado. Tudo foi feito para evitar a abertura de brechas democráticas que pudessem recolocar a luta por mudanças estruturais, contra e dentro da ordem, na agenda nacional. A revolução chilena foi banida do debate público. A política foi reduzida a mera administração da ordem neoliberal²⁶.

A contrarrevolução neoliberal sufocou as reivindicações do movimento popular e abafou o protesto social, mas não eliminou contradições sociais e políticas que impulsionam a revolução chilena. O padrão de acumulação liberal-periférico imposto pela ditadura militar e aprofundado pelos governos civis que a sucederam agravou e potencializou o antagonismo social. Cinco décadas de neoliberalismo tornaram a sociedade chilena um barril de pólvora. Reprimida pela violência do Estado, a

²⁴ Para exame da economia política da ditadura militar e seus efeitos desastrosos sobre a sociedade chilena, consultar Aníbal Pinto S.C., *El Modelo Económico Ortodoxo y la Redemocratización*, Vector – Centro de Estudios Económicos y Sociales, 1982; y Joseph Collins e John Lear, *Chile's Free-Market Miracle: A Second Look*, Oakland, 1995.

²⁵ A noção de "democracia controlada" foi elaborada por Tomás Moulian, no livro *Chile Actual: Anatomía de un Mito*, Santiago, LOM Ediciones, 1997.

²⁶ As profundas mudanças sociais e culturais provocadas pela revolução neoliberal são examinadas em Tomás Moulian, *Chile Actual: Anatomía de un Mito*, Santiago, LOM Ediciones, 1997.



necessidade histórica da revolução continuou avançando espontânea e silenciosamente, sem rumo definido, nas entranhas da sociedade. A hostilidade contra o *status quo* acumulada nas placas tectônicas que sustentam a vida social manifestou-se recorrentemente. O crônico sentimento de mal-estar social nos bairros populares e os recorrentes protestos e revoltas sociais contra a progressiva deterioração das condições de vida da população eram evidências da precariedade da paz social. Finalmente, em outubro de 2019, detonada por um protesto de estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa do metrô, num processo inédito na história do Chile, a rebelião popular voltou às ruas com a fúria de uma erupção vulcânica. As manifestações multitudinárias pareciam indicar que o vaticínio de Allende, finalmente, viraria realidade, abrindo "as grandes avenidas por onde passariam os homens livres para construir uma sociedade melhor". Em aberto estado de desobediência civil, com palavras de ordem contra o modelo econômico e o modelo político, o "Estallido social" recolocou a necessidade histórica da revolução chilena como único meio de interromper o avanço da barbárie capitalista²⁷.

Com as peculiaridades que imprimiram ao protesto social chileno um caráter particularmente épico, desafiando abertamente o poder instituído, o desdobramento do "Estallido social" seguiu basicamente o mesmo padrão do ciclo de rebeliões congêneres que, desde as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, se espalharam pela quase totalidade dos países latino-americanos. Depois de um início improvável, provocado por um conflito social de menor importância, o protesto social se generalizou numa ascensão meteórica aparentemente irrefreável, até que a onda de protestos atingiu um auge e entrou em refluxo, regredindo após um tempo para a letargia social. No final, apesar da virulência da convulsão social e política, as bases do Estado não foram abaladas. Contando com a falta de orientação e organização das ruas, as classes dominantes apostaram na exaustão do protesto social. Administraram a crise política com repressão policial brutal e deslavada manipulação ideológica, enquanto manobram as alavancas do poder para viabilizar a reciclagem da contrarrevolução neoliberal²⁸.

²⁷ Para um detalhado estudo da revolta social chilena ver, Pierre Dardot, *La memoria del futuro: Chile 2019-2022*, Gedisa Editorial, 2023.

²⁸ A rebelião social que abalou o Brasil em 2013 é o objeto de análise do livro organizado por Plínio de Arruda Sampaio Júnior, *Jornadas de Junho: A revolta popular em debate*, São Paulo, ICP-Instituto Caio Prado Jr., 2014.



O abismo entre as esperanças de mudança despertadas pelo vigor, contundência e massividade das manifestações populares e a surpreendente incapacidade das classes subalternas de realizar as utopias de que são portadoras evidencia a absoluta atualidade da reflexão sobre o caráter, as tarefas e os desafios da revolução chilena. A transformação da energia das ruas em força efetiva capaz de transformar a realidade requer sua condensação na forma de práxis política capaz de incidir sobre os elementos determinantes do poder. Para sobrepujar a ordem estabelecida, o "partido das ruas" está obrigado a superar o fracionamento, ultrapassar o caráter indeterminado de suas bandeiras e vencer a falta de organização para atuar como força monolítica, com métodos revolucionários à altura dos desafios históricos.

As derrotas da classe trabalhadora nunca são definitivas. O sacrifício dos que tomaram na busca de um mundo melhor nunca é em vão. As gerações futuras carregam a obrigação existencial de honrá-los e vingá-los. O conhecimento adquirido pelos trabalhadores chilenos em experiências vividas no calor das lutas é patrimônio de todo o movimento socialista internacional. Fazer o balanço das batalhas passadas e tirar as lições dos reveses é o primeiro passo para a organização das vitórias futuras.

A inesgotável disposição de luta dos trabalhadores chilenos inspira todos que se batem pela construção de uma sociedade baseada na igualdade substantiva. Compromisso, coragem, ousadia para buscar caminhos desconhecidos, dedicação e dignidade – atributos que não faltaram aos generosos combatentes da via chilena para o socialismo – são condições indispensáveis na luta para a superação da miséria dos povos, mas são insuficientes. A utopia descolada da realidade não é uma boa conselheira da revolução. A ilusão de que a ordem burguesa pode ser superada por dentro das instituições constituídas com o objetivo precípua de garantir sua autopreservação é uma quadratura do círculo. Sem programa revolucionário, os trabalhadores não conseguem ultrapassar o horizonte da ordem estabelecida. Sem partidos revolucionários, as classes subalternas ficam impotentes para enfrentar as burguesias que as exploram.

Recebido em 10 abr. 2024 | aceite em 10 jun. 2024



Rumo a que nova ordem mundial? O fim da dominação americana e suas consequências¹

Jacques Sapir²

Tradução Aline Marcondes Miglioli³ e

Paulo Alves de Lima Filho⁴

289

Introdução

Torna-se cada vez mais evidente que estamos hoje à beira de uma nova ordem mundial. As transformações que afetaram os equilíbrios geoestratégicos, econômicos, bem como as regras e práticas do comércio internacional, atestam essa mudança. A ordem mundial que emergiu com o fim da Guerra Fria em 1991 e foi marcada pela hegemonia incontestada da superpotência americana⁵, fragmentou-se progressivamente. Contudo, o que surgirá dessa fragmentação ainda não está plenamente definido.

¹ Original: *Vers quel nouvel ordre mondial? La fin de la domination étasunienne et ses conséquences*. Disponível em: <<https://www.les-crises.fr/vers-quel-nouvel-ordre-mondial-la-fin-de-la-domination-etasunienne-et-ses-consequences-par-jacques-sapir/>> 30.maio.2023. Esta nota provém de um rascunho de artigo que foi submetido à revista russa *Economic and Social Changes: Facts, Trends, Forecast* / Экономические и социальные перемены: факты, тенденции, прогноз e que, após revisões, foi publicado no nº4 /2023).

² Diretor da Escola Superior de Ciências Sociais e do Centro de Modelos Industriais, Paris, França | sapir@msh-paris.fr

³ Professora do Instituto de Economia da UNICAMP | alinemmiglioli@gmail.com

⁴ Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com

⁵ This description of the USA as a "Hyper-Power" comes from the former French Foreign Minister (1997-2002) Mr. Hubert Védrine (2000).



Essa fragmentação pode solidificar-se em uma nova Guerra Fria, assim como pode emergir, nos próximos anos, uma nova ordem mundial mais respeitosa dos direitos das nações, mais centrada nos problemas comuns dessas nações — que vão desde a preservação do meio ambiente até o desenvolvimento social e econômico que ainda precisa ser alcançado em muitos países — e, finalmente, mais compatível com a emergência de um contrato social de progresso dentro de cada um deles. Esse é, sem dúvida, o desafio mais importante que enfrentaremos nos próximos anos.

Esses problemas serão abordados neste artigo, começando por definir o que é uma ordem mundial, para depois descrever como a ordem mundial dominante desde 1992 começou a se fragmentar a partir da crise financeira de 2008-2010 e como os choques sucessivos — desde a pandemia de COVID-19 até a nova situação geoestratégica que se desenrola desde fevereiro de 2022 — aceleraram essa fragmentação e delineararam os contornos de uma nova ordem mundial. As consequências disso sobre a forma e o conteúdo do contrato social, ou seja, a dialética entre fatores externos e internos de mudança, serão então esclarecidas. Esses fatores conduzirão ao progresso social ou à regressão? Esta questão também deve ser levantada. Isso permitirá tentar concluir se estamos, de fato, diante do que poderíamos chamar de um momento mundial de articulação dos grandes equilíbrios.

O que é uma ordem mundial?

A expressão "mudança da ordem mundial" tem sido amplamente utilizada desde o final de fevereiro de 2022 (Gnesotto, 2023; Saint-Etienne, 2023; Husson, 2022). Mas o que significa essa expressão "ordem mundial"? Ela possui uma longa história enraizada nas relações internacionais, sendo utilizada por figuras tão distintas quanto J.M. Keynes (1980), G. Bush (1990) ou a filósofa Hannah Arendt (1989).

De fato, a noção de ordem mundial nasce com a ideia de institucionalização das relações internacionais, atribuída a Hugo de Groot, conhecido como Grotius, no início do século XVII. Grotius revolucionou a visão do Direito ao aplicá-lo a pessoas jurídicas, ou seja, Estados (Gurvitch, 1927). Antes dele, os direitos eram percebidos essencialmente como vinculados a objetos. Ele introduziu a ideia de direitos pertencentes a pessoas (Grotius, 2005), sejam morais ou físicas, significando a capacidade



de agir ou os meios para realizar algo. Dessa visão surge a ideia de uma sociedade única de Estados regida não pela força ou pela guerra (Forde, 1998), mas por leis efetivas e por um acordo mútuo visando respeitar a lei (Bull, 2003).

Essa noção é retomada por Vico no início do século XVIII (Vico, 1974). Portanto, entre o final das Guerras de Religião e a emergência do que chamamos de "período clássico", surge gradualmente a ideia de direito internacional e, conseqüentemente, de uma ordem mundial (Besson, 2020). Essas ideias estão presentes no Tratado de Westfália (Blin, 2006; Bely, 2000), que reconhece o princípio da igualdade dos Estados e da soberania tanto externa quanto interna, e, mais tarde, no Congresso de Viena de 1815 (Lentz, 2013). Contudo, naquela época, essa ordem era mundial apenas na medida em que as potências europeias se definiam como "mundo".

As ideias de Grotius ganharam novo vigor entre o final do século XIX e as tentativas de limitar a violência nos conflitos armados (Boidin, 1918), e durante o primeiro conflito mundial com o Tratado de Versalhes (1919) e o nascimento da Liga das Nações (LDN) em 1920 (Haakonssen, 1985). Muitas das ideias contidas na carta da LDN foram retomadas na carta das Nações Unidas em 1944-45 (2023). Essas noções encontraram rapidamente aplicação no comércio internacional, questões monetárias e na economia em geral, como evidenciado pela citação de Keynes no contexto de um projeto de Banco Central internacional. Os acordos de Bretton-Woods em 1944 (Steil, 2013), que conferiam à União Soviética um papel de observador, e o Tratado de Havana (Graz, 1999), infelizmente fracassado, e a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), são testemunhos disso. Pode-se considerar que, por trás da expressão ordem mundial, está o conjunto de relações de poder entre os Estados, relações que são tanto institucionalizadas quanto determinadas por regras do direito internacional.

A noção de ordem mundial aplica-se perfeitamente a um sistema institucionalizado de relações internacionais (Besson, 2020). Concebe-se que a aplicação de regras, agrupadas sob o termo direito internacional, seja melhor do que a aplicação da força bruta. No entanto, essas regras devem ser aplicadas de maneira igualitária a todos os países, e nenhum país deve decidir unilateralmente criar novas regras sem consultar as outras nações. Isso foi lembrado por Vladimir Putin em 10 de fevereiro de 2007, em seu discurso na conferência de segurança de Munique (Levesque, 2007). Essa é



hoje a posição da Índia, em que se percebe um "padrão duplo" na aplicação das sanções contra a Rússia (Rao, 2023).

Além disso, uma ordem mundial polarizada por uma grande potência, como a Grã-Bretanha antes de 1914 e os Estados Unidos desde 1945, especialmente a partir de 1991, levanta a questão das relações entre países dominantes e dominados. Tal ordem mundial nunca foi igualitária entre as nações envolvidas, particularmente no que diz respeito à ordem econômica internacional representada pela OMC (Galbraith; Choi, 2020). Ela desfavoreceu os países anteriormente colonizados (ou criados pela colonização) e, de modo geral, os países pouco industrializados (Subramanian; Wei, 2007). De fato, essa ordem mundial resultou do acordo entre os países ricos e poderosos (Gowa; Kim, 2005).

Não é surpreendente que essa ordem tenha sido contestada. Ela passou por múltiplas encarnações. A ordem internacional de 1944-45 já não era a mesma que prevalecia de 1949 ao início dos anos 1960, quando se restringia aos países aliados dos Estados Unidos, excluindo a URSS, a China e todos os países comunistas. Ela mudou novamente no início dos anos 1970, quando os Estados Unidos impuseram o princípio das taxas de câmbio flutuantes (William, 2007). Com a desintegração dos acordos de Bretton-Woods, a noção de sistema monetário internacional e, posteriormente, de ordem monetária internacional entrou em cena, com uma ênfase crescente no papel do dólar americano (Eichengreen, 2007)

A ideia de uma nova ordem mundial, diferente tanto daquela que emergiu em 1945 e durante a Guerra Fria, quanto da dominação dos Estados Unidos após o colapso da URSS, começou a ganhar força desde o início dos anos 2000 (Sapir, 2008). Essa nova ordem mundial não seria mais polarizada por um ou poucos países, mas seria, no sentido mais completo do termo, multipolar. Sem dúvida, John Mearsheimer foi um dos primeiros a falar sobre isso (Mearsheimer, 2001). A ideia de que a ordem mundial, tal como se reconstituiu desde o fim da URSS sob a dominação dos Estados Unidos, estava sendo desafiada pela ascensão das economias emergentes começou a se firmar (Goldstein, 2005; Rosecrance, 2006; Struye de Swielande, 2008). Com essa ideia, surgiu também a noção de que um conflito entre os Estados Unidos e a China era possível, temível ou até inevitável (Swaine; Ashley, 2005; Wang, 2006). A ordem mundial encontrou-se finalmente dividida entre três polos, para aqueles que esperavam que a Europa pudesse desempenhar um papel (Shambaugh, 2005).



As evoluções do comércio internacional desde a crise financeira de 2008-2010 e o surgimento da fragmentação

A ordem mundial sempre refletiu os equilíbrios de poder. Particularmente na sua dimensão de ordem econômica mundial, não refletia apenas as diferenças de riqueza entre as nações, mas também seu poder geoestratégico, implícito ou explícito. Os Estados Unidos emergiram, no início dos anos 1990 como a potência hegemônica detentora de uma forma de império mundial, devido ao desaparecimento da União Soviética, (Poirier, 1991). No início da última década do século XX, os Estados Unidos possuíam uma supremacia total, tanto militar quanto econômica, política e cultural. A potência americana reunia então todas as características do "poder dominante", capaz de influenciar todos os atores sem ter que usar diretamente sua força, após a demonstração fornecida, e principalmente de estabelecer sua hegemonia no espaço político internacional, impondo suas representações explícitas e implícitas, bem como seu discurso (Dahl, 1957).

No entanto, essa hegemonia, que se traduziu também pela adoção generalizada de regras de livre comércio com a transição do GATT para a OMC em 1994 (WTO, 1994), começou a se deteriorar gradualmente diante de crises financeiras que os Estados Unidos não conseguiram controlar, de seus fracassos militares (no Iraque e no Afeganistão) e da rápida ascensão de novas potências (China, Índia, Brasil, e agora Indonésia e Turquia) ou de antigas potências que souberam se reinventar (Rússia) (Primakov, 2002).

A crise financeira de 2008-2010, conhecida como "crise dos *subprime*", foi um momento crucial na contestação da ordem mundial que surgiu em 1991-1992, bem como um abalo significativo na ordem econômica (Sapir, 2009). Mas não foi o único. A crise financeira chamada "crise asiática" de 1997-1998, que marcou o início do papel internacional da China (Naughton, 2013; Fang; Xiao, 1999) e o início da reconstrução da Rússia (Sapir, 2002), prefigurou essa transformação (Sapir, 2008).

De fato, essa ordem mundial que se assemelhava a uma Pax Americana (Golub, 2008; Alasuutari, 2004) se decompôs rapidamente tanto pelas incapacidades e erros cometidos pelos dirigentes dos Estados Unidos quanto pela ascensão de outras potências. A globalização, que havia sido aceita como o único quadro das atividades econômicas, começou a se desintegrar e a ser questionada antes mesmo da crise de 2008-2010 (Bello,

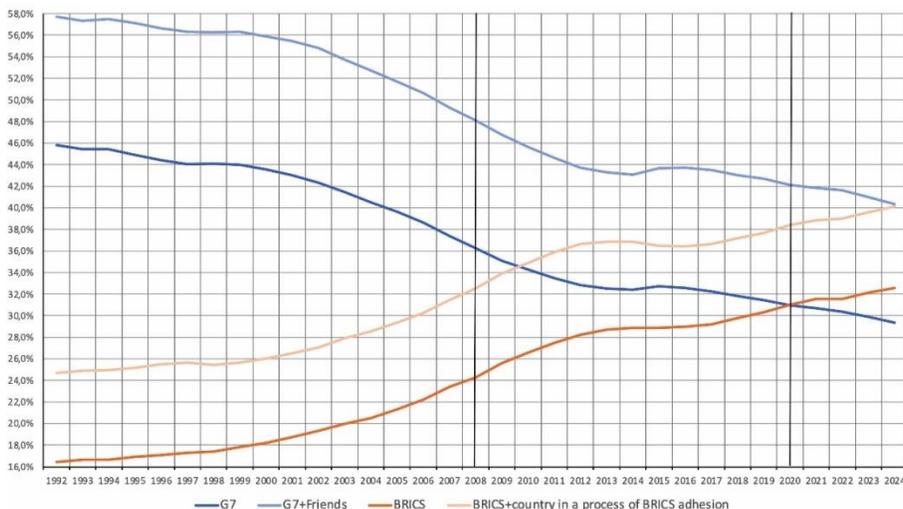


2002), essa desintegração se aceleraria naturalmente após essa crise (Sapir, 2021).

A comparação dos países que formam hoje os BRICS com o grupo do G-7 revela que a participação deles no PIB mundial (calculada em PPC) era de 46% e 16% em 1992, respectivamente. Em 2008, quando a crise dos *subprime* eclodiu, essa participação foi de 36% para o G-7 e 24% para os BRICS. Quando a pandemia de COVID-19 ocorreu, em 2020, os países do G-7 e BRICS estavam em igualdade com 31%. Observando agora a participação dos grupos G-7 e "aliados" e BRICS e países identificados que pediram oficialmente sua adesão aos BRICS em 2023 (Agence Ecofin, 2023), a evolução é ainda mais surpreendente. A participação foi de 58% e 25% do PIB mundial em 1992, passando para 41% e 39% em 2020. A transformação dos equilíbrios econômicos é uma realidade óbvia e massiva nos últimos trinta anos, sinalizando o fim de uma ordem econômica excessivamente centrada nos países ocidentais.

294

Figura 1. Participação de cada grupo de países no PIB Mundial (em poder de compra)



Fonte: FMI, 2023.

Legenda:

- ✓ Países do G7: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos da América.
- ✓ Países do BRICS: Brasil, Rússia, Índia e China.



- ✓ Países considerados aliados dos G-7: Austrália, Áustria, Bélgica, Grécia, Hungria, Irlanda, Coréia do Sul, Holanda, Nova Zelândia, Suécia, Polônia, Portugal, Romênia, Singapura, Espanha e Suécia.
- ✓ Países que solicitaram adesão aos Brics: Argélia, Argentina, Arábia Saudita, Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Indonésia e Irã.

Essa ordem econômica apoiava-se em uma ordem social dentro desses países. A globalização permitiu a implementação de um contrato social particular a partir dos anos 1980-1990. Em troca de salários baixos, "justificados" por uma inflação baixa induzida pela concorrência mundial resultante da abertura das economias após os acordos de livre comércio que se multiplicaram com a transformação do GATT em OMC em 1994 (e na Europa pelo "mercado único" (de Ruyt, 1989) e também impostos por um alto desemprego (Duval, 1981) (alimentado por fluxos migratórios), as classes populares dos países desenvolvidos recebiam produtos de consumo a baixo custo provenientes dos países recém-industrializados. Isso tornava o sistema suportável, apesar do aumento significativo das desigualdades sociais (Atkinson e Piketty, 2007; Piketty; Saes, 2006), induzido pela dominação da esfera financeira e das atividades associadas (Herrera, 2013; Serfati, 2010). O rápido desenvolvimento da esfera financeira desde o final dos anos 1990 gerou um sistema rentista de natureza particular (Ryan et. al 2014; Ratti; Seol, 2008; Ammable; Chatelain, 1996) que extrai grande parte do valor criado nas atividades produtivas.

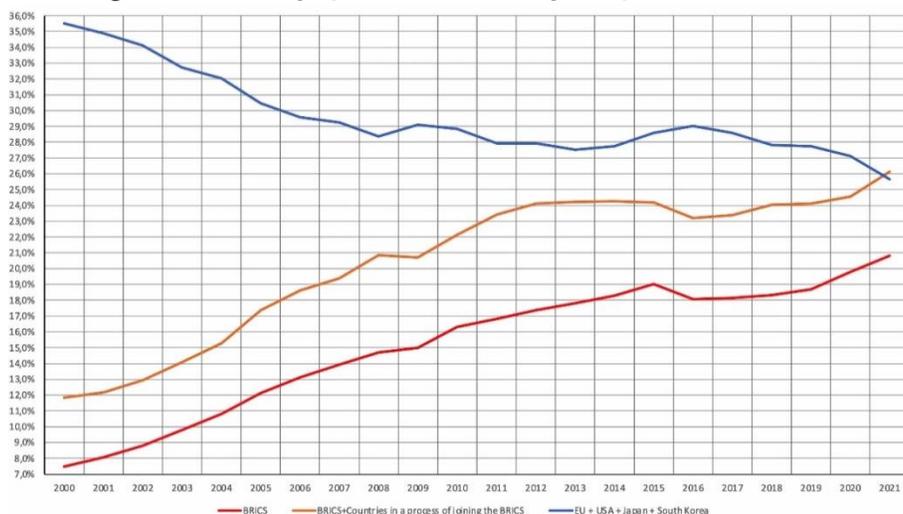
Essa situação e o aumento da distorção na distribuição de renda levaram a uma tendência de desaparecimento das classes médias (Freeland, 2012) e à rejeição territorial dessas antigas classes médias despojadas (Guilluy, 2022). A destruição programada de grande parte da indústria, exceto alguns setores mais ou menos preservados, alimentou o desemprego, forçou essas economias a uma terciarização acelerada e induziu mudanças sociais que fragmentaram a sociedade, resultando no que um sociólogo chamou de "sociedade arquipelizada" (Fourquet, 2019) e reduzindo sua capacidade de resistência a essas mudanças. Os movimentos de protesto que resultaram, desde os "coletes amarelos" (Bendali, 2019) até o movimento contra a reforma das aposentadorias na França, o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos (Espinoza, 2021), atestam a crise social induzida por esse modelo de desenvolvimento. O fato de o Brexit ter causado uma reconfiguração política na Grã-Bretanha (The Guardian, 2019), culminando na vitória esmagadora de Boris Johnson



nas eleições de fim de 2019 (Le Temps, 2019), é um bom sintoma. A violência da repressão policial, especialmente no caso do movimento dos "coletes amarelos" (Poupin, 2019), indica também até que ponto a ordem social interna foi desafiada por esse movimento.

As mudanças que descrevemos em nível internacional refletem, mas também questionam naturalmente, esse pacto social. Atualmente, se não é errado falar de desglobalização do mundo, esta última também deve ser compreendida como uma desocidentalização (Barma et. al, 2009).

Figura 2 – Participação no total de exportações



Fonte: OMC, 2024.

Esse processo de desglobalização não se limita apenas ao poder econômico. Ele implica em uma contestação progressiva das regras da OMC e do livre comércio generalizado. Essa contestação pode aparecer como uma contestação do multilateralismo. A crise do sistema comercial multilateral é, na verdade, profunda e reflete a contestação da ordem econômica internacional (Bown, 2019). Assim, a OMC encontra-se concorrida por acordos bilaterais, regionais e mega-regionais, inclusive em matéria de resolução de disputas, para as quais são previstos mecanismos de arbitragem. Parece que a OMC não consegue se adaptar ao novo contexto de condução das políticas econômicas, embora seja "convocada a se reinventar" (Basedow, 2017). É aí que se mede os limites da tentativa de impor uma forma de ordem mundial por regras que, em um momento, não são mais suportáveis por grupos de países (Fabry ; Tate, 2018; Dunoff;



Pollack, 2017). Ao mesmo tempo, a participação dos países dos BRICS no comércio internacional continua a subir.

Deve-se notar também que os países dos BRICS continuam sub-representados, seja em relação à sua participação no PIB mundial ou ao comércio mundial, nas organizações internacionais, fato que só pode enfraquecer a legitimidade da antiga ordem mundial.

Tabela 1 - Participação dos BRICS nas principais organizações internacionais.

	Banco Mundial		IDA		MIGA		IMF		Cota SDR	
	nºde votos	%do total	nºde votos	%do total	nºde votos	%do total	nºde votos	%do total	Milhões	Total
Brasil	54.264	2,11	478	1.66	2.83	1,3	111.9	2,22	11.0	2,32
Rússia	68.26	2,62	90.65	0.31	5.77	2,64	130.5	2,59	12.9	2,71
Índia	76.777	2,99	835.2	2,89	1.218	0,56	132.6	2,63	13.1	2,76
China	131.42	64,11	661,0	2,29	5.754	2,64	306.3	6,08	30.5	6,41
RAS	18.698	0,73	74,37	0,26	1.886	0,86	32.0	0,63	3.1	0,64
Total	348.42	13,56	2,139	7,41	17.44	8,0	713.2	14,15	70.6	14,84

Fonte: Liu; Papa, 2022.

Contudo, essa contestação ao multilateralismo foi iniciada, na verdade, por um dos países que mais lutou por sua imposição: os Estados Unidos. A implementação de diversas medidas - como o *Foreign Corrupt Practices Act*, lei aprovada em 1977 (Basedow, 2017), mas que ganhou importância com uma modificação em 1998 e sua aplicação agressiva a partir dos anos 2000 (US Department of Justice, 1977), e o Foreign Account Tax Compliance Act de 2010 - foi consideravelmente agravada pela decisão das autoridades americanas de considerar que qualquer uso do dólar colocava automaticamente as empresas estrangeiras sob a jurisdição da lei americana.

Este mecanismo é chamado de princípio da extraterritorialidade. Um relatório parlamentar sobre esse problema foi elaborado em 2016 (Gauvain, 2019). O principal problema apontado por ele é que as transações a serem honradas são contratos em dólares. Nesse caso, as transações precisam necessariamente passar por um banco americano para "comprar" dólares, caindo sob a jurisdição da lei americana. Empresas francesas como a Alstom, Technip (US Department of Justice, 2014) e alguns bancos (BNP-Paribas,



Crédit Agricole e Société Générale) foram condenados por esses procedimentos.

Essas medidas continuaram sob a administração de Donald Trump. Além disso, em 2014, a União Europeia aderiu a uma política de sanções econômicas contra a Rússia e não reagiu de fato às sanções decididas pelos Estados Unidos contra o Irã (Maitre, 2018). Com essa política de "sanções econômicas", seja contra Cuba, Irã, Rússia ou Venezuela, os Estados Unidos e a União Europeia⁶ aceleraram o fenômeno da desglobalização.

A retirada americana do acordo de Viena com o Irã (o Plano de Ação Conjunto Global (Cosilium, s.d), não visou exclusivamente isolar o Irã por meio de sanções econômicas. Por medo de represálias devido à aplicação extraterritorial da lei americana, a denúncia desse acordo atingiu a França e a Alemanha. Exceto Itália e Grécia, que negociaram diretamente com os Estados Unidos contornando Bruxelas, nenhum outro Estado europeu conseguiu até agora obter isenções americanas nas exportações de petróleo iraniano. Essa retirada unilateral gerou repercussões econômicas pesadas para as empresas europeias, especialmente francesas, como PSA, Renault, Total e Airbus (Capital, 2018).

Ao mostrar que os intercâmbios e as normas a eles associadas poderiam ser interrompidos por razões essencialmente políticas, os Estados Unidos (Kirshner, 2008) demonstraram que esses intercâmbios e normas correspondiam menos a uma ordem mundial do que à política dos Estados Unidos. Uma nota da DGS⁷ estabelece que "as empresas francesas que atuam nesses setores (alta tecnologia como aeronáutica, saúde, pesquisa) são alvo de ataques direcionados, incluindo disputas jurídicas, tentativas de captação de informações e interferência econômica (Egrelle, 2018)"

Finalmente, a ordem internacional também se desintegrou no domínio monetário. Desde o fim dos acordos de Bretton-Woods em 1973, esse sistema baseava-se em um padrão dólar, prontamente criticado (Goldberg, 2011; Ghymers, 1986). Esse sistema sempre foi disfuncional, mas

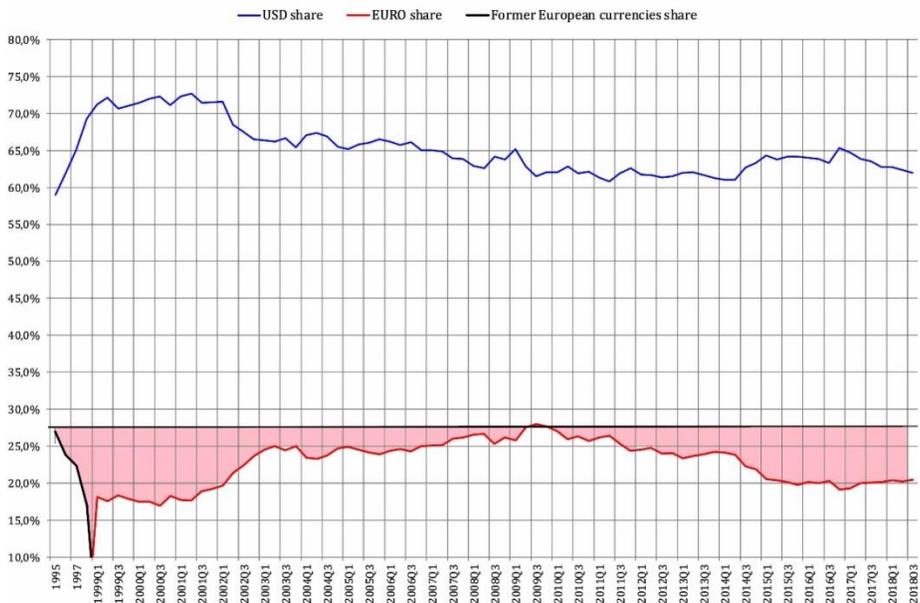
⁶ Este país foi um dos principais perdedores da ronda de sanções de 2014. Para mais informações ver a reportagem *Fast 700 Million US-Dollar pro Monat: Deutschland leidet unter Russland-Sanktionen*, em *Handelsblatt* de 11 de outubro de 2019 em: <https://www.handelsblatt.com/politik/international/krim-streit-fast-700-millionen-us-dollar-pro-monat-deutschland-leidet-unter-russland-sanktionen/25107884.html?ticket=ST-44354031-vztL3Mvyz2G7mcsrF6Tv-ap4>

⁷ A agência de inteligência francesa com foco na segurança interna



isso se tornou evidente no início dos anos 2000 (Carney, 2019). A criação do EURO em 1999 não alterou essa situação (Portes; Rey, 1998), pois a participação do EURO nas reservas das diferentes Bancos Centrais não ultrapassou a soma das moedas dos países que adotaram essa moeda única. Após um movimento que aproximou a soma das moedas europeias existentes antes do Euro, essa participação diminuiu significativamente a partir de 2010. A participação do dólar americano também diminuiu, mas ainda permanecia superior a 60% antes da crise da COVID-19.

Figura 3. Participação das Moedas nas Reservas dos Bancos Centrais



Fonte: FMI, 2023.

Como é possível observar no gráfico, tanto a participação do dólar quanto do EURO nas reservas dos bancos centrais caiu devido ao aumento do uso de "outras moedas". Desde 2010, estava claro que havia uma tendência à fragmentação do sistema monetário internacional, parcialmente induzida por razões de segurança geopolítica (McDowell, 2020). No entanto, essa tendência era lenta. Por razões institucionais, como seu uso massivo como unidade de conta em muitos mercados de commodities, e por razões de conveniência prática (Gopinath e Stein, 2021), o dólar ainda era, na véspera da pandemia, a moeda dominante do sistema monetário internacional (Helleiner; Kirshner, 2009).



O choque da COVID-19 e a transformação da situação geopolítica

Essas tendências, discerníveis desde o final dos anos 2010 e chamadas por alguns autores de hiper-globalização (Kilic; Marin, 2020), adquiriram uma nova realidade entre 2020 e 2023. Nos três anos e meio que nos separam hoje do início real da pandemia, o mundo sofreu uma série de choques sanitários, econômicos e geopolíticos sem precedentes. As consequências só serão totalmente percebidas até o final da década. As múltiplas rupturas nas cadeias logísticas que alimentam a produção, devido aos confinamentos relacionados à COVID-19 (Fulconis; Paché, 2020), prejudicaram a economia globalizada e provocaram uma conscientização em muitos países sobre a vulnerabilidade decorrente dessas cadeias. Essas rupturas pareceram ter um impacto maior em 2021 em economias com um aparato industrial significativo (como a Alemanha, por exemplo) do que em economias com maior participação de serviços (Dauvin, 2022). Dois autores do BNP-Paribas escreveram:

A pandemia de COVID-19 evidenciou novamente que, em setores chave como equipamentos de informática, semicondutores e produtos farmacêuticos, a economia mundial se tornou muito dependente do Leste e Sudeste Asiático. Nestas regiões, clusters industriais foram criados para explorar economias de escala. No entanto, na busca por locais industriais apropriados, as empresas não deram atenção suficiente à segurança da cadeia de suprimentos e a outros aspectos preocupantes como os ambientais e geoestratégicos. Isso resultou na fragilização das cadeias de suprimentos, devido à ausência de fornecedores de substituição fora desses clusters” (Derrien; Van der Putten, 2021, s.p).

Naturalmente, as novas sanções impostas à Rússia a partir do final de fevereiro de 2022 provocaram novos choques. Essas sanções se somaram às que vinham sendo aplicadas desde 2014/2015 (Belin; Hanusek, 2019; Gongress, 2017). As novas sanções tiveram um componente monetário e financeiro, marcado pela proibição de fornecimento de moedas ocidentais ao Banco Central da Rússia, a exclusão de alguns bancos russos do sistema



SWIFT (União Europeia, s.d)) e um componente comercial, semelhante a um embargo⁸.

Além da forte redução do comércio entre os países da União Europeia e a Rússia, essas sanções segmentaram o comércio mundial entre países que aplicam as sanções, como Estados Unidos, Canadá, países da União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Austrália e Nova Zelândia, e países que se recusam a aplicá-las, como China, Índia, Indonésia, Malásia, países do Oriente Médio (incluindo Turquia, membro da OTAN), países africanos e a maioria dos países da América Latina. Enquanto o discurso sobre "o isolamento" da Rússia parece ser uma fantasia do Ocidente (MondAfrique, 2022), a segmentação do comércio mundial é uma realidade. Além disso, mesmo antes das sanções, a Rússia parece ter tomado precauções diante da ameaça de novas sanções (Kantchev, 2021).

As sanções e a segmentação gradual do comércio internacional provocaram consequências significativas no crescimento mundial. Além da aceleração da inflação, inicialmente gerada pela crise da COVID-19, elas ampliaram o descompasso entre países emergentes e em desenvolvimento, particularmente na Ásia, e os países desenvolvidos. Os países da União Europeia estão notavelmente atrasados (Sapir, 2021). Não só sofreram um choque mais severo devido à pandemia da COVID-19, apesar dos significativos auxílios públicos (Sapir, 2023), como sua recuperação econômica foi mais lenta. As transformações geopolíticas que afetam o mundo desde fevereiro de 2022 resultaram em um crescimento mais reduzido, especialmente nas previsões para 2023 e 2024.

Nesse contexto, a aplicação das sanções teve efeitos deletérios tão grandes para os países que decidiram por essas sanções, especialmente os da União Europeia, quanto para o país alvo, a Rússia (Sapir, 2023).

⁸ Para os países da União Europeia consultar <https://www.consilium.europa.eu/fr/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/#economic>; para os EUA <https://home.treasury.gov/system/files/126/14065.pdf>, https://home.treasury.gov/system/files/126/fr87_41589.pdf e <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/06/fact-sheet-united-states-g7-and-eu-impose-severe-and-immediate-costs-on-russia/>

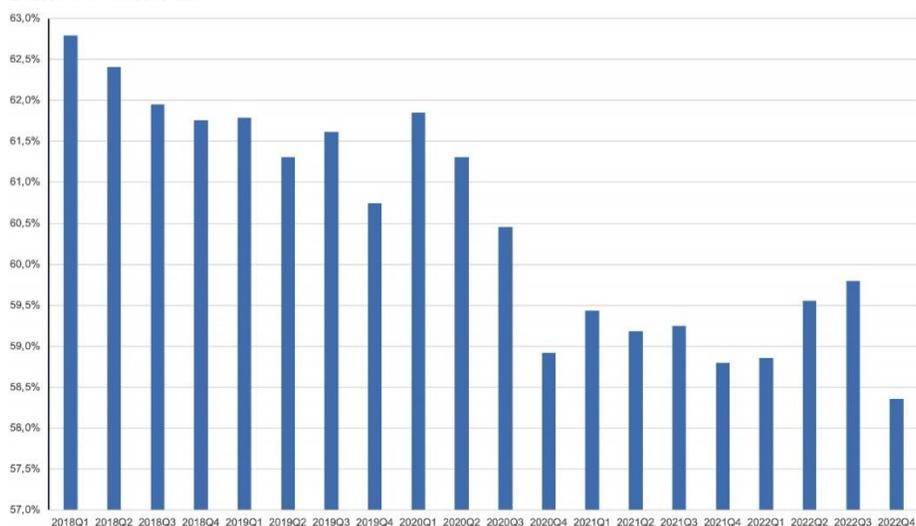


Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB dos principais grupos de países desde a pandemia da Covid-19

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mundo	2,80%	-2,80%	6,30%	3,40%	2,80%	3,00%
Economias desenvolvidas	1,70%	-4,20%	5,40%	2,70%	1,30%	1,40%
<i>União Europeia</i>	2,00%	-5,60%	5,60%	3,70%	0,70%	1,60%
<i>Zona do Euro</i>	1,60%	-6,10%	5,40%	3,50%	0,80%	1,40%
<i>Estados Unidos</i>	2,30%	-2,80%	5,90%	2,10%	1,60%	1,10%
<i>Japão</i>	-0,40%	-4,30%	2,10%	1,10%	1,30%	1,00%
Economias emergentes e desenvolvidas	3,60%	-1,80%	6,90%	4,00%	3,90%	4,20%
<i>Ásia</i>	5,20%	-0,50%	7,50%	4,40%	5,30%	5,10%
<i>Europa</i>	2,50%	-1,60%	7,30%	0,80%	1,20%	2,50%

Fonte: FMI, 2023.

Figura 4 – Participação de dólar norte-americana nas reservas dos Bancos Centrais



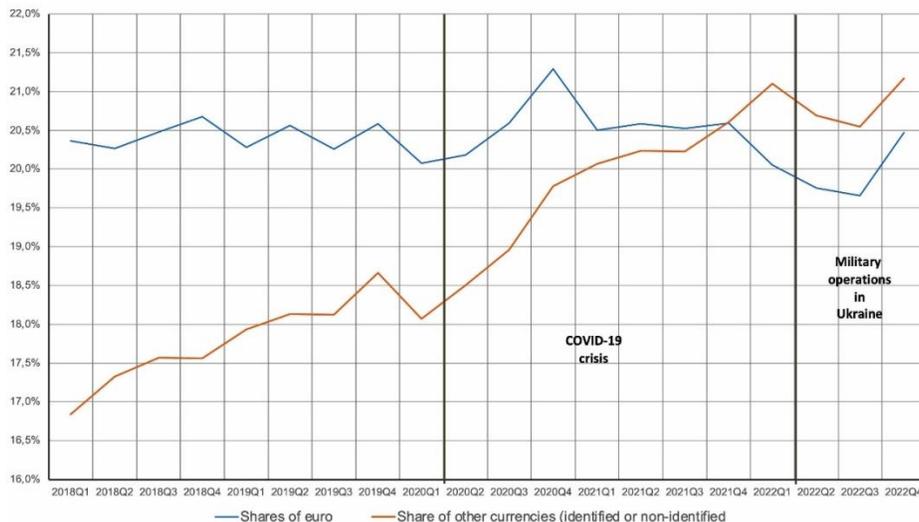
Fonte: FMI, 2024.

Este movimento também se traduziu em uma aceleração das evoluções monetárias. O declínio do dólar na participação das reservas dos Bancos Centrais parece estar acelerando. As tendências de desdolarização do comércio internacional (Luft, 2018; Ladasic, 2017) e o projeto de uma moeda comum dos BRICS (Global Times, 2023; Liu; Papa, 2022) parecem ter sido induzidos pela instrumentalização política do dólar americano (Ping, 2023),



bem como pelo congelamento dos ativos do Banco Central da Rússia, embora ainda haja incertezas significativas na União Europeia.

Figura 5 - Participação do Euro e outras moedas nas reservas dos Bancos Centrais



Fonte: FMI, 2024.

É importante notar que esse processo não beneficiou fundamentalmente o EURO, mas sim um conjunto de "outras moedas", como o Yuan conversível, o Franco Suíço ou a Libra Esterlina. De fato, estamos diante de um movimento de contestação do sistema monetário internacional, ou seja, da ordem monetária mundial.

A crise da ordem mundial de 1992 tornou-se evidente com a crise provocada pela COVID-19 e as transformações geoestratégicas que ocorreram a partir de 2022. A economista-chefe do Banco Mundial, Carmen Reinhart, reconheceu: "A COVID-19 é o último prego no caixão da globalização" (Bloomberg, 2020). Ela não é a única. Kemal Dervis, em uma coluna publicada em junho de 2020 pela *Brookings Institution*, um dos *think tanks* mais famosos do Partido Democrata, acrescentou: "A catástrofe da COVID-19, ao expor as vulnerabilidades inerentes a uma economia global hiperconectada e de *just-in-time*, torna o recuo da globalização cada vez mais inevitável. Em certa medida, isso pode ser desejável" (Dervis, 2020). Esta declaração é significativa, pois a *Brookings* foi um dos centros de influência que mais trabalhou pela globalização.



Alguns chamaram a atenção para esse fenômeno antes da crise sanitária, como Harold James, que escreveu para o aniversário da crise de 2008 (James, 2018). O mesmo Harold James, professor de história e relações internacionais na Universidade de Princeton, também falou do "desafio global" que representa essa desglobalização (James, 2018). Em 2022, Joseph Stiglitz apontou os fenômenos de *re-shoring* e *friendly-shoring*, que testemunham um processo de fragmentação e desglobalização, mostrando como eles podem surgir como uma resposta aos erros da globalização (Stiglitz, 2022). Em seu discurso de outubro de 2022 na Universidade de Georgetown (Washington DC), Kristalina Georgieva, presidente do FMI, reconheceu essas transformações (Georgieva, 2022). O paradigma do livre comércio desmoronou (Sapir, 2022). O retorno do protecionismo, que começou a se manifestar abertamente com a crise de 2008-2010, tende a acelerar devido às sanções e contra sanções.

Estamos agora diante de um claro risco de segmentação do mundo entre o que pode ser chamado de "Ocidente coletivo" e "Sul coletivo" (Sapir, 2021). Este último tende a se estruturar em torno dos BRICS, como medido pelas solicitações de adesão, e também, menos notado, em torno da OCS (Deng, 2021; Nadin *et al*, 2022; Mengjie, 2022). Embora essa oposição seja inevitável devido ao comportamento de países como os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, cuja ex-primeira-ministra Liz Truss chamou de fato para constituir o G-7 como uma OTAN econômica (Stokes, 2022), isso não pode ser visto como uma tentativa desesperada dos antigos dominadores de perpetuar sua dominação. No entanto, não se pode aceitar essa situação, que é claramente sub-ótima em termos de enfrentamento das questões de preservação do planeta e desenvolvimento igualitário. Se uma nova ordem mundial emergir, é possível que seja, por ser multipolar e menos desigual que a anterior.

Qual é a evolução para o contrato social interno dos países?

As mudanças na ordem mundial desde o final de 2019 significaram o fim do contrato social implícito que dominava nos países desenvolvidos. Isso resultou em um aumento acentuado dos preços (Harding *et. al*, 2023), em grande parte devido à ruptura das cadeias globais de abastecimento (Forbes *et al*, 2021) e, secundariamente, às consequências das sanções econômicas e das perturbações que causaram no comércio mundial. Além disso, assistimos



a uma conscientização - mais ou menos rápida e importante, dependendo do país - de que a continuação do modelo de crescimento baseado na desindustrialização não era mais viável (Leseul, 2022). Essa conscientização é naturalmente mais rápida na Europa, diretamente ameaçada pela ruptura das relações econômicas com a Rússia (Gas Processing & LNG, 2023) e que vive correndo o risco de uma marginalização crescente (e vassalização sob a tutela dos Estados Unidos) na futura ordem mundial (Fischer, 2023).

Além disso, a conscientização dos limites ecológicos do antigo modelo de crescimento, que são frequentemente reduzidos à questão da mudança climática, mas que incluem a questão dos resíduos e da poluição do solo e da água, também se afirmou através do choque social induzido pela pandemia de COVID-19.

Para outros países, incluindo a Rússia, a estratégia de desenvolvimento adotada desde os anos 2000, baseada em relações de dependência mútua com as economias europeias (Sapir, 2004) — vendas de energia barata em troca de investimentos industriais e importações de bens manufaturados e tecnologia — foi invalidada. Em um contexto de forte crescimento econômico, a Rússia atraiu ativamente investimentos diretos estrangeiros e localizou produções utilizando tecnologias estrangeiras (Adevale, 2017). Este modelo foi naturalmente abalado pelas novas sanções. O caso da indústria automobilística é o mais conhecido, mas está longe de ser o único. No entanto, o desenvolvimento de uma estratégia de substituição de importações permitiu uma recuperação (Expert, 2022). Deu-se início a uma diversificação das exportações, correspondendo ao modelo canônico do comércio internacional (Krugman, 1984). Com a nova situação geoestratégica que se desenvolve desde fevereiro de 2022, um novo modelo de desenvolvimento parece necessário, embora hoje as restrições (e oportunidades) de médio prazo ainda sejam importantes (Gusev, 2023; Frolov et. al, 2022 Shirov, 2023).

A Rússia não está sozinha nesse caso. A Índia pode enfrentar uma reavaliação semelhante em alguns meses. Finalmente, a China começou a se concentrar em seu mercado interno (UNCTAD, 2022) e pode ser levada a acelerar esse processo (Global Times, 2023). Globalmente, o grau de abertura dos BRICS diminuiu em dez anos desde a crise de 2008-2010. Os países dos BRICS procuraram reduzir sua dependência do comércio internacional, e esse processo deve naturalmente se acelerar nas circunstâncias atuais, marcada por uma crescente politização das trocas internacionais.



Para os países desenvolvidos, a antiga estratégia ou modelo de crescimento pode ser medida pela participação dos serviços no PIB, que não parou de crescer desde os anos 1970 e hoje é muito importante. Essa participação oscila entre 69% e 79%.

Tabela 3. Composição do PIB por setor de origem, média entre 2011- 2018.

Setor	França	Alema- nha	Itália	EUA	Japão*	China	Índia**
Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,8	0,9	2,2	1,1	1	8,6	16,4
Indústria	14	25,6	19	15,7	23,4	35,7	18,9
Construção	5,7	4,6	4,7	3,9	5,5	6,9	7
Serviços	78,5	68,9	74,1	79,3	70,1	48,8	57,7

* Média para 2016-2019

** Média para 2016-2021

Fonte: FMI, 2024; OCDE, 2024.

Apresentamos os números da China e da Índia para permitir uma comparação. A média varia entre 49% e 58%. Como pode ser observado na tabela 3, os países ocidentais viram suas economias se terceirizarem massivamente (Barreiro de Souza et. al. 2016; Greenhalgh; Gregory, 2001; Daniels, 1993). Esse fenômeno não é novo (Lichesteinn 1993) e em alguns casos pode ser justificado. No entanto, foi provavelmente levado ao extremo pela expansão do livre comércio e pelo contrato social implícito. De fato, o nível de desenvolvimento da China se aproxima dos países ocidentais, mas a participação dos serviços é muito menor. No entanto, os serviços — exceto alguns setores como serviços financeiros — oferecem salários mais baixos do que a indústria e a construção.

Deve-se observar a evolução da Rússia (tabela 4). Em 2016, estava próxima da Alemanha, em uma situação intermediária entre os países desenvolvidos e a China. Desde o início dos confrontos armados na Ucrânia, a Rússia parece ter tomado um caminho diferente, aproximando-se da Índia e da China.

A política do governo russo parece seguir o que um sociólogo ucraniano chamou de "keynesianismo militar" (Ishshenko, 2023), com apoio significativo às frações da população envolvidas no esforço de guerra e um volume considerável de encomendas públicas ao setor de armamentos (Cooper, 2022). A taxa de utilização da capacidade de produção (INSEE,



2020), um bom indicador da atividade industrial, teria atingido 86% no início de 2023, segundo informações divulgadas pelo UNICREDIT (European Business Association, 2023). Em regime "normal", a taxa está geralmente entre 78% e 82%, dependendo do país⁹. Conclui-se que atualmente a atividade industrial está muito elevada na Rússia. Se adicionarmos os esforços para substituir produtos nacionais por importações, pode-se estabelecer um modelo de desenvolvimento baseado na indústria, transformação de matérias-primas e não na exportação. Esse modelo seria logicamente mais igualitário do que o modelo de dependência mútua desenvolvido anteriormente, mas provavelmente exigiria uma nova forma de planejamento (Sapir, 2023).

Tabela 4 – Composição do PIB por setor de origem: Rússia.

Setor	2016	2022**	2023***
Agricultura, Silvicultura e Pesca	4,8	4,3	4,3
Indústria*	25,7	31,1	31,6
Construção	6,2	5,2	5,3
Serviços	63,3	59,4	58,8

*Incluindo transporte de eletricidade, calor, gás e água

** Estimativas

*** Previsões

Fontes: OCDE, 2024; ROSSTAT, 2023.

Para os países ocidentais, tal mudança levanta muitos problemas. Se o objetivo de reindustrialização, juntamente com o de tornar a indústria mais compatível com as exigências ecológicas, foi adotado tanto na França quanto nos Estados Unidos, onde temos por exemplo a IRA (Stiglitz, 2022; US Democrat Senate, 2022), esse objetivo implica investimentos colossais, especialmente para descarbonizar a produção de energia. Também requer colocar o setor financeiro a serviço de uma economia centrada na produção de bens e serviços públicos, bem como uma coordenação de esforços que, por sua vez, parece impossível sem uma forma de planejamento (Sapir,

⁹ A média histórica foi de 83,2% em França para 1963-1989 (Bourlange; Chane, 1990). Caiu para 81,8% em 2022 (INSEE, 2023) e 83,9% para 2009-2019. Nos EUA, a taxa de utilização da capacidade de produção é de 79,8% para 2022 (Trading Economics, 2023). Nos EUA, a taxa de utilização da capacidade de produção é de 79,8% para 2022 (<https://fr.tradingeconomics.com/united-states/capacity-utilization>)



2022). Contudo, pode-se observar uma discrepância significativa entre os discursos políticos e a realidade das ações. O caso da reforma das aposentadorias na França, no primeiro trimestre de 2023, mostra que a dimensão financeira continua muito presente na política econômica do governo. Além disso, o aumento de comportamentos autoritários dentro do aparato governamental e a radicalização dos discursos nos deixa temerosos de um desfecho diferente do que aquele de reconstrução do pacto social baseada na reindustrialização.

Conclusão

Desde o início de 2022, testemunhamos uma aceleração das transformações que já estavam em curso há pelo menos uma década na economia mundial. Essas transformações marcam o fim da ordem mundial que surgiu no início dos anos 1990, com a ascensão de organizações não ocidentais (BRICS, OCS) na arena internacional, a contestação brutal do livre comércio generalizado e do sistema monetário internacional. Esta mudança na ordem mundial tomou a forma de uma desocidentalização do mundo, enraizando-se, correta ou incorretamente, no movimento de descolonização dos anos 1950-1960.

Essas transformações afetam o pacto social, seja ele implícito ou explícito, que funciona atualmente na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento e confrontam os países desenvolvidos com a impossibilidade de continuar na trajetória seguida desde o início dos anos 1990. Elas impõem aos países emergentes ou em desenvolvimento que se afastem da financeirização das atividades e evitem seguir a trajetória passada dos países desenvolvidos. Em ambos os casos, é claro que o Estado será chamado a desempenhar um papel mais importante – direta e indiretamente – na atividade econômicas e na estruturação da sociedade. No entanto, não é certo que esse papel resulte em um progresso social significativo e pode, ao contrário, se traduzir em uma ordem interna mais coercitiva e desigual.



Referências

- AGENCE ECOFIN. Actualité. 13 pays ont officiellement déposé des demandes d'adhésion au groupe des BRICS, selon l'Afrique du Sud. 25/04/2023. Disponível em: <https://www.agenceecofin.com/actualites/2504-107709-13-pays-ont-officiellement-depose-des-demandes-d-adhesion-au-groupe-des-brics-selon-l-afrique-du-sud>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ALASUUTARI, P. The Principles of Pax Americana. *Cultural Studies – Critical Methodologies*, v. 4, n. 2, 2004, p. 246–249.
- AMMABLE, B.; CHATELAIN, J.B. La concurrence imparfaite entre les intermédiaires financiers est-elle toujours néfaste à la croissance économique? *Revue économique*, v. 47, n. 3, 1996, p. 765-775.
- ARMSTRONG, H.; TAYLOR, J. The Measurement of Different Types of Unemployment. In: CREEDY, J. (ed.) *The Economics of Unemployment in Britain*. London: Butterworth, 1981. p. 99–127.
- ARENDT, H. *La crise de la culture*. Paris: Gallimard, 1989. p. 227.
- ATKINSON, A.B.; PIKETTY, T. (eds.) *Top Incomes over the Twentieth Century: A contrast between Continental European and English-speaking Countries*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BASEDOW, R. *Strengthening the World Trade Organization – Critical Demands for Imperative Success Identifying Politically Viable Options for Incremental Reform*, 27/4/ 2017. Disponível em: www.bertelsmannstiftung.de. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BARMA, N.; CHIOZZA, G.; RATNER, E.; WEBER, S. A World Without the West? Empirical Patterns and Theoretical Implications. *Chinese Journal of International Politics*, n. 2, v. 4, 2009, p. 525-544.
- BARREIRO DE SOUZA, K.; QUINET DE ANDRADE BASTOS, S.; SALGUEIRO PEROBELLI, F. Multiple trends of tertiarization: A comparative input-output analysis of the service sector expansion between Brazil and United States. *Economia*, v. 17, n. 2, 2016, p. 141-158.
- BELY, L. (dir.) L'Europe des traités de Westphalie: esprit de la diplomatie et diplomatie de l'esprit. Ata do Colóquio organizado pela Direction des archives et de la documentation du ministère des Affaires étrangères em Paris, 24 a 26 setembro de 1998. Paris: PUF, 2000. VI-615 p.
- BENDALI, Z., et al. Le mouvement des Gilets jaunes: un apprentissage en pratique(s) de la politique? *Politix*, v. 128, n. 4, 2019, p. 143-177. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2019-4-page-143.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.



- BESSION, S. L'autorité légitime du droit international comparé. Quelques réflexions autour du monde et du droit des gens de Vico. In: BESSION, S.; JUBÉ, S. (eds.) *Concerter les civilisations. Mélanges en l'honneur d'Alain Supiot*. Paris: Seuil, 2020. p. 49-60.
- BESSION, S. The Political Legitimacy of International Law: Sovereign States and their International Institutional Order. Carrying Dworkin's Later Work on International Law Forward. *Jus cogens*, v. 2, n. 2, 2020, p. 111-138.
- BLIN, A. 1648. *La Paix de Westphalie ou la naissance de l'Europe politique moderne*. Bruxelles: Questions à l'histoire, 2006. 214 p.
- BOIDIN, P. *Les lois de la guerre et les deux conférences de La Haye (1899-1907)*. Paris: A. Pedone éditeur, 1908.
- BOOTH, P. *Is Protectionism making a comeback*. 18/11/2019. Disponível em: <https://iea.org.uk/is-protectionism-making-a-comeback-part-1/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BOURGUIGNON, F. *La mondialisation de l'inégalité*. Paris: Seuil, 2012.
- BOWN, C. The 2018 Trade War and the End of Dispute Settlement as we Knew it. *VOXeu.org*, 13 Jun. 2019. Disponível em: <https://voxeu.org/article/2018-trade-war-and-end-dispute-settlement-we-knew-it>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BULL, H.; ROBERTS, A.; KINGSBURY, B. *Hugo Grotius and International Relations*. Oxford: Oxford UP, 2003.
- BUSH, G.W. Discours, 6 mars 1991, Congrès des États-Unis – Washington, 1991.
- CARNEY, M. The Growing Challenges for Monetary Policy in the Current International Monetary and Financial System. Discurso no Jackson Hole Symposium, 23/092019. Disponível em: www.bis.org/review/r190827b.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.
- COOPER, J. *Implementation of the Russian Federal Budget During January-July 2022 and the Spending on the Military*. SIPRI Background Paper, SIPRI, Stockholm, Oct. 2022. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-10/bp_2210_russianmileyx.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CONSILIUM. Le plan d'action global commun et les mesures restrictives, s.d. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/fr/policies/sanctions/iran/jcpoa-restrictive-measures/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CONSILIUM. Sanctions de l'UE à l'encontre la Russie, s.d. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/fr/policies/sanctions/restrictive->



- measures-against-russia-over-ukraine/#economic. Acesso em: 10 jun. 2024.
- DAHL, R.A. The concept of power. *Behavioral Science*, v. 2, n. 3, 1957, p. 201-215.
- DANIELS, P.W. *Services Industries in the World Economic*. Cambridge: Blackwell, 1993.
- DAUVIN, M. Évaluation du choc d'approvisionnement. *Revue de l'OFCE*, v. 177, n. 2, 2022, p. 101-115.
- DE RUYT, J. *L'acte unique européen*. Université de Bruxelles, dirigée par l'Institut d'études européennes, 1989. 389 p.
- DENG, H. 20 Years of SCO, Development, Experience and Future Directions. *Contemporary International Relations*, v. 31, n. 4, Jul./Aug. 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-09-12/SCO-secretary-general-More-countries-interested-in-joining-the-group-1dgSBJHBx9C/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- DERVIS, K. *Brookings*. Less globalization, more multilateralismo. 10/06/2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/less-globalization-more-multilateralism/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- DUVAL, G. Travail: du plein-emploi au chômage de masse. *Alternatives Économiques*, n. 378, v. 4, 2018, p. 72-72.
- EICHENGREEN, B. *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- ESPINOZA, M. *Donald Trump's Impact on the Republican Party*. University of Texas, Rio Grande Valley, Policy Studies, n. 7-6-2021, 2021. Disponível em: https://scholarworks.utrgv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=pol_fac. Acesso em: 10 jun. 2024.
- FABRY, E.; TATE, E. Sauver l'organe d'appel de l'OMC ou revenir au Far West commercial? *Institut Jacques Delors*, Policy Paper, n. 225, 29 mai 2018, p. 1-21.
- FANG, Z.; XIAO, G. China in the context of the Asian crisis. *The China Review*. Honk-Kong: Hong Kong University Press, 1999. p. 165-178.
- FORDE, S. Hugo Grotius on Ethics and War. *The American Political Science Review*, v. 92, n. 3, 1998, p. 639-648.
- FMI, *Navigating A More Fragile World*. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/10/06/sp-2022-annual-meetings-curtain-raiser>



- FMI, World Economic Outlook, Apêndice A, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023#statistical>
- FMI. Data. Composição Monetária das Reservas Cambiais Oficiais (COFER), Estatísticas Financeiras Internacionais (IFS), 2024. Dados extrados de <http://data.imf.org/>
- FORBES, K. J.; GAGNON, J.; COLLINS, Ch. G. Pandemic inflation and nonlinear, global Phillips curves. *Peterson Institute for International Economics, Working Paper*, n. 21-15, 2021. Disponível em: <https://voxeu.org/article/how-will-pandemic-and-war-shape-future-monetary-policy>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- FRIEDBERG, A.L. The future of U. S.-China relations: Is conflict inevitable? *International Security*, v. 30, n. 2, 2005.
- FULCONIS, F.; PACHÉ, G. Pandémie de COVID-19 et Chaines Logistiques. *Revue Française de Gestion*, n. 293, v. 8, 2020, p. 171-181.
- GALBRAITH, J.; CHOI, J. Inequality Under Globalization: State of Knowledge and Implications for Economics. In: WEBSTER, E.; VALODIA, I.; FRANCIS, D. (eds.) *Inequality Studies from the Global South*. Londres; New York: Routledge, 2020.
- GAUVAIN, R. Rétablir la souveraineté de la France et de l'Europe et protéger nos entreprises des lois et mesures à portée extraterritoriale. Paris: Assemblée Nationale, 26 juin 2019. 101 p.
- GEORGIEVA, K. Navigating A More Fragile World. 6/10/2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/10/06/sp-2022-annual-meetings-curtain-raiser>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GNESOTTO, N. Un nouvel ordre mondial. Blogpost, Paris: Institut Jacques Delors, 13 Mar. 2023. Disponível em: <https://institutdelors.eu/publications/un-nouvel-ordre-mondial/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GOLUB, P. S. La fin de la Pax Americana? *Revue internationale et stratégique*, v. 72, n. 4, 2008, p. 141-150.
- GOWA, J.; KIM, S. Y. An Exclusive Country Club: The Effects of the GATT on Trade, 1950–94. *World Politics*, v. 57, n. 4, Jul. 2005, p. 453–478.
- GRAZ, J.C. *Aux sources de l'OMC: la Charte de La Havane, 1941-1950*. Genève: Droz, 1999. 367 p.
- GREENHALGH, C.; GREGORY, M. Structural change and the New Service Economy. *Oxford Bulletin of Economic Statistics*, n. 63 (Special Issue), 2001, p. 629-646.



- GROTIUS, H. *Le droit de la guerre et de la paix*, v. 1 & 2. Amsterdam: Pierre de Coup, 1724. Modern publishing: Grotius H. *Le droit de la guerre et de la paix*. Paris: PUF, 2005.
- GUILLUY, C. *La France Périphérique*. Paris: Flammarion, 2015. Idem, *Les Dépossédés*. Paris: Flammarion, 2022.
- GURVITCH, G. La philosophie du droit de Hugo Grotius et la théorie moderne du droit international (À L'occasion Du Tricentenaire Du De Jure Ac Pacis, 1625-1925). *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 34, n. 3, 1927, p. 365–391.
- HAKONSSSEN, K. Hugo Grotius and the History of Political Thought. *Political Theory*, v. 13, 1985, p. 239-265.
- HARDING, M.; LINDÉ, J.; TRABANDT, M. Understanding Post-Covid Inflation. IMF, Working Paper, n. WP 23-10, 20 Jan. 2023. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/001/2023/010/article-A001-en.xml>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- HERRERA, R. La domination de la finance: origines, mécanismes, alternatives. *Marché et organisations*, v. 19, n. 3, 2013, p. 127-146.
- HUSSON, J. Vers une probable bascule de l'ordre mondial. *La Tribune*, 31 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.latribune.fr/opinions/tribunes/vers-une-probable-bascule-de-l-ordre-mondial-928895.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- INSEE. Taux d'utilisation des capacités de production. 13/05/2020. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/metadonnees/definition/c1275>
- INSEE. Enquête trimestrielle de conjuncture dan l'industrie – Industrie manufacturière – Taux d'utilisation des capacités de production (Moyenne) – Série Brute. 25/04/2024. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/serie/001586738#Telechargement>
- ISHSHENKO, V. Russia's military keynesianism. In: Al Jazeera, 14 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2022/10/26/russias-military-keynesianism>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- JARRETT, M. *The Congress of Vienna and its legacy: war and great power diplomacy after Napoleon*. London: I. B. Tauris & Company, Ltd., 2013. 522 p.
- JAMES, H. *Deglobalization as a Global Challenge*. Princeton: Princeton University, Center for International Governance Innovation, CIGI Papers, n. 135, Jun. 2017.
- JAMES, H. Deglobalization: The Rise of Disembedded Unilateralism. *Annual Review of Financial Economics*, v. 10, Nov. 2018, p. 219-237. Disponível



- em: <https://doi.org/10.1146/annurev-financial-110217-022625>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- KEYNES, J.M. section II. In: MOGGRIDGE, D. (ed.) *Collected Writings of John Maynard Keynes* (1941). Mac Millan, 1980, t. XXV, p. 42-66.
- KILIC, K.; MARIN, D. *How COVID-19 is transforming the world economy*. CEPR, May 2020.
- KIRSHNER, J. Dollar Primacy and American Power: What's at Stake? *Review of International Political Economy*, v. 15, n. 3, 2008, p. 418-438.
- KHANDELWAL, A.; GOLDBERG, P.; KENNEDY, P.; FAJGELBAUM, P. The return to protectionism. *CEPR – VoxEU*, 7 Nov. 2019. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/return-protectionism>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- LEVESQUE, J. En marge d'un fameux discours de Poutine. *Diplomatie*, n. 27, May/Jun. 2007, p. 38-41.
- LICHTENSTEIN, C. Les relations industrie-services dans la tertiarisation des économies. *Revue internationale P.M.E.*, v. 6, n. 2, 1993, p. 9-33.
- LIU, Z.; PAPA, M. Can BRICS De-dollarize the Global Financial System. In: *Elements in the Economics of Emerging Markets*. Cambridge: Cambridge University Press, Jan. 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/elements/can-brics-dedollarize-the-global-financial-system/0AEF98D2F232072409E9556620AE09B0>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- LUFT, G. The Anti-dollar Awakening could be Ruder and Sooner than most Economists Predict. *CNBC*, 27/8/2018. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/08/27/the-anti-dollar-awakening-could-be-ruder-and-sooner-than-most-economists-predict.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MEARSHEIMER, J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.
- MENGJIE, W. *CGTN*. Exclusive: SCO secretary-general sayr more countries interested in joining the group. 12 de setembro de 2022. Disponível em <https://news.cgtn.com/news/2022-09-12/SCO-secretary-general-More-countries-interested-in-joining-the-group-1dgSBJHBx9C/index.html>
- MONDAFRIQUE. L'isolement de la Russie, un fantôme de l'Occident. 27 Aug. 2022. Disponível em: <https://mondafrique.com/lisolement-de-la-russie-est-un-fantome-de-loccident/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NAÇÕES UNIDAS. United Nations Charter, Chapter VII: Action with Respect to Threats to the Peace, Breaches of the Peace, and Acts of



- Aggression, s. d. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-7>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NADIN, R.; NIJHAR, I.; MAMI, E. Shanghai Cooperation Organization Summit 2022: key takeaways. 23 Sept. 2022. Disponível em: <https://odi.org/en/insights/shanghai-cooperation-organisation-summit-2022-key-takeaways/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NAUGHTON, B. China and the two crises: From 1997 to 2009. Working Paper, JICA Ogata Sadako Research Institute for Peace and Development, 2013. Disponível em: https://www.jica.go.jp/jica-ri/publication/workingpaper/china_and_the_two_crises_from_1997_to_2009.html. Acesso em: 10 jun. 2024.
- OMC, *Statistics on merchandise trade*, 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/merch_trade_stat_e.htm
- ONU. *Capítulo 4*. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-7>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- PIKETTY, T.; SAEZ, E. The Evolution of top incomes: A historical and international Perspective. Working Paper, n. 11955, NBER (National Bureau of Economic Research), Cambridge, 2006. Disponível em: www.nber.org/papers/w11955. Acesso em: 10 jun. 2024.
- PING, L. The trend toward de-dollarization become clearer as dollar weaponization damages its credibility. *Global Times*, 28 Apr. 2023. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289944.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- PILLET, A. Les Conventions de La Haye du 29 juillet 1899 et du 18 octobre 1907, étude juridique et critique. Paris: A. Pedone éditeur, 1918.
- POIRIER, L. La guerre du Golfe dans la généalogie de la stratégie. *Stratégique*, n. 51/52, 3e et 4e trimestres, 1991.
- POUPIN, P. L'expérience de la violence policière dans le mouvement des Gilets jaunes. *Sociologie et Sociétés*, v. 51, n. 1-2, spring-fall 2019, p. 177–200. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2019-v51-n1-2-socsoc05787/1074734ar/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- PRIMAKOV, E. *Mir posle 11 Sentjabrja*. Moscow: Mysl', 2002.
- RAO, N. *The Upside of Rivalry*. In: *Foreign Affairs*, May/Jun. 2023. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/india/modi-new-delhi-upside-rivalry?utm_medium=newsletters&utm_source=twofa&utm_campaign=The%20World%20Beyond%20Ukraine&utm_content=20230421&ut



- m_term=FA%20This%20Week%20-%20112017. Acesso em: 10 jun. 2024.
- RATTI, R.A.; LEE, S.; SEOL, Y. Bank Concentration and Financial Constraints on Firm-Level Investment in Europe. *Journal of Banking & Finance*, v. 32, n. 12, p. 2684-2694. 2008
- REINHART, C. Covid-19 is the Last Nail in the Coffin of Globalization. *Bloomberg*, 21 May 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/videos/2020-05-21/reinhart-says-covid-19-is-the-last-nail-in-the-coffin-of-globalization-video>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ROSECRANCE, R. Power and international relations: The rise of China and its effects. *International Studies Perspectives*, v. 7, 2006.
- ROSSTAT. Dados 2022. 2023. Disponível em: https://rosstat.gov.ru/storage/mediabank/22_20-02-2023.html
- SAPIR, J. Disastrous past, bright present, uncertain future. *Post-Soviet Affairs*, v. 18, n. 1, Jan./Mar. 2002, p. 1-30.
- SAPIR, J. *La Démondialisation*. Paris: Le Seuil, 2011. Reprinted in an augmented version, Paris: Le Seuil, 2021.
- SAPIR, J. *Le Nouveau XXI è Siècle*. Paris: Le Seuil, 2008.
- SAPIR, J. *Le Protectionnisme*. Paris: PUF, coll. Que-Sais-Je, 2022.
- SAPIR, J. Russia's economic growth and European integration. In: WILHELMSSEN, J. (ed.) *Putin's Russia: Strategic Westernization?* Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2004. p. 85-96.
- SAPIR, J. Is eurozone accumulating an historic lag toward Asia in the Covid-19 context? *Economic Revival of Russia*, n. 1 (67), 2021, p. 89-102.
- SAPIR, J. The Economic Shock of the Health Crisis in 2020: Comparing the Scale of Governments Support. *Studies on Russian Economic Development*, v. 32, n. 6, 2021, p. 579-592.
- SAPIR, J. Экономическое планирование: ренессанс забытой практики и возможности для России. *Ekspert*, n. 4, 23 Jan. 2023. Disponível em: <https://expert.ru/expert/2023/04/ekonomicheskoye-planirovaniye-renessans-zabytoy-praktiki-i-vozmozhnosti-dlya-rossii/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SAPIR, J. The social roots of the financial crisis: implications for Europe. In: DEGRYZE, C. (ed.) *Social Developments in the European Union: 2008*. Bruxelles: ETUI, 2009.
- SERFATI, C. La mondialisation sous la domination de la finance: une trajectoire insoutenable. *Mondes en développement*, v. 152, n. 4, 2010, p. 129-144.



- SOCIÉTÉ DES NATIONS. Traité de Versailles de 1919, 1919. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/traites/sdn1919.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SHAMBAUGH, D. The new strategic triangle: US and European reactions to China's rise. *The Washington Quarterly*, v. 28, n. 3, 2005, p. 7-25.
- SHIROV, A.A. Development of the Russian Economy in the Medium Term: Risks and Opportunities. *Studies in Russian Economic Development*, v. 34, n. 2, 2023, p. 159-166.
- SWAINE, M.D.; TELLIS, A.J. *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND, 2000.
- STEILL, B. *The Battle of Bretton Woods: John Maynard Keynes, Harry Dexter White, and the Making of a New World Order*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- STIGLITZ, J.E. Getting deglobalisation right. *Social Europe*, 7 Jun. 2022. Disponível em: <https://www.socialeurope.eu/getting-deglobalisation-right>. Acesso em: 10 jun. 2024
- STOKES, B. The World needs an Economic NATO. *Foreign Policy*, 17 May 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/05/17/ukraine-war-russia-sanctions-economic-nato-g7/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SUBRAMANIAN, A.; WEI, S.J. The WTO promotes trade, strongly but unevenly. *Journal of International Economics*, v. 72, n. 1, May 2007, p. 151-175.
- TARTAKOWSKY, D. Les Gilets jaunes, les mouvements sociaux et l'État. *L'ENA hors les murs*, v. 494, n. 2, 2019, p. 9-10. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-ena-hors-les-murs-2019-2-page-9.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- THE GUARDIAN, Former communist standing as MEP for Farage's Brexit party, 23/04/2019. Disponível em: <https://www.guardian.com/politics/2019/apr/23/former-communist-claire-fox-standing-as-mep-for-farages-brexit-party>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- TRADING ECONOMICS. États-Unis: Utilisation de la capacité. 2023. Disponível em: <https://fr.tradingeconomics.com/united-states/capacity-utilization>
- US DEMOCRATS SENATE. Summary: the inflation reduction act of 2022. 2022. Disponível em: https://www.democrats.senate.gov/imo/media/doc/inflation_reduction_act_one_page_summary.pdf



- US DEPARTMENT OF JUSTICE. Foreign Corrupt Practices Act, 1977. Disponível em: <https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- VÉDRINE, H. *Les Cartes de la France à l'heure de la mondialisation*. Paris: Fayard, 2000.
- VICO, G. *Opere Giuridiche. A cura di Paolo Cristofolini*. Firenze: Sansoni, 1974.
- VOIR, Alstom Pleads Guilty and Agrees to Pay \$772 Million Criminal Penalty to Resolve Foreign Bribery Charges. US Department of Justice, Office of Public Affairs, 22 Dec. 2014. Disponível em: <http://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=https%3A%2F%2Fwww.justice.gov%2Fopa%2Fpr%2Falstom-pleads-guilty-and-agrees-pay-772-million-criminal-penalty-resolve-foreign-bribery>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- WILLIAM GLENN, G. Floating the System: Germany, the United States, and the Breakdown of Bretton Woods, 1969–1973. *Diplomatic History*, v. 31, n. 2, 2007, p. 295–323.
- WTO, Marrakesh Declaration of 15 April 1994, 1994. Disponível em: https://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/marrakesh_decl_f.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

Recebido em 20 mai.. 2024 | Aceito em 30 jun. 2024.



Totalidade e pragmatismo teórico: ciência, guerra e educação

Marcelo Micke Doti¹

319

Resumo

O artigo insere-se dentro de uma problemática cada vez maior dentro do atual estágio do desenvolvimento econômico global e especialmente nacional. Diante de contexto socioeconômico, cultural e educacional no qual as relações sociais pautam-se cada vez mais pelo imediatismo (instrumentalização) e sua praticidade dada a acelerada necessidade de acumulação de riqueza, enfoques restritivos dentro da pesquisa fazem perder a ordem do processo educativo como totalidade. Em outros termos, a educação é uma relação social e, como tal, submetida às mesmas lógicas das determinações da sociedade: esta perde cada vez mais as capacidades de entender dinâmicas mais complexas dos seus próprios processos; na educação perde-se, então, as relevâncias da teoria e da formação como desenvolvimento de subjetividades e não do eu. Ao invés de redes formam-se paredes e a “educação para a guerra” torna-se o paradigma de todo o processo formativo.

Palavras-chaves: Teoria; totalidade dinâmica; “Educação para a guerra”.

¹ Professor e pesquisador em regime integral (RJI) do CPS (CEETEPS) do Estado de São Paulo na Faculdade de Tecnologia (Fatec/Campus Mococa) e psicanalista (em formação). Formado em Ciências Econômicas (Unesp/FCLAr), mestrado em Filosofia Política (Unicamp/IFCH), mestrado em Sociologia (Unesp/FCLAr), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp/FEM) e pós-doutorado em Pesquisas Energéticas (UFABC/CECS). | marcelo.micke@uol.com.br



Resumen

El artículo se enmarca en una problemática cada vez más creciente dentro de la actual etapa de desarrollo económico global y especialmente nacional. Frente a un contexto socioeconómico, cultural y educativo en el que las relaciones sociales están cada vez más guiadas por la inmediatez (instrumentalización) y su practicidad ante la necesidad acelerada de acumulación de riqueza, los enfoques restrictivos dentro de la investigación hacen que el proceso educativo pierda orden en su conjunto. En otras palabras, la educación es una relación social y, como tal, sujeta a la misma lógica que las determinaciones de la sociedad: la sociedad pierde cada vez más la capacidad de comprender dinámicas más complejas de sus propios procesos; En educación se pierde la relevancia de la teoría y la formación como desarrollo de las subjetividades y no del yo. En lugar de redes, se forman muros y la “educación para la guerra” se convierte en el paradigma de todo el proceso de formación.

Palabras clave: Teoría; totalidad dinámica; “Educación para la guerra”.

Abstract

This article is part of a growing problem within the current stage of global and especially national economic development. Given the socioeconomic, cultural and educational context in which social relations are increasingly guided by immediacy (instrumentalization) and their practicality given the accelerated need to accumulate wealth, restrictive approaches within research cause the order of the educational process as a whole to be lost. In other words, education is a social relationship and, as such, subject to the same logic as the determinations of society: society increasingly loses its capacity to understand more complex dynamics of its own processes; in education, the relevance of theory and training as the development of subjectivities and not of the self is lost. Instead of networks, walls are formed and “education for war” becomes the paradigm of the entire educational process.

Keywords: Theory; dynamic totality; “Education for war”.

**Agora eu me tornei a morte,
destruidora de mundos**
(*Bhagavad Gita*)

Introdução: a problemática do pragmatismo

A citação inicial é conhecida há muito dentro da tradição escrita sânscrita. Trata-se de uma passagem do *Bhagavad Gita* que é uma escritura hindu de 700 versos concentrando-se em um diálogo entre um grande príncipe guerreiro chamado Arjuna e seu cocheiro, Senhor Krishna, uma



encarnação de Vishnu. Enfrentando um exército inimigo contendo seus amigos e parentes, Arjuna está dividido. Neste momento Arjuna pede a Krishna que revele sua forma universal. Krishna concorda e, no verso doze do *Gita*, ele se manifesta como um ser sublime e aterrorizante de muitas bocas e olhos. Porém, nos últimos meses, a citação foi lembrada por outro motivo: o excepcional filme de Christopher Nolan, *Oppenheimer*. Efetivamente, em 16 julho de 1945, após a primeira detonação nuclear da história, o físico – para usarmos uma expressão cara ao romantismo – *genial* lembra do *Gita* e exprime o que se passa pelo espírito de todos ali presentes. “Se o brilho de mil sóis explodisse de uma vez no céu, seria como o esplendor do poderoso”, foi a tradução de Oppenheimer daquele momento no deserto do Novo México. Daí a citação deste ensaio, bem como o que se passou pela cabeça de Oppenheimer. No entanto, o filme revela mais e revela o que é nosso foco neste escrito: a física quântica só adentra o território e a física praticada nos Estados Unidos por meio de seu pragmatismo. Em outros termos: não havia praticamente física teórica nos EUA e isso é revelado através do filme de Nolan com muita ironia. Assim, o conhecimento e estudo das estruturas da matéria só viriam à luz – com todo o trocadilho fisicamente possível aqui – na grande potência do norte por meio da guerra, do uso imediato e “pragmaticista” da teoria da física moderna.

Para enfrentar este tema, ou seja, enfrentar a subordinação da teoria e das articulações da totalidade do conhecimento, o grande fluxo das mediações hegelianas e que Marx irá colocar em toda a sua obra, para enfrentar a decrepitude do conhecer ao pragmático mundo da guerra e dos negócios, da educação reduzida a “construção de blocos de conhecimento” e não a grande tradição da formação – *Bildung* – será necessário um caminho mais longo. Somente então poderemos falar não simplesmente do complexo industrial-militar, mas o que está em sua base: o esquecimento das cadeias complexas do movimento do capital e suas produções ideológicas, simbólicas, imaginárias e culturais. Mais: como a ciência e a tecnologia subordinadas ao capital e uma de suas formas mais inescrupulosas, a guerra e seu complexo industrial, se transformaram em processos educacionais “viciados” e muito distante de qualquer antigo ideal revolucionário, humanista e iluminista. Da promessa de emancipação adentramos no domínio da subjetividade e de uma educação cuja única finalidade é a reprodução do capital. Quando a isso associamos a guerra e sua perversa lógica em termos de complexo industrial-militar, temos os



enormes perigos geopolíticos – pois deixamos neste ponto as estruturas reais e discursivas da economia para as ações efetivas de uso das armas e controle dos territórios – além de toda uma prática educacional e científica que prima por, essencialmente, dois aspectos: imediatismo do conhecimento no mesmo ritmo de produção do capital com perda da totalidade das determinações e a impossibilidade dos controles sociais e populares sobre as condições da produção científica e tecnológica – quando não se controla a ciência e a tecnologia é extremamente fácil os absurdos da “Terra Plana”, “negacionismo”² e idolatria da tecnologia.

Oppenheimer estava certo em sua declaração após a primeira explosão nuclear e o controle das potencialidades da matéria que a física moderna (relativística e quântica) abriam. Não simplesmente citando o *Bhagavad Gita*, mas afirmando o que eles (todos os envolvidos no Projeto Manhattan em Los Alamos) sabiam: o mundo não seria mais o mesmo. Somente não podiam imaginar – e não se pode “flagelar” ninguém por não entender ou *complexificar* uma totalidade *ex ante* – todas as implicações possíveis em outros campos da realidade e do mundo discursivo.

Capitalismo: modo de ser o mundo

O desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe desde seus processos iniciais de internalização da produção europeia de riquezas (Arrighi, 1996) uma “vocação” para o empírico, para a resolução tão somente de problemas voltados à produção. Diante disso, o conhecimento e a razão instrumentalizam-se de forma perigosa e problemática. No *Conflito das Faculdades* Kant (2021) já se indagava sobre a necessidade da filosofia diante de formas de conhecimento, discursos, disciplinas que já possuem seu *locus*

² Fundamental lembrar que a palavra/expressão “negacionismo” é falsa e, ao usá-la, entramos, “embarcamos” no próprio bojo ideológico e de poder simbólico da extrema-direita. Em outros termos: inserimo-nos em um jogo – um Fla-Flu, para usar uma linguagem comezinha, mas que sintetiza perfeitamente a ideia – no qual se está de um lado ou do outro, acredita-se ou não se acredita. Logo, toda construção teórica converte-se em uma simples aposta, quando, na verdade, não temos “negacionismo”, mas ignorância sem paixão – muito diferente da paixão da ignorância lacaniana – ignorância com ódio, supremo desprezo à construção teórica e à paciência de construir conceitos. O “negacionismo” deve ser colocado em seu devido lugar: desprezo pelo conhecimento e um puro “achismo”, para usarmos outra expressão cotidiana.



social definido diante das “massas”. Em outros termos, disciplinas ou vertentes discursivas específicas e aplicadas na condução do bem do Estado e da população como é o caso do direito, da medicina e da teologia.

Com o desenvolvimento do capitalismo como constante processo de afirmação de sua forma econômica e, portanto, de seus “tentáculos” sobre a produção de toda a realidade social em todas as suas expressões, a “tentação do empírico” como império acaba se conjugando com a validação insuperável da produção de conhecimento *útil*. Neste momento aparece uma questão ética de enorme relevância: o que é o útil? Se deixarmos a reprodução do capital falar – neste ponto usamos metaforicamente a expressão falar e ao mesmo tempo se trata de um recurso de estilo, pois é uma maneira de produzir uma escrita que alcance determinada articulação mental como um diálogo – sua voz será sempre a mesma: “útil é aquilo que produz mais, acelera e torna mais efetiva a produção, gera renda, emprego, trabalho, gera riqueza social produzindo maior bem-estar social”. A fala do capital não é errônea, pois é a *sua* fala, a expressão do seu modo de ser. Logo é útil e aplicável o que ele – capital e sua forma social: capitalismo – diz que é. O núcleo duro de sua verdade e de seu horizonte é justamente esse. A teoria terá seu valor, assim como a formação acadêmica, desde que seja para produzir utilidades e *utilitarismo*.³ No entanto, a fala acima possui, em sua essência, problemas. Antes de abordá-los seria conveniente explicar neste momento um pouco da dinâmica do capital e seus processos.

³ O utilitarismo é uma família de teorias das consequências ligada principalmente aos nomes Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Configura-se como teoria ética no sentido de que as ações são boas quando tendem a promover a felicidade e más quando tendem a promover o oposto da felicidade. Economicamente o utilitarismo pode ser entendido como princípio ético no qual o que determina se uma decisão ou ação é correta, é o benefício intrínseco exercido à coletividade, ou seja quanto maior o benefício, tanto melhor a decisão ou ação será. Isso significa que o útil é produtor de valor, mas sem que se conjugue com isso problemáticas como o significado de valor e sua teoria, valor e riqueza e suas relações com classes sociais e, portanto, concentração e centralização de renda, o valor e a riqueza como inflexões do poder de decisão das forças produtivas e, com isso, das formas pelas quais e em que linhas ocorrerá o desenvolvimento econômico e para quem ele atende com seus interesses. Neste sentido, verifica-se no utilitarismo e no útil aquilo que o é para determinada inscrita social e suas desigualdades isolando problemáticas culturais, políticas, lutas sociais etc.



Põe-se o capitalismo como configuração social sistemática. Isso significa existir em sua forma própria de *ser* ao mesmo tempo em um alcance para além das teias e condições do capital e sua lógica, bem como existir de maneira a formar uma totalidade, uma articulação de muitas, quase infinitas determinações. Neste sentido o capitalismo é um *sistema*: congrega em sua permanência de ser ao mesmo tempo as mais diversas instâncias sociais – desde o indivíduo e sua complexidade até os domínios sociais mais amplos da política, da economia e teoria econômica, da sociedade, das famílias, das formas e modos culturais, costumes, moral e ética – até a absorção de espaços geográficos cada vez mais amplos e submetidos tanto à lógica do capital como às configurações e formas de dominação do capitalismo, com destaque especial na atualidade para os contornos neoliberais e suas consequências vistos adiante neste artigo.

A lógica de produção do capital é muito simples⁴, mas possui um longo histórico para chegar a se concretizar como capitalismo. Em seu núcleo duro o capital é uma lógica produtiva e sistemática de produção de mercadorias (bens)⁵ e serviços por meio do trabalho assalariado tendo o

⁴ Entenda-se bem: lógica e não sua realidade, ontologia. Entre o lógico que é processo “filtrado” por inúmeros processos intelectuais e a realidade há distâncias impressionantes. Kant distinguia entre o objeto (em alemão *das Objekt*) que já é algo dado à consciência por meio de processos intelectivos e o completamente real e não filtrado por nenhum processo cognitivo, o que se opõe completamente: *der Gegenstand*, ou seja, aquilo que é contrário (*gegen*), posto como obstáculo. *Gegenstand* também pode ser posto e traduzido como “coisa” (*das Ding*) que em Freud assume o papel de inapreensível. O essencial desta colocação como rodapé é demonstrar que a simplicidade do lógico é tão somente fetiche: há nele todos os processos sociais, históricos, culturais formadores da complexidade social. A oposição feita entre lógico e ontológico está bem distante da distinção feita por Lukács entre ontológico e gnosiológico, mas não cabe neste momento descrever (Lukács, 1981).

⁵ A palavra “bens” é, de certa maneira, “espertamente” colocada dentro da ética do capital. Em partes para melhor esclarecer: em primeiro lugar a palavra ética vem sendo tratada ou abordada na atualidade de maneira totalmente errônea. Aparece como um conjunto de regras como “tal pessoa não tem ética” ou “ética empresarial”. Ética é o entendimento e o estudo do estar-no-mundo-com, ou seja, é o processo e ao mesmo tempo o estudo (um não se distingue do outro, imbricados que estão) da interação social dos sujeitos. Isso significa estar inserido nos laços discursivos, na fala, na interação social. Há um campo infinito de explicações, mas não suportável em uma nota de pé de página. Em segundo ponto ou instância: falar que uma mercadoria ou serviço é um *bem* ou *valor* é aglutinar na produção econômica todos os princípios éticos tratados desde a filosofia clássica grega. É a mercadoria um bem



lucro como parte do processo, mas como objeto geral e metódico a reprodução do sistema na forma de capitalismo promovendo a acumulação de capital. Para melhor definir de maneira simbólica e mnemônica pode-se inscrever o capital como possuindo a seguinte expressão lógica:

D – M – D'

Nesta pequena formulação elaborada por Marx (1985) no capítulo primeiro (livro I) de *O Capital*, o *D* inicial é capital na forma dinheiro – lembrando que capital é elemento constitutivo do sistema⁶ e constantemente metamorfoseado em suas diversas fantasmagorias: ora dinheiro, ora máquinas e equipamentos, ora ativos financeiros de alta volatilidade, ora a atenção e a psique dos consumidores e trabalhadores entre outras metamorfoses. O elemento *M* é a mercadoria, resultado de processos produtivos. Em outros termos, o capital inicial (*D*) precisa contratar força de trabalho, investir em capital fixo e todas as estruturas produtivas para que a pequena e singela passagem entre *D* e *M* possa ocorrer. Evidente para qualquer leitor atento à questão central neste ponto: trata-se de processo, ou seja, entre o investimento inicial (*D*) e a produção da mercadoria (*M*) há um lapso temporal maior ou menor de acordo com os tipos de mercadorias produzidas, sua escala, sua complexidade, seu luxo ou condescuidade etc. Por fim *D'* é o final do processo e da consecução

325

ou valor dentro de uma sociedade cuja lógica é tão somente marcada e mascarada (no sentido de escondimento, esconder a face) pelo utilitarismo universal, pelo reino da mercadoria como princípio ético. No escopo desta crítica, mercadoria deveria ser apenas produto do trabalho e essencialidades da vida.

⁶ Cumpre colocar uma nota para chamar a atenção de elemento central: a palavra *sistema*. Ela aparece várias vezes e sempre aparecerá, ainda mais dentro da temática apresentada neste ensaio. Sistema do capital ou capitalismo, pois interligado em todas as instâncias sociais (sem prevalências e determinismos de um materialismo restritivo: não “vertical”, mas sim “horizontal” e rizomático) e de forma cada vez mais mundializada. Por isso a *totalidade* como método deve ser imperativa e, em nível educacional, isso se aplica na pluralidade de abordagens inter, trans e pluridisciplinares. Por este motivo o título do artigo: impossível qualquer pesquisa aplicada sem teoria e nenhuma teoria é somente teoria – até para os “pouco avisados”, a metafísica filosófica está longe de ser especulação fantasística. O enlace dinâmico da totalidade dos determinantes é que garante uma formação abrangente e capaz de resolver problemas, tanto para o docente como para o discente.



temporal: é o capital inicial (D) acrescido de lucro após venda da produção. Assim: $D' = D + \Delta D$, onde ΔD nada mais é do que o lucro.

No entanto, há muitas questões e problemáticas a serem colocadas aqui e algumas delas serão feitas ao longo do artigo. Uma delas e de todo evidente é o fato do lucro (ΔD) não ser o objetivo, mas parte do processo de reprodução do sistema: pensado pela lógica do empresário atomizado e individual é o reinvestimento, mas dentro do sistema é a sua reprodução com a consequente acumulação de capital, riqueza acumulada por meio da realização do capital.⁷ Fica evidente que boa parte dos autodeclarados “empresários” ou “empreendedores” estão longe de realizarem a reprodução do capital ou, como empresário atomizado, individual, reinvestir. Esclarece-se dado o fato do *faturamento* mensal da grande maioria (48 milhões autodeclarados) ser tão somente *renda do trabalho informal* com não mais do que três salários-mínimos para cerca de 70% deles.⁸

Neste ponto pode-se colocar a questão da investigação pertinente ao artigo: a pesquisa aplicada necessita em todos os seus momentos do entendimento sistemático tanto da sociedade na qual se insere, bem como dos rumos dessa mesma sociedade e suas sustentações econômicas dentro de uma totalidade dinâmica. A não realização desse objetivo ou concreção intelectual resulta no empobrecimento da própria aplicação, da teoria, do desentendimento e até mesmo da não efetividade de uma aplicação.

Formações da realidade como totalidade

Neste momento é importante fazer diversas colocações sobre as novas formações sociais que assume a sociedade metabolizada pela lógica

⁷ Em economia chamamos realização do capital ao processo de demanda de todas as mercadorias, ao processo pelo qual a produção é devidamente escoada. Em Keynes (e na macroeconomia) ficou conhecido como o problema da demanda efetiva (Miglioli, 1981). Infelizmente na contemporaneidade – dentro, inclusive, de cursos de economia, administração e as várias áreas afins de administração, negócios e gestão – o debate econômico e das teorias da reprodução foram “esquecidos” por toscas colocações que não abarcam as totalidades e o sistema. Em outros termos, o debate econômico e os problemas de desenvolvimento e sociedade ficaram “pequenos”.

⁸ Ver a referência aos dados em: “Brasil é o 7º país com mais empreendedores, diz pesquisa” (2022), “46% da população sonha em abrir o próprio negócio. Mas qual é o perfil do empreendedor brasileiro? Confira” (2022), “Saiba quanto um empreendedor ganha no Brasil (de verdade)” (2017).



do capital (D-M-D'). Todas essas pontuações – colocações para construir a totalidade dinâmica expressa no título e no intuito deste artigo – serão feitas em níveis discursivos diferentes dada a multiplicidade da realidade, a tessitura diversa de construção da realidade, ou melhor, das realidades. Diante de um quadro estarecedor de empobrecimento do significante e dos poderes de suas metáforas e de formações de mundos possíveis (Safatle, 2020) – e a educação em seus diversos estágios de graduação ao longo da vida de cada ser humano, cada indivíduo tem destaque nisso visto ser uma das relações sociais mais presentes em cada um de nós – tocar a palavra *realidade* (e seu ser de palavra como significante) tornou-se um desafio, pois ela foi empobrecida até se transformar em empiria, o imediato, esquecimento das realidades que se constroem à nossa volta mesmo quando nossos corpos estão existindo no tempo zero atravessando a avenida Ipiranga com a São João. Mesmo nesta referência mais do que conhecida da canção *Sampa* (Caetano Veloso) não é um atravessar do corpo empírico, pois “alguma coisa acontece no meu coração”: conjugaram-se realidades fenomênicas com o fenômeno dos sentimentos sendo estes marcados por afetos de lembranças, sonhos etc. Enfatizando: o esquecimento das realidades referido anteriormente deve ser pontuado com uma paráfrase de Lukács (1972), ou seja, não há esquecimento “inocente”.

Um primeiro nível discursivo a ser posto e dito anteriormente é que a lógica do capital não pode e nunca ocorre sozinha. Mesmo como centro metabolizador das várias instâncias e realidades sociais, precisamos entender a realidade do trabalho. Afinal esta é a condição da maioria absoluta de todos os seres humanos do planeta pouco importando, neste caso, ser mercado formal ou informal de trabalho. Assim a lógica do trabalho é representada de maneira diversa e oposta à do capital:

M – D – M

Aqui temos os seguintes significados para cada fator desta lógica. O *M* inicial é a mercadoria força de trabalho ou, simplesmente, caso se queira, mão de obra. Não é a melhor conceituação a ser dada – força de trabalho é sempre mais correta por colocar um padrão de lógica social, ou seja, o trabalho humano e sua compra na força utilizada – mas pode assim ser utilizada.



Uma lembrança é essencial: anteriormente foi referido o fato de ser o capital uma lógica ontológica, portanto, referido a uma realidade do ser social. A mesma observação é aqui aplicada: a mercadoria força de trabalho não surge do nada, ela foi produzida por anos e séculos de *desposseção*⁹. É preciso deixar para cada ser humano o mínimo para subsistência de forma autônoma e assim ele poderá existir apenas como possuindo braços e mente. Mesmo estes são há décadas e cada vez mais recentemente descartados por novas lógicas e tecnologias produtivas esquecendo (novamente, nenhum esquecimento é inocente) o próprio significado de técnica e tecnologia. A mecanização, automação, robotização e, contemporaneamente, o aprendizado de máquina ou a errônea expressão “inteligência artificial”, como nos lembra Miguel Nicolelis (2023), deixam menos espaço para os “braços e mente” do trabalhador. Para fazer surgir *M* (mercadoria força de trabalho) foram necessárias transformações imensas das sociedades, primeiro europeias, e depois por todo o mundo no qual se instalou a lógica produtiva do capitalismo. Exemplos para este estudo são as obras de Maurice Dobb (1981) e Edward Thompson (1987) e, claro, toda a análise de Marx espalhada em sua obra. Toda a vida social, cultural, laboral teve que ser destruída e *despossuída* para fazer surgir esta mercadoria “livre, leve e solta” no mercado de trabalho.

No caso brasileiro pode-se lembrar algumas anomalias neste sentido. Em primeiro lugar foi necessário um processo de reconversão ou de aceleração histórica (Ribeiro, 2000). O espaço geográfico que veio a configurar o Brasil, como centenas de outros espaços, surgiu para o mundo

⁹ O geógrafo e grande teórico das contradições atuais do capital, David Harvey, sempre chama a atenção para essas questões, ou seja, a forma atual de gerenciamento do capital por meio da *desposseção*: uma aldeia na China, por exemplo, é *despossuída* para a expansão de empreendimentos do grande capital, um trabalhador perde (é *despossuído*) de seu posto de trabalho, pois sua formação não mais serve para as novas tarefas dos mecanismos produtivos. Neste caso, ele pode se transformar em um xenófobo (na França, Itália ou Alemanha e não por um acaso a xenofobia cresce justamente em centros/países centrais) e culpar o imigrante que foi *despossuído* de suas condições locais e forçado a migrar. Convém reter esta problemática da formação do trabalhador e suas configurações, pois estão intimamente ligadas com a educação, a educação profissional e tecnológica (EPT), a pesquisa aplicada, o pragmatismo educacional, a pesquisa como pesquisa para servir ao capital e à guerra etc. Lembrar: o artigo articula os elementos sustentando a totalidade como método imprescindível de pensar a multiplicidade da realidade.



européu ocidental posteriormente industrializado, como espaço de acumulação de riquezas ou acumulação primitiva de capital (Marx, 1985). Neste sentido não poderia haver trabalho assalariado, pois imperou aqui a escravidão por cerca de três séculos e meio. A lógica do capital (D-M-D') só funciona com a realização do capital ou com a keynesiana demanda efetiva e, para isso, é necessário mercado consumidor: uma massa de pessoas comprando, ou seja, massa salarial que se transforma em mercado consumidor. Comum na linguagem da gestão, dos gestores, de administradores, de economistas ou qualquer área dos estudos sociais e econômicos ignorar que só existe mercado consumidor se houver trabalhadores e sua lógica (M-D-M). No Brasil, surgido como espaço colonial e fornecedor de riqueza para os diversos centros exploratórios da civilização ocidental que se destacava, isso não poderia acontecer sendo espaço tomado pelo trabalho escravo no qual não há força de trabalho, não são pagos rendimentos ao trabalhador, mas sim a exploração do corpo (este é capital, investimento e, ao mesmo tempo, mercadoria), da alma e do sangue de seres humanos escravizados: os escravizados não constituem um mercado consumidor, mas consumido inteiramente como um investimento desumano.

Além desse fator na própria essência da formação brasileira, temos outros ligados essencialmente à problemática mercado interno/mercado de força de trabalho: o fim do tráfico negreiro, o declínio inexorável da escravidão e os fluxos migratórios de europeus. Estes e os escravizados libertos não poderiam tomar terras e construir sua economia. Melhor: suas economias, no plural, no sentido de múltiplas formações sociais e culturais autossuficientes e, se posteriormente integradas, não subordinadas pela enorme desigualdade social ou pela ordem do capital centralizadora e hegemônica nas camadas de realidade econômica e política. Um fator determinante como esse seria suficiente para constituir uma base salarial ou econômica, uma massa de renda do trabalho proporcionadora de enorme potencial de mercado interno. Em hipótese alguma isso poderia acontecer, pois as elites industriais que se vinham formando por meio do capital cafeeiro e seu complexo (Cano, 1977) não tencionavam assalariar trabalhadores com altos salários. Por este motivo é que se constitui em 1850 a lei de terras no Brasil impedindo escravos e migrantes – especialmente europeus neste momento – de tomarem posse da terra ao invés de vender sua força de trabalho. Sim, ao contrário das várias formas discursivas



chamadas disciplinas nas diversas áreas do conhecimento relacionadas às narratividades do econômico, cada um dos “fatores de produção” têm história e esta, como tal, é uma história marcada pelo jogo de poder e forças, sejam elas materiais, sejam simbólicas, sejam ideológicas.

Junto com as formações acima arroladas e construtoras da massa trabalhadora brasileira é de se destacar também as migrações internas, fruto de desigualdades econômicas regionais, bem como as migrações campo-cidade e os verdadeiros êxodos rurais, fruto de uma das piores distribuições de terra do mundo. As migrações internas regionais e campo-cidade sempre são mitigadas quando se tem à disposição das forças políticas projetos de construção de nação. As elites do atraso (Souza, 2017) brasileiras nunca o tiveram e quando isso se tornou possível a partir dos anos 1950 e especialmente na década de 60 foi interrompida pela contrarrevolução de 1964, destruindo todo o processo de construção nacional soberana e com forte mercado interno. O Brasil exportador e os mercados internos fracos não são meros acasos históricos: é um projeto de destruição pela subalternização aos grandes capitais.

No início deste item ficou assentado que seriam feitas algumas colocações articuladoras com a problemática deste ensaio. Mostrou-se a questão central da formação do mercado de força de trabalho. Em outros termos: a lógica do capital como D-M-D' não pode e não existe sem o M-D-M. O capital e sua estrutura social – o capitalismo – não existe sem a realização da produção na venda e esta só pode ocorrer por meio da massa salarial de trabalhadores. Desta forma são colocados ao menos dois níveis sociais ou classes sociais.¹⁰ As relações sociais são também, então, relações de produção, relações de apropriação da riqueza e do seu bem-estar. A educação é uma relação social e, como tal, atravessada pelas relações sociais e de produção. A educação como forma moderna de construção de cidadãos – mas antes de qualquer coisa de trabalhadores – é educação de massas, é um *locus* no qual um dos requisitos é “esquecer” ser educação de

¹⁰ Há quem deteste ou não aceite a ideia de classes sociais. Menos ainda que haja luta de classes e que a sociedade se configure como “bela harmonia”: no campo das platitudes acadêmicas há quem pense assim. No entanto, foi Adam Smith que colocou a questão das classes sociais dentro da teoria social e não – como muitos ignoram – Marx. Ver, por exemplo, o livro de Noam Chomsky (1999), *A minoria Prospera e a Multidão Inquieta* sobre o que não se pode falar nos EUA (e no Brasil ocorre o mesmo e em boa parte do âmbito acadêmico e vem aumentando) em termos de teoria social, ou seja, classes sociais e suas lutas.



“alguém para algum propósito”. Ao se produzir esse “esquecimento” dentro da educação e de todas as suas instâncias (desde planos educacionais, políticas educacionais até o nível mais cotidiano da relação aluno-professor) como relações sociais, de classes e de identidades, o processo educacional cumpre o requisito/função de elucubrar e elaborar formas simbólicas e ideológicas. Essa articulação da relação de classes com educação produz, então, necessidades de:

1) entender todos os processos como propostos aqui, ou seja, os enlaces de uma totalidade dinâmica e na qual a formação crítica seja um requisito de *todos* e não o privilégio exclusivo das camadas sociais possuidoras e detentoras das riquezas que formarão as elites. Neste ponto a educação se transforma em meio pelo qual as condições políticas serão eternamente reproduzidas junto com sua desigualdade. Este ponto é importante, pois é por esse meio que se infiltra um pragmatismo e utilitarismo no qual para alguns é dado o “poder de poder” e a outros uma educação apenas para o trabalho. Ou ainda pior: uma educação que é, inerentemente, pesquisa para produção de armamentos,¹¹ pesquisa de configurações geopolíticas de poder imperial;

2) dentro deste quadro de formação crítica e da totalidade dinâmica e seus enlaces ou articulações de todo o tecido social, cabe indagar: o que é pesquisa aplicada e qual a aplicabilidade? Neste caso a pesquisa para a guerra e toda uma ciência e educação para a guerra. Não há um para-si: há um para-o-capital e a configuração de uma constante economia de guerra dentro da ordem imperialista central e suas ramificações periféricas.

Dentro dessas articulações entre as relações de classe e educação, somados às proposituras dos dois pontos acima expostos, podemos açambarcar um novo nível de discursividade. Neste novo nível coloca-se a problemática do trabalho e quais seriam suas condições atuais. Com estes novos momentos teóricos, somaremos a indagação sobre a educação profissional e tecnológica (EPT). São estes aspectos que serão vistos no próximo item.

¹¹ Colocou-se claro ao longo da tessitura deste escrito, mas cumpre reforçar: não é objetivo deste entender o complexo industrial-militar em sua operosidade econômica, mas a lógica científica, produtora de um tipo de conhecimento e educacional em sua base. Por isso a insistência na citação inicial e seu desdobramento ao longo da passagem do filme de Nolan e – já referida – a ironia sobre a física moderna nos EUA.



O trabalho, seu declínio e fragmentação: educação para deseducar

332

Muitas questões sobre o trabalho como objeto de estudo e como força atuante dentro da sociedade na forma de renda social, massa salarial, mercado consumidor e as fraturas do trabalho veem sendo expostas, discutidas, colocadas e lutadas (sim, pois se trata de relações sociais e luta de classes) há muito tempo. Desde a Revolução Industrial inglesa e a formação de movimentos operários, todo esse complexo de questões em torno do trabalho são debatidos. Na atualidade não é diferente. Ao contrário: com as novas transformações tecnológicas que se seguiram aos anos 1960 com a microeletrônica, a robotização, a automação de processos produtivos – anteriormente, ainda no século XIX a questão da maquinaria (Marx, 1985) – e, na atualidade, os processos digitais que atingem setores e ramos não imagináveis no passado – como os setores de serviço, por exemplo – a problemática do trabalho e seu fim continuam sendo apresentadas até as suas vísceras. Talvez – e pode ser um “talvez” muito grande, mas não nos custa pensar, questionar e problematizar como sói de ser com qualquer pesquisa e suas indagações – a maior função da educação profissional e tecnológica (EPT) seja o estabelecimento de indagações sobre a aplicabilidade das técnicas e tecnologias e o trabalho humano como força de trabalho e seus destinos como formação técnico-crítica. No caso da educação e da pesquisa para a guerra, para uma aplicação da reprodução do capital por meio do complexo industrial-militar isso é mais expressivo ainda. Para pensar esta problemática, constitui-se neste item uma nova discursividade articuladora da totalidade, porém observando as transformações econômicas mundiais e seus impactos sobre o trabalho.

Uma cena do livro de Italo Svevo (1993), *Uma Vida (Una Vita)* ilustra um pouco das transformações do mundo do trabalho que já se percebiam entre os séculos XIX e XX e, especialmente adentrando neste, com o crescimento rápido das economias monopolistas, com as grandes corporações e os monopólios. Diz-nos o escritor triestino:

Alfonso, lembrando-se da reprimenda que Sanneo lhe passara há pouco, olhou para ele, temendo que falasse com ironia, mas o rosto rosado do chefe transpirava seriedade; os olhos azuis fitavam o canto mais afastado da mesa.

– Muito obrigado – murmurou Alfonso.

– Eu que ficarei agradecido se vier amanhã à



tardinha tomar chá em minha casa.
– Muito obrigado – repetiu Alfonso

Trata-se de mostrar a necessidade de *reconhecimento social* buscada por Alfonso. Neste caso, o reconhecimento dentro do quadro do funcionalismo empresarial já em finais do século XIX. *Uma Vida* data de 1892 e responde aos alvares do capitalismo financeiro (Hilferding, 1985) ou monopolista (Baran; Sweezy, 1974). Neste processo um tipo específico de trabalhador: é o *assalariado urbanizado médio* e não mais o *operário*. Em Kafka encontramos isso em sua própria figura de *Beamter*, “funcionário” ou “funcionário público”. Esses assalariados (*Angestellte* na Alemanha industrializada a “pancadas” no final do século XIX, tornando-se a maior potência no final do século, superando a Inglaterra) são os funcionários de banco, lojistas entre outros. Tais funcionários, desligados do operário do chão de fábrica, sonham e têm a ilusão da ascensão social e buscam o dinheiro, não em si (seria falso atribuir isso a esse trabalhador e instrumentalizá-lo com um comportamento *behaviorista*, automático), porém como parte do seu reconhecimento. Essa categoria de trabalhadores acredita-se mais perto de seus “patrões”, cercados de brilho ao qual ele também aspira. Porém, suas condições materiais são semelhantes à de qualquer outro trabalhador (Stach, 2022). Alfonso é esse funcionário, esse assalariado, e busca seu reconhecimento ao longo de todo o romance. Ele é o protótipo do trabalhador assalariado (Stach, 2022, p. 10) e nada consegue realizar em sua vida a não ser uma vida sem sentido. Lembra-se que dentro do projeto empreendido por este artigo e o estabelecimento de laços totalizantes entre teoria, aplicação e formação, está constituir o potencial crítico do mundo acadêmico e seus integrantes (em primeiro lugar alunos e professores) para construir um sujeito dentro das estruturas e não um Alfonso Nitti murmurando resignado duas vezes “muito obrigado”.

Em artigo sobre a questão do mundo do trabalho (Doti, 2022) há referência a este mundo como um processo histórico e existencial¹² na

¹² A expressão mundo do trabalho foi muito difundida pelo professor da Unicamp e estudioso há décadas sobre o trabalho e os destinos do trabalhador Ricardo Antunes. É importante ressaltar a diferença não possível no corpo deste artigo: ao falarmos de mundo do trabalho não se faz referência apenas ao tempo estruturado e consumido na produção. A referência é feita a todo complexo estruturado do tempo vivido pelo trabalhador, ou seja, situação do mercado de força de trabalho, legislação, condições de trabalho e de descanso, formas pelas quais o trabalhador usa seu tempo de vida



medida em que a produção capitalista e a razão que move sua lógica própria avança cada vez mais dentro de toda a produção, produzindo tudo e até a própria vida. Lukács viria a chamar este processo de *reificação* em seu clássico livro de 1923, *História e Consciência de Classe* (2003). Trata-se de um processo pelo qual tudo se torna coisa, ou melhor, não uma coisa simples: tudo se transforma em objeto-mercadoria para o capital. Por isso reificação (Honneth, 2018; Nobre, 2001), do latim *res*, coisa. A reificação é esse processo contínuo de tudo se transformar em coisas produzidas pelo capital e obscurecer a todos nós que há um *fetichismo da mercadoria* (Marx, 1985), ou seja, um feitiço da mercadoria no qual todas elas escondem suas origens produtivas: não há troca de mercadorias e destas mercadorias por dinheiro no mundo do capital e sua sociedade, o capitalismo, mas relações sociais mediadas por coisas (mercadorias) que escondem em seu âmago os processos de produção, as relações de produção que são relações sociais. A primeira dessas relações “escondidas” se dá entre capital e trabalho.¹³

O processo acima descrito possui diversas derivações ou teia tentacular de interpretações e conceituações sobre a existência social. Processos de “escondimento” do fazer social através de formas cada vez mais alienadas¹⁴ (Marx, 2004) e produtoras de ideologias próprias, fazeres

ou a dominação que se exerce para além das horas trabalhadas etc. Grosseiramente sintetizando seria uma espécie de “existencialismo do trabalhador” como, de certa forma, tentou fazê-lo o filósofo Jean-Paul Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo* (*L'Existentialisme est un Humanisme*) (1970).

¹³ Nesse “feitiço” há muito mais ainda em termos de relações sociais fetichizadas, como o tempo de vida “roubado” pelas plataformas digitais configuradas como o tempo para ficar dentro delas cada vez mais e mais até produzir uma realidade paralela e esquizofrênica (Fisher, 2023).

¹⁴ Não é lugar aqui e nem podemos nos aprofundar na multiplicidade de entendimentos desse conceito que Marx irá incorporar de Hegel, porém desvestindo-o da alienação em suas formas idealistas próprias à filosofia clássica alemã como alienação da consciência, alienação do saber e das formas de vida (moral) para colocar a alienação em seu patamar de produção social da materialidade viva, produção material econômica e, portanto, mercantilizável. É neste processo que surgem as concepções advindas de Hegel e incorporadas por Marx de *Enttäusserung*, *Entfremdung*, *Veräußerung*, todas traduzidas como alienação, mas que possuem um rigor próprio e não se coaduna com o fazer humano. Enquanto *Enttäusserung* corresponderia à *extrusão*, *exteriorização*, processo existente em qualquer ato humano de se colocar em sociedade, diferente seria *Entfremdung*, o processo de alienação propriamente dito no qual o ser humano, o produtor de si e de coisas-



ideológicos e estruturas dos indivíduos e suas consciências os quais nem mesmo imaginamos. A origem de todo este processo e dos tentáculos a estruturarem nossas vidas e consciências tem sua origem na primeira mercadoria do capital, ou melhor, a primeira mercadoria em grande escala, em escala espacial generalizada¹⁵, o trabalho humano como mercadoria. Interessante assinalar – infelizmente neste momento não poderá entrar em nossa análise, mas, ao falarmos de sociedade brasileira e seu racismo estrutural, deveria ser ato inicial, inclusive ao pensarmos em discentes e seus processos de exclusão e não inserção social dentro ou fora dos ambientes escolares – que para Achille Mbembe (2018) a primeira grande mercadoria do capital será o trabalho escravo. Pior: não simplesmente seu trabalho, a força de trabalho, todo seu corpo e sua vida serão a primeira mercadoria do capital. Ponto o qual não cabe aprofundamento neste texto, mas traz estruturas conceituais para pensarmos em toda a nossa vida na atualidade como mercadoria.

Instaura-se, então, o mundo do trabalho e sua lógica (M-D-M) brevemente descrito no item segundo deste artigo. A constituição desse processo ocorre na Inglaterra com os servos e seu trabalho realizado nos feudos, nas grandes extensões senhoriais, sendo desalojados (Dobb, 1976, Marx, 1985, cap. 24) por meio dos cercamentos das terras, as *enclosures*. Essa prática teve início ainda no século XII mas intensificou-se no período Tudor, no século XVI. Com a exclusão e expulsão deste ser ainda não sabedor do que será – nem mais servo ligado à terra, mas sem um destino para onde ir, pois terá que migrar de onde foi expulso – ele se encontrará nas cidades como pobres e mendicantes e, por vezes, trabalhador assalariado, uma mercadoria posta à venda para quem a desejar pelo menor preço uma vez que existem aos montes. Qualquer coincidência com nossos tempos atuais

mercadorias se perde e não encontra sentidos em nada (semelhante a condição do alienado na psicoterapia). *Veräußerung*, por sua vez, corresponderia ao ato alienado pela venda, como a venda da força de trabalho. No entanto, todas foram traduzidas como alienação perdendo muito de seus sentidos e diferenças.

¹⁵ Importante assinalar o fato de ser em grande escala, pois aqui reside a especificidade do capitalismo no sentido de Braudel (1995). A troca de mercadorias mediadas ou não pelo dinheiro é um fato ou prática *transcendente* a diversas sociedades. Seu ato social e econômico se transforma em capitalismo apenas através de grandes espaços geográficos.



não é mera coincidência.¹⁶ No Brasil – já bem descrito no item dois deste artigo – isso se dará de formas distintas como, por exemplo, a já citada lei de terras de 1850, a abolição da escravidão sem fixar o ex-escravizado nas terras (reforma agrária) e com a vinda de imigrantes para as fazendas de café e o complexo cafeeiro (Cano, 1977).

Porém, na mesma medida em que esses trabalhadores são formados como força de trabalho, eles serão sempre, quando for oportuno ao longo do desenvolvimento do capitalismo, desempregados, descartados: substituídos por máquinas, processos automatizados e digitalizados, como referido anteriormente. Marx abordava tal problema já em seu capítulo treze de *O Capital*, “Maquinaria e grande indústria” (1985). Por “oportuno” leia-se, quando forem um custo maior e de produtividade menor do que os processos de trabalho morto, ou seja, o capital. Referimos também que esses trabalhadores constituem, com seus salários, os mercados consumidores em larguíssima escala. No entanto, há problemas que rompem as “placitudes” e “harmonias” expostas na nota de rodapé número nove: ao diminuir o efetivo de trabalhadores/consumidores na medida em que avança o processo produtivo do capital, instaura-se outro processo que é a crise constante e inevitável, ou seja, trata-se de uma crise geral e estrutural do próprio sistema. Na atualidade esses processos avançam de maneira cada vez mais constante e por vários caminhos colocando em questão e em debate o trabalho e sua precarização cada vez maior.

Neste ponto do ensaio – após este importante resgate histórico e conceitual – podemos nos voltar para as transformações atuais e seus resultados. Vejamos quais as transformações e fragmentações ocorrem na atualidade do mundo do trabalho como objetivado no título deste item.

Com o advento da revolução industrial e, posteriormente, o avanço da maquinaria e das máquinas-ferramentas, desponta, ainda em pleno século XIX, o século de Marx, no qual o filósofo e revolucionário alemão podia verificar e teorizar, os constantes processos de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (trabalho humano pelo trabalho de máquinas). Ao longo do século XX e especialmente após a II Guerra, intensificando-se cada

¹⁶ O processo pelo qual ocorrem as *enclosures* e a expulsão dos trabalhadores para as cidades é chamado por Marx de acumulação primitiva no capítulo 24 de *O Capital*. David Harvey dirá que esse processo de acumulação primitiva nunca acabou e permanece atual na forma já referida neste artigo como *desposseção* (ver nota número 8).



vez mais nas décadas de 60 em diante, teremos – anteriormente arrolado – aceleradamente processos produtivos robotizados, automatizados e digitalizados em pleno século XXI. Estruturalmente, a partir do século XIX, há um contínuo processo pelo qual a força de trabalho é substituída e deslocada de postos anteriores para o *exército industrial de reserva* (os desvalidos e excluídos da ordem formal do trabalho a cada vez mais precarizados) ou, então, em novos postos nos quais suas habilidades ainda sejam procuradas, utilizadas e produtivas. Neste pode-se estabelecer uma crítica à questão da educação atrelada a habilidades e competências, pois são tratadas como atributo do trabalhador para o mercado e não como realização de um sujeito. Em outros termos, o aluno-trabalhador é apenas uma estrutura, um objeto e não um sujeito e seus direitos de reconhecimento social. Não por outro motivo surgem os discursos da sociedade pós-industrial (Bell, 1974) e da pós-modernidade.¹⁷ Neste caso da pós-modernidade teríamos todo um discurso complexo e confuso incluindo indevidamente os mais diversos autores¹⁸: este seria um discurso cuja afinidade com o da sociedade pós-industrial teria amplas redes de conexões, pois ao fim da indústria teríamos também o surgimento dos trabalhos ou empregos predominantes no setor terciário da economia (vendedores, comércio, serviços de todos os tipos etc.). Algo muito semelhante ao anteriormente referido como o *Angestelllte*, porém generalizado, inclusive em sociedades de industrialização tardia como a brasileira.¹⁹

¹⁷ Aqui os teóricos são muitos e citamos apenas aqueles mais conhecidos e com trabalhos de expressão internacional como Jean-François Lyotard (1986) e David Harvey (2013).

¹⁸ Por exemplo, há aqueles que incluem em suas críticas – indevidamente feitas – os autores pós-estruturalistas franceses como Deleuze, Guattari, Foucault, Derrida entre os pós-modernos. Isso é desmesurado, pois em primeiro lugar, a crítica ou o discurso pós-moderno é próprio de teóricos estadunidenses ligados ideologicamente a uma tradição de “fim das ideologias”, fim dos discursos revolucionários etc. São, em outros termos, pensadores ligados ao ambiente do “eterno presente da democracia liberal e do capitalismo” não percebendo desde os anos 1980 e hoje mais intensamente a crise traumática dos dois, especialmente com o recrudescimento das formas políticas do fascismo. Em segundo lugar, pensadores como Deleuze e Guattari nunca foram avessos a Marx, ao contrário: profundos leitores de Marx e das potencialidades da teoria marxiana.

¹⁹ Saliente-se que em sociedades de industrialização tardia, como a brasileira, ocorreria uma *hipertrofia do terciário* com o avanço rápido nas grandes capitais a partir dos anos 1970 dos serviços de menor remuneração e degradantes do ponto de



Por outro lado e de forma muito mais intensa e traumática para o mundo do trabalho são os processos de *financeirização* do capital (Chesnais, 1996) e o avanço das medidas neoliberais sobre o Estado e sobre as empresas. Há, neste ponto, um mecanismo de “retroalimentação” – por assim dizer – entre os processos econômico-financeiros, da esfera das estruturas da realidade econômica, e aqueles das estruturas ou realidades tecnológicas.²⁰

Abordando primeiramente a questão das estruturas financeiras e sua determinação sobre a esfera da produção teremos aqueles processos aos quais David Harvey (2013) chamará de *acumulação flexível*. São as formas pelas quais a produção em escala das grandes corporações, submetidas todas elas a uma gerência cada vez mais financeira, gestão marcada por lucros crescentes em ativos financeiros e sua especulação, tendem a buscar novos espaços produtivos, com plantas industriais enxutas, pequenas, altamente móveis pelo espaço mundial, com robotização e produção automatizada. Os modelos de gestão da produção caracterizados pelo conceito genérico de *just in time* e o aumento da quantidade de tarefas por parte dos trabalhadores bem como pela subjetividade do trabalho apropriada pelo capital por meio dos ritmos das operações, tornam-se cada vez mais intensos.

Esse processo de financeirização do capital no qual os lucros advém especialmente das atividades especulativas tem várias formas – em outros termos, os mercados de ativos financeiros tornam-se cada vez mais complexos e seus produtos requerem um sofisticado arsenal matemático e

vista do reconhecimento social, como o caso de empregadas domésticas, faxineiras(os), serviços gerais para o “faz tudo” entre tantos outros os quais só vemos ampliar em todo o país.

²⁰ Devido aos avanços tecnológicos promovidos pelo capital e sua sistematicidade social como capitalismo, passou-se a associar de muito perto economia com tecnologia. Em primeiro lugar essas esferas do econômico, social, político, cultural, tecnológico, educacional etc. são esferas discursivas construídas sobre a realidade com o advento do mundo moderno e intensificadas com as *fenomenologias estruturais* das diversas produções e dos discursos para os descrever. Em segundo lugar, é fundamental entender que a tecnologia esteve muito mais associada ao artesanato, por um lado (uma forma do econômico muito diversa da atualidade: trata-se de contexto histórico e cultural diversos), e à guerra, por outro. Um polímata como Leonardo da Vinci era artista, artesão e tecnólogo, pois além das formas inerentes à concepção moderna de arte (Rancière, 2021) ele exercia atividades de construtor, tal como armas, objetos cênicos entre tantos outros (Isaacson, 2017).



especialistas na construção tanto de ativos como de modelos matemáticos: os *quants* – e origens. Está tanto relacionado com as rupturas nos acordos de Bretton Woods e a desvalorização do dólar no início dos anos 1970, como também às políticas neoliberais que vão tomando forma e se impondo sob governos, finanças e comércio mundial. O nome mais conhecido para este processo é *globalização* (Harvey, 2008). Afinal, a palavra *globalização* é muito mais neutra e cumpre um papel essencial em sua determinação ideológica.

Dentro deste horizonte histórico, as grandes corporações enxugam seus quadros, desmontam unidades produtivas muito grandes ou gigantes e fragmentam o processo produtivo configurando o processo de *acumulação flexível* descrito por David Harvey em *A Condição Pós-Moderna* (2013). Neste processo todo, dentro das grandes empresas, os setores e diretorias financeiras passam a ser a “joia da coroa”: cabe ao departamento financeiro das empresas, atrelados a bancos de todos os tipos, construir os maiores lucros e sem os riscos da imobilização de capital em vastas instalações. Neste cenário é que foi (e ainda o é) possível falar em fim dos empregos (Rifkin, 1995).²¹

Outro resultado do processo que vimos descrevendo juntamente com as novas formas de trabalho e setores da economia – uma espécie de resultado da financeirização, desenvolvimento da revolução tecno-científica, *fenomenologia* do trabalho na forma de novas profissões com cada sofisticação produtiva e migração das economias para o setor de serviços (sociedade pós-industrial) – é a fragmentação não somente técnica do trabalho, mas também sua fragmentação social: é como se a divisão social do trabalho atingisse patamares nunca antes imaginados. Essa fragmentação imensa leva, justamente, a algumas indagações e lacunas tais como: a educação profissional e tecnológica (EPT) cumpriria qual papel, formar ou apenas informar? As formas de ensinar em EPT como relação social (todo ato social é relação social e o ensinar como relação social aluno/professor é uma relação social) cumpririam qual papel: inserir habilidades e competências para um determinado escopo ou seria necessário entender também as esferas do significado da tecnologia como relação social? O discurso da falta

²¹ Ver neste ponto o raciocínio desenvolvido em artigo citado (Doti, 2022) sobre o fim dos empregos dentro da lógica do capital, ou seja, dentro do quadro de geração de lucros para empresas em atendimento a demandas imensas, por exemplo, saneamento básico para todos: obras para isso atrelariam milhões de empregos, mas a qual custo se fosse seguida pela expansão do capital.



de profissionais qualificados em determinado ramo produtivo, não seria apenas mais uma das muitas configurações ideológicas? Afinal, essa qualificação requer uma limitação do saber e é útil para a lógica do mercado somente durante um tempo (Doti, 2022). A “educação para a guerra” não foge desta problemática, uma vez que – como vimos insistindo – o complexo industrial-militar tem em sua base a instrumentalização do saber, da ciência, da educação e da pesquisa: a “educação para a guerra” surge como um *arquétipo* de todas as formas de conhecimento cuja finalidade é muito clara. Permite-nos fazer essa afirmação tão peremptória não a questão produtiva do complexo industrial-militar (todo o modo de produção capitalista e sua forma sistemática o faz), mas por tratar-se de um campo interior da produção de gigantescos investimentos em pesquisa e, portanto, exigindo uma formação educacional para a guerra. “Educação para a guerra” surge neste ensaio como uma *alegoria* ao estilo de Walter Benjamin, ou *metáfora* das formas de educação subordinadas absolutamente ao capital: pragmática e exigindo apenas operações de aumento e acumulação de capital até mesmo em seu linguajar (não se é mais *professor* e sim “facilitador”, o metrô de São Paulo tem “cliente” e não *passageiros* e os exemplos são imensos).

Com este quadro de questionamentos derivado de todo o processo histórico e econômico demonstrado, surge a indagação sobre o trabalho, seu fim e qual o papel do processo formativo: formação como a clássica *Bildung* alemã ou o *arquétipo* de todo o pragmatismo educacional, a “educação para a guerra” e seus imensos respingos dentro da educação profissional, por exemplo – ainda mais o *pensar a educação* com os avanços gigantes da extrema-direita ou simplesmente os fascistas.

Considerações finais

Dentro do apresentado neste artigo seriam ainda possíveis outras “voltas” intelectuais dentro das relações sociais essenciais para qualquer formação social que são aquelas referentes à educação e à “educação para a guerra” como vimos chamando. Por exemplo, ainda que tenhamos apresentado a lógica-ontológica do capital (D-M-D’), não se expressou ser esta lógica marcada por diferenças históricas de cada formação sociocultural, para usar uma expressão de Darcy Ribeiro (2000) apoiada em Marx. Em cada sociedade essa operação ocorre de maneiras diversas dadas as condições políticas, por exemplo. Mais: essa lógica possui gerenciamentos diversos em



sua reprodução global como a questão expressa anteriormente sobre a acumulação flexível. No entanto, não poderíamos detalhar mais do que o proposto aqui.

Portanto cabe destacar dois pontos objetivados por este ensaio e cujo resultado acreditamos ter obtido.

Em primeiro lugar, foi objetivo central mostrar como a questão da pesquisa científica pragmática e educação são partes integrantes de múltiplas articulações. Compreender essas articulações é inserir-se no campo, espectro ou ainda dentro do discurso indagativo e problematizador de uma totalização – neste caso convém perceber a palavra expressando processo. A partir desta, permitir que se articule uma totalidade dinâmica: sempre contestadora, sempre colocando juízos em suspenso, sempre produzindo críticas. É precisamente a esse resultado que se nomeia como formação intelectual e acadêmica. Afinal, talvez, as pessoas queiram mais do que “uma casa e dois carros”.

Por fim propusemos determinadas prosseguções metodológicas e processuais – lembrando e alertando sempre que a totalidade como totalização é método e procedimento metodológico. Para que fossem atingidas tornou-se necessário o panorama da sociedade movimentada ou metabolizada pelas lógicas do capital, o significado do trabalho/trabalhador, a colocação das questões de classe e o papel especial da educação como formação.

Referências

- 46% DA POPULAÇÃO SONHA EM ABRIR O PRÓPRIO NEGÓCIO. MAS QUAL É O PERFIL DO EMPREENDEDOR BRASILEIRO? CONFIRA. Disponível em: < <https://www.seudinheiro.com/2022/empresas/46-por-cento-da-populacao-sonha-em-abrir-o-proprio-negocio-mas-qual-e-o-perfil-do-empendedor-brasileiro-confira-lils>> Acesso em: 10 ago. 2023.
- ARRIGHI Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- BRASIL É O 7º PAÍS COM MAIS EMPREENDEDORES, DIZ PESQUISA. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-e-o-7o-pais-com-mais-empendedores-diz-pesquisa>> Acesso em: 10 ago. 2023.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul Marlor. **Capitalismo monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.



- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOMSKY, Noam. **A minoria próspera e a multidão inquieta**. 2 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- DOTI, Marcelo Micke. Sociedade do trabalho e sua crise: onde estão os paradoxos. In: **XVII Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa: educação, trabalho e produção sustentável**. Disponível em: <<http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/1241/65f942326af9e6437985320f0ac0df46.pdf>> Acesso em 27 dez. 2022.
- FISHER, Max. **A máquina do caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____ **A condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ISAACSON, Walter. **Leonardo da Vinci**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- KANT, Immanuel. **O conflito das faculdades**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. 3 ed. Barcelona-México: Edições Grijalbo, 1972.
- _____ **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981.
- _____ **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, O processo de produção do capital (Tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____ **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T.A. Quiroz Editora, 1981.
- NICOLELIS, Miguel. IA não é inteligência e sim marketing para explorar trabalho humano, diz Nicolelis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/07/ia-nao-e-inteligencia-e-sim-marketing-para-explorar-trabalho-humano-diz-nicolelis.shtml>> Acesso em: 8 jul. 2023.
- NOBRE, Marcos. **Lukács e os limites da reificação**: um estudo sobre *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. **Aisthesis**: cenas do regime estético da arte. São Paulo: Editora 34, 2021.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Publifolha, 2000.
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SAIBA QUANTO UM EMPREENDEDOR GANHA NO BRASIL (DE VERDADE). Disponível em: < <https://exame.com/pme/saiba-quanto-um-empendedor-ganha-no-brasil-de-verdade>> Acesso em: 08 ago. 2023.
- SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SARTRE, Jean-Paul. **L'existencialisme est un humanisme**. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- STACH, Reiner. **Kafka**: os anos decisivos. São Paulo: Todavia, 2022.
- SVEVO, Italo. **Uma vida**. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- THE DOORS. Oliver Stone. Studiocanal, Tri Star Pictures e Carolco. Estados Unidos: Columbia Pictures, 1991. Amazon Primevideo.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

Recebido em 08 jun. 2024 | Aceito em 30 jun. 2024.



Israel: exportador de fake news, automação da morte e supremacia branca

Gabriel Rocha Gaspar¹

344

Era 1h45 da madrugada do dia 12 de fevereiro de 2024 e o campo de refugiados de Al-Shaboura, na cidade de Raffah, estava silencioso. Muhib Osama Ezz El-Din Abu Jama, de 19 anos, dormia em uma tenda com seu irmão com deficiência física e mental, Elyas, dois anos mais novo. Subitamente, o silêncio da noite é rompido por uma rajada de tiros. Acostumado com alvejamentos rotineiros desde a infância no norte de Gaza, para onde não pode voltar, o jovem sai da barraca, acompanhado do pai, Osama. Há corre-corre, mas não se vê soldados. E o ruído opaco é próximo demais para vir de atiradores de elite.

Sem saber a origem das balas, é difícil escolher para onde correr. E isso é um tempero extra para o caos que já se estabelece sobre a precária comunidade. Muhib volta instintivamente para a tenda para puxar para fora o irmão. Quando os dois saem abraçados à rua, um zunido aflito corta o ar. O rapaz olha para cima e vê um clarão.

Seu pai, atingido na perna e caído no chão, assiste ao momento em que seus dois meninos são fuzilados a curta distância por um robô voador, um quadricóptero SMASH Dragon. Depois do duplo assassinato, a metralhadora acoplada no chassi silencia por um instante, como se a

¹ Jornalista, mestre em Literatura pela Sorbonne Nouvelle Paris 3. Durante cinco anos, foi apresentador, editor e repórter na RFI, a principal rádio pública francesa. Também trabalhou como correspondente em Paris para diversos veículos de mídia no Brasil. Foi finalista do prêmio Jabuti pela co-organização do livro "De Bala em Prosa: Vozes do genocídio negro no Brasil". Atualmente, é colunista de política externa na Mídia Ninja, ensaísta e produz resenhas literárias para a Folha de S. Paulo. | gabrielrgaspar@gmail.com



máquina verificasse o sucesso de sua missão sanguínea, antes de sibilar friamente campo adentro².

A vida de Silah Muhammad Ahmad Odeh, de 52 anos, também terminou sob a mira metálica de um drone. Em 21 de maio, depois de ter sua casa no campo de refugiados de Jabalia demolida por Israel, ela resolveu conduzir a família para passar a noite em um vizinho, dono de uma das poucas edificações ainda de pé no quarteirão. Improvisou uma bandeira branca e liderou o grupo por uma viela adjacente. Assim que entrou na rua principal, Silah tomou um único disparo, bem no meio da testa e caiu com o rosto ensanguentado na frente dos filhos e vizinhos. A família correu de volta em pânico e o tiro inicial se converteu em rajada. Por nove dias, até que as forças de ocupação deixassem Jabalia, o corpo permaneceu estirado no meio da rua. Foi a própria família que retornou para recuperá-lo e enterrá-lo no cemitério de Al-Faluja, no distrito ocidental do campo de refugiados.

Dezenas de histórias de assassinatos por veículos não-tripulados em Gaza foram compiladas pela ONG Euro Med Monitor e enviadas às Nações Unidas e ao Tribunal Penal internacional. De acordo com a organização, Israel tem intensificado o uso de armas de guerra comandadas remotamente³.

Quem dispara ainda não é o robô; é uma pessoa. Mas seu trabalho é asséptico, distante. Para ele, essa morte não tem cheiro, não tem som nem sentimento. Ela ocorre como em um jogo de *videogame* e tem seu efeito traumático reduzido drasticamente. Não há olho no olho, desaparece a impotente mirada raivosa dos parentes da vítima, o choro das crianças é silenciado. É o mais impessoal dos assassinatos; quase o ápice da automatização da morte.

“Quase” porque uma pessoa ainda puxa o gatilho, por mais distante que esteja. Citado pelo *New York Times*, o secretário das Forças Aéreas dos Estados Unidos, Frank Kendall, ponderou que “eventualmente as máquinas precisarão ter o poder de tomar ações letais por conta própria”. A justificativa é que “o inimigo” – por mais etéreo que seja – não se imporia tais limitações éticas. E o subtexto: se nós não o fizermos, perderemos a

² Disponível em: <https://euromedmonitor.org/en/article/6195/Ongoing-genocide-in-Gaza:-Six-indicators-of-Israel%E2%80%99s-failure-to-comply-with-ICJ-ruling>

³ Disponível em: <https://euromedmonitor.org/en/article/6357/Gaza:-Israeli-army-expands-its-use-of-quadcopters-to-kill-more-Palestinian-civilians>



vantagem competitiva. Referenciado no mesmo texto, o ex-fuzileiro naval e pesquisador da Universidade de Defesa Nacional do Pentágono Thomas X. Hammes dá um passo extra na retórica excepcionalista e classifica como um “imperativo moral que os Estados Unidos e outras nações democráticas construam e usem armas autônomas”⁴.

É uma utopia assassina, um desejo de que os inimigos simplesmente desapareçam, se aplinam por conta própria, sem contradições, sem dilemas, sem conflitos. Uma tentativa de impor o fim da história sem ter o trabalho de operá-lo; apagar o dilema prévio, o choque momentâneo e as consequências psicossociais do assassinato. Fazer com que o contraditório – político, ideológico e, por que não, racial, de gênero, de classe – “se morra”.

Talvez a pedra fundamental das tentativas da classe dominante de automatizar a morte seja a rígida hierarquia dos exércitos. Afinal, é ela que outorga aos carrascos a suspensão temporária de sua consciência. Imagine se perpetradores de violência extrema não gozassem da possibilidade da auto-absolvição; “estou apenas cumprindo ordens”. Como conseguiriam conviver consigo mesmos? Ou mesmo executar seu trabalho?

Para as cabeças por trás das mãos que operam o horror, reduzir o impacto psicológico da violência subjetiva sobre os comandados não é uma preocupação secundária. A criação das câmaras de gás nos campos de concentração nazistas, por exemplo, não foi simplesmente resultado de um problema logístico; uma mera questão de eficiência. Foi fruto também da preocupação do alto comando com a preservação da sanidade mental dos soldados rasos até então incumbidos de executar a solução final nazista a ponta de fuzil⁵.

O chefe da SS Heinrich Himmler registrou o dilema em seu diário, ao citar uma conversa que manteve no final de 1941 com seu subordinado Erich von dem Bach-Zelewski, logo depois de assistir ao fuzilamento de uma centena de detentos em um campo de concentração de Minsk, Belarus: “Ele me disse: Reichsführer, a vida desses homens acabou. Que tipo de seguidores estamos produzindo aqui? Neuróticos ou selvagens.” Himmler então fez um discurso aos soldados, dizendo que não esperaria que bons

⁴ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/11/21/us/politics/ai-drones-war-law.html>

⁵ Ver BREITMAN, 1991.



alemães fizessem um serviço tão sujo sem sentir remorso. E garantiu que, diante de Deus e de Hitler, era ele o responsável pelo ato⁶.

Mas nem ele conseguiu, em larga escala, neutralizar o trauma pelo massacre de uma população inteira, no espírito daqueles que efetivamente puxam o gatilho. O diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático e seus subsidiários (drogadição, alcoolismo, suicídios, paranoia etc.) são lugar-comum entre veteranos de conflitos armados atroz. Foi um deles, inclusive, a Guerra de Washington contra o povo do Vietnã, que, em 1973, levou o psiquiatra estadunidense Arthur S. Blank Jr. a criar o diagnóstico de TEPT, que seria incluído sete anos depois no manual diagnóstico da Sociedade Americana de Psiquiatria⁷.

Para a psiquiatra palestina Samah Jabr, a ideia de “pós-trauma” nem se aplica à situação colonial. Primeiro, porque não existe um momento posterior, se a ocupação – e, por consequência, o trauma – é permanente. Segundo, porque ela é em si uma conceituação ocidental. Diria mais, liberal. Pois ela isola o traumatizado da sociedade. É uma ideia atomizadora de trauma. Ou, melhor dito nas palavras da própria pesquisadora e ativista:

Os conhecidos instrumentos psicométricos não dão conta de tais sentimentos. Falta especialmente a compreensão de que os múltiplos traumas infligidos aos palestinos pela violência política também representam um trauma coletivo vivido pela sociedade. Tal como um trauma individual prejudica o tecido cerebral de uma pessoa, um trauma coletivo prejudica a integridade do tecido social: a capacidade de estabelecer os vínculos coletivos, confiança, normas, visões de mundo e convenções morais.

Compreendemos até certo ponto os sentimentos de desconfiança e alienação observados nas sociedades oprimidas, mas o modelo individualizado do TEPT ignora os aspectos coletivos da experiência psicológica dos palestinos⁸.

Ou seja, há ordens distintas de trauma, condicionadas cultural, social, econômica e principalmente geopoliticamente, como já bem observava Frantz Fanon. Será que os traumas psicológicos individualizados estão

⁶ HILBERG, 2003:332.

⁷ Disponível em: <https://medicine.yale.edu/news/yale-medicine-magazine/article/the-unseen-wounds-of-war/>

⁸ JABR, 2024:57.



relacionados também com a posição relativa dos combatentes na geopolítica em torno do conflito? Ou a aparente incidência maior de TEPT entre invasores do que entre invadidos é simplesmente uma questão de psicomетria, de método de avaliação (atomizadora, liberal *versus* o que seria uma abordagem mais coletiva, comunitária)?

Quanto a Guerra de Washington contra o povo do Vietnã, por exemplo, há muito mais relatos de traumas psicológicos dentro dos Estados Unidos do que no próprio país invadido. Para além do método de avaliação e da concentração de estudos psicológicos no norte global (até por questões financeiras), será que a abundância de TEPT entre veteranos estadunidenses estaria relacionada ao fato de que os comunistas enfrentavam um combate de vida ou morte pela libertação nacional em seu próprio território, enquanto o invasor travava uma guerra de agressão em nome de uma abstração política chamada Guerra Fria, contra um inimigo russo cujas feições, clima, idioma, traços culturais etc. não poderiam estar mais alijados do campo de batalha?

Citado por Ehlers, Boos e Maercker, um estudo conduzido por Metin Basoglu e colegas em 1994 sugere que o "compromisso político pode ser um importante fator de proteção" contra o desenvolvimento de TEPT entre vítimas de tortura. Constatam os autores que a "prevalência de TEPT entre ativistas políticos torturados" nas prisões turcas onde a pesquisa foi conduzida foi "relativamente baixa" (18%), em comparação com a taxa de 39% detectada entre presos sem compromisso político⁹. Poderia haver relação similar na dialética entre a agressão imperialista e a luta por libertação nacional?

Uma resposta séria a essa pergunta dependeria de um estudo de campo que não é nem tema nem intuito deste texto. Mas, a título especulativo, consideremos algumas questões lógicas decorrentes da natureza imperialista dos conflitos contemporâneos: 1) enquanto, a guerra de agressão é, para o trabalhador contratado pelo exército ofensivo, um ofício violento, enquanto a defensiva é uma causa de sobrevivência. 2) O invasor, embora suscetível à morte, não pode sofrê-la em escala industrial, enquanto a vítima, sim, corre esse risco. Porque o algoz, na dinâmica imperialista, é, invariavelmente, um invasor. Ele está sempre fora de casa – o

⁹ Ehlers, 2000:46



que automaticamente significa que ele tem para onde voltar. Ele não está preso ao campo de batalha. Sua família não está à mercê das armas.

Ou seja, enquanto aposta individual dos membros da força imperialista é parcial, o colonizado deposita todas as fichas em cada alteração do conflito. Toda uma sociedade, um país, uma cultura, uma civilização estão efetivamente na mira do invasor. E, por mais que a burguesia por trás do gatilho insista em retóricas do tipo "atacamos lá para que não nos ataquem aqui", o "ataque aqui" é invariavelmente abstrato – mesmo que a desculpa para a invasão seja um atentado prévio, como no caso do Afeganistão, em 2001, e da Faixa de Gaza, agora em 2024. Afinal, forças guerrilheiras como a Al-Qaeda ou o Hamas podem até eventualmente perfurar as defesas de potências militares, mas não têm fôlego, estrutura ou poder de fogo para sustentar um ataque perene em território estrangeiro.

No fundo, cada soldado invasor deve ter essa noção, em maior ou menor medida, conscientemente ou não. O que provavelmente ninguém sabe dizer é qual cara teria a "vitória" em uma guerra de agressão. Seria a sempre custosa, impopular e ineficaz ocupação permanente do território? Seria uma mudança de regime? Ou algo ainda mais etéreo, como a extirpação de uma ideologia? A história mostra que nenhum desses objetivos é razoável.

Mais de duas décadas de ocupação estadunidense do Afeganistão produziram um renovado e fortalecido governo talibã. Outros 20 anos de conflito no Vietnã tiveram como irônico desfecho a principal cidade do país sendo tomada pelo Exército do Povo do Vietnã e rebatizada em homenagem ao principal líder da resistência nacional, Ho Chi Minh. A derrubada de Muammar Khadafi na Líbia não criou nada, além da dissolução do estado, seguida da milicianização da vida pública e as explosões do tráfico de pessoas e da escravidão contemporânea.

Nenhuma guerra imperialista carrega sentido profundo para a classe trabalhadora. O trabalhador opera como mercenário de uma burguesia que é cultural e economicamente mais distinta dele do que o próprio "inimigo" no campo de batalha. Há diversas anedotas dessa sobreposição da identificação de classe à motivação abstrata do imperialismo. Por exemplo, citando Pamphile Lacroix, testemunha ocular da Revolução Haitiana, C.L.R. James descreve nos seguintes termos o moral do exército bonapartista, nascido na Revolução Francesa, mas operando como força reacionária aos negros alevantados de São Domingos:



A posição política desonesta do exército francês agora cobrava o seu preço. Os soldados ainda se viam como uma armada revolucionária. Mas à noite, eles ouviam os negros na fortaleza cantando a "marselhesa", a "ça ira" e outras canções revolucionárias. Lacroix relatou que aqueles miseráveis extraviados estremeciam e olhavam para seus superiores quando ouviam as músicas, como se dissessem: "Será que os nossos inimigos bárbaros têm a justiça do seu lado? Será que já não somos mais os soldados da República francesa? Será que nos tornamos meros instrumentos políticos?"¹⁰.

Mitigar esse "paradoxo do agressor" exige hercúleos esforços político, ideológico e midiático da classe dominante imperialista. Para convencer a opinião pública da racionalidade de um esforço bélico irracional, é necessário operar uma substituição da razão pela emoção. E as paixões mais eficazes para isso parecem ser o medo e o desejo de vingança. Esses são catalisados ao se exagerar o volume da ameaça (como a administração George W. Bush fez com Saddam Hussein, na famigerada falácia das armas de destruição em massa, por exemplo) ou com a vitimização do agressor. Um claro exemplo dessa segunda tática comunicacional foram as *fake news* sobre 40 bebês decapitados¹¹ e o uso sistemático do estupro como arma de guerra¹² durante os ataques capitaneados pelo Hamas contra colonos israelenses nas cercanias da Faixa de Gaza, em 7 de outubro de 2023. Tais histórias se provaram mentirosas, depois de serem amplamente alardeadas

¹⁰ JAMES, 2010:289

¹¹ Mais informações sobre o boato e como ele se tornou uma arma para a demonização do Hamas aqui: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/04/03/quarante-bebes-decapites-itineraire-d-une-rumeur-au-c-ur-de-la-bataille-de-l-information-entre-israel-et-le-hamas_6225805_4355770.html

¹² O *New York Times* reportou exaustivamente acerca do uso do estupro como arma de guerra, antes de constatar que o trabalho de seus repórteres era profundamente enviesado, que as fontes eram suspeitas e que as vítimas do crime de guerra em larga escala simplesmente não existiam. O *Grayzone* detalha a aqui "barrigada", como se diz no jargão jornalístico: <https://thegrayzone.com/2024/01/10/questions-nyt-hamas-rape-report/>



não só pela mídia comercial, mas mesmo por oficiais eleitos¹³. Mas obviamente que as escassas e discretas erratas tiveram muito menos destaque e impacto do que as manchetes sensacionalistas iniciais.

Afinal, mais importante do que a verdade é a desumanização do inimigo que, uma vez operada em escala, possibilita a apatia da sociedade dominante diante do sofrimento do dominado. Quiçá seja esse o indício maior do sucesso da operação substitutiva da razão pela emoção. Afinal, a desumanização é a desmaterialização do outro, que deixa de ser um ente de carne e osso e se converte em algo imaginário, depositário de todo e qualquer mal. É tão necessária à aceitação social da guerra quanto o diabo é ao cristianismo.

Israel e a substituição da história pela ideologia

Desde sua fundação, o Estado de Israel tem sido uma bússola para operações substitutivas, tanto ideológicas quanto físicas. E é normal que o seja, visto que ele foi parido pelos Estados imperialistas com o objetivo declarado de repor o perfil etnoracial da região palestina. Quem diz isso é o próprio pai do sionismo, Theodor Herzl: "Teremos que empurrar a população empobrecida para além das fronteiras, por meio da geração de empregos nos países de trânsito, ao mesmo tempo em que lhes negamos qualquer empregabilidade em nosso próprio país", diz a entrada de 12 de junho de 1895 de seu diário. "Tanto o processo de expropriação quanto a remoção dos pobres precisam ser conduzidos de forma discreta e cuidadosa". Pouco mais abaixo, ele explicita o caráter classista do projeto: "os ricos estarão conosco (...) Deixem os proprietários de imóveis acreditarem que estão nos enganando, vendendo as coisas mais caro do que elas valem. Nós jamais os deixaremos comprar nada de volta"¹⁴.

Esse é o espírito da Declaração Balfour, que oficializa em 1917 o apoio britânico à criação de um "lar nacional para o povo judaico". Conta o historiador Tarik Ali que o secretário de Relações Exteriores Arthur James Balfour, que dá nome à declaração, disse francamente em uma reunião de gabinete em 1919, que "na Palestina, não proporemos sequer a formalidade

¹³ O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi um dos propagadores da *fake news* sobre bebês decapitados: <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/12/white-house-walks-back-bidens-claim-he-saw-children-beheaded-by-hamas>

¹⁴ HERZL, 1960:88



de consultar os desejos dos atuais habitantes”, já que “os quatro grandes poderes estão comprometidos com o sionismo”. O icônico premiê Winston Churchill, instrumental para a fundação efetiva do Estado de Israel, expressava ainda mais eloquentemente seu desprezo pelo povo palestino. Durante uma revolta palestina contra a maciça imigração sionista em 1936, ele fez o seguinte discurso supremacista:

Não concordo que o cão na manjedoura tenha um direito fundamental à manjedoura, por mais tempo que tenha passado ali. Não admito esse direito. Não admito, por exemplo, que algo de errado tenha sido feito aos peles vermelhas da América ou aos pretos da Austrália. Não admito que algum mal tenha sido cometido contra esses povos pelo fato de uma raça mais forte, uma raça de melhor qualidade ou, sob qualquer parâmetro, uma raça mais sábia (...) ter chegado e tomado seu lugar¹⁵.

A universalização churchilliana exemplifica primorosamente o princípio regente de qualquer empreitada colonialista. É a retórica substitutiva de um povo por outro, uma cor por outra, uma “raça” por outra. Ilan Pappé dedica um livro inteiro, *Limpeza étnica na Palestina*, a mostrar como essa ideia-mãe se concretizou em práticas genocídrias desde o início da *nakba*¹⁶, em 1948. E ela segue até os dias de hoje; o caso apresentado em 2024 pelo governo da África do Sul à Corte Internacional de Justiça, acusando Israel de genocídio contra o povo palestino, compila todas as manifestações recentes de dirigentes militares e políticos (funções quase invariavelmente sobrepostas em Israel) do discurso substitutivo/

¹⁵ ALI, 2022:360-1

¹⁶ “Catástrofe” em árabe, termo utilizado pelos palestinos para marcar o momento histórico de seu deslocamento em massa para fora de suas terras. “Enquanto a versão sionista/israelense alega que a população local saiu ‘voluntariamente’, os palestinos falam da ‘catástrofe’, a *Nakba*, que se abateu sobre eles, o que em algum sentido é um termo furtivo, por se referir mais ao desastre em si do que a quem ou o que o causou. O termo *Nakba* foi adotado, por motivos compreensíveis, como uma tentativa de contrabalancear o peso moral do Holocausto judeu (Shoa), mas ao deixar de fora o autor, pode em certo sentido ter contribuído para a negação insistente do mundo quanto à limpeza étnica na Palestina, em 1948 e depois”. PAPPE, 2016:19.



genocidiário¹⁷. É irônico o quanto ele se assemelha ideologicamente à distopia hitlerista da criação de *lebensraum*, espaço físico para o desenvolvimento da “raça ariana”.

Mas, para além da substituição material e objetiva da população, o Estado sionista é mestre na substituição da realidade de sua atuação no território por platitudes ideológicas descaradas. Por exemplo, o atual premiê israelense Benjamin Netanyahu – como praticamente todos os seus antecessores – proclama como mantra serem as Forças de Defesa de Israel (como paradoxalmente é chamado o exército de ocupação da Palestina), as forças armadas “mais éticas” do mundo. Bastariam de evidências contrárias a violência da ocupação, tanto na Faixa de Gaza controlada pelo Hamas quanto na Cisjordânia do Fatah, os postos de controle, a vigilância cotidiana, a imensidão de prisões preventivas arbitrárias – inclusive de crianças – e os incontáveis relatos de tortura nas masmorras israelenses.

Mas Antony Loewenstein deixa evidente o quanto essa afirmação é falaciosa também na arena internacional. No livro *Laboratório Palestina*, ele expõe como as FDI subordinam parte de sua atuação aos interesses privados da indústria armamentista israelense que, por sua vez, se apoia no corpo diplomático oficial para vender equipamentos bélicos, de vigilância e *hackeamento* aos governos mais obscuros e sanguinolentos do mundo – incluindo a África do Sul do apartheid, que Tel Aviv sustentou até o último suspiro. Em um caso anedótico, Loewenstein lembra uma visita de Estado de 1976:

O relacionamento [entre Pretória e Tel Aviv] ficou tão próximo em meados da década de 1970 que o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin convidou seu colega sul-africano John Vorster para uma visita que incluiu um passeio pelo Yad Vashem, o memorial do Holocausto em Jerusalém. Vorster foi simpatizante nazista e membro do grupo fascista afrikaner Ossewabrandwag durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1942, ele expressou com orgulho sua admiração pela Alemanha nazista. No entanto, quando Vorster chegou a Israel em 1976, ele foi homenageado por Rabin em um jantar de

¹⁷ O documento completo pode ser lido no seguinte endereço eletrônico: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20231228-app-01-00-en.pdf>



Estado. Rabin brindou "aos ideais compartilhados por Israel e África do Sul: a esperança de justiça e coexistência pacífica"¹⁸.

Em entrevista ao *Guardian*, o dissidente judeu e então ministro da Inteligência da África do Sul, Ronnie Kasrils pontuou as razões ideológicas por trás do alinhamento: "Os israelenses afirmam que são o povo escolhido de Deus e encontram uma justificativa bíblica para seu racismo e excepcionalismo sionista", afirmou. Para ele, essa filosofia é "igual à dos africânderes da África do Sul do apartheid, que também tinham a noção bíblica de que a terra era sua por direito divino. Tal qual os sionistas que afirmavam ser a Palestina da década de 1940 'uma terra sem povo para um povo sem terra', os colonos africânderes espalharam o mito de que não havia negros na África do Sul quando eles se estabeleceram ali no século 17. Sendo que eles tomaram a terra pela força das armas e do terror, em uma série de sangrentas guerras coloniais de conquista."¹⁹

Ou seja, é um processo de substituição da história por uma versão que justifique a violência colonial, no qual se eliminam mesmo o sentido das palavras. Como diria Chris Hedges, opera-se um "logocídio"²⁰. Foi o que o Ocidente fez com a palavra democracia, por

¹⁸ LOEWENSTEIN, 2024 (No prelo)

¹⁹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2006/feb/07/southafrica.israel>

²⁰ No livro *American Fascists: The Christian right and the war on America*, Hedges escreve que os dominionistas (facção fundamentalista da direita evangélica estadunidense) "falam em termos e frases que são familiares e confortáveis para a maioria dos americanos, mas distorcem o significado original das palavras. Eles adotam um processo gradual de "logocídio" [...]. Conceitos do velho sistema de crença são desconstruídas e recebem significados diametralmente opostos [aos originais]. Palavras como 'verdade', 'sabedoria', 'morte', 'liberdade', 'vida' e 'amor' não têm mais o mesmo significado originalmente atribuído no mundo secular. 'Vida' e 'morte' significam 'vida em Cristo' e 'morte de Cristo' e são usadas para sinalizar crença ou descrença no Senhor. 'Sabedoria' tem pouco a ver com conhecimento humano, mas se refere ao nível de compromisso e obediência ao sistema de crença. 'Liberdade' [...] trata da liberdade que o sujeito encontra quando aceita Jesus e se liberta do mundo para fazer Sua vontade. Mas talvez a deturpação mais perniciosa seja de 'amor', a palavra utilizada para atrair ao movimento pessoas que buscam uma comunidade calorosa e solidária para enfrentar seu isolamento e alienação. O 'amor' é distorcido para significar uma sujeição inquestionável àqueles que clamam falar em nome de Deus em troca da promessa da vida eterna. O cego amor humano, a



exemplo. Líder atrás de líder no norte global se refere a Israel como "a única democracia do Oriente Médio". Para além da geografia orientalista – os iranianos, por exemplo, chamam a região de Oeste Asiático – há um contrassenso fundamental nessa classificação: como pode um Estado de apartheid, assim classificado pela própria ONU²¹, ser uma democracia? Um etnoestado não tem como ser uma democracia, pois ele se assenta justamente numa concepção superioridade natural do endogrupo.

Como narra Ilan Pappé, em *Dez mitos sobre Israel*, desde seu surgimento, "o Estado submeteu um quinto de seus cidadãos a um regime militar baseado em regulações draconianas de emergência oriundas do Mandato Britânico, negando aos palestinos quaisquer direitos humanos ou civis básicos"²². Lembrando a já citada ideologia genocidária fundadora, Pappé desbanca muitos progressistas que defendem a tese de um estado benevolente corrompido pela Guerra dos Seis dias²³. Antes mesmo disso, o cenário não diferia muito do que se vê hoje: "Governos militares locais tinham absoluta soberania sobre a vida desses cidadãos [palestinos]: podiam elaborar leis especiais para eles, destruir suas casas e meios de subsistência e atirá-los na cadeia a seu bel-prazer"²⁴.

Passados 70 anos dessa descrição, o grau de desumanização do dito "inimigo" palestino dentro da sociedade israelense é tão gritante, que o ministro da Defesa Yoav Gallant se sente à vontade para se referir a ele como "animais humanos", ao vivo, na televisão e prometer cortar-lhes o abastecimento de comida, combustível e energia²⁵. Isso é um exemplo inequívoco de punição coletiva, o que é classificado como crime de guerra pela convenção de Genebra.

aceitação do outro, é atacado como uma forma inferior de amor, perigosa e indigna de confiança" (HEDGES, 2006:14)

²¹ Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/03/1114702>

²² PAPPÉ, 2022:155-6

²³ Em 1967, Síria e Jordânia se juntaram na defesa do Egito, atacado por Tel Aviv. O conflito relâmpago levou à primeira grande expansão territorial israelense, com a incorporação da Faixa de Gaza, da Península do Sinai, de Jerusalém Oriental, Cisjordânia e das Colinas de Golã. E fez nascer o discurso de um Estado ameaçado pelos vizinhos.

²⁴ Ibidem

²⁵ Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/defense-minister-announces-complete-siege-of-gaza-no-power-food-or-fuel/



Gallant sabe onde se respalda, ao anunciar um crime de guerra em cadeia nacional. Pesquisa do Pew Research Center²⁶, conduzida entre março e abril de 2024 – quando a chamada retaliação israelense ao ataque contra Israel, liderado pelo Hamas em 7 de outubro do ano anterior, já deixava mais de 30 mil palestinos mortos, com predominância de mulheres e crianças²⁷ – mostra que quase 75% dos israelenses apoiavam a condução da guerra contra a Faixa de Gaza, depois de seis meses de massacres ininterruptos. Entre todo o conjunto de entrevistados, 39% consideravam adequada a intensidade da resposta israelense, enquanto 34% defendiam uma ofensiva ainda mais violenta.

O que pode ser mais violento do que o genocídio? E como uma sociedade desenvolve uma sede de sangue tão extremada? A resposta é: com sucessivas gerações criadas sob o signo da desumanização do outro. Talvez uma das facetas mais perversas da perpetuação do apartheid israelense esteja no sistema educacional, a começar pelo fato de que o sistema educacional é completamente separado, desde a creche até a Universidade. Um relatório publicado em 2001 pela Human Rights Watch mostrou o quão escandalosa é a disparidade de condições, de financiamento, de infraestrutura e currículo entre as escolas reservadas aos israelenses “árabes” (como o oficialismo sionista se refere aos palestinos, em uma tentativa de aplainamento cultural) e aos judeus. Por exemplo, palestinos são obrigados a aprender hebraico como língua secundária, enquanto judeus não precisam estudar árabe. Às escolas palestinas falta tudo: de material didático básico a laboratórios, bibliotecas, espaços de recreação e mesmo estruturas de acessibilidade; já as israelenses são referência internacional em todos esses quesitos²⁸.

A filóloga e ativista pacifista Nurit Peled-Elhanan publicou um livro em 2012, em que analisa racismo anti-palestino nos livros didáticos israelenses. Depois de se debruçar sobre as apostilas aplicadas nas escolas para judeus israelenses de 1996 a 2010, ela observa que “nos livros para

²⁶ Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2024/05/30/views-of-the-israel-hamas-war-may-2024/>

²⁷ Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/4/23/by-the-numbers-200-days-of-israels-war-on-gaza>

²⁸ Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2001/09/30/second-class/discrimination-against-palestinian-arab-children-israels-schools>



crianças pequenas (1-4 anos), os palestinos, sejam cidadãos israelenses ou residentes nos territórios ocupados, praticamente não existem”:

Não é possível encontrá-los em nenhuma ilustração, fotografia ou qualquer texto verbal importante, seja factual ou ficcional. Nas antologias, não há rastros de sua literatura ou poesia, de cantigas infantis, provérbios ou contos folclóricos, também não existem traços de sua existência nos livros factuais sobre o Estado de Israel.²⁹

Conforme avançam as idades escolares, o apagamento começa a dar lugar ao racismo deliberado. Peled-Elhanan toma por exemplo os livros de geografia, que tendem a “racionalizar a estabilização forçada dos cidadãos palestinos e o fato de que eles não se tornaram ‘modernos’ como o setor israelense, mostrando-os como tribais; um dos mais repetidos aspectos da suposta mentalidade árabe tribal é a ‘intransigência’ dos cidadãos árabe-palestinos em alocar terras para fins públicos”. O livro didático citado pela pesquisadora faz a comparação entre palestinos e israelenses nos seguintes termos:

Gerenciamento do uso da terra no setor árabe: No setor judaico, não há objeção à alocação de algumas terras privadas para obras de interesse público. No setor árabe, existe a expectativa de que todos os serviços públicos e necessidades sejam providos em terras de reserva do Estado. [grifos no original]³⁰

Dado oculto no texto: as tais terras de reserva do Estado foram confiscadas dos próprios palestinos. Peled-Elhanan explica que a lógica dos livros didáticos para adolescentes procura criminalizar os “árabes”, mostrá-los como intransigentes e indolentes, inerentemente inaptos à cooperação. E talvez seja a alusão a esse aspecto “inerente” da resistência o traço racista mais pronunciado dessa doutrinação escolar, já que ele nega qualquer direito à história. E quem não tem história não tem materialidade, não existe. Torna-se uma entidade imaginária, um depositário, como dissemos anteriormente, de todo e qualquer mal.

Israel e a supremacia branca

²⁹ Peled-Elhanan, 58-9

³⁰ Idem, 61



Para além da substituição do real pelo imaginário, da racionalidade pela emoção, do assassinato do sentido das palavras, o Estado sionista e seus aliados performam também uma desterritorialização, geográfica e histórica, do próprio antissemitismo. E é um processo a tal ponto bem-sucedido que, se um extraterrestre pousasse na Tel Aviv de 2024, suporia que Adolf Hitler era árabe e enxergaria na Alemanha a vanguarda europeia da defesa histórica do povo judeu. Afinal, a classe política alemã tem combatido ferozmente qualquer manifestação de apoio à causa palestina: diversas regiões do país baniram o pano tradicional palestino keffieh, bandeiras palestinas também foram proibidas e utilizar o slogan "do rio ao mar" virou crime³¹. Eventos acadêmicos e manifestações foram suspensos e até um ex-ministro das Finanças da União Europeia foi barrado não só de entrar na Alemanha, mas de se conectar com o país por videochamada. O crime desse cidadão, Yanis Varoufakis, foi prestar solidariedade à Palestina em meio ao genocídio perpetrado por Israel na Faixa de Gaza³².

O pobre E.T. hipotético poderia inclusive chegar à conclusão de que o Alternatif für Deutschland (AfD) é um aliado do povo judeu. Afinal, o partido político neonazista propôs imediatamente após os ataques de 7 de outubro, que fosse suspensa toda ajuda humanitária da União Europeia à faixa de Gaza. E, claro, apoia Israel, em coro com o restante da extrema-direita global. Como declarou o líder da AfD Alexander Gauland, "o ataque não teve como alvo apenas o Estado judeu, ele também nos coloca na mira. Israel é o Ocidente, num ambiente que rejeita e luta contra o Ocidente. Quando apoiamos Israel, também estamos defendendo nosso modo de vida"³³.

Claro que esse apoio é cínico, pois depende de uma suspensão oportunista do histórico antissemitismo da agremiação. Mas, por ora, vale a pena deixar o ódio contra os judeus de lado, mas só em nome de um outro tipo de racismo, conjunturalmente mais urgente a seus olhos: a islamofobia, o preconceito contra árabes e muçulmanos. Ao contrário dos atos de rua em apoio à Palestina, a AfD não está proibida. Pelo contrário, obteve 16% dos votos alemães nas eleições europeias, apenas uma semana depois de seu

³¹ Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2023/10/26/complete-censorship-germanys-palestinian-diaspora-fights-crackdown>

³² Disponível em: <https://www.newstatesman.com/diary/2024/04/cancelled-germany-yanis-varoufakis-israel-palestine>

³³ Disponível em: <https://www.theleftberlin.com/the-afd-and-israel/>



principal candidato, Maximilian Krah, ser forçado a abandonar a corrida eleitoral por declarar que nem todos os soldados da SS, a unidade nazista responsável pelo grosso do extermínio de judeus, eram criminosos³⁴. Assim como a AfD, agremiações com vínculos, símbolos ou propostas neonazistas obtiveram sucessos históricos por toda a Europa, nas eleições para o Parlamento Europeu de junho de 2024: a União Nacional francesa obteve 31% dos votos; o Partido da Liberdade holandês subiu de 2,5% para 17% e seu homônimo austríaco virou a principal representação política do país, com 27% da preferência do eleitorado³⁵.

Por incrível que possa parecer ao hipotético E.T., o antissemitismo é uma chaga histórica da Europa, não do mundo árabe. Foram os europeus que perseguiram, ostracizaram, assassinaram e roubaram os judeus, do Império Romano ao Terceiro Reich, passando pela Inquisição. Os aliados contemporâneos de Israel são negacionistas do Holocausto. E o mais paradoxal: não há paradoxo nisso. Como fica claro na fala de Gauland, na anteriormente citada de Churchill e de tantos outros brancos racistas apoiadores do projeto sionista, a extrema-direita tem plena compreensão de que o traço fundamental do Estado de Israel não é exatamente o fato de ser judeu, mas de se basear em supremacia e pureza raciais. Quando Gauland fala em "nosso modo de vida", no fundo, ele está falando "nossa raça". E Israel é o único país do mundo que consegue efetivamente manter institucionalizado, a céu aberto, o domínio colonial de uma "raça" sobre outra. Ou seja, o Estado sionista não é uma consequência da derrota de um projeto supremacista, mas sua continuação histórica. Seu triunfo não é um triunfo do povo judeu, mas do racismo – e isso, sim, interessa à classe dirigente europeia.

Afinal, a supremacia branca é a cama sobre a qual repousam o imperialismo e o colonialismo. E esses são os feitos passados (e atuais) que garantem à Europa – ou, de forma mais ampla, ao Norte Global – sua posição dominante no mundo. Assim, como observou poeticamente Aimé Césaire³⁶, o fascismo, grotesco como ele é, é o retrato mais fiel da classe dominante deste mundo eurocêntrico. E Israel é o instrumento ideal, a

³⁴ Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/05/22/maximilian-krah-ss-officers-afd/>

³⁵ Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/despite-european-parliament-gains-germans-say-the-far-right-still-lacks-legitimacy/>

³⁶ Ver Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.



bússola que indica o caminho para sua renovação em um mundo pós-Segunda Guerra, assolado por desigualdade galopante, afundado em tripla crise: política, econômica e social.

A urgência da sensibilidade diante da automatização da morte

O apartheid – e agora, o genocídio – ensinam que não é preciso resolver nenhum problema de desigualdade, de tortura, de desumanidade, de violência. Não é preciso equiparar as pessoas dentro da sociedade, porque elas são inerentemente desiguais. Vamos, sim, acirrar as condições precárias em que elas já estão. Abertamente, aos olhos do mundo, à luz do dia.

Porque se eles conseguirem se safar de um genocídio transmitido em tempo real, para todos os dispositivos móveis do mundo, com ampla atenção internacional, o céu é o limite. Se não permanecermos mobilizados contra o sionismo, talvez Israel consiga, ironicamente, ter sucesso onde Himmler falhou: na neutralização, em larga escala, do trauma social produzido pelo assassinato de uma população inteira no espírito de quem puxa o gatilho. Ou, mais grave, em todo mundo que assiste ao espetáculo da morte.

Junto com os perigos materiais associados ao fato de Israel ser um dos principais exportadores de artefatos de espionagem, de inteligência e tecnologia bélica do mundo, esse risco de insensibilização faz de Gaza a fronteira derradeira entre a mínima e precária estrutura legal que sustenta as relações internacionais e a pura lei do mais forte. Num mundo organizado no que o já citado Varoufakis chama de tecnofeudalismo³⁷, o mais forte já se impôs. Tudo que falta a seu domínio completo é nossa insensibilidade, a popularização global da automatização da morte, do descompromisso com a vida humana. Com procuração da burguesia internacional, Israel está, em última instância, testando nossa capacidade de permanecer humanos.

Referências

ALI, Tarik. **Winston Churchill**: His times, his crimes. Londres: Verso, 2022.

³⁷ Ver Yanis Varoufakis, *Technofeudalism: What killed capitalism*. Londres: Penguin Books, 2023.



- BREITMAN, Richard. "Himmler and the 'Terrible Secret' among the Executioners", **Journal of Contemporary History**, 26 (3), Londres: Sage Publications, 1991, p. 431–451.
- EHLERS, A., MAERCKER, A., & BOOS, A. "Posttraumatic stress disorder following political imprisonment: The role of mental defeat, alienation, and perceived permanent change", **Journal of Abnormal Psychology**, 109 (1), Washington: American Psychological Association, 2000, p. 45–55.
- HEDGES, Chris. **American Fascists: The Christian right and the war on America**, Nova York: Free Press, 2006.
- HERZEL, Theodor. **The complete diaries of Theodor Herzl**, Vol. 1. Nova York: The Theodore Herzl Foundation, Inc., 1960.
- HILBERG, Raul. **The Destruction of the European Jews**, 3 Volume Set (Third Edition). New Haven: Yale University Press, 2003.
- JABR, Samah. **Sumud em tempos de genocídio**. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.
- JAMES, C.L.R., **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOEWENSTEIN, Antony. **Laboratório Palestina: Como Israel exporta tecnologia de ocupação para o mundo**. São Paulo: Editora Elefante, 2024. (No prelo)
- PAPPE, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.
- PAPPE, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. São Paulo: Tabla, 2024.
- PELED-ELHANAN, Nurit. **Palestine in Israeli schoolbooks: Ideology and propaganda in education**. Londres: I.B. Taurus, 2012.

Recebido em 29 jun. 2024 | Aceito em 30 jun. 2024.



Resenhas



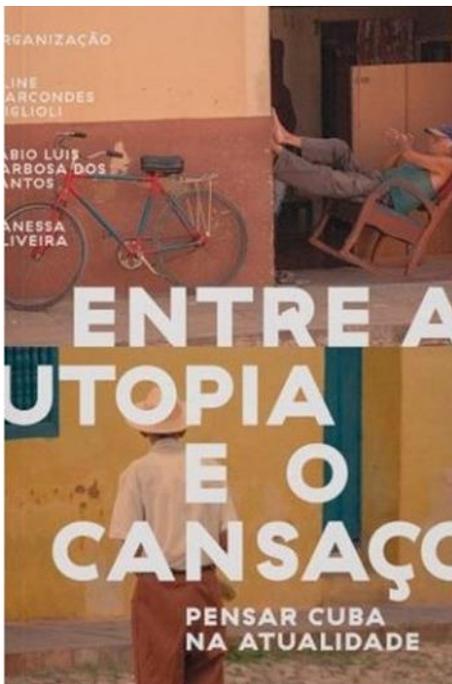
Entre a utopia e o cansaço: pensar Cuba na atualidade

ALINE MARCONDES MIGLIOLI, FABIO LUIS BARBOSA DOS SANTOS E VANESSA OLIVEIRA (ORG.)

São Paulo – SP: Editora Elefante, 2024. 384 p.

363

Robert Luciano Assolari Euzebio ¹



A obra **"Entre a utopia e o cansaço: pensar Cuba na atualidade"**, organizada por Aline Marcondes Miglioli, Fabio Luis Barbosa dos Santos e Vanessa Oliveira, reúne 22 artigos dedicados a compreender os problemas enfrentados por Cuba atualmente, além de investigar como está caminhando a revolução socialista existente na ilha. Os textos, escritos por autores e autoras de áreas diversas conhecimento (economia, ciências sociais, relações internacionais, comunicação, geografia e história), representam uma nova geração de pesquisadores sobre Cuba que visam entender qual a situação do país a partir de óticas

ainda pouco exploradas, como a questão racial, de gênero, agroecológica entre outras, muitas vezes ignoradas em meio às análises políticas e econômicas sobre o país.

¹ Graduado em Ciência Política e Sociologia pela UNILA. | robbert.euzebio@gmail.com



As organizadoras e o organizador, ao introduzirem a obra assinalam a necessidade de um aprofundamento em compreender a realidade cubana, apontam que os estudos devem sair dos dois pólos que foram criados ao longo do tempo, sendo um do pensamento conservador (de extrema-direita ou liberal democrático) que compreende as falhas das ideias socialista, e por um outro lado um pensamento ligado ao movimentos de esquerda, onde há defesa irrestrita do processo, apegando-se nas ótimas contribuições realizadas pela revolução como o avanço na saúde e na educação pública, atribuindo os problemas econômicos atuais ao bloqueio ilegal imposto pelos EUA. Os autores e autoras, propõem que devemos avançar além dessas concepções, os artigos buscam entender a crise econômica, sem romantizar os problemas existentes na ilha, mas claro, sem deixar de acreditar no processo revolucionário. Revolução essa que os próprios autores entendem como, "o processo mais corajoso, radical e digno da história da América Latina no século XX" (MIGLIOLI; SANTOS; OLIVEIRA, 2024, p.15)

Os 22 artigos foram divididos em 4 seções. A primeira parte, intitulada *Reflexões a partir da história*, contém 3 artigos produzidos por Fabio Luis, Aline Miglioli (o qual trata-se de uma entrevista com José Luis Rodríguez ministro da Economia de Cuba) e Carlos Alberto Cordovano Vieira. Os textos discorrem sobre os principais acontecimentos históricos ao longo do processo revolucionário, dando ênfase em entender como Cuba atualmente vive uma crise econômica que resultou nas manifestações em 2021. Os autores e autoras destacam nessa parte, como o país passou por grandes mudanças econômicas na Revolução, ao mesmo tempo que, ao aderir a Comecon, passou (de forma contraditória) a ser um país agroexportador para a Europa socialista, o que causou uma dependência econômica com o bloco. Assim a queda dos governos socialistas na Europa nos anos 1990, levou Cuba a uma crise econômica, criando uma grande escassez de produtos, a crise foi nomeada oficialmente pelo governo como Período Especial. Em uma tentativa de solucionar a crise, o governo cubano realizou uma abertura ao turismo, na qual a economia, que era em sua maioria de agroexportação, tornou-se dependente do turismo na tentativa de acumular divisas, e para não haver uma alta desvalorização do peso cubano foi elaborada uma dualidade monetária, coexistindo o Peso Cubano (usado para serviços internos, como salários), e o Peso Conversível (moeda conversível as divisas, utilizada principalmente por turistas) evitando a circulação interna do



Dólar. Neste período, houve também um aumento de abertura para empresas privadas, descentralizando as funções do Estado.

Apesar da recuperação econômica no início do século XXI e uma tentativa de aproximação com os EUA durante o governo Obama, Cuba (que já apresentava um dos maiores índices de desigualdade em relação ao século passado) viu outra crise se agravar, tanto pela chegada de Donald Trump na presidência dos EUA, que endureceu os bloqueios econômicos, quanto pelo início da pandemia de Covid-19 em 2020, no qual o país se viu obrigado a fechar suas fronteiras, o que impossibilitou o turismo na ilha. Os artigos apresentam como Cuba chega na segunda década deste século em uma grande crise econômica, aliada ao questionamento e desilusão da população com a continuidade da revolução.

Já na segunda parte, denominada *Dimensões materiais*, que conta com 7 artigos, os autores e autoras buscam apresentar elementos, que devem estar incluídos na análise econômica, principalmente após o Período Especial e a abertura econômica. Os textos de Joana Salém, André Moulin Dardengo, Vinicius Querzone, Aline Miglioli, Ana Sylvia Maris Robeiro, Jessica Dominguez Delgado, Laura Tedesco, Rut Diamint e Olga Rosa González Martín, apresentam diversas questões, como a agrária; de moradia; a da mercadoria e consumo; a das forças armadas e seu papel econômico; a questão dos protestos e a atual aproximação com o governo Biden. Todos estes pontos expõem as novas contradições ocasionadas a partir do Período Especial e estão presentes no cotidiano cubano.

Na terceira parte, intitulada *Ser cubano no século XXI*, composta por 7 artigos de Vanessa Oliveira, Thiago Soares, Angelica Tostes, Delana Corazza, Raúl Pérez Monzón, Lourival Aguiar, Giselle dos Anjos Santos, Milagro Mengana Castañeda e Stella Bonifácio da Silva Azeredo. Nos textos são apresentados temas controversos na Revolução, sendo eles o acesso à internet, às mídias digitais e à cultura pop; a questão religiosa e o avanço das igrejas neopentecostais; o aumento migratório e a questão racial e de gênero. São expostos uma variedade de problemas internos em Cuba, como por exemplo, avanços das igrejas neopentecostais, que protagonizou junto aos setores mais conservadores de Cuba, disputas contra o movimento LGBTQIA + e setores progressistas sobre a legalização de casamento homoafetivo. Outro problema interessante apresentado, é a questão do acesso à internet em Cuba, que por muitos anos “se virou” com o *paquete*, uma espécie de um pendrive ou HD portátil onde era possível armazenar



conteúdos e reproduzi-los de forma offline. Apesar da solução encontrada no início do século XXI, o país hoje realiza uma abertura dos veículos de tecnologias estadunidenses (como a Google), mas como apontado nos textos a aproximação a esses veículos na verdade está ligada com a abertura econômica e a tentativa de minar o processo revolucionário por parte dos estadunidenses. De modo geral, esses e outros elementos são apresentados nesta seção da obra.

Na quarta e última parte denominada *Sobre o presente e o futuro*, composta por 5 artigos, de Vanessa Oliveira, Huriberto Paredes, Julio Antonio Fernández Estrada, Ariel Dacal Díaz, Ailynn Torres Santana e Julio César Guanche, são propostas algumas reflexões sobre a conjuntura atual cubana em sua organização política, e sobre qual é o futuro do processo revolucionário. As reflexões mostram uma grande desesperança existente em Cuba referente ao futuro da revolução, o que fica explícito no avanço migratório em massa para outros países, principalmente para os EUA. Apesar disso, os autores buscam entender qual deve ser a saída para a não derrocada do processo, compreendendo a necessidade de um maior diálogo do governo nas discussões com a população, além do papel da juventude cubana para o futuro da revolução.

Desta maneira, é pertinente apontar que os artigos contêm um alto grau de trabalho de campo. Nas contribuições, há uma preocupação em entender qual é o pensamento da própria população cubana sobre as questões indagadas, além disso, é apresentada a difícil vida cotidiana na ilha, a partir dos convívios e diálogos dos autores/as. Cada um expõe visões diferentes sobre a Revolução ao longo do texto, o que é bastante interessante para entender qual seu posicionamento sobre o processo revolucionário, suas perspectivas mais otimistas ou pessimistas sobre o tema.

A obra cumpre seu objetivo de iniciar um diálogo entre pesquisadores (e pessoas interessadas na realidade da ilha), para compreender os problemas ocorridos após a pandemia de Covid-19. Até aquele momento, Cuba estava passando por uma recuperação da economia com aproximação com os EUA no governo Obama. O endurecimento nos bloqueios ianques protagonizados por Donald Trump, aliado ao fechamento das fronteiras por conta da pandemia, geraram uma enorme crise econômica, comparável aos anos 1990. O governo Cubano, tentou criar medidas para estancar a crise em 2021, mas a unificação da moeda gerou um aumento inflacionário, e mesmo com o aumento dos salários o poder de compra dos cubanos diminuiu, o



mercado interno cada vez mais se dolariza, os trabalhos informais aumentam, os benefícios conquistados no início da revolução diminuem, portanto, a crise e as manifestações de 2021 estão muito além de serem justificadas pelo embargo econômico estadunidense.

Assim, de modo geral, voltamos nosso olhar para uma Cuba após o Período Especial recheada de contradições. A queda do PIB se tornou recorrente ao longo desses 34 anos, a primeira abertura econômica possibilitou a saída da escassez, mas trouxe consigo todo problema de abertura de capital. A prostituição, doenças estrangeiras e uma briga recorrente pelas divisas, causadas com a abertura, levaram o país a outra realidade, muito mais difícil para reprodução da vida. A crise atual, organizada em torno das *Tareas de Ordenação*, traz consigo uma série de debates que se afloram na ilha, o capital estadunidense, que tem facilidade de se adaptar, busca ser a alternativa para a crise, e cada vez mais sua inserção é permitida pelo governo visando conter a crise econômica. Por outro lado, a abertura trouxe consigo outras questões, a possibilidade de cooperativas e empresas privadas mostrou um dilema antigo, que não só Cuba, mas todas as outras revoluções socialistas passam ou passaram, que é a estatização completa da produção ou a existência de um setor privado (mesmo que de forma cooperada). Na obra vemos que, as cooperativas agrárias apresentam uma possibilidade, já que se constitui por uma população fiel à revolução, que vive de forma cooperativa e que iniciou uma transição agroecológica para a produção agrária, retirando a monocultura de açúcar. Ainda sim, o setor privado pode se caracterizar como um problema, principalmente quando está ligado ao modelo de empresas, que possibilita (ainda que burlando as leis) uma acumulação ligada ao turismo.

O livro apresenta que o problema de Cuba está muito além dos embargos econômicos, que muitas vezes servem de justificativa para toda crise econômica e social. A situação retratada, se apresenta de forma muito mais desesperadora e angustiante do que apenas uma crise econômica, para muitos dos autores, Cuba necessita de "revoluções dentro da revolução", tanto na questão agrária, como na questão racial, de gênero, além da necessidade de uma solução econômica para questão produtiva, que hoje necessita resolver a questão energética. Podemos concluir que Cuba carece de um grande debate popular para solucionar problemas que atualmente são "remendados" por políticas governamentais que visam anestesiar as crises, mas não as solucionar.



Portanto, *Entre a utopia e o cansaço* chega para contribuir no preenchimento de uma lacuna nos estudos latino-americanos no Brasil, que é compreender Cuba para além do dia 1 de Janeiro de 1959, é claro que, não podemos negar que outras obras contemporâneas realizam, ou já realizaram este papel ao longo dos 65 anos de revolução, mas a preocupação dos organizadores e autores de tocar em diferentes áreas de conhecimento, apresentou novas indagações sobre quais são as características da revolução hoje. A obra, como já dito, está recheada de visões e contradições entre os próprios autores, e traz ao leitor esta provocação consigo, assim seu papel é acima de tudo instigar um debate que pode renascer nos estudos latino-americanos.

Referências

MIGLIOLI, Aline Marcondes; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; OLIVEIRA, Vanessa (org.). **Entre a utopia e o cansaço: pensar Cuba na atualidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

Recebido em 11 jun. 2024 | aceite em 16 jun. 2024



Capitalismo, socialismo y la trampa neoclásica: De la teoría económica a la acción política

JAVIER MILEI

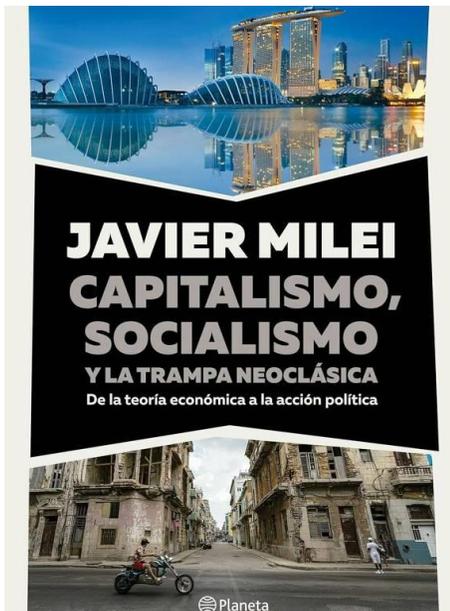
Buenos Ayres: Editora Planeta - Argentina, 2024. 376 p.

369

Julio C. Gambina¹

Tradução Aline Marcondes Miglioli²

Milei sonha com os anos 20, mas de um século atrás³



Poucos dias após a greve nacional do movimento sindical do dia 9 de maio, o presidente Milei apresentará seu livro "Capitalismo, Socialismo e a Armadilha Neoclássica", da Editora Planeta, no dia 22 de maio no Luna Park, dois acontecimentos que competirão pela atenção midiática para disputar o consenso político.

A realidade do ajuste fiscal baseado em menores aposentadorias no primeiro quadrimestre de 2024 em relação a 2023 em quase 40% se dilui na discussão sobre as adesões aos protestos ou ao discurso oficial, sobre

¹ Professor universitário de Economia Política; integrante da Junta Diretiva da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico. | jcgambina@gmail.com

² Professora do Instituto de Economia da UNICAMP | alinemmiglioli@gmail.com

³ Texto original publicado em: <<https://www.perfil.com/noticias/opinion/milei-suena-con-los-anos-20-pero-de-un-siglo-atras.phtml>>, 06 mai. 2024.



o debate estratégico entre capitalismo e socialismo, ainda mais quando a discussão teórica se orienta para a corrente principal de pensamento, a escola neoclássica, no país e no mundo.

Até parece curioso que, no debate teórico, Milei explique sua polêmica evidenciando suas diferenças com José Luis Espert (página 106 do livro), seu principal aliado no Congresso. A Marx, ele questiona em poucas linhas (página 120), enquanto aprofunda sua crítica aos liberais contemporâneos, muitos dos quais sustentam as principais ideias que impulsionam o governo, mas sem a audácia e velocidade que o governo Milei imprime à reestruturação regressiva do capitalismo local.

De fato, Milei pretende discutir o capitalismo atual retrocedendo ao tempo do liberalismo reinante antes da crise dos anos 30 do século passado, antes do keynesianismo que se impôs entre os anos 30 e 40 do século XX; e, rigorosamente, antes da revolução russa e do imaginário de uma sociedade não capitalista, na perspectiva proposta pelo socialismo.

A proposta de Milei não é apenas para a Argentina. Por isso, o livro do presidente libertário começa com seus principais discursos no exterior, na Suíça e nos EUA, no Fórum Econômico Mundial (página 49) e na Conferência de Ação Conservadora (página 61).

Lá, ele oferece seu modelo de ajuste com consenso para relançar o capitalismo global em uma trajetória de crescimento, negada na prática com a desaceleração da expansão mundial desde a crise de 2007/09.

É um rumo sugerido aos EUA em sua competição com a China e, por isso, sua associação com Trump é uma afirmação da liderança dos EUA e um aceno ao seu principal parceiro político global: o Estado de Israel.

A lógica da narrativa oficial visa estabelecer uma agenda de debate de conjuntura que transcenda os problemas da cotidianidade, definidos pelo ajuste e pela reestruturação regressiva - que antecipa a Lei de Bases e suas reformas do estado, trabalhista e previdenciária - pelas privatizações, assim como pelo pacote fiscal e os benefícios à grandes investimentos em detrimento de qualquer iniciativa de expansão da burguesia local.

O que se discute e o que se esconde na agenda da conjuntura é o que interessa. Na véspera da greve e depois, o evento de apresentação do livro competirá na consideração da discussão nas redes e nos meios de comunicação.

O que se discute e se discutirá do ponto de vista político? A mensagem da greve remete ao ajuste e ao aumento do custo social,



refletido na ampliação da pobreza e na incapacidade de consumo devido ao baixo rendimento popular. Em contrapartida, o discurso presidencial foca em um debate "civilizatório", privilegiando a disputa pela hegemonia no rumo do capitalismo.

O primeiro limite a Milei

Segundo a narrativa impulsionada por Milei, o "novo" é sua proposta libertária, extremamente liberal, como um modo de vida obstaculizado pelo socialismo em suas diversas variantes. Em sua versão, isso inclui desde o marxismo até o keynesianismo, do populismo ao feminismo e ao ambientalismo, todas essas concepções impedem a vontade individual e subjetiva da lógica do mercado e da concentração de capitais.

Quase cinco meses após o início do governo de Milei, a resistência ao ajuste se intensifica, enquanto a queda do consumo popular, a recessão e a precariedade, junto com o aumento do desemprego e do subemprego, geram desalento e descontentamento diante da insatisfação das expectativas. Apesar disso, o consenso político mantém os níveis alcançados nas eleições, levantando questionamentos sobre a ausência de alternativas políticas para disputar o sentido social majoritário e propor um novo rumo.

A fragmentação social e especialmente política impede a contenção do avanço do projeto liberal de direita do governo, e convoca a reflexão sobre novas táticas e estratégias de agrupamento político e social, que possam habilitar novas representações e identidades. Esse é um desafio da época para atender às demandas do novo tempo, iluminando um futuro associado a identidades renovadas para a transformação social, em oposição ao regime do capital e em sintonia com a base conceitual que exige uma "mudança", conforme sugere a vontade majoritária, agora apropriada pela ultradireita liderada por Milei.

Recebido em 10 jun. 2024 | aceite em 27 jun. 2024



372

Entrevista



Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024

Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes.

Entrevistadores IBEC¹

Apresentação | Aline Marcondes Miglioli

Na *décima primeira edição* da **Revista Fim do Mundo** trazemos como entrevistada a Prof. Dr. Maria Lygia Quartim de Moraes para conversar conosco sobre um tema que tem sido uma das frentes de batalha da importante guerra contra o capital: o movimento feminista.



Foto: *Café Filosófico* | CPFL Cultura, nov. 2008

A nossa entrevistada relembra momentos marcantes de sua trajetória e as circunstâncias que a levaram ao tema do feminismo e a colocaram em contato com grandes intelectuais feministas do Brasil e do mundo. Maria Lygia nasceu em São Paulo onde se formou em Ciências Sociais na USP entre 1963 e 1966. Sua pós-graduação foi fora do país, onde morou exilada durante uma parte do governo da Ditadura Militar. Fez pós-graduação na França e no Chile e em seu retorno ao Brasil concluiu seu doutorado na USP em 1982 com a tese “Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres”.

¹ Entrevista realizada de forma virtual via aplicativo *Google Meeting* com a presença dos pesquisadores do IBEC: Zuleica Maciel Vicente (Campinas), Adilson Marques Gennari (Recife) e Aline Marcondes Miglioli (Campinas). Transcrição: Zuleica Maciel Vicente.



Tornou-se professora da Unicamp, em 1997, livre-docente e em 2004 titular pela mesma instituição. Atualmente é pesquisadora do Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP e do Grupo de Pesquisa "Teorias e militâncias feministas" do CNPq. Também presidiu a Comissão da Verdade e Memória "Octavio Ianni" da UNICAMP.

Maria Lygia é especialista em sociologia clássica e pesquisadora nas áreas de estudos sobre movimentos sociais, família e gênero, direitos humanos e memória política no período de 1964-82. Publicou livros, capítulos de livros e artigos no Brasil e no exterior. Nas últimas décadas, nossa entrevistada tem se dedicado a investigar as origens do pensamento feminista e os desafios enfrentados pelo feminismo, além de analisar a importância dos movimentos feministas na reconstrução da democracia nos países do Cone Sul. Entre suas principais contribuições, destacam-se seus textos sobre a interseção entre marxismo e feminismo, bem como seus esforços para promover o debate sobre os direitos das mulheres em espaços de esquerda. Essas contribuições são evidentes em suas publicações na revista *Margem Esquerda* e em outras revistas acadêmicas.

Com uma trajetória marcada pela dedicação à pesquisa e ao ensino e pela luta contra a ditadura, que permeou a história de sua própria família, Maria Lygia nos oferece nesta entrevista a lucidez e os argumentos que fazem com que ela continue a influenciar e inspirar novas gerações de estudiosos e militantes, desempenhando um papel significativo no campo da sociologia e dos estudos feministas.

Boa leitura!

|Adilson| Para começar, nos fale um pouco a respeito da sua história.

Vou começar pela minha família. Meu pai adorava dizer que era um livre pensador o que nos ajudou a ter uma visão crítica em relação ao catolicismo compulsório da época. Minha mãe era uma grande leitora, nossa casa tinha uma biblioteca com clássicos da literatura e muitos dos amigos de meus pais eram intelectuais. Além disso, meu irmão mais velho sempre gostou de ler e era presenteado com livros de aventuras, de História etc. Esse é um detalhe importante porque a educação de uma menina em meados de 1940 e anos 1950, era completamente diferente, menino podia



fazer umas coisas e menina outras. Na infância os livros eram menos genericados, e amávamos os personagens de Monteiro Lobato do Sítio do Picapau Amarelo. Já no começo da adolescência passei a ser presenteadada com literatura própria para meninas, como uma coleção chamada “menina e moça”. Por outro lado, eu podia desfrutar da biblioteca de meu irmão, com os livros de aventuras do Júlio Verne; o Arsène Lupin do Maurice Leblanc; o Winnetou de Karl May. Eu adorava ler o Júlio Verne, eu adorava ler o Karl May, eu adorava ler as aventuras de um herói, aliás bem reacionário, chamado Pimpinela Escarlata. Mas eu também gostava de ler os romances de M. Dely (pseudônimo dos irmãos Petjean de la Rosiere), escritos no final do século XIX e começo do XX.

Nesse sentido, minha educação escapou dos cânones da época pela confluência do amor aos livros dos meus pais e o fato de ter acesso aos livros do meu irmão. Se eu fosse a mais velha, por exemplo, dificilmente, seria assim, a influência seria outra. A verdade é que meu irmão João é uma figura que exerceu sempre uma função importante de trazer, não só livros, mas questões e pessoas, que frequentavam nossa casa. A começar por alguns amigos de meus pais que eram intelectuais o que tornava minha casa frequentada por pessoas interessantes.

Os amigos de meu irmão também eram meus amigos. Nos meus 16 anos foi a fase do Jorge Mautner que nos transformou em personagens de seu livro *Deus da Chuva e da Morte*. Depois tivemos várias outras fases. E, finalmente, a fase da leitura do *Capital*. A partir de 1962 um grupo de estudantes de filosofia e ciências sociais da USP, criaram um grupo para a leitura de *O Capital* de Marx. E o local das reuniões era na casa dos meus pais, onde eu também morava.

A descoberta de Marx foi importantíssima. Isso por um lado. Por outro lado, a Simone Beauvoir esteve no Brasil, em 1960 e, por conta disso, a Difusão Europeia do Livro começou a publicar seus livros. O primeiro deles é um romance, mas também livro filosófico, tem o sugestivo título de *Todos os homens são mortais*. Nele, por meio de uma fábula de um cientista medieval que inventa e toma um elixir que lhe garante a imortalidade, nos damos conta de que é a mortalidade que dá sentido às nossas vidas. Depois foi a leitura do “Segundo Sexo” (Simone de Beauvoir), obra de referência do feminismo. Como comentou uma amiga antropóloga argentina, somos todas filhas de Simone.



Naquele momento eu já tinha uma certa formação sobre a luta de classes e a opressão da mulher. Queria ser independente, estudar, trabalhar e não me tornar uma dona de casa sustentada pelo marido, como foi o destino de grande parte de minhas colegas do Colégio Sacré-Coeur de Marie. Eu não sabia exatamente que curso seguir e em conversa com meu irmão, comentei "ah, eu não sei o que eu faço, eu gosto de economia, eu gosto sociologia, de filosofia... ". Ele sugeriu um curso novo, de Ciências Sociais, que era exatamente composto por um conjunto de disciplinas que me interessavam e foi assim que eu entrei na USP, em 1963. Eu namorava com Norberto, meu amigo de infância e ele entrou em Economia, também na USP. Naquele então, antes do ataque dos estudantes de direita da Universidade Mackenzie, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ficava na rua Maria Antônia, e a Faculdade de Economia numa travessa da mesma rua. Nos casamos em março e ainda usufruímos de um ano de liberdade e antes da ditadura militar.

Bom, aí tem a questão da influência dos professores. Fui aluna do Fernando Henrique que não foi um bom professor; do Francisco Corrêa Weffort, que era um excelente professor e nos deu uma introdução de Marx. Outro excelente professor foi o historiador Fernando Novais. Ainda em 1963, Norberto e eu entramos para o Partido Comunista, assisti aulas de formação dadas no Centro de Cultura Popular e, como grande parte de minha geração, confiava que o país seguiria um caminho de avanços sociais.

Quando veio o golpe em 1964 nós ainda nos reunimos pensando em resistência, mas depois veio aquela decepção com o Partido Comunista. Acho que nossa geração foi muito especial, no sentido de que acreditávamos que poderíamos mudar o mundo e nos engajamos nessa mudança. Digo geração porque há muita similitude ao redor do mundo: maio de 1968 não foi um acontecimento exclusivamente francês. Do meu ponto de vista a importância do maio de 68 francês concerne a enorme adesão que mobilizou, inclusive de operários. Mas em outros países da Europa como a Alemanha, a Bélgica e a Itália também os jovens saíram às ruas. Nos Estados Unidos tivemos os movimentos contra a guerra do Vietnã, no México os estudantes foram massacrados pelas forças armadas que abriram fogo contra centenas de manifestantes na Praça da Três Culturas e até o conservador Japão conheceu protestos estudantis. A diferença é que o nosso 1968 era mais político, porque nós estávamos vivendo uma ditadura e porque acreditávamos na alternativa revolucionária. Afinal, havia o exemplo



da Revolução Chinesa em 1949, da Revolução Cubana em 1959, sem se falar dos movimentos de libertação na África.

A realidade se mostrou diferente, é verdade, mas poucos de nós renegamos nosso passado. Eu ainda assim acho que é mais difícil ser jovem hoje, porque a gente tinha ao menos a esperança e o ideal de mudar o mundo...

Cuba

Voltando à minha trajetória. Depois do AI 5, a repressão aumentou, meu marido foi preso e conseguiu fugir para Cuba. Quando isso aconteceu, ele era já assistente na Faculdade de Economia e havia ganhado uma bolsa para a França. Quer dizer, por um pouco não estaríamos a salvo na França. Acompanhada de minha filha Marta, fui também para em Cuba alguns meses depois. Ocorre que nossa chegada em Cuba, em julho de 1969, coincidiu com o aniversário de 10 anos da Revolução e com uma grande campanha de solidariedade em torno da meta de produção de uma safra de 10 milhões de toneladas de açúcar. Chegaram brigadas do mundo inteiro para ajudar a cortar a cana.

A experiência do Cuba foi incrível. Primeiro, eu sou muito grata ao povo cubano, pois ficamos quase um ano lá e sendo super bem tratadas. E segundo, foi um choque de realidade, porque percebi a importância dos movimentos sociais, porque você não faz revolução de cima para baixo. Ainda assim, havia um problema de machismo terrível em Cuba, por mais que leis foram feitas no sentido de maior paridade entre os gêneros. Por exemplo, se não houvesse a repartição de tarefas entre um casal, a mulher podia pedir o divórcio. Mas, na prática, ninguém pedia, porque os homens não faziam trabalho doméstico, eles se sentiam desqualificados. Enfim, há vários exemplos, se um comandante fosse "corneado" pela mulher, era melhor que ele pedisse demissão ou separasse. Aí que eu entendi o seguinte, você não muda a cabeça das pessoas por decreto. No caso cubano machismo se construiu muito por conta do mal estar causado pelo turismo sexual pois Cuba era também um bordel americano.

Mas a maior parte das experiências foi positiva e algumas bastante insólitas. Morávamos num hotel, o Habana Libre, que na verdade era um antigo Hilton. Vivi essa experiência de morar num hotel, que tinha um andar exclusivo para os revolucionários latino americanos, ao mesmo tempo em que os demais andares acolhiam estrangeiros principalmente do mundo



socialista mas também do mundo capitalista, técnicos que supriam a escassez de quadros provocada pela fuga das classes alta e parte das médias. Alguns franceses, outros espanhóis mas a maioria era constituída por búlgaros. E havia um andar, que era o décimo andar, onde ficavam os revolucionários latino americanos. Era muito engraçado, uma espécie de filme cômico, porque os venezuelanos passavam por colombianos, os uruguaiois por argentinos e assim por diante. E nós, os brasileiros, passávamos por portugueses. Evidentemente que todo mundo do andar sabia dessas mudanças e as achava sem propósito.

Recordo que minha filha Marta tinha acabado de fazer cinco anos mas sabia evitar perguntas embaraçosas, aprendeu logo o espanhol e quando alguém fazia uma pergunta para ela em português a resposta era dada em espanhol. Mas uma noite, quando eu abria a porta do nosso quarto, e conversava em português com ela quando, Félix, uruguaio dos Tupamaros, que estava indo para seu quarto comenta: oh, então, brasileiras. Eu corrijo, não, portuguesas. Ele riu e brincou "Ótimo! Nós somos vizinhos", porque "eu sou espanhol" e me dei conta do ridículo da situação. Eu poderia contar não sei quantas histórias desse tipo. Durante algum tempo eu fui a única brasileira no hotel. Porque o resto dos brasileiros estava treinando e eu era a única exceção, com identidade falsa porque não pretendia viver em Cuba. Mas a partir de setembro, depois da morte de Marighella, mais dois casais chegaram.

Angela Davis

Um belo dia, ao descer para o restaurante, vejo uma cena que me deixou emocionada. Vi, no meio de seus companheiros, a revolucionária pela qual eu tinha – e continuo tendo - a maior admiração do mundo, que se chama Angela Davis. Você não imagina a força e a aura da Angela Davis. Ela estava com uma brigada de Black Panthers para solidarizar-se com Cuba e ajudar na safra de cana.

Se foi a Simone uma figura central pra mim para um lado, o exemplo que me deu a Angela Davis foi uma das coisas mais importantes na minha vida. E você sabe que ela está fazendo 80 anos, esse ano. O que eu acho fabuloso na Angela é que nunca deixou de ser comunista. Ela pertenceu ao PC americano até 1991 quando, depois do final da URSS, o partido foi se dissolvendo. Por duas vezes candidata como vice, na chapa do Partido Comunista para a presidência americana. E em 2014, ela deu uma



entrevista excelente para Cornell West em que ela fala, olha, eu não estou mais no partido, mas eu continuo sendo comunista. Uma coisa que me irrita um pouco, isso também se faz com a Lélia, é como certas feministas despolitizam a obra dessa vanguarda feminista socialista

O que se nota é um desconhecimento de obras essenciais e a adesão ao último modismo intelectual. Veja, qualquer marxista faz uma análise interseccional pois a realidade é síntese de múltiplas determinações. A Simone de Beauvoir já falava disso e não é novidade. Você pega, por exemplo, no caso da Lélia González, que eu conheci pessoalmente. A Lélia tinha uma formação marxista. Ela, como nós todos, quando queria escrever de estrutura falava pelo viés da economia, da desigualdade salarial. Vivíamos numa ditadura que mantinha o mito da “democracia racial” e que censurava qualquer referência às desigualdades sociais ou ao racismo. Trabalhei alguns anos no jornal *Movimento*, que tinha de passar pela censura em Brasília a cada edição. Muitos e muitas intelectuais hoje descontextualizam, esquecem em que circunstâncias aquele texto foi escrito. Mas se você olhar as coisas da Lélia, ela tem forte influência marxista. O que a Lélia tem de diferente em relação à Ângela é o fato de Ângela ter sido e continuar sendo comunista, mantendo uma mesma linha de preocupação, antirracista e anticapitalista.

Há uma coerência enorme na produção da Ângela Davis, desde seu primeiro livro, não traduzido no Brasil. Ele é de 1971 e é uma coletânea de cartas e de textos de presos negros, a maior parte deles presos políticos, contendo inclusive carta do James Baldwin para ela, quando era prisioneira com a condenação de pena de morte. Ângela sempre foi crítica ao sistema prisional, que é uma indústria nos Estados Unidos, além da questão evidentemente do racismo, que ela sentiu na carne.

Então, muitas vezes o uso que se faz dos textos de Ângela deixa de lado o fato dela ser uma combatente, comunista, marxista. Tudo o que ela escreveu tem a maior coerência. Nenhum momento ela abre mão de falar da questão do anticapitalismo. E mesmo tudo o que ela fala da questão do feminismo, ela tem muita preocupação em que não haja, como dizer, não se crie nenhum tipo de cisão dentro do movimento negro. Nosso movimento antirracista patina muito em torno da influência dos norte-americanos, que se autodenomina *black*. Aqui o movimento se autodefinia como movimento negro. Agora tem que ser movimento preto. Por quê? Por que tem que ser movimento preto? Porque os americanos usam assim? De repente surge uma urgência política e você tem que explicar por quê.



A palavra “negro” nos Estados Unidos tem uma conotação que aqui não tem. Quando a Lélia está falando, a Lélia González fala do movimento negro unificado. E agora a gente é obrigado a falar não mais negro, e sim, preto. Eu penso, bom, e por quê? Só quero entender. Então, é aquelas coisas que de repente surgem, como essa história, que eu acho uma baboseira, do lugar da fala. Claro, nós todos temos um lugar de fala e ele muda dependendo das circunstâncias e do tempo. Hoje, por exemplo, eu vivo a experiência do etarismo. Falo então a partir de uma experiência. Mas interditar uma pessoa se pronunciar sobre o machismo, o racismo, o preconceito sexual, etc. me parece um contrassenso! Nesse caso, Marx não devia poder falar e escrever, porque nunca trabalhou numa fábrica, como é que ele escreveria sobre os trabalhadores? Eu acho que isso gera uma despolitização, uma pretensa radicalização baseada num identitarismo vazio.

Vocês acham que o capitalismo não se aproveita do machismo e do racismo para seu proveito? Vocês acham que tem alguma chance de as coisas mudarem pra todos? Pra todos, não pra um, pra outro, sem que o capitalismo seja superado? Eu, realmente, acho que é impossível. Agora, como é que se supera o capitalismo? Esse aí é outro problema, cada vez mais complicado dada a extraordinária capacidade de autopreservação do capital, inclusive ideologicamente. Você vê hoje um desempregado dizer que é empreendedor. Você vê pobres votando na direita, sem se falar na expansão do neoliberalismo religioso, via evangélicos.

Depois da experiência cubana ficou claro pra mim o fato de que a emancipação é fruto da luta dos movimentos sociais. Se tiver partido, tudo ótimo, mas se não tiver um movimento social organizado que sustente as mudanças o risco de retrocesso é grande. O que temos hoje? Hoje temos Movimento Sem Terra, o Sem Teto, o Movimento Negro, o Movimento Feminista, vários movimentos. Cada um deles com suas bandeiras específicas mas, ao mesmo tempo, com questões que se entrecruzam. Sem as feministas o patriarcalismo continuará em pé, assim como sem os movimentos antiracistas o país continuará cego para o racismo estrutural e sem a luta anticapitalista a justiça social não avançará muito.

O combate contra o machismo e o racismo tem de ser feito dentro da própria esquerda. O Movimento Sem Terra originalmente sofria uma influência enorme da igreja católica, com papéis bem definidos para homens e mulheres. No entanto, as mulheres começaram a se revoltar, e isso resultou em uma paridade significativa em vários níveis. Se o movimento não cresce



enfrentando uma série de distorções, como podemos esperar que uma revolução aconteça e que a mudança real ocorra? O que aconteceu na União Soviética é um exemplo claro. Havia uma classe proletária avançada em Petersburgo, mas também uma massa de pessoas analfabetas e conservadoras na maior parte do país.

Vejamos então algumas questões relacionadas à dificuldade do “pular etapas”, assim como a cumplicidade da maior parte dos norte-americanos com as benesses trazidas pelo fato de pertencerem ao país mais poderoso do mundo. Por que os americanos, em sua maioria, não questionam o lugar que os Estados Unidos ocupam? Porque isso implica um privilégio para eles; eles têm uma cidadania privilegiada em termos internacionais. Seus passaportes valem mais, seu dinheiro também. Eles chegam falando inglês e nem imaginam que as pessoas não compreendam inglês. Da mesma forma, o machismo e o racismo estão tão impregnados na sociedade que foram normalizados. O machismo favorece aos homens em geral e o racismo aos brancos. A grande questão é quem vai apontar e dizer: “Isso é uma atitude machista” ou “Isso é racismo”.

Por isso acho importante tanto a questão dos partidos quanto a dos movimentos. Aqui, os movimentos muitas vezes extrapolam os partidos. Você pode ter um movimento com várias tendências e pessoas diferentes. Se não houver essa construção, por que os camponeses na França, por exemplo, resistem? Aqui, temos o Movimento Sem Terra. As mulheres reagem, especialmente as feministas negras, que são mais ativas. No entanto, o Movimento Negro ainda é tímido nas ruas. Outros movimentos sociais, como os operários, também têm sua importância. Dar conta disso é complicado. Fazemos o que podemos, da maneira que podemos. Você vê que me alonguei. Vamos voltar ao ponto principal, pois há muito a ser discutido.

|Aline| Vou pegar um gancho em uma parte da sua resposta, pode ser? Essa pergunta é para divagar mesmo, para que possamos explorar alguns pontos. A senhora mencionou Angela Davis, certo? Observamos frequentemente uma apropriação parcial da obra dela, muitas vezes ignorando as consequências políticas que ela também propõe. Isso é evidente nos autores que se apropriam de sua obra dessa maneira, e vemos que ainda existe na Academia Brasileira uma resistência aos acadêmicos marxistas. Então, gostaríamos de perguntar, com base na



sua experiência, como a senhora vê a situação do pesquisador marxista na academia hoje? Não estamos mais sob uma ditadura, mas também não temos um espaço adequado para expressar diretamente nossas interpretações.

Olha, particularmente na Unicamp, minha experiência não é essa que você mencionou. Tanto na Federal da Bahia, onde passei um ano há muito tempo, quanto nos nove anos que fiquei na Unesp de Araraquara, encontrei marxistas. Por exemplo, havia a Heleieth Safiotti, uma feminista radical que nunca abriu mão do marxismo. Apesar das divergências em relação a algumas de suas ideias, ela sempre manteve sua posição marxista. Na Unesp, nunca senti problemas por ser marxista; pelo contrário, havia professores como José Flávio Fávero que davam cursos sólidos sobre marxismo.

Quando entrei na Unicamp, encontrei colegas como Márcio Naves, um marxista dedicado. Havia divergências, claro. Colegas como Ricardo Antunes tinham interpretações diferentes do marxismo. Por exemplo, meu marxismo era muito influenciado pelo estruturalismo e Althusser, enquanto Ricardo Antunes tinha aversão a Althusser. No entanto, essas eram apenas diferenças de leitura, não de perseguição.

Minha experiência nas academias sempre foi mais de divergências de linhas teóricas do que de perseguição. É claro que houve uma grande operação ideológica global para desacreditar o socialismo e o marxismo, mas o marxismo continuou a se renovar. Na minha opinião, não há menos marxistas hoje do que antes. Faço parte do grupo da revista *Margem Esquerda*, onde há diversas linhas teóricas, mas todos estamos unidos contra o capitalismo e na luta de classes.

Minha preocupação feminista também é evidente. Escrevi um artigo sobre Pagu, encomendaram porque sabiam da minha pesquisa anterior. Falei sobre a Pagu comunista, sua experiência, encantamento e desilusão. Ela escreveu o primeiro romance operário brasileiro, de uma força incrível. Pagu nunca abandonou o campo da esquerda, assim como outros de sua geração. Em relação ao feminismo e marxismo, há mais resistência por causa da ignorância. Muitos não leram os textos fundamentais, e quando você menciona as origens de certas ideias, a percepção pode mudar.

|Adilson| Professora, vocês mencionaram a questão do marxismo entre as feministas, mas eu gostaria de perguntar: como é o feminismo entre



os marxistas? O que você pensa sobre isso, especialmente em relação aos homens marxistas?

Acredito que todos marxistas hoje têm essa preocupação, certo? Muitos incorporaram essa questão, como o próprio Ricardo Antunes, que aborda toda a questão da mulher operária e como isso se dá. Do ponto de vista teórico, a incorporação da questão da mulher não é complicada para os marxistas. Não foi Marx, mas Engels, que disse que a primeira forma de exploração foi a do homem sobre a mulher e os filhos. Então, acho que isso é bastante evidente.

Ademais, poucos homens com quem convivemos hoje acham que as mulheres sejam inferiores. A ideia de que as mulheres são menos inteligentes é difícil de sustentar nos dias de hoje. Agora, acho que o machismo, embora ainda presente, mudou muito. Posso te dizer como mudou. Primeiro, porque as mulheres não conseguiam falar. Tanto no Chile quanto na França, onde estava toda a esquerda reunida, lembro-me de uma reunião chamada Grupão, que tinha todas as tendências políticas. Havia duas ou três mulheres que falavam: Helena Hirata, Maryse Farhi (minha cunhada, que era economista) e eu, dependendo do assunto. A gente gaguejava para falar. Uma das razões pelas quais a experiência do feminismo francês foi tão importante para mim foi entender que as mulheres ficavam intimidadas perto dos homens. Não era separatismo; era uma forma de criar confiança e se desenvolver, tanto politicamente quanto intelectualmente, para não ficarmos intimidadas. Lembro que foi uma grande briga, não por divisionismo, mas porque éramos favoráveis a ter também um espaço para a organização feminina nas empresas e nos sindicatos.

O machismo que existia na esquerda era evidente. Ele se manifestava quando as mulheres eram relegadas a fazer cafezinho, entre outras coisas. Essa era minha crítica à forma como o Partido Comunista lidava com a questão feminina, aliás também com relação ao racismo. Prevalencia uma concepção obreirista. O mesmo pode ser dito do PT no tocante ao racismo. Razão pela qual Lélia González saiu do PT e entrou no PDT de Brizola, mais aberto a essa discussão.

Na *Margem Esquerda*, por exemplo, nossa amada Ivana, nossa chefe, não se foca muito na questão do feminismo. A questão do feminismo não é a principal para ela. Isso é evidente. Quantas mulheres há lá? Duas ou três, sem se dizer que o fato de serem mulheres não implica que sejam feministas. Acredito que há pessoas na esquerda que veem o feminismo



como uma forma de identitarismo, o que considero um grande equívoco. Tudo pode se tornar identitarismo, até a luta de classe, se for isolada. Se você começa a dizer "sou operário e só meu lugar de fala de operário importa", isso também vira identitarismo e deixa de ser uma luta revolucionária.

Quando pensamos nas mudanças, temos também de contabilizar a violência que as mulheres sofrem no Brasil e no mundo. Tem uma escritora comunista italiana, Dacia Marini, que escreveu há algum tempo: "Quando as mulheres estavam caladas, não era necessário matá-las, agora há que matá-las." De onde vem essa violência? Não foi o Bolsonaro que inventou; ele apenas a liberou, deu o status de "é isso mesmo, gente". Mas de onde vem essa violência?

Há 40 anos, ainda se podia falar da existência de uma família nuclear: papai, mamãe e filhos, onde o pai era o suporte financeiro exclusivo ou principal. Qual é a realidade hoje? Muitas mulheres, tanto na classe média quanto entre os pobres, têm mais garantias de emprego do que seus companheiros. O que você tem é uma quantidade cada vez maior de mulheres que são o suporte do lar. Segundo as estatísticas cerca de 50% das famílias são chefiadas por mulheres. Isso é, são as mulheres as principais provedoras, mesmo quando há uma presença masculina. Ademais, mais de 30% das famílias são compostas exclusivamente por mulheres e prole. A famosa família nuclear, papai, mamãe, heterossexual, não é mais a maioria. A quantidade de casais sem filhos, a queda do número de crianças, tudo isso revolucionou a realidade e o conceito de família.

Quando as mulheres não ficam quietas, quando não são tímidas, quando assumem uma certa sexualidade e saem, vão para bares, muitos homens ficam irritados e afrontados. Então, existe um ressentimento. Sinto o ressentimento masculino, especialmente nos homens mais velhos, contra as mulheres. Como também contra pobres e pretos. Você vê o tipo de agressão gratuita que um entregador, por exemplo, sofre. Essa agressão não é apenas homem contra mulher, mas também contra pobres, revelando um ressentimento masculino que se manifesta em várias formas de violência.

Outro ponto é quando as mulheres se reúnem é impressionante como rapidamente começam a compartilhar suas vidas. Criam uma conexão, falando sobre seus filhos, mães, etc. Entre homens, isso é impossível. Eles podem trabalhar juntos por anos e não têm essa acessibilidade emocional. Em contrapartida, quando muitos homens jovens se unem, mesmo aqueles



que normalmente não são agressivos, acabam adotando um comportamento machista e agressivo. Esse comportamento coletivo de violência sexual, como os estupros coletivos, virou uma certa normalidade.

A pressão das mulheres e dos movimentos que saem às ruas é fundamental. Veja aquele movimento no Chile, "El Estuprador Eres Tú". Em fevereiro de 2023 houve uma marcha de mulheres na Bélgica pela questão salarial, porque são as mulheres que estão nas funções de cuidados e são as mais mal pagas. Nos hospitais, por exemplo, quem cuida de você é a enfermeira, enquanto o médico ganha milhões pela operação.

Tudo que envolve manter a vida, como fazer comida e cuidar, faz parte da indústria do cuidado, uma das poucas coisas que não podem ser feitas por robôs. A empatia e a presença são fundamentais. Não se cria uma criança com um robô, pelo menos não ainda. Teria que haver grandes mudanças nos nossos genes e na nossa cultura.

Você tem toda a razão, houve uma grande mudança na estrutura familiar, impulsionada principalmente pelas mulheres. A Constituição de 1988 é um exemplo disso, com a importância das mulheres na Constituinte e as pressões que levaram à mudança no Estatuto da Família. A família deixou de ser "o homem é o chefe e a mulher sua auxiliar" para uma unidade de papéis iguais. Isso mudou tanto que, hoje, o critério jurídico de família muitas vezes é "a família é quem cuida". Isso significa que alguém de fora que cuidou de outro pode ser considerado família. Você concorda que tudo isso foi principalmente obra das mulheres? Sim, não é?

[Aline] Professora, pegando carona nesse tema, como a senhora avalia, por exemplo, aquele caso do juiz que negou o pedido do PSOL para a colocação de DIU numa moça de 31 anos, num hospital que diz que isso é contra as diretrizes religiosas do hospital. Como a gente entende essa questão?

O sistema judiciário brasileiro é um desastre. É um sistema classista e ao mesmo tempo, patrimonialista. Enfim, tem uma coisa assim. O pai é advogado, a filha é juíza, ou então, o pai é juiz, a filha é advogada. Há uns 20 anos participei de um curso na Escola da Magistratura e fiquei muito mal impressionada com a plateia, parecia uma coisa robótica na qual o tema dos direitos humanos não encontrava nenhuma ressonância. São jovens ambiciosos e carreiristas. Então, você pensa: essas são as pessoas que vão julgar? É isso, essas são as pessoas que julgam e o poder do juiz é enorme.



Eu tenho um processo, e olha que eu tenho todas as razões de prioridade, por conta da idade por exemplo, da idade. Sem se falar que ganhamos na primeira instância. Já se passaram 24 anos (pasmé) e ainda não tivemos a decisão final. Um juiz ficou literalmente "sentado em cima" cerca de 10 anos. E isso continua até hoje. É por isso que digo que o sistema judiciário brasileiro, é o Sistema "injusticiário" brasileiro, é um sistema de classe tão evidente, mas tão evidente e cada vez mais reacionário, mais conservador. Até por conta que a influência das igrejas está se fazendo muito forte. Agora, por que a França é o país que mais resiste à questão religiosa, enquanto nos Estados Unidos é diferente? Nos Estados Unidos, a ideia é que o Estado é, opressor, então as pessoas se organizam através de pastores e grupos religiosos.

Na França, que tem um estado de bem-estar e uma cultura laica, isso não acontece da mesma forma. Eles resistem mais e se organizam de outra maneira. No Brasil, a realidade é outra, uma amiga feminista que era funcionária na Unicamp e morava numa zona pobre de Campinas comentou: "Não tem como, lá trabalhamos com as evangélicas, porque são esses grupos que dão apoio." Do lado, tem o tráfico, de outro lado, as milícias, e uma população esmagada, com um poder público inexistente ou opressor. Na Vila Madalena, por exemplo, tinha um ponto de venda de drogas onde a polícia parava apenas para pegar a fêria. Você via o carro policial lá. Nas prisões, ou você é da tropa do PCC e tem a proteção deles, ou pertence a um grupo religioso, geralmente evangélico. Se você não está em nenhum desses grupos, está desprotegido.

Então, quando você entende o contexto, vê como é complicado. Quem faz trabalho de base hoje em dia fora o PSOL? Quem?

|Adilson| A igreja do PCC. Tem uma questão que eu gostaria de fazer, mas estou tentando elaborar melhor porque é muito complexa para mim, já que não sou da área. Vou começar assim: ontem assisti a um filme, o título é "A Pior Pessoa do Mundo". Fiquei tão impactado que vou assistir novamente. O filme não está discutindo o feminismo, não é o objeto do filme, ninguém é feminista no filme, ninguém milita. Quero assistir de novo porque achei muito interessante e complexo. A protagonista encarna o que é ser uma mulher "livre" hoje, em comparação com as gerações passadas. Ela vive de maneira que toma suas próprias decisões, seja em relação à profissão ou aos



relacionamentos. Ela decide não ter filhos, o que é uma decisão extremamente importante no momento atual. Isso impacta os maridos dela. A tataravó teve 20 filhos, a avó 10, a mãe 2, e ela decide que não quer ter filhos. Isso era chocante para os maridos. Ela se casou umas três vezes no filme, e quando se cansava, ela ia embora. Ela tinha a liberdade de ir embora, e os homens a aceitavam. Isso é interessante. Professora, gostaria de saber como a senhora vê essa representação da mulher no filme. Essa ideia de liberdade de decisão e a rejeição de papéis tradicionais ressoam com o feminismo atual?

O que você está dizendo, em outras palavras, é que uma das vitórias do movimento feminista foi que hoje, sem você precisar militar em nenhuma organização, uma mulher tem condições de ter uma vida autônoma, porque trabalha, porque pode sair com amigas, viajar, se divertir e escolher com quem e por quanto tempo deseja manter uma relação. Nesse sentido, o filme reflete parte do feminismo atual mas a trajetória da personagem concerne mais ao próprio dilema existencial que é escolher. O interessante do filme é que por ser jovem, bonita e talentosa nem sempre facilita a questão da escolha. Sem se falar que é um filme norueguês.

|Adilson| Se você cruzar isso com o feminismo, o lugar, o país e a classe social, aí complica. Se você colocar essa questão numa mulher que viva na favela, por exemplo, não vai ser tão tranquilo como é no caso dessa menina da Suécia ou da Finlândia. Então, também tem essas mediações de lugar e de classe. Mas, de qualquer modo, houve uma grande transformação. O movimento feminista parece bastante vitorioso em muitas coisas, e em muito pouco tempo também. Professora, como a senhora avalia essas diferenças no impacto do feminismo dependendo do contexto de país e classe social? Por exemplo, a liberdade de decisão mostrada no filme norueguês pode não ser a mesma para uma mulher de uma favela no Brasil. Como essas mediações de lugar e classe influenciam o movimento feminista?

Não é possível falar de um feminismo genérico. Cada país tem suas especificidades. Na França foi uma feminista republicana mas não comunista, a Simone Veil, enquanto Ministra da Saúde facilitou o acesso a métodos contraceptivos e elaborou a lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que entraria em vigor a 17 de janeiro de 1975. Já nos Estado



Unidos, na mesma época, Angela Davis tinha dificuldade em se denominar feminista porque o feminismo branco burguês era dominante.

No Brasil o feminismo dos anos 1970, 1975 participava da frente anti ditadura. Era de esquerda e, ao menos teoricamente, anticapitalista. Auto denominar-se feminista era um ato de coragem. Meu grupo se chamava "Nós Mulheres" e se dizia feminista, enquanto o resto se definiam como grupos de mulheres. E as mulheres burguesa nunca foram feministas, apoiavam a ditadura e se reuniam na liga das senhoras católicas...

Hoje em dia, para mim, a questão não é o título, mas como a pessoa lida com a vida. Nas últimas décadas houve um rompimento com a relação de dependência dos jovens, onde os pais mandavam em tudo. Acho que houve várias mudanças, mas a das mulheres é a mais significativa. Em países mais conservadores, como o Japão, a quantidade de mulheres que não querem casar nem ter filhos é enorme. O casamento lá implica servidão ao homem. Eles estão enfrentando problemas de natalidade. Mesmo na China, após a liberação da política do filho único, muitas pessoas não querem ter filhos devido à sobrecarga financeira e social.

Na Finlândia e na Suécia, por exemplo, há mais apoio para as mulheres. Houve uma época em que a mulher grávida tinha um apoio financeiro considerável, o que aliviava o peso financeiro da maternidade. Não sei como está isso agora, mas houve uma época em que funcionava bem. As mulheres se organizavam e, se necessário, faziam greves, dizendo "Tá bom, então não fazemos mais nada, não temos mais filhos, pronto."

[Adilson] Incrível! Isso pressiona a sociedade por mudança. Eu vejo, por exemplo, minha filha é professora, tem mestrado e teve um filho enquanto o marido fazia doutorado. E aí, claramente, a maior parte do cuidado com o filho recai sobre a mãe, mesmo num casal em que ambos são formados e têm uma visão crítica do mundo. Isso acontece mesmo em categorias, digamos assim, "mais esclarecidas". E muitas mulheres já pensam: "Não vou entrar nessa, já que tudo vai sobrar para mim, estou fora". Isso de certo modo força mudanças na sociedade.

Eu acho que ter um filho é um vínculo para o resto da vida, não é um vínculo fácil. Tem gente que ainda tem filhos para preencher algum vazio e depois não aguenta. O número de pessoas que não consegue lidar com as responsabilidades parentais é grande. Essa mudança em relação a não ter



filhos é profunda, porque desafia a expectativa social de que todos devem ter filhos.

|Adilson| É a negação total do que é o que é pensado no patriarcado, o papel da mulher a reprodução. Ela fala: não quero ter filho, então e aí? Ai isso impacta de um modo radical.

Por que tantos alemães casavam com brasileiras? Portugueses também? Porque a mulher é mais carinhosa. Porque correspondem mais, em mais à imagem tradicional das mulheres. Em outras palavras, porque as brasileiras, em contraposição a imagem sexualizada vendida no exterior, são consideradas mais tradicionais.

389

|Aline| Posso aproveitar que estamos falando de filmes? Tenho assistido muitos filmes e séries onde a questão do feminismo aparece de maneira muito dúbia, especialmente em produções norte-americanas. Recentemente, vi um filme bobo na Netflix, mas com uma temática feminista. É sobre uma garota que descobre o feminismo e começa a fazer cartazes na escola. Um roteiro bem simples. A questão central do filme é a disputa entre diferentes tipos de feminismo. Por um lado, tem o feminismo "bacana" da protagonista, mas também há a feminista radical, exagerada, retratada de forma caricata como uma feminista marxista. Nós sabemos que o feminismo, ideologicamente, se arrasta para fora da luta anticapitalista. Há um reforço dessa ideologia hegemônica que afasta a pauta feminista do movimento anticapitalista. Como a senhora vê isso e qual é o papel das redes sociais e dessa produção cultural que diz às garotas: "Ah, você pode ser feminista no jeito de se vestir, nas pessoas com quem você se relaciona, mas nunca questionar por que você sofre essa opressão, por que está nessa posição?"

Olha, vou mencionar algo que me veio à mente, talvez tenha alguma relação com o que estamos discutindo. Quando você estava falando, lembrei de uma estatística que me surpreendeu muito. No Brasil, ao estudar o movimento operário, vemos a importância do movimento anarquista e dos operários. Tanto é que tivemos a Lei dos Estrangeiros, que expulsava espanhóis e italianos anarquistas que queriam se organizar.



Por outro lado, nos Estados Unidos, muitos imigrantes italianos se transformaram em mafiosos, tomando o movimento sindical e acabando com ele. É interessante notar que, para o Brasil, a maioria dos imigrantes veio do norte da Itália, enquanto para os Estados Unidos vieram do sul, da Calábria, Sicília, regiões mais rurais e influenciadas por estruturas mafiosas.

Veja que interessante: esses deslocamentos de italianos geraram resultados radicalmente diferentes nos dois países. Nos Estados Unidos, foram 4 milhões de imigrantes italianos, enquanto no Brasil, cerca de 1,5 milhão. Esses movimentos geraram consequências completamente distintas. Concorda comigo?

No Brasil, nosso feminismo sempre foi de esquerda, e digo isso porque faço parte dessa primeira leva. No meu caso e no das primeiras feministas, fomos muito influenciadas pelo feminismo francês, que também sempre foi de esquerda. Aqui, você não tem um feminismo liberal; a direita se diz antifeminista. Então, você pode ter algo talvez antimarxista, não sei exatamente de quem, mas a maioria dos grupos aqui são de esquerda. Que grupo de mulheres se diz feminista e não é de esquerda?

Nos Estados Unidos, o feminismo liberal é fortíssimo. É muito difícil ter uma unidade das mulheres lá desse ponto de vista. Agora, com a questão do aborto, há uma união. No Brasil, a única questão que traz unanimidade, incluindo o voto das evangélicas na bancada feminina, é a violência contra a mulher. O resto é discordância em tudo.

Aqui, não temos o mesmo embate porque a direita é antifeminista. Então, há a questão das divisões, mas entre direita e esquerda, o feminismo é predominantemente de esquerda. Como você mesma disse, o feminismo marxista é uma parte importante do movimento e tem crescido muito na última década. Esse ano participei da Conferência Internacional do Marxismo Feminista, realizada na USP, que durou uma semana e foi concorridíssima.

|Aline| Acho que antes não, mas por exemplo, dia 8 de março agora é uma data histórica pela história da apropriação desta luta pelo capitalismo.

Se você pegar a revista *Cláudia* dos anos 1968 – a revista de moda – você verá como apareciam os guerrilheiros de 1966, 1968 e quantidade de propagandas com mulheres como se fossem militarizadas. A capacidade do capitalismo de vender, de transformar tudo em mercadoria é inimaginável.



|Aline| Temos até as roupas com a cara do Che Guevera e da própria Frida Kahlo. Mas, então professora você acha que a gente pode pensar que no Brasil as ondas feministas elas não foram talvez tão demarcadas como nos Estados Unidos, por exemplo?

Eu acho que nosso feminismo tem pouco a ver com o feminismo americano, assim como nosso racismo tem pouco a ver com o racismo americano. Tem racismo aqui? Se tem! Mas nós não tivemos a segregação. Nos Estados Unidos, os negros são minorias, no máximo 15% da população mas 37% da população carcerária. Aqui, nós somos a maior parte da população sob o critério americano de que quem tem umas gotas de sangue negro é considerado negro. Então, há uma grande diferença.

As questões do feminismo americano e as dificuldades para formar uma frente unida não são iguais aqui. A influência americana veio pelo dinheiro, financiando projetos e influenciando a pauta. Nosso sistema acadêmico, de alguma maneira, reverencia as ideias americanas. Por exemplo, vou falar com a maior franqueza: acho a Judith Butler super bem intencionada, mas a teoria *queer* dela veio porque ela é homossexual e estava vivendo a negação da questão da AIDS, então começou a discutir a sexualidade. Ela mesma conta que foi convidada para uma reunião *queer* e perguntou o que era *queer*. As melhores partes da Butler não são os textos, nem ela falando, que é um pouco cansativo, mas as entrevistas dela, que são hilárias. A companheira dela é muito melhor em termos de produção acadêmica.

De repente, inventam a teoria *queer* da Butler, mas poucos estudam o conjunto da obra. O pessoal deixa passar porque ela fala sobre "os corpos que importam". Ela não está se referindo apenas às sexualidades ditas desviantes. Ela está se referindo aos milhares de corpos palestinos assassinados, dos corpos de imigrantes mortos nas travessias para a Europa. Apesar de judia foi uma das primeiras a denunciar a questão da Palestina, sendo boicotada pelo *lobby* sionista. Essa apropriação seletiva de autores é complexa, para não dizer intelectualmente desonesta.

Também tenho horror a essa ideia de ondas do feminismo. Eu gosto da ideia de Foucault de que a história tem rupturas. Nem sempre há continuidade; por exemplo, após 30 anos de ditadura, as coisas não são uma continuação direta. Alguns sobrevivem, mas 30 anos mudam muito. Minha geração, que era pequena, acabou sem uma continuidade clara. Hoje, há uma coisa muito mais atomizada, que acho melhor. Há inúmeras tendências,



mas não acho que sejam ondas. Como se mede onda? Por ano? Por questão?

[Aline] Enquanto militante feminista, atuando por muito tempo em coletivos feministas, sinto que esses debates que vêm de fora às vezes nos atrasam. Parece que eles vêm para confundir. Passamos tanto tempo tentando entender qual é a onda e em qual onda estamos, que a realidade da mulher brasileira fica em segundo plano. Então, ideologicamente, mesmo que não seja o objetivo, quando esse debate chega ao Brasil, ele nos captura um pouco.

392

A hegemonia ideológica dos americanos é muito forte, não tenha dúvida. Eles impõem termos e temas. Lembra daquela época em que havia um movimento recebendo dinheiro para combater o fundamentalismo? Adriana Piscitelli fez uma denúncia, dizendo: "Somos todas contra qualquer tipo de fundamentalismo". Estavam pensando nos árabes, mas aqui no Brasil não temos islamismo! Nosso fundamentalismo é o capitalismo e, em parte, os evangélicos. Aquela palavra de ordem era tão descabida.

A grande contribuição original de Lélia González foi justamente partir da nossa realidade. Lélia não se considerava negra até se casar com um espanhol que a fez perceber isso. Ela começou a trabalhar na psicanálise e um grupo de psicanalistas brasileiros ficou revoltado quando, em um evento no Brasil, incluíram o espanhol e o francês, mas não o português. Eles brincavam dizendo que aqui somos a "América", uma mistura de América Latina e África.

Lélia cunhou o termo "amefricanidade" e foi a primeira a falar sobre partir de nossa própria realidade. Ela leu Althusser e tinha a mesma formação teórica que muitos, mas criou uma perspectiva diferente, dizendo: "Vamos parar de falar como se fôssemos todos descendentes de europeus. Estamos no Brasil!" Um colega nosso, Laymert Garcia, uma figura incrível, sugeriu que fizéssemos algo sobre a América Latina e assim organizamos um seminário sobre o tema em 2001. Mas prevalecia a alienação sobre nossa própria identidade.

A primeira coisa é entender quem somos, afinal.

Se você vai aos Estados Unidos, no máximo é o que eles chamam de... a nossa classificação é complicada, porque não somos bem mexicanos, nem somos brancos. Não somos hispânicos, mas também não somos brancos. Quando fui para a África do Sul, visitei um museu maravilhoso que ilustrava



bem essa questão. Para relembrar o racismo colonial o museu mantinha entradas separadas (mas é claro que você poderia entrar por qualquer uma): uma para descendentes de ingleses e holandeses, outra para "os outros" e uma para os negros. Nós somos "os outros". Em cidades como Cabo, na África do Sul, apesar do poder estar nas mãos de um líder negro, a burguesia é toda branca. Quando você vai aos restaurantes, vê que são todos branquerrimos. Nós destoávamos. Havia um casal hindu e nós éramos... bem, não sei o que éramos. Aqui, no Brasil, achamos que somos brancos, mas lá fora não somos vistos assim.

Essa experiência de ter uma cidadania que não é a de um passaporte americano, que entra em qualquer lugar sem problemas, é reveladora. Ficamos em longas filas para entrar nos lugares, o que já nos dá uma ideia de que não somos tão privilegiados assim.

|Adilson| O Brasileiro é o *queer*, porque ele não se encaixa em nada. É o *queer*!

Você está trazendo a sociologia *queer* da perspectiva do brasileiro, não apenas da questão sexual, mas da identidade nacional. O brasileiro é uma identidade complexa. Ele não é simplesmente uma coisa ou outra, e essa ambiguidade é verdadeira. Acho que boa parte dessa questão do ressentimento vem daí. Quando um homem não é mais o suporte, não é o machão, ele se pergunta: "O que eu sou?" Ele tenta se afirmar através da violência, tentando ser macho, mas sem ser o "macho do pedaço". As manifestações gratuitas de violência são assustadoras, mostram um ressentimento e uma raiva acumulada que são assustadoras.

Isso é o que chamam de *backlash*. Está havendo uma reação violenta contra a emancipação da mulher, contra o feminismo, e não é só no Brasil. O grau de violência contra a mulher aumentou significativamente, o feminicídio é uma realidade. Isso tudo mostra uma reação violenta e generalizada contra os avanços feministas.

|Zuleica| Hoje em dia, nem falo mais que sou feminista, já estou no clube das "femistas", porque acredito que, em momentos extremos como este, temos que demarcar bem nosso local e nossa posição. E acho que estamos realmente passando por um momento extremo nessa luta. Não por escolha, mas acredito que nossas conquistas são fruto da nossa luta. Quando estamos numa posição de vantagem, lutamos para mantê-



la, mas nós, mulheres, estamos em desvantagem desde sempre. Então, nossa força e dedicação à luta são muito maiores. E o que estamos vivendo agora é fruto de cem anos de luta. Acho até positivo ver uma reação tão marcada e forte de um grupo de homens, porque isso significa que tivemos um avanço que está incomodando. A sociedade caminha dessa forma.

As situações de violência e injustiça são tão visíveis que, quando as pessoas encontram uma explicação dizendo que está errado, é como se estivessem dando voz a um sentimento já presente. Nosso trabalho é um pouco isso, dar argumentos. Dizer: "Olha, isso é um absurdo. Você trabalha, é tão inteligente quanto os outros, trabalha para caramba." Essa é a verdade. Acho que essa consciência as mulheres já têm.

|Zuleica| Exatamente.

Acho que é por aí. Vejo, por exemplo, em situações médicas. Tive uma experiência médica e percebi como os médicos têm um status elevado, entram, dizem "oi" e saem, enquanto as enfermeiras seguram a onda. É claramente uma questão de classe. Os médicos, especialmente aqueles de hospitais como o Einstein, têm um tratamento diferenciado, enquanto as enfermeiras não. E a maior parte deles é da direita porque querem manter seu privilégio de classe.

|Zuleica| Somos todos professores aqui, né? Eu penso que é nosso papel educar essa geração que está vindo por aí. Situações que há 20 anos não eram normais, mas foram aceitas pela sociedade, hoje em dia podem resultar em cadeia para os meninos. Vemos o caso do Daniel Alves, por exemplo, que é emblemático. Há 10, 15 anos seria impensável ver uma figura tão conhecida ser presa por estupro, porque a culpa sempre recaía sobre a mulher. Sempre. Diziam: "Ah, mas ela deixou, permitiu, foi lá." E esta moça aqui no Brasil que foi estuprada por 11 policiais? "Ah, mas ela foi na festa porque quis." Peraí, então eu, mulher, não tenho direito de ir a um bar sozinha? Tenho que ter o direito de sair de casa sozinha com a segurança de voltar viva para minha casa. Quando vemos essa mudança, entendemos que é fruto de muita luta, não é de um dia para o outro. A legislação vem de cima, e demora um tempo para virar cultura, para que as pessoas entendam que algo mudou e que



há uma consequência grave se aquilo voltar a acontecer. Acho que nossa função agora é educar esses meninos que estão aí.

Pensa só o seguinte, na minha geração uma menina pobre era estuprada, ficava grávida e na hora que ela ia dizer pro juiz, às vezes com a criança que era a cara do pai, chegavam não sei quantos amigos que diziam todos tinham transado com ela....

|Zuleica| E ninguém acreditava nela, né, e tem toda a questão da revitimização.

É. Eu sempre digo que duas coisas foram fundamentais para emancipação da mulher: trabalho remunerado, porque trabalho mesmo sempre teve, trabalho remunerado e o contraceptivo, e depois o DNA. Você veja a quantidade de crianças dos políticos que foram registrados. O Quércio que tinha filho registrado, o Collor... não sei mais quem, não sei quantas, porque iam tendo filho e tudo bem. Então assim, a gente conta também com a ciência. Foi a pílula que deu a mulher o poder de regular a sua fertilidade e depois o DNA .

|Zuleica| Que de alguma maneira responsabiliza o agressor.

Você pode não querer se relacionar com o pai, mas se você for atrás, a criança tem o direito. Com certeza, é uma longa luta.

|Zuleica| Infelizmente! Mas eu fico feliz de ver, porque eu acho que a reação de alguns seguimentos da nossa sociedade é do tamanho da luta.

Eu acho que uma das poucas coisas que dá uma sensação de realização é ver o avanço das mulheres se consolidando. Tanta coisa foi para trás, politicamente falando, mas os avanços das mulheres estão se consolidando. Sinto que hoje, minhas netas têm uma condição de autonomia muito maior do que eu tive. Minha mãe, então, nem se fala. Isso é algo positivo. Não é só levar porrada e dizer: "Puxa, acabou isso, acabou aquilo, não tem mais isso." O movimento está cheio de desafios, mas há que ter esperança! **| FIM |**

São Paulo, 05 fev.2024.



Modesto Emilio Guerrero - Eleições na Venezuela: Sem Chávez, mas com a ameaça dos EUA¹

por Carlos Tautz | trad. Paulo Alves de Lima Filho²

No dia 28 de julho, aniversário de 70 anos do ex-presidente, 13 candidatos disputam a cadeira atualmente ocupada por Nicolás Maduro, o favorito para um terceiro mandato. O biógrafo de Chávez, Modesto Emilio Guerrero, lança luz sobre o cenário das eleições, bem como sobre o cenário regional e internacional.

396



Foto: Página 12 | Reprodução

A pouco mais de dois meses das eleições presidenciais na Venezuela, as sondagens mostram que o presidente Nicolás Maduro deverá ser reeleito para um terceiro mandato, apesar de uma profunda crise económica

¹ Entrevista publicada originalmente no portal Al Mayadeen [inglês], 30 mai. 2024. Disponível em: <<https://en.mdn.tv/7ozE>>.

² Editor da Revista Fim do Mundo. Coordenador Geral do IBEC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em Economia pela Universidade da Amizade dos Povos 'Patrice Lumumba' – Moscou – Rússia. | palf1951@gmail.com



causada por sanções dos vizinhos Estados Unidos e de uma divisão no governo com 11 candidatos enfrentam outros dois da oposição de direita.

Para Maduro, a disputa será a mais difícil desde abril de 2013, quando foi eleito pela primeira vez. Naquele ano, o presidente desfrutou de todo o legado político da Revolução Bolivariana liderada por seu antecessor, o coronel do Exército Hugo Chávez Frías, que morreu de câncer menos de um mês antes da eleição de Maduro e de sua entrada no Palácio Miraflores, sede presidencial na capital Caracas.

Hoje, mesmo sem a sua presença física, Chávez ainda marca profundamente a alma venezuelana. Ele morreu, mas o chavismo – um movimento político que organizou o que chamou de Revolução Bolivariana – ainda tem centenas de milhares de apoiadores organizados na Venezuela. Para os pobres, o chavismo significou mobilização social permanente e melhores condições de vida.

Inspirada pelo general Simón Bolívar (que declarou a independência da Venezuela da Espanha em 1811), a Revolução posta em prática durante os 14 anos de presidência de Chávez no país sul-americano – que detém as maiores reservas de petróleo do mundo – é pacífica e baseada em princípios socialistas. Melhorou rapidamente a qualidade de vida dos pobres, democratizou os rendimentos das exportações de petróleo, rompeu com o imperialismo norte-americano associado às próprias elites da Venezuela e iniciou um processo de união com as outras nações da América Latina e do Caribe.

A eleição presidencial acontecerá agora em 28 de julho, data do 70º aniversário de Chávez. A data, repleta de simbolismo, é uma tentativa de reavivar a memória mítica de Chávez.

“O governo de Maduro vai se consolidar e não tenho dúvidas de que vai vencer, mas a matemática da votação não resulta num movimento de resistência aos EUA. Mas se houver invasão ou agressão física, sim”, afirma o jornalista venezuelano e biógrafo de Chávez, Modesto Emilio Guerrero.

Guerrero, que vive na Argentina há 33 anos e ajudou a fundar o PSUV (o partido político ao qual Chávez também pertencia) quer dizer que a “memória mítica” dos anos de Chávez ainda ressoa entre os pobres da Venezuela, e que isso ajudaria Maduro a alcançar um novo prazo.

Boa leitura!



O momento histórico de maior mobilização popular da história recente da América Latina - após os acontecimentos da entrada em Havana (1958) de Fidel e outros revolucionários, bem como da Revolução Sandinista na Nicarágua (1979) - foi a rápida e enorme mobilização em Caracas para trazer Chávez de volta a Miraflores em 2002, após a tentativa de golpe de Estado da oposição venezuelana em acordo com a CIA. Independentemente das diferenças de tempo e de figuras políticas, existe ainda hoje na Venezuela uma mobilização popular capaz de defender o país contra agressões externas - de onde quer que venha, mesmo de e/ou com a ajuda de um possível governo de direita no Brasil?

Guerrero - Hoje não há mobilização deste tipo, o que não significa que não possa haver resposta à agressão dos EUA. São duas coisas diferentes. Há uma tendência à inação, ao contrário dos anos do chavismo e até 2019, porque a necessidade de sobreviver em termos materiais apaga a vontade de fazer sacrifícios políticos.

Existem vários motivos para a inação. A principal delas é econômica, devido ao bloqueio: as 360 sanções promovidas pelos EUA destruíram a economia venezuelana e levaram à migração de seis milhões de pessoas, a maioria delas jovens, para sobreviver, como já aconteceu em muitos lugares, ou em situações de guerra.

A prioridade de um venezuelano comum, da rua, da fábrica ou do setor rural, é sobreviver e que seus filhos comam. Quando essa prioridade existe, a prioridade política não vem em primeiro lugar. Portanto, a imagem do Presidente Nicolás Maduro não está no seu melhor, em comparação com qualquer um dos outros quatro ou cinco momentos desde que chegou ao poder em 2013. Ele não é ajudado por políticas estatais e pelos escândalos de corrupção. Ambas as coisas diminuem a vontade e o estado de consciência que move os militantes.

Cinco a seis milhões de militantes chavistas estavam organizados em múltiplas formas de associação, principalmente por grupos de bairro. Isto se explica pelo caráter da Revolução Bolivariana, que foi levada a cabo basicamente pelos pobres de seus bairros. O que é diferente do proletariado clássico disciplinado pela fábrica, pelo regime de trabalho e por uma cultura política na vida sindical.

Uma intervenção dos EUA com a ajuda (de um eventual governo de direita) no Brasil, ou na Argentina, o que é mais provável neste momento,



teria uma resposta do exército oficial com alguns atores não oficiais. As milícias populares são uma grande conquista em termos militares na defesa do processo bolivariano, mas estão em estado de desmantelamento ou redução em comparação com os vários milhões que estavam presentes em 2019.

A resposta contra a Argentina seria mais contundente, porque na Venezuela se acumulou uma certa consciência contra a ingratidão do (presidente argentino Javier) Milei e contra outros governos como o de Alberto Fernandez, e em certa medida de Cristina Kirchner, em relação à quantidade de dinheiro que Hugo Chávez emprestou à Argentina no passado.

Com base na evolução da situação política na Venezuela, é possível afirmar que as eleições presidenciais poderão confirmar a capacidade da base política que apoia Maduro para governar face à crise económica interna e ao mesmo tempo consolidar a posição da Venezuela face ao imperialismo dos EUA?

Guerrero – A capacidade política da base social venezuelana para as eleições de 28 de julho está dispersa, porque há muitos candidatos que refletem interesses muito diferentes. A situação já não está polarizada entre chavismo e anti-chavismo. Surgiram opções que arrastam o chavismo de um lado e a oposição do outro. Há também um sentimento de desânimo detectado por diversas consultorias, que pode ser verificado conversando com 10 pessoas em 10 lugares diferentes. Algumas pessoas estão separando a figura mítica e épica de Chávez do processo que vivem na realidade. Isso não existia até 2019.

As eleições de julho aprovarão o governo (Maduro) e não o chavismo. O governo ainda está a recuperar da morte inesperada de Chávez. O movimento está se limitando. Muitos chavistas não votariam em Maduro porque não o identificam com a ideologia ou com o caráter mítico de Chávez.

O governo de Maduro vai consolidar-se e não tenho dúvidas de que vencerá, mas a matemática da votação não resulta num movimento de resistência aos EUA. Mas se houver invasão ou agressão física, sim.

O próprio governo dos EUA tem uma relação diferente com o governo venezuelano. A Exxon (EUA) é a empresa dominante dentro da PDVSA (a empresa petrolífera estatal venezuelana) e no sistema petrolífero



venezuelano, e isso é visível. Os investimentos e as empresas norte-americanas e canadenses voltaram a fazer parte da vida política e social da Venezuela, o que já começa a mudar o imaginário do que é o anti-imperialismo.

Isto não significa que a população não defenderia a Venezuela. Há uma relação com a memória que é muito próxima do tempo da geração atual, 10 anos, o que não é muito em termos históricos. Esta geração não gosta de Maduro como presidente ou como líder, da mesma forma que gosta do chavismo como prova de uma vida melhor nos últimos 100 anos. Maduro para eles não significa desastre, mas sim a imagem do desastre em termos económicos.

Sobre os EUA: é correcto dizer que Washington reverteu a sua decisão de se aproximar de Caracas? Abandonou a sua intenção de garantir petróleo para os EUA e a Europa, longe da necessidade de comprar energia russa? Por que?

Guerrero - Não tenho certeza, em termos categóricos, de que os EUA vão mudar a sua estratégia em relação à Venezuela. Penso que mudaram as suas táticas para recolonizar a Venezuela. Com ou sem chavismo. Já conhecemos casos na África, Ásia e América Latina. Um exemplo é o peronismo na Argentina. Os EUA sabem que o custo do petróleo venezuelano num posto de gasolina na Flórida é 17 vezes menor que o custo do petróleo árabe. O estado actual da geopolítica mundial, da concorrência e do perigo de guerra com a China mostram que a Venezuela é uma peça central, tal como o foi na Segunda Guerra Mundial. É por isso que não vejo os EUA abandonando de forma alguma a sua estratégia de reentrar na Venezuela.

Na questão da região de Essequibo, na vizinha Guiana, que a Venezuela reivindica como sua, os EUA estão a operar como sempre: aliam-se a governos que parecem simpatizar com eles, a fim de garantir fontes de petróleo, ao mesmo tempo que exibem as suas armas. (neste caso, voos de aviões de combate e a possibilidade de instalação de uma base militar na Guiana) para desencorajar a reivindicação da Venezuela ao Essequibo. Do ponto de vista de Maduro, até onde ele está disposto ou pode ir para garantir a posse deste território por Caracas?

Guerrero - É muito difícil para o governo venezuelano, no actual sistema mundial de estados e poder, reconquistar este território (atualmente



controlado pela) Guiana, que é um direito seu. Acredito que haja um processo de ocupação da Guiana, de compra do governo daquele país, de ameaça de instalação de base militar e de passagem recorrente de navios norte-americanos. Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA aprenderam, ao contrário dos britânicos, que o sistema de enclaves é mais produtivo do que o sistema colonial. A Guiana poderia ser um novo enclave, como Israel no Médio Oriente, como a Coreia do Sul no Sudeste Asiático. Esta estratégia não funciona apenas contra o chavismo. Funciona contra o Brasil e todo o arco amazônico.

Até que ponto as presidências de Gustavo Petro na Colômbia e de Lula no Brasil apoiam Maduro na Venezuela, dado que tanto os presidentes colombiano como brasileiro também enfrentam uma enorme oposição interna, ao ponto de expressarem constantemente a sua preocupação com a manutenção do seu mandato?

Guerrero - Tanto (o presidente colombiano Gustavo) Petro quanto (o presidente brasileiro) Lula estão vivenciando a contradição de ter que apoiar Maduro, mesmo não gostando dele, e não poder retirar seu apoio a ele (o que gostariam de fazer) . Lula e Petro têm que resolver os conflitos internos de uma oposição que é profundamente anti-Maduro e o acusa de ser um ditador - o que não poderiam fazer com Chávez [...]. Lula e Petro estão observando e calculando a situação, porque têm que responder às pressões internas – e não apenas da CIA, do Pentágono ou da Human Rights Watch.

Qual é o alcance da aproximação entre a Venezuela e o Irão? Será “apenas” uma reaproximação política ou, com o tempo, tornar-se-á uma reaproximação económica e comercial eficaz e ampla?

Pelo que sei, os dois países têm um pacto superior ao que Chávez teve com Cuba. Mas não conseguiu fazer progressos com Cuba na escala que consegue com o Irão, que é uma potência global. Chávez tinha uma estratégia de sistemas de relações muito mais complexa e, portanto, mais completa com Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba e Equador para o desenvolvimento económico, comercial, político, cultural e militar. Maduro está isolado pela pressão imperialista e aliou-se, com razão, ao Irão e tentou fazê-lo com a Rússia. A relação entre o Irão e a Venezuela é tão boa quanto perigosa. **| FIM |**

30 de maio de 2024



402

Memorial



Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024

Maria da Conceição Tavares, a espada democrática contra o dragão do modelo econômico brasileiro¹

Adilson Marque Gennari²
Fábio Antonio de Campos³

403



Foto: Acervo Histórico do Arquivo Central/UNICAMP

O debate sobre a economia global, e, sobretudo, a economia brasileira não será mais o mesmo, pois acabamos de perder uma de suas mais argutas vozes críticas, representada pela extraordinária participação da

¹ Tavares nasceu em Aveiro, Portugal, no dia 24 de abril de 1930, e morreu em Nova Friburgo-RJ, Brasil, no dia 8 de junho de 2024.

² Economista, doutor em Ciências Sociais –IFCH-UNICAMP. Professor aposentado do Departamento de Economia da UNESP Araraquara. | gennariadilson@gmail.com

³ Professor do Instituto de Economia da UNICAMP. | fcampos6@yahoo.com.br



economista, escritora e intelectual, Maria da Conceição Tavares. De formação básica em matemática, logo rumou para os estudos de economia, principalmente no campo da macroeconomia, da economia política e da economia brasileira. Sua reflexão vem de uma complexa heterodoxia que contém doses desde a crítica à economia política de Karl Marx, passando pela macroeconomia de John Maynard Keynes e Michal Kalecki, além apresentar contornos desenvolvimentistas com a produção dos economistas latino-americanos, especialmente àqueles ligados ao pensamento clássico da CEPAL como Raul Prebisch, Anibal Pinto e Celso Furtado. Assim, nasceu uma das mais ferrenhas críticas do neoliberalismo e da ortodoxia na economia, bem como estudiosa fecunda do desenvolvimento capitalista retardatário nos países latino-americanos.

Logo após obter sua licenciatura em ciências matemáticas pela Universidade de Lisboa, em 1953, mudou-se para o Brasil se afastando de uma realidade brutal determinada pela ditadura de Salazar. No Brasil, voltou-se ao estudo das ciências econômicas e logo obteve sua formação nesta área pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1960. Sua formação avançou com cursos de pós-graduação em desenvolvimento econômico na CEPAL e na Universidade de Paris. Foi para UNICAMP, onde completou sua carreira na pós-graduação e lecionou. Depois ajudou na organização da pós-graduação da UFRJ, vindo a se tornar professora emérita.

Conceição Tavares ganhou fama nos meios acadêmicos e no debate brasileiro, principalmente por suas teses e ideias sobre “a industrialização por substituição de importações”, quando em 1963 recebeu destaque a publicação de seu ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. Entendia que as economias periféricas tinham uma tendência crônica ao estrangulamento externo, dadas as pressões da deterioração dos termos de troca. Assim, as restrições externas induziam o setor industrial a produzir novos ciclos de substituição de importações com a produção interna, como por exemplo, a transformação da estrutura econômica que ocorreu no Brasil nos anos 1950 em diante.

Outras obras que merecem relevo, além de vários ensaios e coletâneas por ela publicadas, seriam o artigo “Além da estagnação” (coautoria de José Serra) de 1970, assim como sua tese de 1974 “Acumulação de capital e industrialização no Brasil”, e em 1978 “Ciclo e crise – o movimento recente da economia brasileira”. Nestes trabalhos, fica nítida sua crítica à CEPAL, quando desloca as questões de centro e periferia para a



internalização do ciclo endógeno do capital industrial nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. No lugar do conceito, que ela mesmo tinha cunhado de “industrialização por substituição de importações”, entra os de “industrialização restringida” e de “industrialização pesada”, cujo elemento central é a acepção kaleckiana de internalização dos departamentos de bens de produção (DI) e de consumo capitalista (DII), que permitiria em economias periféricas como a brasileira a “autodeterminação do capital” – fato ocorrido, segundo ela, e também defendido por seu discípulo João Manuel Cardoso de Mello em “O Capitalismo tardio” de 1975, com o Plano de Metas de Juscelino a partir de 1956.

Com a crise da industrialização brasileira marcada pelo problema da dívida externa no início dos anos 1980, Conceição Tavares se dedicou ao estudo da economia política internacional ao discutir temas como internacionalização, economia monetária, geopolítica e financeirização, em que se sobressaem artigos como “Capital financeiro e empresa multinacional” (coautoria de Luiz Gonzaga Belluzzo) de 1980 e a “A retomada da hegemonia norte-americana” de 1985. Os impactos do neoliberalismo nos anos 1990, bem como os descaminhos de se recolocar na agenda nacional o desenvolvimentismo, fizeram com que a pensadora fizesse alguns balanços da inserção da economia brasileira à financeirização, que aparece em textos como “Império, território e dinheiro” de 1999 e “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes” de 2000.

Como uma importante intérprete do pensamento social brasileiro, Conceição Tavares era daquelas intelectuais que tinha na teoria um compromisso prático transformador, portanto uma intelectual pública. Quando ela amadurece sua crítica às teses cepalinas, seu ideal político se descola daquela geração de pensadores brasileiros – como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Florestan Fernandes – que por meio das encruzilhadas da formação nacional reivindicavam a revolução brasileira, e por isso tinham como diretriz a luta anti-imperialista e a superação da segregação. A autora concebia o capital internacional com algo inevitável para mover a industrialização pesada, mas acreditava que fosse possível negociar os termos da dependência externa por meio de ações do Estado como indutor do crescimento econômico sustentado e da superação das mazelas sociais com políticas públicas universais. A luta pela redemocratização brasileira e por uma nova constituição como ocorrera em 1988, conjugada a uma política econômica que tivesse como objetivo a



conciliação da economia e da sociedade para o bem-estar, seriam as bases da utopia da pensadora.

Tavares viveu quase um século e não conheceu um Estado de bem-estar social no Brasil – condizente com sua ideologia reformista democrática, pelo contrário, testemunhou o aprofundamento desde o pós-1964 de um modelo de desenvolvimento subordinado e concentrador de renda, cuja desigualdade social bate recordes. Mesmo com o fim da ditadura, a dependência externa e o *apartheid* social se reciclaram em nossas terras, aprofundando a herança colonial até o século XXI. Este modelo perverso seria os responsáveis pelas crises econômicas recorrentes vivenciadas pela sociedade brasileira. Neste sentido, a perda de Maria da Conceição Tavares terá como consequência o empobrecimento do debate e da produção acadêmica brasileira, principalmente na área de economia, já bastante submetida aos cânones do neoliberalismo, justamente a corrente de pensamento que defende esse modelo nefasto, objeto de luta intelectual, e por que não dizer, de ódio da gigante Maria da Conceição Tavares.

Campinas, Recife, 20 de junho de 2024



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação

unesp 

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília


IBEC
Instituto brasileiro
de estudos
contemporâneos

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>





FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação

